



2014

Relatório Anual
Banco Santander Totta, SA

PROPOSTA



3	Principais Indicadores
4	Mensagem do Presidente
5	Órgãos Sociais
7	Factos relevantes e prémios obtidos em 2014
9	Informação Corporativa
10	Responsabilidade Social Corporativa
14	Enquadramento da Actividade
23	Áreas de Negócio
29	Áreas de Suporte ao Negócio
33	Informação Económica e Financeira
42	Gestão de Risco
51	Proposta de Aplicação de Resultados
52	Informação Complementar e Anexos
62	Governo Societário
82	Demonstrações Financeiras Consolidadas
88	Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
238	Relatórios e Pareceres Consolidados
244	Demonstrações Financeiras Individuais
250	Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
378	Relatórios e Pareceres Individuais

PRINCIPAIS INDICADORES

BALANÇO E RESULTADOS (milhões de euros)	2014	2013	2014/2013	2012
		Proforma		
Activo Líquido	38 860	38 811	+0,1%	38 527
Crédito Líquido	25 523	26 108	-2,2%	26 980
Recursos de Clientes	26 841	26 078	+2,9%	27 346
Capital Próprio e Passivos Subordinados	2 963	2 500	+18,5%	2 329
Margem Financeira Estrita	543,5	507,3	+7,2%	541,5
Comissões Líquidas e Outros Resultados Actividade Bancária	262,6	290,0	-9,5%	318,0
Produto Bancário	895,0	829,9	+7,8%	987,1
Resultado de Exploração	407,8	363,4	+12,2%	528,1
Resultado Antes de Impostos e Interesses Minoritários	235,0	133,5	+76,0%	73,4
Resultado Líquido	165,2	89,2	+85,2%	88,1

RÁCIOS	2014	2013	2014/2013	2012
ROE	8,5%	5,1%	+3,5 p.p.	6,4%
ROA	0,4%	0,2%	+0,2 p.p.	0,2%
Rácio de Eficiência	54,4%	56,2%	-1,8 p.p.	46,5%
CET I Ratio *	13,0%	11,3%	+1,7 p.p.	n.a.
Tier I Ratio *	15,3%	13,0%	+2,3 p.p.	n.a.
Total Capital Ratio *	15,3%	13,0%	+2,3 p.p.	n.a.
Crédito com Incumprimento / Crédito Total	4,2%	3,8%	+0,5 p.p.	3,5%
Crédito em Risco / Crédito Total	5,7%	5,9%	-0,1 p.p.	4,3%
Crédito Reestruturado / Crédito Total	9,4%	8,7%	+0,8 p.p.	7,0%
Crédito Reestruturado não incluído no Crédito em Risco / Crédito Total	6,8%	5,4%	+1 p.p.	n.a.
Cobertura de Crédito com Incumprimento	102,5%	104,7%	-2,1 p.p.	97,4%
Cobertura de Crédito em Risco	75,9%	67,7%	+8,2 p.p.	79,7%
Rácio de Transformação**	116,0%	125,3%	-9,3 p.p.	126,6%

NOTAÇÕES DE RATING	2014	2013	2012
FitchRatings			
curto prazo	F2	F3	F3
longo prazo	BBB	BBB-	BBB-
Moody's			
curto prazo	NP	NP	NP
longo prazo	Ba1	Ba1	Ba1
Standard & Poor's			
curto prazo	B	B	B
longo prazo	BB	BB	BB
DBRS			
curto prazo	R-1L	R-1L	R-1L
longo prazo	BBBH	BBBH	BBBH

OUTROS DADOS	2014	2013	2014/2013	2012
Colaboradores	5 328	5 572	-244	5 663
Colaboradores em Portugal	5 281	5 523	-242	5 613
Pontos de Atendimento	594	640	-46	667
Total de Agências e Centros Empresa em Portugal	579	625	-46	652

* Com resultado líquido de dividendos a distribuir

** Calculado de acordo com a definição do "Memorando de Entendimento"

Nota: Em 2013, efetuou-se a reclassificação para o passivo (instrumentos representativos de capital) dos interesses minoritários em fundos de investimento consolidados pelo método de integração global. Pelo mesmo motivo, os interesses minoritários de resultados daqueles fundos passaram a ser registados na rubrica de Outros Resultados de Actividade Bancária.





“Queremos ser o melhor Banco Comercial, que obtém a confiança e lealdade dos nossos Clientes, Colaboradores, Accionistas e Sociedade e que cresce em quota de mercado.

Para isso, queremos tornar o Banco, mais Simples, Próximo e Justo para todos os nossos Stakeholders.”

O ano 2014 foi mais um ano conturbado na economia portuguesa e em particular no sector financeiro português. As novas medidas regulatórias, a transformação digital, a queda acentuada das taxas de juro e a falta de crescimento na actividade económica do país, implicaram uma perda de receitas na generalidade dos bancos, elevada necessidade de investimentos e níveis de provisionamento muito significativos. Em consequência, o sistema financeiro como um todo registou elevados prejuízos.

Apesar deste cenário, em 2014, o Banco Santander Totta alcançou um resultado líquido de 165,2 milhões de euros, o que representa um crescimento de 85,2% em relação ao valor registado no ano anterior. Mantivemos os rácios de capital em níveis confortáveis, com o rácio CET I a alcançar 13,0% e o rácio Tier I a situar-se em 15,3%.

A consecução destes bons resultados alcançados deve-se sobretudo a três factores:

- Um modelo de negócio assente em banca comercial de retalho com foco no Cliente e uma gestão rigorosa da margem financeira;
- Uma gestão prudente de riscos e uma procura permanente de maior eficiência através da inovação digital e disciplina em custos;
- Uma equipa de profissionais bem preparada e motivada.

A aposta digital foi e continuará a ser uma prioridade. Desenvolvemos um plano de transformação multicanal, com a ambição de impulsionar a forma como o Banco se relaciona com os seus Clientes. Destaco o lançamento do novo processo da abertura de conta digital, através de *tablet*, o que permitiu reduzir o tempo despendido e melhorar a qualidade da informação registada, reforçando ainda o rigor, o cumprimento regulamentar e a segurança do processo.

Para melhor correspondermos às necessidades dos Clientes, foram lançadas várias soluções inovadoras

que colocam o Santander Totta como um Banco de referência na proximidade ao Cliente, sendo de salientar:

- Na área de Particulares, o **Santander Select** que representa um modelo de atendimento diferenciado para Clientes *affluent*;
- O **Mundo 1 2 3**, lançado já no início de 2015, é uma solução destinada ao *mid* e *mass market*, no segmento de Empresas;
- O **Santander Advance**, que proporciona soluções financeiras e não financeiras altamente inovadoras.

O ano 2014 foi também o ano em que iniciámos a construção do **novo edifício** para centralização de serviços, construído de acordo com as melhores práticas ambientais e que trata novos e melhores serviços comuns aos nossos Colaboradores.

Através do **Santander Universidades**, continuámos a reforçar o nosso apoio ao ensino superior que é, cada vez mais, o nosso foco na política de Responsabilidade Social.

Gostaria de partilhar com todos os nossos Colaboradores e Clientes, as distinções que recebemos mais uma vez, em 2014, de “Melhor Banco” pelas mais diversas publicações internacionais, e a eleição, pela primeira vez, como “Escolha do Consumidor 2015” na categoria dos Grandes Bancos, uma avaliação feita pelos consumidores, reflexo do trabalho das nossas equipas e do reconhecimento dos nossos Clientes.

Para 2015, queremos continuar a ser o melhor Banco Comercial, que obtém a confiança e lealdade dos nossos Colaboradores, Clientes, Accionistas e Sociedade. Para isso, queremos tornar o Banco, mais **Simples, Próximo e Justo** para todos os nossos **Stakeholders**.

António Vieira Monteiro
Presidente executivo do Santander Totta

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	José Manuel Galvão Teles
Vice – Presidente	António Maria Pinto Leite
Secretário	Luís Manuel Baptista Figueiredo

Conselho de Administração

Presidente	António Basagoiti Garcia-Tuñón
Vice-Presidente	António José Sacadura Vieira Monteiro
Vogais	Carlos Manuel Amaral de Pinho
	João Baptista Leite
	José Carlos Brito Sítima
	José Urgel Moura Leite Maia
	José Manuel Alves Elias da Costa
	Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos
	Manuel António Amaral Franco Preto
	Pedro Aires Coruche Castro e Almeida

Conselho Fiscal

Presidente	Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha
Vogais	Mazars & Associados, S.R.O.C.
	Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro
Suplente	Pedro Manuel Alves Ferreira Guerra

Revisor Oficial de Contas

Deloitte & Associados, S.R.O.C., S.A.

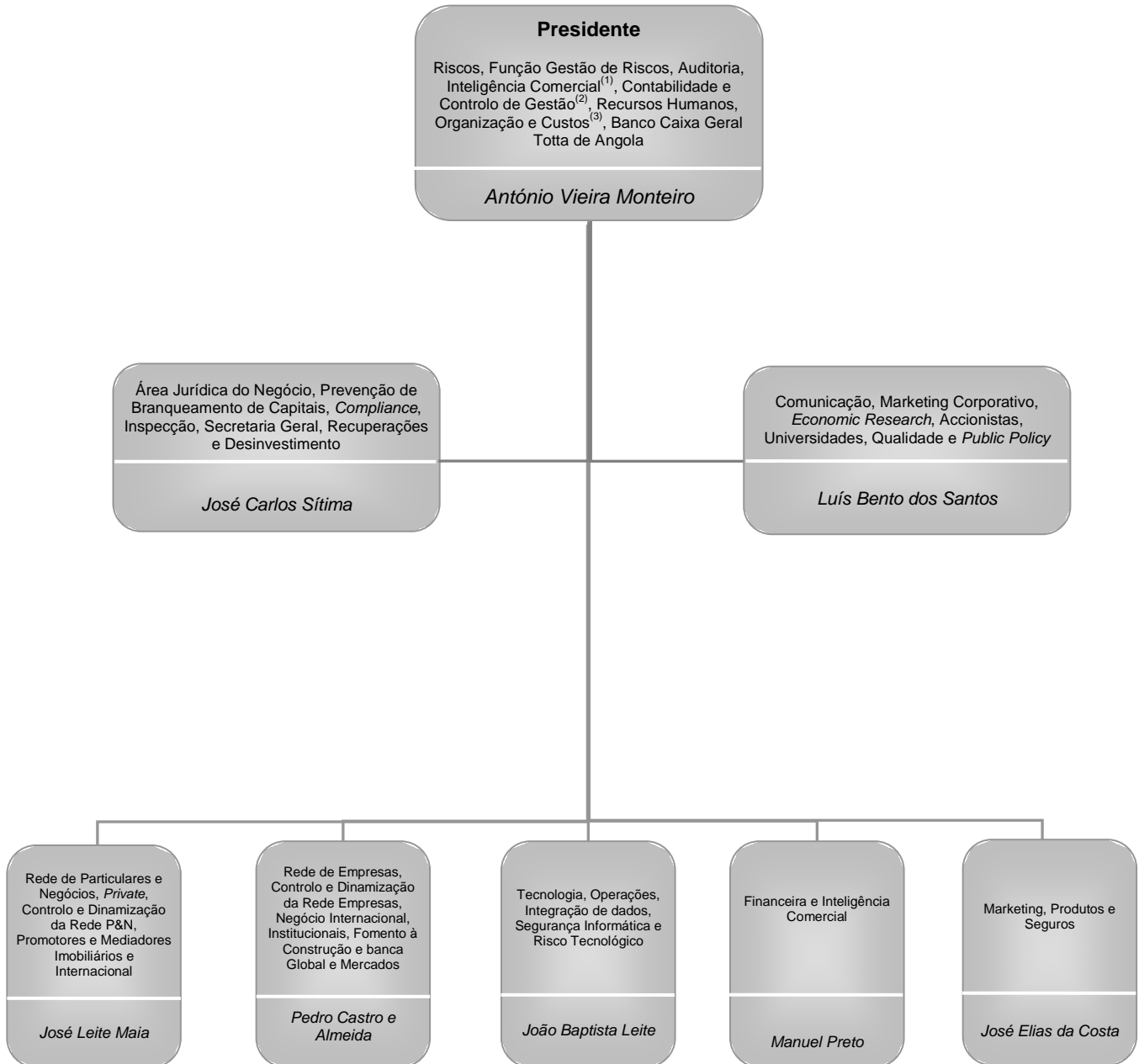
Comissão Executiva

Presidente	António José Sacadura Vieira Monteiro
Vogais	João Baptista Leite
	José Carlos Brito Sítima
	José Manuel Alves Elias da Costa
	José Urgel Moura Leite Maia
	Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos
	Manuel António Amaral Franco Preto
	Pedro Aires Coruche Castro e Almeida

Secretário da Sociedade

Efectivo	Luís Manuel Baptista Figueiredo
Suplente	Raquel João Branquinho Nunes Garcia

Organigrama Funcional da Comissão Executiva



- (1) Na área de Inteligência Comercial, o Presidente é coadjuvado pelo Dr. Manuel Preto
- (2) A gestão da área de Contabilidade e Controlo de Gestão é assegurada pelo Dr. Ignácio Centenera, Director Agregado à Comissão Executiva
- (3) A gestão da área de Recursos Humanos, Organização e Custos é assegurada pelo Dr. Nuno Frias Costa, Director Agregado à Comissão Executiva

Prémios em 2014

Melhor Banco em Portugal
Euromoney



Melhor Banco em Portugal
Global Finance



Banco do Ano em Portugal
The Banker



Melhor Grupo Bancário em Portugal
World Finance



Best Private Banking Services Overall 2014
Euromoney



Escolha do Consumidor 2015



Outros reconhecimentos

Grande Banco Mais Rentável (ex aqueo) – Exame

Melhor Private Banking – Euromoney

Nas seguintes categorias de serviços: “Gestão da Relação com o Cliente”, “Gama de Produtos de Investimento”, “Gama de Serviços de Assessoria”, “Serviços de Family Office”, “Assessoria Corporativa” e “Melhor Banco nos segmentos Super Affluent (US\$ 500.000 - 1.000.000), High Net Worth I (US\$1.000.000 - 10.000.000), High Net Worth II (US\$10.000.000 - 30.000.000) e Ultra High Net Worth (mais de US\$30.000.000)”.

Banco Mais Seguro em Portugal 2014 – Global Finance

Best Sales in Portugal, Structured Products Awards 2014 – Structuredretailproducts.com

Best Foreign Exchange Provider 2014 em Portugal – Global Finance

Melhor Intermediário Financeiro com maior colocação de obrigações de empresas – *NYSE Euronext*

Melhor Contact Center do Sector Banca 2014 – APCC

Prémio EDP Energia Eléctrica e Ambiente – EDP
Na categoria “Serviços e Outras Actividades (Consumo anual >1,25 Gwh)”

Prémios “Por Um Mundo Mais Fitness” – GYM Factory

Na categoria “Pelo desenvolvimento do sucesso organizacional através da promoção de estilos de vida saudáveis junto dos colaboradores e familiares”

Outros factos relevantes em 2014

Janeiro

- António Sampaio da Nóvoa é o vencedor do Prémio Universidade de Coimbra 2014

Fevereiro

- Revista *Euromoney* elege *Private Banking* do Santander Totta como o melhor em Portugal
- Santander Totta lança o *Select*, o novo modelo de atendimento para os clientes *affluent*
- Santander Totta lança cartão de débito com levantamentos gratuitos em mais de 30.000 ATM's no mundo inteiro
- João Lobo Antunes recebe Prémio Universidade de Lisboa

Março

- Moody's reafirma *rating* do Santander Totta
- Santander Totta apoia o primeiro centro de inovação em Portugal em Ciências Sociais e Humanas
- Prémio Universidade de Lisboa 2014 atribuído ao Professor Adriano Moreira
- Santander Totta realizou emissão de obrigações hipotecárias a 3 anos com *spread* de 88pb

Abril

- Revista *Global Finance* distingue Santander Totta como o “Melhor Banco em Portugal”
- Santander Totta apoia Cátedra da UNESCO na Universidade de Évora
- Estudantes desenham troféu da fórmula 1
- “The Next Big Idea – Universitários” arranca no Instituto Superior Técnico

- O impacto da crise económica sobre os médicos em Portugal e a paisagem cultural do Tejo são os projectos que recebem Prémio de Investigação Santander Totta/UNL

Maio

- Banco Santander Totta organiza conferências sobre inserção no mercado de trabalho
- Santander Totta lança “Soluções Casa” para clientes que queiram comprar, trocar ou remodelar a sua habitação
- Semana “Somos Santander” promove colaboração, cooperação e trabalho em equipa
- 700 estudantes da Universidade do Porto já cruzaram o Atlântico ao abrigo do programa Santander Universidades

Junho

- Santander Totta emite obrigações hipotecárias a 5 anos
- Santander Totta investe 5,5 milhões de euros em projectos de sustentabilidade em 2013
- Estudante de economia da NOVA vence Prémio *Primus Inter Pares*

Julho

- Santander lança passaporte para as empresas viajarem no mundo inteiro
- Euromoney elege Santander Totta como o “Melhor Banco em Portugal”
- Banco Santander apresenta o novo troféu dos GP de fórmula 1 do Reino Unido e da Alemanha 2014
- III Encontro Internacional de Reitores Univesia faz do Rio de Janeiro a capital mundial do ensino superior
- Santander e Telefónica lançam a plataforma de ensino superior Miríada X, a mais importante do mundo em espanhol e português
- Emilio Botín: O Banco Santander destinará 700 milhões de euros para projectos universitários até 2018

Setembro

- Ana Botín nomeada por unanimidade Presidente do Banco Santander

Outubro

- Santander distinguido como o “Banco Mais Verde do Mundo”
- Casa da América Latina e Santander Totta premeiam estudantes de doutoramento
- Santander Totta lança 1.500 bolsas de estágios remunerados em PME
- Santander Totta recebe prémios de “Melhor Banco em Portugal” e “Banco Mais Seguro” do País
- Adriano Moreira recebe Prémio Universidade de Lisboa
- Universidade Nova recebe XV Encontro de Reitores do Grupo Tordesilhas
- BEI e Banco Santander Totta: 400 milhões de euros para as PME e empresas de média capitalização
- Prémio Santander Universidades Idea Puzzle entregue a investigadora da Universidade de Coimbra
- Santander Advance: um programa diferenciador no apoio às empresas portuguesas

Novembro

- Spin 2014 – projecto português vence prémio de empreendedorismo no México
- Santander Totta é a “Escolha do Consumidor 2015”

Dezembro

- Santander Totta é o “Banco do Ano em Portugal”
- Ana Botín apresenta Carta Univesia Rio 2014
- DBRS passa *outlook* do *rating* da dívida do Banco Santander Totta de negativo para estável
- Casa da América Latina e Santander Totta entregam prémio científico a estudantes de doutoramento
- Santander Totta lança sistema rápido de abertura de conta em *tablet*



A nossa cultura baseia-se na crença de que tudo o que fazemos deve ser **Simple, Próximo e Justo** (*Simple, Personal and Fair*)

SANTANDER: MISSÃO, VISÃO E CULTURA

“A solidez do nosso modelo de negócio oferece uma oportunidade única para crescer. Só seremos capazes de aproveitar se contarmos com uma equipa que compartilhe a mesma missão, que se comprometa com a visão do banco e tenha uma forma comum de fazer as coisas.

A missão do Santander é contribuir para o progresso das pessoas e empresas.

Em 1857, o objectivo dos fundadores do Santander era financiar o comércio entre a Espanha e a América Latina para gerar emprego e prosperidade nas duas regiões. Hoje, o nosso objectivo é mais amplo, mas o resultado dos nossos esforços deve ser o mesmo.

A nossa visão é ser o melhor Banco comercial, ganhando a confiança e a fidelidade dos nossos colaboradores, clientes, accionistas e da sociedade.

Estou convencida de que a única forma de conquistar essa visão é construindo a melhor relação possível com os nossos colaboradores, clientes, accionistas e com a sociedade. E a base dessa relação deve ser a confiança e a fidelidade:

- Se a nossa equipa se sente motivada, comprometida e recompensada, fará tudo o que estiver ao seu alcance para ajudar os clientes.
- Se os nossos clientes recebem um atendimento excelente e sentem que respondemos às suas necessidades, a sua fidelidade ao Banco será maior.
- Quando isso ocorre, o nosso lucro e a nossa rentabilidade crescem, aumentando a fidelidade dos nossos accionistas, que investirão mais no Banco.
- Isso permitirá apoiar ainda mais a sociedade, gerando confiança e fidelidade, o que por sua vez reforçará o orgulho de pertencer à nossa equipa.

E assim, esse círculo virtuoso recomeça.

A nossa cultura baseia-se na crença de que tudo o que fazemos deve ser Simple, Próximo e Justo (*Simple, Personal and Fair*)

Escolhemos estas três palavras porque, juntas, reflectem o que os nossos colaboradores e clientes, no mundo inteiro, dizem que esperam do seu banco.

Um banco **simple** oferece aos seus clientes produtos fáceis de entender e um serviço de qualidade, com independência de como, quando e onde querem trabalhar connosco. Um banco simple melhora os seus processos, tornando-os mais fáceis, claros e acessíveis para os seus clientes e equipas.

Um banco **próximo** valoriza e trata os seus clientes como se fossem únicos, oferecendo um atendimento profissional e personalizado em que possam confiar. Ao mesmo tempo, apoia os seus colaboradores para que desenvolvam todo o seu potencial e alcancem os seus sonhos.

Um banco **justo** trata as pessoas como elas gostam de ser tratadas e oferece aos investidores uma rentabilidade sustentável, além de contribuir para o desenvolvimento da sociedade.”

Mensagem de Ana Botín – Informe anual 2014

Introdução

O Santander Totta desenvolve uma política de responsabilidade social, alinhada com a política do Grupo Santander, tendo como principal eixo o apoio ao ensino, promoção do conhecimento, mérito e empreendedorismo, especialmente no Ensino Superior, através dos acordos de colaboração que mantém com as Universidades e Politécnicos portugueses.

O Banco orienta também a sua intervenção para a comunidade onde está inserido, através de apoios a vários projectos sociais e da participação de colaboradores voluntários em iniciativas de cariz social; na área ambiental, através da adopção e promoção de medidas de combate às alterações climáticas, de redução de consumos e de desenvolvimento sustentável; e na área cultural, através do apoio a iniciativas e mecenato cultural. A promoção da saúde e bem-estar e do desporto são também áreas importantes na política de responsabilidade social.

Em 2014, o investimento total em Portugal em actividades directamente relacionadas com a responsabilidade social corporativa ascendeu a cerca de 5,6 milhões de euros, uma ligeira aumento em relação ao ano anterior.

Investimento Social

Universidades

Actualmente, o Banco Santander Totta tem 46 acordos de colaboração com as instituições do Ensino Superior em Portugal. Em 2014, o Banco continuou a reforçar e a estreitar as relações com as Universidades e Politécnicos portugueses, tendo-se consolidado parcerias existentes e iniciado novos acordos de colaboração.

No âmbito das parcerias com as Universidades foram realizadas várias iniciativas de entregas de prémios de mérito científico e académico e de apoio à inovação e empreendedorismo, de bolsas e apoio para estudos e de bolsas de mobilidade ao abrigo do Programa de Bolsas de Mobilidade Internacional (lusó-brasileiras, ibero-americanas para estudantes e ibero-americanas para professores e investigadores), que permitiram a mais de 170 estudantes, professores e investigadores terem uma experiência de mobilidade.

Programa de Bolsas de Estágio nas PME's



Com o objectivo de aumentar e promover a empregabilidade juntos dos licenciados portugueses, o Banco lançou o Programa de

Bolsas de Estágio Santander Universidades, através do qual serão atribuídas 1.500 bolsas de estágio para alunos finalistas ao longo dos próximos três anos.

As bolsas de estágio têm a duração de três meses, num valor de 1.650 euros cada (550 euros por mês) e serão realizadas em pequenas e médias empresas portuguesas. O programa irá implicar um investimento global do Banco, ao longo de três anos, de 2,5 milhões de euros.

Com este programa, o Santander Totta pretende facilitar aos estudantes o complemento da sua formação académica superior através de estágios em empresas e permitir a estas o acesso a um estagiário com formação superior sem qualquer custo para elas. Visa igualmente promover a ligação Universidade – Empresa e reforçar o compromisso do Banco com as Instituições de Ensino Superior e com o desenvolvimento da sociedade portuguesa.

Programa de Bolsas de Mobilidade Internacional

Durante o ano de 2014, foram disponibilizadas mais de 170 bolsas de mobilidade internacional ao abrigo do Programa de Bolsas de Mobilidade Luso-brasileiras e Ibero-americanas.

Instituído em 2007 pelo Santander Totta, mais de 700 estudantes já cruzaram o Atlântico ao abrigo do Programa de Mobilidade para estudar num país diferente. Ao longo de sete anos de existência dos programas de mobilidade Santander Universidades, os cerca de 700 estudantes que participaram no programa criaram pontes de ligação entre a Universidade do Porto e uma centena de instituições de Ensino Superior ibero-americanas, especialmente do Brasil e da Argentina, mas também de Espanha, Chile ou México. De Portugal saíram 231 estudantes, enquanto 445 jovens sul-americanos fizeram o caminho inverso como bolseiros deste programa.

Prémios e Bolsas

Em 2014, o Banco atribuiu 54 prémios de mérito científico e académico e de apoio ao empreendedorismo e 202 bolsas de estudo e apoios sociais, sendo de destacar:

- Prémio de Investigação Santander Totta/UNL;
- Prémio Universidade de Lisboa/Santander Totta;
- Prémio Universidade de Coimbra/Santander Totta;
- Prémio de Jornalismo Económico (PJE) Universidade Nova de Lisboa/Santander Totta
- Prémio *Primus Inter Pares*
- Prémio Científico Casa América Latina / Santander Totta
- Politécnico do Porto entrega 75 bolsas de investigação com o apoio do Santander Totta

Apoio ao empreendedorismo

Ao longo do ano, o Santander Totta em associação com outras entidades apoiou um conjunto de iniciativas de apoio ao empreendedorismo e criação de emprego, entre as quais se salienta:

- Concurso RedEmprendia Spin2014 (um dos vencedores foi o projecto *WeTruck*, uma solução de mobilidade eléctrica para aplicar em veículos de transporte de cargas refrigeradas);
- Prémio Santander Universidades Idea Puzzle (em parceria com a Idea Puzzle, o Santander Totta entregou, pelo terceiro ano consecutivo, o prémio ao melhor desenho de investigação de doutoramento criado com o *software* Idea Puzzle);
- Concurso Nacional Poliemprende (concurso de ideias e projectos de vocação empresarial do ensino superior politécnico);
- The Next Big Idea - Especial Universidades (prémio para as melhores ideias em desenvolvimento nas instituições de ensino superior);
- Santander *Young Leaders* (o Santander Universidades, em conjunto com o Santander *Private Banking*, lançaram o Santander *Young Leaders*, um grupo de reflexão e *networking* entre jovens de elevado potencial);
- Apoio à Cátedra da UNESCO na Universidade de Évora (o Banco Santander Totta e a Universidade de Évora assinaram um acordo, através do qual o Banco irá apoiar a Cátedra UNESCO de Património Cultural Imaterial e Saber-Fazer Tradicional, da Universidade de Évora).

Apoio às infraestruturas de Ensino Superior

- **Apoio ao primeiro Centro de Inovação em Portugal em Ciências Sociais e Humanas**

O Centro de Inovação, do qual o Santander Totta é parceiro, pretende apoiar os estudantes e

investigadores no desenvolvimento de ideias de negócios e na criação de empresas privadas ou cooperativas de base científica, que possam vir a atrair investimento e gerar emprego altamente qualificado. O Centro promoverá ainda a transferência de conhecimento entre as unidades de investigação da Faculdade e o mercado.

- **Apoio à construção do novo campus da Nova SBE**

O Santander Totta vai apoiar a construção do novo campus da Nova School of Business and Economics (Nova SBE), enquanto *founding partner*. Um projecto estratégico, não só para o Ensino Superior em Portugal, mas também para o posicionamento e internacionalização de Portugal.

Encontros

- **III Encontro Reitores Universia**

Realizou-se o III Encontro Internacional de Reitores no Rio de Janeiro, no qual o Santander assumiu o compromisso de destinar 700 milhões de euros a projectos universitários nos próximos quatro anos. Deste montante, 40% será destinado a bolsas de acesso de mobilidade nacional e internacional de estudantes e professores, 30% para fomentar a pesquisa, inovação e o empreendedorismo universitário e os restantes 30% para apoiar projectos académicos e iniciativas destinadas à modernização e incorporação das novas tecnologias na universidade.

- **XV Encontro de Reitores do Grupo Tordesillas**

Realizou-se em Lisboa o Encontro do Grupo de Tordesillas. O Grupo é constituído por 58 universidades do Brasil, Espanha e Portugal e conta com o apoio do Santander para o desenvolvimento de diversos projectos.

Universia Portugal

O novo plano estratégico da Universia está orientado para dois eixos de actuação: projectos académicos relacionados com a difusão do conhecimento e com a aproximação da universidade à empresa que inclui publicações académicas, relatórios e estudos,

uni>ersia

MOOC's, inovação aberta, entre outros; e os serviços universitários que promovem: o

emprego e estágios profissionais para estudantes e recém-licenciados; a formação empresarial através do vínculo com a universidade e ainda acções de marketing *online* especificamente dirigidas a jovens ibero-americanos.

Emprego

• Rede Trabalhando

O ano de 2014 foi o ano de consolidação da rede Trabalhando em Portugal, com o lançamento de 7 novos portais em instituições de Ensino Superior, juntando-se aos 13 portais universitários que foram lançados em 2013 e aos 5 portais corporativos que integram esta rede profissional.

Com este projeto, as universidades ganharam plataformas de gestão para a inserção profissional (a maioria não tinha nada), o que lhes permite gerir os CV's dos alunos, as ofertas de emprego exclusivas à instituição e receber ainda ofertas partilhadas de todos os *sites* da rede.

• Jumping Talent - Concurso de talento universitário

A 1ª edição do *Jumping Talent* contou com a presença de 60 estudantes universitários portugueses, os quais tiveram que mostrar as suas capacidades perante os orientadores das 7 empresas participantes, entre elas o Santander Totta.

Apoio à Comunidade e Meio Ambiente

Voluntariado e envolvimento dos colaboradores

O Santander Totta apoia vários projectos sociais e de participação dos colaboradores, sendo de salientar:

- Dia do Voluntariado - Open Day (acção realizada em todos os países onde o Grupo Santander está presente);
- Projecto Cultiv'art (tem como objectivo responder a problemas de higiene urbana e baixa empregabilidade da população residente no Bairro Quinta do Cabrinha, em Alcântara (Lisboa));
- Feira de Natal BIPP 2014 (o BIPP é uma instituição particular de solidariedade social que visa a plena inclusão das pessoas com necessidades especiais na sociedade);
- Canto Solidário (espaço solidário das instalações do Banco, dedicado à promoção de projectos e iniciativas de solidariedade social);
- Mini Maratona Santander Totta (mais de 800 colaboradores do Banco e seus familiares participaram nas provas de meia e mini maratona do Porto, uma prova que contou com o apoio do Santander Totta);
- Iniciativa Caminhadas e Corridas (o Santander Totta apoiou o Hospital D. Estefânia na compra de um equipamento para o Serviço de Medicina Física e Reabilitação, com a entrega do valor total das

inscrições dos colaboradores, que participaram nesta iniciativa);

- Recolha de alimentos (o desafio solidário da semana "Somos Santander" foi uma recolha de alimentos em todos os países onde o Grupo está presente. Em Portugal foram recolhidos 2.710 quilos de alimentos doados à Instituição Acreditar);
- Cabaz Solidário (a Direcção de Recursos Humanos desenvolveu esta iniciativa, através da qual foram recolhidos, nos balcões e nos serviços centrais, alimentos não perecíveis, material escolar novo, brinquedos novos, bem como gorros, cachecóis e luvas para idosos, que serão doados a uma instituição local).

Apoio Social

• "Bolsas Fundação Universia Capacitas"

A Fundação Universia e a área de Relações com Accionistas Santander entregaram as "Bolsas Fundação Universia Capacitas" para accionistas e familiares de accionistas do Banco Santander. Estas bolsas destinam-se a accionistas Santander de Portugal, Espanha, Estados Unidos e México ou seus familiares até ao segundo grau, matriculados em Universidades desses países.

O objectivo deste programa é apoiar os jovens com deficiência no seu processo de formação universitária, aumentando as oportunidades de acesso a um emprego de qualidade.

• Fundação CEBI

Desde 1995 que o Santander Totta é membro fundador da Fundação CEBI e apoia uma instituição particular de solidariedade social, cujo objectivo é apoiar crianças, jovens, idosos e famílias mais desfavorecidas, participando na sua Assembleia de Fundadores e mantendo um representante no Conselho de Administração.

Das suas acções destaca-se a promoção da educação, abrangendo 1.800 alunos, desde a creche ao 9º ano de escolaridade, sendo que destes, cerca de 400 beneficiam de bolsas de acção e promoção social. Acrescenta-se, ainda, o apoio a mais de 250 idosos por ano e cerca de 400 atendimentos diários de medicina física e reabilitação.

• Seminário de Fundraising

O Santander Totta patrocinou a participação de cinco instituições do terceiro sector no 6º seminário de *fundraising* organizado pela Call to Action. O principal objectivo do seminário foi o de capacitar as empresas participantes a gerirem de forma sustentada e angariarem de forma adequada os seus recursos.

• Campanha desperdício zero

O Santander Totta em parceria com a Gertal lançou uma campanha intitulada “Desperdício Zero”, em que por cada 100 refeições totalmente consumidas a Gertal doou, ao Banco Alimentar Contra a Fome, 1 quilo de bens alimentares. No total da campanha foram doados cerca de 350 quilos de alimentos.

• Outros apoios

No âmbito da sua política de responsabilidade social corporativa, o Banco mantém um apoio próximo ao terceiro sector através de apoios, patrocínios e donativos, a diferentes instituições de solidariedade social, associações e ONG’s.

Educação Financeira

• Junior Achievement

O Santander Totta estabeleceu um protocolo de colaboração com a *Junior Achievement*, uma organização mundial que se ocupa da formação de crianças e jovens em temas de empreendedorismo, cidadania, economia, ética e literacia financeira, em que os formadores são voluntários de diversas empresas.

Cerca de 80 colaboradores do Banco inscreveram-se como voluntários e estão já a dar aulas no ensino público, do 1º ao 12º ano.

• Plano Nacional de Literacia Financeira

O Santander Totta participou no Plano Nacional de Literacia Financeira, desenvolvido pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), Banco de Portugal (BdP) e Instituto de Seguros de Portugal (ISP) e que visa contribuir para elevar o nível de conhecimentos financeiros da população e promover a adopção de comportamentos financeiros adequados.

Em 2014, o Banco associou-se a várias iniciativas, como o dia Mundial da Poupança, na divulgação de informação nos seus canais de comunicação externa.

Cultura

• Escola de Dança do Conservatório Nacional

O Banco apoia a EDCN e atribui bolsas aos melhores alunos, com o objectivo de apoiar a formação de bailarinos profissionais nas áreas de dança clássica e dança contemporânea.

• Festival das Artes

O Banco apoiou a realização do Festival das Artes, realizado em Coimbra, organizado pela fundação Inês

de Castro, que em 2014 foi dedicado ao património e homenageou a Universidade de Coimbra.

• Fundação Serralves

Apoio ao Programa cultural da Fundação Serralves no âmbito da comemoração do seu 25º aniversário.

• Outros apoios

O Santander Totta no âmbito dos seus apoios culturais tem privilegiado a inclusão, sempre que possível, de clientes em diversas iniciativas, como alguns concertos na Casa da Música e na Fundação Calouste Gulbenkian.

Ambiente

• Presença no *Green Fest* (em 2014, o tema principal foi a “educação para a sustentabilidade” através da promoção de um espaço para partilha de ideias). O espaço “Networking Lounge” promovido pelo Banco foi uma área privilegiada para que empresas, organizações, profissionais e cidadãos com ideias pudessem estabelecer contactos e partilhar conhecimentos de forma simples e eficaz.

Sensibilização dos colaboradores para práticas e hábitos sustentáveis

• GIRO-GRACE, Intervir, Recuperar e Organizar (iniciativa de voluntariado empresarial na qual são realizadas várias intervenções a nível nacional, com vista à melhoria da qualidade de vida de jovens, crianças em risco e idosos, à defesa dos animais e à recuperação de espaços naturais).

Medidas de eficiência energética e de redução de consumos

Em 2014, o Santander Totta continuou a desenvolver esforços na melhoria da eficiência das infra-estruturas e desenvolvimento de mecanismos para redução de consumos, num investimento total de 1,7 milhões de euros.

Nos balcões, foram instalados detectores de presença, de modo a desligar a iluminação quando os diversos locais estão desocupados e procedeu-se, também, à substituição dos sistemas de climatização obsoletos por outros de menor consumo.

Nos edifícios centrais, instalou-se um sistema de *free cooling* para funcionamento com temperaturas exteriores inferiores a 20°C desligando o sistema de climatização e automatizou-se o controlo da iluminação através da instalação de luminárias com regulação de fluxo para aproveitamento da luz natural.

Economia Internacional

A economia mundial, em 2014, manteve o ritmo de crescimento do ano anterior, assim não confirmando as expectativas iniciais de uma aceleração. Isso resultou especialmente da progressiva revisão em baixa das projecções de crescimento para as economias emergentes e em desenvolvimento, já que as economias desenvolvidas assumiram o papel de motor da economia mundial.

Contudo, mesmo o crescimento neste bloco não foi homogéneo, com os Estados Unidos a acelerarem, enquanto a zona euro, apesar de sair de uma situação recessiva, voltou a atrasar-se, afectada pelo aumento do risco geoestratégico, na sequência das tensões políticas entre a Ucrânia e a Rússia. Já no final do ano, os dados de crescimento apontaram para uma recuperação moderada da actividade económica.

Crescimento Económico Mundial

	2013	2014	2015
Mundo	3,3	3,3	3,5
Países Avançados	1,3	1,8	2,4
EUA	2,2	2,4	3,6
UEM	-0,5	0,8	1,2
Reino Unido	1,7	2,6	2,7
Japão	1,6	0,1	0,6
Países em Desenvolvimento	4,7	4,4	4,3
África	5,2	4,8	4,9
Ásia	6,6	6,5	6,4
China	7,8	7,4	6,8
Europa de Leste	2,8	2,7	2,9
Médio Oriente	2,2	2,8	3,3
América Latina	2,8	1,2	1,3
Brasil	2,5	0,1	0,3

Fonte: FMI (Janeiro de 2015)

Nos EUA, a actividade económica contraiu inesperadamente no primeiro trimestre, ainda que muito influenciado por condições climatéricas particularmente adversas, que afectaram não só o investimento, através da actividade no sector de construção, como também a despesa de consumo das famílias. Este efeito foi já revertido no segundo trimestre, com uma reaceleração do PIB, uma tendência que se manteria nos restantes trimestres, o que resultou em que o FMI revisse em alta as projecções de crescimento, não só para o ano de 2014, como também para 2015.

O mercado laboral norte-americano continuou bastante dinâmico, com uma criação média mensal de 260 mil postos de trabalho em 2014, mas que excedeu os 300 mil no final do ano, o que permitiu uma mais rápida

descida da taxa de desemprego, para 5,6% em Dezembro.

Fruto desta evolução, a Reserva Federal dos EUA foi reduzindo gradualmente o volume de aquisição de activos financeiros (“tapering”) em 10 mil milhões de dólares por mês, tendo terminado o programa de “quantitative easing” em Novembro.

No final de 2013 e início de 2014, a discussão sobre o início deste processo de “tapering” e a sua execução teve um impacto relevante sobre os mercados emergentes, que tinham beneficiado, nos últimos anos, da liquidez gerada pela intervenção dos bancos centrais. Assistiu-se a uma saída massiva de fundos destes mercados, causando perturbações cambiais e obrigando a intervenções, pelas autoridades, incluindo subidas das taxas de juro de referência. África do Sul, Turquia e mesmo o Brasil, já este ano, adoptaram medidas, como a subida acentuada das taxas de juro de referência, para travar a depreciação cambial que as suas divisas estavam a registar.

Em simultâneo com o “tapering”, os governadores da Reserva Federal iniciaram o debate interno quanto ao momento do início do ciclo de subida das taxas de juro de referência, que os investidores antecipam¹ poder ocorrer durante o Verão de 2015, mas que avaliam igualmente, fruto das declarações dos responsáveis norte-americanos, ser implementado de forma gradual, com as principais taxas de juro de referência a permanecerem ainda em níveis reduzidos.

No Reino Unido, e apesar de uma revisão em baixa dos dados de crescimento relativos aos três primeiros trimestres do ano, a economia terá crescido 2,6%, uma aceleração face ao ano transacto, baseada quase exclusivamente na procura interna. A forte descida da taxa de desemprego, para 5,7%, permitiu uma aceleração do consumo privado. Já o investimento foi igualmente forte, duplicando a taxa de crescimento relativamente ao ano de 2013. Apesar disso, o Banco de Inglaterra manteve a sua política expansionista, deixando uma eventual alteração das taxas de juro de referência dependente de uma melhoria mais pronunciada da actividade económica, já que durante o ano de 2014 a inflação desacelerou e permaneceu abaixo do objectivo do Banco de Inglaterra.

No Japão, a actividade económica estagnou em 2014, contrariamente às expectativas de uma recuperação mais sustentada, na medida em que o Banco Central está a implementar um agressivo programa de “quantitative easing”. A adopção de medidas destinadas a reverter a tendências de deterioração dos agregados orçamentais, num quadro de fraca procura interna e de estagnação dos rendimentos pesou sobre

¹ De acordo com as taxas de juro e consenso coligido pela agência Bloomberg no final de Janeiro de 2015.

ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE

o sentimento dos agentes económicos. O adiamento de algumas medidas orçamentais (novas subidas dos impostos) para o ano de 2017, em vez de 2015, podem auxiliar ao fortalecimento da actividade.

Na China, a actividade económica começou a desacelerar, em reacção ao abrandamento do mercado imobiliário residencial, mas a actuação das autoridades, com um conjunto de medidas de estímulo, como sejam a descida das taxas de juro de referência, permitiram amenizar o ritmo de desaceleração.

	PIB	Inflação
UEM	0,8	0,4
Alemanha	1,5	0,8
França	0,4	0,6
Espanha	1,4	-0,2
Itália	-0,5	0,2

Fonte: CE (Fevereiro de 2015)

Na zona euro, o ano de 2014 iniciou-se com um maior dinamismo face ao esperado, com a generalidade dos indicadores de actividade a revelarem, de forma generalizada, uma aceleração da actividade e subsequente revisão em alta das perspectivas de crescimento. Contudo, durante o segundo trimestre, e também em reacção ao aumento da tensão geopolítica na Europa, a conjuntura reverteu e em alguns países houve mesmo uma contracção do PIB, aumentando a heterogeneidade dos ritmos de crescimento entre os membros da zona euro, em especial entre a Alemanha e demais países. Já só no quarto trimestre surgiram sinais de uma reaceleração da actividade económica, apoiada, por um lado, pela descida do preço do petróleo (que tem um efeito positivo ao nível do rendimento disponível das famílias, além de reduzir os custos energéticos para as empresas) e, por outro lado, pela depreciação do euro, que caiu para mínimos de 2003 face ao dólar norte-americano, em redor de 1,13 dólares.

A melhoria observada no final do ano abre perspectivas mais optimistas para o ano de 2015, como resulta da revisão em alta das projecções de crescimento pela Comissão Europeia. No entanto, e apesar de uma ligeira redução da divergência de crescimento entre países, a zona euro deve continuar a crescer abaixo da tendência de médio prazo.

Este quadro de crescimento abaixo do potencial, mas em especial de uma maior desaceleração da inflação que, em Dezembro, se situou em -0,2%, levou o Banco Central Europeu, em Junho, a descer as principais taxas de juro de referência e a anunciar um conjunto alargado de medidas destinado a relançar o crédito bancário e, por esta via, apoiar o crescimento económico e uma reaceleração da inflação.

A taxa das operações de refinanciamento baixou para o mínimo histórico de 0,05%, enquanto a taxa da facilidade de depósito junto do BCE passou a ser negativa (-0,2%). Com esta medida, o BCE procura que o sector financeiro reduza o volume de depósitos que detém junto do BCE (mas que já se reduziu significativamente desde os máximos de 2012) e os canalize para a economia real. Em simultâneo, o BCE anunciou que manterá a cedência ilimitada de liquidez até ao final de 2016.

O segundo pacote de medidas anunciado consiste num conjunto de operações de refinanciamento de prazo alargado direccionadas (TLTRO, na sigla em inglês), através das quais o BCE cede liquidez: (i) numa primeira fase, num montante até 7% da carteira de crédito a empresas e famílias (excluindo hipotecas); e (ii) numa segunda fase, até 3 vezes a variação líquida do crédito, relativamente a uma referência, definida como a variação do crédito acumulada nos 12 meses até Abril de 2014. Estas operações, com a duração máxima de 4 anos, têm uma taxa de juro fixa, equivalente à taxa refi do momento da tomada de fundos (adicionada de 0,1pp para os dois TLTRO de 2014, e sem *spread* nas operações de 2015). Na primeira fase, o montante de liquidez adicional elegível estava estimado em cerca de 400 mil milhões de euros, dos quais foram utilizados 213 mil milhões.

Um terceiro conjunto de medidas inclui dois programas de aquisição de activos financeiros: o primeiro, de obrigações hipotecárias (ao abrigo do qual, até final de 2014, tinham sido adquiridos cerca de 31 mil milhões de euros); e o segundo de securitizações de créditos (ABS) a empresas e ao consumo (ao abrigo do qual, no mesmo período, foram adquiridos cerca de 1,7 mil milhões de euros).

Já em Janeiro de 2015, o BCE anunciou mais um conjunto de medidas, destinadas a apoiar a recuperação económica e combater eventuais pressões desinflationistas. Destaca-se o reforço do seu programa de aquisição de activos financeiros, que é alargado a dívida pública, de agências e de entidades supranacionais (como o Mecanismo Europeu de Estabilidade, o BEI ou a própria União Europeia), num montante que, incluindo as obrigações hipotecárias e ABS, será de cerca de 60 mil milhões de euros por mês (ou seja, o novo programa ronda os 50 mil milhões de euros de dívida por mês). A repartição dos montantes por país será efectuada de acordo com a subscrição de capital do BCE (Portugal tem uma quota ajustada de aproximadamente 2,5%¹).

O risco não será partilhado plenamente por todo o Eurosistema, já que as aquisições de dívida pública ficarão a cargo dos bancos centrais nacionais. O BCE

¹ Quota ajustada considerando apenas os países membros da União Monetária.



assumirá o risco resultante da aquisição de dívida de instituições europeias e 8% das demais compras de activos. No entanto, há uma mutualização indirecta, através dos fluxos financeiros que ocorrem através do TARGET2.

Espanha e Irlanda, que em 2013, concluíram os seus programas de ajustamento foram as duas economias mais dinâmicas da zona euro, com crescimentos de 1,4% e 4,8%, respectivamente.

No final do ano, houve um novo aumento da incerteza, fruto da convocação de eleições antecipadas na Grécia, que se realizaram já em Janeiro de 2015. O novo Governo, liderado pela Coligação Radical de Esquerda SYRIZA pediu uma extensão do actual programa de ajustamento, até ao final de Junho de 2015, estando presentemente a negociar as medidas de condicionalidade que lhe permitirão receber a última *tranche* do programa, de cerca de 7 mil milhões de euros. Os dados de contas públicas relativos ao início de 2015 revelam uma deterioração dos indicadores orçamentais, com uma quebra mais pronunciada da receita fiscal, que coloca em causa os objectivos de saldo primário para o ano.

Não se observou um contágio da situação grega aos demais países europeus, com a generalidade das taxas de juro de médio e longo prazo a descerem para mínimos históricos absolutos, e com uma redução dos *spreads* de crédito face à Alemanha, também devido às expectativas quanto ao novo programa do BCE.

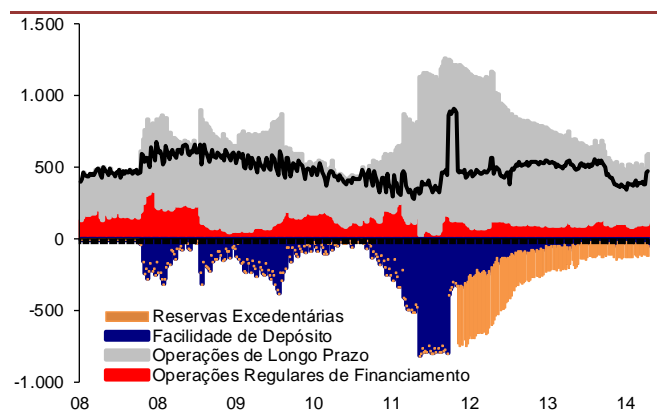
Em 2014, concretizou-se um dos passos para a criação da União Bancária¹. Em Novembro, o BCE assumiu a responsabilidade pela supervisão bancária, sendo agora o supervisor directo de mais de uma centena dos maiores bancos europeus, e ficando os demais sob supervisão conjunta do BCE com os bancos centrais nacionais.

Em antecipação a esta assunção da supervisão, o sector bancário europeu foi alvo de uma avaliação completa (“comprehensive assessment”), ao abrigo da qual foi realizado um processo de avaliação da qualidade dos activos, assim como um exercício de testes de esforço. Ao longo do ano, os bancos foram realizando operações de reforço dos capitais regulatórios, assim como constituindo provisões para fazer face aos novos requisitos impostos pelas autoridades europeias. Apenas 10 instituições tiveram que apresentar planos de reforço dos capitais, num montante total de 10 mil milhões de euros.

Apesar das medidas do BCE destinadas a manter elevada a liquidez total cedida à economia, a liquidez

excedentária reduziu-se, durante grande parte do ano, já que é penalizada pela taxa de depósito negativa. No final do ano, contudo, a liquidez aumentou, com a realização dos dois primeiros TLTROs.

Cedência de liquidez pelo BCE (€bn)



Fonte: BCE

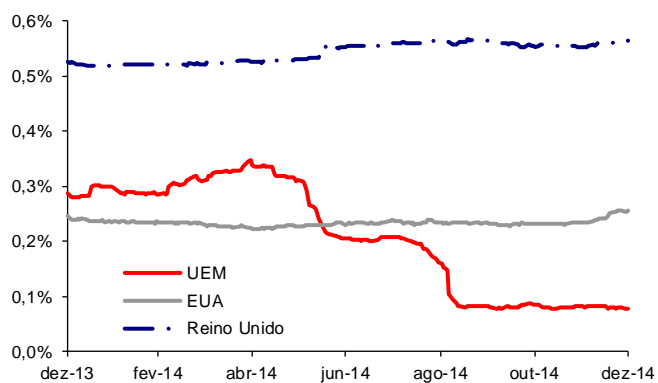
A dinâmica da taxa de juro Eonia, que reflecte a taxa média das operações do *overnight* realizadas no mercado interbancário europeu, reflectiu as expectativas de evolução da liquidez total na zona euro, registando uma descida, em especial na segunda metade do ano, após o BCE ter descido a taxa refi e comunicado a nova estratégia de cedência de liquidez e de aquisição de activos financeiros. No final do ano, a taxa Eonia entrou em terreno negativo.

A taxa Euribor 3 meses, que iniciou o ano com uma ligeira tendência de subida, também em linha com os dados económicos mais fortes, iniciou posteriormente uma tendência de descida, acentuada pelos dois momentos em que o BCE desceu a respectiva taxa de juro de referência. Os prazos inferiores a um mês acompanharam a evolução da taxa Eonia, convergindo também para níveis negativos.

Nos EUA, as taxas de juro apesar do fim do programa de aquisição de activos financeiros e do debate em torno do eventual início do ciclo de subida das taxas de juro de referência, as taxas de juro de curto prazo permaneceram relativamente inalteradas, verificando-se uma subida apenas no final do ano, após a melhoria dos dados económicos, em especial a criação de emprego.

¹ A União Bancária pressupõe a quebra da relação entre o risco bancário e o risco soberano, através da criação de três mecanismos, simultâneos: (i) mecanismo único de supervisão, atribuído ao BCE; (ii) mecanismo único de resolução bancária; e (iii) fundo de garantia de depósitos comum.

Taxas de Juro 3 Meses

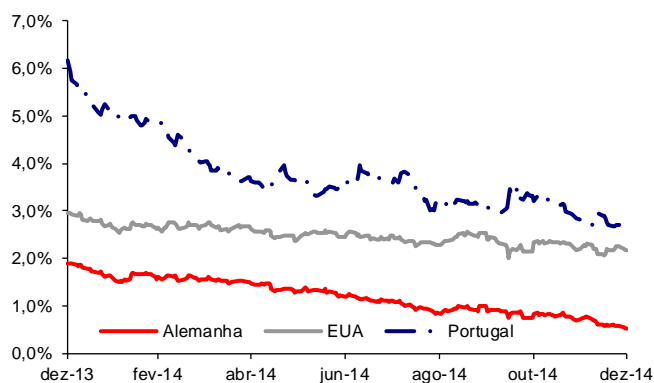


Fonte: Bloomberg

As taxas de juro de longo prazo, na zona euro, mantiveram uma tendência de descida sustentada durante todo o ano, apoiadas, quer pela evolução positiva das variáveis orçamentais, quer pelas expectativas de que o BCE iniciasse o programa de aquisição de activos financeiros, como veio a ser decidido na segunda metade do ano. As *yields* de longo prazo caíram, assim, para mínimos históricos absolutos, de forma generalizada entre os países da zona euro. Na Alemanha, a *yield* dos 10 anos fechou o ano em 0,5%, enquanto em Portugal se reduziu para 2,65%.

Nos EUA, apesar do fim do programa de “quantitative easing” e do debate sobre a mudança de ciclo monetário, a *yield* dos 10 anos desceu, desde aproximadamente 3% até cerca de 2,15% no final do ano.

Taxas de Juro 10 Anos

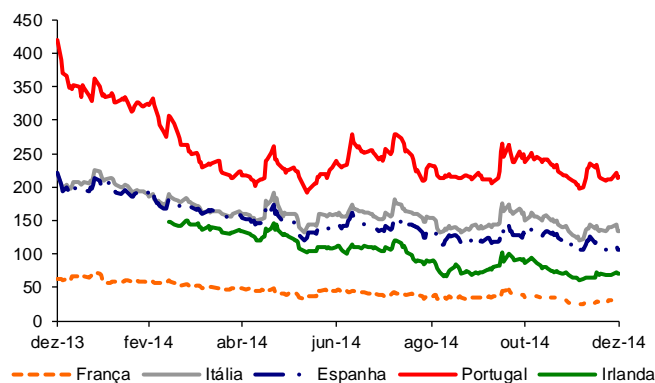


Fonte: Bloomberg

Os *spreads* de crédito soberanos, contudo, tiveram uma dinâmica diferenciada. No primeiro semestre, a tendência foi de estreitamento, sendo que no caso português os *spreads* se reduziram de cerca de 450pb para 250pb. No segundo semestre, a volatilidade foi

mais elevada, e a dinâmica de estreitamento dos *spreads* foi mais moderada. Neste período, a Irlanda foi o país que mais beneficiou de uma redução de *spreads*, fruto do anunciado reembolso antecipado dos empréstimos ao FMI e da revisão em alta do rating soberano para o nível de “A”. A trajetória de descida foi retomada já no ano de 2015.

Diferenciais de taxas de juro de longo prazo face Alemanha (pb)



Fonte: Bloomberg

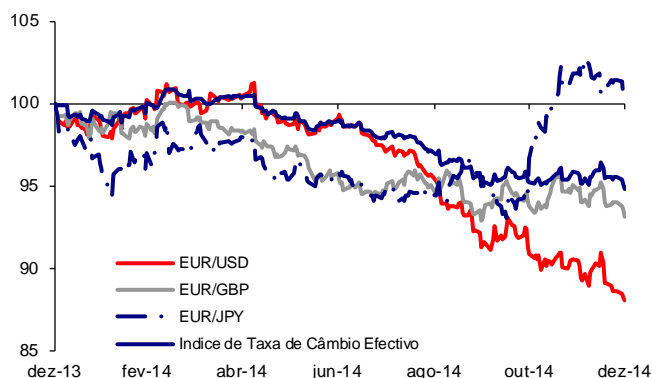
No mercado cambial, o euro registou uma mais pronunciada depreciação, que o conduziu para mínimos históricos face à generalidade das divisas. Esta dinâmica foi mais marcada no segundo semestre do ano, quando o BCE iniciou a nova fase de política monetária expansionista, com a descida das taxas de juro de referência e a adopção de medidas não-convencionais.

Face ao dólar, o euro cotava a 1,2 dólares, no final do ano, partindo de níveis em redor de 1,37 no início do ano, e que se mantiveram até Junho. A antecipada actuação divergente dos bancos centrais dos EUA e do Reino Unido, por um lado, e da zona euro, pelo outro, a partir de Junho, conduziu à depreciação do euro, que se estende pelos primeiros meses de 2015, quando o euro atingiu mínimos de mais de 10 anos face ao dólar. Face à libra esterlina, o euro cota em mínimos desde 2008.

A taxa de câmbio efectiva do euro (que considera as divisas dos doze principais parceiros comerciais da zona euro) depreciou, em consonância, igualmente para mínimos desde 2002.

Já em 2015, o Banco Nacional da Suíça abandonou a ligação que mantinha entre o franco suíço e euro, no âmbito da qual intervinha no mercado para defender uma cotação em redor de 1,20 francos por euro. Num primeiro momento, o franco suíço apreciou até 0,85 face ao euro, para estabilizar posteriormente em redor de 1,07 francos por euro.

Principais Taxas de Câmbio (Dez-2013 = 100)

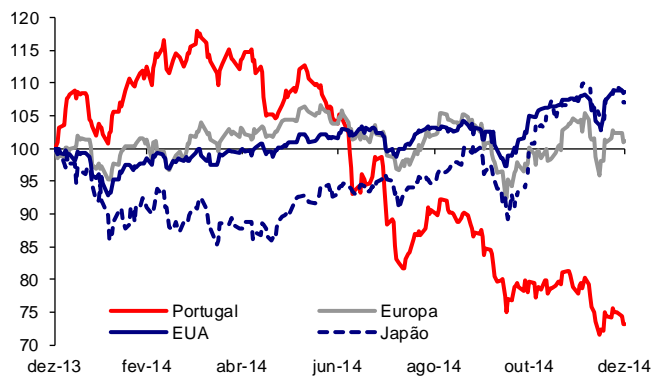


Fonte: BCE

Os mercados accionistas internacionais valorizaram cerca de 10% no conjunto do ano, mas num movimento que foi apenas perceptível já no final de 2014, quando os dados económicos, em especial nos EUA, mas também no Reino Unido, foram mais fortes do que o antecipado. Com efeito, ambos os mercados fecharam em máximos históricos absolutos.

Na zona euro, essa tendência foi menos pronunciada, mesmo apesar das perspectivas de que o BCE viesse, como veio, a adoptar uma política de “quantitative easing”.

Mercados Accionistas (Dez-13 = 100)



Fonte: Bloomberg

O mercado accionista português, contudo, terminou o ano de 2014 com uma depreciação acumulada de cerca de 30%, apesar de uma valorização de quase 20% – muito acima da dinâmica de outros mercados – no primeiro quadrimestre do ano. A resolução do BES no Novo Banco, em Julho, e os desenvolvimentos relacionados com a Portugal Telecom foram determinantes para esta tendência.

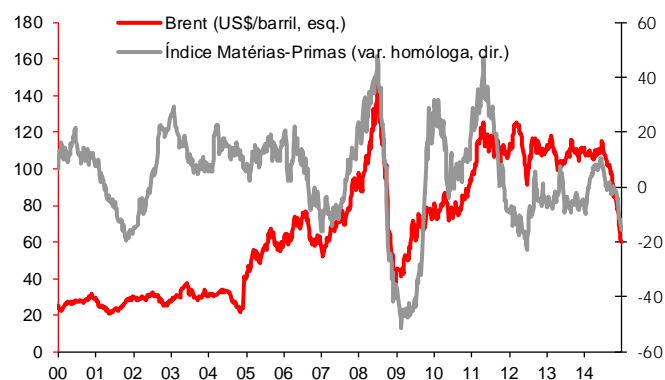
A evolução dos preços das matérias-primas foi diferenciada, quer entre produtos, quer entre diferentes

momentos do tempo. No final do ano de 2014, contudo, a tendência foi de queda relativamente generalizada.

O petróleo oscilou em redor de 110 dólares durante grande parte do primeiro semestre, iniciando posteriormente um movimento de correcção, fruto também da queda da procura, que conduziu o preço até cerca de 50 dólares por barril no final do ano.

Já o preço dos metais, preciosos e de base, assim como dos cereais, registou uma primeira tendência de valorização, que seria revertida também na segunda metade do ano. O ouro atingiu um máximo de cerca de 1,400 dólares por onça no final do primeiro trimestre, servindo como activo de refúgio quando do aumento da instabilidade geopolítica na Europa, mas a dissipação dos riscos conduziu a uma depreciação, terminando o ano em 1,150 dólares.

Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e Índice de matérias-primas (variação homóloga)



Fonte: Bloomberg

Economia Portuguesa

No final do primeiro semestre, Portugal concluiu o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) acordado com as instituições internacionais em Abril de 2011, no âmbito do qual recebeu um montante de financiamento de cerca de 76 mil milhões de euros.

Portugal prescindiu da última *tranche* de financiamento, de cerca de três mil milhões de euros, devido à decisão de inconstitucionalidade, pelo Tribunal Constitucional, das novas regras de cortes salariais (que alargavam os cortes a salários a partir de 650 euros mensais). Para concluir a 12ª avaliação e receber a *tranche* final, Portugal teria de estender o prazo do programa e adoptar, num reduzido período de tempo, medidas compensatórias. Na medida em que a República recuperou, ainda em 2013, o acesso aos mercados financeiros internacionais permitiu substituir as fontes de financiamento, sem perturbações.

Dados Macroeconómicos

	2012	2013	2014
PIB	-4,0	-1,6	0,9
Consumo Privado	-5,5	-1,5	2,1
Consumo Público	-3,3	-2,4	-0,3
Investimento	-18,1	-6,7	5,2
Exportações	3,4	6,4	3,4
Importações	-6,3	3,9	6,4
Inflação média	2,8	0,3	-0,3
Desemprego	15,6	16,2	13,9
Saldo Orçamental (% do PIB)	-5,6	-4,8	-4,5
Dívida pública (% do PIB)	125,8	129,7	130,2
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	0,0	3,0	2,1

Fonte: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças, Santander Totta, FMI

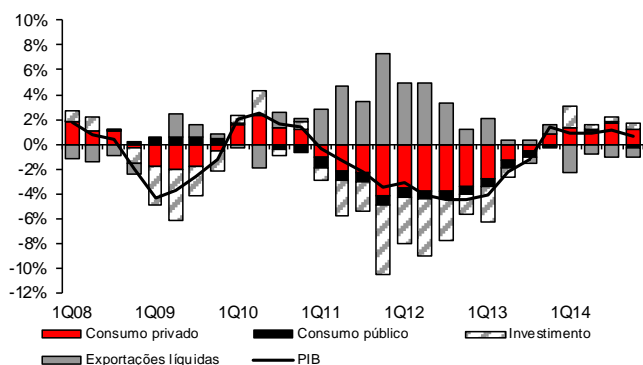
No conjunto do ano, a economia cresceu 0,9%, a primeira taxa de crescimento positiva desde 2010, e que no final do ano ficou caracterizada por uma reaceleração do crescimento económico, mas cujos efeitos se poderão sentir de forma mais marcada em 2015.

Durante o primeiro semestre, o crescimento caracterizou-se por um abrandamento face ao final de 2013, tendo sido marcado por factores pontuais, como seja o encerramento temporário da refinaria de Sines, para manutenção, o que se materializou também na redução das exportações de produtos energéticos, e conseqüente impacto sobre o crescimento. No primeiro trimestre de 2014, o PIB contraiu 0,6% em cadeia, devido em grande medida a este factor, mas recuperou nos trimestres seguintes, uma vez retomada a normal laboração pela refinaria.

As fontes de crescimento económico alteraram-se em 2014, com um domínio da procura interna, mas isso

reflectirá antes uma fase de transição no processo de transformação estrutural da economia.

Contributos para o Crescimento do PIB (tvh)

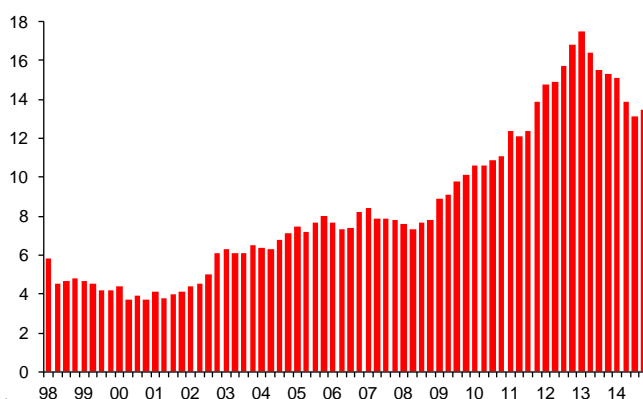


Fonte: INE

O consumo privado tem vindo a expandir moderadamente, à medida que as famílias começam a repor os níveis de despesa que tinham cortado durante os anos de 2011 e 2012. A despesa em bens duradouros, que tinha contraído fortemente nos últimos anos, aumentou, embora permaneça ainda em níveis abaixo dos verificados antes da crise.

A descida do desemprego, que caiu para 13,5% no quarto trimestre, recuperando os níveis de 2011, fruto de uma criação de emprego, contribuiu para a melhoria da confiança dos consumidores. Apesar de uma ligeira descida, a taxa de poupança permanece em níveis elevados, em redor de 10% do rendimento disponível.

Taxa de Desemprego



Fonte: INE

O investimento continuou a recuperar, apesar de ter havido a antecipação de alguns projectos para 2013, fruto de um incentivo fiscal à despesa de capital. Em 2014, o investimento cresceu 5,2%, embora também apoiado pela dinâmica da variação de existências, sem este efeito, a formação bruta de capital fixo cresceu 2,3%, a primeira expansão desde 2008. Este

ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE

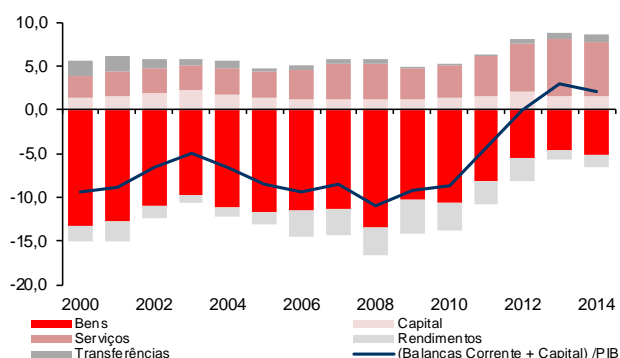
crescimento foi liderado pela despesa de capital em máquinas e equipamentos e material de transporte, sendo que o sector da construção continuou a subtrair ao investimento.

A procura externa líquida, ao contrário da tendência dos anos anteriores, teve um contributo negativo para o crescimento do PIB, mas que pode ser um efeito transitório. As exportações de bens e serviços cresceram 3,4% no conjunto do ano, desacelerando face ao ano transacto, mas afectadas pelo mencionado encerramento da refinaria de Sines. Já no final do ano, assistiu-se a uma recuperação das vendas para o exterior, em linha com a melhoria da economia europeia, com um crescimento homólogo de 5,1% no 4T2014.

As importações cresceram 6,4% em 2014, quase duplicando o ritmo de crescimento de 2013, sendo visível um aumento das compras ao exterior de material de transporte (não só veículos ligeiros de passageiros, como também comerciais, ligeiros e pesados) e de outros bens de equipamento. As importações de bens de consumo cresceram de forma mais moderada.

A balança de bens e serviços, contudo, manteve uma situação excedentária, de 1,1% do PIB, ligeiramente abaixo do excedente observado no ano anterior. A balança corrente e de capital também se manteve excedentária, com um saldo de 2,1% do PIB.

Balança Corrente e de Capital (% PIB)



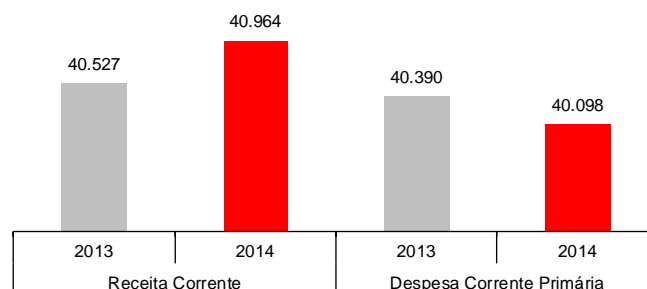
Fonte: Banco de Portugal, INE

Em resultado da progressiva melhoria das contas externas, a posição de investimento internacional melhorou, para uma situação negativa correspondente a 112,85 do PIB (-118,4% no final de 2013).

A execução orçamental de 2014, na óptica da contabilidade pública (caixa), evidencia uma melhoria do saldo orçamental face ao ano transacto, situando-se inclusive abaixo da meta definida pelo Governo, fruto do maior crescimento da receita, em especial de IRS e IVA, enquanto a despesa corrente caiu, apesar do

impacto sobre a despesa com pessoal decorrente da declaração de inconstitucionalidade dos cortes salariais constantes do OE2014.

Receita Corrente e Despesa Corrente Primária (€mn)

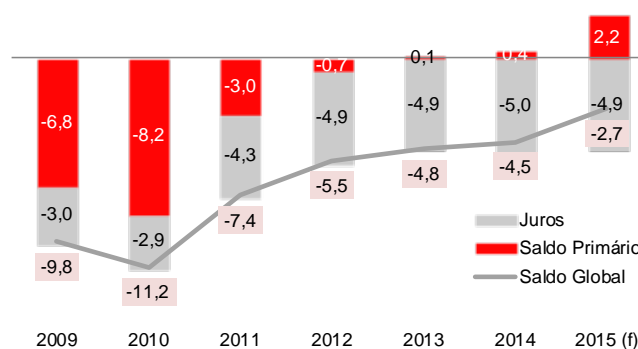


Fonte: Ministério das Finanças

Em contabilidade nacional, e de acordo com as projecções da UTAO e do Conselho de Finanças Públicas, o défice terá sido de 3,8% do PIB, quando corrigido de factores pontuais (a assunção, pelo Estado, de financiamentos a empresas públicas do sector dos transportes). Incluindo estes efeitos, o défice terá sido de 4,5% do PIB. O Eurostat ainda não decidiu sobre o modo de contabilização do empréstimo que o Estado fez ao Fundo de Resolução, no montante de €3,9 mil milhões de euros (2,2pp do PIB), mas a ser registado no défice será um efeito não recorrente e sem implicações para a execução orçamental em 2015, nem para a dívida, uma vez que foram utilizados fundos que já estavam disponíveis no âmbito do fundo de recapitalização do sector bancário, criado dentro do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro.

Uma dinâmica de relevo na evolução dos agregados orçamentais é o facto de o saldo primário ter passado a registar um excedente, de cerca de 1,1pp do PIB (excluindo efeitos não-recorrentes), após dois anos em que o saldo já esteve próximo do equilíbrio.

Défice Orçamental (% PIB)



Fonte: Ministério das Finanças



A notação de risco da República foi revisto em alta pela agência Moodys, para Ba1 (um nível abaixo do nível de *investment grade*), com *outlook* estável. As demais agências mantiveram o *rating*, mas reviram o *outlook* para estável.

Durante o ano, o Tesouro manteve o acesso aos mercados financeiros internacionais, com várias emissões de dívida de médio e longo prazo, a 5 e 10 anos, as quais foram realizadas com forte procura e com taxas de juro progressivamente mais baixas. Em Setembro, o Tesouro emitiu a 15 anos, à *yield* de 3,9% e já em 2015 o reforço da nova emissão a 10 anos, a OT2015, lançada em Janeiro com um cupão de 2,875%, foi realizado com uma *yield* de 2,04%. Em Julho de 2014, e pela primeira desde 2010, o Tesouro realizou uma emissão em dólares norte-americanos, à taxa de 5,23%.

Em 2015, o Governo obteve autorização das instituições internacionais para reembolsar parcialmente os empréstimos ao FMI, com o objectivo de amortizar, até ao final de 2017, cerca de 14 mil milhões de euros. Esta medida é justificada pelo facto de a República ter, presentemente, condições de financiamento em mercado mais favoráveis (em termos de taxas e de prazos de financiamento).

A situação no sector bancário foi marcada pelo processo de resolução do Banco Espírito Santo, na primeira aplicação a nível europeu dos novos mecanismos de resolução. Foi criado o “Novo Banco”, instituição de transição, e que manteve a generalidade dos activos e a actividade bancária, com excepção de activos problemáticos, na sua maioria a exposição ao Grupo Espírito Santo, que ficou na esfera do BES. A subscrição de capital foi realizada pelo Fundo de Resolução, com fundos cedidos pelos bancos participantes, assim como com um empréstimo do Estado português. O processo de venda do Novo Banco iniciou-se ainda em 2014.

Esta situação não teve efeitos de contágio ao sector financeiro, na sua totalidade, com o volume de depósitos a manter-se estável. Durante o ano, os bancos que tinham processos de reestruturação acordados com a DGComp avançaram para a sua conclusão, com a liquidação total ou parcial da recapitalização realizada pelo Estado português. Os bancos abrangidos pelo “comprehensive assessment” passaram nos critérios exigidos pelo BCE e pela EBA, com excepção de uma instituição, que apresentou medidas correctivas.

O crédito total às empresas continua a reduzir-se, reflectindo, por um lado, a desalavancagem em curso na economia, e, por outro lado, factores específicos, como a assunção do financiamento de algumas empresas pelo Estado Português e, já no final do ano,

a reclassificação dos empréstimos a SGPS, em que as sociedades meramente instrumentais foram reclassificadas no sector de outras instituições financeiras não-monetárias. Estes dois efeitos justificam quase uma redução do crédito a empresas em cerca de 6 mil milhões de euros (numa variação total de cerca de -13 mil milhões de euros).

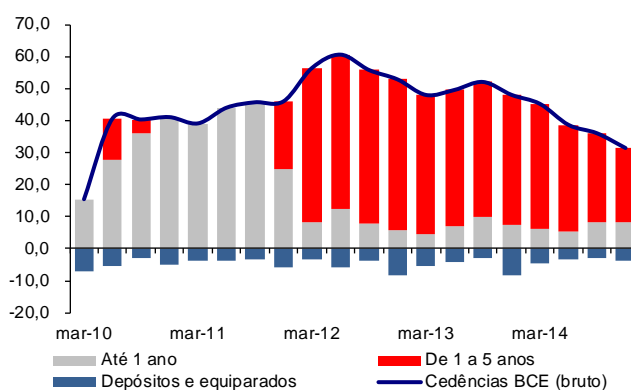
Os fluxos de novos créditos a empresas registaram uma redução, a partir de Julho, em simultâneo com a resolução do BES. No entanto, os dados relativos ao último trimestre já evidenciam uma recuperação da produção, o que ocorre também ao nível do crédito aos particulares, em especial hipotecário.

Esta dinâmica está em sintonia com a tendência constante do mais recente inquérito às condições no mercado de crédito, que sinalizam uma nova flexibilização das condições de concessão de crédito, assim como um aumento da procura de crédito.

A liquidez não é uma restrição à concessão de crédito, permanecendo abundante. Por um lado, o BCE mantém os seus programas de cedência de liquidez, mas o sector financeiro nacional tem vindo a reduzir paulatinamente a utilização destas facilidades, mesmo com os novos TLTRO, onde se assistiu antes a uma alteração das maturidades de financiamento, em favor dos prazos mais longos. No final do ano, os bancos nacionais estavam financiados em 31,4 mil milhões de euros (27,7 mil milhões quando ajustado dos depósitos junto do BCE, o que compara com 39,8 mil milhões no final de 2013).

Por outro lado, o volume de depósitos permaneceu bastante elevado, embora no final do ano, mas em especial no início de 2015, tenha havido uma redução, com as famílias a subscreverem produtos de aforro emitidos pelo Tesouro, com taxas de juro muito mais elevadas do que as praticadas pelo sector bancário, que desceram, em sintonia com as taxas de juro de mercado.

Financiamento no BCE (€bn)



Fonte: Banco de Portugal

Principais riscos e incertezas para 2015

Os riscos e incertezas que podem afectar a actividade no ano de 2015 estão relacionados com factores domésticos e externos.

A nível internacional, os factores de risco estão relacionados com (i) os desenvolvimentos relativos ao programa de ajustamento na Grécia e ao passo seguinte em termos de financiamento daquele país. As negociações entre as autoridades gregas e as instituições internacionais são fundamentais para evitar dinâmicas adversas para a confiança e para a sustentabilidade do processo de crescimento, quer na Grécia, quer na zona euro; (ii) os desenvolvimentos geoestratégicos na Europa de Leste; (iii) a possibilidade de os EUA iniciarem um ciclo de subida das taxas de juro de referência e o seu impacto sobre os fluxos de fundos entre economias; e (iv) a sustentabilidade da recuperação da economia mundial.

A nível nacional, as principais fontes de incertezas são várias. Por um lado, o potencial de crescimento deve beneficiar das reformas estruturais implementadas nos últimos anos, mas num processo que ainda deve prosseguir, para consolidar os ganhos já alcançados. Também a dinâmica da economia europeia é importante para o crescimento do PIB, sendo ainda o principal parceiro comercial.

Por outro lado, o ciclo eleitoral, com a realização de eleições gerais no início do Outono. Não existindo factores de risco político, pode, contudo, haver um adiamento de decisões de investimento pelo sector privado, com efeitos sobre o crescimento económico. O ciclo eleitoral pode também levar ao adiamento do processo orçamental, que apenas será iniciado quando o novo governo estiver em funções, já no quarto trimestre de 2015.

Adicionalmente, e no que respeita ao sector financeiro, o desafio coloca-se com o aumento da rendibilidade, logo que esteja concluído o processo de ajustamento. A melhoria do ciclo económico pode influenciar positivamente a necessidade de provisionamento de imparidades de crédito, mas o contexto de baixas taxas de juro e a ainda lenta recuperação dos volumes de crédito tem efeitos sobre a geração de margem financeira.

Ainda relacionado com o sistema financeiro, em 2015, deve ser concluído o processo de venda do Novo Banco.

Banca Comercial

Particulares e Negócios

Na área de Particulares e Negócios, o Santander Totta reforçou as suas quotas de negócio quer no mercado de recursos quer no mercado do crédito.

Ao longo de 2014, foi desenvolvida uma estratégia sustentada na solidez do Banco, o que permitiu apoiar os clientes particulares e de negócios/PME's.

Quanto ao crédito a particulares, o Banco aprovou projectos através da concessão de crédito pessoal no montante de 469 milhões de euros, e de crédito à habitação no valor de 394 milhões de euros. Às empresas do segmento de Negócios/PME's foram concedidos 1.563 milhões de euros de crédito.

No capítulo dos recursos, as taxas de juro de mercado baixaram para níveis historicamente baixos, o que teve consequências relevantes no mercado em termos de produtos de poupança. Assim, as condições e o portefólio de produtos do Banco, especialmente de passivo tradicional, tiveram de ser ajustados a essas condições de mercado, embora continuando a premiar o nível de relacionamento dos clientes com o Banco.

Numa lógica de diversificação do património dos clientes, o Banco manteve a disponibilização, em contínuo ao longo do ano, de depósitos indexados e seguros financeiros e reforçou a sua oferta ao nível da gama de fundos de investimento mobiliário, lançando novos fundos destinados aos segmentos *Select* e *Mid/Mass Market*.

No que respeita a fundos de investimento comercializados pelo Banco, registou-se um aumento anual de 16,7%, atribuível, principalmente, aos fundos *Santander Select* (178,1 milhões de euros) e fundos *Santander Private* (116,6 milhões de euros), tendo sido lançados 8 novos fundos (3 para o segmento *Select*, 3 para o segmento *Private Banking* e 2 para o segmento *Mass Market*), com o intuito de complementar a gama de fundos disponibilizada aos clientes.

No final de 2014, a quota de mercado de fundos de investimento mobiliário comercializados pelo Santander Totta situava-se em 14,5%, correspondente a um aumento de 3,0 pp face ao período homólogo.

É de destacar, também, o contínuo foco na captação de novas domiciliações de ordenados, na colocação de soluções de protecção (seguros autónomos) e na colocação de cartões de crédito em novos clientes. Neste apartado manteve-se o foco no aumento do parque, alavancado pelo aumento do número de clientes novos de cartões de crédito que atingiu mais de 57.000 clientes. O aumento do parque, juntamente

com a manutenção das taxas de utilização dos cartões, permitiu um crescimento da facturação, em termos homólogos, acima do crescimento do mercado em cerca de 5 pontos percentuais.

Ao longo do ano, ocorreram diversas iniciativas no sentido de rentabilização do portefólio e de promoção da utilização dos cartões Santander Totta, com os clientes a beneficiarem de várias ofertas e descontos. Registou-se a continuidade da parceria com o grupo Hotéis Vila Galé, a consolidação do "Programa de Descontos" e o lançamento da parceria com a Repsol, que oferece descontos imediatos nos pagamentos com os cartões Santander Totta.

Relativamente à aceitação, o Banco manteve a sua posição de referência junto das principais cadeias de retalho, atingindo posições muito relevantes, nomeadamente nos ramos alimentar, de vestuário e de electrónica de consumo. A quota de mercado de facturação do Banco cresceu 8,1% (acima do valor de mercado), o que se reflectiu na melhoria da quota de mercado que se manteve acima dos 17%. Este reforço fica a dever-se não só ao bom relacionamento comercial com um conjunto importante de clientes, como ao reconhecimento por parte destes da qualidade do serviço prestado pelo Banco.

No controlo do crédito vencido, apesar da conjuntura económica desfavorável, o Banco superou os objectivos definidos para 2014, continuando a ser determinante a política de rigor e, também, a implementação de novas soluções de regularização e renegociação de dívida adequados a cada cliente.

Private Banking e Select

Em Fevereiro de 2014, foi lançada a marca *Select* que ao longo do ano se foi solidificando, registando-se um crescimento de 18% na base de clientes do segmento, fruto de uma maior dinâmica na oferta de produtos aliada a uma estrutura dedicada de gestores para uma maior proximidade com o cliente.

Num ano pautado por uma maior incerteza nos mercados financeiros, nomeadamente em Portugal, a área do *Private Banking* alcançou os seus objectivos de negócio definidos no início do ano, ou seja crescer em clientes, património gerido e produto bancário.

O modelo de negócio do *Private Banking* do Santander Totta permite de forma consistente, objectiva e sistemática controlar a adequação dos produtos ao perfil de investimento dos clientes, com base nos parâmetros de risco considerados para o modelo.



Os *drivers* que permitiram consolidar a posição do Banco no mercado foram a sua solidez, uma oferta de produtos diversificada, abrangente e articulada com a área de *Private Banking* e o dinamismo da equipa, o que conduziu a que o Santander Totta fosse distinguido, pela

Best Private Banking Services Overall 2014



quarta vez consecutiva, pela prestigiada revista Euromoney como a melhor área de *Private Banking* a operar em Portugal, na categoria “Best Private Banking Services Overall” no âmbito dos “Euromoney’s Private Banking Awards”.

Empresas

Na área de Empresas, os resultados obtidos em 2014 confirmam o compromisso do Banco em apoiar a actividade das empresas, apostando em sectores críticos para o crescimento da economia portuguesa, nomeadamente o sector exportador, tanto ao nível do negócio internacional como no apoio à internacionalização, e em sectores de bens transaccionáveis que possam beneficiar da estabilidade do *rating* da República e da expectativa de recuperação gradual do investimento dos agentes económicos.

No início de 2014, o Banco reforçou a rede comercial de Empresas com a abertura de três novas Direcções Comerciais (Paredes, São João da Madeira e Torres Vedras), apostando, assim, numa maior proximidade aos clientes.

O ano caracterizou-se por uma maior pressão a nível de preços, reflexo de uma maior disponibilidade de oferta bancária no segmento de empresas. A Rede Empresas manteve a sua linha de actuação, com grande foco no crescimento da carteira de crédito, com uma produção que ultrapassou os 5,2 mil milhões de euros, salvaguardando a gestão equilibrada dos volumes da carteira de crédito e de recursos.

Em resultado da estreita colaboração entre o Santander Totta e o Banco Europeu de Investimento (BEI), no âmbito das linhas de apoio ao investimento em projectos e programas em vários sectores da economia e abrangendo diversos segmentos, preferencialmente PME e MIDCAPs, o Banco concluiu, em Setembro, a colocação da totalidade da 6ª linha BEI, no montante de 200 milhões de euros a qual permitiu apoiar cerca de 1.000 empresas.

Na sequência da elevada receptividade das empresas às linhas BEI, o Banco formalizou, em Outubro, uma nova linha (7ª) no montante de 200 milhões de euros, a qual já permitiu, até Dezembro, a concessão de financiamentos no montante de 60 milhões de euros.

Nas linhas PME Investe/Crescimento, o Banco Santander Totta mantém uma intervenção de relevo com uma quota de mercado de cerca de 16,7%, tendo colocado, até Dezembro, mais de 20 mil operações, no montante global de 2 mil milhões de euros. Na linha PME Crescimento 2014, cuja comercialização se iniciou em Março, o Banco posiciona-se igualmente acima da sua quota de mercado, atingindo uma franquia de 18,7% em montante de financiamento de operações enquadradas pela PME-Investimentos (entidade gestora destas linhas), posicionando o Santander Totta como líder nesta linha.

O Banco mantém, igualmente, a liderança em *factoring* e *confirming*, com uma quota de mercado agregada de 25%, o que mais uma vez é sintomático do compromisso do Banco no apoio efectivo à actividade das empresas.



Na vertente do negócio internacional, o Banco alargou a sua oferta de valor às empresas, pondo à disposição dos

clientes o portal *Santander Trade* e a capacidade de alargar a relação dos clientes a potenciais parceiros através do “Clube Santander”. Melhorando o seu apoio a um conjunto seleccionado de clientes com forte envolvimento em negócio internacional, o Banco ofereceu o “Passaporte Santander”, permitindo que as empresas passem a beneficiar de um tratamento de relação homogéneo nas geografias onde o Grupo Santander está presente. Adicionalmente, através do *International Desk*, o Banco continuou a prestar apoio às empresas em processo de internacionalização. Durante o exercício, o Santander Totta promoveu 22 eventos regionais sobre negócio e realizou ou participou, em parceria com entidades externas, em mais de 20 conferências e iniciativas focadas em mercados internacionais.

Promotores e Mediadores

Durante o segundo semestre de 2014, assistiu-se a um ponto de viragem relativamente à atenção e acompanhamento que o Banco, em geral e a Direcção de Coordenação de Promotores e Mediadores Imobiliários em particular, viria a prestar ao crédito habitação e ao canal de mediadores imobiliários.

Como reflexo desta nova realidade, destacam-se: (1) o lançamento de campanhas de captação de crédito habitação para os mediadores imobiliários; (2) a realização de *road shows* de mediadores replicando o que tão bons resultados tem dado no canal de promotores externos, onde em conjunto com a rede comercial foi possível divulgar as novas soluções Santander para o crédito habitação e a nova estratégia

do Banco para a dinamização das parcerias existentes; (3) a conclusão do levantamento dos protocolos existentes com empresas de mediação em actividade; (4) a presença no SIL - Salão Imobiliário de Portugal desta vez com claro destaque para o crédito habitação.

Manteve-se o mesmo foco e atenção no canal de promotores externos, procurando aumentar ainda mais o compromisso e o nível de colaboração com o Banco, assegurando uma grande proximidade através da realização de mais de 120 *road shows*, durante o ano de 2014.

Ao longo do ano, mantiveram-se as habituais campanhas e concursos para incentivar a captação de contas ordenado, crédito ao segmento de negócios e crédito pessoal. Mais recentemente foi lançada uma campanha de crédito habitação e pela primeira vez foi realizado um concurso de seguros.

Relativamente ao projecto das lojas de promotor que actuam em colaboração com o balcão de apoio em localidades onde o Banco não está presente, registou-se um importante reforço desta rede com uma variação anual de mais 25 lojas, alcançando um total de 295 lojas de promotor abertas.

Canais Complementares

O ano de 2014 ficou marcado pela implementação do “Plano de Transformação Multicanal”, suportado pela criação da marca interna **appy**, dando corpo à estratégia e posicionamento definidos pelo Grupo para os canais directos com o objectivo de estar mais próximo dos clientes. Este impulso e marco de mudança implicaram a reformulação do alinhamento dos canais directos, consubstanciado na prioridade de alterações estruturais com vista a capacitar estes canais com uma maior e melhor oferta nos vectores produto, serviço e experiência do cliente.

SelfBanking

A actividade de *SelfBanking* centrou-se no rejuvenescimento tecnológico, com a substituição de mais de uma centena de equipamentos instalados em balcões e na inovação tecnológica, instalando na rede Multibanco o primeiro conjunto de ATM's com capacidade de recirculação de notas depositadas.

O número de ATM's da rede Multibanco decresceu, devido, essencialmente, ao ajustamento da rede de balcões. No entanto, as quotas de mercado mantiveram-se estáveis face ao ano anterior, apresentando valores de 12% em número de ATM's e de 13% em número de movimentos.

NetBanco

Tendo como objectivo ser um canal focado na venda e parte integrante da relação com o cliente, destaca-se, em 2014, a disponibilização de contratação de seguros autónomos e de pedido de cartão de débito. Encontram-se em curso outras iniciativas que visam reforçar a capacidade deste canal, com implementação mais alargada no tempo.

A disponibilização de um serviço digital mais completo tornou-se uma realidade em 2014, com a inclusão dos avisos e extractos de conta no serviço de documentos digitais. A venda certificada tornou-se igualmente uma realidade, possibilitando a consulta de todos os documentos aceites pelo cliente no momento da contratação de um produto *online*.



No *Mobile Particulares*, considerado um canal fundamental para manter e solidificar a relação com o cliente, foram desencadeadas

várias iniciativas com vista a melhorar substancialmente a experiência do cliente e o nível da oferta de serviço. Foram disponibilizados os pagamentos ao Estado, o agendamento de pagamentos de serviços e a consulta de movimentos de cartão de crédito, entre outros. Foi realizado um estudo de usabilidade da plataforma que visou desencadear iniciativas estruturais prioritárias, que se encontram em curso.

No NetBanco Empresas, a aposta foi feita na transaccionalidade como alavanca de captação de clientes empresa. Destaca-se a disponibilização do pedido de créditos documentários de importação, um serviço de documentos digitais (avisos, extractos de conta e declarações fiscais), bem como a adequação ao regulamento 260 para o SEPA nas vertentes de débitos directos e transferências a crédito.

O número de utilizadores de canais digitais evoluiu positivamente em 2014, com maior expressão no *Mobile* (+52%), o que resulta também de uma menor base de partida face aos restantes canais mas que é sintomática da forma como os clientes estão a evoluir no relacionamento com o seu Banco.

Contact Center

No ano de 2014, o *Contact Center* do Santander Totta foi considerado, pelo 6º ano consecutivo, o “Melhor Contact Center de Portugal no Sector Financeiro”, prémio atribuído pela Associação Portuguesa de *Contact Centers*.



Ao longo do ano, implementou-se uma visão multicanal, de forma a

assegurar uma experiência de cliente de referência e potenciar a eficiência e a rentabilidade.

O *Contact Center* tem reforçado o investimento no aumento da sua autonomia e na rápida resolução de todas as situações que são apresentadas pelos clientes. Todos os pedidos dos clientes, mesmo que fora do âmbito do *Contact Center*, têm seguimento e resolução rápida junto das áreas competentes.

Foi criado o Centro de Atendimento *Advance* para apoio a todas as empresas, clientes actuais e potenciais, com especial destaque para as PME's, garantindo o suporte a todos os utilizadores do *site* e efectuando contactos junto dos clientes para apresentação de produtos e serviços do Banco.

O foco do *Contact Center* continua a ser a prestação de um serviço de qualidade aos clientes do Banco, de uma forma multicanal e com visão de segmento.

Redes Sociais



Ao longo de 2014, a presença nas redes sociais foi reforçada, com destaque para o início da presença no

LinkedIn e *Instagram* e o lançamento de novas iniciativas nas páginas do *Facebook*. O número de fãs da página oficial do Banco já ultrapassou os 65.000 fãs.

Actividade internacional

Em 2014, ocorreu o final do período de ajustamento negociado por Portugal com os credores internacionais, constituindo esse facto um sinal positivo para a comunidade residente no exterior.

A actividade económica em Portugal confirmou alguns sinais de melhoria, embora o nível de desemprego se mantenha acima do que seria desejável principalmente em níveis etários mais jovens e com maior qualificação o que tem tido impacto no fluxo de emigração.

A área Internacional manteve a sua estratégia de proximidade aos clientes residentes no estrangeiro, visando apoiar também, através das unidades no exterior, os que iniciam o seu percurso laboral fora de Portugal, dinamizando a oferta de serviços e de soluções em estreita articulação com a rede comercial em Portugal.

Neste contexto, promoveu-se, em articulação com o jornal com maior expressão nas comunidades, o "Mundo Português", um destacável com informação que visava melhorar a integração social nos principais países de emigração.

Internamente, adequou-se a oferta da "Super Conta Residentes no Estrangeiro" e preparou-se a dinamização do segmento "Select", apresentando aos clientes diversas soluções para gestão de poupanças.

Também no apoio às comunidades, nos países onde o Banco está presente, realizaram-se encontros com clientes e o Banco esteve presente no Salão Imobiliário em Paris, onde se procurou transmitir confiança no país e os valores do Grupo e do Banco.

A tradicional campanha de Verão decorreu com êxito com a oferta de produtos tradicionais portugueses e o atendimento personalizado a ter uma grande receptividade por parte dos clientes não residentes. Com maior visibilidade nos principais aeroportos e balcões, dinamizaram-se campanhas de comunicação para incentivar os clientes a transferir fundos para Portugal. Essa promoção teve maior expressão num concurso, cujos prémios foram a atribuição de viagens e a presença no mundial de futebol que se realizou no Brasil, no primeiro semestre, e a oferta de viagens a Portugal, no último trimestre.

A sucursal de Londres manteve o foco na relação com os portugueses residentes no Reino Unido, em especial no que respeita a alguns grupos de clientes e grupos profissionais e técnicos que optaram por trabalhar naquele país.

Com uma estratégia comercial conjugada com níveis de segurança e rendibilidade adequados às condições de mercado, foi possível um crescimento no volume de recursos e de transferências na área de residentes no estrangeiro tendo ainda a carteira de crédito apresentado uma ligeira redução fruto essencialmente de amortizações.

No ano em análise foi possível apresentar, a exemplo dos dois anos anteriores, um crescimento significativo de novos clientes no segmento.

No que respeita a transferências de residentes no estrangeiro, canalizadas através do Santander Totta, registou-se um crescimento de 18% assim como uma evolução positiva na quota de mercado.

Global Banking & Markets

Ao longo de 2014, a área de *Corporate Finance* continuou a desenvolver uma intensa actividade destacando-se a participação, como co-líder, nas seguintes operações, concluídas com sucesso: (1) sindicato de colocação da oferta pública de venda/IPO da ESS – Espírito Santo Saúde; (2) sindicato de colocação da oferta pública de venda de acções da REN, no âmbito da 2ª fase de privatização da empresa; e (3) sindicato de colocação da oferta pública de subscrição do aumento de capital do BES.

Destaca-se ainda a actuação do Santander Totta como assessor e intermediário financeiro da José de Mello Saúde na OPA lançada sobre a ESS – Espírito Santo Saúde.

Na área de *Credit Markets*, as empresas aproveitaram a descida de *spreads* de crédito para tomarem decisões de alongamento ou refinanciamento do seu endividamento. Adicionalmente, verificou-se uma evolução muito positiva na área de *Project Finance* com as empresas a explorarem e a concretizarem oportunidades de financiamento de novos projectos. O Santander Totta esteve presente na generalidade das operações celebradas, em particular no sector das energias renováveis.

A área de Produtos Estruturados registou um bom desempenho na comercialização de produtos de passivo. Durante o ano, foram emitidos 23 produtos estruturados, dos quais 19 são emissões denominadas em euros cujo montante total ascendeu a 781 milhões de euros e 4 denominadas em dólares norte-americanos cujo montante atingiu 50,1 milhões de dólares norte-americanos. As emissões que foram colocadas neste período estão indexadas a diferentes activos transaccionados em mercados accionistas de várias geografias.

Em Fevereiro de 2014, o Banco Santander Totta foi distinguido pela *Euromoney Structured Retail Products* como “Best Sales in Portugal” de produtos estruturados em Portugal.

Perspectivas para 2015

Em 2015, as expectativas apontam para uma gradual recuperação da actividade económica, assim como das condições financeiras, na zona euro. Ainda assim, emergem novos focos de incerteza relacionados com a crise grega, com o prolongamento do conflito na Ucrânia e Rússia, com o abrandamento económico nos países emergentes e com a gradual consolidação da zona euro no que diz respeito à harmonização das regras financeiras (união bancária) e estratégias de investimento e de defesa supranacionais.

A economia portuguesa deverá manter-se numa trajectória de recuperação da actividade económica, em linha com os seus parceiros europeus. No entanto, existem factores de risco associados, nomeadamente o resultado do processo eleitoral, caso se repercuta num abrandamento na implementação das necessárias reformas estruturais.

Os bancos irão desenvolver a sua actividade num enquadramento de baixas taxas de juro, *spreads* de crédito sob pressão e grande complexidade nas novas exigências regulatórias, nomeadamente no que respeita a requisitos de capital, rácios de liquidez e de alavancagem, e ainda os novos regulamentos referentes aos mecanismos de resolução, o que terá um impacto estrutural na rentabilidade das instituições financeiras nos próximos anos.

O Santander Totta tem demonstrado uma forte capacidade de geração de receitas, mantendo a solidez de balanço e uma situação de liquidez confortável. Em 2015, um dos principais objectivos do Santander Totta é continuar a aumentar a rentabilidade dos capitais próprios, pelo que a evolução da margem financeira será um factor crítico para o aumento das receitas do Banco, através da gestão equilibrada entre a normalização do passivo e o crescimento dos volumes de negócio.

O Santander Totta continuará focado na sua estratégia de apoio à revitalização da economia portuguesa e das empresas, mantendo uma política de controlo rigoroso dos riscos no que respeita à concessão e ao seguimento de crédito.

Em simultâneo, o banco prosseguirá a sua estratégia de banca comercial baseada numa maior proximidade ao cliente, apresentando soluções adequadas a cada segmento de negócio com o objectivo de incrementar os níveis de vinculação dos clientes e fazendo com que o Santander Totta seja o seu primeiro Banco. A estratégia assentará: (1) na maior simplificação dos processos, tornando-os mais eficientes; (2) na utilização de ferramentas que permitam uma melhor gestão da informação; e (3) na agilização da gestão de risco, com modelos mais ajustados a cada segmento

de clientes, mantendo uma gestão prudente e rigorosa dos riscos assumidos.

Apesar de a rede de agências permanecer como um canal fundamental na relação com os clientes, o Banco continuará a potenciar o modelo de distribuição multicanal de modo a prestar um serviço mais completo e acessível aos clientes.

Recursos Humanos

As linhas de actuação da área de Recursos Humanos assentaram no desenvolvimento do colectivo em que a participação, colaboração, cooperação e trabalho em equipa assumem protagonismo, no alinhamento corporativo nas práticas e políticas a implementar bem como na proximidade às áreas de negócio e o apoio directo à concretização dos objectivos estratégicos estabelecidos.

Ser o melhor Banco para os nossos clientes e o melhor lugar para trabalhar, para além de um objectivo, constituiu um desafio na forma de combinar os contributos individuais com a força de todos.

O apoio à reorganização interna, na constituição e reforço das equipas da área de Inteligência Comercial e dos segmentos *Private*, *Select* e *Advance*, o redimensionamento da rede comercial, associado às movimentações de pessoas daí decorrentes, o acompanhamento directo a 70 balcões no âmbito do Programa *Be Up* e as 480 visitas efectuadas às áreas dão nota da proximidade e apoio da equipa de Recursos Humanos às diversas áreas de negócio e da dinâmica interna que se viveu em 2014.

A atribuição de 338 novos níveis salariais, os 157 *up grades* funcionais, o facto de 98% dos colaboradores terem recebido remuneração variável e o aumento salarial médio de 1,38% ilustram a importância dada ao reconhecimento do mérito e contributo individual dos colaboradores para a concretização dos objectivos do Banco.

Na área de Conhecimento e Desenvolvimento destaca-se o acompanhamento da estratégia de negócio do Banco com a criação de programas específicos para apoiar o lançamento das marcas *Select* e *Advance: To Be Excelent* e *Be Advance*, respetivamente. Na vertente *Customer Engagement* é de referir, ainda, o programa *Energia Comercial* para directores de balcão da rede de Particulares e Negócios Sul com o objectivo de desenvolver competências que incrementem a relação de confiança do cliente com o Banco. Estes programas envolveram cerca de 500 colaboradores da rede comercial.

No âmbito da diversidade de género decorreu a 2ª edição e foi lançada a 3ª edição do *Women's Executive Program*, construído em parceria com uma Universidade e que tem como objectivo impulsionar a carreira das mulheres com potencial através da aprendizagem de várias competências-chave agrupadas em 3 blocos: negócio, liderança e carreira/gestão pessoal. Este programa conta com a participação de 53 directoras.

Ao longo do ano, desenvolveram-se acções específicas para os directores de 2ª linha da estrutura do Banco,

tais como: *Liderança Ressonante*, *Seja o CEO de Si Próprio*, *Mente Livre e Produtividade* e *Mindfulness - Cultivar a Atenção Plena*. Estas acções tiveram a participação de 80 colaboradores.

Ainda no domínio do Desenvolvimento, realizaram-se programas de *Executive Coaching* a 65 pessoas e integrou-se o *Mentoring* nos seguintes programas: *Mentoring para Universitários* com a participação de 30 estudantes e *Santander Futuro para Jovens Directores*, com a participação de 20 chefias com nomeação recente.

Com uma oferta de 90 cursos em *E-Learning*, atingiu-se 32% do total de horas de formação (71.264 horas) via plataforma, permitindo assim uma maior oferta para responder às necessidades individuais e dispersão geográfica.

No âmbito da colaboração junto das Universidades, o Banco esteve presente nas principais escolas nacionais: Católica, Nova, ISCTE, ISEG e FEP. Desenvolveu-se o programa de estágios Bolsa de Valores, foi criado o *Growth Acceleration Program* em que, sob a gestão de um tutor, 10 grupos de estagiários desenvolveram projectos de áreas específicas do Banco, resultando 4 premiados pela inovação e possibilidade de implementação no Banco. Durante todo o ano, 164 jovens estagiaram no Banco, num total de 83.762 horas de formação.

Nº horas formação – 365.743
Nº horas formação por colaborador – 46
% formação <i>E-Learning</i> – 32%
Investimento em formação – 1.500.000 €
Investimento em formação/massa salarial – 0,89 %

Como vem sendo habitual, nos últimos anos, desenvolveram-se algumas iniciativas formativas para filhos de colaboradores, nomeadamente, nas férias da Páscoa e Natal, cursos de metodologias e técnicas de estudo (59 participantes) e nas férias do Verão o curso *Em Busca da Magia (TEEN)* que abordou a forma como traçar um caminho de sucesso e que envolveu 26 jovens entre os 14 e os 17 anos.

Realizou-se, ainda, o curso *Life Choices Today* para 16 jovens, dos 14 aos 17 anos e para os colaboradores 6 *workshops* sobre temas educativos e de desenvolvimento das crianças.

A atenção dada ao contexto económico e social desfavorável determinou a renovação e implementação de novas medidas de carácter extraordinário que visaram minorar os efeitos da crise, que, associadas às mais de 50 medidas de conciliação e equilíbrio que se encontram ao dispor dos colaboradores, continuam a distinguir o Santander Totta como Empresa Familiarmente Responsável.

A solidariedade continuou a fazer parte da agenda de iniciativas promovidas e apoiadas pela área de Recursos Humanos, com iniciativas que ocorreram ao longo do ano, em particular por ocasião da “Semana Somos Santander” e no Natal com 2 acções de recolha de alimentos, “Cabaz Solidário”, destinada a apoiar instituições de carácter social e/ou famílias, sendo que foram já doados mais de 2.700 kg de alimentos.

Com o objectivo de reforçar valores como a colaboração e o trabalho de equipa, desenvolveu-se a iniciativa “Somos Santander Regiões”. Durante 7 semanas, em equipa, os colaboradores de cada região do país prepararam uma apresentação sobre temas da sua região. No final, foi editado o jornal “Somos Santander Regiões” com uma compilação dos diversos trabalhos, que foi distribuído no primeiro dia da “Semana Somos Santander”.

Uma vez mais foi realizada, em Junho, a “Semana Somos Santander”, para celebrar, em equipa, o orgulho de pertencer ao Santander, com foco no reconhecimento pelo esforço e empenho de todos os que fazem parte do Santander Totta, uma oportunidade para consolidar o relacionamento entre as equipas, hierarquias e colaboradores.

Como já foi referido anteriormente, a promoção de hábitos de vida saudável junto dos colaboradores tem sido uma constante nos últimos anos expressa através das distintas iniciativas que têm sido implementadas e que mereceram o reconhecimento externo através da atribuição do prémio da GYM Factory “Por Um Mundo Mais Fitness” que distingue o Santander Totta “*Pelo desenvolvimento do sucesso organizacional através da promoção de estilos de vida saudáveis junto dos colaboradores e familiares*”. Dando continuidade a esta orientação foi desenvolvido o programa “Caminhadas e Corridas” que decorreu entre Setembro e Dezembro, em Lisboa e Porto, e que contou com a participação de 68 colaboradores e familiares. Uma iniciativa que aliou a componente de solidariedade tendo o Banco entregue o valor total das inscrições ao Hospital D. Estefânia para a compra de um equipamento para o serviço de medicina física e reabilitação.

Tecnologia e Processos de Negócio

Integrada na Divisão Corporativa de Tecnologia e Operações, a área de Tecnologia e Processos de Negócio do Santander Totta é responsável pela disponibilização e gestão da infra-estrutura tecnológica e de processos do Banco, garantindo em permanência a adequação das plataformas de tecnologia (*hardware*, comunicações), de processos de negócio e controlo operativo para suportar de forma eficiente a actividade do Banco, com níveis de risco operativo e tecnológico controlados.

Durante 2014, foi assegurado um conjunto de projectos e iniciativas estruturantes nas diferentes áreas, com vista a prosseguir um processo contínuo de melhoria da eficiência operativa e aplicacional, optimização de custos, redução do risco tecnológico e de adaptação, em tempo oportuno, aos requisitos de negócio.

Manteve-se o desenvolvimento de projectos de carácter regulatório, nomeadamente, o aviso 5/2013, de redução de incidências, de estabilização e optimização da exploração dos recursos tecnológicos, bem como de aumento da disponibilidade dos serviços oferecidos pelo Banco, com particular incidência nos canais disponíveis na Internet e no *Mobile Banking*. Foi lançado um novo *site* institucional, que assenta numa plataforma nova com maior dinamismo, com alta disponibilidade, desempenho e segurança.

Foi implementada uma APP *Mobile* no *tablet* que possibilita a abertura de conta em 15 minutos e abre espaço para a inclusão de mais serviços bancários na referida APP.

Em conjunto com as áreas de negócio, foram iniciados programas estruturais com vista a melhorar as aplicações e processos ao nível da multicanalidade, negócio internacional e gestão documental e foi implementada a componente de “Watch List Management” integrada com a solução corporativa de *Anti-Money Laundering*.

Ficou concluído o processo de migração para o sistema operativo Windows 7, que integrou diversos projectos técnicos com vista a reduzir incidências e a manter o risco tecnológico das aplicações envolvidas em níveis adequados.

Na área de Processos de Negócio, foi realizado um conjunto de projectos que visaram a melhoria dos processos e o contínuo aumento da eficiência e melhoria do serviço ao cliente, assim como o cumprimento das normas emanadas, quer pelos reguladores, quer pelo Grupo. Salienta-se: (1) a optimização operativa e funcional da Rede Empresas; (2) a adaptação do *hardware* e *software* dos equipamentos da rede comercial para dar cumprimento à implementação da nova nota de 10 euros (2ª série), mantendo os equipamentos homologados pelo BCE; (3) a implementação de um novo processo que garante o cumprimento dos limites máximos definidos pelo Banco, no que concerne à concentração de património passivo; e (4) a implementação da regulamentação norte americana FATCA nomeadamente na identificação e documentação das respectivas entidades. Continua em curso a implementação do reporte e comunicação dos dados à Autoridade Tributária e Aduaneira.

O Departamento de Meios da Rede (DMR) tem vindo a actuar de forma sistemática, através de visitas e

acções periódicas junto das unidades de negócio, garantindo o cumprimento dos procedimentos instituídos e o normativo em vigor, identificando debilidades de controlo e funcionamento interno e promovendo várias acções mitigadoras, formativas, de apoio e melhoria.

No contexto de gestão da mudança, o DMR tem igualmente vindo a participar na definição da estratégia de implementação dos principais projectos ou melhorias relevantes promovendo, em articulação com outras áreas do Banco, o efectivo seguimento e acompanhamento junto da rede comercial, apoiando e formando os utilizadores para minimizar eventuais impactos.

No âmbito do seguimento operativo centralizado, tem vindo a ser efectuada uma revisão mensal sobre os principais aspectos de controlo operativo que devem ser assegurados pelas unidades de negócio da rede, visando a mitigação / minimização dos impactos em matéria de risco operacional.

Qualidade

A qualidade de serviço é um dos pilares do modelo de gestão do Santander Totta.

Num mundo em mudança e num mercado onde todos os “players” procuram a melhoria e a qualidade de serviço, nos últimos anos o Banco assumiu como objectivo a melhoria da experiência do cliente e a sua relação próxima com o Santander Totta, o que se reflectiu na evolução positiva dos indicadores de clientes.

Métricas e Indicadores de Gestão

Indicadores de Qualidade e Satisfação no Santander Totta

Nº Balcões "5 Estrelas"	43% com classificação máxima
Nº de reclamações	Decréscimo de 28% em 2014 face a 2013
Clientes que recomendam o Banco*	94% dos Clientes
Indicador Meta 100 em Empresas	40% das Direcções de Empresas cumprem ou superam os objectivos

* Este atributo passou a ser questionado em escala de 1 a 10. Os resultados apresentados traduzem a percentagem de clientes com uma recomendação positiva ou seja, superior a 5.

Apoio ao Cliente	2013	2014
Índice de satisfação balcão de clientes particulares (1-10)	8,5	8,65
% de clientes particulares activos satisfeitos*	93,8	94,1
Índice de satisfação de gestor de clientes empresas (1-10)	8	8

* Este atributo passou a ser questionado em escala de 1 a 10. Os resultados apresentados traduzem a percentagem de clientes com uma recomendação positiva ou seja, superior a 5.

Em 2014, o Banco deu continuidade ao modelo de classificação por estrelas (modelo 5 estrelas) implementado nos balcões da rede de Particulares e Negócios. Estas estrelas são obtidas através de um conjunto de indicadores críticos quer de qualidade percebida quer de qualidade operativa. A percentagem de balcões com 5 estrelas passou de 27% no início do ano, para 43% no final de 2014, registando-se, também, uma evolução positiva com a redução da percentagem dos balcões com 2 estrelas (de 45% para 21%).

Na Rede Empresas foi também definido, à semelhança do modelo 5 estrelas nos balcões da rede de clientes particulares, um modelo que agrega indicadores de Banco e de Direcção Comercial. Cada Direcção de Empresas vai, a partir de 2015, ser classificada de acordo com um *rating* de satisfação com o objectivo de se atingir triplo A (AAA).

Do ponto de vista de serviços centrais e processos, 2014 foi o ano de estabilização do modelo de meta 100 dos serviços centrais, com 47 modelos definidos para outras tantas áreas e a promoção de um concurso para as áreas vencedoras.

Nos processos foi realizado um concurso assente numa visão transversal (de cliente) com a nomeação de um *process owner* e a constituição de equipas de trabalho para desenvolvimento de planos de acção específicos. Foram nomeados 15 processos para uma metodologia de melhoria assente na definição de objectivos e de uma sistemática para a definição de planos de acção.

Experiência do Cliente

A gestão da experiência dos clientes, com o objectivo de corresponder às suas expectativas, tornou-se num dos mais importantes factores diferenciadores no mercado bancário. Assim, a actividade foi desenvolvida no sentido de promover a melhoria das interações dos clientes com os balcões. Realizaram-se cerca de 120 visitas, em que com base no modelo de qualidade se traçaram aspectos de melhoria e assumiram-se compromissos.

Deu-se continuidade, com a área de Recursos Humanos, ao programa de melhoria comportamental denominado “Be Up”, aplicado em 70 balcões classificados em 2 e 3 estrelas, estabelecendo-se um plano de seguimento “no terreno” e com objectivos claros de melhoria. Os resultados atingidos foram, mais uma vez, muito positivos (mais de 60% dos balcões intervencionados subiram pelo menos um nível na classificação).

Escolha do Consumidor
2015



O Banco Santander Totta foi reconhecido com o prémio “Escolha do Consumidor 2015”, na categoria dos grandes bancos. A “Escolha do Consumidor” é um estudo de referência, de avaliação do nível de satisfação e aceitabilidade de produtos e

serviços que tem em conta os atributos mais valorizados pelos próprios consumidores.

Durante o ano, foi lançada a segunda e a terceira vaga do projecto “satisfação do cliente à saída do balcão”. É utilizado um *tablet* onde o cliente responde qual o seu nível de satisfação relativamente a quatro atributos. O projecto teve uma excelente adesão quer ao nível dos clientes, com mais de 49 mil participações, quer ao nível da área comercial.

Os resultados obtidos no modelo de estrelas, no estudo corporativo “Benchmark” e nos vários prémios que o Banco ganhou são a expressão da melhoria da experiência que os nossos clientes tiveram no ano de 2014.

Certificação de Qualidade

A orientação ao cliente e a filosofia de melhoria contínua são conceitos que estão hoje bem presentes no dia-a-dia do Banco e nos modelos de qualidade que se têm vindo a implementar.

Em 2014, o sistema de gestão da qualidade foi novamente certificado e todos os requisitos da norma cumpridos.

Posicionamento face à Concorrência

Depois de uma tendência muito constante de subida, vaga após vaga desde 2011, no estudo de *benchmark*, o Santander Totta atingiu, na segunda vaga de 2014, o primeiro lugar face aos principais concorrentes. Confirmou-se, assim, a melhoria dos indicadores através de modelos de qualidade implementados

Actividade Consolidada

Introdução

Num ano caracterizado por um enquadramento macroeconómico difícil e pela perturbação nos mercados financeiros nacionais, decorrente da aplicação, em agosto, da primeira medida de resolução bancária na União Europeia, o Banco Santander Totta demonstrou uma forte capacidade de geração de resultados, um balanço solidamente capitalizado, sem necessidade de aumento de capital ou de qualquer ajuda pública, traduzindo-se em rácios de solvabilidade e de liquidez muito confortáveis, face aos valores mínimos exigidos.

O Banco Santander Totta alcançou um resultado líquido, no final de 2014, de 165,2 milhões de euros, aumentando de forma expressiva em comparação com os 89,2 milhões de euros do período homólogo (+85,2%). Esta evolução reflectiu o aumento das receitas, salientando-se o crescimento da margem financeira e dos resultados de operações financeiras e a redução da necessidade de dotações para imparidades.

A carteira de crédito situou-se em 26,7 mil milhões de euros diminuindo 1,8% face ao ano anterior, em linha com a tendência evidenciada no sistema bancário, sendo de salientar, contudo, o aumento de 0,7% no crédito concedido a empresas que compara com um decréscimo acentuado no sistema.

O rácio de crédito em risco reduziu para 5,7%, comparativamente aos 5,9% observados no final de 2013.

Os recursos de clientes ascenderam a 26,8 mil milhões de euros, uma variação de +2,9% face ao verificado no período homólogo, com evolução favorável dos depósitos e dos fundos de investimento comercializados.

O rácio de transformação, medido pelo peso do crédito líquido nos depósitos, alcançou 116,0%, no final de 2014, melhorando em relação aos 125,3% obtidos em 2013.

Os rácios de capital, de acordo com as regras da CRD IV/CRR, aplicáveis em 2014, registaram uma melhoria face ao final do ano anterior, com o rácio CET I a fixar-se em 13,0% (11,3% em 2013) e o rácio Tier I a situar-se em 15,3% (13,0% no final do ano anterior).

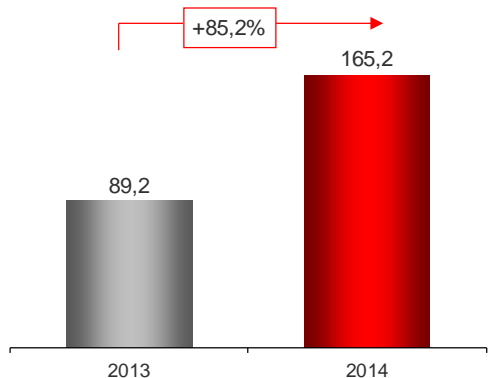
Em 2014, o Banco Santander Totta regressou aos mercados internacionais através de duas emissões de obrigações hipotecárias: mil milhões de euros a 3 anos, com um cupão de 1,5% no final do primeiro trimestre, e 750 milhões de euros a 5 anos, com um cupão de 1,625%, no início de Junho. Em ambas as emissões a procura superou amplamente a oferta e os *spreads* foram de 88 e de 93 pontos base, a 3 e a 5 anos respectivamente.

O financiamento líquido obtido junto do Eurosistema ascendeu a 3,8 mil milhões de euros, equivalente a uma redução de 0,7 mil milhões de euros (-15,6%) face ao período homólogo. A carteira de activos elegíveis como garantia nas operações de financiamento do Banco Central Europeu totalizou 12,3 mil milhões de euros.

A notação de risco do Banco Santander Totta continua a ser a melhor do sistema financeiro. No início de Julho, a Fitch reviu em alta o *rating* de curto e de longo prazo do Banco, passando o *outlook* de negativo para positivo. Os *ratings* da dívida de longo prazo do Banco em comparação com os da República Portuguesa são as seguintes: Fitch – BBB (Portugal – BB+), Moody's – Ba1 (Portugal – Ba1), S&P – BB (Portugal – BB) e DBRS – BBBH (Portugal – BBBL).

Resultado Líquido

Milhões de euros



Resultados

Demonstração de Resultados

Milhões de euros

	2014	2013	2014/2013
		Proforma	
Margem Financeira Estrita	543,5	507,3	+7,2%
Rendimento de Instrumentos de Capital	1,2	1,3	-6,9%
Margem Financeira	544,8	508,6	+7,1%
Comissões Líquidas e Outros Resultados da Actividade Bancária	262,6	290,0	-9,5%
Margem Comercial	807,3	798,5	+1,1%
Resultado de Operações Financeiras	87,7	31,4	+179,4%
Produto Bancário	895,0	829,9	+7,8%
Custos Operacionais	(487,2)	(466,5)	+4,4%
Resultado de Exploração	407,8	363,4	+12,2%
Imparidade e Provisões Líquidas	(192,5)	(244,0)	-21,1%
Res.de Associadas e Empreendimentos Conjuntos (Equiv.Patrimonial)	19,8	14,1	+40,7%
Resultado Antes de Impostos e Interesses Minoritários	235,0	133,5	+76,0%
Impostos	(69,9)	(44,4)	+57,5%
Resultado Após Impostos	165,2	89,2	+85,2%
Interesses Minoritários	0,0	(0,0)	-252,2%
Resultado Líquido	165,2	89,2	+85,2%

A margem financeira estrita atingiu 543,5 milhões de euros, no final de 2014, equivalente a uma subida de 7,2%, para a qual contribuiu a diminuição do custo de financiamento, em especial dos depósitos, não obstante os valores historicamente baixos das taxas de juro e do menor volume de crédito concedido.

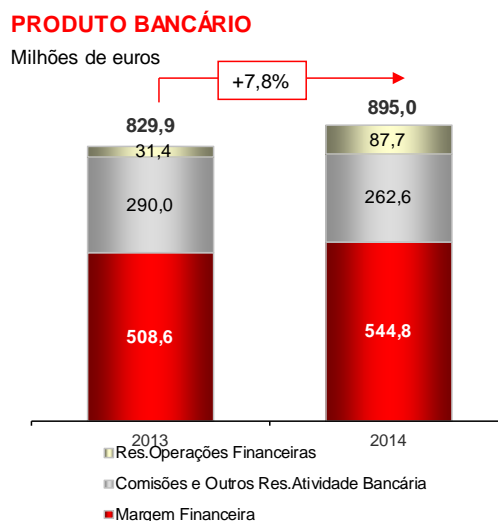
As comissões líquidas e outros resultados da actividade bancária cifraram-se em 262,6 milhões de euros, com uma variação de -9,5%, em comparação com o montante registado em 2013, destacando-se o impacto decorrente de alterações regulamentares que limitaram administrativamente a capacidade de cobrança de comissões, principalmente a partir do terceiro trimestre de 2013, parcialmente compensado por um período maior de rendas cobradas dos imóveis do fundo de investimento imobiliário Novimovest, em simultâneo com custos inferiores com a avaliação ao valor de mercado desses imóveis.

A margem comercial ascendeu a 807,3 milhões de euros, crescendo 1,1% face ao ano anterior.

O resultado de operações financeiras situou-se em 87,7 milhões de euros, crescendo de forma significativa face ao período homólogo, principalmente devido a proveitos gerados na alienação de títulos, os quais

foram parcialmente anulados pela constituição de provisões para reforço de balanço.

A evolução das receitas conduziu a um produto bancário de 895,0 milhões de euros, 7,8% acima do valor verificado no final do ano de 2013, traduzindo os progressos obtidos na margem financeira e nos resultados em operações financeiras, que compensaram o decréscimo verificado nas comissões líquidas.



INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Os custos operacionais totalizaram 487,2 milhões de euros, com um acréscimo de 4,4%, face ao ano de 2013. Nos custos com pessoal observou-se uma subida de 4,5%, influenciada pelo englobamento dos encargos com a segurança social sobre o prémio de antiguidade. Os gastos gerais subiram 4,8%, justificados por alteração de política contabilística. As amortizações cresceram 3,5%, traduzindo o impacto do

registo de uma amortização extraordinária, efectuada no primeiro semestre de 2014, na sequência da alteração da vida útil de aplicativo de *software* de 5 para 3 anos.

Custos Operacionais

Milhões de euros

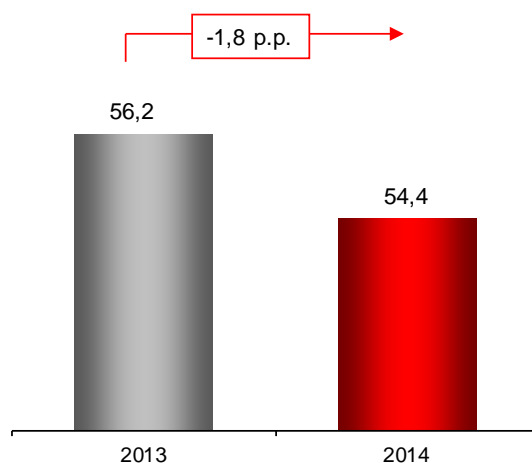
	2014	2013	2014/2013
		Proforma	
Custos com Pessoal	(281,6)	(269,6)	+4,5%
Gastos Gerais	(143,7)	(137,2)	+4,8%
Custos de Transformação	(425,3)	(406,7)	+4,6%
Amortizações	(61,9)	(59,8)	+3,5%
Custos Operacionais	(487,2)	(466,5)	+4,4%
Rácio de Eficiência (exclui amortizações)	47,5%	49,0%	-1,5 p.p.
Rácio de Eficiência	54,4%	56,2%	-1,8 p.p.

No final de 2014, o rácio de eficiência, que representa os custos operacionais em percentagem do produto bancário, alcançou 54,4%, levando a uma melhoria de 1,8 p.p. face a 2013, indicando que o crescimento das receitas (+7,8%) situou-se acima dos custos (+4,4%).

O resultado de exploração cifrou-se em 407,8 milhões de euros, acima dos 363,4 milhões de euros registados no período homólogo de 2013 (+12,2%).

Rácio de Eficiência

%



O Banco Santander Totta apresentou uma evolução homóloga favorável nos indicadores de produtividade, com variações positivas no crédito, recursos e resultado líquido por colaborador e por ponto de

atendimento, facto importante num enquadramento de redução de actividade.

Produtividade

	2014	2013	2014/2013
Crédito ⁽¹⁾ por Colaborador	5,2	5,1	+2,4%
Recursos por Colaborador	5,0	4,7	+7,6%
Crédito ⁽¹⁾ por Ponto de Atendimento ⁽²⁾	46,7	44,3	+5,5%
Recursos por Ponto de Atendimento ⁽²⁾	45,2	40,7	+10,9%
Resultado Líquido por Colaborador (mil euros)	31,0	16,0	+93,7%
Res. Líquido por Ponto de Atendimento (mil euros) ⁽¹⁾	278,1	139,3	+99,6%

(1) Inclui garantias

(2) Inclui balcões, centros de empresa e escritórios de representação

A dotação para imparidade e provisões líquidas ascendeu a 192,5 milhões de euros, comparando favoravelmente com 244,0 milhões de euros registados no período homólogo, (variação de -21,1%). Esta evolução decorreu do abrandamento das novas entradas em crédito vencido, no seguimento da implementação de uma política conservadora de concessão de crédito e de uma eficiente metodologia de controlo e de seguimento de crédito vencido.

O resultado de associadas reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial, de 19,8 milhões de euros, aumentou 40,7% face ao valor alcançado em 2013, incorporando o resultado da participação no Banco Caixa Geral Totta de Angola, na Unicre-Instituição

Financeira de Crédito, na Partang entre outras de menor relevância.

No final de 2014, o resultado antes de impostos e de interesses minoritários de 235,0 milhões de euros, apresentou um crescimento de 76,0%, em relação a 2013.

O Banco Santander Totta registou um resultado líquido de 165,2 milhões de euros, no final do ano de 2014, comparando com 89,2 milhões de euros obtidos em 2013, (variação homóloga de +85,2%), correspondente a uma rentabilidade dos capitais próprios de 8,5%.

Balanço e Actividade

No final de 2014, o volume de negócio totalizou 54,6 mil milhões de euros, crescendo 0,3% em comparação com o valor registado no final de 2013.

O crédito (incluindo garantias e avales) diminuiu 2,1%, alcançando 27,8 mil milhões de euros, embora com a

carteira de crédito a empresas a crescer 0,7% no último ano. Os recursos de clientes situaram-se em 26,8 mil milhões de euros, aumentando 2,9%, com os recursos de balanço a crescerem 3,6% e os fora de balanço 0,1%.

Volume de Negócio

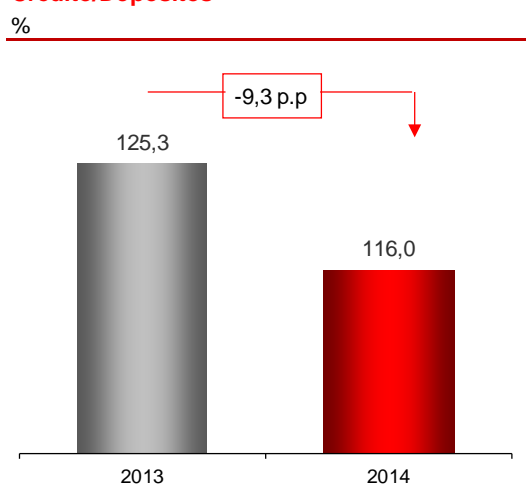
Milhões de euros

	2014	2013	2014/2013
Volume de Negócio	54.610	54.449	+0,3%
Crédito Bruto (inclui garantias e avales)	27.769	28.371	-2,1%
Recursos de Clientes	26.841	26.078	+2,9%

O rácio crédito/depósitos situou-se em 116,0%, em 2014 (rácio calculado de acordo com a definição estabelecida no Memorando de Entendimento),

reduzindo 9,3 p.p. face aos 125,3% observados em 2013.

Crédito/Depósitos



Crédito

Milhões de euros

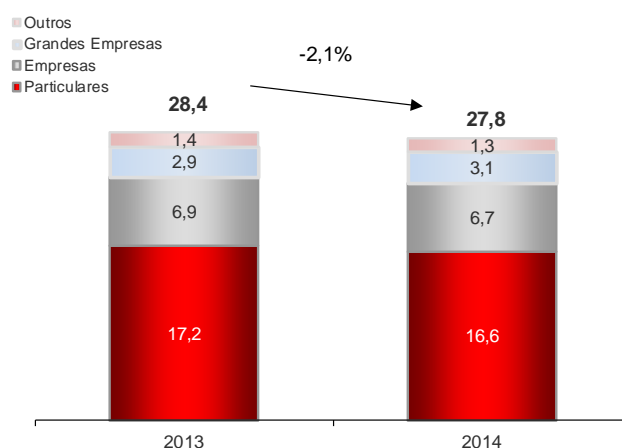
	2014	2013	2014/2013
Crédito Bruto (inclui garantias e avales)	27.769	28.371	-2,1%
Crédito Bruto	26.685	27.185	-1,8%
<i>do qual</i>			
Crédito a Particulares	16.635	17.164	-3,1%
<i>do qual</i>			
Habitação	14.794	15.276	-3,2%
Consumo	1.381	1.382	-0,1%
Crédito a Empresas	9.823	9.759	+0,7%

A carteira de crédito (incluindo garantias e avales) registou uma redução no ano de 2,1%, num enquadramento de contracção do crédito concedido pelo sector bancário. No entanto, constata-se que o crédito a empresas tem aumentado gradualmente o seu peso na carteira, alcançando 9,8 mil milhões de euros, mais 0,7% face ao final do ano anterior. O

crédito a particulares cifrou-se em 16,6 mil milhões de euros, (variação homóloga de -3,1%), dos quais 14,8 mil milhões de euros de habitação. Apesar dos novos empréstimos concedidos para habitação terem subido 18,0% no último ano, este facto não compensou o valor das amortizações, pelo que a carteira desceu 3,2%.

Crédito

(milhões de euros)



No final de 2014, o rácio de crédito em risco alcançou 5,7%, que compara com 5,9% registado no período homólogo, mantendo-se significativamente abaixo da média do sistema bancário, e com cobertura por provisões de 75,9%, (67,7% em Dezembro de 2013). O

crédito reestruturado representou 9,4% do crédito total, acima dos 8,7% do período homólogo.

Indicadores de Risco de Crédito

	2014	2013	2014/2013
Credito Vencido s/ Clientes / Crédito Total	4,4%	4,0%	+0,4 p.p.
Crédito Vencido + 90 dias / Crédito Total	4,2%	3,7%	+0,5 p.p.
Crédito com Incumprimento / Crédito Total	4,2%	3,8%	+0,5 p.p.
Crédito em Risco / Crédito Total	5,7%	5,9%	-0,1 p.p.
Crédito Reestruturado / Crédito Total	9,4%	8,7%	+0,8 p.p.
Crédito Reestruturado não incluído no Crédito em Risco / Crédito Total	6,8%	5,4%	+1,4 p.p.
Cobertura de Crédito Vencido	99,6%	100,4%	-0,8 p.p.
Cobertura de Crédito Vencido + 90 dias	103,4%	106,4%	-3,0 p.p.
Cobertura de Crédito com Incumprimento	102,5%	104,7%	-2,1 p.p.
Cobertura de Crédito em Risco	75,9%	67,7%	+8,2 p.p.

O total de recursos de clientes, no final de 2014, aumentou 2,9% em relação ao valor alcançado em 2013.

INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Recursos

Milhões de euros

	2014	2013	2014/2013
Recursos de Clientes	26.841	26.078	+2,9%
Recursos de Balanço	21.760	21.001	+3,6%
Depósitos	21.626	20.707	+4,4%
Passivos representados por títulos colocados em clientes	134	294	-54,5%
Recursos fora de Balanço	5.082	5.077	+0,1%
Fundos de investimento geridos ou comercializados	1.414	1.212	+16,6%
Seguros e outros recursos	3.667	3.865	-5,1%

Os recursos de balanço situaram-se em 21,8 mil milhões de euros, representando 81,1% do total de recursos captados de clientes e crescendo 3,6% em termos homólogos, com os depósitos a aumentar 4,4%.

Os recursos fora de balanço atingiram 5,1 mil milhões de euros, com um acréscimo de 0,1% face a 2013. Os fundos de investimento comercializados pelo Banco evidenciaram um crescimento de 16,6%, compensando a diminuição dos seguros de capitalização e outros recursos (-5,1%).

Rácio de Solvabilidade

No final de 2014, o Banco apresentou rácios sólidos de capital, com o rácio CET I, de acordo com as regras CRD IV/CRR, para 2014, de 13,0%, muito superior ao

valor mínimo exigido. O rácio CET I, *full implemented*, atingiu 11,9%.

Capital

Milhões de euros

	2014	2013	2014/2013
Common Equity Tier I	2.086	1.864	+11,9%
Tier I	2.467	2.139	+15,3%
Total Capital	2.467	2.139	+15,3%
Risk Weighted Assets (RWA)	16.102	16.499	-2,4%
CET I Ratio	13,0%	11,3%	+1,7 p.p.
Tier I Ratio	15,3%	13,0%	+2,3 p.p.
Total Capital Ratio	15,3%	13,0%	+2,3 p.p.

Actividade Individual

Demonstração de Resultados

O Banco Santander Totta registou um resultado líquido, em termos de contas individuais, de 134,5 milhões de euros no exercício de 2014, comparando com 2,4 milhões de euros obtidos em 2013.

O produto bancário cifrou-se em 881,3 milhões de euros em 2014, um crescimento de 11,5% em relação aos 790,5 milhões de euros verificados no ano anterior, com destaque para o incremento da margem financeira e dos resultados de operações financeiras.

Os custos operacionais situaram-se em 483,9 milhões de euros, aumentando 4,9% em relação ao período homólogo. O rácio de eficiência melhorou 3,5 p.p. passando de 58,4% em 2013 para 54,9% em 2014.

A evolução conjunta das receitas e dos custos conduziu a um resultado de exploração de 397,4 milhões de euros, uma subida de 20,7% em relação ao valor conseguido um ano antes.

A imparidade e provisões líquidas evoluíram favoravelmente para 204,1 milhões de euros no exercício de 2014, decrescendo 34,4% face a 2013.

Os impostos sobre lucros atingiram 58,8 milhões de euros.

Balanço e Actividade

No ano de 2014, o volume de negócio totalizou 54,6 mil milhões de euros, variando -0,6% em relação período homólogo. O crédito (incluindo garantias e avales) diminuiu 2,1%, para 27,7 mil milhões de euros, e os recursos de clientes aumentaram 1,0%, situando-se em 26,9 mil milhões de euros (os recursos de balanço cresceram 3,6% e os recursos fora de balanço diminuíram 8,5%).

INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Volume de Negócio

Milhões de euros

	2014	2013	2014/2013
Volume de Negócio	54.579	54.908	-0,6%
Crédito Bruto (inclui garantias e avales)	27.694	28.294	-2,1%
Crédito Bruto	26.607	27.105	-1,8%
Recursos de Clientes	26.884	26.614	+1,0%
Recursos de Balanço	21.731	20.985	+3,6%
Depósitos	21.598	20.691	+4,4%
Passivos representados por títulos colocados em clientes	134	294	-54,5%
Recursos fora de Balanço	5.153	5.630	-8,5%
Fundos de investimento geridos ou comercializados	1.762	1.907	-7,6%
Seguros e outros recursos	3.391	3.723	-8,9%

Rácios de Solvabilidade

Em 2014, o rácio CET I, de acordo com as regras CRD IV/CRR, situou-se em 10,0%. O rácio CET I, *full implemented* atingiu 8,9%.

Capital

Milhões de euros

	2014	2013	2014/2013
Common Equity Tier I	1.597	1.620	-1,4%
Tier I	2.027	1.977	+2,5%
Total Capital	2.336	2.250	+3,8%
Risk Weighted Assets (RWA)	15.948	16.301	-2,2%
CET I Ratio	10,0%	9,9%	+0,1 p.p.
Tier I Ratio	12,7%	12,1%	+0,6 p.p.
Total Capital Ratio	14,6%	13,8%	+0,8 p.p.

Introdução

Para o Santander Totta, a qualidade na gestão do risco constitui um eixo fundamental de actuação, na linha da política corporativa do Grupo em que se insere. A prudência na gestão do risco aliada à utilização de técnicas avançadas de gestão tem sido um factor decisivo para a consecução dos objectivos do Banco.

Risco de Crédito

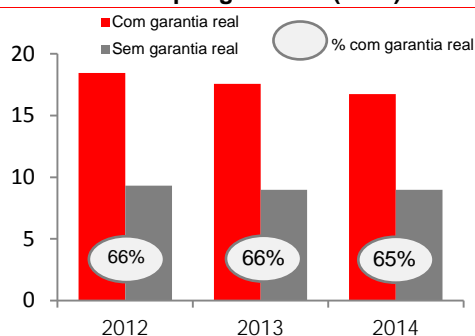
Principais vectores da actividade

No exercício de 2014, a actividade da área de Risco de Crédito teve como vectores principais os seguintes:

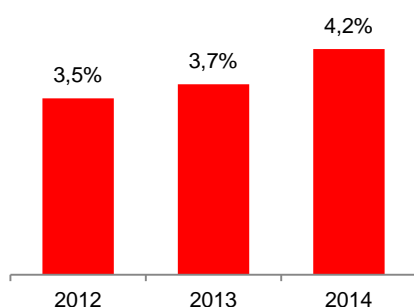
- Manutenção do princípio da segmentação no tratamento dos riscos de crédito, diferenciando a abordagem de riscos em função das características dos clientes e dos produtos;
- Reforço do rigor dos critérios de admissão e consequentemente da qualidade dos riscos admitidos em cada um dos segmentos, visando a preservação da boa qualidade das carteiras de crédito;
- Ao nível dos riscos encarteirados intensificou-se a proximidade com os clientes de forma a antecipar as suas necessidades de crédito e eventuais problemas na sua capacidade de reembolso;
- Esta actuação e o nível de qualidade creditícia dos clientes permitiu continuar a manter rácios de crédito vencido e de crédito em risco significativamente inferiores à média do sector. Por outro lado, intensificaram-se os níveis de apoio ao negócio na captação de novas operações e novos clientes de bom risco e implementaram-se melhorias nos processos com o objectivo de dar resposta aos pedidos dos clientes de forma mais eficaz e rápida;
- Ao nível da função de seguimento de carteiras e clientes, manteve-se o foco permanente na vigilância de segmentos de menor *rating* e em sectores que estão a ser mais afectados pelo contexto macroeconómico com o objectivo de mitigar os rácios de crédito vencido. As permanentes revisões de todas as carteiras permitem concluir que a carteira está analisada com critérios adequados e o nível de imparidades estimado é, também, adequado;
- No decorrer do ano de 2014, foram implementadas várias medidas na gestão do processo de admissão de novos créditos com o objectivo de melhorar a qualidade de serviço aos clientes sempre que são apresentadas novas oportunidades de crédito;
- Nos riscos standardizados (ou não encarteirados), manteve-se o foco na manutenção da qualidade da carteira, actuando sobre a morosidade de gestão e o crédito vencido, continuando a disponibilizar um conjunto de produtos e soluções de reestruturação de dívida que permitam adaptar os encargos dos clientes à sua capacidade de reembolso e rendimento disponível actuais e futuros;
- Neste sentido estão definidas estratégias de admissão nos sistemas de decisão do Banco e utilizam-se sistemas comportamentais para a identificação de medidas de prevenção e recondução a oferecer aos clientes;
- Ainda ao nível dos riscos standardizados, e tendo presente o objectivo da qualidade da carteira, o Banco procedeu à optimização dos modelos de decisão automática, nomeadamente *scorings* e sistemas comportamentais utilizados nos segmentos de Particulares e de Negócios;
- Por último, com o objectivo de reforçar o envolvimento comercial e *cross selling* dos clientes e em simultâneo potenciar a captação de novos clientes foram mantidas campanhas comerciais para o segmento Negócios, visando a produção de crédito novo e a retenção de clientes e operações em curso de forma a compensar a erosão natural desta carteira;
- Num cenário macroeconómico adverso com consequente aumento do crédito vencido, verificou-se um forte enfoque ao nível da actividade de recuperações reforçando a agilidade de intervenção. Destaque para a actividade ao nível de recuperações de gestão massiva mantendo simultaneamente um acompanhamento permanente dos casos especiais e dos judiciais/extrajudiciais;
- Manteve-se a política de reforço da negociação visando a obtenção de dações em pagamento em alternativa à actuação judicial;
- Modernização de área de Recuperações assente em desenvolvimentos informáticos cirurgicamente apontados pelos utilizadores como necessários e que visam o controlo do processo desde a entrada em recuperações, relação com os advogados e acção executiva;
- Mudança na metodologia de trabalho com a optimização dos vários processos. O objectivo é stressar o modelo, aumentando a eficiência dos recursos e a eficácia das acções para permitir antecipar a recuperação do crédito;
- Ao nível da gestão corporativa de riscos, manteve-se o foco permanente no conhecimento e acompanhamento da carteira de crédito, com vista a um rigoroso controlo do seu risco;
- Manteve-se, igualmente, a atenção nos modelos internos do Banco, já reconhecidos na sua quase totalidade (por parte dos reguladores) como modelos avançados (IRB) para efeitos do cálculo de requerimento de recursos próprios, assim como na sua cada vez maior integração na gestão.

Indicadores

Carteira de crédito por garantias (MM€)



Evolução do rácio de crédito vencido > 90d



Modelo de risco

Introdução

O risco de crédito é originado pela possibilidade de perdas derivadas do incumprimento, total ou parcial, das obrigações financeiras contraídas para com o Banco por parte dos seus clientes.

A organização da função de riscos de crédito no Santander Totta está especializada com base na tipologia de clientes, diferenciando-se, ao longo de todo o processo de gestão do risco, entre clientes encarteirados e clientes standardizados (não encarteirados).

- São clientes encarteirados os que, fundamentalmente em razão do risco assumido, têm atribuído um analista de risco. Neste grupo estão incluídas as empresas de Banca Maiorista, as instituições financeiras e parte das empresas de banca de retalho. A avaliação do risco destes clientes é efectuada pelo analista e complementada com ferramentas de apoio à decisão baseadas em modelos internos de valoração do risco;
- São clientes standardizados os que não têm um analista de riscos especificamente designado para o seu acompanhamento. Incluem-se neste grupo os riscos com particulares, empresários em nome individual e as empresas de banca de retalho não

encarteiradas. A avaliação destes riscos baseia-se em modelos internos de valoração e decisão automática, complementados, de forma subsidiária, e quando o modelo não é suficientemente preciso, com equipas de analistas de riscos especializados.

Métricas e ferramentas de medição do risco

Ferramentas de classificação (rating/scoring)

O Santander Totta utiliza modelos próprios de atribuição de classificação em solvência ou *ratings* internos, para os diferentes segmentos de clientes, os quais utiliza para medir a qualidade creditícia de um cliente ou operação, correspondendo cada *rating* a uma probabilidade de incumprimento.

As ferramentas de classificação globais são aplicadas aos segmentos de risco país, entidades financeiras e Banca Maiorista Global, tanto na determinação do seu *rating* como no acompanhamento dos riscos assumidos. Estas ferramentas atribuem um *rating* a cada cliente em resultado de um módulo quantitativo, ou automático, baseado em dados/rácios de balanço ou variáveis macroeconómicas e complementado pela análise efectuada pelo analista de riscos que acompanha o cliente.

No caso das empresas e instituições de banca minorista, a atribuição de um *rating* está baseada nos mesmos módulos que os acima referidos, neste caso quantitativo ou automático (analisando o comportamento creditício de uma amostra de clientes e a sua correlação com um conjunto de dados e rácios contabilísticos) e qualitativo, a cargo da análise do analista de riscos, o qual tem a obrigação de efectuar uma revisão final do *rating* atribuído.

Os *ratings* atribuídos são revistos periodicamente, incorporando a nova informação financeira que entretanto tenha ficado disponível bem como, ao nível qualitativo, a experiência decorrente da avaliação da relação creditícia existente. Esta periodicidade aumenta no caso dos clientes em que os sistemas internos de alerta e classificação de risco assim o exijam.

Para as carteiras de riscos standardizados, tanto de particulares como de negócios não encarteirados estão implementadas ferramentas de *scoring* que atribuem automaticamente uma valoração/decisão das operações apresentadas. Estas ferramentas de decisão são complementadas com um modelo de *scoring* comportamental, instrumento que permite uma maior previsibilidade dos riscos assumidos e que são utilizados tanto para pré-venda como para venda.

Parâmetros de risco de crédito

A valoração do cliente e/ou operação, mediante *rating* ou *scoring*, constitui uma avaliação da capacidade creditícia, a qual se quantifica através da probabilidade de incumprimento (*probability of default* ou PD). Para além da valoração efectuada do cliente, a análise quantitativa do risco considera outros aspectos como o prazo da operação, o tipo de produto e as garantias existentes. Desta maneira, não só se tem em conta a probabilidade de que o cliente incumpra nas suas obrigações contratuais (PD) como também se estima o montante do incumprimento (*exposure at default* ou EAD) e a percentagem do EAD que não poderá ser recuperado (*loss given default* ou LGD).

São estes os factores (PD, LGD e EAD) que constituem os principais parâmetros de risco de crédito, permitindo com a sua combinação o cálculo da perda esperada e da perda inesperada. A perda esperada (ou perda provável) é considerada como mais um custo de actividade (reflectindo o prémio de risco), sendo este custo convenientemente repercutido no preço das operações.

O cálculo da perda inesperada, que é a base do cálculo do capital regulatório segundo as normas do acordo de capital de Basileia (BIS II), reporta-se a um nível de perda muito elevado, contudo pouco provável, o qual atendendo à sua natureza não se considera como recorrente pelo que deve ser devidamente coberto pelos capitais próprios.

Nas empresas de média e pequena dimensão, a informação de balanço serve não só para a atribuição do *rating*, mas também para a obtenção de factores explicativos da probabilidade de incumprimento. Nas carteiras de retalho, a PD calcula-se observando as entradas em morosidade e correlacionando-as com o *scoring* atribuído às operações. Exceptuam-se as carteiras em que, derivado da menor experiência interna de incumprimentos, tais como instituições financeiras, risco país ou banca maiorista global, o cálculo destes parâmetros é efectuada com base em fontes alternativas de informação, como preços de mercado ou estudos de agências de reconhecida experiência e competência com um portefólio de um número suficiente de entidades (estas carteiras são designadas de *low default portfolio*).

O cálculo da LGD baseia-se na observação do processo de recuperação das operações em incumprimento, tendo em conta não só as receitas e custos associados a este processo, mas também o momento em que os mesmos se produzem e os custos indirectos que decorrem da actividade de recuperação.

A estimação da EAD assenta na comparação do uso das linhas comprometidas no momento do incumprimento e numa situação normal, de modo a identificar o consumo real das linhas no momento em que se verifica o incumprimento.

Os parâmetros estimados são logo adstritos a operações que se encontram em situação normal sendo diferenciada para as carteiras *low default* e para as restantes.

Ciclo do risco de crédito

O processo de gestão de riscos consiste em identificar, medir, analisar, controlar, negociar e decidir relativamente aos riscos incorridos pela operativa do Banco.

Este processo inicia-se nas áreas de negócio, que propõem uma dada propensão ao risco. Estes riscos são analisados e decididos em comités próprios, os quais actuam por competências delegadas pela Comissão Executiva no Conselho Superior de Crédito (CSC). É o CSC que estabelece as políticas e procedimentos de riscos e estabelece os limites e delegações de faculdades.

Planificação e estabelecimento de limites

O estabelecimento de limites de riscos é concebido como um processo dinâmico que identifica o perfil de riscos que o Banco está na disposição de assumir, mediante a avaliação das propostas de negócio e a opinião da área de Riscos.

Ao nível dos grandes grupos corporativos utiliza-se um modelo de pré-classificações baseado num sistema de medição e seguimento de capital económico.

Ao nível dos riscos encarteirados, o nível mais básico é o de cliente e quando concorrem determinadas características – geralmente um nível de importância relativa – é objecto de um limite individual, habitualmente designado de pré-classificação, através de um sistema mais simplificado e normalmente para aqueles clientes que cumprem determinados requisitos (bom conhecimento, *rating*, etc.).

Ao nível dos riscos standardizados, o processo de planificação e estabelecimento de limites realiza-se mediante a elaboração conjunta, pela área de Riscos e de Negócio, de programas de gestão de crédito (PGC) onde se reflectem os resultados esperados do negócio em termos de risco e rendibilidade, assim como os limites a que se deve sujeitar a actividade e a gestão de riscos associada.

Estudo do risco, decisão de operações e seguimento e controlo

O estudo do risco é um requisito prévio à autorização de qualquer operação de crédito no Banco Santander Totta. Este estudo consiste na análise da capacidade do cliente em fazer face aos compromissos contratuais para com o Banco, o que implica analisar a qualidade creditícia do cliente, as suas operações de crédito, a sua solvência e rentabilidade. Adicionalmente, também se efectua um estudo e revisão do *rating* atribuído, sempre que se verifique um alerta ou evento que afecte o cliente/operação.

O processo de decisão de operações tem por objecto a análise e decisão das mesmas, tomando em consideração o perfil dos riscos e os elementos relevantes da operação na definição de um equilíbrio entre o risco e a rentabilidade.

De modo a manter um adequado controlo da qualidade creditícia da carteira, para além das acções desenvolvidas pela Auditoria Interna, encontra-se estabelecida dentro da área de Riscos a função específica de seguimento, composta por equipas e responsáveis próprios. Esta função está também especializada de acordo com a segmentação de clientes e assenta fundamentalmente num processo contínuo de observação que permite detectar antecipadamente as incidências que possam vir a ocorrer na evolução do risco, das operações e do cliente, com a finalidade de empreender, por antecipação, acções destinadas a mitigá-los.

Recuperações

A gestão de recuperações no Santander Totta é uma actividade estratégica, integral e de negócio. Os objectivos específicos do processo de recuperações são os seguintes:

- Assegurar a cobrança ou a regularização dos valores em situação irregular, privilegiando a solução negociada, de modo a que a situação creditícia do cliente regresse ao normal. Caso a solução negociada não seja possível, a área de Recuperações procurará então recuperar os créditos recorrendo à via judicial;
- Manter e fortalecer a relação com o cliente, acautelando o seu comportamento ao nível dos compromissos que este assumiu contratualmente para com o Banco.

A actividade de recuperações está estruturada de acordo com a segmentação comercial dos clientes: Particulares, Negócios e Empresas, com modelos de gestão específicos. A gestão de recuperações assim segmentada, respeita ainda as distintas fases de

gestão: gestão preventiva, gestão de irregulares e gestão de morosidade e falidos, as quais contam com modelos, estratégias e circuitos específicos. Toda esta actividade é partilhada com as áreas de negócio.

Risco de Contraparte

O risco de contraparte, latente em contratos realizados em mercados financeiros – mercados organizados ou o chamado mercado de balcão (OTC) – corresponde à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para a instituição.

Os tipos de transacções abrangidos incluem a compra e venda de valores mobiliários, operações de mercado monetário interbancário, a contratação de “repos”, empréstimos de valores mobiliários e instrumentos derivados.

O controlo destes riscos é efectuado através de um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados e providencia a informação de disponibilidade dos mesmos para os diferentes produtos e maturidades. O mesmo sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal a concentração de riscos para determinados grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados, denominado Risco Equivalente de Crédito (REC), é calculado como sendo a soma do valor presente de cada contrato (ou custo actual de substituição) com o respectivo risco potencial, componente que reflecte uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos factores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Durante o ano de 2013, o valor presente das operações sobre indexantes de taxa de juro (Euribor) registou genericamente uma redução moderada, reflectindo a evolução das taxas de mercado de médio e longo prazo. Relativamente à exposição com grupos financeiros, verificou-se a contratação de novas operações de cobertura de risco estrutural de taxa de juro, embora a exposição se mantenha relativamente reduzida, mantendo-se igualmente a aplicação de acordos de prestação de colateral (*ISDA Master Agreements/Credit Support Annex*).

Risco de Balanço

Controlo do risco de balanço

O controlo do risco de balanço incide sobre o risco proveniente da variação das taxas de juro e de câmbio,

bem como sobre o risco de liquidez, resultantes dos desfasamentos nos vencimentos e na repreciação dos activos e passivos. A medição e o controlo do risco de balanço são assegurados por um órgão independente da gestão.

Metodologias

O risco de taxa de juro do balanço consolidado é medido através da modelação das posições de activos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro de acordo com a sua estrutura de indexantes e de repreciação. Este modelo permite medir e controlar o risco originado pelo movimento da curva de rendimentos, nomeadamente o seu impacto na margem financeira e no valor patrimonial do balanço do Banco.

Complementarmente, são calculados outros indicadores de risco baseados no valor patrimonial, como o Valor em Risco (VaR) e a análise de cenários (*stress test*).

O risco de liquidez é medido e controlado através da modelização dos fluxos de pagamentos e recebimentos presentes e futuros, bem como pela realização de exercícios de análise de cenários que procuram identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas. Paralelamente, são calculados rácios sobre as posições actuais de balanço que constituem indicadores das necessidades de liquidez estrutural e de curto prazo.

O controlo dos riscos de balanço é garantido através da aplicação de uma estrutura de limites quantitativos que visam manter as exposições dentro dos níveis autorizados. Os limites incidem sobre os seguintes indicadores:

- Taxa de juro: sensibilidade da margem financeira e do valor patrimonial;
- Liquidez: cenários de *stress* e rácios de liquidez de curto prazo e estrutural.

Gestão do risco estrutural de balanço

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do balanço consolidado é medido através de um modelo de análise dinâmica do risco de mercado do balanço, modelando a evolução no tempo dos factores de risco e das posições do banco sobre os activos e passivos sensíveis a variações da taxa de juro. O modelo utilizado permite medir e controlar todos os factores de risco associados ao risco de mercado do balanço, nomeadamente, o risco originado directamente pelo movimento da curva de rendimentos, dada a estrutura de indexantes e repreciação existente, que determinam a exposição ao

risco de taxa de juro dos agregados que constituem o balanço.

Face à incerteza na evolução dos níveis das taxas de juro para o ano de 2014, foi seguida uma política de manutenção da sensibilidade a níveis considerados adequados.

Risco da taxa de câmbio

O risco de câmbio da actividade comercial é medido e controlado pela posição cambial global, tendo o Grupo como estratégia a sua cobertura na totalidade.

Risco de liquidez

A política de liquidez seguida pelo Grupo assenta num risco de liquidez baixo e na diversificação contínua das fontes de financiamento, perspectivando o volume e natureza dos instrumentos de financiamento, a utilizar para permitir a consecução e bom desenvolvimento do plano de negócio estabelecido.

Ao manter um perfil de risco conservador estamos muito mais protegidos relativamente a potenciais crises que afectem o meio envolvente.

A política do *mix* de financiamento tem sempre por base um nível de risco de liquidez adequado, de acordo com os limites estabelecidos, e será alvo de apreciação mensal em ALCO. Os limites para o risco de liquidez são estabelecidos por um órgão independente da gestão que de entre outros indicadores exige um volume razoável de activos líquidos disponíveis.

A gestão de liquidez é efectuada ao nível consolidado. A política de financiamento do Grupo toma em consideração a evolução dos agregados do balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de activos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à actividade de *funding*.

No final de 2014, o financiamento líquido obtido no Eurosistema cifrou-se em 3,8 mil milhões de euros, representando uma diminuição de 15,6% face ao valor observado no final de 2013, justificado pela melhoria do gap comercial e por duas emissões de obrigações hipotecárias no valor de mil milhões de euros (a 3 anos) e de 750 milhões de euros (a 5 anos), respectivamente, concretizadas no primeiro semestre do ano. Por sua vez, a carteira de activos elegíveis como garantia nas operações de financiamento junto do Eurosistema ascendeu a 12,3 mil milhões de euros, o que associado aos actuais níveis de utilização de fundos do BCE, já referidos, permite ao Banco manter níveis muito confortáveis de liquidez disponível.

A evolução favorável do gap comercial, com a subida significativa dos depósitos, em simultâneo com as emissões de obrigações hipotecárias conduziu a um aumento do peso relativo do financiamento a médio/longo prazo na estrutura de financiamento do Banco.

Risco de Mercado

Actividades sujeitas a risco de mercado

O perímetro de medição, controlo e acompanhamento de riscos financeiros engloba as operações onde se assume risco patrimonial. O risco provém da variação dos factores de risco - taxa de juro, taxa de câmbio, rendimento variável e volatilidade destes - bem como do risco de solvência e risco de liquidez dos diversos produtos e mercados em que o Banco Santander Totta opera.

Em função da finalidade do risco, as actividades são segmentadas do seguinte modo:

- **Negociação:** Neste título inclui-se a actividade de serviço financeiro a clientes;
- **Gestão de Balanço:** Riscos decorrentes da actividade comercial do Grupo, nomeadamente o risco de taxa de juro e de liquidez resultante dos desfasamentos temporais existentes nos vencimentos e *repricing* de activos e passivos.

Metodologias

Actividade de Negociação

A metodologia aplicada, no âmbito do Banco Santander Totta, para a actividade de negociação, é o Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base a metodologia de simulação histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, tendo sido aplicados ajustes estatísticos que permitiram incluir de forma rápida e eficaz os acontecimentos mais recentes, e que condicionam os níveis de riscos assumidos.

Complementarmente, utiliza-se a análise de cenários (*stress testing*), que consiste em definir cenários do comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respectivo impacto nos resultados ao aplicá-los sobre as carteiras. Estes cenários podem replicar o comportamento de variáveis financeiras perante factos ocorridos no passado (como crises) ou, pelo contrário, podem-se determinar cenários plausíveis que não correspondem a eventos passados. Em suma, a análise de cenários busca identificar o risco potencial

sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

São calculadas também várias medidas de sensibilidade (BPV e gregos) e volumes equivalentes.

Paralelamente, é efectuado um acompanhamento diário das posições, realizando um controlo exaustivo das alterações que ocorrem nas carteiras, com vista a detectar alterações de perfil ou eventuais incidências para a sua correcção. A elaboração diária da conta de resultados é um indicador de riscos, na medida em que permite identificar o impacto das variações das variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

Medidas de calibração e contraste (*Backtesting*)

A fiabilidade do modelo de VaR é aferida periodicamente através de uma análise ao *backtesting*. O *backtesting* consiste numa análise comparativa entre os cálculos do Valor em Risco (VaR) e os resultados diários "limpos" (*clean P&L* - resultado associado à reavaliação das carteiras de fecho do dia anterior aos preços de fecho do dia seguinte), onde são analisados os desvios pontuais/espóricos dos resultados verificados face às medidas estimadas.

As análises de *backtesting* realizadas no Banco Santander Totta cumprem as recomendações do BIS, em matéria de comparação dos sistemas internos utilizados na medição e gestão dos riscos financeiros. Adicionalmente, no *backtesting* são efectuados testes de hipóteses: testes de excessos, testes de normalidade, medidas de excesso médio, entre outros.

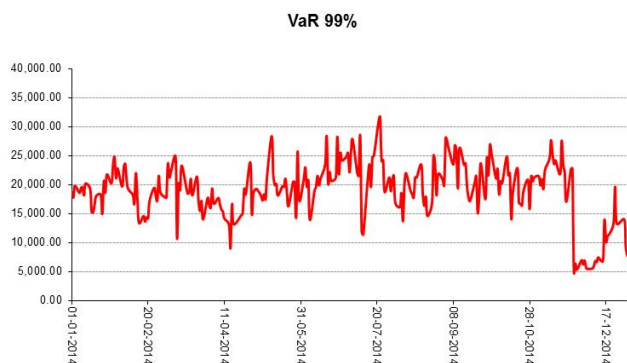
Limites

Para as carteiras de negociação utilizam-se limites quantitativos que se classificam em dois grupos, sendo estabelecidos em função dos seguintes objectivos:

- Limites dirigidos a proteger o volume de perdas potenciais futuras. Constituem exemplo deste tipo de limites os limites por VaR, sobre medidas de sensibilidade (BPV e gregos) ou sobre posições equivalentes;
- Limites dirigidos a proteger/acomodar o volume de perdas efectivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período. Este tipo de limites tem como objectivo a geração de alertas sobre posições que estejam a gerar perdas (*loss triggers*), permitindo a tomada de decisões antes de alcançar o limite de perda máxima (*stop loss*), a partir do qual se considerará que as perdas terão atingido um nível inaceitável e se procederá ao imediato fecho de posições.

Análise quantitativa do VaR durante o ano

A evolução do risco relativo à actividade de negociação nos mercados financeiros durante o ano de 2014, quantificado através do VaR, é a seguinte:



O VaR manteve-se em níveis reduzidos, variando entre os 5 mil euros e os 32 mil euros.

Risco Operacional

Definição e objectivos

O Santander Totta define o risco operacional como "o risco de perda resultante de deficiências ou falhas nos processos internos, recursos humanos ou sistemas, ou derivado de circunstâncias externas". Diferencia-o de outro tipo de riscos, por não estar associado a produtos ou negócio, mas que se encontra presente nos processos e/ou activos, e é gerado internamente (pessoas, sistemas, etc.) ou como consequência de riscos externos como por exemplo actuação de terceiros ou catástrofes naturais.

O objectivo em matéria de controlo e gestão do risco operacional está direccionado na identificação, medição, avaliação, controlo e mitigação desse risco.

A abordagem prioritária é, portanto, identificar e eliminar focos de risco, independentemente de se terem produzido perdas ou não. A sua medição também contribui para o estabelecimento de prioridades na gestão do risco operacional.

Para o cálculo de requisitos de fundos próprios para cobertura do risco operacional, o Grupo optou numa primeira fase pelo Método Standard previsto no normativo de BIS II.

Modelo de gestão

O modelo organizativo de controlo e gestão resulta da adaptação à abordagem de Basileia II pelo Grupo.

É praticada uma supervisão e controlo do risco operacional, através dos seus órgãos de governo. Neste sentido, o Conselho de Administração e a Comissão Executiva inclui de forma periódica o tratamento de aspectos relevantes na gestão e mitigação do risco operacional.

A gestão e controlo do risco operacional são parte das responsabilidades de todas as áreas, uma vez que são elas que têm um maior conhecimento dos processos, assim como dos pontos susceptíveis de ocasionar exposições importantes de risco operacional. São acompanhadas por uma área central, responsável pela implementação e seguimento do projecto através do respectivo controlo e supervisão.

As diversas etapas do modelo de gestão permitem:

- Identificar o risco operacional inerente a todas as actividades, produtos, processos e sistemas do banco;
- Medir e avaliar o risco operacional de forma objectiva, continuada e coerente com os *standards* de Basileia II, definir objectivos e analisar o perfil de risco de acordo com os respectivos limites;
- Realizar um seguimento contínuo das exposições ao risco operacional com o objectivo de detectar níveis de risco não assumidos;
- Implementar procedimentos de controlo, melhorando o conhecimento das causas de risco assim como as respectivas implicações;
- Estabelecer medidas de mitigação que eliminem ou minimizem o risco operacional.

O modelo de controlo de risco operacional implementado traduz-se nos seguintes benefícios:

- Permite uma gestão integral e efectiva do risco operacional (identificação, medição/ avaliação, controlo/ mitigação e informação);
- Traduz-se numa melhoria do conhecimento dos riscos operacionais, tanto efectivos como potenciais, e o seu enquadramento nas linhas de negócio e de suporte;
- A informação de risco operacional contribui para melhorar os processos e os controlos, reduzir as perdas e a volatilidade das receitas;

Anualmente são estabelecidos limites de risco operacional. É igualmente estabelecido um apetite de risco, o qual deve sempre situar-se no perfil baixo/médio-baixo.

Risco de Cumprimento e Reputacional

O risco de cumprimento é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos para a instituição, com projecção nos resultados ou no capital, decorrentes da violação de normas jurídicas, determinações específicas, obrigações contratuais, regras de conduta e de relacionamento com clientes, princípios éticos e práticas instituídas, relativas à actividade desenvolvida, que se materializem, designadamente, em sanções de carácter legal ou regulatório, afectação das oportunidades de negócio, redução do potencial de expansão ou impossibilidade de exigência do cumprimento de obrigações contratuais por parte de terceiros.

Por sua vez, entende-se por risco de reputação a probabilidade da ocorrência de impactos financeiros negativos para a Instituição, com reflexo nos resultados ou no próprio capital, resultantes de uma percepção desfavorável da sua imagem pública, fundamentada ou não, por parte de clientes, fornecedores, analistas, colaboradores, investidores, órgãos de comunicação e quaisquer outras entidades com as quais a Instituição se relacione, ou pela opinião pública em geral.

A política do risco de cumprimento e reputacional tem por finalidade a gestão dos mesmos, tal como definidos nos parágrafos anteriores, determinando os mecanismos e procedimentos que permitam: i) minimizar a probabilidade de que se concretize; ii) identificar, reportar à administração e superar as situações que eventualmente se tenham verificado; iii)

assegurar o seguimento e controlo; e iv) evidenciar, sendo necessário, que o Banco tem estes riscos entre as suas preocupações essenciais e dispõe de organização e meios vocacionados para a sua prevenção, detecção e, sendo o caso, superação.

Sem prejuízo de todos os demais aspectos que decorrem do que fica exposto, a política global relativa ao risco de cumprimento e reputacional abrange, designadamente, os instrumentos abaixo identificados que se referem pelo seu particular impacto na prevenção e gestão do risco:

- Valores corporativos;
- Política de cumprimento;
- Prevenção de branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo;
- Códigos de conduta;
- Políticas de comercialização e seguimento de produtos;
- Política de riscos financeiros;
- Política de qualidade;
- Política de tratamento e protecção de dados pessoais;
- Monitorização e seguimento de novos normativos;
- Articulação com as autoridades de supervisão e seguimento de acções por elas desenvolvidas;
- Política de formação de colaboradores;
- Políticas de responsabilidade social e defesa do ambiente.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Resultado Líquido do Exercício, em termos individuais e referente ao ano de 2014, foi de € 134.472.548,11 (cento e trinta e quatro milhões quatrocentos e setenta e dois mil quinhentos e quarenta e oito euros e onze cêntimos) e o Resultado Líquido do Exercício consolidado, em 2014, foi de € 165.173.828 (cento e sessenta e cinco milhões cento e setenta e três mil oitocentos e vinte e oito euros).

Assim, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a seguinte aplicação de resultados:

- Reserva Legal: € 13.447.254,82 (treze milhões quatrocentos e quarenta e sete mil duzentos e cinquenta e quatro euros e oitenta e dois cêntimos);
- Distribuição de Dividendos: € 67.236.249,23 (sessenta e sete milhões duzentos e trinta e seis mil duzentos e quarenta e nove euros e vinte e três cêntimos);
- Resultados Transitados: € 53.789.044,06 (cinquenta e três milhões setecentos e oitenta e nove mil quarenta e quatro euros e seis cêntimos).

Lisboa, 23 de Abril de 2015

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prevenção de Branqueamento de Capitais

O Banco Santander Totta desenvolve a sua actividade comercial seguindo políticas e aplicando critérios de prevenção e controlo do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, em conformidade com a legislação em vigor.

O Banco aplica procedimentos em linha com o normativo legal, tendo efectuado a adaptação do sistema ao Aviso do Banco de Portugal nº 5/2013, cumpre com os deveres determinados pela Lei, dispõe de uma estrutura orgânica assignada exclusivamente à prevenção e controlo do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo que se encontra integrada na Direcção de Coordenação de Cumprimento e Assuntos Institucionais. O quadro de pessoal está formado e é regularmente actualizado nesta matéria para detectar as situações de eventual risco e efectuar de imediato as comunicações ao órgão competente quando se justificarem, dispõe de aplicações informáticas para a movimentação atípica e para avaliar as transacções que se enquadram em tipologias de risco tendo em vista a eventual comunicação às Autoridades, e dispõe de automatismos informáticos para relevar clientes de risco alto a fim de aplicar medidas de diligência reforçada. Anualmente o sistema é objecto de auditoria.

As unidades sedeadas no exterior são seguidas pela estrutura central sediada na sede através de visitas ou de controlo centralizado, é efectuada a comprovação do funcionamento dos sistemas de prevenção e controlo de branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo. Estas unidades aplicam os procedimentos instituídos no Banco ou o normativo legal do país, caso este seja mais exigente.

Dando cumprimento ao determinado no Aviso do Banco de Portugal nº 9/2012 o Banco Santander Totta elaborou o correspondente Relatório de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo relativo ao período entre 1 de Junho de 2013 a 31 de Maio de 2014, o qual uma vez aprovado pelo Conselho de Administração foi dirigido ao Banco de Portugal.

Por outro lado o Banco, dando cumprimento à Instrução do Banco de Portugal nº 46/2012, procedeu à elaboração do Questionário de Auto Avaliação em matéria de prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo relativo ao período de 1 de Novembro de 2013 a 30 de Novembro de 2014 e ao envio do mesmo ao Banco de Portugal, previamente aprovado em Comissão Executiva.

Estrutura Accionista

Accionista	Nº acções	%
Santander Totta, SGPS, S.A.	641.269.620	97,65%
Taxagest - SGPS, S.A.	14.593.315	2,22%

Movimento de Acções Próprias

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Anual, realizada no passado dia 15 de Maio de 2014, a Santander Totta SGPS, S.A. directamente por si ou por sociedade sua dependente, pode adquirir acções próprias bem como alienar as adquiridas até ao limite e nas demais condições da lei.

Em 31 de Dezembro de 2013, a Santander Totta SGPS detinha 70.802.859 acções próprias correspondentes a 0,036% do seu capital social. Durante o ano 2014, a Santander Totta SGPS comprou 10.473.249 acções próprias, correspondente a 0,005% do seu capital social, fechando ano com um total de 81.276.108 acções próprias.

A aquisição está inserida na política geral da Santander Totta SGPS, no sentido de adquirir acções de accionistas fora do Grupo Santander que as queiram vender.

TRANSACÇÃO COM ACÇÕES PRÓPRIAS DURANTE O ANO DE 2014

	Número de acções	Preço médio unitário (€)	Valor Contabilístico (€)	% no Capital Social
Saldo em 31/12/2013	249.427	5,73	1.428.817	0,038%
Aquisição de acções	21.817	6,05	131.977	0,003%
Alienação de acções	0	-	0	-
Saldo em 31/12/2014	271.244	5,75	1.560.794	0,041%

Estrutura Orgânica por Pelouros

António Vieira Monteiro

Presidência, Função Gestão de Riscos e Auditoria

Gabinete da Presidência – Sebastião Beltrão
Controlo/Gestão de Riscos – Manuel Aragão
Auditoria Interna – Miguel Ruiz

Riscos – Alfredo Diez⁽²⁾

Gestão Corporativa de Riscos – Jesus Garcia
Metodologia de Riscos – Inês Furtado
Riscos de Crédito – Amílcar Lourenço
Riscos de Mercado e Estruturais – Cláudia Correia
Riscos Não Financeiros – Esther Casillas

Contabilidade e Controlo de Gestão – Ignacio Centenera⁽¹⁾

Contabilidade – Graça Vale
Controlo de Gestão – Luís Capitão Mor
Controlo Interno – Américo Domingues

Recursos Humanos, Organização e Custos – Nuno Costa⁽¹⁾

Recursos Humanos – Isabel Viegas
Imóveis, Serviços Gerais e Segurança – Luís Morais
Optimização de Custos e Compras – Mário Paulino
Organização, Produtividade e Eficiência – Miguel Neves

José Carlos Sítima

Jurídica e Cumprimento

Assessoria Jurídica do Negócio – João Gomes da Silva
Assuntos Institucionais e Cumprimento – João Labareda
Inspeção – João Mendes

Recuperações e Desinvestimento – José Carlos Ribeiro⁽²⁾

Recuperações – Mário Rodrigues Santos
Desinvestimento – Jacinto Galante

Luis Bento dos Santos

Qualidade, Comunicação, Estudos, Universidades e Public Policy

Qualidade – Abel Bernardes
Imagem e Comunicação Interna – Rui Santos
Comunicação Externa Institucional – João Velez
Relações Públicas e Eventos – Cristina Carvalho
Relação com Accionistas – José Pacheco
Economic Research – Rui Constantino
Universidades – Marcos Ribeiro
Public Policy – António Terra da Motta

José Leite Maia

Banca de Retalho

Particulares e Negócios Norte – Manuel Cerejeira Castro
Particulares e Negócios Sul – Sofia Frère
Controlo e Dinamização de Rede de P&N – Paulo Lourenço
Apoio à Rede de Particulares e Negócios – Pedro Louceiro
Private Banking – Luís Santos
Promotores e Mediadores Imobiliários – José Alberto Moura
Controlo de Irregulares – Jorge Mogo
Internacional - Residentes Estrangeiro – António Carneiro

Pedro Castro e Almeida

Empresas – Paulo Natal⁽²⁾

Empresas Norte – Paulo Costa
Empresas Sul – António Velez do Peso
Controlo e Dinamização da R. Empresas – Mota Veiga
Gestão e Coordenação com Riscos – Marcos Heitor
Negócio Internacional – Pedro Correia
Crédito Predial/Fomento Construção – António Fontes
Clientes Institucionais – Pedro Fialho

Banca Global e Mercados – João Veiga Anjos⁽²⁾

Corporate and Investment Banking – João Veiga Anjos
Financing Solutions & Advisory – Cristina Melo Antunes
Global Transaction Banking – Hélder Gomes
Tesouraria – Alexandra Gomes
Middle Office e Controlo GBM – António Rebocho
Active Credit Portfolio Management and Financial Control – José Viegas
Financial Institutions Group – Carlos Ramalho

⁽¹⁾ Director Agregado da Comissão Executiva

⁽²⁾ Adjunto da Administração

João Baptista Leite

Tecnologia e Operações

Tecnologia e Sistemas de Negócio – Elsa Graça
Operações – Luís Alves
Integração de Dados e Informação – Otilia Casquilho

José Manuel Elias da Costa (**)

Produtos e Marketing – Armindo Escalda⁽²⁾

Produtos e Serviços de Particulares – Cláudia Barrocas
Produtos e Serviços de Empresas – Jorge Gaspar
Meios de Pagamento – Paula Resende
Marketing – José Saks

Manuel Preto (*)

Financeira – Miguel Carvalho⁽²⁾

Financeira – Miguel Carvalho

Inteligência Comercial – Joaquim Filipe⁽²⁾

Estratégia e Gestão Multicanal – Isabel Guerreiro
Segmento *Mid & Mass Market* – Luis Coito
Segmento Select – Jorge Alcobia
Segmento de Negócios e Empresas – Inês Oom de Sousa
Desenvolvimento de Clientes e CRM – Sara Fonseca
Inovação, Optimização e Agilidade Comercial – Miguel Paixão

(*) Coadjuva o Presidente da Comissão Executiva na área de Inteligência Comercial

(**) Assume também as relações com as áreas de Seguros e de Gestão de Activos

⁽²⁾ Adjunto da Administração

Funções exercidas pelos Membros do Conselho de Administração do Banco Santander Totta noutras sociedades

As principais actividades que os membros do Conselho de Administração do BANCO SANTANDER TOTTA, SA, desempenham fora da sociedade, significativas em relação à mesma, traduzem-se no exercício das seguintes funções, nas seguintes sociedades:

Nome	Sociedade	Função exercida
António Basagoiti Garcia-Tuñón	Banco Santander, S.A (Espanha).	Vogal da Comissão Delegada de Riscos do Conselho de Administração, da Comissão Internacional e da Comissão de Tecnologia, Produtividade e Qualidade
	Santander Totta, SGPS	Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Vencimentos (1)
	Fundación Santander	Membro Patronato
	Fundación Banesto Sociedad y Tecnologia	Presidente (2)
	Fundación Cultural Banesto	Presidente (2)
	Fundación Eugenio Rodriguez Pascual	Presidente
	Fundación Príncipe de Asturias	Patrono e Membro do Júri do prémio da Concordia
	A.T. Kearney	Membro Externo do Conselho Consultivo
	Círculo de Empresários	Membro da Junta Directiva
	Real Asociación Amigos del Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofia	Membro
	Fundación Amigos del Museo del Prado	Membro
	Real Club Náutico de Calpe	Vice-Presidente Económico
Fundación Silos	Patrono	
António José Sacadura Vieira Monteiro	Santander Totta, SGPS	Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva
	Portal Universia Portugal, S.A.	Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva
	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova	Membro do Conselho Geral
	Câmara de Comércio e Indústria Luso-Espanhola	Vice-Presidente da Junta Directiva
	Vieira Monteiro, Lda.	Gerente
José Manuel Alves Elias da Costa	Santander Totta, SGPS	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
	Santander Totta Seguros-Companhia de Seguros de Vida, SA	Presidente do Conselho de Administração (3)
José Carlos Brito Sítima	Santander Totta, SGPS	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
	Portal Universia Portugal, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
	Partang, SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Portal Universia Portugal, S.A.	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
	Virtualteorema – Estágios Digitais Unipessoal, Lda.	Gerente (4)
	Casa da América Latina	Vice-Presidente
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva

(1) Eleito em 15/05/14

(2) Cessou funções em 10/07/14

(3) Eleito em 25/07/14

(4) Cessou funções em 3/10/14

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR E ANEXOS

Nome	Sociedade	Função exercida
Manuel António Amaral Franco Preto	Banco Santander Consumer Portugal, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal
	Serfin International Bank & Trust	Administrador
	Taxagest – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Presidente do Conselho de Administração (1)
	Santotta – International, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda	Gerente
	Totta & Açores Financing, Ltd.	Administrador
	Totta Ireland, Plc	Administrador
	Partang, SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
João Baptista Leite	UNICRE – Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
	SIBS – Forward Payment Solutions, S.A.	Vogal do Conselho de Administração (2)
	SIBS, SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração (2)
José Urgel Moura Leite Maia	Associação dos Amigos de Recife	Presidente do Conselho Fiscal
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Presidente do Conselho de Administração (3)
	Trem – Aluguer de Material Circulante, ACE	Vogal do Conselho de Administração (4)
	Trem II – Aluguer de Material Circulante, ACE	Vogal do Conselho de Administração
	Nortrem – Aluguer de Material Ferroviário, ACE	Presidente do Conselho de Administração
	SIBS – Forward Payment Solutions, S.A.	Vogal do Conselho de Administração (5)
	SIBS – SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração (5)
Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha	Santander Totta, SGPS	Presidente do Conselho Fiscal
	Fundação de Serralves	Vice-Presidente
	SEDES – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social	Presidente
	Galp Energia, SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
	Fundação Centro Cultural de Belém	Vice-Presidente do Conselho Directivo (6)
	Universidade Nova de Lisboa	Professor
Ricardo Manuel Duarte Vidal de Castro	Santander Totta, SGPS	Presidente do Conselho Fiscal
	Clube do Autor, S.A.	Administrador
Pedro Manuel Alves Ferreira Guerra	Santander Totta, SGPS	Vogal Suplente do Conselho Fiscal

- (1) Passou de Vogal a Presidente
- (2) Eleito em 31/01/14
- (3) Cessou funções em 24/07/14
- (4) Cessou funções em 23/12/14
- (5) Cessou funções em 14/01/14
- (6) Cessou funções 3/12/14

Movimentos de Acções e Obrigações dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e do Regulamento 5/2008 da CMVM, informa-se que os movimentos de acções e obrigações efectuados pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização, com referência ao ano de 2014, foram os seguintes:

Nome	Títulos	Posição 31/12/13	Movimentos em 2014				Posição 31/12/14
			Data	Aquisições	Alienações	Preço unitário (€)	
João Baptista Leite	Obrigações BST – Caixa EUA - Cx	820	30/06/14		820	50	0
	Obrig. BST – Caixa Rendimento América Latina TOP 3	400	31/12/14		400	50	0

I - Introdução

O presente relatório é elaborado nos termos do art. 70º, nº 2, al. b) do Código das Sociedades Comerciais.

1. O capital social do Banco é detido em 97,647% pela Sociedade Santander Totta SGPS, SA, a qual é directamente dominada pela Sociedade de Direito Espanhol Santusa, SL, que nela detêm uma percentagem de 99,848%.

Por sua vez a Sociedade Santusa, SL é totalmente dominada pelo Banco Santander; SA que assim, é indirectamente dominante do Banco Santander Totta, SA.

Do restante capital do Banco há ainda uma percentagem de 2,222% que pertence a uma Sociedade igualmente sob domínio integral, directo ou indirecto, das Sociedades Santander Totta, SGPS, SA, Santusa, SL e Banco Santander, SA.

O capital remanescente, correspondente a 0,131% do total, encontra-se disperso por diversos accionistas, sendo 0,038% correspondente a acções próprias do Banco Santander Totta, SA.

2. As acções representativas do capital são todas da mesma espécie e categoria, conferindo iguais direitos aos respectivos titulares, incluindo o direito de voto e o de participação nos lucros.

Não há, conseqüentemente, acções privilegiadas de nenhum tipo. Do mesmo modo, inexistem restrições de qualquer natureza à transmissibilidade das acções, que é totalmente livre.

Não está consagrado nenhum sistema de participação dos trabalhadores no capital da Sociedade.

3. Sem embargo do exposto no número anterior, nos termos estatutários é atribuído um voto a cada cem acções.

Para que os accionistas tenham direito a participar na Assembleia Geral devem comprovar o registo ou depósito das acções em intermediários financeiros até ao décimo quinto dia anterior à data de realização da mesma.

4. A Sociedade não tem conhecimento de qualquer acordo parassocial que tenha sido celebrado entre accionistas.

5. A Sociedade está organicamente estruturada na modalidade prevista no art. 278º, nº 1. al. a) do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

São órgãos sociais: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, existindo ainda um revisor Oficial de Contas autónomo do Conselho Fiscal, em cumprimento do disposto no art. 413º, nº 1 al. b e nº 2 do CSC.

Os mandatos dos órgãos sociais têm a duração ordinária de três anos.

O Conselho de Administração integra uma Comissão Executiva na qual estão delegados todos os poderes permitidos pelo art. 407º, nº 4 do CSC.

O Conselho de Administração reúne, pelo menos, uma vez por trimestre e sempre que for convocado pelo respectivo Presidente ou por dois Administradores.

Não estão conferidos ao Conselho de Administração poderes para deliberar aumentos do capital social da sociedade.

Não estão também definidas regras especiais relativas à nomeação e substituição dos Administradores, bem como quanto a alterações estatutárias, aplicando-se a Lei Geral nestas matérias.

6. A Comissão Executiva é o órgão responsável pela gestão corrente dos negócios e pela representação do Banco. Reúne quinzenalmente ou sempre que for convocada pelo seu Presidente ou por outros dois dos seus membros, seguindo continuamente a evolução dos negócios sociais, nomeadamente através da análise dos projectos em curso ou a desenvolver, bem como dos resultados atingidos.

Tem-se como objectivo permanente a racionalização e uniformização dos serviços operacionais e técnicos de suporte à rede comercial.

7. Não estão estabelecidos pela sociedade quaisquer acordos cuja entrada em vigor esteja dependente da modificação da composição accionista do Banco ou que sejam alterados ou cessem na decorrência dela.

No âmbito do normal exercício da actividade bancária, nas suas diversas componentes, há, contudo, contratos que conferem à contraparte o direito de os resolver na eventualidade de ocorrer a mudança de controlo accionista do Banco, em linha com o que é corrente e comum na prática bancária.

Doutra parte, não existem acordos que confirmem aos titulares da Administração ou a trabalhadores direito à indemnização quando a cessação do vínculo que os liga à Instituição resulte da sua própria iniciativa, de destituição ou despedimento com justa causa, ou ocorra na sequência de uma oferta pública de aquisição.

8. As principais áreas de negócio do Banco são:

- Banca de Retalho – refere-se essencialmente a operações de concessão de crédito e à captação de recursos relacionados com clientes particulares e negócios com facturação inferior a cinco milhões de euros, canalizadas pela rede de balcões e serviços disponibilizados por canais complementares (telefone, internet, etc.);
- Banca de Empresas – considera-se nesta área as empresas com facturação entre 5 e 125 milhões de euros. Esta actividade é suportada pela rede de balcões, centros de empresas e serviços especializados, incluindo diversos produtos, nomeadamente empréstimos de capital de trabalho, financiamento de projectos, de comércio e às exportações e imobiliário;
- *Global Banking & Markets* – inclui essencialmente a actividade do Banco nos mercados financeiros (mercados de taxa de juro, cambial e de acções) e com grandes empresas, sendo prestados serviços de assessoria financeira, nomeadamente de *Corporate* e *Project Finance*, assim como de serviços de custódia de títulos e corretagem das ordens de bolsa recebidas dos clientes;
- Actividades Corporativas – nesta área é considerada toda a actividade desenvolvida no Grupo e que dá suporte às actividades principais mas que não está directamente relacionada com o *core business*, incluindo também a gestão de liquidez, coberturas de balanço e financiamento estrutural do Banco.

9. O modelo global de governo da sociedade é o que consta do ponto IV

Destacam-se múltiplos Comitês de base interdisciplinar que fazem o seguimento e controlo de toda a actividade da instituição.

Indicam-se seguidamente os principais, com a síntese das correspondentes funções.

Comité de Direcção

Presidido pelo Presidente da Comissão Executiva e integrando membros desta e responsáveis das áreas de negócios do Banco, reúne quinzenalmente. Exerce os poderes delegados pela Comissão Executiva.

O Comité de Direcção tem como principais objectivos a análise, decisão e seguimento de:

- Evolução da actividade comercial, assegurando que decorre dentro dos objectivos e prazos definidos, e da adequabilidade das estratégias comerciais definidas, bem como das iniciativas relacionadas com a acção comercial multicanal assegurando a articulação entre as áreas intervenientes;
- Políticas de crédito, exposição ao risco, modelos de decisão e programas de gestão de crédito;
- Política, estratégia, objectivos e seguimento das acções da Qualidade e Experiência do Cliente.

Conselho Superior de Crédito

Órgão máximo de decisão da estrutura de Riscos e exerce os poderes delegados pela Comissão Executiva.

Comité de Governo Interno

Acompanhamento das questões relativas ao Governo Interno, nomeadamente as que respeitam à adequação às políticas do Grupo Santander e à adesão aos Marcos Corporativos de Governo, tendo em vista a criação de Modelos de Governo adequados às necessidades das sociedades e aos objectivos que prosseguem.

Riscos de Mercado e Financeiros

Analisar a informação de “governance” da área de Riscos; analisar e controlar os diversos riscos; aprovar procedimentos e controlos para prevenir ou mitigar os riscos existentes.

ALCO – Assets and Liabilities Committee

Gerir o risco estrutural de mercado e liquidez, estabelecer planos de contingência, promover estratégias de *hedging*, decidir posicionamentos

estratégicos, de modo a otimizar a margem financeira e a rentabilidade dos capitais próprios.

Recursos Humanos

Analisar e deliberar sobre as alterações e excepções às atuais políticas de gestão de RH.

CAR – Comité Análise e Resolução

Prevenir o Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo e efectuar as comunicações estabelecidas na Lei.

Comercialização e Seguimento de Produtos

Aprovar produtos e serviços e fazer o respectivo seguimento, com especial destaque para as incidências que ocorram e o risco reputacional que possam gerar.

Pensões

Executar a política corporativa de pensões e controlar os riscos de forma integral.

Controlo Interno e Cumprimento

Seguir e fiscalizar as políticas de cumprimento e promover um ambiente de controlo interno, nomeadamente através da aplicação efectiva do sistema de gestão de riscos.

Risco Tecnológico e Operacional

Estabelecer e acompanhar a implementação de medidas de controlo e mitigação do risco tecnológico e operacional.

Alienação de Imóveis

Analisar e decidir sobre a alienação de imóveis de montante igual ou superior a 200 mil euros.

Modelos de Risco

Garantir o alinhamento das áreas locais envolvidas no desenvolvimento e acompanhamento de modelos de risco, bem como na integração dos mesmos na gestão. O envolvimento deve ocorrer a nível da Alta Direcção.

Análise e Seguimento de Provisões

Assegurar o bom funcionamento das provisões de riscos constituídas e decidir sobre as provisões de crédito, com carácter vinculativo.

Public Policy

Efectuar o seguimento das matérias relativas às políticas públicas com relevância no Banco ou outras empresas do Grupo em Portugal, nomeadamente no que respeita à participação corporativa na preparação ou discussão pública de projectos legislativos ou regulatórios ou de regras de conduta, com origem em entidade de

supervisão ou profissionais, bem como à avaliação dos impactos estimáveis das medidas projetadas.

Sustentabilidade

Definir o Plano Estratégico de Responsabilidade Social, em articulação com o plano corporativo do Grupo Santander.

Fiscalidade

Apreciar as alterações legais e regulamentação tributária com impacto nas instituições do Grupo e determinar as medidas que se mostrem apropriadas ao cumprimento das determinações e obrigações constantes do normativo jurídico-tributário.

Local de Inovação de Meios de Pagamento

Definir o plano de implementação de soluções inovadoras de Meios de Pagamento para os clientes, tomando por base a estratégia definida corporativamente no Grupo Santander.

Executivo de Continuidade de Negócio

Promover uma cultura organizativa que assegure a continuidade do negócio, disponibilizar os recursos necessários para a implementação do PCN do BST e outras entidades e assegurar que os planos e procedimentos aprovados e implementados se encontram alinhados com o PCN Corporativo.

Perfis Funcionais

Definir os perfis de acesso aos sistemas centrais, sistemas departamentais, redes locais de comunicações e às várias aplicações que suportam o negócio.

Seguimento da Rede Física de Balcões

Analisar e decidir sobre propostas de novos balcões, remodelação, deslocalização, fusão ou encerramento e avaliar os seus impactos.

Redes Sociais

Decidir sobre propostas de acção a implementar nas redes sociais.

Gastos e Investimentos

Avaliar, decidir, seguir e controlar o gasto e o investimento.

No ano de 2013, foram criadas 2 novas áreas:

- Inteligência Comercial – integra a definição estratégica e a gestão dos segmentos de *Mass-Market*, *Select*, *Negócios e Empresas*, e ainda *Canais Complementares e Estudos e CRM*, sendo a sua interligação com as áreas de Banca de

Retalho e Banca de Empresas assegurada através das respectivas áreas de controlo e dinamização de rede.

- Desinvestimento e Recuperações – abrange toda a actividade desenvolvida relativa à recuperação de crédito e a gestão e venda de activos adquiridos no exercício da actividade de recuperação de crédito.

- 10.** O Banco cumpre integralmente o Aviso do Banco de Portugal nº 5/2008, relativo ao Controlo Interno.

Neste quadro, o Banco pratica um sistema de identificação e gestão de riscos em conformidade com os arts. 11º e 12º do referido Aviso e está organizado em ordem a potenciar um apropriado ambiente de controlo e um sólido sistema de gestão de riscos.

Estão especificamente definidos e são praticados políticas e procedimentos respeitantes a todos os riscos referenciados no citado art. 11º do Aviso do Banco de Portugal nº 5/2008.

Tais políticas e procedimentos estão disponíveis e são facilmente acessíveis por todos os colaboradores da instituição por via da sua divulgação em espaço próprio do sistema de Intranet do Banco.

O Banco, à semelhança do Grupo em que está inserido, cumpre, desde 2006, com as exigências da Lei americana *Sarbanes Oxley* (SOX), norma que a *Securities Exchange Commission* (SEC) tornou obrigatória para as entidades cotadas na Bolsa de New York e que é das mais exigentes ao nível dos requisitos de um adequado e fiável Modelo de Controlo Interno.

- 11.** Estão institucionalizadas as funções de gestão de riscos, cumprimento e auditoria nos termos legais e regulamentares.

Dá-se seguidamente conta das linhas gerais a que obedece a organização e funcionamento das três funções.

a) Função de Gestão de Riscos

A função de Gestão de Riscos (FGR) é de âmbito transversal ao Grupo Santander Totta. A função está corporizada no Gabinete de Controlo / Função Gestão de Riscos (GCFGR), constituído na orgânica do BST.

Devido à elevada interligação entre sociedades do Grupo, com parte significativa das funções de medição e controlo de riscos asseguradas por serviços centrais de âmbito transversal, procedeu-se à adopção de uma óptica transversal e de serviço comum pela FGR a todas as instituições de crédito e sociedades financeiras directa ou indirectamente dominadas pela Santander Totta, SGPS, SA.

A função tem por missão geral a aplicação efectiva do sistema de gestão de riscos conforme o art. 16º do citado Aviso 5/2008 do BdP, visando avaliar a relevância dos riscos incorridos e o grau de eficácia das medidas adoptadas para o seu controlo, mitigação e superação. As linhas de orientação de Governo Interno do EBA de Setembro de 2011 (GL44) reforçaram o papel da FGR. O Regulamento de Requisitos de Capital (CRR) nº 575/2013 (EU) e a Directiva de Requisitos de Capital 2013/36/EU (CRDIV) constituíram o novo enquadramento jurídico necessário ao ajustamento do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), aprovado em Decreto-Lei nº 298/92 de 31 de Dezembro e republicado com as devidas alterações através do Decreto-Lei nº 157/2014. O artigo 115.º-M do novo RGICSF veio reforçar o papel da Função de Gestão de Riscos na garantia da identificação, avaliação e reporte adequado de todos os riscos materiais, na participação da estratégia e decisão da gestão de riscos materiais, e na independência e isenção de conflitos de interesses do responsável pela FGR. Ao nível da CMVM, o Decreto-Lei n.º 63-A/2013 alterou o Código de Valores Mobiliários e as exigências à Gestão de Riscos através da alteração ao artigo 305.º-B.

A FGR foi criada com o mais alto nível de independência, ou seja, sem responsabilidade directa sobre qualquer função de execução ou de controlo de primeira linha sobre as actividades a avaliar, ficando assim com capacidade para efectuar os seus próprios testes.

A Comissão Executiva conferiu a este órgão, os mais amplos poderes na sua aplicação, baseando a sua actividade na lei e na aplicação dos seguintes princípios e deveres:

- Acesso pleno a todas as actividades da instituição bem como a toda informação considerada relevante nomeadamente aos relatórios de auditoria;
- Independência relativamente às áreas avaliadas;
- Imparcialidade, integridade e objectividade;
- Reserva no uso da informação utilizada e das conclusões obtidas as quais, sem prejuízo dos deveres de informação às autoridades ou supervisores, devem ser apresentadas à Administração;

- Promoção de um adequado e eficiente nível de controlo interno extensível a toda a organização, tendo em consideração os diferentes riscos envolvidos, nomeadamente, os riscos de crédito, mercado, liquidez, cambial, taxa de juro, liquidação, operacional, tecnológico, cumprimento, reputacional e estratégico, sem prejuízo de outros que em juízo da instituição se possam revelar materiais;
- Efectuar a ligação entre a equipa local e as áreas corporativas com vista a determinar as melhores práticas e necessidades no que respeita ao desenvolvimento de novas ferramentas e à estimação dos parâmetros de risco;
- Realizar e apresentar ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal o relatório anual relativo à função de gestão de riscos nos termos regulamentares previstos;
- Realizar todos os relatórios e tarefas que a Administração estime como oportunos.

Em absoluta concordância com estas competências, o GCFGR foi criado na dependência directa da Comissão Executiva, o que lhe assegura também maior autonomia e liberdade no exercício das suas funções.

Está em aplicação pelo GCFGR uma metodologia própria desenvolvida para avaliar o alcance e efectividade dos controlos e dos processos de mitigação do perfil de riscos, que se materializou num conjunto de testes ou verificações de requisitos formulados de forma específica para cada tipo de risco. Estes testes e requisitos foram inspirados nas recomendações efectuadas pelo Comité de Basileia e da European Banking Authority (EBA), Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), Federal Reserve System (FED), Lei Sarbanes-Oxley (SOX), Financial Services Authority (FSA) e outras entidades normativas e reguladores. Teve-se ainda presente o caso português, em especial a regulamentação sobre aspectos de controlo interno constante no Regime Geral das instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) e documentação conexas como o Aviso 5/2008 do BdP, o Aviso Regulamentar 3/2008 da CMVM.

Como habitualmente, a actividade desenvolvida pela função de gestão de riscos é documentada num relatório próprio, de periodicidade anual, "Relatório da FGR", datando o último de Maio de 2014. Este documento destina-se a servir de apoio ao sistema de gestão de risco do Santander Totta, sendo muito relevante o acompanhamento dos controlos e promoção do controlo interno, nomeadamente através de diversas acções que constam do referido relatório.

Salienta-se ainda que desde 2012, primeiro o Banco de Portugal com o apoio de auditores e consultores internacionais sob a supervisão da missão conjunta do Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia (FMI/BCE/EU), quer posteriormente, o Banco Central Europeu no âmbito da supervisão directa e conjunta com o Banco de Portugal têm vindo a confirmar a convicção da boa adequação das políticas, procedimentos e controlos instituídos pelo Santander Totta.

b) Função de Cumprimento

O Banco privilegia, de há muito, a autonomização, seguimento e controlo dos riscos que se traduzem na contingência de incorrer em sanções de carácter legal ou regulamentar, bem como em prejuízos financeiros ou de ordem reputacional, em resultado do incumprimento de quaisquer disposições normativas que lhe sejam aplicáveis, quer de índole legal, regulamentar ou regulatória, e ainda por decorrência da infracção de Códigos de Conduta ou procedimentos em desconformidade com padrões éticos ou boas práticas exigíveis.

A função de cumprimento está corporizada na Direcção de Coordenação de Assuntos Institucionais e Cumprimento (DCAIC) que integra, no seu seio, uma unidade especificamente adstrita à Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo, com quadro de pessoal afecto em exclusividade. O responsável máximo é o Director de Cumprimento, Dr. João António Cunha Labareda, com as atribuições que lhe são próprias:

- A DCAIC é uma Direcção de primeira linha, directa e exclusivamente dependente da Administração, autónoma de todas as outras áreas, nomeadamente das de negócio;
- A DCAIC está dotada de pessoal próprio, que integra os quadros da Instituição, exclusivamente afecto ao exercício das funções cometidas à Direcção de Cumprimento, hierárquica e funcionalmente dependente do respectivo Director;
- A DCAIC, no exercício das suas funções, tem livre acesso a todas as informações e elementos relativos à actividade do Banco que solicite ou de que careça, bem como às instalações e equipamentos da Instituição;
- A DCAIC comunica ilimitadamente com a Administração e, no âmbito das suas atribuições, executa, propõe e recomenda o que entende com vista à prevenção de riscos legais, reputacionais e de cumprimento e, sendo o caso, a reparação das incidências verificadas;
- O Banco dispõe de um Código Geral de Conduta, de um Código de Conduta específico para o Mercado de Valores e de um Código de Conduta

na Relação com os Clientes, que fixam os princípios éticos e procedimentos que presidem à actuação das pessoas sujeitas e entre outros aspectos relevantes privilegiam a prevenção e resolução de conflitos de interesses. O cumprimento do Código de Conduta para o Mercado de Valores é especialmente controlado pela DCAIC, que igualmente apoia e segue o cumprimento do Código Geral, cujo controlo, todavia, está a cargo da Direcção de Coordenação de Recursos Humanos;

- Em complemento das disposições do Código Geral a propósito, o Banco dispõe também de um Programa de Prevenção da Corrupção que reforça o cumprimento corporativo de absoluta rejeição de quaisquer práticas de corrupção, envolvendo toda a organização societária nesse desiderato. Nesse contexto estão conferidas atribuições específicas à DCAIC de seguimento e controlo da execução do programa e das políticas que o suportam.
- Estão aprovadas e instituídas políticas e procedimentos de comercialização de produtos, bem como o processo e órgãos para a respectiva aprovação e seguimento que visam, por um lado, garantir a verificação prévia de todos os requisitos necessários para que a comercialização opere sem riscos legais, reputacionais e de cumprimento e, por outro, assegurar o seguimento de incidências que possam vir a verificar-se, avaliando o seu significado e, sendo o caso, introduzindo as medidas de superação que se justifiquem, que podem incluir a suspensão ou termo da comercialização quando as circunstâncias o determinem ou aconselhem. Neste contexto, assume especial importância a avaliação e seguimento do risco reputacional inerente aos produtos ou que se possa gerar na sua vigência pela ocorrência de vicissitudes pontuais que, de algum modo, os afectem, ou se projectem relevantemente na relação com os clientes;
- Embora com o apoio e condução executiva das unidades locais, a política de cumprimento é extensível, em toda a sua amplitude, às filiais e sucursais no exterior. Algumas destas dispõem de responsáveis locais de cumprimento que aí exercem as funções correspondentes. Nos demais casos, em que o tipo e modo de exercício da actividade não justificam essa opção, o próprio responsável operativo da unidade assegura o procedimento em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, tanto os locais como os que devam ser cumpridos por via das imposições a que o Banco se acha sujeito em Portugal. A DCAIC, no quadro das suas funções, controla o desempenho da função pelos responsáveis a quem a execução está confiada.

Noutro plano, e com vista a assegurar de modo mais eficiente e eficaz a sua missão, a Direcção promoveu a institucionalização de comités específicos de cumprimento especialmente vocacionados para as áreas consideradas mais sensíveis, nomeadamente as mais directamente relacionadas com mercados financeiros, de funcionamento periódico – em regra, de base mensal – que permitem apreciar as práticas instituídas, aferir da sua conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis, manter as áreas informadas acerca das inovações ocorridas e garantir a sua execução, controlar o cumprimento de obrigações informativas e outras aplicáveis, identificar eventuais incidências e, sendo o caso, equacionar e implementar as medidas apropriadas para as mitigar e prevenir. Esses Comitês são dirigidos e coordenados pela DCAIC, neles tendo participação os responsáveis das áreas envolvidas.

Por outro lado, tanto no âmbito destes Comitês, como fora deles, a DCAIC mantém uma relação regular de articulação com as demais áreas de controlo (Auditoria e Função Geral de Riscos), em ordem a potenciar a perspectivação, seguimento e controlo global de riscos.

Destaca-se ainda, neste quadro, a articulação institucionalizada com a área de Qualidade - responsável pelo seguimento e tratamento das reclamações de clientes - em ordem a, por um lado, acompanhar a evolução da situação nesse domínio e, principalmente escrutinar, a partir da tipologia das reclamações, eventuais omissões ou práticas inadequadas que possam indiciar, com vista a providenciar os ajustamentos ou correcções apropriados.

A Direcção de Cumprimento integra igualmente o Comité de Controlo Interno e Cumprimento que tem funções gerais de controlo e gestão de risco.

Sem prejuízo dos contactos constantes e sistemáticos com a Comissão Executiva do Banco, e principalmente com o administrador especialmente encarregado do pelouro, a actividade desenvolvida no âmbito da função de cumprimento é objecto de relatório anual.

Em consonância, o Director de Cumprimento apresentou à Administração o relatório da actividade de *compliance* desenvolvida no período decorrente entre o último relatório (Maio de 2013) e o final de Maio de 2014.

Em linha com o que fica exposto, o Director de Cumprimento é de opinião que o Banco procede em

conformidade com o enquadramento regulamentar da função de *compliance*, constante do Aviso nº5/2008.

c) Função de Auditoria

As funções básicas da Auditoria Interna são:

- Supervisionar o cumprimento, eficácia e eficiência dos sistemas de controlo interno do Grupo, assim como a fiabilidade e qualidade da informação contabilística. Para tal, verifica que os riscos inerentes à actividade do Grupo estão adequadamente cobertos, em particular, os riscos contabilístico, de mercado (que inclui risco de taxa de juro e de câmbio), estrutural de balanço (que inclui o risco de liquidez), de crédito e de contraparte, de concentração, operativo, (incluindo o adequado arranque dos produtos), de branqueamento de capitais, regulatório e reputacional;
- Verificar que as Unidades responsáveis por exercer os controlos sobre os Riscos cumprem com as suas responsabilidades e respeitam as políticas determinadas pela Administração, os procedimentos e a normativa interna e externa que sejam aplicáveis. Do mesmo modo, analisa a estrutura organizativa das mesmas e o adequado uso dos recursos humanos e meios materiais afectos;
- Efectuar investigações especiais, tanto por iniciativa própria como por solicitação da Administração;
- Realizar todos os relatórios das unidades auditadas e comunicar-lhes as recomendações

emitidas como resultado das auditorias, estabelecendo um calendário de implementação e realizar um seguimento para verificar a implementação de tais recomendações.

O responsável pela função de auditoria interna é o Dr. Miguel Cabeza, nomeado pela Administração, que lhe conferiu todos os poderes necessários ao desempenho das suas funções de um modo independente, com livre acesso a toda a informação relevante.

O quadro de Auditoria está composto por 28 pessoas, distribuídas pelas áreas de Riscos Financeiros, Riscos de Crédito e Riscos Operativos, sendo que todos os elementos possuem formação académica superior.

A Matriz de Risco prioriza as unidades do universo de Auditoria, em função do grau de risco que sobre elas recai. Nesta matriz são avaliados os riscos de negócio implícitos às unidades durante o último exercício e outros factores (dimensão da Unidade, último “rating” obtido, grau de implementação das recomendações).

Com base na avaliação de todos estes factores, as Unidades do Universo são classificadas em Prioritárias, Preocupantes, A Vigiar, Normais e Não Preocupantes. Entre os requisitos Regulatórios, realizar revisões do projecto Basileia II e DMIF. Adicionalmente, as revisões das unidades incluem a análise e verificação dos processos SOX.

II – Política de Remuneração

1. Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização aplicável no exercício de 2014

Por proposta da comissão de vencimentos, a Assembleia Geral, na sua reunião de 29 de Março de 2014, aprovou a declaração de política de remunerações.

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho e no artigo 16.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (*Diário da República*, 2ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), é aprovada a proposta de política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do Banco Santander Totta, S.A. (o “Banco”), a vigorar no ano 2014, a propor à reunião anual da Assembleia Geral de aprovação das contas do exercício de 2013, nos termos seguintes:

A. Enquadramento

A política remuneratória do Banco Santander Totta enquadra-se nas directrizes definidas pelo accionista de referência do Banco para todo o Grupo Santander, as quais são formuladas, com a participação de consultores externos, de acordo com as melhores práticas existentes no sector. O Grupo Santander detém mais de 99% do capital social do Banco.

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização é anualmente revista e aprovada. Na respectiva definição foram formuladas propostas e preparadas recomendações destinadas a assegurar que as remunerações são adequadas e reflectem o perfil de risco e os objectivos de longo prazo do Banco.

A Comissão de Vencimentos tem a seguinte composição:

D. António Basagoiti Garcia – Tuñón – Presidente do Conselho de Administração
Professor Doutor Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha – Presidente do Conselho Fiscal

B. Política do Grupo Santander

Estando a política remuneratória a seguir necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a actividade deste e a circunstância de a concretização dos seus objectivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem

desempenha funções-chave e que lidera a organização.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo, em especial dos administradores executivos, e que permitem atrair e reter os talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera.

Consequentemente, a política de remuneração dos administradores tem, como já no passado tinha quanto aos administradores executivos, os seguintes objectivos:

- Assegurar que a remuneração total e a respectiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto, médio e longo prazo) são competitivas com a prática do sector financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;
- Manter uma componente fixa equilibrada face à componente variável, a qual se encontra indexada à realização de objectivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos accionistas.

No caso da remuneração referente ao desempenho de funções não executivas, a política de remuneração visa igualmente compensar a dedicação, qualificação e a responsabilidade exigidas para o desempenho da função.

Já em 2010, foi criado, ao nível do Grupo Santander, o Comité de Avaliação de Riscos nas Retribuições, cujos membros são pessoas de reconhecida competência e imparcialidade, com vista a avaliar a qualidade dos resultados, riscos incorridos e cumprimento de objectivos.

Acresce que o Grupo contou com a assistência da consultora Towers Watson na definição da sua política de remuneração.

Assim, o Grupo, prossequindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações manifestadas na regulamentação portuguesa.

C. Princípios orientadores da política de remuneração no Banco Santander Totta

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- Simplicidade, clareza, transparência e alinhamento com a cultura do Banco, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- Consistência com uma gestão e controlo de risco eficazes para evitar a exposição excessiva ao risco e a conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objectivos, valores e interesses de longo prazo do Banco, cuja capacidade de reforço da base de fundos próprios se preserva, e dos seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e a equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objectivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente através: i) da criação de limites máximos para as componentes da remuneração, que devem ser equilibradas entre si; ii) do diferimento no tempo de uma parcela da remuneração variável; iii) do pagamento de parte da remuneração variável em instrumentos financeiros;
- Apuramento da remuneração variável individual considerando a avaliação do desempenho respectivo, com base em critérios de natureza financeira e não financeira, de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados do Banco, também por comparação com outras entidades internacionais do sector;
- Sujeição da cessação antecipada de contratos ao regime legal vigente em cada momento;
- Inexistência de seguros de remuneração ou de outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às modalidades de remuneração adoptadas.

D. Componentes da política de remuneração

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

- A política de remuneração dos titulares dos órgãos sociais enquadra-se nas directrizes do Grupo, as quais foram formuladas de acordo com as melhores práticas existentes no sector;
- Das referidas directrizes decorre nomeadamente a forma como se processa a avaliação de desempenho dos administradores executivos. Tal avaliação é realizada:
 - Anualmente, pelo Presidente da Comissão Executiva, relativamente aos restantes administradores executivos;
 - Anualmente, pelo Administrador Delegado do Grupo, relativamente ao Presidente da Comissão Executiva do Banco.
- No que respeita aos administradores não executivos, o Presidente do Conselho de Administração auferir remuneração fixa em Portugal, quanto ao outro Administrador, a remuneração comporta uma componente fixa e outra variável, estando porém, esta última exclusiva e directamente relacionada com os resultados do Banco Caixa Geral Totta de Angola, no qual desempenha funções de Administrador Executivo;
- Os membros do órgão de fiscalização auferem apenas remuneração fixa, cujo montante é determinado em linha com os critérios e práticas utilizados nas restantes sociedades do Grupo, atenta a dimensão do negócio e do mercado em Portugal;
- Tendo em consideração o definido no Grupo, o rácio máximo entre o valor de todas as componentes da remuneração variável e o valor total da remuneração fixa não pode ser superior a 200%.

D.1. Remuneração fixa

- A remuneração fixa é paga 14 vezes por ano;
- A remuneração fixa dos administradores executivos é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo, os resultados do Banco, a avaliação de desempenho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;
- A remuneração fixa dos administradores executivos tem os limites que forem fixados anualmente pela Comissão de Vencimentos, não se prevendo que represente, em 2014, parcela inferior a 40% da remuneração total.

D.2. Remuneração variável

- A remuneração dos membros da Comissão Executiva comporta igualmente uma componente variável, de atribuição não garantida, sujeita a diferimento parcial do respectivo pagamento, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo;
- Tendo presente o definido no ponto **D**, alínea **e**), a remuneração variável é adequadamente equilibrada face à remuneração fixa;
- De forma a objectivar e tornar mais transparente o processo de determinação da remuneração variável, esta tem em conta os objectivos

quantitativos e qualitativos do Banco, bem como os respectivos indicadores previstos no Plano Estratégico que são definidos anualmente pelo Grupo;

- A ponderação da consecução dos objectivos estratégicos definidos pelo e para o Banco, seja em termos absolutos, seja por comparação com outras entidades do sector, para efeitos de fixação da remuneração variável, permite promover um adequado alinhamento com os interesses de médio e longo prazo do Banco e dos seus accionistas;
- No caso de serem imputados ao Banco, por accionistas ou por terceiros, responsabilidade por actos de gestão, a remuneração variável poderá, mediante decisão dos accionistas, ser suspensa até ao apuramento de tais pretensões e, no caso de serem consideradas procedentes, não será atribuída a respectiva remuneração enquanto não estiverem liquidados tais danos.

D.2.1. Remuneração variável anual

- Como elemento da remuneração variável, estabelece-se um prémio de desempenho da Empresa, vinculado a objectivos, dependente de avaliação anual, com reflexo no ano em curso e nos seguintes, através do qual são pagas prestações em dinheiro e atribuídas acções do Banco Santander;
- A determinação do valor do prémio de desempenho tem por base os seguintes critérios: i) 75% dependem dos resultados após impostos da Sociedade (55%) e do Grupo (20%) e ii) 25% dependem do cumprimento da eficiência no uso do capital (*Return on Risk Weighted Assets*) da Sociedade (15%) e do Grupo (10%);
- A aplicação dos critérios acima referidos para a atribuição do prémio de desempenho é ajustada pela ponderação i) do desempenho individual, tendo em conta os resultados quantitativos individuais alcançados, bem como ii) de factores qualitativos adicionais, designadamente a adequada gestão do risco e do consumo eficiente de capital; a comparação com os resultados de entidades concorrentes; a comparação do nível de satisfação dos clientes face a entidades concorrentes; a evolução do *core capital*, do capital económico do Grupo, do balanço e de outros factores relevantes de gestão;
- O prémio de desempenho destina-se a compensar a consecução de resultados anuais e o desempenho individual, podendo variar em função do grau de cumprimento dos objectivos, entre 0% e um valor que em 2014 se estima não superior a 150% do valor do prémio de desempenho da Empresa pago no ano anterior;
- O pagamento do prémio de desempenho é diferido em 40% do seu valor no que respeita à

generalidade dos administradores executivos, podendo, em situações específicas, atingir 50%;

- O valor da parte não diferida é pago metade em acções e metade em dinheiro;
- O pagamento da parte diferida é determinado em função dos resultados obtidos num período de três anos e sujeito à verificação cumulativa das seguintes condições: i) permanência na Empresa durante um dado período estabelecido; ii) preservação do nível de desempenho financeiro do Grupo Santander durante o triénio de referência; iii) não ocorrência de variações significativas do capital económico ou do perfil de risco do Grupo; iv) cumprimento das normas internas, incluindo as relativas a riscos, aprovadas anualmente pelo Grupo;
- Metade do montante do diferimento é pago em acções e outra metade em dinheiro, sendo o pagamento desta parte feito em três parcelas, durante os três anos subsequentes, ficando dependente do preenchimento das condições referidas *supra*, em g);
- As acções atribuídas aos membros da Comissão Executiva não beneficiam de qualquer contrato de cobertura de risco e ficam, até ao termo dos seus respectivos mandatos, sujeitas a condição de manutenção, até que o seu valor perfaça duas vezes o montante da remuneração total (sem prejuízo da possibilidade de alienação de acções necessária ao pagamento de impostos resultantes do benefício inerente a essas mesmas acções);

D.2.2. Remuneração variável plurianual

- Como elemento da remuneração variável plurianual, o Banco fixará em 2015 um Incentivo de Longo Prazo individual tendo em conta o comportamento relativo, em 2014, do *retorno total para o accionista* (RTA) do Banco Santander por comparação com grupo constituído por 15 instituições de crédito;
- O Incentivo de Longo Prazo individual tem por referência o valor de 15% da base do prémio de desempenho da Empresa, correspondendo a 100% daquele valor caso o RTA do Banco Santander se situe entre os oito primeiros do grupo de instituições de crédito acima referido, a 50% se situe entre a nona e a décima segunda posição e a 0% caso esteja em posição inferior;
- A entrega do Incentivo de Longo Prazo individual é feita em acções representativas do capital social do Banco Santander e diferida pelo período de três anos, de acordo com o seguinte comportamento do RTA do Banco Santander por comparação com o do mesmo grupo de instituições de crédito acima referido:
 - Um terço do respectivo valor nos períodos em que o RTA do Banco Santander se situe entre os quatro primeiros daquele grupo;

- 87,5% de um terço do respectivo valor nos períodos em que o RTA do Banco Santander seja o quinto daquele grupo;
 - 75% de um terço do respectivo valor nos períodos em que o RTA do Banco Santander seja o sexto daquele grupo;
 - 62,5% de um terço do respectivo valor nos períodos em que o RTA do Banco Santander seja o sétimo daquele grupo;
 - 50% de um terço do respectivo valor nos períodos em que o RTA do Banco Santander seja o oitavo daquele grupo;
 - Nenhum valor nos períodos em que o RTA do Banco Santander se situe abaixo do oitavo lugar entre o mesmo grupo.
- Para efeitos do disposto na alínea anterior, o comportamento do RTA a considerar será o verificado, em termos acumulados, nos períodos entre 1 de Janeiro de 2014 e i) 31 de Dezembro de 2015 para a entrega a fazer em 2016, ii) 31 de Dezembro de 2016 para o pagamento a fazer em 2017 e iii) 31 de Dezembro de 2017 para o pagamento a fazer em 2018;
 - A entrega do Incentivo de Longo Prazo individual fica ainda sujeita à verificação cumulativa das seguintes condições: i) permanência na Empresa durante um dado período estabelecido; ii) preservação do nível de desempenho financeiro do Grupo durante o prazo de diferimento; iii); cumprimento das normas internas, especialmente as relativas a riscos; iv) ausência de reformulação material dos elementos financeiros do Grupo imposta pelos auditores externos, excepto se em resultado da modificação de normas contabilísticas; v) inexistência de variações significativas do capital económico ou do perfil de risco do Grupo;
 - No limite, pode não haver lugar a atribuição de quaisquer acções;
 - As acções atribuídas não beneficiam de qualquer contrato de cobertura de risco e ficam, até ao termo dos mandatos dos respectivos beneficiários, sujeitas a condição de manutenção, até que o seu valor perfaça duas vezes o montante da remuneração total (sem prejuízo da possibilidade da alienação de acções necessária ao pagamento de impostos decorrentes do benefício inerente a essas acções).

D.2.3. Identificação da parcela diferida e da já paga

Do exercício de 2010, e relativamente a dois administradores, foi pago, em 2014, o último terço da remuneração variável diferida.

Do exercício de 2011, encontra-se por pagar um terço da remuneração variável diferida.

Da remuneração variável de 2012, encontram-se por pagar dois terços da remuneração variável diferida.

Da remuneração variável de 2013, foi paga em 2014 a parte não sujeita a diferimento. O pagamento do remanescente encontra-se diferido por três anos.

D.2.3. Montantes pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com o Banco

Não se prevê que venham a existir, durante o exercício de 2014, montantes pagos aos administradores executivos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com o Banco.

E. Benefícios

A atribuição dos benefícios é feita de modo a assegurar a compatibilidade com a estratégia empresarial, os objectivos, os valores e os interesses a longo prazo do Banco:

- Os administradores executivos beneficiam de seguro de vida, cujo capital coberto é equivalente a duas vezes o valor da remuneração fixa do titular em causa;
- Os administradores executivos que à data da fusão eram administradores do Banco Totta & Açores, beneficiam de plano complementar de reforma, por velhice ou invalidez, cujos termos e condições foram fixados de acordo com o regulamento aprovado pela Assembleia Geral em 30 de Maio de 2007, conforme o disposto no número 7 do artigo 11.º do Contrato de Sociedade do Banco e que adopta, globalmente, o constante no regulamento que fora originalmente aprovado pela Assembleia Geral do Banco Totta & Açores em 30 de Outubro de 1989. Este plano tem como requisitos, nomeadamente, o exercício do cargo por período mínimo, variando o valor da prestação complementar em função da antiguidade do administrador;
- Os administradores executivos com contrato de trabalho com o Banco e não obstante a suspensão do referido contrato, encontram-se cobertos por plano complementar de reforma estabelecido pelo Grupo Santander para todos os seus quadros directivos e cujos termos foram aprovados pelos respectivos Conselhos de Administração, não tendo, nessas deliberações, sido atribuído direito de voto aos administradores que viriam a beneficiar de tal plano;
- Os administradores executivos beneficiam igualmente de seguro de saúde e das vantagens resultantes da regulamentação colectiva aplicável aos trabalhadores, incluindo o recurso ao crédito à habitação.

F. Aspectos complementares

Não se prevê a atribuição de planos de opções em 2014.

Atento o disposto no número 5 do artigo 403.º do Código das Sociedades Comerciais, não estão definidas nem se propõe introduzir limitações estatutárias à indemnização por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

Não é previsível que, durante o ano 2014, venham a ser pagas quaisquer indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgão sociais.

G. Cumprimento das políticas de remuneração definidas pelo Banco de Portugal

Esta política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização do Banco está na sua globalidade em linha com os princípios ínsitos no Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 26 de Dezembro (*Diário da República*, 2ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objectivos de médio e longo prazo do Banco.

Desta forma, a determinação da remuneração total dos membros daqueles órgãos, composta por parte fixa e parte variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração, permitem concluir pela adopção, na generalidade, das regras constantes do Capítulo II do referido Aviso, o qual constitui manifestamente o seu núcleo base.

A circunstância do Banco estar integrado no Grupo Santander, que dele detém mais de 99% do capital, implica a necessária coerência das respectivas políticas corporativas, as quais, por sua vez e atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria.

2. Remuneração e Outros Benefícios Atribuídos aos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

A presente informação é prestada para dar cumprimento ao disposto no artigo 3.º da Lei 28/2009, de 19 de Junho, e no artigo 17.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (*Diário da República*, 2ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), na parte que se refere à divulgação do montante anual de remuneração auferida pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização. A Comissão de Vencimentos no exercício das suas competências reuniu 6 vezes durante o ano de 2014.

As remunerações fixas e variáveis, em termos agregados de 2014 no conjunto dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, foram, respectivamente de mEuros 3.578 para as fixas e de mEuros 4.596 para as variáveis.

Em 31 de Dezembro de 2014 o conjunto cumulado e vigente de créditos concedidos aos membros do Conselho de Administração ao abrigo do artigo 85 do regime geral das instituições de crédito e sociedades financeiras era de mEuros 809.

A remuneração individual paga e diferida relativa a 2014 consta do quadro abaixo.

Remuneração anual

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Remuneração fixa
António Basagoiti Garcia -Tuñón	Presidente	838
António José Sacadura Vieira Monteiro	Vice - Presidente	568
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Vogal não executivo	190
João Baptista Leite	Vogal	200
José Carlos Brito Sítima	Vogal	321
José Urgel Moura Leite Maia	Vogal	227
José Manuel Alves Elias da Costa	Vogal	302
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Vogal	296
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Vogal	337
Manuel António Amaral Franco Preto	Vogal	200
		3.479

Conselho Fiscal

Nome	Cargo	Remuneração fixa
Luís Campos e Cunha	Presidente	60
Mazars & Associados, SROC	Vogal	15
Ricardo Castro	Vogal	24
		99

Remuneração Anual Variável

Parcela pecuniária:

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Prémio desempenho 2014 (pecuniário)
António José Sacadura Vieira Monteiro	Vice - Presidente	225
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Vogal não executivo	90
João Baptista Leite	Vogal	107
José Carlos Brito Sítima	Vogal	170
José Urgel Moura Leite Maia	Vogal	141
José Manuel Alves Elias da Costa	Vogal	168
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Vogal	135
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Vogal	174
Manuel António Amaral Franco Preto	Vogal	137
		1.346

Parcela acções:

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Prémio desempenho 2014 retido por um ano
António José Sacadura Vieira Monteiro	Vice - Presidente	221
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Vogal não executivo	89
João Baptista Leite	Vogal	105
José Carlos Brito Sítima	Vogal	167
José Urgel Moura Leite Maia	Vogal	138
José Manuel Alves Elias da Costa	Vogal	165
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Vogal	133
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Vogal	171
Manuel António Amaral Franco Preto	Vogal	134
		1.323

Este montante corresponde a 217.489 acções do Banco Santander, S.A., ao valor por acção de 6,085 Euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respectiva atribuição.

O Grupo Santander, no qual está inserido o Banco, tem também um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial, incluindo naturalmente o Banco Santander Totta, S.A., que está dividido em ciclos.

Em Julho de 2014, foi finalizado o sexto ciclo do plano de acções vinculado a objectivos, não tendo sido atribuída qualquer acção, por não se ter atingido os objectivos.

Remuneração Diferida

A parcela pecuniária da remuneração referente ao exercício de 2014 diferida é a seguinte:

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Prémio desempenho de 2014		
		2016	2017	2018
		Pecuniário	Pecuniário	Pecuniário
António José Sacadura Vieira Monteiro	Vice - Presidente	75	75	75
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Vogal não executivo	20	20	20
João Baptista Leite	Vogal	24	24	24
José Carlos Brito Sítima	Vogal	38	38	38
José Urgel Moura Leite Maia	Vogal	31	31	31
José Manuel Alves Elias da Costa	Vogal	37	37	37
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Vogal	30	30	30
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Vogal	39	39	39
Manuel António Amaral Franco Preto	Vogal	30	30	30
		324	324	324

A parcela em acções da remuneração referente ao exercício de 2014 diferida é a seguinte:

GOVERNO SOCIETÁRIO

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Prémio desempenho de 2014		
		2015	2016	2017
		acções	acções	acções
António José Sacadura Vieira Monteiro	Vice - Presidente	12.097	12.097	12.097
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Vogal não executivo	3.233	3.233	3.233
João Baptista Leite	Vogal	3.826	3.826	3.826
José Carlos Brito Sítima	Vogal	6.110	6.110	6.111
José Urgel Moura Leite Maia	Vogal	5.058	5.058	5.057
José Manuel Alves Elias da Costa	Vogal	6.035	6.035	6.035
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Vogal	4.850	4.850	4.849
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Vogal	6.251	6.251	6.250
Manuel António Amaral Franco Preto	Vogal	4.904	4.904	4.903
		52.364	52.364	52.361

Na presente data, encontram-se diferidos dois terços da remuneração variável diferida relativa a 2013, tendo sido pago um terço dessa remuneração.

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Prémio desempenho de 2013 entregue em Fevereiro 2015			
		Juros	Dividendos	Pecuniário	Acções
António José Sacadura Vieira Monteiro	Vice - Presidente	0,3	4	50	47
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Vogal não executivo	0,1	1	17	16
João Baptista Leite	Vogal	0,1	1	16	15
José Carlos Brito Sítima	Vogal	0,2	3	33	31
José Urgel Moura Leite Maia	Vogal	0,1	2	23	22
José Manuel Alves Elias da Costa	Vogal	0,2	3	29	27
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Vogal	0,2	3	29	27
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Vogal	0,2	3	36	33
Manuel António Amaral Franco Preto	Vogal	0,1	2	20	19
		1,4	23	253	237

O valor das acções corresponde a 37.805 acções do Banco Santander, S.A., ao valor por acção de 6,272 Euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respectiva atribuição.

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Prémio desempenho de 2013			
		2016		2017	
		Acções	Pecuniário	Acções	Pecuniário
António José Sacadura Vieira Monteiro	Vice - Presidente	7.485	50	7.485	50
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Vogal não executivo	2.495	17	2.495	17
João Baptista Leite	Vogal	2.380	16	2.381	16
José Carlos Brito Sítima	Vogal	4.990	33	4.990	33
José Urgel Moura Leite Maia	Vogal	3.502	23	3.502	23
José Manuel Alves Elias da Costa	Vogal	4.339	29	4.340	29
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Vogal	4.281	29	4.282	29
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Vogal	5.339	36	5.340	36
Manuel António Amaral Franco Preto	Vogal	2.994	20	2.994	20
		37.805	253	37.809	253

GOVERNO SOCIETÁRIO

Na presente data, encontram-se diferidos um terço da remuneração variável diferida relativa a 2012, tendo sido pago um terço dessa remuneração.

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Prémio desempenho de 2012 entregue em Fevereiro 2015			
		Juros	Dividendos	Pecuniário	Acções
António José Sacadura Vieira Monteiro	Vice - Presidente	0,6	10	53	51
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Vogal não executivo	0,2	3	19	18
João Baptista Leite	Vogal	0,2	3	18	17
José Carlos Brito Sítima	Vogal	0,3	5	27	27
José Urgel Moura Leite Maia	Vogal	0,3	5	27	26
José Manuel Alves Elias da Costa	Vogal	0,4	6	32	31
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Vogal	0,3	5	29	28
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Vogal	0,4	7	38	37
Manuel António Amaral Franco Preto	Vogal	0,2	4	21	20
		3,1	49	262	255

O valor das acções corresponde a 40.704 acções do Banco Santander, S.A., ao valor por acção de 6,272 Euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respectiva atribuição.

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Prémio desempenho de 2012	
		2016	
		Acções	Pecuniário
António José Sacadura Vieira Monteiro	Vice - Presidente	8.169	53
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Vogal não executivo	2.884	19
João Baptista Leite	Vogal	2.723	18
José Carlos Brito Sítima	Vogal	4.221	27
José Urgel Moura Leite Maia	Vogal	4.149	27
José Manuel Alves Elias da Costa	Vogal	4.964	32
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Vogal	4.452	29
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Vogal	5.876	38
Manuel António Amaral Franco Preto	Vogal	3.268	21
		40.706	261

A remuneração variável relativa a 2011 paga, foi a seguinte:

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Prémio desempenho de 2011 entregue em Fevereiro 2015			
		Juros	Dividendos	Pecuniário	Acções
António José Sacadura Vieira Monteiro	Vice - Presidente	0,4	3	10	11
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Vogal não executivo	-	-	-	-
João Baptista Leite	Vogal	0,3	2	6	7
José Carlos Brito Sítima	Vogal	0,4	3	10	11
José Urgel Moura Leite Maia	Vogal	0,4	3	10	11
José Manuel Alves Elias da Costa	Vogal	0,6	5	14	15
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Vogal	0,6	4	12	13
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Vogal	1,2	8	26	28
		4,0	29	87	96

O valor das acções corresponde a 15.241 acções do Banco Santander, S.A., ao valor por acção de 6,272 Euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respectiva atribuição.

Outros Benefícios

Relativamente aos benefícios pós-emprego, os membros do Conselho de Administração que têm vínculo laboral ao BST e que não estão inseridos no plano abaixo, estão integrados no plano de pensões do Acordo Colectivo de Trabalho para o sector bancário subscrito pelo Banco.

No exercício de 2010, o Grupo constituiu um plano de contribuição definida para todos os seus quadros directivos. Este plano integra também os membros do Conselho de Administração que não estão inseridos no plano abaixo.

Os administradores executivos que à data da fusão eram administradores do Banco Totta & Açores beneficiam de plano complementar de reforma, por velhice ou invalidez, cujos termos e condições foram fixados de acordo com o regulamento que foi aprovado pela Assembleia Geral em 30 de Maio de

2007, conforme o disposto no número 7 do artigo 11.º do Contrato de Sociedade do Banco e que adopta, globalmente o constante no regulamento que fora originalmente aprovado na Assembleia Geral do Banco Totta & Açores de 30 de Outubro de 1989. Este plano tem como requisitos, nomeadamente, o exercício do cargo por período mínimo, variando o valor da prestação complementar em função da antiguidade do administrador.

Em 31 de Dezembro de 2014, as responsabilidades com este plano ascendiam a mEuros 18.391 e encontravam-se cobertas por provisão registada no balanço do Banco.

Cessações Contratuais

Não houve, durante o ano 2014, quaisquer pagamentos de indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgão sociais.

3. Política de Remuneração aplicável no exercício de 2014 aos Dirigentes e Quadros Directivos do Banco Santander Totta, S.A.

Por decisão do Conselho de Administração de 25 de Junho de 2014 foi aprovada a política de remunerações que a seguir se transcreve.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES COM RESPONSABILIDADE NA ASSUNÇÃO DE RISCOS OU COM FUNÇÕES DE CONTROLO, DO BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, e no artigo 16.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (Diário da República, 2ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), é divulgada a política de remuneração dos trabalhadores que, não sendo membros dos órgãos de administração ou de fiscalização do Banco Santander Totta, S.A. (o “Banco”), (i) desempenham funções com responsabilidade na assunção de riscos por conta do Banco ou dos seus clientes, com impacto material no perfil de risco do Banco ou (ii) exercem a sua actividade profissional no âmbito das funções de controlo previstas no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, de 1 de Julho, *in casu*, os responsáveis pelas Direcções de Auditoria, Controlo Geral de Riscos do Banco, *Compliance* e Riscos de Crédito e Mercado, bem como os responsáveis pela área Financeira, pela de Contabilidade e Controlo de Gestão e pela área de Recursos Humanos, Organização e Custos

Na definição do âmbito subjectivo desta política foram tidos em consideração os parâmetros definidos nos “*regulatory technical standards on criteria to identify categories of staff whose professional activities have a material impact on an institution’s risk profile under Article 94(2) of Directive 2013/36/EU*”, tal como propostos pela Autoridade Bancária Europeia (EBA).

A. Enquadramento

A política de remuneração dos Dirigentes segue os princípios vigentes para os restantes trabalhadores do Banco, em aplicação das directrizes definidas pelo accionista de referência do Banco para todo o Grupo Santander e formuladas, com a participação de consultores externos, de acordo com as melhores práticas existentes no sector. O Grupo Santander detém mais de 99% do capital do Banco Santander Totta.

A política de remuneração dos dirigentes é anualmente revista e aprovada pelo Conselho de Administração, no exercício de competência delegável na respectiva Comissão Executiva. Na sua definição também participou a Direcção de Recursos Humanos do Banco, formulando recomendações destinadas a

assegurar que as remunerações são as adequadas e reflectem o perfil de risco e os objectivos de longo prazo do Banco, mostrando-se ainda conformes com as normas legais e regulamentares, os princípios e as recomendações nacionais e internacionais pertinentes.

B. A Política do Grupo Santander

Estando a política remuneratória a seguir necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a actividade deste e a circunstância da concretização dos seus objectivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções chave na organização.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo Santander e que permitem atrair e reter os talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera.

Consequentemente, a política de remuneração destes grupos de trabalhadores tem, como já no passado tinha, os seguintes objectivos:

- Assegurar que a remuneração total e a respectiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto, médio e longo prazo) são competitivas com a prática do sector financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;
- Manter uma componente fixa relevante e equilibrada face à componente variável, a qual se encontra indexada à concretização de objectivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos accionistas.

Em 2010, foi criado ao nível do Grupo o Comité de Avaliação de Riscos nas Retribuições, cujos membros são pessoas de reconhecida competência e imparcialidade, com vista a avaliar a qualidade dos resultados, riscos incorridos e cumprimento de objectivos, aspectos com impacto nas retribuições.

Assim, o Grupo, prosseguindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações manifestadas na regulamentação portuguesa.

Acresce que o Grupo contou com a assistência da consultora Towers Watson na definição da sua política de remuneração.

C. Princípios Orientadores da Política de Remuneração

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- Simplicidade, clareza, transparência e alinhamento com a cultura do Banco, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- Consistência com gestão e controlo de risco eficazes para evitar a exposição excessiva ao risco e a conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo do Banco – cuja capacidade de reforço da base de fundos próprios se preserva – e dos seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e a equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- Alinhamento da política de remuneração com as melhores práticas e as tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objectivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente através: i) da criação de limites máximos para as várias componentes da remuneração, que devem ser equilibradas entre si; ii) do diferimento no tempo de uma parcela da remuneração variável; iii) do pagamento de parte da remuneração variável em instrumentos financeiros;
- Apuramento da remuneração variável individual considerando o desempenho do Banco, bem como a avaliação da prestação individual com base em critérios de natureza financeira e não financeira, de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados do Banco, também por comparação com outras entidades internacionais do sector;
- Para os colaboradores que exerçam funções de controlo, na acepção do Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, de 1 de Julho, e para além de benefícios de natureza não remuneratória que porventura lhes sejam devidos, a componente variável da respectiva remuneração tem em conta a avaliação do desempenho individual e, concretamente, os objectivos específicos relacionados com as funções que exercem, não estando dependente do desempenho das áreas de negócio, não sendo correspondentemente aplicável neste domínio a alínea c) do número 2 do Capítulo IV;
- À cessação antecipada de contratos aplica-se o regime legal vigente em cada momento;

- Inexistência de seguros de remuneração ou de outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerente às modalidades de remuneração adoptadas.

D. Componentes da Política de Remuneração

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

- A política de remuneração dos Dirigentes deve enquadrar-se nas directrizes do Grupo, que foram formuladas de acordo com as melhores práticas existentes no sector;
- Das referidas directrizes decorre nomeadamente a forma como se processa a avaliação de desempenho dos Dirigentes, a realizar anualmente, pelos respectivos superiores hierárquicos. Sempre que estes Dirigentes estejam sujeitos a obrigação de duplo reporte, a avaliação é também feita por responsável do Grupo pela área em causa;
- Tendo em consideração o definido no Grupo, o rácio máximo entre o valor de todas as componentes da remuneração variável e o valor total da remuneração fixa não pode ser superior a 200%.

D.1. Retribuição Fixa

- A retribuição fixa é paga 14 vezes por ano;
- A retribuição fixa é composta pela retribuição de base e por algumas prestações pecuniárias que são atribuídas a todos os trabalhadores do Banco, como diuturnidades ou outros subsídios, devidos nos termos legais ou contratuais;
- A retribuição fixa é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo Santander, os resultados do Banco, a avaliação de desempenho, a regulamentação colectiva do trabalho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;
- A retribuição fixa dos Dirigentes tem os limites que forem fixados anualmente pela Comissão Executiva, não se prevendo que represente, em 2014, uma parcela inferior a 50% da Remuneração Total.

D.2. Remuneração Variável

- A remuneração dos Dirigentes comporta igualmente componente variável, de atribuição não garantida, sujeita a diferimento parcial do respectivo pagamento, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo;
- Tendo presente o definido no ponto D, alínea c), a remuneração variável é adequadamente equilibrada face à remuneração fixa;

- De forma a objectivar e tornar mais transparente o processo de determinação da remuneração variável, esta tem em conta os objectivos quantitativos e qualitativos do Banco, bem como os respectivos indicadores previstos no Plano Estratégico, que são definidos anualmente ao nível do Grupo;
- Relativamente aos Directores abrangidos pelo disposto no Aviso nº5/2008 do Banco de Portugal, a determinação da remuneração variável obedece aos seguintes critérios: (i) avaliação individual do colaborador, tendo exclusivamente em conta os objectivos específicos relacionados com as funções por si exercidas; (ii) desempenho global do Banco e do grupo económico em que este se integra, tendo por base os indicadores do consumo eficiente de capital e do crescimento médio de resultados operativos;
- Relativamente aos demais Directores, a determinação do valor da remuneração variável terá por base os seguintes critérios: (i) desempenho do Banco e do grupo económico em que este se integra, tendo por base os indicadores do consumo eficiente de capital e do crescimento médio de resultados operativos; (ii) prestação individual, tendo em conta os resultados quantitativos e qualitativos alcançados, assim como o contributo para a imagem e reputação do Banco.

D.2.1. Remuneração variável anual

- Como elemento da remuneração variável, estabelece-se um prémio de desempenho da Empresa, vinculado a objectivos, dependente de avaliação anual, com reflexo no ano em curso e nos seguintes, através do qual são pagas prestações em dinheiro e atribuídas acções do Banco Santander;
- A determinação do valor do prémio de desempenho tem por base os seguintes critérios: i) 75% dependem dos resultados após impostos da Sociedade (55%) e do Grupo (20%) e ii) 25% dependem do cumprimento da eficiência no uso do capital (*Return on Risk Weighted Assets*) da Sociedade (15%) e do Grupo (10%);
- A aplicação dos critérios acima referidos para a atribuição do prémio de desempenho é ajustada pela ponderação do desempenho individual, tendo em conta os resultados quantitativos individuais alcançados, bem como de factores qualitativos adicionais, designadamente i) a adequada gestão do risco e do consumo eficiente de capital, ii) a comparação com os resultados de entidades concorrentes, iii) a comparação do nível de satisfação dos clientes face a entidades concorrentes, iv) a evolução do *core capital*, do capital económico do Grupo, do balanço e de outros factores relevantes de gestão;

- O prémio de desempenho destina-se a compensar a consecução de resultados anuais e o desempenho individual, podendo variar em função do grau de cumprimento dos objetivos, entre 0% e um valor que em 2014 se estima não superior a 150% do valor do prémio de desempenho do Banco pago no ano anterior;
- O pagamento do prémio de desempenho é diferido em 40% do seu valor;
- O valor da parte não diferida é pago metade em acções e metade em dinheiro;
- O pagamento da parte diferida é determinado em função dos resultados obtidos num período de três anos e sujeito à verificação cumulativa das seguintes condições: i) permanência no Banco durante um dado período estabelecido; ii) preservação do nível de desempenho financeiro do Grupo Santander durante o triénio de referência; iii) não ocorrência de variações significativas do capital económico ou do perfil de risco do Grupo; iv) cumprimento das normas internas, incluindo as relativas a riscos, aprovadas anualmente pelo Grupo;
- Metade do montante do diferimento é pago em acções e outra metade em dinheiro, sendo o pagamento desta parte feito em três parcelas, durante os três anos subsequentes, ficando dependente do preenchimento das condições referidas *supra*, em g);
- As acções atribuídas não beneficiam de qualquer contrato de cobertura de risco e ficam sujeitas a condição de manutenção pelo prazo de um ano a contar da data da sua atribuição.

D.2.2. Remuneração variável plurianual

- Como elemento da remuneração variável plurianual, o Banco fixará em 2015 um Incentivo de Longo Prazo individual tendo em conta o comportamento relativo, em 2014, do *retorno total para o acionista* (RTA) do Banco Santander por comparação com grupo constituído por 15 Instituições de Crédito;
- O Incentivo de Longo Prazo individual tem por referência o valor de 15% da base do prémio de desempenho do Banco, correspondendo a 100% daquele valor caso o RTA do Banco Santander se situe entre os oito primeiros do grupo de Instituições de Crédito acima referido, a 50% se situe entre a nona e a décima segunda posição e a 0% caso esteja em posição inferior;
- A entrega do Incentivo de Longo Prazo individual é feita em acções representativas do capital social do Banco Santander e diferida pelo período de três anos, de acordo com o seguinte comportamento do RTA do Banco Santander por comparação com o do mesmo grupo de Instituições de Crédito acima referido:

- um terço do respectivo valor nos períodos em que o RTA do Banco Santander se situe entre os quatro primeiros daquele grupo;
- 87,5% de um terço do respectivo valor nos períodos em que o RTA do Banco Santander seja o quinto daquele grupo;
- 75% de um terço do respectivo valor nos períodos em que o RTA do Banco Santander seja o sexto daquele grupo;
- 62,5% de um terço do respectivo valor nos períodos em que o RTA do Banco Santander seja o sétimo daquele grupo;
- 50% de um terço do respectivo valor nos períodos em que o RTA do Banco Santander seja o oitavo daquele grupo;
- Nenhum valor nos períodos em que o RTA do Banco Santander se situe abaixo do oitavo lugar entre o mesmo grupo.
- Para efeitos do disposto na alínea anterior, o comportamento do RTA a considerar será o verificado, em termos acumulados, nos períodos entre 1 de Janeiro de 2014 e i) 31 de Dezembro de 2015 para a entrega a fazer em 2016, ii) 31 de Dezembro de 2016 para a entrega a fazer em 2017 e iii) 31 de Dezembro de 2017 para a entrega a fazer em 2018;
- A entrega do Incentivo de Longo Prazo individual fica ainda sujeita à verificação cumulativa das seguintes condições: i) permanência na Empresa durante um dado período estabelecido; ii) preservação do nível de desempenho financeiro do Grupo durante o prazo de diferimento; iii) cumprimento das normas internas, especialmente as relativas a riscos; iv) ausência de reformulação material dos elementos financeiros do Grupo imposta pelos auditores externos, excepto se em resultado da modificação de normas contabilísticas; v) inexistência de variações significativas do capital económico ou do perfil de risco do Grupo;
- No limite, pode não haver lugar a atribuição de quaisquer acções;
- As acções atribuídas não beneficiam de qualquer contrato de cobertura de risco e ficam sujeitas a condição de manutenção pelo prazo de um ano a contar da data da sua atribuição.

D.2.3. Identificação da parcela diferida e da já paga

Da remuneração variável de 2012 encontram-se por pagar dois terços.

Da remuneração variável de 2013, foi paga em 2014 a parte não sujeita a diferimento. O pagamento do remanescente encontra-se diferido por três anos.

E. Benefícios

A atribuição dos benefícios é feita de modo a assegurar a compatibilidade com a estratégia empresarial, os objectivos, os valores e os interesses a longo prazo do Banco.

Sem prejuízo de atribuições de âmbito casuístico e residual, resultantes de medidas tomadas no passado pelos primitivos empregadores (Crédito Predial Português, Banco Totta & Açores, Banco Santander Portugal e Banco Santander de Negócios Portugal), todos os Dirigentes gozam dos seguintes benefícios:

- Seguro de saúde complementar ao Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS) previsto na regulamentação colectiva do sector bancário;
- Seguro de acidentes pessoais, de acordo com o definido na regulamentação colectiva do sector bancário.

Alguns trabalhadores beneficiam de seguro de vida, em resultado de ligação contratual ao extinto Banco Santander Portugal ou ao Banco Santander.

Alguns trabalhadores beneficiam de plano complementar de reforma, nos termos da deliberação do Conselho de Administração do Banco de 25 de Fevereiro de 2010.

Não há benefícios de pensão atribuídos numa base discricionária.

F. Cumprimento das Políticas de Remuneração definidas pelo Banco de Portugal

A política de remuneração dos Dirigentes do Banco está na sua globalidade em linha com os princípios ínsitos no Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 26 de Dezembro (Diário da República, 2ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), tendo ainda tido em consideração os parâmetros definidos nos “*regulatory technical standards on criteria to identify categories of staff whose professional activities have a material impact on an institution’s risk profile under Article 94(2) of Directive 2013/36/EU*”, tal como propostos pela Autoridade Bancária Europeia (EBA).

A política pauta-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objectivos de médio e longo prazo do Banco.

Desta forma, a determinação da remuneração total destes grupos de trabalhadores, composta por retribuição fixa e remuneração variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração, permitem concluir pela adopção, na generalidade, das regras constantes do Capítulo II. do referido Aviso, o qual constitui manifestamente o seu núcleo base.

A circunstância do Banco estar integrado no Grupo Santander, que dele detém mais de 99% do capital, implica a necessária coerência das respectivas políticas corporativas, as quais por sua vez, atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria. Com esta contextualização, a adopção das demais regras do Aviso n.º 10/2011 implicaria uma redundância

processual e uma artificial execução regulamentar desprovida de efeitos práticos. Daí que a política do Banco Santander Totta em matéria de remunerações dos seus Dirigentes se contenha nos presentes limites sem prejuízo do cumprimento, na globalidade e no momento da fixação das directrizes do Grupo de que são tributárias, de regras de sentido idêntico emanadas das autoridades nacionais competentes.

4. Remuneração e Outros Benefícios Atribuídos aos Dirigentes e Quadros Directivos

A presente informação é prestada em cumprimento do disposto no artigo 17.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (Diário da República, 2.ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), na parte que refere a divulgação, em termos agregados, do montante anual da remuneração auferida pelos trabalhadores que, não sendo membros dos órgãos de administração ou de fiscalização do Banco Santander Totta, S.A. (o “Banco”), exercem a sua

actividade profissional no âmbito das funções de controlo previstas no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, de 1 de Julho, ou desempenham funções com responsabilidade na assunção de riscos por conta do Banco ou dos seus clientes, com impacto material no perfil de risco do Banco, nos termos definidos no Regulamento Delegado (EU) nº 604/2014 da Comissão de 4 de Março de 2014 que completa a Directiva 213/36/EU (doravante os “Dirigentes”).

Remuneração Anual

Montante da retribuição fixa:	mEuros 4.293
Montante da retribuição variável:	mEuros 4.291
Número de beneficiários:	25

Prémio de desempenho de 2015 retido por um ano no montante mEuros 1.242, corresponde a 204.103 acções do Banco Santander, S.A., ao valor por acção de 6,085 Euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respectiva atribuição.

Remuneração Diferida	<u>Entregue</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>
Exercício de 2011				
Parcela pecuniária (mEuros)	7	-	-	-
Acções	11	-	-	-

O valor das acções entregue corresponde a 1.762 acções do Banco Santander, S.A., ao valor por acção de 6,27 Euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respectiva atribuição.

Exercício de 2012				
Parcela pecuniária (mEuros)	63	54	-	-
Acções	58	9.745	-	-

O valor das acções entregue corresponde a 9.310 acções do Banco Santander, S.A., ao valor por acção de 6,27 Euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respectiva atribuição.

Exercício de 2013				
Parcela pecuniária (mEuros)	72	67	67	-
Acções	65	10.796	10.797	-

O valor das acções entregue corresponde a 10.386 acções do Banco Santander, S.A., ao valor por acção de 6,27 Euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respectiva atribuição.

Exercício de 2014				
Parcela pecuniária (mEuros)	-	288	288	288
Acções	-	46.502	46.502	46.499

Estes dirigentes estão também inseridos no plano de incentivos a longo prazo a nível mundial, que está dividido em ciclos. Em Julho de 2014, foi finalizado o sexto ciclo do plano de ações vinculado a objectivos, não tendo sido atribuída qualquer acção, por não se ter atingido os objectivos.

Outros Benefícios

Os Dirigentes gozam dos benefícios de seguro de saúde complementar ao Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS) previsto na regulamentação colectiva do sector bancário e de seguro de acidentes pessoais, de acordo com o definido na regulamentação colectiva do sector bancário.

Alguns Dirigentes beneficiam de seguro de vida, em resultado de ligação contratual ao extinto Banco Santander Portugal ou ao Banco Santander, S.A.

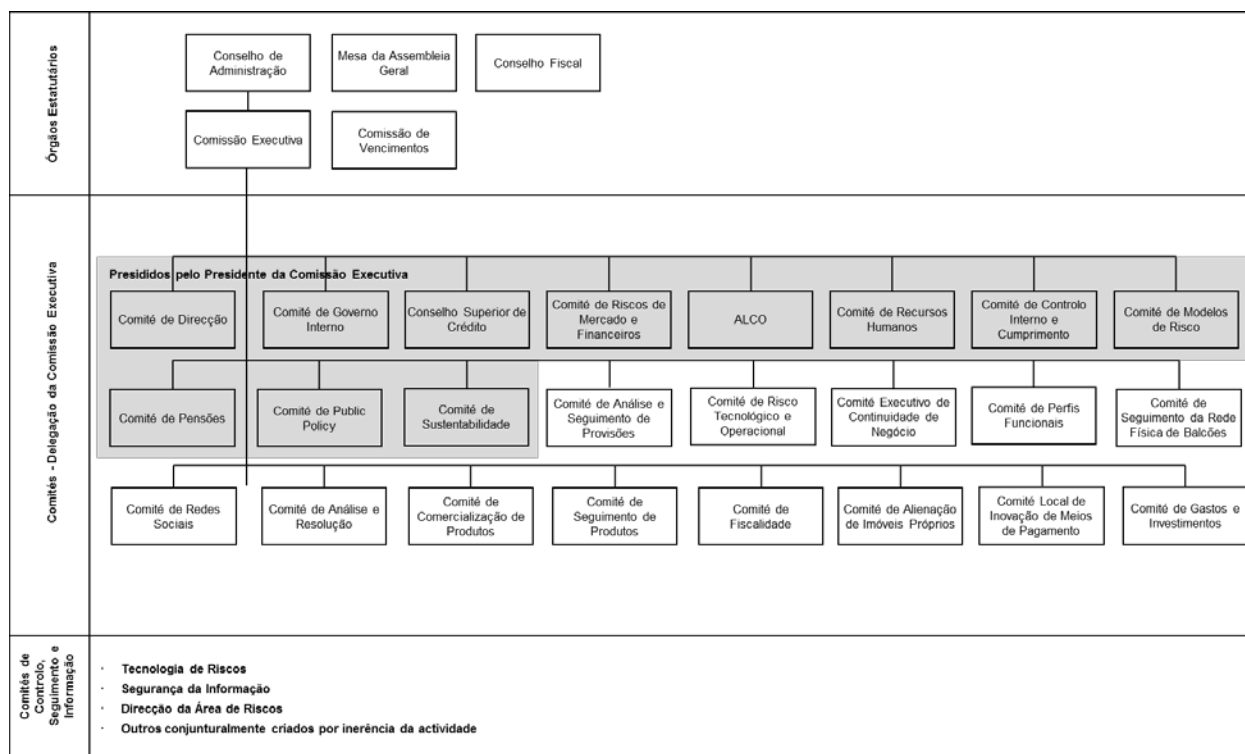
Alguns Dirigentes beneficiam de plano complementar de reforma, nos termos da deliberação do Conselho de Administração do Banco de 25 de Fevereiro de 2010.

III. Política de Remuneração para 2015

A política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização do Banco Santander Totta, para o ano de 2015, será objecto de deliberação na Assembleia Geral Anual, em cumprimento do artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho e do artigo 16.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (*Diário da República*, 2ª Série, de 9 de Janeiro de 2012).

A política de Remuneração vigente para os Dirigentes e Quadros Directivos do Banco Santander Totta foi aprovada pelo Conselho de Administração na reunião de 25 de Junho de 2014, aplicável no exercício de 2014 e 2015. Até nova deliberação, essa política é a que atrás ficou transcrita. Está prevista a reapreciação da matéria em Junho de 2015.

IV. Modelo de Governação Interna



Declaração a que se refere a alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários

A alínea c) do nº.1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários determina que cada uma das pessoas responsáveis da sociedade emita declaração cujo teor é aí definido.

Os membros do Conselho de Administração do Banco Santander Totta, S.A, aqui identificados nominativamente subscreveram individualmente a declaração que a seguir se transcreve:

“Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº.1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o Relatório de gestão, as Contas anuais, a Certificação Legal das Contas e demais documentos de prestação de contas do Banco Santander Totta, S.A., todas relativas ao exercício de 2014, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam”.

Conselho de Administração

António Basagoiti Garcia-Tuñon
Presidente

António José Sacadura Vieira Monteiro
Vice-Presidente

Carlos Manuel Amaral de Pinho
Vogal

João Batista Leite
Vogal

José Carlos Brito Sítima
Vogal

José Urgel Moura Leite Maia
Vogal

José Manuel Alves Elias da Costa
Vogal

Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos
Vogal

Manuel António Amaral Franco Preto
Vogal

Pedro Aires Coruche Castro e Almeida
Vogal

Declaração do Conselho Fiscal sobre a Conformidade da Informação Financeira Apresentada

A alínea c) do nº.1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários determina que cada uma das pessoas responsáveis da sociedade emita declaração cujo teor é aí definido.

Os membros do Conselho Fiscal do Banco Santander Totta, S.A., aqui identificados nominativamente subscreveram individualmente a declaração que a seguir se transcreve:

“Declaro nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº.1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o Relatório de gestão, as Contas anuais, a Certificação Legal das Contas e demais documentos de prestação de contas do Banco Santander Totta, S.A., todas relativas ao exercício de 2014, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o Relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam”.

Conselho Fiscal



Presidente: Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha

Vogais: Mazars & Associados, SROC, representada por Fernando Vieira



Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro

Demonstrações Financeiras Consolidadas

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (PROFORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ACTIVO	Notas	2014			2013	1 de Janeiro	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2014	2013	1 de Janeiro
		Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	(proforma)	de 2013				(proforma)	(proforma)
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	830 474	-	830 474	337 841	352 365	Passivo				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	241 218	-	241 218	552 921	385 323	Recursos de bancos centrais	18	4 406 312	6 241 410	5 837 242
Activos financeiros detidos para negociação	7	2 291 734	-	2 291 734	1 949 115	2 265 495	Passivos financeiros detidos para negociação	7	1 995 019	1 619 768	2 048 743
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-	-	-	93 735	Recursos de outras instituições de crédito	19	4 030 724	4 175 058	1 949 574
Activos financeiros disponíveis para venda	8	6 774 498	61 943	6 712 555	4 382 253	3 489 864	Recursos de clientes e outros empréstimos	20	21 625 902	20 707 001	21 497 174
Aplicações em instituições de crédito	9	1 220 917	-	1 220 917	3 270 970	3 097 422	Responsabilidades representadas por títulos	21	2 973 111	2 534 161	3 953 519
Crédito a clientes	10	26 684 869	1 161 618	25 523 251	26 107 521	26 979 649	Derivados de cobertura	11	133 690	370 684	455 911
Derivados de cobertura	11	195 035	-	195 035	199 427	284 850	Provisões	22	71 988	62 039	72 271
Activos não correntes detidos para venda	12	332 221	123 846	208 375	206 943	206 840	Passivos por impostos correntes	16	20 034	14 313	4 687
Propriedades de investimento	13	420 239	-	420 239	467 949	-	Passivos por impostos diferidos	16	142 026	58 524	75 303
Outros activos tangíveis	14	745 117	446 325	298 792	318 662	336 084	Instrumentos representativos de capital	23	205 979	235 054	-
Activos intangíveis	14	380 023	351 642	28 381	52 468	65 842	Passivos subordinados	24	4 306	4 307	4 311
Investimentos em associadas	15	167 859	1 500	166 359	147 730	142 994	Outros passivos	25	292 893	292 900	303 417
Activos por impostos correntes	16	14 603	-	14 603	17 458	4 246	Total do Passivo		<u>35 901 984</u>	<u>36 315 219</u>	<u>36 202 152</u>
Activos por impostos diferidos	16	458 675	-	458 675	540 675	631 578	Capital Próprio				
Outros activos	17	274 042	24 288	249 754	258 595	190 956	Capital	26	656 723	656 723	656 723
							Prémios de emissão	26	193 390	193 390	193 390
							Outros instrumentos de capital	26	135 000	135 000	135 000
							Reservas de reavaliação	26	(278 738)	(573 189)	(699 202)
							Outras reservas e resultados transitados (Acções próprias)	26	1 534 596	1 477 217	1 421 512
							Resultado consolidado do exercício atribuível aos accionistas do BST	27	165 174	89 164	88 068
							Capital próprio atribuível aos accionistas do BST		<u>2 362 701</u>	<u>1 934 993</u>	<u>1 752 931</u>
							Interesses que não controlam	28	595 677	560 316	572 160
							Total do Capital Próprio		<u>2 958 378</u>	<u>2 495 309</u>	<u>2 325 091</u>
Total do Activo		<u>41 031 524</u>	<u>2 171 162</u>	<u>38 860 362</u>	<u>38 810 528</u>	<u>38 527 243</u>	Total do Passivo e do Capital Próprio		<u>38 860 362</u>	<u>38 810 528</u>	<u>38 527 243</u>

O anexo faz parte integrante do balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2014.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (PROFORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2014	2013 (proforma)
Juros e rendimentos similares	30	1 194 168	1 271 127
Juros e encargos similares	31	(650 629)	(763 859)
Margem financeira		543 539	507 268
Rendimentos de instrumentos de capital	32	1 222	1 313
Rendimentos de serviços e comissões	33	335 187	370 626
Encargos com serviços e comissões	34	(58 311)	(55 116)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	35	(244 097)	20 326
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	36	308 722	4 534
Resultados de reavaliação cambial	37	5 458	4 039
Resultados de alienação de outros activos	38	17 568	2 476
Outros resultados de exploração	39	(14 314)	(25 545)
Produto bancário		894 974	829 921
Custos com o pessoal	40	(281 592)	(269 577)
Gastos gerais administrativos	41	(143 744)	(137 159)
Amortizações do exercício	14	(61 857)	(59 777)
Provisões líquidas de anulações	22	(46 416)	(6 930)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	22	(111 206)	(197 039)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	22	(1 131)	(3 155)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	22	(33 780)	(36 827)
Resultados de associadas	42	19 791	14 069
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam		235 039	133 526
Impostos			
Correntes	16	(40 700)	(35 321)
Diferidos	16	(29 171)	(9 037)
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam		165 168	89 168
Interesses que não controlam	28	6	(4)
Resultado consolidado do exercício atribuível aos accionistas do BST	27	165 174	89 164
Acções em circulação	27	641 879 747	641 959 603
Resultado por acção básico e diluído (em Euros)	27	0,26	0,14

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados consolidados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (PROFORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	31 de Dezembro de 2014		31 de Dezembro de 2013 (proforma)	
	Atribuível aos accionistas do BST	Atribuível a interesses que não controlam	Atribuível aos accionistas do BST	Atribuível a interesses que não controlam
Resultado consolidado do exercício	165 174	(6)	89 164	4
Itens que não serão reclassificados posteriormente para a demonstração de resultados:				
· Desvios actuariais e financeiros relativos a pensões				
· Valor bruto	(48 394)	-	(37 785)	-
· Impacto fiscal	762	-	7 447	-
Itens que poderão ser reclassificados posteriormente para a demonstração de resultados:				
· Variações cambiais em filiais no estrangeiro	9 067	35 476	(4 487)	(11 811)
· Reservas de reavaliação de sociedades em equivalência patrimonial				
· Justo valor	907	-	767	-
· Impacto fiscal	(157)	-	(157)	-
· Variações no justo valor de elementos patrimoniais disponíveis para venda				
· Justo valor	490 688	-	278 591	-
· Impacto fiscal	(143 419)	-	(79 604)	-
· Variações no justo valor de derivados de cobertura de fluxos de caixa				
· Justo valor	(22 499)	-	(55 108)	-
· Impacto fiscal	6 746	-	15 760	-
Rendimento integral consolidado do exercício	<u>458 875</u>	<u>35 470</u>	<u>214 588</u>	<u>(11 807)</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral consolidado para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (PROFORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital	Prêmios de emissão	Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação			Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Ações próprias	Resultado do exercício	Interesses que não controlam	Total do capital próprio	
				De reavaliações legais	De justo valor	De flutuação cambial								
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	656 723	193 390	135 000	23 245	(1 001 064)	(5 857)	284 474	245 862	934 572	241 078	(42 560)	88 068	572 160	2 325 091
Impacto da reclassificação de interesses que não controlam para passivo relativamente às unidades de participação não detidas pelo Grupo em fundos de investimento consolidados pelo método integral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 1 de Janeiro de 2013 (proforma)	656 723	193 390	135 000	23 245	(1 001 064)	(5 857)	284 474	245 862	934 572	241 078	(42 560)	88 068	572 160	2 325 091
Aplicação dos resultados														
. Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	453	-	(3 908)	91 523	-	(88 068)	-	-
Distribuição de dividendos - Acções preferenciais	-	-	-	-	-	136	-	-	(30 750)	-	-	-	36	(30 578)
Incentivos de longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	(799)	-	-	-	-	(799)
Aquisição de acções próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(752)	-	-	(752)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	(361)	-	-	-	(73)	(434)
Rendimento integral consolidado do exercício de 2013	-	-	-	-	186 465	(4 487)	(56 554)	-	-	-	-	89 164	(11 807)	202 781
Saldos em 31 de Dezembro de 2013 (proforma)	656 723	193 390	135 000	23 245	(814 599)	(10 208)	228 373	245 862	898 754	332 601	(43 312)	89 164	560 316	2 495 309
Aplicação dos resultados														
. Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	96	245	46 382	41 239	-	(87 962)	-	-
. Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1 202)	-	(1 202)
Distribuição de dividendos - Acções preferenciais	-	-	-	-	-	665	-	-	(30 150)	-	-	-	(108)	(29 593)
Incentivos de longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	(222)	-	-	-	-	(222)
Aquisição de acções próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(132)	-	-	(132)
Outros	-	-	-	-	-	(10)	(1)	-	(115)	-	-	-	(1)	(127)
Rendimento integral consolidado do exercício de 2014	-	-	-	-	420 702	9 067	(136 068)	-	-	-	-	165 174	35 470	494 345
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	656 723	193 390	135 000	23 245	(393 897)	(486)	92 400	246 107	914 649	373 840	(43 444)	165 174	595 677	2 958 378

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio consolidado para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (PROFORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>2014</u>	<u>2013 (proforma)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	1 314 804	1 490 692
Pagamento de juros e comissões	(708 278)	(738 522)
Pagamentos ao pessoal e a fornecedores	(429 371)	(414 641)
Contribuições para o fundo de pensões	(79 200)	(56 000)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	21 405	(41 654)
Recuperação de créditos incobráveis	5 403	7 457
Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais	<u>124 763</u>	<u>247 332</u>
(Aumentos) diminuições de activos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	2 053 709	(171 659)
Activos financeiros detidos para negociação	(341 611)	433 845
Crédito a clientes	466 738	556 972
Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(277 517)	(14 399)
Activos não correntes detidos para venda	(15 112)	(55 204)
Propriedades de investimento	8 870	-
Outros activos	27 300	(55 098)
	<u>1 922 377</u>	<u>694 457</u>
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de instituições de crédito	(1 938 176)	2 588 358
Recursos de clientes e outros empréstimos	925 831	(734 970)
Passivos financeiros detidos para negociação	375 251	(428 975)
Outros passivos	(1 848)	(1 457)
	<u>(638 942)</u>	<u>1 422 956</u>
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	1 408 198	2 364 745
Impostos pagos	(31 362)	(31 459)
Caixa líquida das actividades operacionais	<u>1 376 836</u>	<u>2 333 286</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	1 222	1 313
Aquisição de activos financeiros disponíveis para venda	(4 910 480)	(1 205 590)
Alienação de activos financeiros disponíveis para venda	3 280 653	379 880
Rendimentos adquiridos nos activos financeiros disponíveis para venda	122 171	148 823
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(29 489)	(36 798)
Vendas de activos tangíveis	15 919	5 535
Caixa líquida das actividades de investimento	<u>(1 520 004)</u>	<u>(706 837)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Emissão (reembolso) de dívida titulada	398 605	(1 378 946)
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	(73 215)	(94 338)
Dividendos pagos	(1 202)	-
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	(90)	(91)
Caixa líquida das actividades de financiamento	<u>324 098</u>	<u>(1 473 375)</u>
Aumento/(Diminuição) líquido(a) de caixa e seus equivalentes	<u>180 930</u>	<u>153 074</u>
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	890 762	737 688
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	1 071 692	890 762

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas



NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Santander Totta, S.A. (adiante igualmente designado por “Banco”, “BST” ou “Grupo”) foi constituído em 1864, assumia anteriormente a denominação de Companhia Geral de Crédito Predial Português, S.A. (CPP) e encontra-se sediado em Portugal na Rua do Ouro, nº 88, Lisboa. O Banco foi nacionalizado em 1975 e transformado em sociedade anónima de capitais públicos em 1990. Em 2 de Dezembro de 1992 o seu capital foi reprivatizado, mediante uma oferta pública de acções efectuada em sessão especial da Bolsa de Valores de Lisboa.

A partir de Dezembro de 2000, o Banco integrou o Grupo Santander, na sequência da aquisição por este do Banco Totta & Açores, S.A. (totta). Os principais saldos e transacções mantidos com empresas do Grupo Santander durante os exercícios de 2014 e 2013 encontram-se detalhados na Nota 46.

No dia 16 de Dezembro de 2004 foi registada a operação de cisão/fusão do totta, ao abrigo da qual foram destacadas as participações financeiras detidas por este na Foggia, SGPS, S.A. e na Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., tendo o remanescente da sua actividade, em conjunto com o Banco Santander Portugal, S.A. (BSP), sido incorporados por fusão no CPP que alterou a sua designação para a actual.

Em 3 de Maio de 2010, o Banco procedeu à fusão por incorporação do Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. (BSN). A operação foi registada contabilisticamente com referência a 1 de Janeiro de 2010.

Em 1 de Abril de 2011, o Banco procedeu à fusão por incorporação da Totta Crédito Especializado – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (Totta IFIC). Para efeitos contabilísticos e fiscais, a fusão foi reportada a 1 de Abril de 2011, data do respectivo registo.

O BST dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, em todos os sectores da economia, na sua maior parte sob a forma de concessão de empréstimos ou em títulos, prestando ainda outros serviços bancários no País e no estrangeiro.

O Banco dispõe de uma rede nacional de 555 balcões (604 balcões em 31 de Dezembro de 2013) e mantém igualmente uma sucursal em Londres, assim como uma Sucursal Financeira Internacional na Região Autónoma da Madeira. Tem ainda algumas filiais e escritórios de representação no estrangeiro e participações em empresas subsidiárias e associadas.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras consolidadas do BST foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal. No que se refere às empresas do Grupo que utilizam normativos contabilísticos diferentes, são efectuados ajustamentos de conversão para as IAS/IFRS.

Durante o exercício de 2014, o Banco adoptou as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações adoptadas (“endorsed”) pela União Europeia:

- IFRS 10 – “Demonstrações financeiras consolidadas” – Esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, quanto a estes aspectos, a norma IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e separadas” e a SIC 12 – “Consolidação – Entidades com finalidade especial”. Esta norma introduz ainda novas regras no que diz respeito à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

- IFRS 11 – “Acordos conjuntos” - Esta norma substitui a IAS 31 – “Empreendimentos conjuntos” e a SIC 13 – “Entidades controladas conjuntamente – Contribuições não monetárias por empreendedores” e vem eliminar a possibilidade de utilização do método de consolidação proporcional na contabilização de interesses em empreendimentos conjuntos.
- IFRS 12 – “Divulgações sobre participações noutras sociedades” – Esta norma vem estabelecer um novo conjunto de divulgações relativas a participações em subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas.
- IAS 27 – “Demonstrações financeiras separadas” (2011) (alteração) – Esta emenda vem restringir o âmbito de aplicação da IAS 27 às demonstrações financeiras separadas.
- IAS 28 - “Investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas” (2011) (alteração) - Esta emenda vem garantir a consistência entre a IAS 28 – “Investimentos em associadas” e as novas normas adoptadas, em particular a IFRS 11 – “Acordos conjuntos”.
- IFRS 10 – “Demonstrações financeiras consolidadas” e IFRS 12 – “Divulgações sobre participações noutras entidades” (entidades de investimento) (alteração) – Esta emenda vem introduzir uma dispensa de consolidação para determinadas entidades que se enquadrem na definição de entidade de investimento. Estabelece ainda as regras de mensuração dos investimentos detidos por essas entidades de investimento.
- IAS 32 – “Compensação entre activos e passivos financeiros” (alteração) – Esta emenda vem clarificar determinados aspectos da norma relacionados com a aplicação dos requisitos de compensação entre activos e passivos financeiros.
- IAS 36 – “Imparidade” (Divulgações sobre a quantia recuperável de activos não financeiros) (alteração) – Esta emenda elimina os requisitos de divulgação da quantia recuperável de uma unidade geradora de caixa com goodwill ou intangíveis com vida útil indefinida alocados nos períodos em que não foi registada qualquer perda por imparidade ou reversão de imparidade. Vem introduzir requisitos adicionais de divulgação para os activos relativamente aos quais foi registada uma perda por imparidade ou reversão de imparidade e a quantia recuperável dos mesmos tenha sido determinada com base no justo valor menos custos para vender.
- IAS 39 – “Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração” (Reformulação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura) – Esta emenda vem permitir, em determinadas circunstâncias, a continuação da contabilidade de cobertura quando um derivado designado como instrumento de cobertura é reformulado, nomeadamente quando a contraparte é alterada.

A adopção das normas e interpretações acima referidas teve impacto sobretudo ao nível das divulgações e da apresentação das demonstrações financeiras.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adoptadas (“endorsed”) pela União Europeia:

- IFRIC 21 – “Pagamentos ao Estado” (alteração) - Esta interpretação vem estabelecer as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.
- Melhorias às Normas Internacionais de Relato Financeiro (Ciclos 2011-2013): Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspectos relacionados com as normas IFRS 1 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, IFRS 3 – Concentração de Actividades Empresariais, IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor e IAS 40 – Propriedades de Investimento.

Estas normas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia não foram ainda adoptadas pelo Banco em 31 de Dezembro de 2014, em virtude de a sua adopção não ser ainda obrigatória.

Adicionalmente, até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas, foram também emitidas as seguintes normas e melhorias ainda não adoptadas (“endorsed”) pela União Europeia:

- IFRS 9 – “Instrumentos financeiros” (2009) e emendas posteriores – Esta norma insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a classificação e mensuração de activos e passivos financeiros e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura.
- IFRS 14 – “Activos regulados” – Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato, por parte de entidades que adoptem pela primeira vez as IAS/IFRS, aplicáveis a activos regulados.
- IFRS 15 – “Rédito de contratos com clientes” – Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes.
- IFRS 11 – “Acordos conjuntos” (revisão) – Esta emenda vem clarificar a IFRS 3 e deve ser aplicada quando um investidor adquire um interesse numa entidade conjuntamente controlada quando a mesma consiste num negócio conforme definido pela referida norma. A aplicação da IFRS 3 é requerida na aquisição do interesse inicial e na aquisição subsequente de interesses.
- IAS 16 – “Activos fixos tangíveis” e IAS 38 – “Activos intangíveis” (revisão): Estas emendas vêm clarificar quais os métodos de amortização de activos fixos tangíveis e de activos intangíveis que são permitidos.
- IAS 19 – “Benefícios dos empregados” (revisão) – Esta emenda vem clarificar em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.
- IFRS 10 – “Demonstrações financeiras consolidadas” e IAS 28 – “Investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas” (2011) (revisão) – Estas emendas vêm eliminar um conflito existente entre as referidas normas, relacionado com a venda ou com a contribuição de activos entre o investidor e a associada ou a entidade conjuntamente controlada.
- IAS 27 – “Demonstrações financeiras separadas” (2011) (revisão) – Esta emenda vem introduzir a possibilidade de aplicação do método de equivalência patrimonial, na valorização de investimentos em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas, nas demonstrações financeiras separadas de uma entidade que apresenta demonstrações financeiras consolidadas.
- IFRS 10 – “Demonstrações financeiras consolidadas”, IFRS 12 – “Divulgações sobre participações noutras entidades” e IAS 28 – “Investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas” (2011) (revisão) – Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspectos relacionados com a aplicação da excepção de consolidação por parte de entidades de investimento.
- IAS 1 – “Apresentação de demonstrações financeiras” (Divulgações) (revisão) – Esta emenda vem introduzir um conjunto de indicações e orientações que visam melhorar e simplificar as divulgações no contexto dos actuais requisitos de relato das IFRS.
- Melhorias às Normas Internacionais de Relato Financeiro (Ciclos 2010-2012 e 2012-2014): Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas.

Estas normas não foram ainda adoptadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram adoptadas pelo Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014. Excepto quanto ao efeito da aplicação da IFRS 9, o qual à data não é possível ainda estimar, não se prevêem impactos materiais resultantes da adopção das normas acima referidas.

As demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

1.2. Princípios de consolidação e registo de empresas associadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas do Banco e as das entidades controladas por si directamente e indirectamente (Nota 4), incluindo entidades com finalidade especial.

Empresas subsidiárias são aquelas em que o Banco exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto, pela exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida e a capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afectar o valor dos seus resultados. Adicionalmente, em resultado da aplicação da IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e separadas” e da IFRS 10 – “Demonstrações Financeiras Consolidadas”, o Grupo inclui no seu perímetro de consolidação entidades com finalidade especial, nomeadamente veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularização, quando exerce sobre as mesmas um controlo financeiro e operacional efectivo e quando está exposto à maioria dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade.

As demonstrações financeiras das empresas subsidiárias são consolidadas pelo método da integração global a partir do momento em que o Banco assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que o controlo cessa. As transacções e os saldos significativos entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias que foram consolidadas pelo método da integração global é apresentado na rubrica “Interesses que não controlam” (Nota 28).

Por outro lado, o Banco gere activos detidos por fundos de investimento, cujas unidades de participação são detidas por terceiros. As demonstrações financeiras dos fundos de investimento não são incluídas no perímetro de consolidação do Banco, excepto quando este detém o controlo desses fundos de investimento, nomeadamente quando detém mais de 50% das suas unidades de participação, casos esses em que aqueles fundos são consolidados pelo método da integração global. De acordo com o estabelecido na IAS 32 e na IFRS 10, o valor correspondente à participação de terceiros nos fundos de investimento que foram consolidados pelo método da integração global é apresentado como um passivo na rubrica “Instrumentos representativos de capital” (Nota 23). Os interesses que não controlam de resultados relativos a fundos de investimento consolidados são reconhecidos como uma dedução às rubricas “Resultados de alienação de outros activos” (Fundo Multiobrigações) e “Outros resultados de exploração” (Fundo Novimovest) atendendo à natureza dos principais rendimentos auferidos por aqueles fundos (Notas 38 e 39).

As empresas associadas são entidades nas quais o Banco exerce influência significativa mas em que não detém o seu controlo. Entende-se existir influência significativa quando se detém uma participação financeira (directa ou indirecta) superior a 20% ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, mas sem haver controlo nem controlo conjunto sobre a mesma. As participações financeiras em empresas associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial, a partir do momento em que o Banco passa a deter influência significativa até ao momento em que a mesma cessa.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Banco do total do capital próprio e dos lucros e prejuízos reconhecidos pelas empresas associadas.

O goodwill corresponde à diferença positiva entre o custo de aquisição e a percentagem efectiva equivalente no justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes das empresas subsidiárias e associadas adquiridas. Com uma periodicidade mínima anual, o Banco realiza testes de imparidade ao goodwill registado em balanço de acordo com os requisitos da IAS 36 – “Imparidade de activos”. Para este efeito, o goodwill é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa sendo apurado o respectivo valor recuperável com base em estimativas de “cash-flows” futuros, actualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Banco. As perdas por imparidade associadas ao goodwill são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas.

O goodwill das empresas associadas é incluído no valor de balanço da participação, sendo esta sujeita a testes de imparidade.

O Banco decidiu não aplicar retrospectivamente a IFRS 3 – “Concentrações de actividades empresariais”. Neste sentido, o goodwill resultante de aquisições ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 encontra-se deduzido ao capital próprio de acordo com a anterior política contabilística seguida. Por outro lado, as diferenças de consolidação negativas anteriormente registadas foram acrescidas ao capital próprio, tal como permitido pela IFRS 1.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de Janeiro de 2004 foram registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivaleu ao justo valor, determinado à data da compra, dos activos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos. O goodwill é registado no activo e é sujeito a testes de imparidade de acordo com a IAS 36, não sendo amortizado. Adicionalmente, sempre que se identifique que o justo valor dos activos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos é superior ao custo de aquisição (goodwill negativo), o diferencial é reconhecido na demonstração dos resultados.

Com a aplicação das alterações às normas IFRS 3 e IAS 27, o Banco definiu como política contabilística a valorização ao justo valor por resultados nos casos em que existe alteração de controlo por aquisição em diferentes fases de participadas. Nesses casos, a participação adquirida previamente ao momento de alteração de controlo é reavaliada ao justo valor por resultados. O goodwill é apurado nessa data como a diferença entre o custo total de aquisição e a proporção do justo valor dos activos e passivos da participada. Do mesmo modo, da aplicação das alterações às normas acima referidas, o Banco reavalia por resultados as participações nas quais perde controlo (Nota 4).

Por outro lado, o Banco decidiu anular na data de transição para as IAS/IFRS (1 de Janeiro de 2004) a reserva decorrente das flutuações cambiais originadas pela conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas com moeda funcional diferente do Euro. A partir dessa data, e de acordo com a IAS 21, as demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira são convertidas para Euros de acordo com a seguinte metodologia:

- A conversão dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira é efectuada com base no câmbio de fecho do Euro à data de balanço;
- Os activos não monetários registados ao custo histórico, incluindo activos fixos tangíveis, permanecem reflectidos ao câmbio original; e
- Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para Euros ao câmbio médio do mês em que são reconhecidos.

As diferenças cambiais apuradas na conversão para Euros são registadas nos capitais próprios do Banco na rubrica de “Reservas de reavaliação - De flutuação cambial”.

1.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas, foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

O Banco adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Transacções em moeda estrangeira

As contas do Banco são preparadas na divisa do ambiente económico em que opera (“moeda funcional”), sendo expressas em Euros.

As transacções em moeda distinta da moeda funcional, e os correspondentes proveitos e custos, são registadas ao câmbio da data em que ocorrem. Em cada data de balanço, os activos e passivos expressos em moeda distinta da moeda funcional são convertidos à taxa de câmbio de fecho (“fixing” do Banco de Portugal).

c) Crédito e contas a receber

Esta categoria de activos financeiros inclui o crédito concedido a clientes e as aplicações em instituições de crédito.

O crédito a clientes abrange os créditos concedidos a clientes e outras operações de empréstimo tituladas (papel comercial e obrigações) cuja intenção não é a de venda no curto prazo, sendo registadas inicialmente pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões e acrescido de todos os custos externos directamente atribuíveis às operações.

Posteriormente, o crédito e as outras contas a receber são registados ao custo amortizado, sendo submetidos a análises periódicas de imparidade.

As comissões e os custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria, bem como os juros associados aos créditos concedidos, são periodificados ao longo do seu período de vigência, segundo o método da taxa de juro efectiva, sendo reconhecidos independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. O Banco optou por diferir as comissões recebidas e pagas associadas aos créditos concedidos a partir de 1 de Janeiro de 2004.

O Banco classifica como crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos 30 dias após o seu vencimento. Os créditos com prestações vencidas são denunciados nos termos definidos no Manual de Crédito aprovado pelo Banco, sendo nesse momento considerada vencida toda a dívida.

Por outro lado, o Banco analisa os créditos para os quais já foi exigido o pagamento da totalidade da dívida e cujos esforços de cobrança não produziram efeitos. Caso as expectativas de recuperação daqueles créditos sejam reduzidas, os mesmos são considerados incobráveis e são reconhecidas perdas de imparidade para a sua totalidade. Para estes, o Banco procede ao seu abate. No caso de eventual recuperação posterior, esta é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

Imparidade

Periodicamente, o Banco analisa o crédito concedido a clientes e as outras contas a receber com o objectivo de identificar indícios de imparidade. Considera-se que um activo financeiro se encontra em imparidade se, e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) tenha um impacto mensurável nos fluxos de caixa futuros esperados desse activo ou grupo de activos.

Para efeitos de apuramento da imparidade do crédito concedido, o Banco segmentou a sua carteira da seguinte forma:

- Crédito concedido a empresas;
- Crédito à habitação;
- Crédito ao consumo;
- Crédito concedido através de cartões de crédito;
- Outros créditos a particulares;
- Garantias e avales prestados; e
- Derivados.

Por outro lado, relativamente ao segmento de crédito concedido a empresas, o Banco efectua uma análise individual dos clientes que apresentem:

- Responsabilidades superiores a mEuros 5.000;
- Responsabilidades superiores a mEuros 500 e que estejam classificados em "morosidade de gestão" no seu sistema de acompanhamento; e
- Responsabilidades superiores a mEuros 500 se classificados em VE1 e Substandard e mEuros 1.000 se classificados em VE2 e VE3, no seu sistema de vigilância especial.

Neste sentido, estes segmentos podem incluir clientes sem incumprimento. Pontualmente, o Banco inclui ainda na sua análise individual alguns clientes por julgamento profissional, embora estes não apresentem as características indicadas anteriormente.

Os clientes analisados individualmente para os quais sejam apuradas perdas por imparidade inferiores a 0,5% são posteriormente avaliados no âmbito de uma análise de imparidade colectiva, sendo diferenciados entre clientes com responsabilidades superiores ou inferiores a mEuros 300.

Para os restantes segmentos da carteira de crédito, o Banco efectua uma análise colectiva para apuramento das perdas por imparidade.

A evidência de imparidade de um activo ou grupo de activos definida pelo Banco está relacionada com a observação de diversos eventos de perda, de entre os quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor;
- Ocorrência de alterações adversas, nomeadamente:
 - . Das condições e/ou capacidade de pagamento; e
 - . Das condições económicas do sector no qual o devedor se insere, com impacto na capacidade de cumprimento das suas obrigações.

As perdas por imparidade para os clientes sem incumprimento correspondem ao produto entre a probabilidade de incumprimento (PI) e o montante correspondente à diferença entre o valor de balanço dos respectivos créditos e o valor actualizado dos *cash-flows* estimados dessas operações. A PI corresponde à probabilidade de uma operação ou cliente entrar em situação de incumprimento durante um determinado período de emergência. Este período equivale ao tempo que decorre entre a ocorrência de um evento originador de perdas e o momento em que a existência desse evento é percebida pelo Banco (“Incurring but not reported”). Para todos os segmentos da carteira, o Banco considera um período de emergência de 6 meses.

Se existir evidência que o Banco incorreu numa perda por imparidade em crédito e em outras contas a receber, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor de balanço desses activos e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro do activo ou activos financeiros. O valor de balanço do activo ou dos activos financeiros é reduzido do saldo da conta de perdas por imparidade. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade consiste na taxa de juro corrente, estabelecida no respectivo contrato. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

De acordo com o modelo de imparidade em vigor no Banco para a sua carteira de crédito concedido a clientes, a existência de perdas por imparidade é analisada em termos individuais, através de uma análise casuística, bem como em termos colectivos. Quando um grupo de activos financeiros é avaliado em conjunto, os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os fluxos contratuais desses activos e os dados históricos relativos a perdas em activos com características de risco de crédito similares. Sempre que o Banco entende necessário, a informação histórica é actualizada com base nos dados correntes observáveis, por forma a que esta reflecta os efeitos das condições actuais.

Quando num período subsequente se registre uma diminuição do montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento ocorrido após a determinação da imparidade, o montante previamente reconhecido é revertido, sendo ajustada a conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração dos resultados.

Anulação de capital e juros

De acordo com as políticas em vigor no Banco, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados decorridos três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

Os juros de crédito vencido relativamente a créditos garantidos por hipoteca ou com outras garantias reais são suspensos a partir da data da denúncia do contrato.

Venda de créditos

Os ganhos e perdas obtidos na venda de créditos a título definitivo são registados na rubrica da demonstração dos resultados “Resultados de alienação de outros activos” (Nota 38). Estes ganhos ou perdas correspondem à diferença entre o valor de venda fixado e o valor de balanço desses activos, líquido de perdas por imparidade.

Factoring

Os activos associados a operações de factoring contratadas com recurso são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor dos adiantamentos de fundos por conta dos contratos respectivos.

Os activos associados a operações de factoring contratadas sem recurso são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor dos créditos tomados e tendo por contrapartida o registo de um passivo na rubrica de “Outros passivos - Credores e outros recursos - Credores diversos - Credores por contratos de factoring”. As entregas de fundos efectuadas aos aderentes originam o débito correspondente na rubrica de “Outros passivos - Credores e outros recursos - Credores diversos - Credores por contratos de factoring” (Nota 25).

Os compromissos resultantes das linhas de crédito negociadas com os aderentes e ainda não utilizadas são registados em contas extrapatrimoniais.

Crédito titularizado não desreconhecido

O Banco não desreconhece do activo os créditos vendidos nas operações de titularização quando:

- mantém o controlo sobre as operações;
- continua a receber parte substancial da sua remuneração, e;
- mantém parte substancial do risco sobre os créditos transferidos.

Os créditos vendidos e não desreconhecidos são registados na rubrica “Crédito a clientes” e são sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito. Os juros e comissões associados à carteira de crédito titularizada são periodificados de acordo com o respectivo prazo das operações de crédito.

A manutenção do risco e/ou benefício é representada pelas obrigações com grau de risco mais elevado emitidas pelo veículo de titularização. O valor registado no activo e no passivo representa a proporção do risco/benefício detido pelo Banco (envolvimento continuado).

As obrigações emitidas pelos veículos de titularização e detidas por entidades do Grupo são eliminadas no processo de consolidação.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, não existem créditos titularizados desreconhecidos.

Operações de locação financeira

As operações de locação são classificadas como de locação financeira sempre que os respectivos termos façam com que sejam transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção dos bens locados para o locatário. Estas operações são registadas de acordo com os seguintes critérios:

i) Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados, pelo seu justo valor, na rubrica de “Outros activos tangíveis” por contrapartida de um passivo, processando-se as correspondentes amortizações. As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados na rubrica de “Juros e encargos similares”.

ii) Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, o qual é reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo do período de vigência dessas operações.

d) Reconhecimento de rendimentos e encargos com serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na syndicação de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído.

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no exercício a que se referem.

Os rendimentos de serviços e comissões que integram a remuneração de instrumentos financeiros são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

O reconhecimento dos encargos com serviços e comissões é efectuado de acordo com os mesmos critérios adoptados para os rendimentos.

e) Instrumentos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço do Banco na data de pagamento ou recebimento, salvo se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável que os direitos e obrigações inerentes aos valores transaccionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

Os activos e passivos financeiros são posteriormente classificados numa das quatro categorias previstas na IAS 39:

- Activos e passivos financeiros detidos para negociação;
- Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados;
- Activos financeiros disponíveis para venda; e
- Outros passivos financeiros.

i) Activos e passivos financeiros detidos para negociação e outros activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os activos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável e fixo transaccionados em mercados activos adquiridos com o objectivo de venda no curto prazo. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo), bem como as opções compradas são incluídos na rubrica de activos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), bem como as opções vendidas são incluídos na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação e os activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os juros associados a instrumentos financeiros derivados de negociação são registados na rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

O justo valor dos activos financeiros detidos para negociação e transaccionados em mercados activos é o seu "bid-price" ou a sua cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de "discounted *cash-flows*".

Quando são utilizadas técnicas de "discounted *cash-flows*", os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados que não sejam transaccionados em bolsa, incluindo a componente de risco de crédito atribuído às partes envolvidas na operação ("Credit Value Adjustments" e "Debit Value Adjustments"), é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes, bem como a qualidade creditícia dos intervenientes.

ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e de dívida que não se encontram classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, como investimentos a deter até à maturidade ou como empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção dos instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados pelo seu custo de aquisição, líquido de imparidade. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio denominada "Reserva de reavaliação – De justo valor" até à sua venda ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade, momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidos directamente na demonstração dos resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros disponíveis para venda são calculados de acordo com o método da taxa de juro efectiva e registados em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares".

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos na rubrica da demonstração dos resultados "Rendimentos de instrumentos de capital" na data em que são atribuídos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

iii) Reclassificação de activos financeiros

De acordo com a alteração introduzida em 13 de Outubro de 2008 na Norma IAS 39 - “Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração”, o Banco pode reclassificar um activo financeiro que já não seja detido para efeitos de venda ou recompra a curto prazo (não obstante poder ter sido adquirido ou incorrido principalmente para efeitos de venda ou recompra a curto prazo), retirando-o da categoria de justo valor através de resultados, se forem cumpridos alguns requisitos. No entanto, não são permitidas reclassificações de outras categorias para a categoria de “Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados”.

iv) Reconhecimento de rendimentos

Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o seu custo de aquisição e o seu valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa de juro efectiva e registados na rubrica de “Juros e rendimentos similares” da demonstração dos resultados.

v) Operações de venda com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificados os respectivos juros a pagar.

vi) Imparidade em instrumentos financeiros

Quando existe evidência objectiva de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, as perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

Para títulos cotados, considera-se que existe evidência objectiva de imparidade quando ocorre uma desvalorização prolongada ou de valor significativo na cotação daqueles títulos. Para títulos não cotados, é considerada evidência objectiva de imparidade a existência de impacto negativo no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, desde que possa ser estimado com fiabilidade.

Desta forma, o Banco considera a natureza e características específicas dos activos em avaliação nas análises periódicas de existência de perdas por imparidade que efectua. Relativamente aos critérios objectivos de imparidade, o Banco considera adequado um prazo de 24 meses para efeitos do critério de desvalorização prolongada em instrumentos financeiros e, no que se refere ao critério de desvalorização significativa, a existência de menos valias potenciais superiores a 50% do custo de aquisição do instrumento financeiro.

Excepto quanto ao descrito no parágrafo seguinte, caso num período subsequente se registre uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento ocorrido após a determinação da imparidade, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração dos resultados.

Relativamente a activos financeiros disponíveis para venda, em caso de evidência objectiva de imparidade resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e transferida para a demonstração dos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no seu justo valor resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na reserva de justo valor. Quanto a títulos de rendimento variável para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no seu justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável daqueles activos corresponde à melhor estimativa dos seus fluxos de caixa futuros, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

vii) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros correspondem essencialmente a recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de obrigações. Estes passivos são registados inicialmente ao seu justo valor, o qual normalmente corresponde à contraprestação recebida, líquido de custos de transacção, e são posteriormente registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

As emissões de obrigações encontram-se registadas nas rubricas “Responsabilidades representadas por títulos” e “Passivos subordinados”.

Os derivados embutidos nas obrigações emitidas são registados separadamente nas rubricas de “Activos e passivos financeiros detidos para negociação”, sendo reavaliados ao justo valor através da demonstração dos resultados.

Transacções em mercado secundário

O Banco efectua recompras de obrigações emitidas em mercado secundário. As compras e vendas de obrigações próprias são incluídas proporcionalmente nas respectivas rubricas da dívida emitida (capital, juros e comissões) e as diferenças entre o montante liquidado e o abate, ou o aumento do passivo, são reconhecidas de imediato em resultados.

Justo valor

Conforme referido anteriormente, os activos e passivos financeiros registados nas categorias de “Activos financeiros detidos para negociação”, “Passivos financeiros detidos para negociação”, “Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Activos financeiros disponíveis para venda” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado (ou seja, um preço de saída) entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor dos activos e passivos financeiros é determinado por um órgão do Banco independente da função de negociação, tendo em consideração os seguintes aspectos:

- Relativamente a instrumentos financeiros transaccionados em mercados activos, cotação de fecho na data de balanço;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez), são utilizados métodos e técnicas de valorização que incluem:
 - i) Preços (“bid prices”) divulgados por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a *Bloomberg* e a *Reuters*, incluindo preços de mercado disponíveis para transacções recentes;
 - ii) Cotações indicativas (“bid prices”) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers; e
 - iii) Modelos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado, a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos ao custo amortizado são inicialmente registados pelo seu justo valor acrescido ou deduzido de despesas ou rendimentos directamente atribuíveis à transacção. O reconhecimento dos juros é efectuado pelo método da taxa de juro efectiva.

Sempre que a estimativa de pagamentos ou cobranças associada a instrumentos financeiros valorizados pelo custo amortizado seja revista, o respectivo valor de balanço é ajustado para reflectir os *cash flows* revistos. O novo custo amortizado é apurado calculando o valor presente dos *cash flows* futuros revistos à taxa de juro efectiva original do instrumento financeiro. O ajustamento no custo amortizado é reconhecido na demonstração dos resultados.

f) Valorização e registo de instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados transaccionados pelo Banco são reconhecidos em balanço pelo seu justo valor.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros (nomeadamente em obrigações emitidas e em depósitos estruturados) são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estejam intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não seja registada ao justo valor por contrapartida de resultados.

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivados, nomeadamente para cobertura do risco de taxa de juro, resultante de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para a aplicação da contabilidade de cobertura são registados como instrumentos de negociação, nas rubricas de activos ou passivos financeiros detidos para negociação, e todas as variações no seu justo valor são reflectidas em resultados.

Os derivados que se qualificam para aplicação de contabilidade de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Banco.

Nos termos previstos na IAS 39, a aplicação da contabilidade de cobertura só é possível quando se verificam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Existência de documentação formal da relação de cobertura e da estratégia de gestão de risco do Banco, incluindo os seguintes aspectos:
 - . Identificação do instrumento de cobertura;
 - . Identificação do elemento coberto;
 - . Identificação do tipo de risco coberto; e
 - . Definição da forma de medição da eficácia da cobertura e acompanhamento subsequente.
- Expectativa inicial de que a relação de cobertura seja altamente eficaz; e
- Ao longo da vida da operação a eficácia da cobertura se situe no intervalo entre 80% e 125%. A eficácia da cobertura é testada em cada data de reporte financeiro comparando a variação no justo valor do elemento coberto, com a variação no justo valor do derivado de cobertura.

A metodologia da contabilidade de cobertura apenas é aplicada a partir do momento em que todos aqueles requisitos são cumpridos. Do mesmo modo, se em algum momento a eficácia da cobertura deixar de se situar no intervalo entre 80% e 125% a contabilidade de cobertura é descontinuada.

Cobertura de justo valor

Os ganhos ou perdas na reavaliação de um instrumento financeiro derivado de cobertura são reconhecidos em resultados. Caso a cobertura seja eficaz, os ganhos ou perdas resultantes da variação no justo valor do elemento coberto relativo ao risco que está a ser objecto de cobertura são igualmente reconhecidos em resultados.

Se um instrumento de cobertura se vence ou é terminado antecipadamente, os ganhos ou perdas reconhecidos na valorização do risco coberto como correcções de valor dos elementos cobertos são amortizados ao longo do seu período de vigência remanescente. Se o activo ou passivo coberto é vendido ou liquidado, todos os valores reconhecidos na valorização do risco coberto são reconhecidos em resultados do exercício e o instrumento financeiro derivado passa a pertencer à carteira de negociação. Se a cobertura deixar de ser eficaz, os ganhos ou perdas reconhecidos como correcções de valor dos elementos cobertos são amortizados por resultados durante o seu período de vigência remanescente.

No caso de coberturas de risco de taxa de câmbio de elementos monetários, não é aplicada contabilidade de cobertura, sendo o ganho ou perda associado ao derivado reconhecido na demonstração dos resultados, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

Cobertura de fluxos de caixa

Como cobertura de fluxos de caixa entende-se a cobertura de uma exposição relativa à variabilidade de fluxos de caixa futuros, que pode ser atribuída a um risco específico associado a um activo ou passivo reconhecido, ou ainda a uma transacção futura altamente provável, e que possa afectar os resultados.

Neste sentido, o Banco contratou instrumentos financeiros derivados para cobertura dos fluxos futuros de juros de parte da sua carteira de crédito à habitação remunerada a taxa variável.

A aplicação da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa está sujeita aos requisitos genéricos anteriormente referidos para a contabilidade de cobertura e implica os seguintes registos:

- O ganho ou perda no instrumento de cobertura na parcela que seja considerada eficaz é reconhecido directamente em rubrica específica do capital próprio; e
- A parte não eficaz é reconhecida em resultados.

Adicionalmente, o ganho ou perda no instrumento de cobertura reconhecido em capitais próprios corresponde ao menor dos seguintes valores:

- A variação acumulada no justo valor do instrumento de cobertura desde o início da cobertura; e
- A variação acumulada no justo valor do elemento coberto, relativo ao risco que está a ser coberto, desde o início da cobertura.

Nesse sentido, e se aplicável, a parte não reconhecida em capitais próprios do ganho ou perda no instrumento de cobertura é reflectida em resultados.

A contabilidade de cobertura de fluxos de caixa deve ser descontinuada se o instrumento de cobertura se vencer ou terminar antecipadamente, se a cobertura deixar de ser eficaz ou se for decidido terminar a designação da relação de cobertura. Nestes casos, o ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura deve permanecer reconhecido separadamente no capital próprio, sendo reflectido em resultados no mesmo período de tempo do reconhecimento em resultados dos ganhos ou perdas no elemento coberto.

g) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo seu custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis), deduzido de amortizações e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática, por duodécimos, ao longo do período de vida útil estimado dos bens, o qual corresponde ao período em que se espera que os activos estejam disponíveis para uso e que se detalha de seguida:

	Anos de <u>vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento	4 a 10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Banco (arrendados) são amortizadas ao longo de um prazo compatível com o da sua vida útil esperada, ou do contrato de arrendamento, caso este seja inferior, o qual em média corresponde a um período de dez anos.

Conforme previsto na IFRS 1, os activos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2004 foram registados pelo seu valor contabilístico na data de transição para os IAS/IFRS, que correspondeu ao custo de aquisição ajustado por reavaliações efectuadas nos termos da legislação em vigor decorrentes da evolução de índices gerais de preços. Uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resultam dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

Por outro lado, periodicamente o Banco efectua testes de imparidade aos seus activos tangíveis. Para este efeito, os balcões são considerados unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo registadas perdas por imparidade nas situações em que o valor recuperável do imóvel, onde está localizado o balcão, através do seu uso nas operações ou através da sua venda é inferior ao seu valor líquido contabilístico.

Os critérios seguidos nas avaliações dos imóveis consideram normalmente o método de comparação de mercado e o valor constante da avaliação corresponde ao valor de mercado do imóvel no seu estado actual.

h) Activos intangíveis

O Banco regista nesta rubrica as despesas incorridas na fase de desenvolvimento de projectos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como as relativas a software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado das mesmas se repercute para além do exercício em que são realizadas. Anualmente é efectuada uma análise para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os activos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimada, o qual em média corresponde a três anos. Para a plataforma informática Pártenon, até 31 de Dezembro de 2013, a sua vida útil estimada correspondia a cinco anos. No exercício de 2014, o Banco procedeu a uma revisão da vida útil estimada daquela plataforma informática tendo reduzido a mesma para três anos.

Nos exercícios de 2014 e 2013, o Banco não reconheceu quaisquer activos intangíveis gerados internamente.

i) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, edifícios e terrenos detidos pelo Novimovest - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto (Novimovest) para auferir rendimento ou para valorização de capital, ou ambos, e não para uso no fornecimento de bens, serviços ou para fins administrativos.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliações periódicas efectuadas por entidades especializadas independentes. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas directamente na demonstração dos resultados do exercício.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (Imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As benfeitorias relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas.

j) Activos não correntes detidos para venda

O Banco regista na rubrica de “Activos não correntes detidos para venda” os imóveis, os equipamentos e outros bens recebidos em dação ou arrematação para pagamento de operações de crédito vencido, quando estes se encontram disponíveis para venda imediata na sua condição presente e existe a probabilidade de alienação dos mesmos no período de um ano. Caso não cumpram estes critérios, aqueles bens são registados na rubrica “Outros activos” (Nota 17). Estes activos são registados pelo valor acordado por via negocial ou judicial, deduzido dos custos que o Banco estima incorrer com a sua venda, ou pelo seu valor de venda rápida, caso este seja inferior. Por outro lado, os bens recuperados na sequência da rescisão de contratos de locação financeira são registados no activo pelo valor do capital em dívida à data da rescisão do contrato.

Esta rubrica inclui ainda unidades de participação de um Fundo Fechado de Investimento Imobiliário adquiridas na sequência de um acordo de regularização de dívida celebrado com um cliente.

Adicionalmente, são registados nesta rubrica os imóveis de serviço próprio do Banco que se encontram em processo de venda. Estes activos são transferidos pelo seu valor líquido contabilístico de acordo com a IAS 16 (custo de aquisição, líquido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas), sendo igualmente objecto de avaliações periódicas para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os imóveis são sujeitos a avaliações periódicas efectuadas por avaliadores independentes. Sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor pelo qual os imóveis se encontram contabilizados, são registadas perdas por imparidade.

De acordo com as disposições previstas na norma IFRS 5 – “Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas”, o Banco não reconhece mais-valias potenciais nestes activos.

Por último, o Conselho de Administração do Banco considera que os métodos de valorização adoptados para estes activos são adequados e reflectem a realidade de mercado.

k) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço. Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Desta forma, a rubrica do passivo “Provisões”, de acordo com a IAS 37, inclui as provisões constituídas para fazer face, nomeadamente, a benefícios pós emprego específicos de alguns membros do Conselho de Administração do Banco, planos de reestruturação, riscos fiscais, processos judiciais em curso e outros riscos específicos decorrentes da sua actividade (Nota 22).

l) Benefícios pós-emprego dos colaboradores

O Banco subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) para o sector bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência.

Para os colaboradores admitidos no Banco até 31 de Dezembro de 2008, o plano de pensões existente correspondia a um plano de benefício definido, uma vez que estabelecia os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberia durante a reforma em função do tempo de serviço prestado e da respectiva retribuição à data da reforma, sendo as pensões actualizadas anualmente com base nas remunerações previstas no ACT para o pessoal no activo. Para estes colaboradores, o Banco era responsável pelo valor integral das pensões previstas no ACT. Para cobertura das responsabilidades com este plano de benefício definido, o Banco dispõe de um Fundo de Pensões.

A partir de 1 de Janeiro de 2009, os colaboradores admitidos no Banco passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo do artigo 137º – C do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do Banco (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efectiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha.

Os empregados do ex-totta sempre estiveram inscritos na Segurança Social, pelo que a responsabilidade do Banco com o plano de benefício definido relativamente a estes colaboradores tem consistido no pagamento de complementos.

Em Outubro de 2010 foi celebrado um acordo entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), para integração dos trabalhadores do sector bancário no Regime Geral da Segurança Social. Na sequência daquele acordo, foi publicado em 2011 o Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro, que definiu que os trabalhadores do sector bancário que estivessem no activo na data da sua entrada em vigor (4 de Janeiro de 2011) passariam a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social, no que diz respeito à pensão de reforma por velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção. Face ao carácter de complementaridade previsto nas regras do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Banco continua a garantir a diferença entre o valor dos benefícios que sejam pagos ao abrigo do Regime Geral da Segurança Social para as eventualidades integradas e os previstos nos termos do referido Acordo.

As responsabilidades por serviços passados reconhecidas a 31 de Dezembro de 2010 não sofreram alterações com a publicação do acima referido Decreto-Lei, uma vez que a redução do valor das pensões a cargo do Banco relativa aos trabalhadores no activo era aplicável aos serviços futuros dos colaboradores, com início em 1 de Janeiro de 2011. Desta forma, o custo do serviço corrente reduziu-se a partir dessa data, mas o Banco passou a suportar Taxa Social Única (TSU) de 23,6%. Por outro lado, o Banco mantém a seu cargo as responsabilidades pelo pagamento das pensões de invalidez e sobrevivência e os subsídios de doença. Este entendimento foi também confirmado pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.

Em Dezembro de 2011 foi celebrado um acordo tripartido entre o Ministério das Finanças, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), relativamente à transferência para o âmbito da Segurança Social de parte das responsabilidades com reformados e pensionistas que em 31 de Dezembro de 2011 se encontravam abrangidos pelo regime de segurança social substitutivo constante do ACT.

Na sequência daquele acordo, foi publicado ainda em 2011 o Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, que definiu que a Segurança Social era responsável, a partir de 1 de Janeiro de 2012, pelas pensões transferidas ao abrigo daquele Diploma, no valor correspondente ao pensionamento da remuneração à data de 31 de Dezembro de 2011, nos termos e condições previstos nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário aplicáveis, incluindo os valores relativos ao subsídio de Natal e ao 14º mês.

De acordo com aquele Decreto-Lei, o Banco, através do seu Fundo de Pensões, apenas mantém a responsabilidade pelo pagamento:

- i) das actualizações do valor das pensões acima referidas, de acordo com o previsto nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário aplicáveis;
- ii) das contribuições patronais para os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS) geridos pelos respectivos sindicatos, que incidem sobre as pensões de reforma e de sobrevivência, nos termos previstos nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário aplicáveis;
- iii) do subsídio por morte;
- iv) da pensão de sobrevivência a filhos;
- v) da pensão de sobrevivência a filhos e cônjuge sobrevivente, desde que referente ao mesmo trabalhador; e
- vi) da pensão de sobrevivência devida a familiar de actual reformado, cujas condições de atribuição ocorressem a partir de 1 de Janeiro de 2012.

No âmbito da transferência das responsabilidades assumidas pela Segurança Social foram também transferidos os activos do Fundo de Pensões do Banco na parte correspondente a essas responsabilidades. O valor dos activos do Fundo de Pensões transferido para o Estado correspondeu ao valor das responsabilidades assumidas pela Segurança Social de acordo com o acima referido Decreto-Lei, as quais foram determinadas tendo em conta os seguintes pressupostos:

Tábua de mortalidade população masculina	TV 73/77 menos 1 ano
Tábua de mortalidade população feminina	TV 88/90
Taxa técnica actuarial (desconto)	4%

Os activos a transmitir tiveram de ser constituídos por numerário e, até 50% do valor dos mesmos, por títulos da dívida pública portuguesa, neste caso valorizados pelo respectivo valor de mercado.

Nos termos do acima referido Diploma, a transmissão da titularidade dos activos foi realizada pelo Banco nos seguintes termos:

- i) Até 31 de Dezembro de 2011, o valor equivalente a, pelo menos, 55% do valor actual provisório das responsabilidades; e
- ii) Até 30 de Junho de 2012, o valor remanescente para completar o valor actual definitivo das responsabilidades.

Neste sentido, e antes de proceder à transferência para a Segurança Social, o Banco obteve estudos actuariais que permitiram apurar o valor da transferência.

Na sequência do acordo de transferência para o âmbito da Segurança Social das responsabilidades dos reformados e pensionistas, e para efeitos da determinação do valor das responsabilidades a transferir de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, o Banco efectuou o cálculo das responsabilidades separadamente para empregados no activo e para reformados, tendo definido pressupostos específicos para cada uma das populações (Nota 44).

A diferença entre o valor das responsabilidades a transmitir para o Estado, determinadas com base nos pressupostos acima referidos, e as responsabilidades determinadas com base nos pressupostos actuariais actualizados adoptados pelo Banco, foi registada na rubrica de resultados de "Custos com o pessoal".

Adicionalmente, os colaboradores da Sucursal de Londres do Banco estão abrangidos por um plano de pensões de benefício definido, para o qual a Sucursal dispõe de um fundo de pensões autónomo (Nota 44).

Por outro lado, em Fevereiro de 2010 foi aprovado um plano complementar de reforma de contribuição definida para um conjunto de directivos do Banco, tendo para o efeito sido contratado um seguro.

As responsabilidades do BST com pensões de reforma são calculadas por peritos externos (Towers Watson (Portugal) Unipessoal Limitada), com base no método "Projected Unit Credit". A taxa de desconto utilizada nos estudos actuariais é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de elevada qualidade em termos de risco de crédito, denominadas na moeda em que os benefícios irão ser pagos (Euros) e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), bem como o subsídio por morte na reforma.

O ex-Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. (BSN) não subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho em vigor para o sector bancário. Desta forma, no exercício de 2006, o BSN constituiu um fundo de pensões de contribuição definida em que os seus colaboradores podiam efectuar contribuições voluntárias. A contribuição do BSN para aquele Fundo dependia dos seus resultados e correspondia a uma percentagem do salário dos colaboradores, com o mínimo anual de 1.000 Euros por participante. Na sequência da fusão por incorporação do BSN no BST, os colaboradores do BSN foram integrados no ACT e no plano de pensões de benefício definido do BST a partir de Maio de 2010, tendo sido reconhecida antiguidade para os colaboradores admitidos antes de 1 de Julho de 1997. No primeiro semestre de 2014, o Fundo do ex-BSN foi liquidado após autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

A Totta IFIC não dispunha de Fundo de Pensões. Na sequência da fusão por incorporação da Totta IFIC no BST, os colaboradores desta foram integrados no ACT e no plano de pensões de benefício definido do BST a partir de Abril de 2011. Adicionalmente, foi reconhecida antiguidade para os colaboradores admitidos antes de 1 de Julho de 1997.

Aplicação da IAS 19

Em 1 de Janeiro de 2005, o Banco optou por não aplicar retrospectivamente a IAS 19, não tendo então efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais que seriam diferidos em balanço caso tivesse adoptado aquela Norma desde o início dos planos de pensões. Deste modo, os ganhos e perdas actuariais existentes em 1 de Janeiro de 2004, bem como os decorrentes da adopção da IAS 19, foram anulados/registados por contrapartida de resultados transitados nessa data.

Em 2011 o Banco decidiu alterar a política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas actuariais, deixando de adoptar o método do corredor, e passando a reconhecer os ganhos e perdas actuariais directamente em capitais próprios (outro rendimento integral), tal como previsto na versão revista da IAS 19.

Por outro lado, a partir de 1 de Janeiro de 2013, na sequência da revisão da IAS 19 – "Benefícios aos empregados", o Banco passou a registar na rubrica de "Custos com o pessoal" da demonstração dos resultados as seguintes componentes:

- Custo dos serviços correntes;
- Proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões;
- Custo com reformas antecipadas, correspondentes ao acréscimo de responsabilidades pela passagem à situação de reforma; e
- Ganhos e perdas resultantes da alteração das condições do plano.

O proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões é calculado pelo Banco multiplicando o activo/responsabilidade líquida com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos activos do Fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma. Desta forma, o proveito/custo líquido de juros representa o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma líquido do rendimento teórico dos activos do Fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente: (i) os ganhos e perdas actuariais resultantes das diferenças entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência), bem como as alterações de pressupostos actuariais; e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento teórico dos activos do Fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida da demonstração do outro rendimento integral.

As responsabilidades com pensões de reforma, deduzidas do justo valor dos activos do Fundo de Pensões, são registadas nas rubricas de “Outros activos” ou “Outros passivos”, dependendo da existência de excesso ou insuficiência de financiamento (Notas 17 e 25).

O Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal no activo. No entanto, estabeleceu um período transitório entre 5 e 7 anos relativamente à cobertura do aumento de responsabilidades decorrente da adopção da IAS 19.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a taxa de cobertura da totalidade das responsabilidades do BST (excluindo as associadas à sua sucursal de Londres) com benefícios a empregados, incluindo SAMS, ascendia a 100,32% e 99,25%, respectivamente (Nota 44).

m) Prémios de antiguidade

Nos termos do ACT, o Banco assumiu o compromisso de atribuir aos colaboradores no activo que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição), respectivamente.

O Banco determina o valor actual das responsabilidades com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais baseados no método “Projected Unit Credit”. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população do Banco. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de bom risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

As responsabilidades por prémios de antiguidade são registadas na rubrica “Outros passivos - Encargos a pagar - Relativos ao pessoal – Prémio de antiguidade” (Nota 25).

n) Impostos sobre os lucros

O BST e as empresas do Grupo localizadas em Portugal estão sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC). As contas da sucursal são integradas nas contas do Banco para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados da sucursal são ainda sujeitos a impostos locais no país onde está estabelecida. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC em Portugal nos termos do Artigo 91º do respectivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

Com a redacção dada pela Lei do Orçamento do Estado para 2011 (Lei nº 55–A/2010, de 3 de Dezembro) e de acordo com o Artigo 92º do Código do IRC, o imposto liquidado nos termos do nº 1 do Artigo 90º, líquido das deduções correspondentes à dupla tributação internacional e a benefícios fiscais, não pode ser inferior a 90% do montante que seria apurado se o sujeito passivo não usufruísse de benefícios fiscais e dos regimes previstos no nº 13 do Artigo 43º do Código do IRC.

A partir de 1 de Janeiro de 2007, os municípios passaram a poder deliberar uma derrama anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Com a publicação da Lei nº 12–A/2010, de 30 de Junho, foi introduzida igualmente a derrama estadual, a qual teria que de ser paga por todos os sujeitos passivos que apurassem um lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a mEuros 2.000. A derrama estadual correspondia a 2,5% da parte do lucro tributável superior ao referido limite.

Com a publicação da Lei do Orçamento do Estado para 2012 (Lei nº 64–B/2011, de 30 de Dezembro), as empresas que apresentassem nesse exercício e nos dois exercícios seguintes lucros tributáveis mais elevados passaram a estar sujeitas a taxas agravadas em sede de derrama estadual. Neste sentido, as empresas com lucros tributáveis compreendidos entre mEuros 1.500 e mEuros 10.000 passaram a estar sujeitas a uma taxa de derrama estadual de 3% e as empresas com lucros tributáveis superiores a mEuros 10.000 passaram a estar sujeitas a uma taxa de 5%.

Contudo, a Lei nº 66–B/2012, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2013) veio proceder a uma redução do limite a partir do qual passou a ser aplicável a taxa de derrama estadual de 5% de 10.000 mEuros para 7.500 mEuros aplicável ao período de tributação que se iniciasse em ou após 1 de Janeiro de 2013.

Adicionalmente, na sequência da promulgação da Lei nº 2/2014, de 16 de Janeiro (Reforma do IRC), a tributação dos lucros das empresas para o ano de 2014 passou a ser a seguinte:

- Taxa de IRC de 23% sobre o lucro tributável (25% no exercício de 2013);
- Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro tributável (igual ao exercício de 2013); e
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:
 - Menor do que mEuros 1.500 0%;
 - Entre mEuros 1.500 e mEuros 7.500 3%;
 - Entre mEuros 7.500 e mEuros 35.000 5%;
 - Maior do que mEuros 35.000 7%.

Com a redacção dada pela Lei do Orçamento de Estado para 2015 (Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro), foi aprovada uma redução da taxa de IRC para 21%.

Desta forma, as alterações acima referidas implicaram que a taxa de imposto utilizada pelo Banco no apuramento e registo de impostos diferidos nos exercícios de 2013 e 2014 fosse de 23% e 21%, respectivamente, para prejuízos fiscais reportáveis e de 29,5% e 29%, respectivamente, para as outras diferenças temporárias.

Os prejuízos fiscais gerados a partir do exercício de 2014, inclusive, poderão ser utilizados nos doze períodos de tributação posteriores. Por outro lado, o prazo de reporte de prejuízos fiscais é de seis anos para os prejuízos gerados nos exercícios de 2008 e 2009, de quatro anos para os prejuízos gerados nos exercícios de 2010 e 2011 e de cinco anos para os prejuízos gerados nos exercícios de 2012 e 2013. Contudo, a dedução dos prejuízos a efetuar em cada exercício não pode exceder 70% do respetivo lucro tributável (75% até 2013), podendo o remanescente (30% em 2014 e 25% até 2013) ser utilizado até ao final do prazo de reporte.

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de Dezembro, o Banco passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o sector bancário. Esta contribuição tem a seguinte base de incidência:

- a) O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzido dos fundos próprios de base ("Tier 1") e complementares ("Tier 2") e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. Ao passivo assim apurado são deduzidos:
- Elementos que segundo as normas de contabilidade aplicáveis sejam reconhecidos como capitais próprios;
 - Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
 - Passivos por provisões;
 - Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
 - Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes a operações passivas e;
 - Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização.
- b) O valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com excepção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cuja posição em risco se compense mutuamente.

As taxas aplicáveis às bases de incidência definidas nas alíneas a) e b) anteriores são de 0,07% e 0,0003%, respectivamente, conforme previsto na alteração efectuada pela Portaria n.º 64/2014, de 12 de Março, ao artigo 5º da Portaria n.º 121/2011, de 30 de Março.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos activos.

O Grupo não reconhece impostos diferidos activos ou passivos para as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis associadas a investimentos em empresas filiais e associadas, por não ser provável que a diferença se reverta no futuro previsível.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos activos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o activo ou incorrido o passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são reflectidos em resultados, com excepção dos impostos relativos a transacções directamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em activos financeiros disponíveis para venda e em derivados de cobertura de fluxos de caixa, bem como os associados a desvios actuariais relativos a responsabilidades com pensões, os quais são registados igualmente em rubricas de capitais próprios.

o) Planos de incentivos a longo prazo sobre acções

O Banco tem planos de incentivos a longo prazo sobre opções sobre acções do Banco Santander, S.A., empresa mãe do Grupo Santander. Face às suas características, estes planos consistem em "equity settled share-based payment transactions", conforme definido na IFRS 2 e na IFRIC 11. A gestão, a cobertura e a execução destes planos de incentivos a longo prazo é assegurada directamente pelo Banco Santander S.A.. O Banco paga anualmente ao Banco Santander, S.A. o montante relativo a estes planos.

O registo dos referidos planos consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Banco a estes instrumentos na rubrica de “Outras reservas”, por contrapartida da rubrica de “Custos com o pessoal”, na medida em que correspondem a uma remuneração pela prestação de serviços.

A descrição dos planos de incentivos de longo prazo sobre opções sobre acções do Banco Santander S.A. que se encontram em vigor está incluída na Nota 47.

p) Acções próprias

As acções próprias são registadas em contas de capital pelo valor de aquisição não sendo sujeitas a reavaliação. As mais e menos-valias realizadas na venda de acções próprias, bem como os respectivos impostos, são registadas directamente em capitais próprios não afectando o resultado do exercício.

q) Acções preferenciais

As acções preferenciais são classificadas como instrumento de capital próprio quando:

- Não existe uma obrigação contratual por parte do Banco em reembolsar (em numerário ou em outro activo financeiro) as acções preferenciais adquiridas pelo detentor;
- A remissão ou reembolso antecipado das acções preferenciais apenas pode ocorrer por opção do Banco; e
- As distribuições de dividendos efectuadas pelo Banco aos detentores das acções preferenciais são discricionárias.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o Banco classificou como instrumentos de capital próprio as emissões de acções preferenciais da Totta & Açores Financing e do BST International Bank, Inc. – Porto Rico.

As acções preferenciais classificadas como instrumentos de capital próprio e detidas por terceiros são apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas na rubrica “Interesses que não controlam” (Nota 28).

r) Prestação de serviços de mediação de seguros

O Banco adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação aos proveitos com a prestação do serviço de mediação de seguros - comissões. Assim, estes proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento. Os valores a receber são submetidos a análises de perdas por imparidade.

O Banco não efectua a cobrança de prémios de seguro por conta das seguradoras, nem efectua a movimentação de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro activo, passivo, rendimento ou encargo a reportar relativo à actividade de mediação de seguros exercida pelo Banco, para além dos já divulgados.

s) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas de “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)1.4. Comparabilidade da informação

No seguimento da adopção em 1 de Janeiro de 2014 da norma IFRS 10 – “Demonstrações financeiras consolidadas” e das clarificações entretanto ocorridas quanto à classificação dos interesses que não controlam em Fundos de Investimento consolidados pelo método de integração global, o Grupo passou a registar os mesmos no passivo na rubrica “Instrumentos representativos de capital”. Pelo mesmo motivo, os interesses que não controlam de resultados daqueles fundos passaram a ser registados nas rubricas “Outros resultados de exploração” (Nota 39) (Novimovest) e “Resultados de alienação de outros activos” (Nota 38) (Mutibrigações).

A aplicação retrospectiva dos requisitos da IFRS 10, conforme previsto pela IAS 8, teve os seguintes impactos:

	Capitais próprios consolidados em 01-01-2013 (inclui resultado do exercício)	Resultado do exercício de 2013	Capitais próprios consolidados em 31-12-2013 (inclui resultado do exercício)
Saldos conforme reportado (antes da aplicação retrospectiva da alteração de política contabilística)	2.325.091	89.164	2.730.363
Impacto da aplicação retrospectiva da IFRS 10			
Reclassificação dos interesses que não controlam em fundos de investimento para o passivo	-	-	(235.054)
Saldos (proforma)	<u>2.325.091</u>	<u>89.164</u>	<u>2.495.309</u>

2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos por parte do Conselho de Administração do Banco. Estas estimativas são subjectivas por natureza e podem afectar o valor dos activos e passivos, proveitos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

Benefícios pós-emprego dos colaboradores

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas tendo por base avaliações actuariais efectuadas por peritos externos certificados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF). Estas estimativas incorporam um conjunto de pressupostos financeiros e actuariais, nomeadamente a taxa de desconto, tábuas de mortalidade e invalidez, crescimento das pensões e dos salários, entre outros.

Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração do Banco quanto ao comportamento futuro das acima referidas variáveis.

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

Na valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos são utilizados modelos ou técnicas de valorização, tal como descrito na Nota 1.3. e). Consequentemente, as valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 1.3. e), de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização daqueles instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Determinação de perdas por imparidade em crédito

As perdas por imparidade em crédito concedido são calculadas conforme indicado na Nota 1.3. c). Deste modo, a determinação da imparidade através de análise individual corresponde ao julgamento do Banco quanto à situação económica e financeira dos seus clientes e à sua estimativa do valor das garantias associadas aos respectivos créditos, com o conseqüente impacto nos fluxos de caixa futuros esperados. A determinação da imparidade através de análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda

Conforme descrito na Nota 1.3. e), as menos-valias potenciais resultantes da desvalorização destes activos são reconhecidas por contrapartida da reserva de reavaliação – justo valor. No entanto, sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos valias potenciais acumuladas naquela reserva são transferidas para custos do exercício.

Quanto a instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjectividade. O Banco determina a existência ou não de imparidade nestes activos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na IAS 39.

No caso de instrumentos de dívida classificados nesta categoria, as menos-valias potenciais são transferidas da reserva de reavaliação – justo valor para resultados sempre que existam indícios de que possa vir a ocorrer incumprimento dos fluxos de caixa contratuais, nomeadamente, por dificuldades financeiras do emitente, existência de incumprimento de outras responsabilidades financeiras, ou uma degradação significativa do rating do emitente.

Impostos

O reconhecimento de impostos diferidos activos pressupõe a existência de resultados e de matéria colectável futura. Adicionalmente, os impostos correntes e diferidos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal actual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos correntes e diferidos.

O Banco enquanto entidade sujeita à supervisão do Banco de Portugal está obrigado a elaborar as suas demonstrações financeiras individuais em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA's), definidas no Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal de 21 de Fevereiro, e tem de utilizar essas contas para apuramento do seu lucro tributável.

Com o objectivo de adaptação do Código do IRC às Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas pela União Europeia e ao Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de Julho.

O acima referido Decreto-Lei procedeu a alterações a alguns dos artigos do Código do IRC, tendo, adicionalmente, procedido à revogação do n.º 2 do artigo 57.º da Lei do Orçamento do Estado para 2007. Estas disposições entraram em vigor a 1 de Janeiro de 2010.

Neste sentido, estas novas regras foram observadas para efeitos do apuramento do lucro tributável nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, de acordo com a interpretação das mesmas efectuada por parte do Banco.

Determinação do desfecho dos processos judiciais em curso

O desfecho dos processos judiciais em curso, nomeadamente dos mencionados na Nota 50, bem como a respectiva necessidade de constituição de provisões, é estimado tendo por base a opinião dos advogados/consultores legais do Banco, a qual no entanto poderá vir a não concretizar-se.

3. DIVULGAÇÕES POR SEGMENTOS

Nos termos requeridos pela IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais são apresentadas de seguida de acordo com a informação tal como é analisada pelos órgãos de gestão do Banco:

Global Banking & Markets:

Inclui essencialmente a actividade do Banco nos mercados financeiros e com grandes empresas, sendo prestados serviços de assessoria financeira, nomeadamente de Corporate e Project Finance, assim como serviços de intermediação, guarda e liquidação de valores.

Banca de Retalho:

Refere-se essencialmente a operações de concessão de crédito e captação de recursos relacionadas com clientes particulares e negócios com facturação inferior a 5 milhões de Euros, canalizadas pela rede de balcões e serviços disponibilizados por telefone e Internet.

Banca de Empresas:

São consideradas nesta área as empresas com facturação entre 5 e 125 milhões de Euros. Esta actividade é suportada pela rede de balcões, centros de empresas e serviços especializados, incluindo diversos produtos, nomeadamente empréstimos, financiamento de projectos, de comércio, às exportações e ao imobiliário.

Gestão de Activos:

Esta área incluía a actividade de gestão de fundos de investimento mobiliário e imobiliário, a qual por sua vez incluía o lançamento de fundos que tinham por objectivo criar valor acrescentado para os clientes do Banco.

No final do exercício de 2013, o Banco alienou as empresas responsáveis por este segmento de negócio a uma empresa do Grupo Santander.

Actividades Corporativas:

Nesta área é considerada toda a actividade desenvolvida no Banco e que dá suporte às actividades principais mas que não está directamente relacionada com as áreas de negócio de clientes, incluindo a gestão de liquidez, coberturas de balanço e financiamento estrutural do Banco.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A demonstração dos resultados por segmento operacional em 31 de Dezembro de 2014 apresenta o seguinte detalhe:

	2014				Total Consolidado
	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Actividades Corporativas	
Margem financeira estrita	102.596	308.053	126.704	6.186	543.539
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	1.222	1.222
Margem Financeira Alargada	102.596	308.053	126.704	7.408	544.761
Comissões líquidas	57.369	216.461	20.199	(17.153)	276.876
Outros resultados da actividade bancária	(55)	(1.483)	(218)	(12.558)	(14.314)
Margem Comercial	159.910	523.031	146.685	(22.303)	807.323
Resultado de operações financeiras	(9.125)	1.876	714	94.186	87.651
Produto Bancário	150.785	524.907	147.399	71.883	894.974
Custos de transformação	(15.932)	(344.857)	(61.099)	(3.448)	(425.336)
Amortizações do exercício	(3.030)	(47.398)	(11.429)	-	(61.857)
Margem de Exploração	131.823	132.652	74.871	68.435	407.781
Imparidade e provisões, líquidas de anulações	(41.235)	(75.282)	(39.957)	(36.059)	(192.533)
Resultados de associadas	-	-	17.652	2.139	19.791
Resultado antes de Impostos	90.588	57.370	52.566	34.515	235.039
Impostos	(26.270)	(17.460)	(10.331)	(15.810)	(69.871)
Interesses que não controlam	-	-	-	6	6
Resultado líquido do exercício	64.318	39.910	42.235	18.711	165.174

Em 31 de Dezembro de 2014, os activos e passivos sob gestão de cada segmento de negócio, conforme informação utilizada pela Gestão do Banco para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	2014				Total Consolidado
	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Actividades Corporativas	
Activo					
Crédito a Clientes					
Crédito hipotecário	-	14.795.658	-	-	14.795.658
Crédito ao consumo	-	1.398.725	-	-	1.398.725
Outros créditos	2.966.050	2.306.703	4.056.115	-	9.328.868
Total de activos afectos	2.966.050	18.501.086	4.056.115	-	25.523.251
Activos não afectos	-	-	-	-	13.337.111
Total do Activo					38.860.362
Passivo					
Recursos em Balanço					
Recursos de clientes e outros empréstimos	938.483	17.665.370	1.725.300	1.296.749	21.625.902
Responsabilidades representadas por títulos	-	171.791	48.474	2.752.846	2.973.111
	938.483	17.837.161	1.773.774	4.049.595	24.599.013
Garantias e avales	125.654	157.480	800.895	-	1.084.029

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A demonstração dos resultados por segmento de negócio em 31 de Dezembro de 2013 apresenta o seguinte detalhe:

	2013 (proforma)					Total Consolidado
	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Gestão de Activos	Actividades Corporativas	
Margem financeira estrita	95.721	281.023	157.883	(1.784)	(25.575)	507.268
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	-	1.313	1.313
Margem Financeira Alargada	95.721	281.023	157.883	(1.784)	(24.262)	508.581
Comissões líquidas	63.663	231.843	22.722	5.122	(7.840)	315.510
Outros resultados da actividade bancária	-	1.421	-	(6.489)	(20.477)	(25.545)
Margem Comercial	159.384	514.287	180.605	(3.151)	(52.579)	798.546
Resultado de operações financeiras	2.065	839	429	9.187	18.855	31.375
Produto Bancário	161.449	515.126	181.034	6.036	(33.724)	829.921
Custos de transformação	(17.063)	(337.141)	(45.758)	(6.774)	-	(406.736)
Amortizações do exercício	(2.230)	(54.202)	(3.189)	(156)	-	(59.777)
Margem de Exploração	142.156	123.783	132.087	(894)	(33.724)	363.408
Imparidade e provisões, líquidas de anulações	(10.755)	(182.189)	(75.398)	1.433	22.958	(243.951)
Resultados de associadas	-	-	12.669	-	1.400	14.069
Resultado antes de Impostos	131.401	(58.406)	69.358	539	(9.366)	133.526
Impostos	(38.106)	17.428	(16.441)	(3.062)	(4.177)	(44.358)
Interesses que não controlam	-	-	-	17	(21)	(4)
Resultado líquido do exercício	93.295	(40.978)	52.917	(2.506)	(13.564)	89.164

Em 31 de Dezembro de 2013, os activos e passivos sob gestão de cada segmento de negócio, conforme informação utilizada pela Gestão do Banco para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	2013 (proforma)				Total Consolidado
	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Actividades Corporativas	
Activo					
Crédito a Clientes					
Crédito hipotecário	-	15.277.265	-	-	15.277.265
Crédito ao consumo	-	1.399.152	-	-	1.399.152
Outros créditos	2.758.628	2.632.642	4.039.834	-	9.431.104
Total de activos afectos	2.758.628	19.309.059	4.039.834	-	26.107.521
Activos não afectos	-	-	-	-	12.703.007
Total do Activo					38.810.528
Passivo					
Recursos em Balanço					
Recursos de clientes e outros empréstimos	763.842	16.448.582	2.084.356	1.410.221	20.707.001
Responsabilidades representadas por títulos	-	289.272	101.557	2.143.332	2.534.161
	763.842	16.737.854	2.185.913	3.553.553	23.241.162
Garantias e avales	171.674	167.383	846.410	-	1.185.467

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

De seguida é apresentada a informação geográfica da actividade consolidada, nomeadamente o balanço e a demonstração dos resultados. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o balanço por segmentos geográficos era como segue:

	2014						Entre segmentos	Total consolidado
	Portugal	Irlanda	Actividade internacional			Total		
			Angola	Porto Rico	Outros			
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	830.474	-	-	-	-	-	830.474	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	240.632	25	-	5.675	630	6.330	241.218	
Activos financeiros detidos para negociação	2.291.734	-	-	-	-	-	2.291.734	
Activos financeiros disponíveis para venda	6.712.555	987.451	-	-	-	987.451	6.712.555	
Aplicações em instituições de crédito	1.220.665	50.001	-	465.478	334.887	850.366	1.220.917	
Crédito a clientes	25.523.250	-	-	1	-	1	25.523.251	
Derivados de cobertura	195.035	-	-	-	-	-	195.035	
Activos não correntes detidos para venda	208.375	-	-	-	-	-	208.375	
Propriedades de investimento	420.239	-	-	-	-	-	420.239	
Outros activos tangíveis	298.758	1	-	-	34	35	298.792	
Activos intangíveis	28.380	-	-	-	-	-	28.381	
Investimentos em associadas	33.674	-	132.685	-	-	132.685	166.359	
Activos por impostos correntes	14.603	-	-	-	-	-	14.603	
Activos por impostos diferidos	458.675	-	-	-	-	-	458.675	
Outros activos	249.436	4.498	-	(196)	517	4.819	249.754	
Total do Activo Líquido	38.726.485	1.041.976	132.685	470.958	336.068	1.981.687	(1.847.810)	38.860.362
Passivo								
Recursos de bancos centrais	4.406.312	-	-	-	-	-	4.406.312	
Passivos financeiros detidos para negociação	1.995.019	-	-	-	-	-	1.995.019	
Recursos de outras instituições de crédito	4.030.724	628.141	-	23.046	-	651.187	4.030.724	
Recursos de clientes e outros empréstimos	21.505.353	-	-	120.549	-	120.549	21.625.902	
Responsabilidades representadas por títulos	2.973.111	-	-	-	-	-	2.973.111	
Derivados de cobertura	133.690	-	-	-	-	-	133.690	
Provisões	71.988	-	-	-	-	-	71.988	
Passivos por impostos correntes	19.772	-	-	-	-	-	20.034	
Passivos por impostos diferidos	126.171	-	-	-	-	-	142.026	
Instrumentos representativos de capital	205.979	-	-	-	-	-	205.979	
Passivos subordinados	4.306	-	-	-	-	-	4.306	
Outros passivos	291.899	132.960	-	779	187	133.926	292.893	
Total do Passivo	35.764.324	761.101	-	144.374	187	905.662	(768.002)	35.901.984
Capital próprio								
Capital próprio atribuível aos accionistas	2.961.485	280.875	132.685	30.068	37.396	481.024	(1.079.808)	2.362.701
Interesses que não controlam	676	-	-	296.516	298.485	595.001	-	595.677
Total do capital próprio	2.962.161	280.875	132.685	326.584	335.881	1.076.025	(1.079.808)	2.958.378
Total do passivo e do capital próprio	38.726.485	1.041.976	132.685	470.958	336.068	1.981.687	(1.847.810)	38.860.362

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2013 (proforma)						Entre segmentos	Total consolidado
	Portugal	Actividade internacional				Total		
		Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros			
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	337.841	-	-	-	-	-	-	337.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	552.432	1.566	-	5.479	438	7.483	(6.994)	552.921
Activos financeiros detidos para negociação	1.949.115	-	-	-	-	-	-	1.949.115
Activos financeiros disponíveis para venda	4.382.253	1.186.994	-	-	-	1.186.994	(1.186.994)	4.382.253
Aplicações em instituições de crédito	3.270.749	50.000	-	424.659	327.238	801.897	(801.676)	3.270.970
Crédito a clientes	26.107.521	-	-	-	-	-	-	26.107.521
Derivados de cobertura	199.427	-	-	-	-	-	-	199.427
Activos não correntes detidos para venda	206.943	-	-	-	-	-	-	206.943
Propriedades de investimento	467.949	-	-	-	-	-	-	467.949
Outros activos tangíveis	318.636	2	-	-	24	26	-	318.662
Activos intangíveis	52.468	-	-	-	-	-	-	52.468
Investimentos em associadas	32.334	-	115.396	-	-	115.396	-	147.730
Activos por impostos correntes	17.458	-	-	-	-	-	-	17.458
Activos por impostos diferidos	540.675	-	-	-	-	-	-	540.675
Outros activos	257.890	5.500	-	1.175	694	7.369	(6.664)	258.595
Total do Activo Líquido	38.693.691	1.244.062	115.396	431.313	328.394	2.119.165	(2.002.328)	38.810.528
Passivo								
Recursos de bancos centrais	6.241.410	-	-	-	-	-	-	6.241.410
Passivos financeiros detidos para negociação	1.619.768	-	-	-	-	-	-	1.619.768
Recursos de outras instituições de crédito	4.175.058	704.921	-	6.676	-	711.597	(711.597)	4.175.058
Recursos de clientes e outros empréstimos	20.568.824	-	-	138.177	-	138.177	-	20.707.001
Responsabilidades representadas por títulos	2.534.161	-	-	-	-	-	-	2.534.161
Derivados de cobertura	370.684	-	-	-	-	-	-	370.684
Provisões	62.039	-	-	-	-	-	-	62.039
Passivos por impostos correntes	13.475	-	-	-	-	-	838	14.313
Passivos por impostos diferidos	41.990	-	-	-	-	-	16.534	58.524
Instrumentos representativos de capital	235.054	-	-	-	-	-	-	235.054
Passivos subordinados	4.307	-	-	-	-	-	-	4.307
Outros passivos	290.702	140.767	-	1.935	178	142.880	(140.682)	292.900
Total do Passivo	36.157.472	845.688	-	146.788	178	992.654	(834.907)	36.315.219
Capital próprio								
Capital próprio atribuível aos accionistas	2.535.536	398.374	115.396	23.485	29.623	566.878	(1.167.421)	1.934.993
Interesses que não controlam	683	-	-	261.040	298.593	559.633	-	560.316
Total do capital próprio	2.536.219	398.374	115.396	284.525	328.216	1.126.511	(1.167.421)	2.495.309
Total do passivo e do capital próprio	38.693.691	1.244.062	115.396	431.313	328.394	2.119.165	(2.002.328)	38.810.528

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a demonstração dos resultados por segmentos geográficos era como segue:

	2014						Entre segmentos	Total consolidado
	Portugal	Actividade internacional				Total		
		Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros			
Juros e rendimentos similares	1.194.167	26.396	-	24.206	-	50.602	(50.601)	1.194.168
Juros e encargos similares	(647.843)	(12.307)	-	(2.822)	-	(15.129)	12.343	(650.629)
Margem financeira	546.324	14.089	-	21.384	-	35.473	(38.258)	543.539
Rendimentos de instrumentos de capital	1.222	-	-	-	-	-	-	1.222
Rendimentos de serviços e comissões	335.187	8.805	-	-	-	8.805	(8.805)	335.187
Encargos com serviços e comissões	(58.072)	-	-	-	(238)	(238)	(1)	(58.311)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(244.097)	-	-	-	-	-	-	(244.097)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	308.722	-	-	-	-	-	-	308.722
Resultados de reavaliação cambial	5.591	-	-	(133)	-	(133)	-	5.458
Resultados de alienação de outros activos	17.566	-	-	-	2	2	-	17.568
Outros resultados de exploração	(14.225)	-	-	(4)	(86)	(90)	1	(14.314)
Produto bancário	898.218	22.894	-	21.247	(322)	43.819	(47.063)	894.974
Custos com o pessoal	(280.650)	(178)	-	(186)	(578)	(942)	-	(281.592)
Gastos gerais administrativos	(143.005)	(347)	-	(107)	(285)	(739)	-	(143.744)
Amortizações do exercício	(61.834)	(1)	-	-	(22)	(23)	-	(61.857)
Provisões líquidas de anulações	(46.416)	-	-	-	-	-	-	(46.416)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(111.206)	-	-	-	-	-	-	(111.206)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(1.131)	-	-	-	-	-	-	(1.131)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(33.780)	-	-	-	-	-	-	(33.780)
Resultados de associadas	2.139	-	17.652	-	-	17.652	-	19.791
Resultados antes de impostos e de interesses que não controlam	222.335	22.368	17.652	20.954	(1.207)	59.767	(47.063)	235.039
Impostos correntes	(37.219)	(3.471)	-	-	(10)	(3.481)	-	(40.700)
Impostos diferidos	(29.850)	679	-	-	-	679	-	(29.171)
Resultados após impostos e antes de interesses que não controlam	155.266	19.576	17.652	20.954	(1.217)	56.965	(47.063)	165.168
Interesses que não controlam	(6)	6	(10)	(19)	(13)	(36)	48	6
Resultado consolidado do exercício atribuível aos accionistas do Banco	155.260	19.582	17.642	20.935	(1.230)	56.929	(47.015)	165.174

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2013 (proforma)							Total consolidado
	Portugal	Actividade internacional				Entre segmentos		
		Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros			
Juros e rendimentos similares	1.271.030	47.944	-	25.697	-	73.641	(73.544)	1.271.127
Juros e encargos similares	(758.938)	(9.878)	-	(4.982)	-	(14.860)	9.939	(763.859)
Margem financeira	512.092	38.066	-	20.715	-	58.781	(63.605)	507.268
Rendimentos de instrumentos de capital	1.313	-	-	-	-	-	-	1.313
Rendimentos de serviços e comissões	370.626	5.498	-	-	-	5.498	(5.498)	370.626
Encargos com serviços e comissões	(54.873)	-	-	(1)	(242)	(243)	-	(55.116)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	20.327	-	-	(1)	-	(1)	-	20.326
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	4.534	-	-	-	-	-	-	4.534
Resultados de reavaliação cambial	3.984	-	-	55	-	55	-	4.039
Resultados de alienação de outros activos	2.475	-	-	-	1	1	-	2.476
Outros resultados de exploração	(25.454)	-	-	(4)	(87)	(91)	-	(25.545)
Produto bancário	835.024	43.564	-	20.764	(328)	64.000	(69.103)	829.921
Custos com o pessoal	(268.637)	(177)	-	(193)	(570)	(940)	-	(269.577)
Gastos gerais administrativos	(136.461)	(329)	-	(115)	(254)	(698)	-	(137.159)
Amortizações do exercício	(59.767)	(1)	-	-	(9)	(10)	-	(59.777)
Provisões líquidas de anulações	(6.930)	-	-	-	-	-	-	(6.930)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(197.039)	-	-	-	-	-	-	(197.039)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(3.155)	-	-	-	-	-	-	(3.155)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(36.827)	-	-	-	-	-	-	(36.827)
Resultados de associadas	1.400	-	12.669	-	-	12.669	-	14.069
Resultados antes de impostos e de interesses que não controlam	127.608	43.057	12.669	20.456	(1.161)	75.021	(69.103)	133.526
Impostos correntes	(29.042)	(6.266)	-	-	(13)	(6.279)	-	(35.321)
Impostos diferidos	(9.895)	858	-	-	-	858	-	(9.037)
Resultados após impostos e antes de interesses que não controlam	88.671	37.649	12.669	20.456	(1.174)	69.600	(69.103)	89.168
Interesses que não controlam	(4)	-	-	-	-	-	-	(4)
Resultado consolidado do exercício atribuível aos accionistas do Banco	88.667	37.649	12.669	20.456	(1.174)	69.600	(69.103)	89.164

As políticas contabilísticas utilizadas na preparação da informação financeira por segmentos foram consistentes com as descritas na Nota 1.3. deste Anexo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSACÇÕES OCORRIDAS NO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as empresas subsidiárias e associadas e os seus dados financeiros mais significativos, extraídos das respectivas demonstrações financeiras individuais, excluindo ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, podem ser resumidos da seguinte forma:

Empresa	Participação (%) directa		Participação (%) efectiva		Activo líquido		Capitais próprios		Resultado do exercício	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	-	-	100,00	100,00	39.994.424	40.260.305	1.918.640	1.471.117	134.473	2.449
BANCO CAIXA GERAL TOTTA DE ANGOLA, S.A.	-	-	24,96	24,96	1.843.631	1.371.384	313.771	247.304	70.243	52.120
TOTTA & AÇORES FINANCING ^{(1) (4)}	100,00	100,00	100,00	100,00	311.792	311.787	311.792	311.787	12.360	12.360
SERFIN INTERNATIONAL BANK & TRUST	-	-	100,00	100,00	37.280	32.592	37.263	32.578	258	320
TOTTA & AÇORES, INC. - NEWARK	100,00	100,00	100,00	100,00	1.337	1.180	1.161	1.014	8	47
TOTTA IRELAND, PLC ⁽³⁾	100,00	100,00	100,00	100,00	1.039.176	1.011.636	410.739	298.037	945	2.732
SANTOTTA-INTERNACIONAL, SGPS, S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00	106.527	110.807	77.628	74.397	5.376	4.933
TOTTA URBE - Emp.Admin. e Construções, S.A. ⁽²⁾	100,00	100,00	100,00	100,00	132.009	113.713	125.479	109.961	1.470	1.941
BENIM - Sociedade Imobiliária, S.A.	-	-	25,81	25,81	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
SANTANDER - GESTÃO DE ACTIVOS, SGPS, S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00	15.804	49.795	15.788	49.417	(19)	7.784
BST INTERNATIONAL BANK, INC. - PORTO RICO ^{(1) (5)}	100,00	100,00	100,00	100,00	471.160	431.322	326.584	284.486	20.953	20.457
TAXAGEST, SGPS, S.A.	99,00	99,00	99,00	99,00	55.727	55.731	55.722	55.724	(2)	761
PARTANG, SGPS, S.A.	0,49	0,49	49,00	49,00	172.497	152.642	161.418	140.714	35.936	25.616
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.	21,50	21,50	21,50	21,50	334.788	315.889	98.274	89.696	10.249	9.785
HIPOTOTTA nº 1 PLC	-	-	-	-	176.126	194.678	(775)	(1.654)	798	(152)
HIPOTOTTA nº 4 PLC	-	-	-	-	1.081.604	1.147.748	(9.483)	(13.619)	2.915	(2.036)
HIPOTOTTA nº 5 PLC	-	-	-	-	930.559	972.764	(4.439)	(8.404)	2.826	(1.155)
LEASETOTTA nº 1 Ltd	-	-	-	-	176	428.640	60	(13.187)	10.919	3.434
HIPOTOTTA nº 1 FTC	-	-	-	-	158.823	179.215	158.163	178.077	310	(24)
HIPOTOTTA nº 4 FTC	-	-	-	-	1.034.833	1.107.500	1.033.635	1.104.994	(1.305)	(1.035)
HIPOTOTTA nº 5 FTC	-	-	-	-	901.075	953.003	897.390	947.977	(123)	(1.932)
LEASETOTTA nº 1 FTC	-	-	-	-	-	347.423	-	350.252	4.143	(1.599)
NOVIMOVEST - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto ⁽⁶⁾	77,26	71,60	77,26	71,60	429.050	477.098	330.315	360.442	(17.324)	(28.670)
SANTANDER MULTIOBRIGAÇÕES - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Variável ⁽⁶⁾	64,84	64,32	64,84	64,32	374.055	374.590	372.261	371.951	3.320	8.824

Nota: As demonstrações financeiras de algumas empresas subsidiárias, associadas e entidades sob controlo conjunto estão pendentes de aprovação pelos respectivos Órgãos Sociais. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Grupo que não haverá alterações com impacto significativo no lucro consolidado do Grupo.

n/d – não disponível

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a actividade, a localização da Sede e o método de consolidação utilizado para as empresas incluídas na consolidação foi como segue:

Empresa	Actividade	Sede	Método de Consolidação
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	Bancária	Lisboa	Matriz
BANCO CAIXA GERAL TOTTA DE ANGOLA, S.A.	Bancária	Luanda	Equivalência patrimonial
TOTTA & AÇORES FINANCING ^{(1) (4)}	Bancária	Ilhas Cayman	Integral
SERFIN INTERNATIONAL BANK & TRUST	Bancária	Ilhas Cayman	Integral
TOTTA & AÇORES, INC. - NEWARK	Captação de fundos	EUA	Integral
TOTTA IRELAND, PLC ⁽³⁾	Gestão de investimentos	Irlanda	Integral
SANTOTTA-INTERNACIONAL, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Funchal	Integral
TOTTA URBE - Emp.Admin. e Construções, S.A. ⁽²⁾	Gestão de propriedades	Lisboa	Integral
BENIM - Sociedade Imobiliária, S.A.	Promoção imobiliária	Lisboa	Equivalência patrimonial
SANTANDER - GESTÃO DE ACTIVOS, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Lisboa	Integral
BST INTERNATIONAL BANK, INC. - PORTO RICO ^{(1) (5)}	Bancária	Porto Rico	Integral
TAXAGEST, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Lisboa	Integral
PARTANG, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Lisboa	Equivalência patrimonial
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.	Emissão e gestão de cartões de crédito	Lisboa	Equivalência patrimonial
HIPOTOTTA nº 1 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 4 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 5 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
LEASETOTTA nº 1 Ltd	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 1 FTC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 4 FTC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 5 FTC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
LEASETOTTA nº 1 FTC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
NOVIMOVEST - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto ⁽⁶⁾	Gestão de fundos	Lisboa	Integral
SANTANDER MULTIOBRIGAÇÕES - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Variável ⁽⁶⁾	Gestão de fundos	Lisboa	Integral

- (1) A situação líquida destas sociedades inclui a emissão de acções preferenciais com natureza de capital que foram subscritas por entidades do Grupo Santander (Nota 28).
- (2) A situação líquida desta subsidiária inclui prestações suplementares no montante de mEuros 99.760.
- (3) Em virtude desta subsidiária encerrar o seu exercício económico em 30 de Novembro, os montantes reflectidos nas colunas do "Resultado do exercício" correspondem ao resultado líquido apurado no mês de Dezembro de cada um dos exercícios. Nos períodos compreendidos entre 1 de Janeiro e 30 de Novembro de 2014 e 2013, o resultado líquido da Totta Ireland, PLC. ascendeu a mEuros 23.347 e a mEuros 41.105, respectivamente.
- (4) O capital desta subsidiária está representado por 50.000 acções ordinárias com o valor nominal de 1 Dólar dos Estados Unidos cada e por 300.000 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 1.000 Euros cada. Considerando as acções preferenciais, a participação efectiva do Banco nesta entidade é de 0,01%.
- (5) O capital desta subsidiária está representado por 5.000.000 de acções ordinárias com o valor nominal de 1 Dólar dos Estados Unidos cada e por 3.600 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 100.000 Dólares dos Estados Unidos cada. Considerando as acções preferenciais, a participação efectiva do Banco nesta entidade é de 1,37%.
- (6) Estas entidades foram consolidadas pela primeira vez durante o exercício de 2013, em virtude do Banco deter mais de 50% das suas unidades de participação em circulação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

De acordo com a IFRS 10, que veio substituir a IAS 27 e a SIC 12, o Banco inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas as entidades com finalidade especial (SPE's), criadas no âmbito de operações de titularização, dado que detém controlo sobre estas entidades, uma vez que detém a maior parte dos riscos e benefícios associados à sua actividade, nomeadamente, as obrigações emitidas por aquelas entidades com maior grau de subordinação (Nota 45). Aquelas entidades estão acima identificadas como Leasetotta FTC ou Hipototta FTC (fundos de titularização de créditos) e Hipototta PLC ou Leasetotta Ltd (entidades que subscreveram as unidades de participação dos fundos de titularização).

Durante o exercício de 2013, o Banco reforçou a sua participação no Fundo de Investimento Imobiliário Aberto Novimovest, gerido pela Santander Asset Management, SGFIM, S.A. ("SAM"), passando a deter uma participação superior a 50%. De acordo com a política contabilística adoptada pelo Banco, os fundos de investimento são consolidados (pelo método da consolidação integral) quando o Banco detém controlo sobre o Fundo, nomeadamente, quando forem detidas mais de 50% das suas unidades de participação.

A partir de 1 de Julho de 2013, o Banco passou a consolidar aquele Fundo.

Pelos motivos acima referidos, o Banco procedeu igualmente em 31 de Dezembro de 2013 à consolidação do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Variável – Santander Multiobrigações, igualmente gerido pela SAM.

Em 31 de Dezembro de 2013, os Fundos consolidados pela primeira vez durante o exercício, a sua actividade, a percentagem de participação detida pelo Banco e o montante suportado com a sua aquisição, eram como segue:

Entidade	Actividade desenvolvida	% de participação	Montante pago
Fundo de Investimento Imobiliário Aberto - Novimovest	Fundo de investimento imobiliário	71,60%	275.910
Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Variável - Santander Multiobrigações	Fundo de investimento mobiliário	64,32%	239.249

Dado que as unidades de participação nos fundos de investimento acima referidos eram registadas pelo seu justo valor, apurado com base no valor da unidade de participação divulgado periodicamente pela SAM junto da Comissão dos Mercados de Valores Mobiliários, e dado que a totalidade das subscrições das unidades de participação foram efectuadas com base naquela fonte de valorização, não foi gerado goodwill nestas aquisições. Por outro lado, todas as subscrições de unidades de participação naqueles fundos tiveram como contrapartida numerário.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o balanço daqueles Fundos apresentava a seguinte composição:

	31-12-2014			31-12-2013		
	Novimovest	Multiobrigações	Total	Novimovest	Multiobrigações	Total
Carteira de títulos	3.019	318.129	321.148	3.151	344.421	347.572
Carteira de imóveis	401.239	-	401.239	449.758	-	449.758
Contas de terceiros	23.640	-	23.640	23.257	-	23.257
Disponibilidades	499	54.677	55.176	513	28.150	28.663
Acréscimos e diferimentos	653	1.249	1.902	419	2.019	2.438
	429.050	374.055	803.105	477.098	374.590	851.688
Capital do Fundo	330.315	372.261	702.576	360.442	371.951	732.393
Ajustamentos e provisões	5.366	383	5.749	5.285	580	5.865
Contas de terceiros	87.099	1.405	88.504	104.260	1.718	105.978
Acréscimos e diferimentos	6.270	6	6.276	7.111	341	7.452
	429.050	374.055	803.105	477.098	374.590	851.688

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o resultado líquido consolidado inclui um prejuízo de mEuros 13.385 e mEuros 20.529, respectivamente, de resultado atribuível ao Fundo Novimovest.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o resultado líquido consolidado inclui um lucro de mEuros 2.153 e mEuros 0, respectivamente, de resultado atribuível ao Fundo Santander Multiobrigações.

Em Dezembro de 2013, o Banco, através da Santander - Gestão de Activos, SGPS, S.A., procedeu à alienação de 100% das acções que detinha na Santander Asset Management, SGFIM, S.A. e na Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“Santander Pensões, S.A.”) a uma entidade do Grupo Santander, tendo registado um ganho de mEuros 12.588 (Nota 38), o qual foi apurado da seguinte forma:

	Santander Asset Management, SGFIM, S.A.	Santander Pensões, S.A.	Total
Activos líquidos alienados	25.440	3.472	28.912
Montante recebido em numerário	37.400	4.100	41.500
Ganho apurado na operação			12.588

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013 (proforma)
Caixa	208.014	221.706
Depósitos à ordem em bancos centrais:		
Banco Central Europeu	622.460	116.135
	-----	-----
	830.474	337.841
	=====	=====

De acordo com o Regulamento nº 2.818/98, de 1 de Dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas mantidas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona Euro e todos os depósitos de clientes com maturidades inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 1% e abatido um montante de 100.000 Euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013 (proforma)
Disponibilidades sobre instituições de crédito no País		
Cheques a cobrar	64.841	54.077
Depósitos à ordem	709	756
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	173.847	496.556
Cheques a cobrar	1.821	1.532
	-----	-----
	241.218	552.921
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as sub rubricas de “Cheques a cobrar” correspondem a cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito, os quais, em geral, são compensados nos dias úteis seguintes.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro – Depósitos à ordem” incluía um depósito à ordem no montante de mEuros 67.831 e mEuros 165.375, respectivamente, o qual é mobilizável à medida do cumprimento de determinadas obrigações assumidas perante terceiros.

7. ACTIVOS / PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u> <u>(proforma)</u>
<u>Activos financeiros detidos para negociação</u>		
Derivados com justo valor positivo	1.969.494	1.599.893
Títulos – Instrumentos de dívida	319.221	346.070
Títulos - Unidades de participação	3.019	3.152
	-----	-----
	<u>2.291.734</u>	<u>1.949.115</u>
	=====	=====
<u>Passivos financeiros detidos para negociação</u>		
Derivados com justo valor negativo	(1.995.019)	(1.619.768)
	-----	-----
Saldo líquido do justo valor dos instrumentos financeiros derivados	(25.525)	(19.875)
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as rubricas de “Instrumentos financeiros derivados” têm a seguinte composição:

	<u>2014</u>			<u>2013 (proforma)</u>		
	<u>Activo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Líquido</u> <u>(Nota 11)</u>	<u>Activo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Líquido</u> <u>(Nota 11)</u>
Forwards	31.123	30.886	237	1.250	1.311	(61)
Swaps						
Contratos de taxa de câmbio (currency swaps)	19.568	-	19.568	1.119	7.400	(6.281)
Contratos de taxa de juro (interest rate swaps)	1.556.561	1.602.271	(45.710)	1.203.389	1.217.597	(14.208)
Contratos sobre cotações (equity swaps)	36.580	35.348	1.232	76.883	76.233	650
Eventos de crédito	-	7	(7)	-	-	-
Opções						
Contratos de taxa de câmbio	1.368	1.184	184	831	836	(5)
Contratos sobre cotações	158.355	156.781	1.574	137.076	137.076	-
Contratos de garantia de taxa de juro (Caps & Floors)	165.939	168.542	(2.603)	179.345	179.315	30
	<u>1.969.494</u>	<u>1.995.019</u>	<u>(25.525)</u>	<u>1.599.893</u>	<u>1.619.768</u>	<u>(19.875)</u>

Em 31 de Dezembro de 2014, as rubricas de activos e passivos de “Instrumentos financeiros derivados” encontram-se deduzidas dos montantes de, aproximadamente, mEuros 142.400 e mEuros 110.700, respectivamente, de “Credit Value Adjustments” e de “Debit Value Adjustments”.

Em 31 de Dezembro de 2013, as rubricas de activos e passivos de “Instrumentos financeiros derivados” encontravam-se deduzidas dos montantes de, aproximadamente, mEuros 187.800 e mEuros 168.000, respectivamente, de “Credit Value Adjustments” e de “Debit Value Adjustments”.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de “Instrumentos financeiros derivados – Activo” incluía saldos mantidos com entidades pertencentes ao Sector Público Português em litígio no montante de mEuros 1.420.000 e mEuros 1.030.000, respectivamente (Nota 50).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a quase totalidade dos instrumentos financeiros derivados de negociação encontravam-se cobertos “back-to-back” com o Banco Santander, S.A..

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as rubricas de Obrigações do Tesouro e de emissores públicos estrangeiros incluíam valias reconhecidas em resultados nos montantes de mEuros 37.423 e mEuros 225.613, respectivamente, relativas a correcções de valor por operações de cobertura de risco de taxa de juro. Estes títulos apresentavam as seguintes características:

Descrição	2014					2013 (proforma)						
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias em operações de cobertura	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias em operações de cobertura	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Obrigações do Tesouro - Portugal												
. Com vencimento a um ano	-	-	-	-	-	-	649.159	4.981	12.388	(7.573)	-	658.955
. Com vencimento entre um e três anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Com vencimento entre três e cinco anos	1.790.592	42.375	-	54.782	-	1.887.749	517.531	6.447	-	(4.195)	-	519.783
. Com vencimento entre cinco e dez anos	3.184.881	91.414	37.423	203.328	(130)	3.516.916	675.000	17.728	93.220	(124.701)	-	661.247
Bilhetes do Tesouro - Portugal	-	-	-	-	-	-	288.293	-	-	106	-	288.399
Outros	-	-	-	-	-	-	487	5	-	-	(231)	261
	4.975.473	133.789	37.423	258.110	(130)	5.404.665	2.130.470	29.161	105.608	(136.363)	(231)	2.128.645
Obrigações do Tesouro - Espanha												
. Com vencimento entre cinco e dez anos	-	-	-	-	-	-	1.000.000	23.028	120.005	(75.105)	-	1.067.928
Outros	-	-	-	-	-	-	7.249	80	-	109	-	7.438
	-	-	-	-	-	-	1.007.249	23.108	120.005	(74.996)	-	1.075.366
	4.975.473	133.789	37.423	258.110	(130)	5.404.665	3.137.719	52.269	225.613	(211.359)	(231)	3.204.011

Em 31 de Dezembro de 2014, o Banco detinha na sua carteira Obrigações do Tesouro de Portugal, nos montantes de mEuros 2.002.426, utilizadas como colaterais em operações de financiamento (Nota 19).

Em 31 de Dezembro de 2013, o Banco detinha na sua carteira Obrigações do Tesouro de Portugal e Espanha, nos montantes de mEuros 1.595.639 e mEuros 1.070.943, respectivamente, utilizadas como colaterais em operações de financiamento (Nota 19).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Instrumentos de dívida – Emitidos por residentes - Outros residentes” incluía, entre outros, os seguintes títulos:

Descrição	2014					2013 (proforma)				
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
A adquiridos no âmbito de operações de titularização										
ENERGY ON NO.2 CLASS A NOTES 2025	79.550	72	(8.025)	-	71.597	86.455	87	(23.329)	-	63.213
Outros	50	-	(20)	-	30	50	-	(20)	-	30
	79.600	72	(8.045)	-	71.627	86.505	87	(23.349)	-	63.243
Dívida não subordinada										
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS 3.75% JAN/2018	251.991	8.931	21.143	-	282.065	199.820	7.144	6.521	-	213.485
PARPUBLICA 2013/2015	200.000	78	4.136	-	204.214	-	-	-	-	-
Banco Comercial Português 22/06/2017	105.358	2.512	3.702	-	111.572	-	-	-	-	-
GALP ENERGIA 2013/2017	99.455	429	1.530	-	101.414	99.226	446	1.141	-	100.813
CGD 3% 2014/2019	49.965	1.442	4.582	-	55.989	-	-	-	-	-
SONAE DISTRIBUICAO SET 2007/2015	35.000	82	(442)	-	34.640	35.000	98	(2.295)	-	32.803
Galp Energia Sgpps Sa -4,125%-25/01/2019	23.885	894	215	-	24.994	-	-	-	-	-
IBERWIND II P- CONSULTORIA SENIOR A	28.046	29	(4.165)	-	23.910	29.956	32	(5.845)	-	24.143
EDIA 2010/2030	19.250	226	(1.401)	-	18.075	19.250	227	(1.413)	-	18.064
OBRIGAÇÕES ZON MULTIMÉDIA 2014	-	-	-	-	-	24.300	50	(294)	-	24.056
Outros	17.773	357	(520)	(230)	17.380	9.032	16	(1.373)	(231)	7.444
	830.723	14.980	28.780	(230)	874.253	416.584	8.013	(3.558)	(231)	420.808
Dívida subordinada										
CAIXA GERAL DEPOSITOS 3.875% 2017	122.087	19	-	(6.603)	115.503	111.360	32	-	(11.193)	100.199
TOTTA SEGUROS - OBRIG. SUB. 2002	14.000	1	(9.213)	-	4.788	14.000	2	(5.150)	-	8.852
Outros	2.922	2	(2.922)	-	2	2.873	2	(2.106)	-	769
	139.009	22	(12.135)	(6.603)	120.293	128.233	36	(7.256)	(11.193)	109.820

No último trimestre de 2012, o Banco adquiriu à Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. obrigações subordinadas emitidas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. por mEuros 15.674 acima do respectivo justo valor. Na sequência desta operação, o Banco registou perdas por imparidade no mesmo montante. Durante os exercícios de 2014 e 2013, o Banco reverteu mEuros 4.590 e mEuros 4.481, respectivamente, de perdas de imparidade naquele título em virtude da sua valorização.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Com referência a 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Instrumentos de capital “ inclui os seguintes títulos:

Descrição	2014				2013 (proforma)			
	Custo de aquisição	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Custo de aquisição	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Valorizados ao justo valor								
FUNDO SOLUCAO ARRENDAMENTO	28.925	(1.769)	-	27.156	24.915	(319)	-	24.596
FUNDO RECUPERAÇÃO FCR	33.120	-	(8.109)	25.011	28.491	-	(3.850)	24.641
LUSIMOVEST - F.I. IMOBILIÁRIO	26.379	186	(2.827)	23.738	26.379	-	(1.998)	24.381
BANCO BPI, SA	21.502	(9.010)	-	12.492	-	-	-	-
GARVAL - SOC.DE GARANTIA MUTUA S.A.	1.443	64	-	1.507	1.759	51	-	1.810
Outros	13.359	291	(3.685)	9.965	6.690	316	(3.392)	3.614
Títulos com imparidade a 100%	33.396	-	(33.396)	-	33.415	-	(33.415)	-
	<u>158.124</u>	<u>(10.238)</u>	<u>(48.017)</u>	<u>99.869</u>	<u>121.649</u>	<u>48</u>	<u>(42.655)</u>	<u>79.042</u>
Valorizados ao custo histórico								
SIBS - SOC.INTERBANCÁRIA DE SERVIÇOS S.A.	3.461	-	-	3.461	3.461	-	-	3.461
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS DO NORTE S.A. (ex-AENOR)	3.749	-	(531)	3.218	3.749	-	(531)	3.218
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS DO NORTE S.A. (Prestações Suplementares) (ex-AENOR)	3.749	-	(531)	3.218	3.749	-	(531)	3.218
Outros	3.986	-	(875)	3.111	4.951	-	(1.339)	3.612
Títulos com imparidade a 100%	5.026	-	(5.026)	-	5.027	-	(5.027)	-
	<u>19.971</u>	<u>-</u>	<u>(6.963)</u>	<u>13.008</u>	<u>20.937</u>	<u>-</u>	<u>(7.428)</u>	<u>13.509</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o Banco detinha 5.861.770 e 5.020.942 unidades de participação do Fundo Solução Arrendamento Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional nos montantes de mEuros 27.156 e mEuros 24.596, respectivamente, as quais foram subscritas através do pagamento em numerário de mEuros 2 e o remanescente através da entrega de imóveis.

Nos exercícios de 2014 e 2013, o Banco respondeu a chamadas de capital do Fundo Recuperação, FCR nos montantes de mEuros 4.629 e mEuros 3.477, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o Banco detinha em carteira 33.110 e 28.427 unidades de participação, respectivamente, correspondentes a 4,12% do capital daquele Fundo.

No exercício de 2014, o Banco adquiriu à Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. acções do Banco BPI, S.A. no montante de mEuros 21.502 (justo valor à data de aquisição), as quais em 31 de Dezembro de 2014 se encontram valorizadas por mEuros 12.492.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as reservas de reavaliação negativas resultantes da valorização ao justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda, apresentavam as seguintes percentagens face aos respectivos custos de aquisição:

	2014				
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias por operações de cobertura	Reserva negativa	Valor de balanço
Instrumentos de dívida					
. Entre 0% e 25%	219.676	1.430	-	(15.998)	205.108
. Entre 25% e 50%	50	-	-	(20)	30
. Superior a 50%	16.922	3	-	(12.135)	4.790
	<u>236.648</u>	<u>1.433</u>	<u>-</u>	<u>(28.153)</u>	<u>209.928</u>
Instrumentos de capital					
. Entre 0% e 25%	35.001	-	-	(1.849)	33.152
. Entre 25% e 50%	21.502	-	-	(9.010)	12.492
	<u>56.503</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(10.859)</u>	<u>45.644</u>
	<u>293.151</u>	<u>1.433</u>	<u>-</u>	<u>(39.012)</u>	<u>255.572</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2013 (proforma)				
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias por operações de cobertura	Reserva negativa	Valor de balanço
Instrumentos de dívida					
. Entre 0% e 25%	2.968.000	52.608	225.613	(224.250)	3.021.971
. Entre 25% e 50%	100.505	88	-	(28.500)	72.093
. Superior a 50%	2.873	3	-	(2.105)	771
	<u>3.071.378</u>	<u>52.699</u>	<u>225.613</u>	<u>(254.855)</u>	<u>3.094.835</u>
Instrumentos de capital					
. Entre 0% e 25%	24.988	-	-	(326)	24.662
	<u>3.096.366</u>	<u>52.699</u>	<u>225.613</u>	<u>(255.181)</u>	<u>3.119.497</u>

9. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013 (proforma)
Aplicações no Banco Central Europeu	-	1.600.000
	---	-----
Aplicações em instituições de crédito no país		
Depósitos	200.000	200.407
Empréstimos	22.212	36.522
Juros a receber	5.806	3.523
	-----	-----
	228.018	240.452
	-----	-----
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	833.764	1.158.953
Aplicações a muito curto prazo	71.574	68.797
Outras aplicações	55.883	172.463
Juros a receber	31.678	30.305
	-----	-----
	992.899	1.430.518
	-----	-----
	1.220.917	3.270.970
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro – Outras aplicações” inclui contas margem de mEuros 46.926 e mEuros 172.446, respectivamente.

10. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u> (proforma)
Crédito geral		
Crédito interno		
A empresas		
Empréstimos	3.793.601	3.898.652
Créditos tomados	1.057.039	995.271
Crédito em conta corrente	738.311	1.011.146
Locação financeira	733.256	460.387
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	139.255	144.180
Descobertos	95.541	105.260
Outros créditos	19.866	20.309
A particulares		
Habitação	12.199.253	12.554.234
Consumo e outros	1.652.604	1.722.630
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	147.724	132.935
Créditos tomados	71.325	57.974
Crédito em conta corrente	7.263	11.615
Locação financeira	1.272	2.282
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	140	128
Descobertos	62	440
Outros créditos	3	3.231
A particulares		
Habitação	334.883	361.067
Consumo e outros	27.812	32.147
	-----	-----
	21.019.210	21.513.888
	-----	-----
Crédito titulado		
Títulos de dívida não subordinada emitidos	2.390.245	2.003.612
	-----	-----
Activos titularizados não desreconhecidos (Nota 45)		
Empresas		
Locação financeira		
. Leasetotta nº 1	-	335.458
Particulares		
Empréstimos		
Crédito à habitação		
. Hipototta nº 1	157.613	177.830
. Hipototta nº 4	1.031.230	1.103.384
. Hipototta nº 5	894.145	945.687
Locação financeira		
. Leasetotta nº 1	-	206
	-----	-----
	2.082.988	2.562.565
	-----	-----

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	<u>2014</u>	<u>2013</u> <u>(proforma)</u>
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	41.490	60.190
Há mais de 90 dias	1.079.431	949.842
Activos titularizados não desreconhecidos até 90 dias	1.620	1.102
Activos titularizados não desreconhecidos há mais de 90 dias	43.696	62.830
	-----	-----
	1.166.237	1.073.964
	-----	-----
	26.658.680	27.154.029
	-----	-----
Juros a receber		
Crédito não titulado	39.206	47.101
Crédito titulado	11.498	4.791
Activos titularizados não desreconhecidos	2.180	3.165
Despesas com encargo diferido	69.414	77.414
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(100.355)	(105.303)
Correcções de valor de activos objecto de cobertura	4.246	4.200
	-----	-----
	26.189	31.368
	-----	-----
	26.684.869	27.185.397
	-----	-----
Imparidade em crédito a clientes (Nota 22)	(1.161.618)	(1.077.876)
	-----	-----
	25.523.251	26.107.521
	=====	=====

Nos exercícios de 2014 e 2013, foram vendidas carteiras de crédito concedido a particulares e a empresas que na sua maioria já tinham sido abatidos ao activo. Como resultado destas operações foram registados em 2014 e 2013 ganhos líquidos nos montantes de mEuros 1.128 e mEuros 2.321, respectivamente (Nota 38).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Crédito interno – A particulares - Habitação” incluía créditos afectos ao património autónomo das obrigações hipotecárias emitidas pelo Banco nos montantes de mEuros 8.021.820 e mEuros 8.245.739, respectivamente (Nota 21).

Durante o exercício de 2014 foi liquidada antecipadamente a operação de titularização Leasetotta nº 1, a qual justificou o aumento da rubrica de “Crédito interno – A empresas – Locação financeira”.

O movimento ocorrido na imparidade em crédito a clientes durante os exercícios de 2014 e 2013 é apresentado na Nota 22.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o crédito e juros vencidos por prazo de incumprimento apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>2014</u>	<u>2013</u> <u>(proforma)</u>
Até três meses	43.110	61.292
Entre três e seis meses	61.723	32.115
Entre seis meses e um ano	127.866	163.839
Entre um ano e três anos	545.546	627.701
Mais de três anos	387.992	189.017
	-----	-----
	1.166.237	1.073.964
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a composição da carteira de crédito concedido a clientes por sectores de actividade era a seguinte:

	2014			
	Vivo	Vencido	Total	%
Agricultura e silvicultura	146.259	7.973	154.232	0,58%
Pescas	3.758	44	3.802	0,01%
Indústrias extractivas	16.617	1.043	17.660	0,07%
Indústrias transformadoras:				
Alimentação, bebidas e tabaco	363.292	21.155	384.447	1,44%
Têxteis, vestuário e couro	194.547	8.379	202.926	0,76%
Madeira e cortiça	94.716	5.254	99.970	0,37%
Papel, gráficas e editoriais	193.675	2.361	196.036	0,74%
Indústria química	171.963	3.774	175.737	0,66%
Indústrias cerâmicas, do vidro e do cimento	164.282	3.488	167.770	0,63%
Metalurgia	117.888	8.559	126.447	0,47%
Máquinas e material de transporte	162.960	12.526	175.486	0,66%
Electricidade, água e gás	683.108	2.474	685.582	2,57%
Construção e obras públicas	1.195.295	228.721	1.424.016	5,34%
Comércio e hotelaria:				
Comércio por grosso	650.927	55.595	706.522	2,65%
Comércio de retalho	948.063	66.781	1.014.844	3,81%
Restaurantes e hotéis	367.792	21.709	389.501	1,46%
Transportes e comunicações	401.804	16.327	418.131	1,57%
Instituições financeiras não monetárias	561.191	13.535	574.726	2,16%
Sector público administrativo	556.792	2.096	558.888	2,10%
Outras empresas de serviços	1.262.402	128.172	1.390.574	5,22%
Crédito a particulares	15.816.560	532.171	16.348.731	61,33%
Crédito ao exterior	306.597	5.112	311.709	1,17%
Sociedades Gestoras de Participações Sociais	881.678	11.911	893.589	3,35%
Outros créditos	230.277	7.077	237.354	0,89%
	<u>25.492.443</u>	<u>1.166.237</u>	<u>26.658.680</u>	<u>100,00%</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2013 (proforma)			%
	Vivo	Vencido	Total	
Agricultura e silvicultura	151.426	8.971	160.397	0,59%
Pescas	3.122	35	3.157	0,01%
Indústrias extractivas	23.673	1.739	25.412	0,09%
Indústrias transformadoras:				
Alimentação, bebidas e tabaco	402.914	10.408	413.322	1,52%
Têxteis, vestuário e couro	172.748	7.202	179.950	0,66%
Madeira e cortiça	95.945	4.358	100.303	0,37%
Papel, gráficas e editoriais	186.370	2.394	188.764	0,70%
Indústria química	176.807	3.483	180.290	0,66%
Indústrias cerâmicas, do vidro e do cimento	247.283	2.088	249.371	0,92%
Metalurgia	114.182	7.608	121.790	0,45%
Máquinas e material de transporte	180.979	10.768	191.747	0,71%
Electricidade, água e gás	277.654	1.355	279.009	1,03%
Construção e obras públicas	1.354.987	220.361	1.575.348	5,80%
Comércio e hotelaria:				
Comércio por grosso	642.398	50.003	692.401	2,55%
Comércio de retalho	842.497	57.899	900.396	3,32%
Restaurantes e hotéis	398.633	27.176	425.809	1,57%
Transportes e comunicações	540.288	13.912	554.200	2,04%
Instituições financeiras não monetárias	702.904	31	702.935	2,59%
Sector público administrativo	551.843	2.760	554.603	2,04%
Outras empresas de serviços	1.307.674	128.433	1.436.107	5,29%
Crédito a particulares	16.217.460	489.350	16.706.810	61,53%
Crédito ao exterior	339.914	5.851	345.765	1,27%
Sociedades Gestoras de Participações Sociais	811.988	9.967	821.955	3,03%
Outros créditos	336.376	7.812	344.188	1,27%
	<u>26.080.065</u>	<u>1.073.964</u>	<u>27.154.029</u>	<u>100,00%</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o crédito vencido e o crédito vivo, com e sem indícios de imparidade, considerando a segmentação para efeitos de apuramento de perdas por imparidade do Banco, apresentavam o seguinte detalhe:

	2014		
	<u>Crédito</u> <u>vencido</u>	<u>Crédito</u> <u>vivo</u>	<u>Crédito</u> <u>total</u>
Crédito concedido a empresas			
. Sem indícios de imparidade	-	8.923.870	8.923.870
. Com indícios de imparidade	613.100	425.763	1.038.863
	-----	-----	-----
	613.100	9.349.633	9.962.733
	-----	-----	-----
Crédito à habitação			
. Sem indícios de imparidade	-	13.934.517	13.934.517
. Com indícios de imparidade	350.449	682.607	1.033.056
	-----	-----	-----
	350.449	14.617.124	14.967.573
	-----	-----	-----
Crédito ao consumo			
. Sem indícios de imparidade	-	1.028.509	1.028.509
. Com indícios de imparidade	50.726	42.686	93.412
	-----	-----	-----
	50.726	1.071.195	1.121.921
	-----	-----	-----
Crédito concedido através de cartões de crédito			
. Sem indícios de imparidade	-	236.810	236.810
. Com indícios de imparidade	37.268	4.407	41.675
	-----	-----	-----
	37.268	241.217	278.485
	-----	-----	-----
Outros créditos a particulares			
. Sem indícios de imparidade	-	169.572	169.572
. Com indícios de imparidade	114.694	43.702	158.396
	-----	-----	-----
	114.694	213.274	327.968
	-----	-----	-----
	1.166.237	25.492.443	26.658.680
	=====	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2013 (proforma)		
	Crédito vencido	Crédito vivo	Crédito total
Crédito concedido a empresas			
· Sem indícios de imparidade	-	9.015.937	9.015.937
· Com indícios de imparidade	562.922	324.947	887.869
	562.922	9.340.884	9.903.806
Crédito à habitação			
· Sem indícios de imparidade	-	14.477.439	14.477.439
· Com indícios de imparidade	339.470	664.763	1.004.233
	339.470	15.142.202	15.481.672
Crédito ao consumo			
· Sem indícios de imparidade	-	1.047.541	1.047.541
· Com indícios de imparidade	35.496	48.351	83.847
	35.496	1.095.892	1.131.388
Crédito concedido através de cartões de crédito			
· Sem indícios de imparidade	-	233.736	233.736
· Com indícios de imparidade	35.152	3.508	38.660
	35.152	237.244	272.396
Outros créditos a particulares			
· Sem indícios de imparidade	-	190.756	190.756
· Com indícios de imparidade	100.924	73.087	174.011
	100.924	263.843	364.767
	1.073.964	26.080.065	27.154.029

11. DERIVADOS DE COBERTURA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014			2013 (proforma)		
	Activo	Passivo	Líquido	Activo	Passivo	Líquido
Cobertura de justo valor						
"Swaps" de taxa de juro	32.926	45.158	(12.232)	46.101	272.356	(226.255)
"Equity swaps"	38.092	20.577	17.515	51.381	37.484	13.897
Opções AutoCallable	-	208	(208)	-	49.951	(49.951)
Cobertura de fluxos de caixa						
"Swaps" de taxa de juro	124.017	67.747	56.270	101.945	10.893	91.052
	195.035	133.690	61.345	199.427	370.684	(171.257)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o detalhe dos instrumentos financeiros derivados era o seguinte:

Tipo de instrumento financeiro	2014							Valor nocional	
	Valor de balanço	Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total	Valor nocional	
								EUR	Outros
1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 7)									
Forwards									
. Compras		50.478	46.467	16.221	180	-	113.346	52.872	60.474
. Vendas	237	50.369	46.414	16.173	175	-	113.131	59.219	53.912
Swaps de divisas (currency swaps)									
. Compras		1.177.015	-	-	-	-	1.177.015	-	1.177.015
. Vendas	19.568	1.157.722	-	-	-	-	1.157.722	1.157.722	-
Outros	(45.710)	733.977	79.160	457.056	1.049.816	4.458.982	6.778.991	6.710.385	68.606
Swaps sobre cotações (equity swaps)	1.232	-	133.900	170.004	279.520	70.000	653.424	653.424	-
Opções de moeda									
. Compras		30.560	43.043	51.373	-	-	124.976	-	124.976
. Vendas	184	30.560	43.043	51.373	-	-	124.976	-	124.976
Opções de cotações									
. Compras		-	-	29.053	1.819	-	30.872	29.053	1.819
. Vendas	1.574	-	-	29.053	1.819	-	30.872	29.053	1.819
Caps	(178)	1.047	4.145	38.207	679.144	1.155.913	1.878.456	1.878.456	-
Floors	(2.425)	-	-	5.805	649.000	448.733	1.103.538	1.103.539	(1)
Eventos de crédito	(7)	-	-	7.000	-	-	7.000	7.000	-
	(25.525)	3.231.728	396.172	871.318	2.661.473	6.133.628	13.294.319	11.680.723	1.613.596
2. Instrumentos derivados de cobertura									
Cobertura de justo valor									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Passivos e crédito	28.636	7.100	25.873	74.588	89.178	179.974	376.713	376.713	-
. Activos financeiros disponíveis para venda	(40.868)	-	-	-	-	200.000	200.000	200.000	-
Opções AutoCallable	(208)	-	-	21.253	-	-	21.253	21.253	-
Swaps sobre cotações (equity swaps)	17.515	293.305	398.095	610.838	1.870.023	141.301	3.313.562	3.118.223	195.339
Cobertura de fluxos de caixa									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Fluxos de caixa	56.270	200.000	-	-	1.400.000	1.300.000	2.900.000	2.900.000	-
	61.345	500.405	423.968	706.679	3.359.201	1.821.275	6.811.528	6.616.189	195.339
2013 (proforma)									
Tipo de instrumento financeiro	Valor nocional							Valor nocional	
	Valor de balanço	Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total	Valor nocional	
								EUR	Outros
1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 7)									
Forwards									
. Compras		30.337	58.904	7.202	81	-	96.524	45.471	51.053
. Vendas	(61)	30.306	58.916	7.214	81	-	96.517	42.220	54.297
Swaps de divisas (currency swaps)									
. Compras		1.212.071	-	-	-	-	1.212.071	-	1.212.071
. Vendas	(6.281)	1.218.426	-	-	-	-	1.218.426	1.218.426	-
Swaps de taxa de juro									
Swaps divisas (cross currency swaps)									
. Compras		-	-	-	19.848	85.295	105.143	105.143	-
. Vendas		-	-	-	(19.848)	(85.295)	(105.143)	-	(105.143)
Outros	(14.208)	196.193	373.775	443.024	1.910.362	3.420.108	6.343.462	6.305.502	37.960
Swaps sobre cotações (equity swaps)	650	60.402	39.107	58.837	818.959	1.137.609	2.114.914	2.114.914	-
FRA's	-	20.000	-	-	-	-	20.000	20.000	-
Opções de moeda									
. Compras		13.489	11.956	10.333	-	-	35.778	-	35.778
. Vendas	(5)	13.489	11.956	10.333	-	-	35.778	-	35.778
Opções de cotações									
. Compras		-	23.079	-	346.590	-	369.669	369.669	-
. Vendas		-	23.079	-	346.590	-	369.669	369.669	-
Caps	30	33.214	41.834	2.804	78.768	1.251.253	1.407.873	1.407.873	-
Floors	-	-	53.171	-	6.611	491.948	551.730	523.559	28.171
	(19.875)	2.827.927	695.777	539.747	3.508.042	6.300.918	13.872.411	12.522.446	1.349.965
2. Instrumentos derivados de cobertura									
Cobertura de justo valor									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Passivos e crédito	41.625	48.320	46.510	891.120	191.241	212.566	1.389.757	1.389.757	-
. Activos financeiros disponíveis para venda	(267.880)	-	-	400.000	-	1.675.000	2.075.000	2.075.000	-
Opções AutoCallable	(49.951)	62.160	153.520	1.140	21.253	-	238.073	238.073	-
Swaps sobre cotações (equity swaps)	13.897	185.571	207.162	586.121	2.426.063	34.303	3.439.220	3.270.182	169.038
Cobertura de fluxos de caixa									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Fluxos de caixa	91.052	1.000.000	-	-	1.375.000	1.525.000	3.900.000	3.900.000	-
FRA's	-	2.200.000	-	-	-	-	2.200.000	2.200.000	-
	(171.257)	3.496.051	407.192	1.878.381	4.013.557	3.446.869	13.242.050	13.073.012	169.038

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O Banco realiza operações de derivados no âmbito da sua actividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados, satisfazendo as necessidades dos seus clientes, ou cobrindo posições de natureza estrutural (cobertura).

O Banco transacciona derivados, nomeadamente sob a forma de contratos sobre taxas de câmbio, sobre taxas de juro ou sobre uma combinação destes subjacentes. Estas transacções são efectuadas em mercados de balcão (OTC – Over-the-counter).

A negociação de derivados no mercado de balcão (OTC) baseia-se, normalmente, num contrato bilateral standard, que engloba o conjunto das operações sobre derivados existentes entre as partes. No caso de relações interprofissionais, um Master Agreement da ISDA – Internacional Swaps and Derivatives Association. No caso de relações com clientes, um contrato próprio do Banco.

Neste tipo de contratos, prevê-se a compensação de responsabilidades em caso de incumprimento (compensação essa, cuja abrangência está prevista no próprio contrato e é regulada na lei portuguesa e, para contratos com contrapartes estrangeiras ou executados sob lei estrangeira, nas jurisdições relevantes).

O contrato de derivados pode incluir igualmente um acordo de colateralização do risco de crédito que seja gerado pelas transacções por ele regidas. De notar que o contrato de derivados entre duas partes enquadra por norma todas as transacções em derivados OTC realizadas entre essas duas partes, sejam estas utilizadas para cobertura ou não.

De acordo com a IAS 39, são igualmente autonomizadas e contabilizadas como derivados partes de operações, comumente designadas por “derivados embutidos”, de forma a reconhecer em resultados o justo valor destas operações.

Todos os derivados (embutidos ou autónomos) são reconhecidos contabilisticamente pelo seu justo valor.

Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nocional). O valor nocional é o valor de referência para efeitos de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação.

O justo valor corresponde ao valor estimado que os derivados teriam se fossem transaccionados no mercado na data de referência. A evolução do justo valor dos derivados é reconhecida nas contas relevantes do balanço e tem impacto imediato em resultados.

12. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u> (proforma)
Imóveis recebidos em dação em pagamento	271.204	268.035
Imóveis de serviço próprio para venda	38.790	28.706
Unidades de participação	18.663	18.663
Equipamento	3.464	4.021
Outros imóveis	100	100
	-----	-----
	332.221	319.525
	-----	-----
Imparidade (Nota 22)	(123.846)	(112.582)
	-----	-----
	208.375	206.943
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido na rubrica de "Activos não correntes detidos para venda" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	2014										
	31 de Dezembro de 2013					Imparidade (Nota 22)			31 de Dezembro de 2014		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Entradas	Alienações	Transferências	Dotações	Reposições	Utilizações	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
	(Notas 14 e 17)										
Imóveis:											
. Recebidos em dação em pagamento	268.035	(87.677)	110.040	(106.219)	(652)	(30.183)	6.210	19.244	271.204	(92.406)	178.798
. Serviço próprio para venda e outros	28.806	(17.978)	124	(1.200)	11.160	(8.067)	121	983	38.890	(24.941)	13.949
Equipamento	4.021	(2.927)	1.758	(2.315)	-	(1.823)	1.262	989	3.464	(2.499)	965
Unidades de participação	18.663	(4.000)	-	-	-	-	-	-	18.663	(4.000)	14.663
	319.525	(112.582)	111.922	(109.734)	10.508	(40.073)	7.593	21.216	332.221	(123.846)	208.375
	2013 (proforma)										
	31 de Dezembro de 2012					Imparidade (Nota 22)			31 de Dezembro de 2013		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Entradas	Alienações	Transferências	Dotações	Reposições	Utilizações	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
	(Nota 14)										
Imóveis:											
. Recebidos em dação em pagamento	245.155	(71.078)	158.002	(135.122)	-	(55.840)	18.718	20.523	268.035	(87.677)	180.358
. Serviço próprio para venda e outros	31.528	(15.413)	114	(9.820)	6.984	(6.765)	50	4.150	28.806	(17.978)	10.828
Equipamento	5.559	(3.574)	5.477	(7.015)	-	(3.914)	3.376	1.185	4.021	(2.927)	1.094
Unidades de participação	18.663	(4.000)	-	-	-	-	-	-	18.663	(4.000)	14.663
	300.905	(94.065)	163.593	(151.957)	6.984	(66.519)	22.144	25.858	319.525	(112.582)	206.943

No exercício de 2014, foram transferidos para a rubrica "Outros activos - Promessas de dação, arrematações e outros activos recebidos em dação em pagamento" mEuros 652 de imóveis recebidos em dação.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Unidades de participação" inclui unidades de participação do Fundo Fechado de Investimento Imobiliário - Imorent, adquiridas na sequência de um acordo de regularização de dívida celebrado com um cliente.

O Banco tem como objectivo a venda imediata de todos os imóveis recebidos em dação. Estes imóveis são classificados como activos não correntes detidos para venda sendo registados no seu reconhecimento inicial pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação. Subsequentemente, estes activos são mensurados ao menor de entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes activos, assim determinadas, são registadas em resultados.

As avaliações destes imóveis são efectuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

a) Método de mercado

O critério da comparação de mercado tem por referência valores de transacção de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objecto de estudo obtidos através de prospecção de mercado realizada na zona onde aquele se encontra localizado.

b) Método do rendimento

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, actualizada para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

c) Método do custo

O método do custo consiste na determinação do valor de substituição do imóvel em análise tendo em consideração o custo de construir outro com idêntica funcionalidade, deduzido do montante relativo à depreciação/obsolescência funcional, física e económica verificada.

As avaliações realizadas aos imóveis acima referidos são executadas por entidades independentes e especializadas, as quais se encontram credenciadas junto da Comissão dos Mercados dos Valores Mobiliários (CMVM).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)13. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u> <u>(proforma)</u>
Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest	401.239	449.758
Hotel	19.000	18.191
	-----	-----
	420.239	467.949
	=====	=====

Durante o exercício de 2013, na sequência da subscrição de diversas unidades de participação, o Banco passou a consolidar pelo método de integração global o Fundo Imobiliário Novimovest cujo principal activo são imóveis para arrendamento.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest apresentavam as seguintes características:

	<u>2014</u>	<u>2013</u> <u>(proforma)</u>
Terrenos		
Urbanizados	38.651	47.809
Não urbanizados	9.378	9.457
Construções acabadas		
Arrendadas	278.440	307.213
Não arrendadas	74.770	85.279
	-----	-----
	401.239	449.758
	=====	=====

Por outro lado, durante os exercícios de 2014 e 2013, os imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest geraram, entre outros, os seguintes rendimentos e encargos anuais:

	<u>2014</u>	<u>2013</u> <u>(proforma)</u>
Rendas	19.630	22.744
Impostos	(3.913)	(4.762)
Condomínio	(1.339)	(1.369)
Conservação e reparação	(1.382)	(945)
Seguros	(279)	(316)
	-----	-----
	12.717	15.352
	=====	=====

Por último, durante o primeiro semestre de 2013, o Banco recebeu em dação em pagamento um hotel avaliado naquela data em mEuros 18.660. Em simultâneo, o Banco celebrou um contrato de locação sobre aquele imóvel pelo prazo de 1 ano renovável automaticamente. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o Banco actualizou o justo valor daquele imóvel, tendo por base, respectivamente, um contrato de promessa de compra e venda celebrado e um relatório de avaliação por uma entidade certificada.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido na rubrica de “Propriedades de investimento” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 foi como segue:

	2014				Saldo a 31 de Dezembro de 2014
	Saldo a 31 de Dezembro de 2013	Entradas	Valorização a justo valor	Alienações	
Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest	449.758	-	(22.507)	(26.012)	401.239
Hotel	18.191	-	809	-	19.000
	<u>467.949</u>	<u>-</u>	<u>(21.698)</u>	<u>(26.012)</u>	<u>420.239</u>

	2013 (proforma)					Saldo a 31 de Dezembro de 2013
	Saldo a 31 de Dezembro de 2012	Entradas	Alteração do perímetro de consolidação	Valorização a justo valor	Alienações	
Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest	-	-	523.886	(25.978)	(48.150)	449.758
Hotel	-	18.660	-	(469)	-	18.191
	<u>-</u>	<u>18.660</u>	<u>523.886</u>	<u>(26.447)</u>	<u>(48.150)</u>	<u>467.949</u>

O efeito da valorização ao justo valor dos imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest encontra-se registado na rubrica da demonstração de resultados “Outros resultados de exploração – Mais / Menos valias não realizadas em propriedades de investimento” (Nota 39). O efeito em 2014 da valorização ao justo valor do Hotel encontra-se registado na rubrica da demonstração de resultados “Resultados da alienação de outros activos” (Nota 38).

As propriedades de investimento detidas pelo Banco são avaliadas, com uma periodicidade bianual, ou mais curta se entretanto tiver ocorrido um evento que suscite dúvidas quanto ao valor da última avaliação realizada, por entidades especializadas e independentes, de acordo com as metodologias de avaliação descritas na Nota 12.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a forma de apuramento do justo valor das propriedades de investimento de acordo com os níveis definidos na IFRS 13 é como segue:

	31-12-2014			
	Técnicas de valorização			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Propriedades de investimento	<u>19.000</u>	<u>-</u>	<u>401.239</u>	<u>420.239</u>

	31-12-2013 (proforma)			
	Técnicas de valorização			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Propriedades de investimento	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>467.949</u>	<u>467.949</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

De acordo com os requisitos estabelecidos pela IFRS 13, apresentamos de seguida para as propriedades de investimento com maior valor na carteira do Grupo em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, um resumo das suas principais características, das técnicas de valorização adoptadas e dos *inputs* mais relevantes utilizados no apuramento do seu justo valor:

Descrição do imóvel	Ocupação	Valor em 2014	Valor em 2013 (proforma)	Técnica de valorização	Inputs relevantes
Hotel Delfim - Alvor Hotel em Portimão	Arrendado	33.284	33.284	Método do rendimento / Método do custo	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Stª Cruz do Bispo - Lotes 1, 2 e 3 Terrenos em Matosinhos	Urbanizado	22.110	31.796	Método comparativo de mercado/ Método do Valor Residual	Taxa de capitalização Valor do terreno e do custo de construção e comercialização por m2
Galerias Saldanha Residence Centro Comercial em Lisboa	Arrendado	29.347	31.006	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Hotel em Cascais	Arrendado	19.000	18.191	Contrato promessa de compra e venda (2014) Método do rendimento / Método do custo de reposição amortizado (2013)	Taxa de capitalização Taxa de ocupação
Armazém em Perafita Armazém em Matosinhos	Arrendado	16.855	17.315	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Av. Antero de Quental, 9 Escritórios e loja em Ponta Delgada	Arrendado	12.441	12.441	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Estrada da Outurela, 119, Carnaxide Escritórios em Oeiras	Arrendado	12.021	12.399	Método de rendimento / Método do custo	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Campos de Golf Vila Sol - G1 e G2 Campos de Golf em Loulé	Arrendado	11.738	11.799	Método de rendimento / Método do custo	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Parque Logístico SPC Armazéns 1 e 4 Armazéns em Vila Franca de Xira	Arrendado	10.216	10.823	Método de rendimento / Método do custo	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Alfena - Valongo Terrenos Terrenos em Valongo	Não urbanizado	8.224	8.224	Método comparativo de mercado/ Método do custo/ Método do Valor Residual	Valor do terreno e do custo de construção e comercialização por m2
		175.236	187.278		

Caso venha a ocorrer um aumento do valor da renda por m2 ou um aumento da taxa de ocupação ou uma diminuição da taxa de capitalização, o justo valor das propriedades de investimento virá aumentado. Por outro lado, caso venha a ocorrer um aumento dos custos de construção ou de comercialização, um aumento da taxa de capitalização, uma diminuição do valor de renda por metro quadrado ou uma diminuição da taxa de ocupação, o justo valor das propriedades de investimento virá diminuído.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

14. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nestas rubricas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 pode ser apresentado da seguinte forma:

	2014																	
	31-12-2013 (proforma)			Aquisições	Abates e vendas		Transferências		Amortizações do exercício	Reversão de Imparidade (Nota 22)	Diferenças de câmbio		31-12-2014			Valor líquido		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)		Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	De/Para activos detidos para venda (Nota 12)	Transferências			Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)			
Activos tangíveis																		
Imóveis																		
. Imóveis de serviço próprio	404.845	132.012	3.843	1.250	552	181	(14.931)	(3.804)	(10)	-	7.259	-	-	-	390.602	135.286	3.843	251.473
. Despesas em edifícios arrendados	129.254	110.979	-	526	4.441	4.441	-	-	5	-	5.565	-	19	19	125.363	112.122	-	13.241
. Outros imóveis	312	6	20	-	6	-	-	-	-	-	1	-	-	-	306	7	20	279
Activos tangíveis em curso																		
. Imóveis de serviço próprio	537	-	-	906	-	-	-	-	10	-	-	-	-	-	1.453	-	-	1.453
. Despesas em edifícios arrendados	5	-	-	-	-	-	-	-	(5)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	534.953	242.997	3.863	2.682	4.999	4.622	(14.931)	(3.804)	-	-	12.825	-	19	19	517.724	247.415	3.863	266.446
Equipamento																		
. Mobiliário e material	22.257	19.528	-	279	100	100	-	-	-	-	1.038	-	5	5	22.441	20.471	-	1.970
. Máquinas e ferramentas	3.745	3.652	-	14	9	9	-	-	-	-	35	-	5	5	3.755	3.683	-	72
. Equipamento informático	125.098	115.542	-	4.562	1.959	1.959	-	-	-	-	3.841	-	2	2	127.703	117.426	-	10.277
. Instalações interiores	91.840	83.017	-	2.621	75.977	75.969	(139)	(106)	-	-	2.003	-	-	-	18.345	8.945	-	9.400
. Material de transporte	19.135	13.131	-	3.470	1.638	1.611	-	-	-	-	1.640	-	10	9	20.977	13.169	-	7.808
. Equipamento de segurança	27.016	26.506	-	89	454	454	-	-	-	-	250	-	-	-	26.651	26.302	-	349
. Outro equipamento	5.730	4.414	-	183	211	194	-	-	2	-	550	-	-	-	5.704	4.770	-	934
. Activos tangíveis em curso	2	-	-	-	-	-	-	-	(2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	294.823	265.790	-	11.219	80.348	80.296	(139)	(106)	-	-	9.357	-	22	21	225.576	194.766	-	30.810
Outros activos tangíveis																		
. Equipamento em locação financeira	281	281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	281	281	-	-
. Património artístico	1.536	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.536	-	-	1.536
	1.817	281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.817	281	-	1.536
	831.593	509.068	3.863	13.900	85.347	84.918	(15.070)	(3.910)	-	-	22.182	-	41	40	745.117	442.462	3.863	298.792
Activos intangíveis																		
Software adquirido a terceiros	361.034	308.566	-	15.588	63	63	-	-	(503)	-	39.675	-	-	-	376.056	348.178	-	27.878
Activos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	503	-	-	-	-	-	503	-	-	503
Trespases	3.464	3.464	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.464	3.464	-	-
	364.498	312.030	-	15.588	63	63	-	-	-	-	39.675	-	-	-	380.023	351.642	-	28.381

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2013 (proforma)																			
	31-12-2012			Entrada e/ou saída de entidades no perímetro de consolidação			Abates e vendas			Transferências		Amortizações do exercício	Reversão de Imparidade (Nota 22)	Diferenças de câmbio		31-12-2013				
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Aquisições	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	De/Para activos detidos para venda (Nota 12)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas			Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)	Valor líquido
Activos tangíveis																				
Imóveis																				
. Imóveis de serviço próprio	408.502	126.731	3.875	-	-	5.922	1.010	412	(8.569)	(1.601)	7.294	(32)	-	-	404.845	132.012	3.843	268.990		
. Despesas em edifícios arrendados	134.256	110.170	-	(258)	(258)	790	5.527	5.504	-	-	6.578	-	(7)	(7)	129.254	110.979	-	18.275		
. Outros imóveis	306	4	20	-	-	6	-	-	-	-	2	-	-	-	312	6	20	286		
Activos tangíveis em curso																				
. Imóveis de serviço próprio	131	-	-	-	-	406	-	-	-	-	-	-	-	-	537	-	-	537		
. Despesas em edifícios arrendados	1	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	5		
	<u>543.196</u>	<u>236.905</u>	<u>3.895</u>	<u>(258)</u>	<u>(258)</u>	<u>7.128</u>	<u>6.537</u>	<u>5.916</u>	<u>(8.569)</u>	<u>(1.601)</u>	<u>13.874</u>	<u>(32)</u>	<u>(7)</u>	<u>(7)</u>	<u>534.953</u>	<u>242.997</u>	<u>3.863</u>	<u>288.093</u>		
Equipamento																				
. Mobiliário e material	23.219	19.287	-	(669)	(669)	65	356	356	-	-	1.268	-	(2)	(2)	22.257	19.528	-	2.729		
. Máquinas e ferramentas	3.966	3.854	-	(187)	(187)	22	54	54	-	-	41	-	(2)	(2)	3.745	3.652	-	93		
. Equipamento informático	124.725	113.064	-	(1.280)	(1.245)	2.720	1.066	1.032	-	-	4.756	-	(1)	(1)	125.098	115.542	-	9.556		
. Instalações interiores	92.346	84.120	-	(254)	(254)	3.170	3.356	3.344	(66)	(50)	2.545	-	-	-	91.840	83.017	-	8.823		
. Material de transporte	17.708	11.970	-	(160)	(133)	2.597	1.007	928	-	-	2.224	-	(3)	(2)	19.135	13.131	-	6.004		
. Equipamento de segurança	27.593	26.904	-	-	-	154	731	731	-	-	333	-	-	-	27.016	26.506	-	510		
. Outro equipamento	5.801	4.008	-	-	-	139	210	210	-	-	616	-	-	-	5.730	4.414	-	1.316		
. Activos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2		
	<u>295.358</u>	<u>263.207</u>	<u>-</u>	<u>(2.550)</u>	<u>(2.488)</u>	<u>8.869</u>	<u>6.780</u>	<u>6.655</u>	<u>(66)</u>	<u>(50)</u>	<u>11.783</u>	<u>-</u>	<u>(8)</u>	<u>(7)</u>	<u>294.823</u>	<u>265.790</u>	<u>-</u>	<u>29.033</u>		
Outros activos tangíveis																				
. Equipamento em locação financeira	281	281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	281	281	-	-		
. Património artístico	1.537	-	-	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.536	-	-	1.536		
	<u>1.818</u>	<u>281</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.817</u>	<u>281</u>	<u>-</u>	<u>1.536</u>		
	<u>840.372</u>	<u>500.393</u>	<u>3.895</u>	<u>(2.809)</u>	<u>(2.746)</u>	<u>15.997</u>	<u>13.317</u>	<u>12.571</u>	<u>(8.635)</u>	<u>(1.651)</u>	<u>25.657</u>	<u>(32)</u>	<u>(15)</u>	<u>(14)</u>	<u>831.593</u>	<u>509.068</u>	<u>3.863</u>	<u>318.662</u>		
Activos intangíveis																				
. Software adquirido a terceiros	342.991	277.149	-	(1.999)	(1.945)	20.800	758	758	-	-	34.120	-	-	-	361.034	308.566	-	52.468		
. Trespasses	3.585	3.585	-	-	-	-	121	121	-	-	-	-	-	-	3.464	3.464	-	-		
. Outros	29	29	-	(29)	(29)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
	<u>346.605</u>	<u>280.763</u>	<u>-</u>	<u>(2.028)</u>	<u>(1.974)</u>	<u>20.800</u>	<u>879</u>	<u>879</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>34.120</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>364.498</u>	<u>312.030</u>	<u>-</u>	<u>52.468</u>		

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, a coluna de “Entrada e/ou saída de entidades no perímetro de consolidação” refere-se à Santander Asset Management, SGFIM, S.A. e à Santander Pensões, S.A..

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Software – adquirido a terceiros” inclui o software adquirido à Santander Tecnologia y Operaciones A.E.I.E., um agrupamento europeu de interesse económico pertencente ao Grupo Santander, nos montantes líquidos de depreciações de mEuros 25.414 e mEuros 50.783, respectivamente.

Durante o exercício de 2014, o Banco procedeu à revisão da vida útil estimada da sua plataforma informática Pártenon de 5 para 3 anos. Como resultado daquela revisão, as amortizações do exercício da rubrica “Software – Adquirido a terceiros” aumentaram em cerca de mEuros 7.300 comparativamente ao exercício anterior.

15. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014		2013 (proforma)	
	Participação efectiva (%)	Valor de balanço	Participação efectiva (%)	Valor de balanço
Investimentos em associadas				
No país				
. Partang, SGPS, S.A.	49,00	132.685	49,00	115.396
. Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A. (Unicre)	21,50	33.109	21,50	31.265
. Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	25,81	2.065	25,81	2.129
		-----		-----
		167.859		148.790
		-----		-----
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 22)				
. Benim – Sociedade Imobiliária, S.A. (Benim)		(1.500)		(1.060)
		-----		-----
		166.359		147.730
		=====		=====

Nos termos do acordo assinado em Agosto de 2008 entre a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) e o BST, em 4 de Junho de 2009 a Santotta – Internacional, SGPS, S.A. (Santotta) e o BST constituíram a Partang, SGPS, S.A (Partang) mediante a entrega de acções do Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A. (“BCGTA”), com a anterior designação de Banco Totta de Angola, S.A., correspondentes a 50,5% e 0,5% do seu capital social, respectivamente. Nos termos do mesmo acordo, foi efectuado em 2 de Julho de 2009 um aumento de capital na Partang subscrito exclusivamente pela CGD, tendo aquela participada passado a ser detida em 50% pela CGD e em 50% pelo Grupo Santander (dos quais 49,51% detidos pela subsidiária Santotta e 0,49% directamente pelo BST).

Nos termos do acordo assinado entre o BST e a CGD, em 5 de Julho de 2010 a CGD exerceu a opção de compra de 1% do capital social da Partang. Na sequência daquela operação, o Banco passou a deter 49% do capital social da Partang, deixando de ter controlo conjunto sobre o BCGTA. De acordo com a IAS 27, naquela data o Banco valorizou ao justo valor a participação que passou a deter. Desta forma, a participação na Partang passou a ser registada pelo método da equivalência patrimonial.

Por outro lado, o Banco tem uma opção de venda à CGD da sua participação na Partang a exercer no prazo de 4 anos a partir de 2 de Julho de 2011 até 2015. Adicionalmente, a CGD detinha uma segunda opção de compra sobre a participação do Banco na Partang, com um limite de 80% do capital social e respectivos direitos de voto, a exercer no primeiro mês do quinto aniversário da data de aumento de capital da Partang (2 de Julho de 2009). A CGD no dia 2 de Julho de 2014 não exerceu a sua opção de compra.

A participação na Benim – Sociedade Imobiliária, S.A. é detida indirectamente pelo Banco por via da Totta Urbe – Empresa de Administração e Construções, S.A. (Totta Urbe).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a Partang detém 51% do Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A..

Em 31 de Dezembro de 2014, os investimentos financeiros detidos na Partang e na Unicre incluíam goodwill. A opção de venda detida pelo Banco sobre a CGD relativamente à Partang permite recuperar na íntegra o investimento financeiro detido naquela participada. Por outro lado, o teste de imparidade efectuado sobre o goodwill da Unicre não evidenciou qualquer perda de imparidade naquele investimento financeiro.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O resumo dos dados financeiros da principal associada do Banco em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

	Partang	
	2014	2013
Balanço		
Activos correntes	11.176	10.558
Activos não correntes	161.321	142.084
	<u>172.497</u>	<u>152.642</u>
Passivos correntes	11.079	10.555
Passivos não correntes	-	1.373
	<u>11.079</u>	<u>11.928</u>
Capital próprio, excluindo resultado líquido	125.482	115.098
Resultado líquido do exercício	35.936	25.616
Demonstração de resultados		
Resultado operacional	35.949	25.643
Resultado antes de impostos	35.949	25.643
Resultado líquido do exercício	35.936	25.616

16. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2014	2013 (proforma)
Activos por impostos correntes:		
. IRC a recuperar	14.538	16.973
. Outros	65	485
	-----	-----
	14.603	17.458
	=====	=====
Passivos por impostos correntes:		
. IRC a pagar	16.122	9.551
. Imposto sobre rendimentos prediais (Fundo Novimovest)	3.912	4.762
	-----	-----
	20.034	14.313
	=====	=====
Activos por impostos diferidos		
. Relativos a diferenças temporárias	432.718	500.144
. Prejuízos fiscais reportáveis	25.957	40.531
	-----	-----
	458.675	540.675
	=====	=====
Passivos por impostos diferidos		
. Relativos a diferenças temporárias	138.521	54.759
. Por créditos fiscais	3.505	3.765
	-----	-----
	142.026	58.524
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Activos por impostos correntes – IRC a recuperar” incluía mEuros 7.856 e mEuros 9.807, respectivamente, pagos pelo Banco relativos a correcções efectuadas pela Administração Tributária às suas declarações de impostos de exercícios anteriores. Por não concordar com os motivos daquelas correcções, o Banco registou aqueles pagamentos como um activo e apresentou reclamações graciosas relativamente às mesmas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os impostos na demonstração dos resultados têm a seguinte composição:

	2014	2013 (proforma)
Impostos correntes		
. Do exercício	(21.137)	(20.214)
. Contribuição especial sobre o sector bancário	(13.922)	(10.802)
. Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE's)	(1.833)	(1.597)
. Outros	(3.808)	(2.708)
	-----	-----
	(40.700)	(35.321)
	-----	-----
Impostos diferidos		
. Registo e reversão de diferenças temporárias	(14.597)	(8.941)
. (Encargos)/ Rendimentos por créditos fiscais	(14.574)	(96)
	-----	-----
	(29.171)	(9.037)
	-----	-----
	(69.871)	(44.358)
	=====	=====

O movimento ocorrido nos impostos diferidos activos e passivos durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 pode ser apresentado da seguinte forma:

	2014				Saldos em 31-12-2014
	Saldos em 31-12-2013	Outro rendimento integral	Resultados	Outros	
Provisões/Imparidades temporariamente não aceites para efeitos fiscais:					
Activos	241.282	-	(10.961)	-	230.321
Passivos relativos a menos-valias potenciais	(1.999)	-	41	-	(1.958)
Reavaliação de activos tangíveis	(3.765)	-	260	-	(3.505)
Pensões:					
Reformas antecipadas	24.244	-	7.745	-	31.989
Pensões de reforma e desvios actuariais	139.771	-	(18.952)	-	120.819
Transferências de responsabilidades com pensões para a segurança social	4.921	-	219	-	5.140
Prémio de antiguidade	8.423	-	2.148	-	10.571
Operações de titularização:					
Prémio/desconto em dívida emitida	(251)	-	37	-	(214)
Reconhecimento da periodificação de juros das notes de maior subordinação	(8.573)	-	4.213	-	(4.360)
Resultados em compras de títulos intragrupo	(18.417)	-	(1.997)	-	(20.414)
Prejuízos fiscais reportáveis	40.531	-	(14.574)	-	25.957
Valorizações temporariamente não aceites para efeitos fiscais:					
Activos fixos tangíveis e intangíveis	(1.518)	-	1.986	-	468
Derivados de cobertura - Fluxos de caixa	(13.092)	6.746	-	-	(6.346)
Activos financeiros disponíveis para venda	68.640	(143.419)	-	343	(74.436)
Diferimento de comissões	-	-	1.424	-	1.424
Valias fiscais não contabilísticas	(1.767)	-	541	-	(1.226)
Aplicação do método de equivalência patrimonial na valorização de investimentos em associadas	(457)	-	65	-	(392)
Plano de incentivos	2.495	-	(566)	-	1.929
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	1.685	-	(802)	-	883
Outros	(2)	-	2	(1)	(1)
	482.151	(136.673)	(29.171)	342	316.649

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2013 (proforma)				Saldos em 31-12-2013
	Saldos em 31-12-2012	Outro rendimento integral	Resultados	Entrada e/ou saída de entidades no perímetro de consolidação e regularizações	
Provisões/Imparidades temporariamente não aceites para efeitos fiscais:					
Activos	235.044	-	6.238	-	241.282
Passivos relativos a menos-valias potenciais	(5.755)	-	3.756	-	(1.999)
Reavaliação de activos tangíveis	(3.861)	-	96	-	(3.765)
Pensões:					
Reformas antecipadas	27.317	-	(3.073)	-	24.244
Pensões de reforma e desvios actuariais	162.482	-	(22.711)	-	139.771
Transferências de responsabilidades com pensões para a segurança social	5.442	-	(521)	-	4.921
Prémio de antiguidade	7.871	-	552	-	8.423
Operações de titularização:					
Prémio/desconto em dívida emitida	(283)	-	32	-	(251)
Reconhecimento da periodificação de juros das notes de maior subordinação	(8.850)	-	277	-	(8.573)
Resultados em compras de títulos intragrupo	(18.034)	-	(383)	-	(18.417)
Prejuízos fiscais reportáveis	27.369	-	14.062	(900)	40.531
Valorizações temporariamente não aceites para efeitos fiscais:					
Activos fixos tangíveis e intangíveis	22	-	(1.540)	-	(1.518)
Derivados de cobertura - Fluxos de caixa	(28.852)	15.760	-	-	(13.092)
Activos financeiros disponíveis para venda	148.587	(79.604)	-	(343)	68.640
Diferimento de comissões	3.263	-	(3.263)	-	-
Valias fiscais não contabilísticas	(1.815)	-	48	-	(1.767)
Aplicação do método de equivalência patrimonial na valorização de investimentos em associadas	(461)	-	4	-	(457)
Incentivos de longo prazo e plano para directivos	3.568	-	(1.073)	-	2.495
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	3.226	-	(1.541)	-	1.685
Outros	(5)	-	3	-	(2)
	<u>556.275</u>	<u>(63.844)</u>	<u>(9.037)</u>	<u>(1.243)</u>	<u>482.151</u>

A aferição da realização dos activos por impostos diferidos, nomeadamente dos associados a prejuízos fiscais reportáveis, foi efectuada através do último Business Plan aprovado pelo Conselho de Administração do Banco o qual contempla um período de 3 anos. De acordo com aquele Business Plan os activos por impostos diferidos por prejuízos fiscais reportáveis do Banco serão recuperados nos próximos 2 anos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Nos exercícios de 2014 e 2013, a reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a taxa efectiva, foi como segue:

	2014		2013 (proforma)	
	Taxa de imposto	Montante	Taxa de imposto	Montante
Lucro antes de impostos		235.039		133.526
Imposto apurado com base na taxa de imposto corrente vigente em Portugal e nos países onde estão estabelecidas as participadas	20,20%	47.489	23,12%	30.873
Contribuição especial sobre o sector bancário	5,92%	13.922	8,09%	10.802
Activação de impostos diferidos activos associados a reformas antecipadas	-4,66%	(10.954)	0,00%	-
Activação de impostos diferidos activos por prejuízos fiscais reportáveis de exercícios anteriores	-4,59%	(10.793)	-2,30%	(3.068)
Constituição/(reversão) de provisões tributadas	3,01%	7.080	4,42%	5.903
Anulação de impostos diferidos activos resultantes de correcções efectuadas pela administração fiscal	2,58%	6.069	0,00%	-
Efeito na taxa efectiva da desconsideração do resultado de associadas	-2,32%	(5.442)	-3,12%	(4.172)
Correcções relativas a exercícios anteriores	1,62%	3.808	1,56%	2.084
Impacto da alteração da taxa de imposto no cálculo dos impostos diferidos do Banco	3,95%	9.283	-3,67%	(4.902)
Derramas	2,34%	5.509	-	-
Tributação autónoma	1,27%	2.994	2,02%	2.699
Anulação de imposto diferido pela não atribuição de incentivos de longo prazo	0,38%	889	1,33%	1.777
Benefícios fiscais	-0,22%	(507)	-0,29%	(386)
Dividendos não tributáveis	-0,12%	(290)	-0,18%	(246)
Mais/ menos valias não tributadas na alienação de participadas	0,00%	-	-2,78%	(3.713)
Outros	0,35%	814	5,02%	6.707
Imposto sobre os lucros do exercício	<u>29,73%</u>	<u>69.871</u>	<u>33,22%</u>	<u>44.358</u>

Na sequência da alteração da legislação fiscal para o ano de 2015, o Banco passou a apurar e a registar os activos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais reportáveis a uma taxa de 21% (23% em 31 de Dezembro de 2013) e os impostos diferidos associados a diferenças temporárias a uma taxa de 29% (29,5% em 31 de Dezembro de 2013).

Os dividendos distribuídos ao Banco por empresas filiais e associadas localizadas em Portugal ou em Estado Membro da União Europeia não são tributados na esfera deste em resultado da aplicação do regime previsto no artigo 51º do CIRC que prevê a eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto nos casos em que existam prejuízos fiscais reportáveis, bem como qualquer outra dedução ou crédito de imposto, situações em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito.

O Banco foi objecto de inspecção fiscal até ao exercício de 2012, inclusive. Como resultado da inspecção ao ano de 2012, o Banco foi sujeito em sede de IRC a uma liquidação adicional relativa a tributação autónoma e a diversas correcções ao prejuízo fiscal apurado naquele exercício. Em sede de Imposto do Selo, o Banco foi sujeito igualmente a uma liquidação adicional. As correcções efectuadas à matéria colectável abrangeram diversas matérias, incluindo, entre outras, ajustamentos relativos ao reconhecimento fiscal dos desvios actuariais, ajustamentos ao nível das reformas antecipadas e ajustamentos ao nível das utilizações de provisões para crédito vencido. Parte destas correcções são meramente temporárias.

Relativamente às liquidações adicionais recebidas, o Banco procedeu ao pagamento dos valores liquidados. Não obstante, as liquidações adicionais foram na sua maioria objecto de reclamação graciosa e/ou impugnação judicial.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O Banco tem por procedimento registar na rubrica de “Provisões” do passivo o montante que considera adequado para fazer face às liquidações adicionais de que foi objecto, bem como às contingências referentes aos exercícios ainda não revistos pela Administração Fiscal (Nota 22).

17. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	2013 (proforma)
Outras disponibilidades	327	315
Devedores e outras aplicações		
Devedores por operações sobre futuros	9.523	12.548
IVA a recuperar	2.055	1.905
Devedores por bonificações a receber	3.780	4.617
Outros devedores	46.369	56.481
Devedores e outras aplicações - capital vencido	6.666	6.441
Devedores por capital não realizado	38	38
Contratos de suprimentos		
Fafer - Empreendimentos Urbanísticos e de Construção, S.A.	364	364
Gestínsua - Aquisições e Alienações de Património Imobiliário e Mobiliário, S.A.	126	126
Propaço - Sociedade Imobiliária de Paço de Arcos, Lda.	2.458	2.443
Ouro, outros metais preciosos, numismática e medalhística	2.483	2.503
Promessas de dação, arrematações e outros activos recebidos em dação em pagamento	65.440	72.477
Rendimentos a receber	29.796	66.441
Outros rendimentos a receber - Titularização	3.867	4.991
Despesas com encargo diferido por participações em ACE's		
NORTREM - Aluguer Material Ferroviário ACE	1.138	2.093
TREM II - Aluguer Material Circulante ACE	-	216
Despesas com encargo diferido	5.592	6.891
Outros	94.020	40.803
	-----	-----
	274.042	281.693
	-----	-----
Perdas por imparidade (Nota 22):		
· Contratos de suprimentos	(2.392)	(2.222)
· Activos recebidos em dação em pagamento	(15.849)	(14.933)
· Devedores e outras aplicações	(6.047)	(5.943)
	-----	-----
	(24.288)	(23.098)
	-----	-----
	249.754	258.595
	=====	=====

A rubrica “Devedores e outras aplicações - Devedores por operações sobre futuros” refere-se às contas correntes mantidas pelo Banco junto de instituições financeiras internacionais relativamente à actividade de “trading” de futuros. As contas margem de futuros de clientes estão registadas na rubrica “Outros passivos – Credores e outros recursos - Credores por operações sobre futuros” (Nota 25).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica “Devedores e outras aplicações - Outros devedores” incluía o valor dos direitos de crédito detidos sobre o Fundo Lusimovest nos montantes de mEuros 17.600 e mEuros 24.500, respectivamente, referentes a resgates liquidados por conta do Fundo. Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica incluía mEuros 16.600 e mEuros 16.488, respectivamente, relativos a valores a receber pelo Fundo Novimovest por vendas de imóveis.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Devedores e outras aplicações - Devedores e outras aplicações – capital vencido” incluía mEuros 6.141 e mEuros 5.017, respectivamente, relativos a rendas vencidas de imóveis arrendados pelo Fundo Novimovest.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Rendimentos a receber” incluía maioritariamente comissões a receber da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. pela comercialização dos seus seguros (mEuros 20.128 e mEuros 56.843, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Outros rendimentos a receber - Titularização” refere-se ao valor de juros a receber dos “Swap Agreements” celebrados entre o Banco e o Grupo Santander e entre o Grupo Santander e os veículos de titularização (Nota 45). O valor de juros a pagar relativo a estas operações encontra-se registado na rubrica “Outros passivos – Encargos a pagar – Relativos a Swap agreements” (Nota 25).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Outros” inclui operações activas/(passivas) a liquidar conforme se detalha de seguida:

	31-12-2014		31-12-2013 (proforma)	
	Outros activos	Outros passivos	Outros activos	Outros passivos
	(Nota 25)		(Nota 25)	
Juros a receber de swaps contratados com entidades do sector público português (Nota 50)	178.048	-	45.022	-
Cheques, valores em trânsito e outras transacções a regularizar	30.308	(770)	25.748	(900)
Sistema de Compensação de Débitos Directos	(8)	-	26.317	-
Valores a receber / (pagar) a empresas do Grupo	(1.940)	-	14.365	-
Contratos de confirming	-	-	9.957	-
Transferências no âmbito do SEPA	(77.400)	-	(45.870)	-
Saldos a regularizar em ATMs	(34.988)	-	(34.736)	-
	<u>94.020</u>	<u>(770)</u>	<u>40.803</u>	<u>(900)</u>

18. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013 (proforma)
Recursos do Banco Central Europeu		
Depósitos	4.406.000	6.200.000
Juros a pagar	261	41.394
Recursos de outros Bancos Centrais		
Depósitos	51	16
	-----	-----
	<u>4.406.312</u>	<u>6.241.410</u>
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)19. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u> (proforma)
Recursos de instituições de crédito no País		
Depósitos	67.468	136.765
Juros a pagar	26	39
	-----	-----
	67.494	136.804
	-----	-----
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
Operações de venda com acordo de recompra	2.797.788	3.082.444
Depósitos	706.026	711.980
Recursos a muito curto prazo	33.770	41.261
Outros recursos	425.429	202.242
Juros a pagar	217	327
	-----	-----
	3.963.230	4.038.254
	-----	-----
	4.030.724	4.175.058
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de “Recursos de instituições de crédito no estrangeiro – Operações de venda com acordo de recompra”, tem a seguinte composição por tipo de activo subjacente às operações de reporte:

Tipo de subjacente	2014			
	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal	2.002.426	2.009	(557)	2.003.878
Dívida não subordinada	401.744	182	(122)	401.804
Obrigações emitidas pelo Grupo BST em operações de titularização	371.789	159	(66)	371.882
Obrigações emitidas por não residentes	20.222	4	(2)	20.224
	<u>2.796.181</u>	<u>2.354</u>	<u>(747)</u>	<u>2.797.788</u>
Tipo de subjacente	2013 (proforma)			
	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal	1.595.639	891	(270)	1.596.260
Obrigações do Tesouro - Espanha	1.070.943	426	(191)	1.071.178
Obrigações emitidas pelo Grupo BST em operações de titularização	362.758	287	(84)	362.961
Obrigações Hipotecárias emitidas pelo BST	52.029	395	(379)	52.045
	<u>3.081.369</u>	<u>1.999</u>	<u>(924)</u>	<u>3.082.444</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de “Recursos de instituições de crédito no estrangeiro - Outros recursos” inclui mEuros 400.000 e mEuros 200.000, respectivamente, relativos a recursos captados junto do Banco Europeu de Investimento.

20. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	2013 (proforma)
Depósitos a prazo	12.880.868	13.062.376
Depósitos à ordem	5.522.964	4.595.022
Outros depósitos estruturados	3.006.349	2.766.498
Depósitos de poupança	27.710	36.599
Depósitos com pré-aviso	19.346	18.267
	-----	-----
	21.457.237	20.478.762
	-----	-----
Juros e custos a pagar	140.635	156.382
Cheques e ordens a pagar	30.097	75.843
Correcções de valor por operações de cobertura	(2.067)	(3.986)
	-----	-----
	168.665	228.239
	-----	-----
	<u>21.625.902</u>	<u>20.707.001</u>
	=====	=====

21. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	2013 (proforma)
Obrigações em circulação		
Obrigações hipotecárias		
Emitidas	6.000.000	7.132.300
Readquiridas	(4.250.000)	(6.255.750)
Juros a pagar e outros custos e proveitos diferidos	13.283	5.365
Obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização		
Emitidas	2.140.550	2.714.309
Readquiridas	(1.137.116)	(1.538.636)
Juros a pagar e outros custos e proveitos diferidos	(1.330)	(1.496)
Obrigações de caixa		
Emitidas	273.608	614.557
Readquiridas	(105.021)	(255.543)
Juros a pagar e outros custos e proveitos diferidos	6.324	11.023
	-----	-----
	2.940.298	2.426.129
	-----	-----

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	<u>2014</u>	<u>2013</u> <u>(proforma)</u>
Outros		
Programa EMTN	32.300	141.830
Readquiridas	(1.250)	(2.940)
Juros a pagar	2	4
	-----	-----
	31.052	138.894
	-----	-----
Correcções de valor por operações de cobertura	1.761	(30.862)
	-----	-----
	<u>2.973.111</u>	<u>2.534.161</u>
	=====	=====

Nos termos da lei, os detentores das obrigações hipotecárias possuem um privilégio creditício especial sobre o património autónomo, o qual constitui uma garantia da dívida à qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência do emitente.

As condições das obrigações hipotecárias e das obrigações de caixa encontram-se descritas no Anexo I.

Entre Maio de 2008 e Dezembro de 2014, o BST procedeu a treze emissões de obrigações hipotecárias ao abrigo do programa “€ 12.500.000.000 Covered Bonds Programme”. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as obrigações hipotecárias tinham um património autónomo constituído por:

	<u>2014</u>	<u>2013</u> <u>(proforma)</u>
Crédito a clientes (Nota 10)	8.021.820	8.245.739
Juros de crédito	7.938	8.649
Comissões	(35.378)	(36.575)
Despesas com encargo diferido	8.458	11.222
	-----	-----
	8.002.838	8.229.035
	-----	-----
Derivados de cobertura	4.859	11.642
	-----	-----
	<u>8.007.697</u>	<u>8.240.677</u>
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido na dívida emitida pelo Banco durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	Obrigações em circulação		Programa EMTN	
	Emitidas	Readquiridas	Emitidas	Readquiridas
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	6.540.960	(4.036.896)	160.530	-
. Emissões efectuadas	3.250.000	-	-	-
. Emissões reembolsadas	(2.044.103)	1.004.624	(18.700)	-
. Emissões readquiridas	-	(3.479.021)	-	(2.940)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013 (proforma)	7.746.857	(6.511.293)	141.830	(2.940)
. Emissões efectuadas	2.501.211	-	-	-
. Emissões reembolsadas	(3.974.460)	2.755.750	(109.530)	1.690
. Emissões readquiridas	-	(599.478)	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	6.273.608	(4.355.021)	32.300	(1.250)

As emissões de dívida readquiridas durante o exercício de 2013 originaram menos-valias no montante de, aproximadamente, mEuros 11.100, tendo sido registadas na rubrica "Resultados de alienação de outros activos" (Nota 38) e foram na sua maioria compensadas por ganhos na liquidação de operações de derivados.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o Banco mantinha as seguintes obrigações emitidas ao abrigo do seu programa de European Medium Term Notes (EMTN):

	2014	2013 (proforma)
Obrigações com remuneração indexada a cabazes de acções		
. Com vencimento entre um e três anos	-	109.530
Obrigações com remuneração indexada à Euribor		
. Com vencimento entre um e três anos	32.300	-
. Com vencimento entre três e cinco anos	-	32.300
	-----	-----
	32.300	141.830
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2014 e 2013 nas obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização foi o seguinte:

	Obrigações	
	Emitidas	Readquiridas
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	4.270.551	(3.004.781)
Reembolsadas	(1.556.242)	1.479.075
Readquiridas:		
- Hipototta Nr. 4 - Classe A	-	(9.803)
- Hipototta Nr. 5 - Classe A2	-	(3.127)
	-	(12.930)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013 (proforma)	2.714.309	(1.538.636)
Reembolsadas	(573.759)	499.820
Readquiridas:		
- Hipototta Nr. 4 - Classe A	-	(31.736)
- Hipototta Nr. 5 - Classe A2	-	(66.564)
	-	(98.300)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	2.140.550	(1.137.116)

Nos exercícios de 2014 e 2013 o Banco readquiriu obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização tendo registado mais-valias de mEuros 8.900 e mEuros 2.942, respectivamente (Nota 38).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)22. MOVIMENTO NAS PROVISÕES E NA IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade nos exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	2014				
	31-12-2013	Dotações	Reversões	Utilizações	31-12-2014
Provisões para contingências fiscais	4.474	-	(307)	-	4.167
Provisões para pensões e outros encargos	25.478	32.783	(5.468)	(24.608)	28.185
Imparidade e provisões para garantias e compromissos assumidos	9.124	8.263	(5.833)	-	11.554
Outras provisões	22.963	31.552	(14.574)	(11.859)	28.082
	<u>62.039</u>	<u>72.598</u>	<u>(26.182)</u>	<u>(36.467)</u>	<u>71.988</u>

	2013 (proforma)					
	31-12-2012	Entrada e/ou saída de entidades no perímetro de consolidação	Dotações	Reversões	Utilizações	31-12-2013
Provisões para contingências fiscais	5.246	-	835	(1.607)	-	4.474
Provisões para pensões e outros encargos	31.846	-	9.863	-	(16.231)	25.478
Imparidade e provisões para garantias e compromissos assumidos	14.893	-	540	(6.309)	-	9.124
Outras provisões	20.286	168	14.002	(10.394)	(1.099)	22.963
	<u>72.271</u>	<u>168</u>	<u>25.240</u>	<u>(18.310)</u>	<u>(17.330)</u>	<u>62.039</u>

	2014					
	31-12-2013	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Utilizações	31-12-2014	Recuperações de imparidade
Imparidade para crédito a clientes (Nota 10):						
Crédito interno	287.036	116.807	(174.300)	-	229.543	-
Crédito ao exterior	1.657	-	(556)	-	1.101	-
Créditos titularizados não desreconhecidos	14.669	183	(4.208)	-	10.644	-
Outros créditos e valores a receber titulados	12.296	74	(5.143)	-	7.227	-
Imparidade para crédito e juros vencidos (Nota 10):						
Crédito interno	694.768	258.490	(59.110)	(32.394)	861.754	(5.403)
Crédito ao exterior	20.803	3.673	(5.162)	(91)	19.223	(1)
Créditos titularizados não desreconhecidos	46.647	9.647	(25.804)	(383)	30.107	-
Outros créditos e valores a receber titulados	-	2.019	-	-	2.019	-
	<u>1.077.876</u>	<u>390.893</u>	<u>(274.283)</u>	<u>(32.868)</u>	<u>1.161.618</u>	<u>(5.404)</u>
Imparidade de outros activos financeiros:						
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	61.738	5.525	(4.834)	(486)	61.943	-
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 15)	1.060	440	-	-	1.500	-
	<u>62.798</u>	<u>5.965</u>	<u>(4.834)</u>	<u>(486)</u>	<u>63.443</u>	<u>-</u>
Imparidade em activos não financeiros:						
Activos não correntes detidos para venda (Nota 12)	112.582	40.073	(7.593)	(21.216)	123.846	-
Activos tangíveis (Nota 14)	3.863	-	-	-	3.863	-
Outros activos (Nota 17)	23.098	25.968	(24.668)	(110)	24.288	-
	<u>139.543</u>	<u>66.041</u>	<u>(32.261)</u>	<u>(21.326)</u>	<u>151.997</u>	<u>-</u>
	<u>1.280.217</u>	<u>462.899</u>	<u>(311.378)</u>	<u>(54.680)</u>	<u>1.377.058</u>	<u>(5.404)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2013 (proforma)					
	Entrada e/ou saída de entidades no perímetro de consolidação	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Utilizações	31-12-2013	Recuperações de imparidade
	31-12-2012					
Imparidade para crédito a clientes (Nota 10):						
Crédito interno	319.663	-	69.020	(101.647)	-	287.036
Crédito ao exterior	2.120	-	-	(463)	-	1.657
Créditos titularizados não desreconhecidos	22.742	-	187	(8.260)	-	14.669
Outros créditos e valores a receber titulados	3.460	-	8.836	-	-	12.296
Imparidade para crédito e juros vencidos (Nota 10):						
Crédito interno	543.351	-	296.873	(54.264)	(91.192)	694.768
Crédito ao exterior	17.269	-	6.671	(2.892)	(245)	20.803
Créditos titularizados não desreconhecidos	54.480	-	13.329	(20.318)	(844)	46.647
Outros créditos e valores a receber titulados	2.577	-	-	(2.577)	-	-
	<u>965.662</u>	<u>-</u>	<u>394.916</u>	<u>(190.421)</u>	<u>(92.281)</u>	<u>1.077.876</u>
						<u>(7.456)</u>
Imparidade de outros activos financeiros:						
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)						
	58.983	-	11.100	(8.345)	-	61.738
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 15)						
	660	-	400	-	-	1.060
	<u>59.643</u>	<u>-</u>	<u>11.500</u>	<u>(8.345)</u>	<u>-</u>	<u>62.798</u>
Imparidade em activos não financeiros:						
Activos não correntes detidos para venda (Nota 12)						
	94.065	-	66.519	(22.144)	(25.858)	112.582
Activos tangíveis (Nota 14)						
	3.895	-	-	(32)	-	3.863
Outros activos (Nota 17)						
	25.842	5.095	12.340	(19.856)	(323)	23.098
	<u>123.802</u>	<u>5.095</u>	<u>78.859</u>	<u>(42.032)</u>	<u>(26.181)</u>	<u>139.543</u>
	<u>1.149.107</u>	<u>5.095</u>	<u>485.275</u>	<u>(240.798)</u>	<u>(118.462)</u>	<u>1.280.217</u>
						<u>(7.456)</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as provisões para pensões e outros encargos apresentavam o seguinte detalhe:

	2014	2013 (proforma)
Planos de reestruturação	9.804	9.880
Plano complementar de pensões do Conselho de Administração (Nota 47)	18.381	15.598
	-----	-----
	28.185	25.478
	=====	=====

No exercício de 2014 as dotações e utilizações de provisões para pensões e outros encargos são justificadas, essencialmente, pela passagem à reforma de acordo com a cláusula 137.^a do Acordo Colectivo de Trabalho de um conjunto de colaboradores do Banco.

No exercício de 2013 a redução ocorrida na “Imparidade e provisões para garantias e compromissos assumidos” resultou, essencialmente, da redução das linhas de programas de papel comercial e da execução de algumas garantias bancárias de clientes.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Outras provisões” incluía:

- Provisões para processos judiciais na sequência de acções interpostas por clientes e colaboradores do Banco nos montantes de mEuros 16.780 e mEuros 4.094, respectivamente. A perda esperada por processo é apurada pela área jurídica do Banco com base na evolução reportada pelo advogado responsável pelo seu acompanhamento; e
- Outras provisões nos montantes de mEuros 11.302 e mEuros 18.869, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, aquelas provisões destinavam-se, essencialmente, a fazer face a contingências diversas, entre as quais, fraudes, operações pendentes de confirmação, itens em aberto e coimas.

23. INSTRUMENTOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	<u>2014</u>	2013 <u>(proforma)</u>
Unidades de participação no Fundo Multiobrigações não detidas pelo Banco	130.870	132.701
Unidades de participação no Fundo Novinvest não detidas pelo Banco	75.109	102.353
	-----	-----
	205.979	235.054
	=====	=====

24. PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	2013 <u>(proforma)</u>
Obrigações Perpétuas Subordinadas Totta 2000	270.447	270.447
Obrigações Perpétuas Subordinadas BSP 2001	13.818	13.818
Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	4.275	4.275
	-----	-----
	288.540	288.540
Títulos readquiridos	(284.265)	(284.265)
Juros a pagar	31	32
	-----	-----
	4.306	4.307
	=====	=====

As condições dos passivos subordinados encontram-se detalhadas no Anexo II.

25. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u> <u>(proforma)</u>
Credores e outros recursos		
Credores por operações sobre futuros (Nota 17)	9.523	12.548
Recursos diversos		
Recursos conta cativa	52.698	38.474
Recursos conta caução	1.458	3.250
Outros recursos	1.452	1.438
Sector público administrativo		
IVA a pagar	5.487	3.047
Retenção de impostos na fonte	19.295	17.622
Contribuições para a Segurança Social	3.931	3.883
Outros	558	84
Cobranças por conta de terceiros	161	162
Contribuições para outros sistemas de saúde	1.532	1.534
Credores diversos		
Credores por contratos de factoring	31.757	45.443
Credores por fornecimentos de bens	5.388	9.196
Outros credores	18.637	15.483
Encargos a pagar		
Relativos ao pessoal		
Prémio de antiguidade	36.452	28.552
Férias e subsídio de férias	30.567	31.211
Outras remunerações variáveis	28.011	24.593
Outros custos com o pessoal	467	381
Gastos gerais administrativos	27.371	25.007
Relativos a "Swap agreements" (Nota 17)	4.356	5.185
Outros	3.306	5.146
Responsabilidades com pensões (Nota 44):		
Responsabilidades do BST	907.691	846.885
Valor patrimonial do Fundo de Pensões do BST	(910.580)	(840.543)
Responsabilidades da sucursal de Londres	42.855	35.037
Valor patrimonial do Fundo de Pensões da sucursal de Londres	(38.223)	(30.720)
Outras receitas com rendimento diferido	1.580	1.873
Valores a regularizar com clientes e bancos		
Operações passivas a regularizar	6.393	7.229
Outros (Nota 17)	770	900
	-----	-----
	292.893	292.900
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)26. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o capital social do Banco estava representado por 656.723.284 acções, com o valor nominal de 1 Euro cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes accionistas:

	2014		
	<u>Número de acções</u>	<u>% de participação</u>	<u>Montante</u>
Santander Totta, SGPS, S.A.	641.269.620	97,65	641.270
Taxagest, SGPS, S.A. (acções próprias)	14.593.315	2,22	14.593
Acções próprias	271.244	0,04	271
Outros	589.105	0,09	589
	-----	-----	-----
	656.723.284	100,00	656.723
	=====	=====	=====
	2013 (proforma)		
	<u>Número de acções</u>	<u>% de participação</u>	<u>Montante</u>
Santander Totta, SGPS, S.A.	641.269.620	97,65	641.270
Taxagest, SGPS, S.A. (acções próprias)	14.593.315	2,22	14.593
Acções próprias	249.427	0,04	249
Outros	610.922	0,09	611
	-----	-----	-----
	656.723.284	100,00	656.723
	=====	=====	=====

Durante os exercícios de 2014 e 2013, o Banco procedeu à aquisição de 21.817 e 124.258 acções próprias, pelos montantes de mEuros 132 e mEuros 752, respectivamente.

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão, que ascendem a mEuros 193.390, não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

Os “Outros instrumentos de capital” referem-se a prestações acessórias de capital concedidas pelo accionista Santander Totta, SGPS, S.A., as quais não vencem juros nem têm prazo de reembolso definido. Aquelas prestações poderão ser reembolsadas apenas por deliberação do Conselho de Administração do Banco, mediante prévia autorização do Banco de Portugal.

Durante o exercício de 2014, o Banco procedeu à distribuição de dividendos no montante de mEuros 1.202 (montante líquido dos dividendos afectos a acções próprias), equivalente a um dividendo unitário de aproximadamente 0,0018 Euros por acção.

Durante o exercício de 2013, o Banco não procedeu à distribuição de dividendos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as reservas de reavaliação tinham a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u> <u>(proforma)</u>
Reservas de reavaliação		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
De activos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	256.913	(233.775)
De activos financeiros disponíveis para venda de sociedades em equivalência patrimonial	4.354	3.317
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	21.883	44.382
Ganhos e perdas actuariais (Nota 44)		
Fundo de Pensões BST	(666.672)	(621.069)
Fundo de Pensões da Sucursal de Londres do BST	(8.867)	(6.076)
Ganhos e perdas actuariais de sociedades em equivalência patrimonial	(1.508)	(1.378)
Reservas de flutuação cambial	(486)	(10.208)
Reservas de reavaliação legais à data de transição para as IFRS	23.245	23.245
	-----	-----
	(371.138)	(801.562)
	-----	-----
Reservas por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
De activos financeiros disponíveis para venda	(74.436)	68.983
De activos financeiros disponíveis para venda de sociedades em equivalência patrimonial	(967)	(788)
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	(6.346)	(13.092)
Impacto fiscal dos desvios actuariais	177.625	176.863
Impacto fiscal por alteração de política contabilística de sociedades em equivalência patrimonial	422	400
Relativas à reavaliação de activos tangíveis	(3.765)	(3.861)
Relativas à reavaliação de activos tangíveis de sociedades em equivalência patrimonial	(132)	(132)
	-----	-----
	92.400	228.373
	-----	-----
	(278.738)	(573.189)
	=====	=====

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, o movimento ocorrido na rubrica “Reservas por impostos diferidos – Por desvios actuariais e financeiros” foi como segue:

Saldo inicial	176.863

Impacto fiscal resultante dos desvios actuariais e financeiros apurados no ano	4.958
Impacto fiscal resultante das correcções efectuadas pelas Autoridades Fiscais aos desvios actuariais deduzidos pelo Banco em 2011 e 2012	(4.196)

Saldo final	177.625
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os impostos diferidos foram calculados com base na legislação actualmente em vigor e correspondem à melhor estimativa do impacto da realização das mais e menos-valias potenciais incluídas nas reservas de reavaliação.

As reservas de reavaliação não podem ser utilizadas para a atribuição de dividendos nem para aumentar o capital social.

Durante o exercício de 1998, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98 de 11 de Fevereiro, o Banco reavaliou o seu imobilizado corpóreo tendo aumentado o respectivo valor, líquido de amortizações acumuladas, em aproximadamente mEuros 23.245, o qual foi registado em reservas de reavaliação. O valor líquido resultante da reavaliação efectuada só poderá ser utilizado para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do seu uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de "Outras reservas e resultados transitados" tinha a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u> (proforma)
Reserva legal	246.107	245.862
	-----	-----
Outras reservas		
Reservas de sociedades consolidadas	157.336	149.216
Reservas de sociedades em equivalência patrimonial	89.770	81.660
Reserva de fusão		
Por incorporação do totta e BSP	541.334	541.334
Por incorporação do BSN	35.405	35.405
Por incorporação da Totta IFIC	90.520	90.520
Outras	284	619
	-----	-----
	914.649	898.754
	-----	-----
Resultados transitados	373.840	332.601
	-----	-----
	1.534.596	1.477.217
	=====	=====

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, o BST constitui um fundo de reserva legal até à concorrência do capital social ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferida para esta reserva uma fracção não inferior a 10% do resultado líquido do exercício da actividade individual, até perfazer o referido montante.

Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reserva de fusão

Nos termos da legislação em vigor, a reserva de fusão é equiparada à reserva legal, podendo apenas ser utilizada para cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)27. RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO

Nos exercícios de 2014 e 2013, a determinação do lucro consolidado pode ser resumida como segue:

	2014		2013 (proforma)	
	Resultado líquido do exercício	Contribuição para o resultado consolidado	Resultado líquido do exercício	Contribuição para o resultado consolidado
Resultado do exercício do BST (actividade individual)	134.473	134.473	2.449	2.449
Resultado líquido das restantes empresas do Grupo:				
BST International Bank, Inc.	20.953	20.953	20.457	20.457
Partang, SGPS, S.A.	35.936	17.609	25.616	12.552
Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.	70.243	17.554	52.120	13.025
Totta & Açores, Financing, Ltd	12.360	12.360	12.360	12.360
Santotta - Internacional, SGPS, S.A.	5.376	5.376	4.933	4.933
Unicre, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	10.249	2.203	9.785	2.104
Santander Multiobrigações - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Variável	3.320	2.153	-	-
Totta Urbe, Empresa de Administração e Construções, S.A.	1.414	1.414	1.997	1.997
Totta Ireland, Plc. ⁽¹⁾	24.292	24.292	43.837	43.837
Serfin International Bank & Trust	258	258	320	320
Totta & Açores, Inc. - Newark	8	8	47	47
Taxagest, S.A.	(2)	(2)	761	753
Santander Gestão de Activos, SGPS, S.A.	(19)	(19)	7.784	7.784
Novimovest - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	(17.324)	(13.385)	(28.670)	(18.428)
Santander Asset Management, SGFIM, S.A.	-	-	3.202	3.202
Santander Pensões, S.A.	-	-	624	624
	<u>167.064</u>	<u>90.774</u>	<u>155.173</u>	<u>105.567</u>
Anulação de dividendos:				
Totta Ireland, Plc.	(26.079)	(26.079)	(45.145)	(45.145)
Unicre, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	(1.161)	(1.161)	(985)	(985)
Santander Gestão de Activos, SGPS, S.A.	(7.763)	(7.763)	-	-
Banco Caixa Geral Totta Angola, S.A.	(6.382)	(6.382)	(5.595)	(5.595)
Partang, SGPS, S.A.	(5.390)	(5.390)	(5.047)	(5.047)
Santotta - Internacional, SGPS, S.A.	(5.336)	(5.336)	(10.826)	(10.826)
Santander Pensões, S.A.	-	-	(760)	(760)
		<u>(52.111)</u>		<u>(68.358)</u>
Anulação da valorização por equivalência patrimonial pela Partang da participação no BCGTA		(11.394)		(8.110)
Ganhos na recompra pelo Grupo de obrigações emitidas em operações de titularização (Nota 38)		8.900		2.942
Ajustamentos relacionados com operações de titularização:				
Imparidade e diferimento de comissões de créditos titularizados reconhecidos pelo BST		(8.127)		44.278
Outros ajustamentos		(6.383)		(11.785)
Valia obtida com a venda da Santander Asset Management, SGFIM, S.A. e com a Santander Pensões, S.A.		-		12.588
Anulação da imparidade reconhecida no BST para as unidades de participação do Novimovest - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto		13.807		17.821
Anulação de reversões de imparidade para prestações suplementares entre sociedades do perímetro de consolidação do BST		-		(5.500)
Anulação da valorização das unidades de participação detidas pelo BST no Fundo Multiobrigações		(2.153)		-
Outros		(2.612)		(2.728)
Resultado consolidado do exercício		<u>165.174</u>		<u>89.164</u>

- (1) Em virtude desta subsidiária encerrar o seu exercício económico em 30 de Novembro, o montante reflectido corresponde ao resultado líquido apurado no mês de Dezembro, acrescido do resultado líquido do período compreendido entre 1 de Janeiro e 30 de Novembro de 2014 e 2013, o qual ascendeu a mEuros 23.347 e mEuros 41.105, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o exercício.

	<u>2014</u>	<u>2013</u> (proforma)
Resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas do BST	165.174	89.164
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas	656.723.284	656.723.284
Número médio ponderado de acções próprias em carteira	14.843.537	14.763.681
Número médio ponderado de acções ordinárias em circulação	641.879.747	641.959.603
Resultado por acção básico atribuível aos accionistas do BST (em Euros)	0,26	0,14

Os resultados por acção básicos são coincidentes com os diluídos uma vez que não existem acções ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, warrants ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

28. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Nos exercícios de 2014 e 2013, o valor das participações de terceiros em empresas do Grupo tem a seguinte distribuição por entidade:

	<u>2014</u>		<u>2013 (proforma)</u>	
	<u>Balanço</u>	<u>Demonstração dos resultados</u>	<u>Balanço</u>	<u>Demonstração dos resultados</u>
Acções preferenciais BST				
International Bank, Inc.	296.516	-	261.040	-
Acções preferenciais TAF	300.000	-	300.000	-
Taxagest	557	-	554	(3)
Dividendos antecipados	(1.515)	-	(1.407)	-
Outros	119	6	129	(1)
	-----	---	-----	---
	595.677	6	560.316	(4)
	=====	==	=====	==

Em 30 de Junho de 2006, o BST International Bank, Inc. (BST Porto Rico) procedeu à emissão de 3.600 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 100.000 Dólares Norte Americanos cada, integralmente subscritas e realizadas pelo Banco Santander, S.A.. Aos titulares destas acções, o BST Porto Rico garante um dividendo não cumulativo correspondente a uma remuneração anual nominal de 6,56%, pago se e quando declarado pelos Directores do BST Porto Rico no início de Janeiro de cada ano. O BST Porto Rico pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das acções preferenciais a partir de 30 de Junho de 2016 ao preço de 100.000 Dólares Norte Americanos por acção, acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efectuado.

Em 29 de Junho de 2005, o TAF procedeu à emissão de 300.000 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 1.000 Euros cada, integralmente subscritas e realizadas pelo Banco Santander, S.A.. Aos titulares destas acções, o TAF garante um dividendo não cumulativo correspondente a uma remuneração anual nominal de 4,12%, pago se e quando declarado pelos Directores do TAF no início de Janeiro de cada ano. O TAF pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das acções preferenciais a partir de 30 de Junho de 2015 ao preço de 1.000 Euros por acção, acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efectuado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As supra referidas emissões foram classificadas como capitais próprios dos emitentes nos termos da IAS 32. De acordo com esta Norma, as acções preferenciais emitidas são classificadas como capital próprio se:

- Não existir obrigação contratual do emitente de entregar numerário ou outro activo financeiro aos detentores das mesmas; e
- Existir discricionariedade quanto à distribuição de dividendos e ao reembolso das acções preferenciais aos respectivos detentores.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os principais dados financeiros do BST International Bank, Inc. (BST Porto Rico) e do Totta & Açores Financing (TAF), eram como segue:

	2014		2013	
	BST Porto Rico (*)	TAF	BST Porto Rico (*)	TAF
Balanço				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	11.792	-	11.787
Disponibilidades em outras instituições de crédito	570.598	297.750	593.203	297.750
Créditos sobre clientes	1	-	-	-
Outros activos	1.437	2.250	1.634	2.250
	<u>572.036</u>	<u>311.792</u>	<u>594.837</u>	<u>311.787</u>
Recursos de outras instituições de crédito	27.977	-	9.207	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	145.653	-	190.623	-
Outros passivos	1.900	-	2.672	-
	<u>175.530</u>	<u>-</u>	<u>202.502</u>	<u>-</u>
Capital próprio (excluindo resultado líquido do exercício)	368.719	299.432	365.179	299.427
Resultado líquido do exercício	27.787	12.360	27.156	12.360
	<u>572.036</u>	<u>311.792</u>	<u>594.837</u>	<u>311.787</u>
Demonstração de Resultados				
Margem financeira	28.358	13.110	27.499	13.110
Produto bancário	28.176	13.335	27.565	13.335
Resultado antes de impostos	27.787	12.360	27.156	12.360
Resultado líquido do exercício	27.787	12.360	27.156	12.360

(*) Montantes expressos em milhares de Dólares dos Estados Unidos.

29. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

As responsabilidades extrapatrimoniais têm a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u> (proforma)
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales	1.084.029	1.185.467
Créditos documentários abertos	216.516	199.314
Activos dados em garantia		
Banco de Portugal	143.700	142.677
Fundo de Garantia de Depósitos	75.300	71.645
Sistema de Indemnização aos Investidores	5.792	4.980
Por empréstimo de títulos	-	526.722
Outros passivos eventuais	6	6
	-----	-----
	1.525.343	2.130.811
	=====	=====
Compromissos		
Por linhas de crédito		
Revogáveis	4.205.060	4.207.922
Irrevogáveis	417.809	652.278
Fundo de Garantia de Depósitos	54.092	54.092
Sistema de Indemnização aos Investidores	4.139	3.178
Outros compromissos revogáveis	216	215
Outros compromissos irrevogáveis	-	11.447
	-----	-----
	4.681.316	4.929.132
	=====	=====
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	57.931.149	51.992.816
Valores recebidos para cobrança	125.186	142.214
Valores administrados pelo Banco		
Outros valores	7	13
	-----	-----
	58.056.342	52.135.043
	=====	=====

O aumento ocorrido em 2014 na rubrica "Depósito e guarda de valores" é explicado, essencialmente, pela valorização dos activos depositados, nomeadamente acções nacionais e dívida pública portuguesa, bem como pela angariação de novos clientes de custódia pelo Banco.

Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica "Activos dados em garantia - Por empréstimo de títulos" correspondia a obrigações emitidas pelo BST utilizadas como colaterais em operações de refinanciamento.

Fundo de Garantia de Depósitos

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, foi criado em Novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos, com o objectivo de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efectuada através da entrega de numerário e títulos de depósito, tendo sido amortizada em 60 meses a partir de Janeiro de 1995. Excepto para o referido no parágrafo seguinte, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como custo no exercício a que dizem respeito.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

No exercício de 2011, conforme permitido pelo Banco de Portugal, o Banco procedeu ao pagamento de 90% da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos no montante de mEuros 3.918. Nesse exercício, o Banco assumiu igualmente o compromisso irrevogável para com o Fundo de Garantia de Depósitos de liquidação da parcela correspondente a 10% da contribuição anual, se e quando for solicitado. O valor total não pago acumulado com referência a 31 de Dezembro de 2014 e 2013 relativamente ao qual foi assumido este compromisso ascende a mEuros 54.092. Os activos dados em penhor ao Banco de Portugal encontram-se reflectidos nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor de mercado. Nos exercícios de 2014 e 2013, o Banco procedeu ao pagamento de 100% da contribuição anual nos montantes de mEuros 4.222 e mEuros 4.642, respectivamente (Nota 39).

Sistema de Indemnização aos Investidores (SII)

As responsabilidades para com o Sistema de Indemnização aos Investidores não são reconhecidas como custo. Estas responsabilidades são cobertas através da aceitação de um compromisso irrevogável de proceder ao seu pagamento, caso tal venha a ser exigido, estando uma parte (50%) garantida por penhor de títulos do Tesouro Português. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, estas responsabilidades ascendiam a mEuros 4.139 e mEuros 3.178, respectivamente.

30. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u> (proforma)
Juros de disponibilidades		
Em Bancos Centrais		
No Banco de Portugal	229	950
Em instituições de crédito	14	16
Juros de aplicações		
Em instituições de crédito no País		
Em outras instituições de crédito	4.953	5.474
Em instituições de crédito no estrangeiro	36.844	53.150
Juros de crédito a clientes		
Crédito interno	554.366	593.748
Crédito ao exterior	15.460	16.115
Outros créditos e valores a receber (titulados – papel comercial)	65.102	64.284
Proveitos por comissões associadas ao custo amortizado	33.444	35.719
Juros de activos titularizados não desreconhecidos	33.402	41.725
Juros de crédito vencido (Nota 48)	7.178	8.643
Juros e rendimentos similares de outros activos financeiros		
Activos financeiros detidos para negociação	7.593	-
Activos financeiros disponíveis para venda	214.435	157.758
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	630	3.506
Derivados de cobertura	184.551	248.278
Devedores e outras aplicações	147	-
Outros juros e rendimentos similares		
Swap agreements	33.480	40.764
Outros	2.340	997
	-----	-----
	<u>1.194.168</u>	<u>1.271.127</u>
	=====	=====

31. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u> (proforma)
Juros de depósitos de clientes		
Sector público administrativo	1.365	9.646
De emigrantes	13.268	17.421
De outros residentes	296.169	346.024
Não residentes	19.813	28.781
	-----	-----
	330.615	401.872
	-----	-----
Juros de recursos de Bancos Centrais		
Banco de Portugal	20.941	25.542
Juros de recursos de instituições de crédito		
No País	1.681	1.000
No estrangeiro	37.820	26.922
Juros de responsabilidades representadas por títulos		
Obrigações	50.678	44.994
EMTN	338	430
Juros de derivados de cobertura	173.535	217.973
Juros e comissões de outros passivos subordinados	188	189
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	61	116
Outros juros e encargos similares		
Swap agreements	34.772	44.821
	-----	-----
	320.014	361.987
	-----	-----
	650.629	763.859
	=====	=====

32. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica refere-se a dividendos e a rendimentos recebidos e tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u> (proforma)
Activos financeiros disponíveis para venda:		
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	1.090	881
Unicampus	88	88
Finangest	-	206
PME Investimentos	-	120
Outros	44	18
	-----	-----
	1.222	1.313
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)33. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u> (proforma)
Por garantias prestadas		
Garantias e avales	15.227	16.294
Créditos documentários abertos	3.633	3.605
Por compromissos assumidos perante terceiros		
Revogáveis	2.389	4.619
Irrevogáveis	1.622	2.823
Por serviços prestados		
Por transacções de cartões	63.476	63.742
Operações de crédito	32.494	44.327
Gestão de fundos mobiliários e imobiliários	18.123	24.994
Anuidades	15.357	14.434
Cobrança e administração de valores	8.964	12.706
Outros	7.990	7.681
Por operações realizadas por conta de terceiros		
Sobre títulos	28.366	39.961
Outras	317	424
Outras comissões recebidas		
Seguradoras (Nota 43)	93.802	89.491
Depósitos à ordem	26.354	25.603
Cheques	8.175	11.702
Cadernetas	8.896	8.192
Outras	2	28
	-----	-----
	335.187	370.626
	=====	=====

34. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u> (proforma)
Por garantias recebidas		
Garantias e avales	1.761	805
Por compromissos assumidos por terceiros		
Compromissos revogáveis	-	76
Por serviços bancários prestados por terceiros		
Transacções de clientes	29.000	29.548
Operações de crédito	12.912	12.868
Cobrança e administração de valores	1.974	3.535
Outros	9.057	4.524
Por operações realizadas por terceiros		
Títulos	1.875	1.972
Outras	1.047	1.274
Outras comissões pagas	685	514
	-----	-----
	58.311	55.116
	=====	=====

35. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u> (proforma)
Activos financeiros detidos para negociação:		
Instrumentos de dívida	1.135	-
Instrumentos de capital	(127)	5.034
Instrumentos derivados:		
. "FRA's"	-	(14)
. "Swaps":		
Contratos de taxa de câmbio	(41)	256
Contratos de taxa de juro	(244.690)	13.792
Contratos sobre cotações	1.135	12.892
Outros	(2.464)	(10.198)
. Futuros:		
Contratos sobre cotações	(10)	-
. Opções:		
Contratos de taxa de câmbio	183	476
Contratos sobre cotações	199	(24)
Outros	60	135
. Contratos de garantia de taxa de juro	374	63
Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	(1.777)
	-----	-----
	(244.246)	20.635
	-----	-----
Derivados de cobertura:		
"Swaps"		
. Contratos de taxa de juro	180.038	62.331
. Contratos sobre cotações	(1.990)	(43.648)
. Opções "Auto-callable"	2.530	17.701
Correcções de valor de activos e passivos objecto de cobertura	(180.429)	(36.693)
	-----	-----
	149	(309)
	-----	-----
	(244.097)	20.326
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2014, o saldo da rubrica "Activos financeiros detidos para negociação: Instrumentos derivados: Swaps: Contratos de taxa de juro" inclui mEuros 238.335 referentes à anulação da valorização positiva do elemento coberto, como resultado da alienação de um conjunto de títulos (Nota 36), para os quais tinha sido aplicada contabilidade de cobertura.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)36. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014			2013 (proforma)		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Instrumentos de dívida						
Emitidos por residentes						
De emissores públicos nacionais	171.005	-	171.005	573	-	573
Emitidos por não residentes						
De emissores públicos estrangeiros	137.760	-	137.760	3.723	-	3.723
Instrumentos de capital						
Valorizados ao justo valor	82	-	82	-	-	-
Valorizados ao custo histórico	967	(1)	966	-	(2)	(2)
Outros	-	(1.091)	(1.091)	240	-	240
	<u>309.814</u>	<u>(1.092)</u>	<u>308.722</u>	<u>4.536</u>	<u>(2)</u>	<u>4.534</u>

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, os ganhos registados na rubrica “Activos financeiros disponíveis para venda” foram justificados, essencialmente, pela alienação de Obrigações do Tesouro Portuguesas e Espanholas.

37. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014	2013 (proforma)
Ganhos na reavaliação da posição cambial	52.118	46.506
Perdas na reavaliação da posição cambial	(46.660)	(42.467)
	-----	-----
	5.458	4.039
	====	====

38. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013 (proforma)
Ganhos na recompra pelo Banco de obrigações emitidas em operações de titularização de crédito à habitação (Nota 21)	8.900	2.942
Ganhos em activos tangíveis	3.806	3.728
Ganhos em activos não correntes detidos para venda	3.663	2.696
Ganhos na alienação de créditos a clientes (Nota 10)	1.220	2.321
Ganhos na alienação de investimentos em filiais e associadas (Nota 4)	-	12.588
Outros	3.392	1
	-----	-----
	20.981	24.276
	-----	-----

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	<u>2014</u>	<u>2013</u> <u>(proforma)</u>
Perdas em activos não correntes detidos para venda	(1.360)	(3.869)
Mais valias associadas a unidades de participação do Fundo		
Multiobrigações detidas por interesses que não controlam	(1.180)	-
Perdas em activos tangíveis	(706)	(5.952)
Perdas na alienação de crédito a clientes (Nota 10)	(92)	-
Perdas na recompra de emissão de dívida (Nota 21)	-	(11.107)
Outras	(75)	(872)
	-----	-----
	(3.413)	(21.800)
	-----	-----
	17.568	2.476
	=====	=====

39. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u> <u>(proforma)</u>
Outros rendimentos e receitas de exploração		
Rendas auferidas	20.240	11.792
Aluguer de terminais de pagamento automático	14.612	15.455
Mais valias não realizadas em propriedades de investimento (Nota 13)	7.885	2.767
Menos valias associadas a unidades de participação do Fundo		
Novimovest detidas por interesses que não controlam	4.556	8.886
Rendimentos da prestação de serviços diversos	3.714	5.585
Reembolso de despesas	2.656	2.787
Outros	2.190	2.180
	-----	-----
	55.853	49.452
	-----	-----
Outros encargos de exploração		
Menos valias não realizadas		
em propriedades de investimento (Nota 13)	(30.392)	(29.214)
Outros encargos e gastos operacionais	(12.341)	(13.883)
Encargos com transacções realizadas por clientes	(7.903)	(10.677)
Quotizações e donativos	(5.255)	(5.087)
Despesas com máquinas de levantamento automático	(4.456)	(4.848)
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos (Nota 29)	(4.222)	(4.642)
Contribuições para o Fundo de Resolução	(2.528)	(4.205)
Outros impostos		
Directos	(1.645)	(1.703)
Indirectos	(1.425)	(738)
	-----	-----
	(70.167)	(74.997)
	-----	-----
	(14.314)	(25.545)
	=====	=====

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Rendas auferidas" inclui os montantes de mEuros 19.630 e mEuros 11.036, respectivamente, relativos a rendas auferidas pelo Fundo Imobiliário Novimovest no exercício de 2014 e no período compreendido entre 1 de Junho de 2013 (data de início de consolidação do Fundo) e 31 de Dezembro de 2013.

O Decreto-Lei nº 24/2013, de 19 de Fevereiro, estabeleceu o regime de contribuições dos Bancos para o novo Fundo de Resolução, criado com a finalidade de prevenção, mitigação e contenção do risco sistémico. De acordo com o Aviso nº 1/2013 e as Instruções nº 6/2013 e nº 7/2013, do Banco de Portugal, está previsto o pagamento de uma contribuição inicial e uma contribuição periódica para o Fundo de Resolução.

40. CUSTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u> <u>(proforma)</u>
Salários e vencimentos		
Órgãos de direcção e fiscalização (Nota 46)	8.174	6.310
Empregados	191.993	186.346
Plano de acções (Nota 47)	533	1.802
Outras remunerações variáveis	22.111	17.189
	-----	-----
	222.811	211.647
	-----	-----
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	50.624	50.172
Encargos com pensões e outros benefícios (Nota 44)	2.149	1.924
Outros encargos sociais obrigatórios	766	815
Redução das responsabilidades com subsídio por morte (Nota 44)	-	(416)
	-----	-----
	53.539	52.495
	-----	-----
Outros custos com o pessoal		
Transferências de pessoal	678	599
Plano complementar de reforma (Nota 44)	583	583
Outros	3.981	4.253
	-----	-----
	5.242	5.435
	-----	-----
	281.592	269.577
	=====	=====

Nos exercícios de 2014 e 2013 o Banco não registou qualquer custo com reformas antecipadas uma vez que procedeu à utilização de parte das provisões que dispunha para esse efeito (Nota 22).

O saldo da rubrica "Redução das responsabilidades com subsídio por morte" refere-se à diminuição de responsabilidades com reformados e pensionistas resultante das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 133/2012, de 27 de Junho, o qual introduziu um limite máximo para o valor do subsídio por morte igual a seis vezes o valor do indexante dos apoios sociais.

41. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u> <u>(proforma)</u>
Manutenção de software e equipamento informático	42.962	36.624
Serviços especializados	40.549	40.592
Comunicações	11.933	12.953
Rendas e alugueres	10.077	10.273
Publicidade e edição de publicações	9.526	9.550
Fornecimentos externos		
Água, energia e combustíveis	7.576	7.778
Material de consumo corrente	1.822	1.894
Outros	234	278
Deslocações, estadas e representação	4.560	4.590
Conservação e reparação	4.414	3.536
Transportes	2.283	2.337
Formação de pessoal	1.480	1.807
Seguros	1.125	1.063
Outros	5.203	3.884
	-----	-----
	143.744	137.159
	=====	=====

42. RESULTADOS DE ASSOCIADAS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u> <u>(proforma)</u>
Partang, SGPS, S.A.	17.652	12.668
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	2.203	1.473
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	(64)	(72)
	-----	-----
	19.791	14.069
	=====	=====

A Partang SGPS, S.A. é participada pelo Banco em 49% e por sua vez detém 51% do capital social do Banco Caixa Geral Totta Angola, S.A..

43. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS

Os proveitos com a prestação de serviços de mediação de seguros referem-se essencialmente às comissões facturadas à Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. pela comercialização dos seus produtos, tal como segue:

	2014			2013 (proforma)		
	Ramo Vida	Ramo Não Vida	Total (Nota 33)	Ramo Vida	Ramo Não Vida	Total (Nota 33)
Santander Totta Seguros	81.997	162	82.159	77.747	204	77.951
Liberty Seguros	-	10.726	10.726	-	10.268	10.268
Outras	-	917	917	-	1.272	1.272
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	81.997	11.805	93.802	77.747	11.744	89.491
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Outros activos – Rendimentos a receber” (Nota 17) inclui comissões a receber de seguradoras, de acordo com o seguinte detalhe:

	2014	2013 (proforma)
	Santander Totta Seguros	20.128
Outras	918	1.197
	-----	-----
	21.046	58.040
	=====	=====

Estes montantes referem-se essencialmente às comissões apuradas e não facturadas relativamente aos prémios de seguros comercializados durante o último trimestre de 2014 e os últimos três trimestres de 2013, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)44. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO DOS COLABORADORES

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do BST relativas a empregados no activo e aos já reformados, foram efectuados estudos actuariais em 2014 e 2013 pela Towers Watson (Portugal) Unipessoal Limitada. O valor actual das responsabilidades com serviços passados, bem como os correspondentes custos com serviços correntes, foram apurados com base no método "Projected Unit Credit".

As responsabilidades do BST com pensões de reforma, cuidados de saúde e subsídio por morte em 31 de Dezembro de 2014 e nos quatro exercícios anteriores, assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	2014	2013	2012	2011	2010
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:					
- Pensões					
. Empregados no activo	308.223	282.028	251.252	210.669	275.580
. Pensionistas	26.343	22.891	21.002	18.455	36.406
. Reformados e reformados antecipadamente	415.679	399.434	388.656	387.608	855.952
	750.245	704.353	660.910	616.732	1.167.938
- Cuidados de saúde (SAMS)	151.903	137.970	129.267	117.422	127.822
- Subsídio por morte	5.543	4.562	4.331	16.973	18.184
	907.691	846.885	794.508	751.127	1.313.944
Cobertura das responsabilidades:					
- Valor patrimonial do Fundo	910.580	840.543	784.937	758.244	1.312.888
Valor financiado em excesso / (não financiado)	2.889	(6.342)	(9.571)	7.117	(1.056)
Desvios actuariais e financeiros gerados no ano					
- Alteração de pressupostos	37.912	42.565	73.518	(103.831)	-
- Ajustamentos de experiência:					
. Outros (Ganhos)/ Perdas actuariais	6.580	(1.775)	(25.383)	(23.708)	(29.458)
. (Ganhos)/ Perdas financeiras	1.111	(3.115)	(15.796)	339.627	103.392
	7.691	(4.890)	(41.179)	315.919	73.934
	45.603	37.675	32.339	212.088	73.934

O aumento das responsabilidades nos exercícios de 2014 e 2013 é explicado, essencialmente, pela diminuição da taxa de desconto considerada para o cálculo das responsabilidades por serviços passados.

Em 2011 foi celebrado um acordo tripartido entre o Ministério das Finanças, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), no âmbito do qual o Banco transferiu para a Segurança Social as responsabilidades com reformados e pensionistas que em 31 de Dezembro de 2011 se encontravam abrangidos pelo regime de Segurança Social substitutivo constante do instrumento de regulamentação colectiva de trabalho vigente no sector bancário (ACTV). Em consequência, foram transferidos os activos do Fundo de Pensões do Banco na parte correspondente a essas responsabilidades. De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº127/2011, de 31 de Dezembro, o valor das responsabilidades com pensões transferidas para o Estado foi determinado tendo em conta os seguintes pressupostos:

Tábua de mortalidade população masculina	TV 73/77 menos 1 ano
Tábua de mortalidade população feminina	TV 88/90
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)	4%

O valor das responsabilidades transferidas para a Segurança Social apurado com base nos pressupostos acima descritos ascendeu a mEuros 456.111.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O valor das responsabilidades a transferir, calculado pelo Banco no momento imediatamente anterior à transferência, de acordo com os pressupostos actuariais e financeiros actualizados, por si adoptados, ascendia a mEuros 435.260.

A diferença entre o valor das responsabilidades transferidas para a Segurança Social, calculadas utilizando os pressupostos estabelecidos no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro (mEuros 456.111) e os adoptados pelo Banco (mEuros 435.260), no montante de mEuros 20.851, foi registada na rubrica de “Custos com o pessoal” da demonstração dos resultados do exercício de 2011.

Os pressupostos utilizados pelo Banco para a determinação das responsabilidades no momento imediatamente anterior à sua transferência para a Segurança Social foram os seguintes:

	<u>Activos</u>	<u>Reformados</u>
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)	5,92%	5,00%
Taxa de crescimento salarial	2,35%	-
Taxa de crescimento das pensões	1,35%	1,35%

O valor das responsabilidades apurado com base nos pressupostos acima totalizou mEuros 1.186.387, dos quais mEuros 435.260 correspondentes às responsabilidades transferidas, conforme referido anteriormente.

Os principais pressupostos utilizados pelo Banco para a determinação das suas responsabilidades com pensões de reforma em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 foram os seguintes:

	<u>2014</u>	<u>2013</u> <u>(proforma)</u>
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de rendimento dos activos do fundo de pensões	2,50%	4,00%
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)		
- Activos	2,50%	4,30%
- Inactivos	2,50%	3,54%
Taxa de crescimento salarial para 2015 (2014)	0,50%	0,50%
Taxa de crescimento salarial para 2016 (2015)	0,75%	0,50%
Taxa de crescimento salarial após 2016 (2015)	1,00%	2,35%
Taxa de crescimento das pensões para 2015 e 2016 (2014 e 2015)	0,00%	0,00%
Taxa de crescimento das pensões após 2016 (2015)	0,75%	1,35%
Taxa de inflação	0,75%	1,75%

Em 2013, as taxas de desconto para os activos de 4,30% e de 3,54% para os inactivos correspondiam a uma taxa média de 4%, ou seja, a utilização de taxas diferenciadas para diferentes populações conduziria ao mesmo valor de responsabilidades que seria determinado caso fosse utilizada uma taxa de 4% para a totalidade da população.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Para efeitos de apuramento do valor da pensão da Segurança Social que nos termos do ACT do sector bancário deverá abater à pensão prevista no referido ACT, foram utilizados os seguintes pressupostos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013:

	<u>2014</u>	<u>2013</u> (proforma)
Taxa de crescimento salarial para cálculo da pensão dedutível:		
· Para 2015 (2014)	0,50%	0,50%
· Para 2016 (2015)	0,75%	0,5%
· Após 2016 (2015)	1,00%	2,35%
Inflação (nº 1 do Artigo 27.º)	1,75%	1,75%
Inflação (nº 2 do Artigo 27.º)	2,00%	2,00%
Factor de sustentabilidade acumulado até 2014		Redução de 4,78%
Factor de sustentabilidade acumulado até 2013		Redução de 4,78%
Factor de sustentabilidade acumulado até 2012		Redução de 3,92%
Factor de sustentabilidade acumulado até 2011		Redução de 3,14%
Factor de sustentabilidade futuro		Redução de 0,5% por ano

Por outro lado, o Decreto-Lei n.º 167-E/2013, de 31 de Dezembro, veio alterar a idade normal de acesso à reforma do regime geral da Segurança Social (para 66 anos em 2014 e 2015), deixando contudo de ser aplicável o factor de sustentabilidade aos beneficiários que se reformem com aquela idade.

A taxa de desconto utilizada no apuramento das responsabilidades foi determinada por referência a taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

A conjuntura económica e a crise de dívida soberana do Sul da Europa implicaram volatilidade e disrupção no mercado de dívida da Zona Euro, com a consequente redução abrupta das yields de mercado da dívida das empresas com melhores ratings e limitação do cabaz disponível dessas obrigações. De forma a manter a representatividade da taxa de desconto tendo em consideração o universo da Zona Euro, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o BST incorporou na determinação da taxa de desconto informação sobre as taxas de juro que é possível obter em obrigações denominadas em Euros, incluindo dívida pública, e que considera terem uma elevada qualidade em termos de risco de crédito.

O movimento ocorrido nas responsabilidades por serviços passados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, pode ser detalhado como se segue no que respeita ao plano de pensões do BST:

	<u>2014</u>	<u>2013</u> (proforma)
Responsabilidades no início do exercício	846.885	794.508
Custo dos serviços correntes	1.783	1.054
Custo dos juros	30.942	32.880
(Ganhos)/perdas actuariais	44.492	40.790
Reformas antecipadas	19.790	14.028
Valores pagos	(38.532)	(38.285)
Contribuições dos empregados	2.331	2.326
Diminuição de responsabilidades com subsídio por morte (Nota 40)	-	(416)
Responsabilidades no fim do exercício	----- 907.691 =====	----- 846.885 =====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O custo do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado dos activos do Fundo de Pensões. Nos exercícios de 2014 e 2013, os custos com pensões têm a seguinte composição (Nota 40):

	<u>2014</u>	2013 (proforma)
Custo dos serviços correntes	1.783	1.054
Custo dos juros	30.942	32.880
Rendimento dos activos apurado com a taxa de desconto	(30.942)	(32.449)
	-----	-----
Plano de benefício definido	1.783	1.485
Plano de contribuição definida	45	42
Plano da Sucursal de Londres	321	397
	-----	-----
	2.149	1.924
	=====	=====

Os colaboradores admitidos no BST após 1 de Janeiro de 2009 passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo do artigo 137º – C do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do BST (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efectiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha para onde o BST transfere a sua contribuição.

O movimento ocorrido nos desvios actuariais nos exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2012	583.394

Perdas actuariais com pensões geradas em 2013	32.728
Ganhos financeiros com pensões geradas em 2013	(2.653)
Perdas actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2013	8.062
Ganhos financeiros com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2013	(462)

Saldo em 31 de Dezembro de 2013(proforma) (Nota 26)	621.069

Perdas actuariais com pensões geradas em 2014	31.163
Perdas financeiras com pensões geradas em 2014	896
Perdas actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2014	13.329
Perdas financeiras com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2014	215

Saldo em 31 de Dezembro de 2014 (Nota 26)	666.672
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os desvios actuariais com pensões ocorridos nos exercícios de 2014 e 2013 podem ser explicados como se segue:

	<u>2014</u>	2013 <u>(proforma)</u>
Alteração de pressupostos actuariais	25.033	34.831
Alteração da tabela salarial		
com impacto em pensões e salários	4.064	(4.362)
Alterações na população	636	2.693
Desvios de mortalidade		
. Por saídas	(5.474)	(4.049)
. Por permanência	3.774	3.299
. Por pensões de sobrevivência e orfandade	3.519	3.074
Passagem de reformados antecipadamente a reformados	(389)	(2.758)
	-----	-----
	31.163	32.728
	=====	=====

Em 2014, a alteração de pressupostos actuariais incluiu o efeito da redução da taxa de desconto de 4,0% para 2,5%, em média.

Em 2013, a alteração de pressupostos actuariais incluiu o efeito da redução da taxa de desconto de 4,5% para 4,0%, em média.

Os crescimentos de salários e pensões estimados foram revistos tendo em conta a actual situação nacional e as consequentes perspectivas de menores aumentos no futuro, ou mesmo de manutenção dos valores actuais, particularmente nos exercícios de 2015 e 2016.

O crescimento salarial efectivamente verificado nos exercícios de 2014 e 2013 para efeitos das contribuições para a Segurança Social relativas aos colaboradores do ex-totta foi de 1,02% e 1,63%, respectivamente.

Não houve aumento efectivo das pensões e da tabela salarial em 2014 e 2013.

Os desvios actuariais com cuidados de saúde e com o subsídio por morte ocorridos nos exercícios de 2014 e 2013 podem ser explicados como se segue:

	<u>2014</u>	2013 <u>(proforma)</u>
Alteração de pressupostos	12.878	7.734
Alterações salariais e de nível	358	130
Outros	93	198
	-----	-----
	13.329	8.062
	=====	=====

Em 2015, o BST espera efectuar uma contribuição de mEuros 3.049 para o seu plano de benefício definido.

A duração média das responsabilidades com pensões dos colaboradores do BST é de 17 anos, incluindo activos e reformados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é a entidade que gere o Fundo de Pensões do BST. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o número de participantes do Fundo era como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u> (proforma)
Empregados no activo ⁽¹⁾	5.262	5.409
Pensionistas	1.031	996
Reformados e reformados antecipadamente	5.373	5.339
	-----	-----
	<u>11.666</u>	<u>11.744</u>
	=====	=====

(1) Dos quais 195 e 181 empregados pertencem ao plano de contribuição definida em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, respectivamente.

As principais alterações demográficas ocorridas nos exercícios de 2014 e 2013 foram as seguintes:

	Activos		Reformados e reformados antecipadamente	Pensionistas
	Plano de contribuição definida	Plano de benefício definido		
Número total em 31 de Dezembro de 2012	177	5.341	5.332	954
Saídas:				
. De activos	(16)	(42)	-	-
. Por mortalidade	-	-	(78)	(30)
Transferências	-	(74)	74	-
Entradas	20	3	11	72
Número total em 31 de Dezembro de 2013 (proforma)	181	5.228	5.339	996
Saídas:				
. De activos	(11)	(45)	-	-
. Por mortalidade	-	-	(94)	(31)
Transferências	-	(120)	120	-
Entradas	25	4	8	66
Número total em 31 de Dezembro de 2014	<u>195</u>	<u>5.067</u>	<u>5.373</u>	<u>1.031</u>

O movimento ocorrido no Fundo de Pensões do BST durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2012	784.937

Contribuições do Banco (monetárias)	56.000
Contribuições dos empregados	2.326
Rendimento líquido do Fundo:	
. Rendimento dos activos apurado com a taxa de desconto	32.449
. Rendimento do Fundo acima da taxa de desconto	3.116
Valores pagos	(38.285)

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2013 (proforma)	840.543

Contribuições do Banco (monetárias)	76.410
Contribuições dos empregados	2.331
Rendimento líquido do Fundo:	
. Rendimento dos activos apurado com a taxa de desconto	30.942
. Rendimento do Fundo abaixo da taxa de desconto	(1.114)
Valores pagos	(38.532)

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2014	<u>910.580</u>
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As taxas de rendimento do Fundo de Pensões em 2014 e 2013 ascenderam a 3,55% e 4,66%, respectivamente.

A política de investimentos e alocação do Fundo de Pensões do BST prevê que a carteira de activos seja constituída em obediência a critérios de segurança, rentabilidade e liquidez, através de um conjunto diversificado de aplicações, designadamente acções, obrigações, outros instrumentos representativos de dívida, participações em instituições de investimento colectivo, depósitos bancários, outros activos de natureza monetária e terrenos e edifícios inscritos no registo predial.

Por outro lado, aquela política é orientada por critérios de diversificação de risco e rentabilidade, podendo a Sociedade Gestora do Fundo optar por uma política mais ou menos conservadora, aumentando ou diminuindo a exposição a acções ou obrigações, de acordo com as suas expectativas sobre a evolução dos mercados e de acordo com os limites de investimento definidos.

A política de investimentos do Fundo de Pensões do BST em vigor prevê os seguintes limites:

<u>Classe de Activos</u>	<u>Intervalos previstos</u>
Obrigações	40% a 95%
Imobiliário	0% a 25%
Acções	0% a 20%
Liquidez	0% a 15%
Alternativos	0% a 10%
Commodities	0% a 5%

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a composição do Fundo de Pensões do BST era como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u> <u>(proforma)</u>
Instrumentos de dívida:		
. Rating A	1.110	-
. Rating BBB	106.271	83.939
. Rating BB	170.057	164.839
. Rating B	-	22.161
. Sem rating atribuído à emissão ou ao emissor	85.396	36.372
Fundos de Investimento Imobiliário	192.145	207.011
Fundos de Investimento Mobiliário	157.337	141.059
Depósitos	94.420	75.556
Imóveis:		
. Espaços comerciais	54.708	63.316
. Terrenos	860	860
Instrumentos de capital:		
. Acções portuguesas – cotadas	3.588	2.582
. Acções portuguesas – não cotadas	152	152
. Acções estrangeiras – cotadas	41.927	44.316
Instrumentos financeiros derivados		
. Opções cotadas	(790)	(1.765)
Outros	3.399	145
	-----	-----
	910.580	840.543
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a metodologia de apuramento do justo valor dos activos e passivos acima referidos adoptada pela Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do BST, tal como preconizada na IFRS 13 (Nota 48), foi como segue:

	31-12-2014				31-12-2013 (proforma)			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Instrumentos de dívida	327.908	13.829	21.097	362.834	246.197	22.846	38.268	307.311
Fundos de Investimento	144.334	2	205.146	349.482	138.865	16.004	193.201	348.070
Instrumentos de capital	45.515	-	152	45.667	46.898	-	152	47.050
Instrumentos financeiros derivados	(790)	-	-	(790)	(1.765)	-	-	(1.765)
Imóveis	-	-	55.568	55.568	-	-	64.176	64.176
	<u>516.967</u>	<u>13.831</u>	<u>281.963</u>	<u>812.761</u>	<u>430.195</u>	<u>38.850</u>	<u>295.797</u>	<u>764.842</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a carteira do Fundo de Pensões incluía os seguintes activos relacionados com empresas do Grupo Santander em Portugal:

	<u>2014</u>	<u>2013</u> (proforma)
Imóveis arrendados	16.509	21.918
Títulos (incluindo unidades de participação em fundos geridos)	184.108	160.279
	-----	-----
	<u>200.617</u>	<u>182.197</u>
	=====	=====

Em 2010, foi contratado um seguro junto da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. para fazer face às responsabilidades de um novo plano complementar de reforma de contribuição definida atribuído a directivos do Banco. A contribuição inicial para o novo plano foi de mEuros 4.430. Em 2014 e 2013, o prémio pago pelo Banco ascendeu a mEuros 583 (Nota 40).

Este plano cobre as eventualidades de reforma, morte e incapacidade permanente absoluta para o trabalho habitual ou por invalidez.

Para todas as eventualidades, as prestações a receber pelos beneficiários serão iguais ao saldo acumulado constante no plano complementar na data em que estas se verificarem. No caso de morte do beneficiário este montante será ainda acrescido de 6.000 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, estavam abrangidos por este plano 113 e 111 colaboradores, respectivamente.

Plano de pensões de benefício definido – Sucursal de Londres

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os principais pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma relativas ao plano de pensões que abrange os colaboradores da Sucursal de Londres do BST foram os seguintes:

	<u>2014</u>	<u>2013</u> (proforma)
Tábua de mortalidade	AMC00/AFC00	AMC00/AFC00
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)	3,60%	4,60%
Taxa de crescimento salarial	3,40%	3,70%
Taxa de crescimento das pensões	2,00%	2,10%
Taxa de inflação	2,40%	2,70%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as responsabilidades com o plano de pensões de benefício definido da Sucursal de Londres e a sua cobertura apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>2014</u>	2013 (proforma)
Estimativa de responsabilidades por serviços passados	42.855	35.037
Cobertura – valor patrimonial do Fundo de Pensões	38.223	30.720
	-----	-----
Valor não financiado – Sucursal de Londres	(4.632)	(4.317)
	=====	=====

Relativamente ao plano de pensões da Sucursal de Londres, o movimento ocorrido nas responsabilidades por serviços passados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, pode ser detalhado como se segue:

Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2012	35.303

Custo dos serviços correntes	174
Custo dos juros	1.513
Ganhos actuariais	(353)
Valores pagos	(855)
Variações cambiais	(745)

Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2013 (proforma)	35.037

Custo dos serviços correntes	168
Custo dos juros	1.712
Perdas actuariais	4.622
Valores pagos	(1.139)
Variações cambiais	2.455

Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2014	42.855
	=====

O movimento ocorrido no Fundo de Pensões da Sucursal de Londres durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2012	31.342

Rendimento líquido do Fundo	741
Contribuição da Sucursal	152
Valores pagos	(855)
Variações cambiais	(660)

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2013 (proforma)	30.720

Rendimento líquido do Fundo	3.690
Contribuição da Sucursal	2.790
Valores pagos	(1.139)
Variações cambiais	2.162

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2014	38.223
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os custos com o plano de benefício definido da Sucursal de Londres nos exercícios de 2014 e 2013 apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2014</u>	2013 (proforma)
Custo dos serviços correntes	168	174
Custo dos juros	1.712	1.513
Rendimento dos activos apurado com a taxa de desconto	(1.559)	(1.290)
	-----	-----
	321	397
	====	====

O movimento ocorrido nos desvios actuariais da Sucursal de Londres nos exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2012	5.968

Ganhos actuariais com pensões em 2013	(353)
Perdas financeiras com pensões em 2013	548
Variações cambiais	(87)

Saldo em 31 de Dezembro de 2013 (proforma) (Nota 26)	6.076

Perdas actuariais com pensões em 2014	4.622
Ganhos financeiros com pensões em 2014	(2.131)
Variações cambiais	300

Saldo em 31 de Dezembro de 2014 (Nota 26)	8.867
	=====

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a carteira do Fundo de Pensões da Sucursal de Londres incluía os seguintes activos:

	<u>2014</u>	2013 (proforma)
Instrumentos de dívida	32.564	25.218
Instrumentos de capital	5.582	5.413
Depósitos	77	89
	-----	-----
Valor do Fundo	38.223	30.720
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo em balanço relacionado com os planos de pensões pode ser detalhado como se segue:

	<u>2014</u>	2013 (proforma)
(Insuficiência) / excesso de financiamento (plano de benefício definido)	2.889	(6.342)
(Insuficiência) de financiamento (Sucursal de Londres)	(4.632)	(4.317)
	-----	-----
Total (Nota 25)	(1.743)	(10.659)
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As responsabilidades com planos de pensões de benefício definido expõem o Banco aos seguintes riscos:

- Risco de investimento – o valor actualizado das responsabilidades é calculado com base numa taxa de desconto determinada com referência a obrigações denominadas em Euros com elevada qualidade em termos de risco de crédito; se a rentabilidade do Fundo de Pensões for inferior a essa taxa de desconto, irá criar um défice no financiamento das responsabilidades.
- Risco de taxa de juro – uma diminuição da taxa de juro das obrigações irá aumentar as responsabilidades com pensões; contudo, será parcialmente compensada com um aumento na rentabilidade do Fundo de Pensões.
- Risco de longevidade – o valor actualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto a melhor estimativa à data da mortalidade esperada dos participantes antes e após a data de reforma. Um aumento da esperança de vida dos participantes do plano irá aumentar as responsabilidades com pensões.
- Risco de salário - o valor actualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto uma estimativa de salário futuro dos participantes. Assim, um aumento no salário dos participantes irá aumentar as responsabilidades com pensões.

Em 31 de Dezembro de 2014, uma análise de sensibilidade a uma variação dos principais pressupostos financeiros reportada a esta data conduziria aos seguintes impactos no valor actual das responsabilidades por serviços passados do Banco (excluindo as associadas à Sucursal de Londres):

	<u>(Redução)/Acréscimo</u>	
	<u>em %</u>	<u>em valor</u>
Alteração da taxa de desconto:		
. Acréscimo de 0,5%	(7,2%)	(65.686)
. Redução de 0,5%	8,20%	74.417
Alteração da taxa de crescimento dos salários:		
. Acréscimo de 0,5%	5,6%	50.729
. Redução de 0,5%	(4,8%)	(43.462)
Alteração da taxa de crescimento das pensões:		
. Acréscimo de 0,5%	7,5%	67.806
. Redução de 0,5%	(6,9%)	(62.587)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o valor das responsabilidades com cuidados de saúde (SAMS) decorrente de uma variação de 1% na taxa de contribuição pode ser apresentado como se segue:

	2014			2013 (proforma)		
	Número de beneficiários	Taxa de contribuição -1%	Taxa de contribuição + 1%	Número de beneficiários	Taxa de contribuição -1%	Taxa de contribuição + 1%
Empregados no activo (Plano de Benefício Definido)	5.067	40.282	54.930	5.228	32.130	43.814
Empregados no activo (Plano de Contribuição Definida)	195	190	258	181	104	142
Pensionistas	1.031	5.147	7.019	996	4.784	6.524
Reformados e reformados antecipadamente	5.373	82.915	113.065	5.339	79.725	108.717
	<u>11.666</u>	<u>128.533</u>	<u>175.273</u>	<u>11.744</u>	<u>116.744</u>	<u>159.196</u>

As análises de sensibilidade acima apresentadas poderão não ser representativas das alterações que possam vir a ocorrer no futuro no plano de benefício definido em virtude de as mesmas estarem a ser consideradas isoladamente e algumas delas estarem correlacionadas.

45. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO

Descrição das operações

Entre Julho de 2003 e Fevereiro de 2011, o BST procedeu à titularização de parte da sua carteira de crédito hipotecário, através de doze operações, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 23.250.000. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a fundos de titularização de créditos denominados Fundos Hipototta FTC, à excepção das últimas operações de titularização (Hipototta nº 11 e Hipototta nº 12), em que os créditos foram vendidos à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (Tagus).

Em Abril de 2009, a Totta IFIC procedeu à titularização de parte da sua carteira de leasing e aluguer de longa duração, através de uma operação cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 1.300.000. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a um fundo de titularização de créditos denominado LeaseTotta nº 1 FTC.

Em Outubro de 2009, o BST procedeu à liquidação do Hipototta nº 9 Ltd, criado no âmbito de uma operação de titularização de Novembro de 2008, cujo montante inicial dos créditos ascendeu a mEuros 1.550.000. A referida liquidação ocorreu após um “Mortgage Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente titularizados por mEuros 1.462.000.

Em Abril de 2010, o BST procedeu à liquidação do Hipototta nº 6 Ltd, criado no âmbito de uma operação de titularização de Outubro de 2007, cujo montante inicial dos créditos ascendeu a mEuros 2.200.000. A referida liquidação ocorreu após um “Mortgage Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente titularizados por mEuros 1.752.357.

Em Janeiro e Fevereiro de 2011, o BST celebrou “Mortgage Retransfer Agreements” com o Hipototta nº 2 PLC, com o Hipototta nº 3 PLC e com o Hipototta nº 10 Ltd. Ao abrigo dos referidos acordos, o BST recomprou os créditos previamente titularizados, nos montantes de mEuros 880.636, mEuros 1.548.396 e mEuros 803.494, respectivamente, e foi reembolsado relativamente às Notes que detinha em carteira associadas a estas titularizações pelo respectivo valor nominal.

Em Março de 2011, o BST procedeu à titularização de parte da sua carteira de crédito a empresas e de papel comercial através de uma operação designada por BST SME nº 1, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 2.000.000. Adicionalmente, em Junho de 2011 titularizou parte da sua carteira de crédito ao consumo através de uma operação designada por Totta Consumer nº 1, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 1.000.000. Os créditos destas operações foram vendidos pelo seu valor nominal à Tagus. Em Março de 2012, o BST procedeu à liquidação do BST SME nº 1. A referida liquidação ocorreu através do “SME Receivables Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente titularizados por mEuros 1.792.480.

Em Outubro de 2011, o BST procedeu à liquidação do Hipototta nº 8. Esta liquidação ocorreu através do “Mortgage Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente titularizados por mEuros 907.828.

Em Maio e Junho de 2012, o BST celebrou “Mortgage Retransfer Agreements” com o Hipototta nº 11 e o Hipototta nº 12. Ao abrigo dos referidos acordos, o BST recomprou os créditos previamente titularizados, nos montantes de mEuros 1.719.660 e mEuros 1.197.009, respectivamente, e foi reembolsado relativamente às Notes que detinha em carteira associadas a estas titularizações pelo respectivo valor nominal.

Em Agosto de 2012, o BST procedeu à liquidação do Totta Consumer nº 1. A referida liquidação ocorreu através do “Consumer Receivables Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente titularizados por mEuros 626.373.

Em Maio de 2013, o BST procedeu à liquidação do Hipototta nº 7. Esta liquidação ocorreu através do “Mortgage Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente titularizados por mEuros 1.196.403.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em Dezembro de 2014, o BST procedeu à liquidação do LeaseTotta nº 1 FTC. A referida liquidação ocorreu através do “Consumer Receivables Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente titularizados por mEuros 280.175.

Os Fundos Hipototta são geridos pela Navigator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A. (Navigator). O BST continua a efectuar a gestão dos contratos de crédito, entregando aos Fundos Hipototta todos os montantes recebidos ao abrigo dos mesmos. O Grupo Santander não detém qualquer participação directa ou indirecta na Navigator.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta emitiram unidades de participação, de montante idêntico às carteiras de crédito adquiridas, as quais foram integralmente subscritas pelos Fundos Hipototta PLC com sede na Irlanda.

Por outro lado, os Fundos Hipototta entregam todos os montantes recebidos do BST e da Direcção Geral do Tesouro aos Fundos Hipototta PLC efectuando a separação das prestações entre capital e juros.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta PLC emitiram obrigações com diferentes níveis de subordinação e de rating e, consequentemente, de remuneração. Em 31 de Dezembro de 2014, as obrigações emitidas ainda vivas apresentam as seguintes características:

Hipototta nº 1 PLC								
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Actual	S&P	Moody's			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	1.053.200	145.770	A-	Baa3	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 0,27%	Euribor 3 m + 0,54%
Classe B	32.500	9.714	A-	Ba1	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 0,65%	Euribor 3 m + 0,95%
Classe C	14.300	4.281	A-	Ba2	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 1,45%	Euribor 3 m + 1,65%
	<u>1.100.000</u>	<u>159.765</u>						
Classe D	17.600	11.000			Novembro de 2034	Agosto de 2012	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>1.117.600</u>	<u>170.765</u>						

Hipototta nº 4 PLC								
Dívida emitida	Montante		Rating Fitch	Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração		
	Inicial	Actual				Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado	
Classe A	2.616.040	905.861	A	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,12%	Euribor 3 m + 0,24%	
Classe B	44.240	32.956	A	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,19%	Euribor 3 m + 0,40%	
Classe C	139.720	104.081	CCC	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,29%	Euribor 3 m + 0,58%	
	<u>2.800.000</u>	<u>1.042.898</u>						
Classe D	14.000	14.000		Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada		
	<u>2.814.000</u>	<u>1.056.898</u>						

Hipototta nº 5 PLC								
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Actual	S&P	Moody's			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A1	200.000	-			Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,05%	Euribor 3 m + 0,10%
Classe A2	1.693.000	796.849	BBB	Baa3	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,13%	Euribor 3 m + 0,26%
Classe B	26.000	26.000	BBB-	Ba3	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,17%	Euribor 3 m + 0,34%
Classe C	24.000	24.000	BBB-	B2	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,24%	Euribor 3 m + 0,48%
Classe D	26.000	26.000	BB	B3	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,50%	Euribor 3 m + 1,00%
Classe E	31.000	31.000	BB-	Caa2	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 1,75%	Euribor 3 m + 3,50%
	<u>2.000.000</u>	<u>903.849</u>						
Classe F	10.000	9.038	CCC-	Ca	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.010.000</u>	<u>912.887</u>						

As obrigações emitidas pelos Hipototta nº 1 PLC e Hipototta nº 4 PLC vencem juros trimestralmente em 30 de Março, Junho, Setembro e Dezembro de cada ano. As obrigações emitidas pelo Hipototta nº 5 PLC vencem juros trimestralmente em 28 de Fevereiro, 30 de Maio, Agosto e Novembro de cada ano.

O BST tem a opção de reembolsar antecipadamente as obrigações nas datas acima indicadas. Para todos os Hipototta, o BST tem a possibilidade de recomprar antecipadamente as carteiras de crédito ao valor nominal quando estas forem iguais ou inferiores a 10% do montante inicial das operações.

Adicionalmente, até 5 dias antes das datas de pagamento de juros em cada trimestre, os Hipototta têm a faculdade de efectuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B e C, bem como das classes D e E no caso do Hipototta nº 5 PLC, por forma a ajustar o valor do passivo ao dos activos (carteira de crédito).

As obrigações da classe D, no caso dos Hipototta nº 1 e nº 4 e as obrigações da classe F, no que se refere ao Hipototta nº 5 constituem o último passivo a liquidar.

A remuneração das obrigações dessas classes corresponde à diferença entre o rendimento das carteiras de crédito titularizado e o somatório de todos os custos das operações, nomeadamente:

- Impostos;
- Despesas e comissões calculadas sobre o valor das carteiras (comissão de custódia e comissão de servicer, cobradas pelo BST, e comissão de gestão, cobrada pelos Fundos);
- Juros das obrigações das restantes classes;
- Perdas por incumprimento.

Na data em que as titularizações foram contratadas, o rendimento estimado das carteiras de crédito titularizado incluído no cálculo da remuneração das obrigações da classe D dos Hipototta nº 1 e nº 4 PLC correspondia a uma taxa média anual de 1,1% e 0,9%, respectivamente. Nas obrigações da classe F do Hipototta nº 5 PLC, correspondia a uma taxa média anual de 0,9% sobre o valor total da carteira de crédito.

Na data em que as titularizações foram contratadas, celebraram-se empréstimos subordinados entre o BST e os Hipototta, que correspondem a facilidades/linhas de crédito em caso de necessidade de liquidez por parte dos Hipototta. Foram igualmente celebrados "Swap Agreements" entre o Grupo Santander e os primeiros Hipototta emitidos e entre o BST e os restantes veículos de titularização destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

46. ENTIDADES RELACIONADAS

As entidades relacionadas do Banco com as quais este manteve saldos ou transacções no exercício de 2014 são as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	
Santander Totta, SGPS, S.A.	Portugal
Santusa Holding, S.L.	Espanha
Banco Santander, S.A.	Espanha
Empresas que directa ou indirectamente são controladas pelo Grupo	
Totta & Açores Financing, Ltd.	Ilhas Cayman
Serfin International Bank & Trust	Ilhas Cayman
Totta & Açores, Inc. - Newark	EUA
Totta Ireland, PLC	Irlanda
Santotta Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda.	Portugal
TottaUrbe - Empresa de Administração e Construções, S.A.	Portugal
BST International Bank, Inc.	Porto Rico
Taxagest, SGPS, S.A.	Portugal
Santander - Gestão de Activos, SGPS, S.A.	Portugal
Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Variável – Santander Multiobrigações	Portugal
Fundo de Investimento Imobiliário Novimovest	Portugal
Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	Portugal
Partang, SGPS, S.A.	Portugal
Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.	Angola
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Portugal
Entidades de Finalidade Especial que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo	
HIPOTOTTA NO. 1 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 4 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 5 PLC	Irlanda
LEASETOTTA NO. 1 Ltd	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 1 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 4 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 5 FTC	Portugal
LEASETOTTA NO.1 FTC	Portugal

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo	
Abbey National Treasury Services plc	Reino Unido
All Funds Bank, S.A.	Espanha
Banco Santander (México), S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander	México
Banco Santander (Suisse), S.A.	Suiça
Banco Santander Brasil, S.A.	Brasil
Banco Santander Consumer Portugal S.A.	Portugal
Banco Santander Puerto Rico	Porto Rico
Capital Grupo Santander, S.A. SGECR	Espanha
Financiera El Corte Inglés, E.F.C., S.A.	Espanha
Geoban, S.A.	Espanha
Gesban Servicios Administrativos Globais	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas	Espanha
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	Espanha
Konecta Portugal, Lda.	Portugal
Open Bank Santander Consumer S.A.	Espanha
Portal Universia Portugal, Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L.	Espanha
Retama Real Estate, S.L.	Espanha
Santander AM Holding, S.L.	Espanha
Santander Asset Management, S.A. SGIIIC	Espanha
Santander Back-Office Globales Mayorista	Espanha
Santander Bank & Trust Ltd.	Bahamas
Santander Consumer Bank S.A.	Noruega
Santander Consumer Finance S.A.	Espanha
Santander Consumer, EFC, S.A.	Espanha
Santander Global Facilities,SL	Espanha
Santander International Debt, S.A.	Espanha
Santander Investment Securities, Inc	EUA
Santander Investment, S.A.	Espanha
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
Santander Seguros y Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A.	Espanha
Santander Tecnologia y Operaciones AEIE	Espanha
Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
Santander UK plc	Reino Unido
Santander, Asset Management, SGFIM, S.A.	Portugal
Sovereign Bank	EUA
UCI - Mediação de Seguros Unipessoal, Lda.	Portugal
Union de Créditos Inmobiliários, S.A.	Espanha

As entidades relacionadas do Banco com as quais este manteve saldos ou transacções no exercício de 2013 são as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	
Santander Totta, SGPS, S.A.	Portugal
Santusa Holding, S.L.	Espanha
Banco Santander, S.A.	Espanha
Empresas que directa ou indirectamente são controladas pelo Grupo	
Totta & Açores Financing, Ltd.	Ilhas Cayman
Serfin International Bank & Trust	Ilhas Cayman
Totta & Açores, Inc. - Newark	EUA
Totta Ireland, PLC	Irlanda
Santotta Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda.	Portugal
TottaUrbe - Empresa de Administração e Construções, S.A.	Portugal
BST International Bank, Inc.	Porto Rico
Taxagest, SGPS, S.A.	Portugal
Santander - Gestão de Activos, SGPS, S.A.	Portugal
Santander Asset Management, SGFIM, S.A.	Portugal
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Variável – Santander Multiobrigações	Portugal
Fundo de Investimento Imobiliário Novimovest	Portugal
Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	Portugal
Partang, SGPS, S.A.	Portugal
Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.	Angola
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Portugal
Entidades de Finalidade Especial que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo	
HIPOTOTTA NO. 1 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 4 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 5 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 7 Ltd	Irlanda
LEASETOTTA NO. 1 Ltd	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 1 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 4 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 5 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 7 FTC	Portugal
LEASETOTTA NO.1 FTC	Portugal

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo	
Abbey National Treasury Services, PLC	Reino Unido
All Funds Bank, S.A.	Espanha
Banco Banif, S.A.	Espanha
Banco Santander (México), S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander	México
Banco Santander (Suisse), S.A.	Suíça
Banco Santander Brasil, S.A.	Brasil
Banco Santander Consumer Portugal, S.A.	Portugal
Banco Santander de Puerto Rico	Porto Rico
Capital Grupo Santander, S.A. S.G.E.C.R.	Espanha
Geoban, S.A.	Espanha
Gesban Servicios Administrativos Globais	Espanha
Grupo Banesto	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas	Espanha
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	Espanha
Konecta Portugal, Lda.	Portugal
Open Bank Santander Consumer S.A.	Espanha
Portal Univesia Portugal - Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Produban Servicios Informaticos Generales, S.L.	Espanha
Retama Real Estate, SL	Espanha
Santander Asset Management, S.A., SGIC	Espanha
Santander Back-Office Globales Mayorista	Espanha
Santander Bank & Trust Ltd.	Bahamas
Santander Consumer Finance S.A.	Espanha
Santander Consumer, EFC, S.A.	Espanha
Santander de Titulizacion SGFT	Espanha
Santander Global Facilities	Espanha
Santander Investment Securities, Inc.	EUA
Santander Investment, S.A.	Espanha
Santander Seguros y Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A.	Espanha
Santander Tecnologia y Operaciones AEIE	Espanha
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
Santander UK PLC	Reino Unido
Sovereign Bank	EUA
UCI - Mediação de Seguros Unipessoal, Lda.	Portugal
Union de Créditos Inmobiliários, S.A.	Espanha

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os saldos e as transacções mantidas durante aqueles exercícios com entidades relacionadas apresentavam a seguinte composição:

	2014		
	Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo
Activos:			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	15.855	-	604
Activos financeiros detidos para negociação	222.816	35.326	2.671
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	5.189
Aplicações em instituições de crédito	945.038	826	206.433
Crédito a clientes	-	35.065	5.551
Derivados de cobertura	190.764	-	-
Investimentos em associadas	-	166.359	-
Outros activos	13.396	5.392	23.237
Passivos:			
Passivos financeiros detidos para negociação	1.806.191	-	52.548
Recursos de outras instituições de crédito	1.118.533	101.906	3.933
Recursos de clientes e outros empréstimos	88.755	11.176	1.275.346
Responsabilidades representadas por títulos	84.358	-	33.374
Derivados de cobertura	133.100	-	-
Passivos subordinados	-	-	4.306
Outros passivos	4.384	-	3.183
Custos:			
Juros e encargos similares	185.308	290	53.991
Encargos com serviços e comissões	256	-	5.996
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	1.348.551	1.966	35.499
Resultados de reavaliação cambial	5	-	-
Gastos gerais administrativos	-	-	46.097
Imparidade em investimentos em associadas e filiais	-	440	-
Proveitos:			
Juros e rendimentos similares	207.818	60	6.690
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	716.098	3.814	32.580
Resultados de reavaliação cambial	-	-	51
Rendimentos de serviços e comissões	189	-	102.670
Resultados de associadas	-	19.791	-
Outros resultados de exploração	-	-	207
Extrapatrimoniais:			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	19.786	-	15.249
Garantias recebidas	1	-	16.000
Compromissos perante terceiros	25.788	6.829	174.687
Operações cambiais e instrumentos derivados	15.159.296	29.744	591.437
Responsabilidades por prestação de serviços	2.805.584	35.017	2.692.136

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2013 (proforma)		
	Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo
Activos:			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8.674	-	1.780
Activos financeiros detidos para negociação	262.686	25.416	27.450
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	9.251
Aplicações em instituições de crédito	1.256.990	1.686	218.579
Crédito a clientes	-	35.717	13.151
Derivados de cobertura	174.964	-	-
Investimentos em associadas	-	147.730	-
Outros activos	17.536	5.047	64.722
Passivos:			
Passivos financeiros detidos para negociação	1.552.750	-	53.544
Recursos de outras instituições de crédito	574.924	154.986	7.099
Recursos de clientes e outros empréstimos	132.692	10.801	1.402.466
Responsabilidades representadas por títulos	125.496	-	80.985
Derivados de cobertura	370.487	-	-
Passivos subordinados	-	-	4.307
Outros passivos	5.329	-	1.586
Custos:			
Juros e encargos similares	228.345	551	69.893
Encargos com serviços e comissões	26	-	1.320
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	1.009.308	-	47.942
Resultados de reavaliação cambial	-	-	312
Gastos gerais administrativos	-	-	39.889
Imparidade em investimentos em associadas e filiais	-	400	-
Proveitos:			
Juros e rendimentos similares	268.873	145	5.856
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	1.181.389	-	45.839
Resultados de reavaliação cambial	642	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	161	-	86.660
Resultados de associadas	-	14.069	-
Resultados de outros activos	-	-	12.588
Outros resultados de exploração	-	-	203
Extrapatrimoniais:			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	11.642	-	96.969
Garantias recebidas	710	-	1.400
Compromissos perante terceiros	19.669	6.058	48.386
Operações cambiais e instrumentos derivados	20.678.434	23.078	819.796
Responsabilidades por prestação de serviços	2.761.815	32.487	2.741.556

ÓRGÃOS SOCIAISConselho de Administração

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os adiantamentos ou créditos concedidos aos membros dos órgãos sociais, considerados o pessoal chave da gerência do Banco, ascenderam a mEuros 809 e mEuros 1.009, respectivamente. As remunerações fixas e variáveis totalizaram nessas datas mEuros 8.174 e mEuros 6.310, respectivamente (Nota 40).

O Grupo Santander, no qual está inserido o BST, tem também um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial o qual se encontra descrito na Nota 47 e que está dividido em ciclos. Para os membros do Conselho de Administração, o valor registado na rubrica de “Custos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é apresentado de seguida:

	<u>2014</u>	<u>2013</u> (proforma)
Quinto ciclo – PI13 - atribuídas em 2010 a exercer em Julho de 2013	-	118
Sexto ciclo – PI14 - atribuídas em 2011 a exercer em Julho de 2014	7	11
	---	----
	7	129
	==	===

Os ciclos do plano de acções vinculado a objectivos dos membros do Conselho de Administração terminaram nas datas abaixo indicadas e foram atribuídas acções aos seguintes valores por acção:

<u>Ciclo</u>	<u>Data de finalização</u>	<u>Número de acções atribuídas</u>	<u>Valor por acção</u>
Primeiro	6 de Julho de 2009	97.676	8,49 Euros
Segundo	8 de Julho de 2010	136.719	8,77 Euros
Terceiro	11 de Julho de 2011	133.727	7,51 Euros
Quarto	9 de Julho de 2012	35.850	4,88 Euros
Quinto	31 de Julho de 2013	-	n/a
Sexto	31 de Julho de 2014	-	n/a

Relativamente aos benefícios pós-emprego, os membros do Conselho de Administração que têm vínculo laboral ao BST estão integrados no plano de pensões do Acordo Colectivo de Trabalho para o sector bancário subscrito pelo Banco. As condições gerais deste plano encontram-se descritas na Nota 1.3. I).

Em Assembleia Geral de Accionistas do BST de 30 de Maio de 2007, foi aprovado o “Regulamento de atribuição complementar de reforma, por velhice ou invalidez”, aos membros executivos do Conselho de Administração do ex - totta que transitaram para membros executivos (comissão executiva) do Conselho de Administração do BST em linha com o previamente definido no regulamento do ex-totta. Os membros do Conselho de Administração cujo tempo de desempenho no cargo seja de pelo menos quinze anos consecutivos ou interpolados, terão direito a um complemento de reforma correspondente a 80% do vencimento anual bruto. Quando o desempenho do cargo for inferior a quinze anos, a fixação do montante do complemento de pensão de reforma será determinado pela comissão de vencimentos. Para este universo, actualmente está definido que o complemento de pensão de reforma será de 65% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a dez anos e 75% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a doze anos. Este plano de pensões de benefício definido é um plano complementar e dependente do regime geral da Segurança Social.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as responsabilidades com este plano ascendiam a mEuros 18.381 e mEuros 15.598, respectivamente, e encontravam-se cobertas por uma provisão do mesmo montante registada na rubrica "Provisões para pensões e outros encargos" (Nota 22).

No que se refere aos benefícios de cessação de emprego, conforme previsto no Código das Sociedades Comerciais, sempre que, por vontade do BST, o mandato de um membro dos órgãos sociais seja cessado antecipadamente, este reembolsará o membro do órgão social pelas remunerações futuras a que o mesmo tenha direito até ao fim do seu mandato.

Sociedade de revisores oficiais de contas

Os honorários facturados ou a facturar pela sociedade de revisores oficiais de contas e respectivas empresas da mesma rede no exercício de 2014, excluindo o imposto sobre o valor acrescentado, foram os seguintes:

Serviços de Revisão Legal de Contas e Auditoria Externa (a)	731
Outros Serviços de Garantia de Fiabilidade (a)	989
Consultoria Fiscal (b)	138
Outros (b)	575

	2.433
	=====

(a) Corresponde aos montantes contratados para o exercício de 2014, independentemente da sua data de facturação.

(b) Corresponde aos montantes facturados durante o exercício de 2014.

47. PLANOS DE INCENTIVOS - ACÇÕES

Por decisão da Assembleia Geral de Accionistas do Banco Santander, S.A., foi aprovado o "Plano de Acções Vinculado a Objectivos do Grupo Santander". Este plano está dividido em ciclos, tendo sido aprovados até ao momento seis ciclos. O BST está também inserido neste plano.

Cada beneficiário do Plano tem direito a receber um número máximo de acções do Banco Santander, S.A.. O número final atribuído é determinado multiplicando o número máximo de acções definido inicialmente pela soma de coeficientes indexados à evolução do Banco Santander, S.A. comparativamente a outras entidades incluídas num grupo pré-definido. Esta comparação é medida em dois parâmetros: o retorno total para o accionista e o crescimento do lucro por acção para os primeiros três ciclos e o retorno total para o accionista nos restantes ciclos.

As datas de finalização dos ciclos do Plano de Acções Vinculado a Objectivos, o número total de acções atribuídas e o valor por acção, apresentam o seguinte detalhe:

Ciclo	Data de finalização	Número total de acções atribuídas	Valor por acção
Primeiro	6 de Julho de 2009	326.681	8,49 Euros
Segundo	8 de Julho de 2010	540.822	8,77 Euros
Terceiro	11 de Julho de 2011	571.640	7,51 Euros
Quarto	9 de Julho de 2012	200.897	4,88 Euros
Quinto	31 de Julho de 2013	-	n/a
Sexto	31 de Julho de 2014	-	n/a

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Conforme descrito na Nota 1.3. o), o registo contabilístico dos planos de incentivos de acções consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Banco a estes instrumentos na demonstração de resultados do exercício, na rubrica de "Custos com o pessoal", na medida em que correspondem a uma contrapartida pela prestação de serviços. A gestão, a cobertura e a execução dos planos é assegurada pelo Banco Santander, S.A. para todos os colaboradores abrangidos pelo Plano a nível mundial.

Em 2014 e 2013, o custo total do Plano de Acções Vinculado a Objectivos do Grupo Santander para todos os colaboradores do Banco abrangidos pelo mesmo pode ser apresentado como se segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u> <u>(proforma)</u>
Quinto ciclo – PI13 - atribuídas em 2010 a exercer em Julho de 2013	-	736
Sexto ciclo – PI14 - atribuídas em 2011 a exercer em Julho de 2014	533	1.066
	----	-----
	<u>533</u>	<u>1.802</u>
	===	=====

A disponibilização das acções está condicionada à permanência dos colaboradores no Grupo Santander. O custo por acção, bem como a data de disponibilização das mesmas encontram-se resumidos no quadro seguinte:

Planos de acções	Número de acções	Valor do custo por acção (Euros)	Data prevista de entrega das acções	Número de colaboradores	Data de atribuição do direito
Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2012:					
PI13	702.873	5,5707	jul-2013	318	2010
PI14	609.358	4,5254	jul-2014	309	2011
Movimento em 2013:					
PI13 - Acções não disponibilizadas	(702.873)	-	jul-2013	(318)	-
PI14 - Anulações	(2.600)	-	jul-2014	(1)	-
Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2013 (proforma):					
PI14	606.758	4,5254	jul-2014	308	2011
Movimento em 2014:					
PI14 - Acções não disponibilizadas	(606.758)	-	-	(308)	-

Nos exercícios de 2014 e 2013, não foram disponibilizadas quaisquer acções aos colaboradores do Grupo, na medida em que não foram atingidos os parâmetros mínimos definidos no plano.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)48. DIVULGAÇÕES NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS IFRS 7 E IFRS 13**BALANÇO**Categorias de instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

	2014				Valor líquido
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	622.460	208.014	-	830.474
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	174.556	66.662	-	241.218
Activos financeiros detidos para negociação	2.291.734	-	-	-	2.291.734
Activos financeiros disponíveis para venda	6.754.527	-	19.971	(61.943)	6.712.555
Aplicações em instituições de crédito	-	1.220.917	-	-	1.220.917
Crédito a clientes	37.394	26.647.475	-	(1.161.618)	25.523.251
Derivados de cobertura	195.035	-	-	-	195.035
	<u>9.278.690</u>	<u>28.665.408</u>	<u>294.647</u>	<u>(1.223.561)</u>	<u>37.015.184</u>
Passivo					
Recursos de bancos centrais	-	4.406.312	-	-	4.406.312
Passivos financeiros detidos para negociação	1.995.019	-	-	-	1.995.019
Recursos de outras instituições de crédito	-	4.030.724	-	-	4.030.724
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.555.668	18.040.137	30.097	-	21.625.902
Responsabilidades representadas por títulos	175.460	2.797.651	-	-	2.973.111
Derivados de cobertura	133.690	-	-	-	133.690
Passivos subordinados	-	4.306	-	-	4.306
	<u>5.859.837</u>	<u>29.279.130</u>	<u>30.097</u>	<u>-</u>	<u>35.169.064</u>
2013 (proforma)					
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	116.135	221.706	-	337.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	497.312	55.609	-	552.921
Activos financeiros detidos para negociação	1.949.115	-	-	-	1.949.115
Activos financeiros disponíveis para venda	4.423.054	-	20.937	(61.738)	4.382.253
Aplicações em instituições de crédito	-	3.270.970	-	-	3.270.970
Crédito a clientes	42.609	27.142.788	-	(1.077.876)	26.107.521
Derivados de cobertura	199.427	-	-	-	199.427
	<u>6.614.205</u>	<u>31.027.205</u>	<u>298.252</u>	<u>(1.139.614)</u>	<u>36.800.048</u>
Passivo					
Recursos de bancos centrais	-	6.241.410	-	-	6.241.410
Passivos financeiros detidos para negociação	1.619.768	-	-	-	1.619.768
Recursos de outras instituições de crédito	-	4.175.058	-	-	4.175.058
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.621.415	17.009.744	75.842	-	20.707.001
Responsabilidades representadas por títulos	1.326.599	1.207.562	-	-	2.534.161
Derivados de cobertura	370.684	-	-	-	370.684
Passivos subordinados	-	4.307	-	-	4.307
	<u>6.938.466</u>	<u>28.638.081</u>	<u>75.842</u>	<u>-</u>	<u>35.652.389</u>

Nos exercícios de 2014 e 2013 não ocorreram quaisquer reclassificações de activos financeiros.

Os activos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura foram considerados como valorizados ao justo valor, embora apenas tenham sido objecto de correcção de valor relativamente ao risco coberto.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os proveitos e custos com juros, apurados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, referentes a activos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentavam o seguinte detalhe:

	2014			2013 (proforma)		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
<u>Activo</u>						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	229	-	229	950	-	950
Disponibilidades em outras instituições de crédito	14	-	14	16	-	16
Activos financeiros disponíveis para venda	214.435	-	214.435	157.758	-	157.758
Aplicações em instituições de crédito	41.797	-	41.797	58.624	-	58.624
Crédito a clientes	708.952	(61)	708.891	760.234	(116)	760.118
	<u>965.427</u>	<u>(61)</u>	<u>965.366</u>	<u>977.582</u>	<u>(116)</u>	<u>977.466</u>
<u>Passivo</u>						
Recursos de bancos centrais	-	(20.941)	(20.941)	-	(25.542)	(25.542)
Recursos de outras instituições de crédito	-	(39.501)	(39.501)	-	(27.922)	(27.922)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(330.615)	(330.615)	-	(401.872)	(401.872)
Responsabilidades representadas por títulos	-	(51.038)	(51.038)	-	(45.447)	(45.447)
Passivos subordinados	-	(188)	(188)	-	(189)	(189)
	<u>-</u>	<u>(442.283)</u>	<u>(442.283)</u>	<u>-</u>	<u>(500.972)</u>	<u>(500.972)</u>
Garantias prestadas	18.860	-	18.860	19.899	-	19.899
Linhas de crédito	4.011	-	4.011	7.442	-	7.442
	<u>4.011</u>	<u>-</u>	<u>4.011</u>	<u>7.442</u>	<u>-</u>	<u>7.442</u>

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os proveitos e custos com comissões, não incluídas no cálculo da taxa de juro efectiva, de activos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentavam o seguinte detalhe:

	2014			2013 (proforma)		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
<u>Activo</u>						
Crédito a clientes	37.954	(13.958)	23.996	49.889	(14.142)	35.747
	<u>37.954</u>	<u>(13.958)</u>	<u>23.996</u>	<u>49.889</u>	<u>(14.142)</u>	<u>35.747</u>
<u>Passivo</u>						
Recursos de clientes e outros empréstimos	44.428	-	44.428	46.179	-	46.179
	<u>44.428</u>	<u>-</u>	<u>44.428</u>	<u>46.179</u>	<u>-</u>	<u>46.179</u>

O Banco reconheceu durante os exercícios de 2014 e 2013 proveitos financeiros referentes a “Juros e rendimentos similares” com operações de crédito vencido, ou em situação de imparidade, nos montantes de mEuros 7.178 e mEuros 8.643, respectivamente (Nota 30).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)**OUTRAS DIVULGAÇÕES****Contabilidade de cobertura**

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os derivados de cobertura e os instrumentos financeiros designados como elementos cobertos, apresentavam o seguinte detalhe:

	2014					
	Elemento coberto				Instrumento de cobertura	
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correcções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	32.887	33.108	4.246	37.354	32.888	(4.291)
Activos financeiros disponíveis para venda	200.000	205.260	37.423	242.683	200.000	(40.868)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(3.508.013)	(3.557.735)	2.067	(3.555.668)	3.511.255	41.824
Responsabilidades representadas por títulos	(167.375)	(173.699)	(1.761)	(175.460)	167.385	8.410
Cobertura de fluxos de caixa:						
Crédito a clientes	3.207.528	3.207.528	-	3.207.528	2.250.000	124.017
Responsabilidades representadas por títulos	1.005.866	1.005.866	-	1.005.866	650.000	(67.747)
	770.893	720.328	41.975	762.303	6.811.528	61.345

	2013 (proforma)					
	Elemento coberto				Instrumento de cobertura	
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correcções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	38.085	38.323	4.200	42.523	38.086	(4.477)
Activos financeiros disponíveis para venda	2.075.000	2.118.830	225.613	2.344.443	2.075.000	(267.880)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(3.576.534)	(3.625.401)	3.986	(3.621.415)	3.579.439	33.602
Responsabilidades representadas por títulos	(1.341.104)	(1.357.461)	30.862	(1.326.599)	1.449.525	(23.554)
Cobertura de fluxos de caixa:						
Crédito a clientes	4.492.042	4.492.042	-	4.492.042	5.450.000	80.640
Responsabilidades representadas por títulos	1.141.190	1.141.190	-	1.141.190	650.000	10.412
	2.828.679	2.807.523	264.661	3.072.184	13.242.050	(171.257)

Cobertura de fluxos de caixa

Os períodos esperados para ocorrência dos cash flows que afectarão os resultados do exercício apresentam o seguinte detalhe:

	2014					
	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Swaps de taxa de juro	27.459	9.076	9.644	24.358	(14.266)	56.271

	2013 (proforma)					
	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Swaps de taxa de juro	40.959	8.125	6.861	48.869	(13.762)	91.052

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os ganhos e perdas reconhecidos nas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, com operações de cobertura de justo valor, apresentavam o seguinte detalhe:

	2014			2013 (proforma)		
	Elemento coberto	Instrumento de cobertura	Líquido	Elemento coberto	Instrumento de cobertura	Líquido
Crédito a clientes	(71)	71	-	(1.738)	1.738	-
Activos financeiros disponíveis para venda	(188.189)	188.189	-	(95.965)	95.965	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.718)	3.781	2.063	49.207	(29.353)	19.854
Responsabilidades representadas por títulos	9.549	(11.463)	(1.914)	11.803	(31.966)	(20.163)
	<u>(180.429)</u>	<u>180.578</u>	<u>149</u>	<u>(36.693)</u>	<u>36.384</u>	<u>(309)</u>

Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

	2014			2013 (proforma)		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	830.474	830.474	-	337.841	337.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	241.218	241.218	-	552.921	552.921
Activos financeiros detidos para negociação	2.291.734	-	2.291.734	1.949.115	-	1.949.115
Activos financeiros disponíveis para venda	6.699.547	13.008	6.712.555	4.368.744	13.509	4.382.253
Aplicações em instituições de crédito	-	1.220.917	1.220.917	-	3.270.970	3.270.970
Crédito a clientes	37.354	25.485.897	25.523.251	42.523	26.064.998	26.107.521
Derivados de cobertura	195.035	-	195.035	199.427	-	199.427
	<u>9.223.670</u>	<u>27.791.514</u>	<u>37.015.184</u>	<u>6.559.809</u>	<u>30.240.239</u>	<u>36.800.048</u>
Passivo						
Recursos de bancos centrais	-	4.406.312	4.406.312	-	6.241.410	6.241.410
Passivos financeiros detidos para negociação	1.995.019	-	1.995.019	1.619.768	-	1.619.768
Recursos de outras instituições de crédito	-	4.030.724	4.030.724	-	4.175.058	4.175.058
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.555.668	18.070.234	21.625.902	3.621.415	17.085.586	20.707.001
Responsabilidades representadas por títulos	175.460	2.797.651	2.973.111	1.326.599	1.207.562	2.534.161
Derivados de cobertura	133.690	-	133.690	370.684	-	370.684
Passivos subordinados	-	4.306	4.306	-	4.307	4.307
	<u>5.859.837</u>	<u>29.309.227</u>	<u>35.169.064</u>	<u>6.938.466</u>	<u>28.713.923</u>	<u>35.652.389</u>

Os activos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura foram considerados como valorizados ao justo valor, embora apenas tenham sido objecto de correcção de valor relativamente ao risco coberto.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o justo valor dos activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor, ou sujeitos a correcções de justo valor de acordo com a aplicação da contabilidade de cobertura, apresentava o seguinte detalhe:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2014					Valor líquido contabilístico
	Custo de aquisição	Juros corridos	Valorização	Correcções de valor por operações de cobertura	Imparidade	
Activo						
Activos financeiros detidos para negociação	320.347	1.093	1.970.294	-	-	2.291.734
Activos financeiros disponíveis para venda	6.307.851	152.340	256.913	37.423	(54.980)	6.699.547
Crédito a clientes	32.887	261	-	4.246	(40)	37.354
Derivados de cobertura	-	-	195.035	-	-	195.035
	<u>6.661.085</u>	<u>153.694</u>	<u>2.422.242</u>	<u>41.669</u>	<u>(55.020)</u>	<u>9.223.670</u>
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.995.019	-	-	1.995.019
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.508.013	49.722	-	(2.067)	-	3.555.668
Responsabilidades representadas por títulos	167.375	6.324	-	1.761	-	175.460
Derivados de cobertura	-	-	133.690	-	-	133.690
	<u>3.675.388</u>	<u>56.046</u>	<u>2.128.709</u>	<u>(306)</u>	<u>-</u>	<u>5.859.837</u>
2013 (proforma)						
	Custo de aquisição	Juros corridos	Valorização	Correcções de valor por operações de cobertura	Imparidade	Valor líquido contabilístico
Activo						
Activos financeiros detidos para negociação	355.921	1.650	1.591.544	-	-	1.949.115
Activos financeiros disponíveis para venda	4.369.692	61.522	(233.773)	225.613	(54.310)	4.368.744
Crédito a clientes	38.085	324	-	4.200	(86)	42.523
Derivados de cobertura	-	-	199.427	-	-	199.427
	<u>4.763.698</u>	<u>63.496</u>	<u>1.557.198</u>	<u>229.813</u>	<u>(54.396)</u>	<u>6.559.809</u>
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.619.768	-	-	1.619.768
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.576.534	48.867	-	(3.986)	-	3.621.415
Responsabilidades representadas por títulos	1.340.822	16.639	-	(30.862)	-	1.326.599
Derivados de cobertura	-	-	370.684	-	-	370.684
	<u>4.917.356</u>	<u>65.506</u>	<u>1.990.452</u>	<u>(34.848)</u>	<u>-</u>	<u>6.938.466</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros, os métodos de valorização utilizados consistiram na obtenção de cotações em mercados activos ou em outras técnicas de valorização, nomeadamente através de actualização de fluxos de caixa futuros. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros valorizados ao justo valor ou sujeitos a correcções de valor por operações de cobertura, apresentava o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	2014			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo	Outras técnicas de valorização		Total
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	
Activo				
Activos financeiros detidos para negociação	304.871	1.761.896	224.967	2.291.734
Activos financeiros disponíveis para venda	6.130.956	320.079	248.512	6.699.547
Crédito a clientes	-	37.354	-	37.354
Derivados de cobertura	-	195.035	-	195.035
	6.435.827	2.314.364	473.479	9.223.670
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.995.019	-	1.995.019
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	3.555.668	-	3.555.668
Responsabilidades representadas por títulos	-	175.460	-	175.460
Derivados de cobertura	-	133.690	-	133.690
	-	5.859.837	-	5.859.837
2013 (proforma)				
Metodologia de apuramento do justo valor				
Cotações em mercado activo	Outras técnicas de valorização		Total	
(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)		
Activo				
Activos financeiros detidos para negociação	267.025	1.540.019	142.071	1.949.115
Activos financeiros disponíveis para venda	3.417.440	686.315	264.989	4.368.744
Crédito a clientes	-	42.523	-	42.523
Derivados de cobertura	-	199.427	-	199.427
	3.684.465	2.468.284	407.060	6.559.809
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.619.768	-	1.619.768
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	3.621.415	-	3.621.415
Responsabilidades representadas por títulos	-	1.326.599	-	1.326.599
Derivados de cobertura	-	370.684	-	370.684
	-	6.938.466	-	6.938.466

A valorização ao justo valor dos activos e passivos financeiros do Banco compreende três níveis nos termos da IFRS 7 e da IFRS 13:

- Nível 1 – Instrumentos financeiros registados a justo valor com base em cotações publicadas em mercados activos, compreendendo maioritariamente dívida pública, alguma dívida privada, fundos de investimento mobiliário abertos e acções.
- Nível 2 – Instrumentos financeiros registados a justo valor mediante a utilização de modelos internos de valorização que utilizam como inputs significativos dados observáveis de mercado. Nesta categoria estão incluídos alguns títulos da carteira de activos financeiros disponíveis para venda valorizados com bids indicativos fornecidos por contrapartes externas e a maioria dos instrumentos financeiros derivados de cobertura e de negociação. De salientar que os modelos de valorização internos utilizados correspondem maioritariamente a modelos de actualização de cash flows futuros e a metodologias de valorização baseadas no modelo “Black-Scholes” para as opções e produtos estruturados. Os modelos de actualização de cash flows futuros (“método do valor presente”) actualizam os fluxos contratuais futuros utilizando as curvas de taxa de juro de cada moeda observáveis em mercado, adicionadas do spread de crédito do emitente ou da entidade com rating similar.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Para os instrumentos financeiros derivados, são apresentadas de seguida as principais técnicas de valorização:

Instrumento financeiro derivado	Principais técnicas de valorização
Forwards	Método do valor presente
Swaps de taxa de juro	Método do valor presente
Swaps de divisas	Método do valor presente
Swaps sobre cotações	Método do valor presente
FRA's	Método do valor presente
Opções de moeda	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo
Opções sobre cotações	Modelo Black-Scholes, Modelo Heston
Opções de taxa de juro	Modelo Black-Scholes, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Opções - outras	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Caps/Floors	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton

Adicionalmente, para efeitos de apuramento dos Credit Value Adjustments e dos Debit Value Adjustments aos instrumentos financeiros derivados, foram utilizados os seguintes inputs:

- Contrapartes com credit default swaps cotados – Cotações publicadas em mercados activos;
- Contrapartes sem credit default swaps cotados:
 - Cotações publicadas em mercados activos para contrapartes com risco similar; ou
 - Probabilidade de default apurada tendo em conta o rating interno atribuído ao cliente (ver secção risco de crédito deste anexo) x loss given default (específica para clientes de project finance e 60% para outros clientes em 31 de Dezembro de 2014 – 45% em 31 de Dezembro de 2013).

Quando os inputs utilizados na valorização de instrumentos financeiros derivados resultaram de dados observáveis de mercado, o Banco classificou os seus instrumentos financeiros derivados no Nível 2. Quando tal valorização resultou de informação interna preparada pelo Banco, o mesmo classificou aqueles instrumentos financeiros no Nível 3.

- Nível 3 – O Banco classifica neste nível os instrumentos financeiros que são valorizados através de modelos internos com alguns inputs que não correspondem a dados observáveis de mercado. Nesta categoria foram classificados, nomeadamente, títulos não cotados em mercados activos para os quais o Banco utiliza extrapolações de dados de mercado.

Nos exercícios de 2014 e 2013, o movimento ocorrido nos instrumentos financeiros classificados no Nível 3 foi como segue:

	Activos financeiros detidos para negociação		Activos financeiros disponíveis para venda	Total
	Titulos	Derivados		
Instrumentos financeiros classificados no Nível 3 em 31 de Dezembro de 2012	-	-	40.023	40.023
Entradas no perímetro de consolidação (Multiobrigações)	32.802	-	-	32.802
Aquisições	3.886	-	13.807	17.693
Alienações	-	-	(694)	(694)
Reclassificações	-	106.119	239.561	345.680
Alterações de justo valor	(736)	-	(21.190)	(21.926)
Imparidade reconhecida no exercício	-	-	(6.518)	(6.518)
Instrumentos financeiros classificados no Nível 3 em 31 de Dezembro de 2013 (proforma)	35.952	106.119	264.989	407.060
Aquisições	719	47.258	12.502	60.479
Alienações	(32.802)	(29.492)	(36.002)	(98.296)
Alterações de justo valor	(199)	97.412	14.760	111.973
Imparidade reconhecida no exercício	-	-	(7.737)	(7.737)
Instrumentos financeiros classificados no Nível 3 em 31 de Dezembro de 2014	3.670	221.297	248.512	473.479

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As transferências ocorridas no exercício de 2013 para o Nível 3 podem ser explicadas como se segue:

- Reclassificação de Nível 1 e Nível 2 de unidades de participação detidas em Fundos de Investimento Imobiliário Fechados ou com liquidez reduzida;
- Reclassificação de Nível 2 de instrumentos de dívida cuja valorização se baseou, nomeadamente, em *spreads* de crédito apurados internamente pelo Banco;
- Classificação em Nível 3 dos instrumentos financeiros derivados cujos respectivos *Credit Value Adjustments/Debit Value Adjustments* foram apurados tendo em conta *spreads* de crédito apurados internamente pelo Banco.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as técnicas de valorização, os inputs utilizados e a relação entre esses inputs e o justo valor apurado para os instrumentos financeiros classificados no Nível 3 são como segue:

Instrumentos financeiros	Técnicas de valorização	Inputs utilizados	Relação entre os inputs utilizados e o justo valor apurado
<i>Activos financeiros detidos para negociação</i>			
Titulos de dívida	Preço disponibilizado pela contraparte	. Sem informação	Não aplicável
Unidades de participação em Fundos de Investimento Imobiliário	Preço divulgado pela respectiva Sociedade Gestora	. Taxas de capitalização . Valor das rendas por m ² . Taxas de ocupação	Caso venha a ocorrer um aumento do valor da renda por m ² ou um aumento da taxa de ocupação ou uma diminuição da taxa de capitalização, o justo valor apurado virá aumentado. Caso venha a ocorrer uma diminuição do valor da renda por m ² ou uma diminuição da taxa de ocupação ou um aumento da taxa de capitalização, o justo valor apurado virá diminuído.
Instrumentos financeiros derivados	Discounted cash flows/ Modelos de valorização	. Probabilidade de <i>default</i> (PD) tendo em conta os ratings internos de crédito atribuídos pelo Banco . LGD's específicas	Caso seja utilizada uma probabilidade de <i>default</i> ou uma LGD maior, o justo valor do instrumento financeiro virá diminuído. Por outro lado, caso seja utilizada uma probabilidade de <i>default</i> ou uma LGD menor, o justo valor do instrumento financeiro virá aumentado.
<i>Activos financeiros disponíveis para venda</i>			
Titulos de dívida	Discounted cash flows	. <i>Spread</i> de crédito apurado internamente pelo Banco	Caso seja utilizado um <i>spread</i> de crédito maior, o justo valor do título virá diminuído. Por outro lado, caso seja utilizado um <i>spread</i> de crédito menor, o justo valor do título virá aumentado.
Unidades de participação em Fundos de Investimento Imobiliário	Preço divulgado pela respectiva Sociedade Gestora	. Taxas de capitalização . Valor das rendas por m ² . Taxas de ocupação	Caso venha a ocorrer um aumento do valor da renda por m ² ou um aumento da taxa de ocupação ou uma diminuição da taxa de capitalização, o justo valor apurado virá aumentado. Caso venha a ocorrer uma diminuição do valor da renda por m ² ou uma diminuição da taxa de ocupação ou um aumento da taxa de capitalização, o justo valor apurado virá diminuído.
Unidades de participação em Fundos de Capital de Risco	Preço divulgado pela respectiva Sociedade Gestora	. Sem informação	Não aplicável.

As curvas de taxas de juro para os prazos e moedas mais representativas utilizadas na valorização dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

	31-12-2014		31-12-2013	
	EUR	USD	EUR	USD
Overnight	0,02%	0,22%	0,28%	0,31%
1 mês	0,10%	0,23%	0,44%	0,25%
3 meses	0,17%	0,26%	0,39%	0,25%
6 meses	0,17%	0,29%	0,38%	0,27%
9 meses	0,16%	0,35%	0,39%	0,29%
1 ano	0,16%	0,44%	0,40%	0,31%
3 anos	0,22%	1,29%	0,74%	0,86%
5 anos	0,36%	1,80%	1,26%	1,80%
7 anos	0,53%	2,09%	1,70%	2,51%
10 anos	0,82%	2,34%	2,21%	3,18%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o valor de balanço e o justo valor dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado ou ao custo histórico era o seguinte:

	2014		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	830.474	830.474	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	241.218	241.218	-
Activos financeiros disponíveis para venda	13.008	13.008	-
Aplicações em instituições de crédito	1.220.917	1.273.301	52.384
Crédito a clientes	25.485.897	23.639.357	(1.846.540)
	<u>27.791.514</u>	<u>25.997.358</u>	<u>(1.794.156)</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de bancos centrais	4.406.312	4.403.630	2.682
Recursos de outras instituições de crédito	4.030.724	4.009.901	20.823
Recursos de clientes e outros empréstimos	18.070.234	18.203.397	(133.163)
Responsabilidades representadas por títulos	2.797.651	2.768.244	29.407
Passivos subordinados	4.306	4.306	-
	<u>29.309.227</u>	<u>29.389.478</u>	<u>(80.251)</u>
<u>2013 (proforma)</u>			
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	337.841	337.841	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	552.921	552.921	-
Activos financeiros disponíveis para venda	13.509	13.509	-
Aplicações em instituições de crédito	3.270.970	3.358.931	87.961
Crédito a clientes	26.064.998	23.114.032	(2.950.966)
	<u>30.240.239</u>	<u>27.377.234</u>	<u>(2.863.005)</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de bancos centrais	6.241.410	6.122.608	118.802
Recursos de outras instituições de crédito	4.175.058	4.197.975	(22.917)
Recursos de clientes e outros empréstimos	17.085.586	17.230.163	(144.577)
Responsabilidades representadas por títulos	1.207.562	920.474	287.088
Passivos subordinados	4.307	4.301	6
	<u>28.713.923</u>	<u>28.475.521</u>	<u>238.402</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado ou ao custo histórico, os métodos de valorização utilizados consistiram em técnicas de valorização, nomeadamente através de actualização de fluxos de caixa futuros. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado ou ao custo histórico, apresentava o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	2014			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização		Total
		(Nível 2)	(Nível 3)	
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	830.474	-	830.474
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	241.218	-	241.218
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	13.008	13.008
Aplicações em instituições de crédito	-	1.220.917	-	1.220.917
Crédito a clientes	-	-	25.485.897	25.485.897
	-	2.292.609	25.498.905	27.791.514
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	-	4.406.312	-	4.406.312
Recursos de outras instituições de crédito	-	4.030.724	-	4.030.724
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	18.070.234	18.070.234
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	2.797.651	2.797.651
Passivos subordinados	-	-	4.306	4.306
	-	8.437.036	20.872.191	29.309.227
2013 (proforma)				
Metodologia de apuramento do justo valor				
Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização		Total	
	(Nível 2)	(Nível 3)		
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	337.841	-	337.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	552.921	-	552.921
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	13.509	13.509
Aplicações em instituições de crédito	-	3.270.970	-	3.270.970
Crédito a clientes	-	-	26.064.998	26.064.998
	-	4.161.732	26.078.507	30.240.239
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	-	6.241.410	-	6.241.410
Recursos de outras instituições de crédito	-	4.175.058	-	4.175.058
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	17.085.586	17.085.586
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	1.207.562	1.207.562
Passivos subordinados	-	-	4.307	4.307
	-	10.416.468	18.297.455	28.713.923

Os principais pressupostos utilizados no apuramento do justo valor, por tipo de instrumento financeiro, foram os seguintes:

- Os cash flows futuros das aplicações e recursos de instituições de crédito foram descontados utilizando as curvas de taxas de juro para o mercado monetário;
- Para efeitos do desconto dos fluxos futuros da carteira, o justo valor do crédito concedido a taxa variável foi determinado tendo em consideração o *spread* médio da produção efectuada no último trimestre do ano. Quanto aos créditos concedidos a taxa fixa, os cash flows futuros foram descontados às taxas médias que o Banco estava a praticar no último trimestre do ano;
- Para os depósitos à ordem de clientes foi considerado que o justo valor era igual ao valor de balanço. Para os depósitos a prazo foram utilizadas as taxas médias dos depósitos contratados no último mês do ano tendo em conta as diversas tipologias;
- No caso das responsabilidades representadas por títulos, foi efectuado o desconto dos cash flows futuros considerando as condições de mercado exigíveis para emissões semelhantes no final do ano;
- No caso dos passivos subordinados, para desconto dos cash flows futuros, foram consideradas taxas de juro de mercado praticadas em emissões semelhantes.

GESTÃO DE RISCOS

RISCO DE CRÉDITO

A gestão do risco de crédito no Banco abrange a identificação, medição, integração e avaliação das diferentes exposições creditícias e a análise da sua rentabilidade ajustada ao risco respectivo, tanto numa perspectiva global, como dentro de cada área de actividade.

A gestão do risco de crédito é assegurada por um órgão independente, a Área de Riscos do Grupo, que é responsável nomeadamente pela gestão do sistema de vigilância especial de clientes, pela segmentação do risco de crédito em função das características dos clientes e dos produtos, e pelos sistemas de *scoring* (aplicáveis a operações de crédito à habitação, crédito ao consumo e cartões de crédito) e *rating* utilizados no Banco.

O risco de contraparte consiste no risco de crédito latente em transacções nos mercados financeiros correspondendo à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para o Banco. Os tipos de transacções abrangidas incluem a compra e venda de títulos, a contratação de operações de venda com acordo de recompra, empréstimos de títulos e instrumentos derivados. Tendo em conta a elevada complexidade e volume de transacções, bem como os requisitos necessários para um adequado controlo dos riscos consolidados em determinados segmentos de clientes, o perímetro de controlo é definido de acordo com os segmentos abrangidos.

O controlo destes riscos é efectuado numa base diária de acordo com um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados, a actualização de posições em tempo real, e que providencia a informação de disponibilidade de limites e exposição agregada, também em tempo real, para os diferentes produtos e maturidades. O sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal (a diversos níveis) a concentração de riscos por grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados (denominado Risco Equivalente de Crédito) é calculado como correspondendo à soma do valor presente de cada contrato (ou custo actual de substituição) com o respectivo Risco Potencial, componente que reflecte uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos factores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Para determinados segmentos de clientes (nomeadamente clientes corporativos globais) destaca-se a implementação de limites por capital económico, incorporando no controlo quantitativo as variáveis associadas à qualidade creditícia de cada contraparte.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a exposição máxima ao risco de crédito e o respectivo valor de balanço dos instrumentos financeiros apresentava o seguinte detalhe:

	2014		2013 (proforma)	
	Valor de balanço	Exposição máxima	Valor de balanço	Exposição máxima
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	830.474	830.474	337.841	337.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	241.218	241.218	552.921	552.921
Activos financeiros detidos para negociação	2.291.734	2.291.734	1.949.115	1.949.115
Activos financeiros disponíveis para venda	6.712.555	6.712.555	4.382.253	4.382.253
Aplicações em instituições de crédito	1.220.917	1.220.917	3.270.970	3.270.970
Crédito a clientes	25.523.251	30.146.120	26.107.521	30.967.721
Derivados de cobertura	195.035	195.035	199.427	199.427
	<u>37.015.184</u>	<u>41.638.053</u>	<u>36.800.048</u>	<u>41.660.248</u>
Garantias prestadas e créditos documentários abertos (Nota 29)	<u>1.300.545</u>	<u>1.300.545</u>	<u>1.384.781</u>	<u>1.384.781</u>

A exposição máxima em “Crédito a clientes” em 31 de Dezembro de 2014, incluía mEuros 417.809 e mEuros 4.205.060 referentes a linhas de crédito irrevogáveis e linhas de crédito revogáveis, respectivamente (mEuros 652.278 e mEuros 4.207.922 em 31 de Dezembro de 2013, respectivamente).

Crédito concedido

Mensalmente, o Banco analisa o crédito concedido a clientes e outros valores a receber para identificar indícios de imparidade. Para efeitos de análise colectiva de perdas por imparidade, o BST efectua a segmentação da carteira de crédito de acordo com o tipo de produto e tipo de cliente associado às operações (Nota 10).

De acordo com os requisitos definidos na carta circular n.º 02/2014/DSP de 26 de Fevereiro de 2014 do Banco de Portugal, o Banco apresenta a seguinte informação referente a 31 de Dezembro de 2014:

A exposição creditícia e a respectiva imparidade por segmento:

Segmento	Exposição a 31-12-2014						Imparidade a 31-12-2014		
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Corporate	7.564.464	7.200.093	3.429	229.547	364.371	194.706	(282.266)	(75.813)	(206.453)
Construção e CRE	3.036.506	2.553.175	14	357.260	483.331	232.453	(351.994)	(54.868)	(297.126)
Habituação	14.950.326	14.491.944	2.025	993.184	458.382	166.322	(301.645)	(106.856)	(194.789)
Retail	1.890.535	1.666.376	319	221.511	224.159	125.367	(236.011)	(34.014)	(201.997)
Garantias não afectas a outros segmentos	988.087	988.087	-	-	-	-	(1.256)	(706)	(550)
	<u>28.429.918</u>	<u>26.899.675</u>	<u>5.787</u>	<u>1.801.502</u>	<u>1.530.243</u>	<u>718.848</u>	<u>(1.173.172)</u>	<u>(272.257)</u>	<u>(900.915)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A reconciliação entre a exposição máxima de crédito referida no quadro anterior e a exposição total constante neste quadro é como segue:

Exposição máxima ao risco de crédito	30.146.120
Compromissos por linhas de crédito revogáveis	(4.205.060)
Garantias prestadas e outros eventuais - garantias e avales	1.084.029
Garantias prestadas e outros eventuais - créditos documentários abertos	216.516
Imparidade registada	1.161.618
Despesas com encargo diferido	(69.414)
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	100.355
Correcções de cobertura	(4.246)
Exposição total de crédito	28.429.918

O detalhe da imparidade total é como segue:

Imparidade em crédito a clientes (Nota 10)	(1.161.618)
Provisões e imparidade para garantias e compromissos assumidos (Nota 22)	(11.554)

	(1.173.172)
	=====

A exposição creditícia e a respectiva imparidade em função da antiguidade do vencido é como segue:

Segmento	Total	Exposição total 31-12-2014			
		Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
		Dias de atraso < 30	Dias de atraso entre 30 - 90	Dias de atraso <= 90 *	Dias de atraso > 90 dias
Crédito					
Corporate	7.564.464	7.154.113	45.980	-	364.371
Construção e CRE	3.036.506	2.504.283	48.892	-	483.331
Habitação	14.950.326	14.336.868	155.076	-	458.382
Retail	1.890.535	1.637.097	29.279	-	224.159
Garantias não afectas a outros segmentos	988.087	988.087	-	-	-
	28.429.918	26.620.448	279.227	-	1.530.243
Imparidade					
Corporate	(282.266)	(60.175)	(15.638)	-	(206.453)
Construção e CRE	(351.994)	(49.173)	(5.695)	-	(297.126)
Habitação	(301.645)	(34.706)	(72.150)	-	(194.789)
Retail	(236.011)	(18.257)	(15.757)	-	(201.997)
Garantias não afectas a outros segmentos	(1.256)	(706)	-	-	(550)
	(1.173.172)	(163.017)	(109.240)	-	(900.915)
	27.256.746	26.457.431	169.987	-	629.328

A exposição creditícia e a respectiva imparidade em função do ano de produção é como segue:

Ano de produção	Corporate			Construção e CRE			Habitação			Retail			Garantias não afectas a outros segmentos		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2004 e anteriores	2.832	206.965	(5.097)	3.734	157.453	(8.670)	127.884	4.385.491	(98.462)	114.634	132.074	(4.731)	1.961	140.372	(190)
2005	1.147	74.882	(5.106)	888	94.858	(8.212)	26.270	1.351.318	(29.167)	18.124	25.569	(794)	189	18.798	(23)
2006	1.178	90.316	(5.580)	1.078	95.410	(12.595)	27.245	1.595.630	(34.632)	18.473	30.277	(1.531)	213	23.179	(111)
2007	1.801	130.537	(7.960)	1.604	147.108	(21.325)	36.880	2.201.465	(52.906)	27.504	55.737	(3.992)	226	63.910	(26)
2008	2.238	209.194	(14.057)	2.172	195.682	(26.234)	27.030	1.614.876	(43.611)	30.947	61.985	(7.693)	505	70.806	(68)
2009	2.941	255.713	(24.413)	2.483	194.248	(36.357)	17.792	1.126.442	(19.776)	29.001	70.789	(15.587)	508	35.397	(98)
2010	5.634	366.789	(35.851)	3.320	272.111	(46.129)	15.898	1.161.120	(12.140)	54.716	151.913	(32.989)	542	77.830	(157)
2011	7.972	360.604	(42.976)	3.873	320.765	(56.232)	7.720	511.073	(6.263)	68.483	195.891	(52.903)	572	45.255	(476)
2012	8.419	489.537	(53.745)	3.819	426.386	(79.051)	4.995	329.726	(2.770)	81.923	269.566	(57.378)	619	47.430	(11)
2013	10.542	763.572	(52.601)	3.448	308.230	(37.974)	4.010	300.413	(1.138)	90.847	407.421	(37.808)	893	155.723	(39)
2014	118.482	4.616.355	(34.880)	18.097	824.255	(19.215)	4.576	372.772	(780)	78.564	489.313	(20.605)	2.127	309.387	(57)
	163.186	7.564.464	(282.266)	44.516	3.036.506	(351.994)	300.300	14.950.326	(301.645)	613.216	1.890.535	(236.011)	8.355	988.087	(1.256)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2014, a imparidade estimada de forma individual e através do modelo de análise colectiva apresentava a seguinte composição por segmento:

	Exposição			Imparidade		
	Individual	Colectiva	Total	Individual	Colectiva	Total
Corporate	350.672	7.213.792	7.564.464	(113.681)	(168.585)	(282.266)
Construção e CRE	924.918	2.111.588	3.036.506	(276.135)	(75.859)	(351.994)
Habitação	-	14.950.326	14.950.326	-	(301.645)	(301.645)
Retail	-	1.890.535	1.890.535	-	(236.011)	(236.011)
Garantias não afectas a outros segmentos	9.744	978.343	988.087	(1.034)	(222)	(1.256)
	<u>1.285.334</u>	<u>27.144.584</u>	<u>28.429.918</u>	<u>(390.850)</u>	<u>(782.322)</u>	<u>(1.173.172)</u>

Em 31 de Dezembro de 2014, o risco de crédito estimado de forma individual e através do modelo de análise colectiva apresentava a seguinte composição por sector de actividade, para os segmentos *Corporate* e "Construção e CRE":

	Exposição			Imparidade		
	Individual	Colectiva	Total	Individual	Colectiva	Total
Actividades Financeiras e de Seguros	60.470	1.770.414	1.830.884	(23.388)	(10.571)	(33.959)
Actividades de Consultoria, científicas, técnicas e similares	30.093	168.710	198.803	(8.135)	(6.964)	(15.099)
Actividades de saúde humana e apoio social	9.684	146.274	155.958	(2.617)	(3.797)	(6.414)
Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	24.538	24.538	-	(236)	(236)
Indústrias Transformadoras	58.352	1.487.066	1.545.418	(16.760)	(43.626)	(60.386)
Captação, tratamento e distribuição de água saneamento, gestão de resíduos e despoluição	516	82.716	83.232	(10)	(1.044)	(1.054)
Construção	684.308	1.309.813	1.994.121	(212.921)	(47.675)	(260.596)
Actividades imobiliárias	227.852	422.896	650.748	(58.192)	(10.587)	(68.779)
Educação	1.000	29.355	30.355	(650)	(956)	(1.606)
Outras actividades de serviços	17.916	54.099	72.015	(1.473)	(1.765)	(3.238)
Transportes e armazenagem	6.009	221.922	227.931	(1.398)	(10.175)	(11.573)
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	9.387	19.727	29.114	(939)	(1.475)	(2.414)
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	3.775	78.867	82.642	(1.139)	(2.699)	(3.838)
Comércio por grosso e a retalho	104.259	1.497.295	1.601.554	(38.061)	(78.585)	(116.646)
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	17.230	186.298	203.528	(12.125)	(6.388)	(18.513)
Actividades de informação e de comunicação	783	173.332	174.115	(267)	(4.056)	(4.323)
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	(20.778)	730.329	709.551	-	(1.590)	(1.590)
Alojamento, Restauração e Similares	63.968	300.756	364.724	(11.592)	(10.938)	(22.530)
Indústrias Extrativas	613	16.019	16.632	(5)	(1.089)	(1.094)
Administração Pública e defesa segurança social obrigatória	-	604.787	604.787	-	(71)	(71)
Outros	153	167	320	(144)	(157)	(301)
	<u>1.275.590</u>	<u>9.325.380</u>	<u>10.600.970</u>	<u>(389.816)</u>	<u>(244.444)</u>	<u>(634.260)</u>

Em 31 de Dezembro de 2014, o risco de crédito estimado de forma individual e através do modelo de análise colectiva apresentava a seguinte composição por geografia:

	Portugal		Inglaterra	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual	1.285.334	(390.850)	-	-
Colectiva	26.345.957	(755.931)	798.627	(26.391)
	<u>27.631.291</u>	<u>(1.146.781)</u>	<u>798.627</u>	<u>(26.391)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As análises de risco para clientes ou grupos económicos onde o Banco tem uma exposição superior a 500.000 Euros são efectuadas por analistas de riscos que acompanham os clientes e suportadas por modelos de rating desenvolvidos pelo Banco e aprovados pelas entidades reguladoras. Estes modelos são de elaboração obrigatória. A atribuição de vários níveis de rating interno, que variam de 1 a 9, tem subjacente o grau de risco inerente ao cliente e uma probabilidade de default a um ano que o Banco monitoriza e calibra de forma constante e regular. Em termos concretos o rating é determinado pela análise dos seguintes factores:

- . Procura/Mercado;
- . Sócios/Gestão;
- . Acesso ao crédito;
- . Rentabilidade;
- . Geração de fluxos;
- . Solvência.

A estes factores é atribuída uma classificação de 1 (mínimo) a 9 (máximo), de acordo com a seguinte ponderação:

Ponderadores	Grandes empresas	Pequenas e médias Empresas
Procura/Mercado	20%	20%
Sócios/Gestão	15%	15%
Acesso ao crédito	10%	10%
Rentabilidade	15%	55%
Geração de fluxos	25%	
Solvência	15%	

O rating é calculado pelos analistas, tendo como suporte informação fornecida pelo cliente, informação geral sobre o sector e bases de dados externas. O rating final por área parcial de valoração é posteriormente introduzido no sistema informático do Banco.

Desta forma, o sistema de rating interno do Banco pode ser descrito da seguinte forma:

- Rating 1 – 3: Cliente com risco de crédito elevado;
- Rating 4 – 6: Cliente com risco de crédito moderado;
- Rating 7 – 9: Cliente com risco de crédito reduzido.

Em 31 de Dezembro de 2014, a carteira de crédito do Banco apresentava a seguinte segmentação de acordo com o grau de risco interno atribuído:

	Grau de risco				Total
	Elevado	Médio	Baixo	Sem Rating	
Corporate	247.552	4.280.905	1.351.484	1.684.523	7.564.464
Construção e CRE	482.922	1.853.631	107.463	592.490	3.036.506
Habituação	2.183.434	1.437.204	10.318.509	1.011.179	14.950.326
Retail	363.638	297.380	897.056	332.461	1.890.535
Garantias não afectas a outros segmentos	9.940	656.948	213.721	107.478	988.087
	3.287.486	8.526.068	12.888.233	3.728.131	28.429.918

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o valor de balanço das garantias ou outros colaterais executados no âmbito de operações de crédito concedido ascendia a mEuros 263.017 e mEuros 271.850, respectivamente, e apresentava o seguinte detalhe:

	2014	2013 (proforma)
Activos não correntes detidos para venda (Nota 12):		
. Imóveis recebidos em dação em pagamento	271.204	268.035
. Unidades de participação	18.663	18.663
. Equipamento	3.464	4.021
Propriedades de investimento (Nota 13)	19.000	18.191
Outros activos recebidos em dação em pagamento (Nota 17)	65.440	72.477
Activos financeiros disponíveis para venda	<u>22.121</u>	<u>22.121</u>
	<u>399.892</u>	<u>403.508</u>
Imparidade para activos não correntes detidos para venda (Nota 12):		
. Imóveis recebidos em dação em pagamento	(92.406)	(87.677)
. Unidades de participação	(4.000)	(4.000)
. Equipamento	(2.499)	(2.927)
Imparidade de outros activos recebidos em dação em pagamento (Nota 17)	(15.849)	(14.933)
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda	<u>(22.121)</u>	<u>(22.121)</u>
	<u>(136.875)</u>	<u>(131.658)</u>
	<u>263.017</u>	<u>271.850</u>

O detalhe do justo valor e do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação, por tipo de activo é o seguinte:

Activo	2014		
	Números de Imóveis	Justo Valor do Activo ⁽¹⁾	Valor Líquido Contabilístico
Terreno			
Urbano	129	23.623	19.005
Rural	78	10.523	8.288
Edifícios Construídos			
Comerciais	449	52.937	44.856
Habitação	1.571	126.560	96.547
Outros	32	8.931	6.112
Outros	14	5.097	3.990
	<u>2.273</u>	<u>227.671</u>	<u>178.798</u>

⁽¹⁾ não inclui custos com a venda e estimativa de perda histórica com a alienação deste tipo de activos.

O detalhe do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação, por antiguidade é o seguinte:

Activo	2014				Total
	< 1 ano	>= 1ano e < 2,5 anos	>= 2,5 anos e < 5 anos	>= 5 anos	
Terreno					
Urbano	214	2.769	15.166	856	19.005
Rural	90	6.540	722	936	8.288
Edifícios Construídos					
Comerciais	5.649	31.427	4.531	3.249	44.856
Habitação	34.000	41.304	17.022	4.221	96.547
Outros	-	2.533	2.994	585	6.112
Outros	1.368	2.576	46	-	3.990
	<u>41.321</u>	<u>87.149</u>	<u>40.481</u>	<u>9.847</u>	<u>178.798</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)Crédito reestruturado

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as operações de crédito reestruturado foram identificadas de acordo com a Instrução nº 32/2013 do Banco de Portugal (que substituiu a Instrução nº 18/2012) a qual estabelece a definição de crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente.

De acordo com a referida Instrução, as instituições devem proceder à identificação e marcação, nos respectivos sistemas de informação, dos contratos de crédito de um cliente em situação de dificuldades financeiras, sempre que se verifiquem modificações aos termos e condições desses contratos (nomeadamente, alargamento do prazo de reembolso, introdução de períodos de carência, capitalização de juros, redução das taxas de juro, perdão de juros ou capital) ou a instituição contrate novas facilidades de crédito para liquidação (total ou parcial) do serviço de dívida existente, devendo para o efeito incluir a menção “crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente”.

Considera-se que um cliente está em situação de dificuldades financeiras quando tiver incumprido alguma das suas obrigações financeiras perante a instituição ou se for previsível, em face da informação disponível, que tal venha a ocorrer.

A desmarcação do crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente apenas se pode verificar depois de decorrido um período mínimo de dois anos desde a data da sua reestruturação, desde que se verifiquem cumulativamente determinadas condições. O Banco até ao momento não procedeu a qualquer desmarcação.

O movimento da carteira de créditos marcados como reestruturados durante o ano de 2014 foi como segue:

	<u>31-12-2014</u>
Saldo inicial da carteira de reestruturados (bruto de provisões)	2.352.993
Créditos reestruturados no exercício	563.837
Juros corridos da carteira reestruturada	(1.192)
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	(372.288)
Outros	(23.000)
Saldo final da carteira de reestruturados (bruto de provisões)	<u>2.520.350</u>

Em 31 de Dezembro de 2014, a carteira de crédito reestruturado apresentava a seguinte composição por medida de reestruturação aplicada:

	2014								
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Período de carência	36.117	987.824	61.542	8.751	177.463	153.884	44.868	1.165.287	215.426
Outros	27.987	813.678	89.707	10.875	541.385	254.350	38.862	1.355.063	344.057
	<u>64.104</u>	<u>1.801.502</u>	<u>151.249</u>	<u>19.626</u>	<u>718.848</u>	<u>408.234</u>	<u>83.730</u>	<u>2.520.350</u>	<u>559.483</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)Colaterais

Em 31 de Dezembro de 2014, o grau de cobertura do crédito vencido por garantias reais apresentava a seguinte composição:

Grau de cobertura	Exposição			Colaterais			Imparidade
	Vincendo associado a crédito vencido	Vencido (Nota 10)	Total	Hipotecas	Outras garantias reais	Total	
Empresas							
>= 100%	59.188	45.087	104.275	178.573	6.122	184.695	(14.991)
>= 80% e < 100%	6.987	39.536	46.523	30.990	5.425	36.415	(17.781)
>= 60% e < 80%	935	39.723	40.658	23.877	1.094	24.971	(18.132)
< 60%	12.692	60.534	73.226	21.079	2.175	23.254	(35.305)
Sem garantia	559.152	439.216	998.368	-	-	-	(410.965)
Habituação							
>= 100%	303.112	2.297	305.409	578.589	732	579.321	(40.736)
>= 80% e < 100%	18.908	124	19.032	24.061	3	24.064	(6.288)
>= 60% e < 80%	6.213	47	6.260	8.288	6	8.294	(5.444)
< 60%	2.772	1.526	4.298	4.062	163	4.225	(7.240)
Sem garantia	39.335	340.567	379.902	-	-	-	(135.081)
Outros particulares							
>= 100%	2.740	5.738	8.478	8.524	4.237	12.761	(5.430)
>= 80% e < 100%	1.576	336	1.912	-	1.836	1.836	(356)
>= 60% e < 80%	850	203	1.053	-	736	736	(291)
< 60%	2.375	1.658	4.033	-	1.130	1.130	(1.862)
Sem garantia	83.465	189.646	273.111	-	-	-	(201.013)
	<u>1.100.300</u>	<u>1.166.237</u>	<u>2.266.537</u>	<u>878.043</u>	<u>23.659</u>	<u>901.702</u>	<u>(900.915)</u>

Em 31 de Dezembro de 2014, o grau de cobertura do crédito sem incumprimento para o qual foi atribuída imparidade na análise individual apresenta o seguinte detalhe:

Grau de cobertura	Crédito em cumprimento	Colaterais			Imparidade
		Hipotecas	Outras garantias reais	Total	
>= 100%	202.105	381.619	2.077	383.696	(23.017)
>= 80% e < 100%	31.924	26.250	2.559	28.809	(10.704)
>= 60% e < 80%	23.942	6.044	10.014	16.058	(9.283)
< 60%	10.288	347	1.862	2.209	(1.321)
Sem garantia	326.136	-	-	-	(69.025)
	<u>594.395</u>	<u>414.260</u>	<u>16.512</u>	<u>430.772</u>	<u>(113.350)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)Activos onerados

Considera-se um activo onerado, um activo explícita ou implicitamente constituído como garantia ou sujeito a um acordo para garantir, colateralizar ou melhorar a qualidade de crédito em qualquer operação da qual não possa ser livremente retirado.

De acordo com os requisitos definidos na Instrução n.º 28 / 2014, de 15 de Janeiro de 2015, do Banco de Portugal, o Banco apresenta de seguida informação relativamente aos activos onerados.

Em 31 de Dezembro de 2014, a composição dos activos onerados e não onerados é a seguinte:

	<u>Quantia escriturada dos activos onerados</u>	<u>Valor justo dos activos onerados</u>	<u>Quantia escriturada dos activos não onerados</u>	<u>Valor justo dos activos não onerados</u>
Activos				
Disponibilidades em bancos centrais e outras instituições de crédito	-	-	863.678	-
Instrumentos de capital	-	-	115.896	115.896
Títulos de dívida	5.294.786	5.294.786	3.719.575	3.719.575
Crédito a clientes e aplicações em instituições de crédito	10.351.176	-	13.978.309	-
Outros activos	-	-	4.536.942	-
	<u>15.645.962</u>	<u>5.294.786</u>	<u>23.214.400</u>	<u>3.835.471</u>

Em 31 de Dezembro de 2014, os passivos associados a activos onerados e os colaterais recebidos são os seguintes:

	<u>Passivos associados, passivos contingentes e títulos emprestados</u>	<u>Activos, colateral recebido e títulos de dívida própria emitidos que não <i>covered</i> <i>bonds</i> próprias ou ABS onerados</u>
Quantia escriturada dos passivos financeiros	11.899.212	15.645.962
Outros	364.000	-
	<u>12.263.212</u>	<u>15.645.962</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o valor de balanço dos instrumentos de dívida apresentava o seguinte detalhe por rating externo, de acordo com a notação atribuída pela Standard & Poor's:

	<u>2014</u>	<u>2013</u> (proforma)
Activos financeiros detidos para negociação		
Rating S&P		
AA+ / AA / AA-	1.257	2.098
A+ / A / A-	103.947	53.382
BBB+ / BBB / BBB-	133.495	96.913
BB+ / BB / BB-	23.741	101.171
B+ / B / B-	-	7.816
Sem rating externo	<u>56.781</u>	<u>84.690</u>
	<u>319.221</u>	<u>346.070</u>
Activos financeiros disponíveis para venda		
Rating S&P		
AA+ / AA / AA-	-	7.437
BBB+ / BBB / BBB-	-	1.068.428
BB+ / BB / BB-	5.888.016	2.450.332
B+ / B / B-	111.574	354.691
Sem rating externo	<u>600.088</u>	<u>408.814</u>
	<u>6.599.678</u>	<u>4.289.702</u>
	<u>6.918.899</u>	<u>4.635.772</u>

Para os casos em que o rating da agência Standard & Poor's não estava disponível, foram apresentados os ratings divulgados pelas agências Moody's ou Fitch.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)**RISCO DE LIQUIDEZ**

A política de gestão de liquidez do balanço é decidida no órgão de 1º nível da estrutura organizacional responsável pelo *Asset and Liability Management (ALM)*, o Comité de Activos e Passivos (ALCO), presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, que integra os administradores responsáveis pelas áreas Financeira, Tesouraria, Comercial, *Marketing* e Internacional. As reuniões do Comité têm periodicidade mensal e nelas são analisados os riscos do balanço e decididas as opções estratégicas.

Para a área de *ALM* são definidos os seguintes limites de gestão de balanço:

- Limites orientados para o controlo do risco de taxa de juro, nomeadamente, a sensibilidade da margem financeira (NIM) e a sensibilidade do valor patrimonial (MVE) a variações não esperadas da taxa de juro; e
- Limites orientados para o controlo do risco de liquidez através dos indicadores, coeficiente de liquidez e iliquidez líquida acumulada.

A política de financiamento do Banco considera a evolução dos agregados do balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de activos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à actividade de *funding*.

No âmbito da sua política de liquidez, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o Banco mantém um programa de Euro Medium Term Notes (EMTN) de mEuros 5.000.000, do qual estão utilizados mEuros 32.300 e mEuros 141.830, respectivamente.

De referir que não é realizada pelo Banco qualquer análise de risco de liquidez para os instrumentos financeiros de negociação (*trading*).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os cash flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respectiva maturidade contratual, apresentavam o seguinte detalhe:

	2014							Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
<u>Activo</u>								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	208.014	78	238	632	623.094	-	-	832.056
Disponibilidades em outras instituições de crédito	241.218	-	-	-	-	-	-	241.218
Activos financeiros detidos para negociação	2.291.734	-	-	-	-	-	-	2.291.734
Activos financeiros disponíveis para venda	2	87.567	417.616	855.294	2.511.162	3.614.804	178.095	7.664.540
Aplicações em instituições de crédito	80.897	54.609	613.661	477.306	2.175	49.954	-	1.278.602
Crédito a clientes	315.350	2.204.676	3.184.363	5.225.099	4.068.893	14.240.783	-	29.239.164
Derivados de cobertura	195.035	-	-	-	-	-	-	195.035
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-	166.359	166.359
	3.332.250	2.346.930	4.215.878	6.558.331	7.205.324	17.905.541	344.454	41.908.708
<u>Passivo</u>								
Recursos de bancos centrais	3.800.088	-	-	-	609.694	-	-	4.409.782
Passivos financeiros detidos para negociação	1.995.019	-	-	-	-	-	-	1.995.019
Recursos de outras instituições de crédito	224.704	2.804.571	316.626	303.951	4.636	405.393	-	4.059.881
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.219.756	2.733.455	5.150.978	7.533.068	430.177	95.839	-	22.163.273
Responsabilidades representadas por títulos	1.761	87.294	154.066	1.259.767	906.769	685.837	-	3.095.494
Derivados de cobertura	133.690	-	-	-	-	-	-	133.690
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	4.319	4.319
	12.375.018	5.625.320	5.621.670	9.096.786	1.951.276	1.187.069	4.319	35.861.458

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2013 (proforma)							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	222.107	72	221	588	587	123.086	-	346.661
Disponibilidades em outras instituições de crédito	552.921	-	-	-	-	-	-	552.921
Activos financeiros detidos para negociação	1.949.115	-	-	-	-	-	-	1.949.115
Activos financeiros disponíveis para venda	2	299.222	1.106.694	532.235	1.100.163	1.963.112	142.567	5.143.995
Aplicações em instituições de crédito	1.679.810	42.892	124.521	1.411.556	63.308	53.578	-	3.375.665
Crédito a clientes	665.187	2.908.286	3.989.822	4.465.835	3.072.981	15.022.088	-	30.124.199
Derivados de cobertura	199.427	-	-	-	-	-	-	199.427
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-	147.730	147.730
	5.268.569	3.250.472	5.221.258	6.410.214	4.237.039	17.161.864	290.297	41.839.713
Passivo								
Recursos de bancos centrais	41.410	2.200.138	-	4.030.742	-	-	-	6.272.290
Passivos financeiros detidos para negociação	1.619.768	-	-	-	-	-	-	1.619.768
Recursos de outras instituições de crédito	474.345	2.869.871	86.833	575.931	5.370	206.009	-	4.218.359
Recursos de clientes e outros empréstimos	5.227.653	3.018.611	5.135.818	7.348.145	359.500	296.950	-	21.386.677
Responsabilidades representadas por títulos	(30.862)	55.762	1.228.197	348.438	188.069	812.124	-	2.601.728
Derivados de cobertura	370.684	-	-	-	-	-	-	370.684
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	4.320	4.320
	7.702.998	8.144.382	6.450.848	12.303.256	552.939	1.315.083	4.320	36.473.826

O apuramento dos cash flows previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pelo Banco na gestão e controlo da liquidez decorrente da sua actividade, nomeadamente:

- Os fluxos previsionais de activos e passivos com remuneração variável associada à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*;
- Os instrumentos financeiros classificados como “não estruturais” foram considerados como exigíveis “à vista”, com excepção dos instrumentos de capital registados como activos financeiros disponíveis para venda, que foram considerados com maturidade indeterminada. Activos e passivos financeiros não estruturais correspondem a activos não sujeitos a variações de taxa de juro (caixa, disponibilidades em instituições de crédito e instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda) e activos e passivos de negociação, cuja gestão tem por base o controlo quanto à exposição ao risco de mercado. Neste âmbito, o Banco considera o justo valor dos activos e passivos de negociação como o seu valor transaccional exigível à vista;
- As operações referentes a linhas de crédito sem data de vencimento definida ou periodicamente renováveis, nomeadamente descobertos bancários e linhas de crédito em conta corrente, foram consideradas com uma maturidade média de 25 meses;
- Os fluxos previsionais referentes a depósitos à ordem foram considerados como exigíveis à vista.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um instrumento financeiro em virtude de variações não antecipadas de variáveis de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, *spreads* de crédito, preços de instrumentos de capital, metais preciosos e mercadorias.

A metodologia padrão aplicada para a actividade de negociação do Banco consiste no Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base o padrão de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, sendo aplicados ajustes estatísticos que permitam incluir os acontecimentos mais recentes e que condicionam os níveis de risco assumidos. Esta medida é apenas utilizada na gestão de tesouraria ao nível do Grupo, uma vez que o Banco usa medidas de sensibilidade específicas.

O VaR calculado representa uma estimativa diária da perda potencial máxima em condições normais de mercado (individualmente por carteiras/áreas de negócio e para a globalidade das posições), dentro dos pressupostos definidos na construção do modelo.

Simultaneamente estão implementadas outras medidas que permitem um controlo adicional do risco de mercado. Para condições anormais de mercado procede-se à análise de cenários (Stress Testing), que consiste em definir cenários extremos para o comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respectivo impacto potencial nos resultados. Em suma, a análise de cenários procura identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

Paralelamente, é efectuado um acompanhamento diário das posições, sendo realizado um controlo exaustivo das mudanças que ocorrem nas carteiras, com vista a detectar as eventuais incidências que possam existir para a sua correcção. A elaboração diária da conta de resultados tem assim como objectivo identificar o impacto das variações nas variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

O Banco utiliza igualmente medidas de sensibilidade e posições equivalentes. No caso da taxa de juro utiliza-se o BPV – impacto estimado em resultados por movimentos paralelos nas curvas de taxa de juro. Para o controlo das actividades de derivados, devido ao seu carácter atípico, são realizadas diariamente medidas de sensibilidade específicas, nomeadamente o cálculo e análise de sensibilidades aos movimentos de preço do subjacente (delta e gamma), da volatilidade (vega) e do tempo (theta).

Existem limites quantitativos utilizados para as carteiras de negociação, que se classificam em dois grupos, em função dos seguintes objectivos:

- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas potenciais futuras (VaR, Posições equivalentes e sensibilidades); e
- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas efectivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período (Loss Triggers e Stop Losses).

No que se refere ao risco estrutural de taxa de juro, o modelo utilizado na análise permite medir e controlar todos os factores associados ao risco de mercado do balanço, nomeadamente o risco originado directamente pelo movimento da curva de rendimentos, dada a estrutura de indexantes e repreciação existente, que determinam a sensibilidade da margem financeira e a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos do balanço.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)**Risco de taxa de juro**

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro apresentava o seguinte detalhe:

	2014				
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Derivados	Total
	Taxa fixa	Taxa variável			
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	622.460	208.014	-	830.474
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	241.218	-	241.218
Activos financeiros detidos para negociação	121.600	197.621	3.019	1.969.494	2.291.734
Activos financeiros disponíveis para venda	5.344.934	804.792	562.829	-	6.712.555
Aplicações em instituições de crédito	890.877	282.915	47.125	-	1.220.917
Crédito a clientes	2.821.989	22.676.129	25.133	-	25.523.251
Derivados de cobertura	-	-	-	195.035	195.035
	<u>9.179.400</u>	<u>24.583.917</u>	<u>1.087.338</u>	<u>2.164.529</u>	<u>37.015.184</u>
<u>Passivo</u>					
Recursos de bancos centrais	606.000	3.800.051	261	-	4.406.312
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.995.019	1.995.019
Recursos de outras instituições de crédito	3.167.409	863.072	243	-	4.030.724
Recursos de clientes e outros empréstimos	15.758.146	5.699.091	168.665	-	21.625.902
Responsabilidades representadas por títulos	1.918.587	1.034.484	20.040	-	2.973.111
Derivados de cobertura	-	-	-	133.690	133.690
Passivos subordinados	-	4.275	31	-	4.306
	<u>21.450.142</u>	<u>11.400.973</u>	<u>189.240</u>	<u>2.128.709</u>	<u>35.169.064</u>
2013 (proforma)					
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Derivados	Total
	Taxa fixa	Taxa variável			
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	116.135	221.706	-	337.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	552.921	-	552.921
Activos financeiros detidos para negociação	72.497	273.573	3.152	1.599.893	1.949.115
Activos financeiros disponíveis para venda	3.457.589	790.358	134.306	-	4.382.253
Aplicações em instituições de crédito	2.432.516	804.626	33.828	-	3.270.970
Crédito a clientes	2.382.892	23.698.903	25.726	-	26.107.521
Derivados de cobertura	-	-	-	199.427	199.427
	<u>8.345.494</u>	<u>25.683.595</u>	<u>971.639</u>	<u>1.799.320</u>	<u>36.800.048</u>
<u>Passivo</u>					
Recursos de bancos centrais	-	6.200.016	41.394	-	6.241.410
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.619.768	1.619.768
Recursos de outras instituições de crédito	3.582.505	592.187	366	-	4.175.058
Recursos de clientes e outros empréstimos	15.696.775	4.781.987	228.239	-	20.707.001
Responsabilidades representadas por títulos	1.341.104	1.209.023	(15.966)	-	2.534.161
Derivados de cobertura	-	-	-	370.684	370.684
Passivos subordinados	-	4.307	-	-	4.307
	<u>20.620.384</u>	<u>12.787.520</u>	<u>254.033</u>	<u>1.990.452</u>	<u>35.652.389</u>

Instrumentos financeiros – não negociação

A metodologia de cálculo da sensibilidade do valor patrimonial é realizada através da simulação da variação do valor de mercado dos activos e passivos, com base em deslocamentos de 100 basis points (bp's) na curva de taxa de juro *forward*. Esta metodologia assume os seguintes parâmetros e pressupostos:

- São identificados todos os activos e passivos sensíveis a variações das taxas de juro, ou seja, cujo valor e respectiva contribuição para a margem financeira podem sofrer alterações decorrentes de variações das taxas de mercado;
- Os activos e passivos são agrupados em agregados homogéneos de acordo com a sua exposição ao risco de taxa de juro;
- Para cada operação (contrato) sensível são calculados os fluxos futuros devidamente distribuídos pelas datas de repreciação (taxa variável) ou data de vencimento (taxa fixa);
- Por cada agregado definido anteriormente agrupam-se as operações por datas de repreciação/vencimento;
- Definem-se os intervalos temporais pretendidos para medição do gap de taxas de juro;
- Por cada agregado, agrupam-se os fluxos em função dos intervalos criados;
- Para cada produto considerado sensível, mas que não tenha prazo de vencimento definido estimam-se parâmetros de distribuição segundo modelos de comportamento previamente estudados; e
- Para cada intervalo é calculado o total dos fluxos activos e passivos e por diferença entre os mesmos o gap de risco de taxa de juro de cada intervalo.

O gap de taxa de juro permite fazer uma aproximação da sensibilidade do valor patrimonial e da margem financeira face a variações das taxas de mercado. Esta aproximação tem os seguintes pressupostos:

- Os volumes mantêm-se sempre no balanço e renovam-se automaticamente;
- Pressupõe variações paralelas na curva de taxas de juro, não considerando a possibilidade de movimentos concretos para diferentes prazos da curva de taxas de juro; e
- Não considera as diferentes elasticidades entre os vários produtos.

Na perspectiva da variação do Valor Patrimonial, as subidas das taxas de juro implicam uma diminuição de valor nos intervalos com gaps positivos e um incremento de valor nos gaps negativos. As descidas das taxas de juro têm um efeito contrário.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)*Pressupostos genéricos desta análise de sensibilidade de taxa de juro*

- Evolução do balanço – assume-se um balanço estático, segundo o qual os montantes dos contratos que não têm uma data fixa de vencimento ou se pressupõe a sua renovação, são substituídos por novas operações do mesmo montante, de modo a que os saldos de balanço se mantenham constantes durante o período em análise;
- Vencimentos e repreciações – consideram-se as datas de vencimento e repreciação reais das operações. Os activos e passivos cuja contribuição para a margem financeira e cujo valor patrimonial não se altera perante variações das taxas de juro são considerados não sensíveis;
- Indexantes – considera-se os indexantes definidos contratualmente e utiliza-se para simulação a curva spot da data de análise com a curva forward subjacente; e
- Características das novas operações “New Business” (Prazo, repreciação, volumes, spread, indexante, etc.) – utilizam-se as condições inscritas no orçamento para cada produto. Quando estas características começam a ficar fora de mercado para determinados produtos utilizam-se as condições médias praticadas no último mês ou as novas directrizes comerciais para cada um dos produtos em causa.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros do Banco a variações positivas e negativas de 100 basis points (bp's) para o horizonte temporal de um ano correspondia a:

	2014		2013 (proforma)	
	Variação + 100 bp's	Variação - 100 bp's	Variação + 100 bp's	Variação - 100 bp's
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	263	9.556	96	(195)
Activos financeiros disponíveis para venda	(364.218)	208.326	(146.096)	144.720
Aplicações em instituições de crédito	(8.362)	3.714	(14.643)	8.042
Crédito a clientes	(134.640)	53.400	(136.262)	111.563
	<u>(506.957)</u>	<u>274.996</u>	<u>(296.905)</u>	<u>264.130</u>
Derivados de cobertura	<u>(54.126)</u>	<u>9.259</u>	<u>(3.830)</u>	<u>(43.088)</u>
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	(22.764)	6.170	(1.444)	7.820
Recursos de outras instituições de crédito	(4.825)	542	(7.210)	2.940
Recursos de clientes e outros empréstimos	(401.951)	136.480	(362.651)	288.137
Responsabilidades representadas por títulos	(58.746)	15.003	(13.668)	5.254
	<u>(488.286)</u>	<u>158.195</u>	<u>(384.973)</u>	<u>304.151</u>

Instrumentos financeiros - negociação

Os parâmetros básicos para o cálculo do VaR aplicáveis de forma geral são, além da própria metodologia de cálculo, os seguintes:

- Horizonte temporal: O período de tempo para o qual se calculam as perdas potenciais numa carteira para a medição do VaR (diário) é de 1 dia;
- Nível de confiança: tanto o VaR (perda potencial) como o VaE (ganho potencial) são determinados com um nível de confiança de 99% (percentis 1% e 99%, respectivamente, da distribuição de perdas e ganhos);
- Factor de decaimento exponencial: Permite ponderar exponencialmente o valor das variações nos factores de mercado no tempo, dando um menor peso às observações mais afastadas no tempo.

O factor de decaimento exponencial aplicado é determinado periodicamente pela metodologia de Risco de Mercado;

Os valores do VaR utilizados correspondem ao maior entre os que forem calculados com o factor de decaimento em vigor e os que forem calculados com pesos uniformes;

- Moeda de cálculo: No processo de cálculo do VaR todas as posições são valorizadas em Euros, o que garante que a moeda sem risco seja a moeda local. No entanto, os valores do VaR são reportados em dólares dos EUA (USD) com vista a permitir a agregação de diferentes unidades; e
- Janela temporal de dados de mercado: É utilizada uma janela temporal de 2 anos ou pelo menos 520 dados obtidos a partir da data de referência de cálculo do VaR voltando atrás no tempo.

O cálculo do VaR Percentil atribui a mesma ponderação ao conjunto das 520 observações consideradas. O VaR Weighted Percentil atribui uma ponderação significativamente superior às observações mais recentes relativamente à data de referência da análise.

A simulação histórica consiste em usar as variações históricas como modelo de distribuição de possíveis variações nos factores de risco. Por esta razão, o período escolhido é suficientemente longo e significativo, de forma a que todas as interacções entre os factores de mercado, as suas volatilidades e correlações entre si, fiquem bem espelhadas no período histórico seleccionado.

Por outro lado, a reavaliação completa da carteira exige uma avaliação de cada um dos instrumentos, utilizando a respectiva expressão matemática para se obter o valor de mercado de cada posição individual. Ao serem utilizadas formas de reavaliação são calculados e ficam recolhidos nos valores do VaR os efeitos não lineares implícitos em certos produtos financeiros em consequência de alterações nos factores de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o VAR associado ao risco de taxa de juro correspondia a:

	2014	2013 (proforma)
VaR Percentil 99%	(1)	(4)
VaR Weighted Percentil 99%	(1)	(2)

Risco cambial

O perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida. A sua implementação é da responsabilidade da Área de Tesouraria, de modo a que os riscos envolvidos sejam pouco relevantes, sendo efectuada recorrendo sobretudo a *swaps* de divisa. Existem limites de risco estipulados para o risco cambial que são controlados pela área de Riscos de Mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe por moeda:

	2014			Total
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	822.546	4.277	3.651	830.474
Disponibilidades em outras instituições de crédito	184.396	42.768	14.054	241.218
Activos financeiros detidos para negociação	2.261.697	28.528	1.509	2.291.734
Activos financeiros disponíveis para venda	6.712.555	-	-	6.712.555
Aplicações em instituições de crédito	833.871	353.009	34.037	1.220.917
Crédito a clientes	25.262.509	238.869	21.873	25.523.251
Derivados de cobertura	193.802	1.233	-	195.035
	<u>36.271.376</u>	<u>668.684</u>	<u>75.124</u>	<u>37.015.184</u>
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	4.406.312	-	-	4.406.312
Passivos financeiros detidos para negociação	1.993.129	1.671	219	1.995.019
Recursos de outras instituições de crédito	3.651.700	372.316	6.708	4.030.724
Recursos de clientes e outros empréstimos	20.540.195	918.865	166.842	21.625.902
Responsabilidades representadas por títulos	2.973.111	-	-	2.973.111
Derivados de cobertura	131.337	2.353	-	133.690
Passivos subordinados	4.306	-	-	4.306
	<u>33.700.090</u>	<u>1.295.205</u>	<u>173.769</u>	<u>35.169.064</u>
2013 (proforma)				
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	Total
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	329.257	5.391	3.193	337.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	493.501	34.386	25.034	552.921
Activos financeiros detidos para negociação	1.908.412	38.432	2.271	1.949.115
Activos financeiros disponíveis para venda	4.374.816	7.437	-	4.382.253
Aplicações em instituições de crédito	2.924.538	326.942	19.490	3.270.970
Crédito a clientes	26.043.429	38.177	25.915	26.107.521
Derivados de cobertura	198.634	793	-	199.427
	<u>36.272.587</u>	<u>451.558</u>	<u>75.903</u>	<u>36.800.048</u>
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	6.241.410	-	-	6.241.410
Passivos financeiros detidos para negociação	1.618.606	1.111	51	1.619.768
Recursos de outras instituições de crédito	3.779.243	393.149	2.666	4.175.058
Recursos de clientes e outros empréstimos	19.784.630	764.049	158.322	20.707.001
Responsabilidades representadas por títulos	2.534.161	-	-	2.534.161
Derivados de cobertura	368.086	2.598	-	370.684
Passivos subordinados	4.307	-	-	4.307
	<u>34.330.443</u>	<u>1.160.907</u>	<u>161.039</u>	<u>35.652.389</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o VaR associado ao risco cambial correspondia a:

	2014	2013 (proforma)
VaR Percentil 99%	(6)	(7)
VaR Weighted Percentil 99%	(5)	(5)

Risco de cotações de activosInstrumentos financeiros - negociação

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o Banco não tinha risco associado a cotações de activos no que se refere aos seus instrumentos financeiros de negociação, pelo que o VaR associado a este risco é zero.

Compensação de activos e passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2014, o valor dos instrumentos financeiros derivados, negociados em mercado de balcão, compensados por derivados financeiros relacionados, por tipo de contraparte, é o seguinte:

Contraparte	Activos/Passivos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras	Montantes relacionados não compensados nas demonstrações financeiras		Valor Líquido
		Instrumentos financeiros	Colateral em cash recebido como garantia	
Instituições Financeiras	4.271	-	(4.200)	71
Empresas do Grupo	(1.749.115)	-	200.000	(1.549.115)
	<u>(1.744.844)</u>	<u>-</u>	<u>195.800</u>	<u>(1.549.044)</u>

Em 31 de Dezembro de 2014, o valor das operações de venda com acordo de recompra, por tipo de contraparte, é o seguinte:

Contraparte	Passivos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras	Montantes relacionados não compensados nas demonstrações financeiras		Valor Líquido
		Instrumentos financeiros	Colateral em cash entregue como garantia	
Instituições Financeiras	(2.797.788)	2.796.181	43.734	42.127
	<u>(2.797.788)</u>	<u>2.796.181</u>	<u>43.734</u>	<u>42.127</u>

49. GESTÃO DO CAPITAL

O BST procura uma elevada solidez financeira consubstanciada na manutenção de um rácio de fundos próprios totais – relação entre os Fundos Próprios Elegíveis e os activos ponderados pelo risco (ou posições em risco) – confortavelmente acima de 8%, correspondente ao mínimo legal estabelecido na Diretiva 2013/36/UE (CRD IV) e no Regulamento (UE) n.º 575/2013 (CRR), ambos do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de Junho de 2013 e enquadrados num novo Acordo de Basileia (BIS III).

A política de distribuição de resultados está condicionada pela manutenção de níveis de capital que permitam ao Banco sustentar o desenvolvimento das suas operações dentro da sua política de riscos.

O BST utiliza o método misto para o risco de crédito, nomeadamente o método avançado (IRB) para a maioria dos segmentos de crédito e o método padrão para leasing, factoring e operações manuais.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em Dezembro de 2010, o BST passou a utilizar o método misto para o risco de mercado, nomeadamente modelos internos para a maioria dos derivativos de negociação (IRB) e o método padrão para o resto da carteira de negociação.

Em Junho de 2012, o BST passou a utilizar o método padrão para efeitos de apuramento dos requisitos de risco operacional, tendo até então utilizado o método do indicador básico.

A partir de 1 de Janeiro de 2014, o BST passou a reportar os rácios de capital de acordo com o novo enquadramento regulatório do BIS III que, embora preveja um período de transição (phasing in), é mais exigente para o rácio core capital (ou Common Equity Tier I, CET1) em particular por via de deduções adicionais e ponderadores mais elevados no cômputo dos ativos ponderadores de risco (ou posições em risco).

No quadro seguinte resume-se a composição do capital regulamentar e rácios de capital do BST ao nível consolidado em Dezembro de 2014 (BIS III – Phasing in) e Dezembro de 2013 (BIS II):

Valores em milhões de Euros		
	2014 (*)	2013 (proforma)
A - FUNDOS PRÓPRIOS BASE (TIER I)	2.467	2.292
Capital Elegível	942	943
Reservas e Resultados Elegíveis	1.166	1.103
Interesses que não controlam Elegíveis	476	500
Impactos de transição IAS (regime transitório)	-	14
Deduções aos Fundos Próprios de Base	(117)	(268)
B - FUNDOS PRÓPRIOS Complementares (TIER II)	-	-
Passivos subordinados com vencimento indeterminado	4	4
Passivos subordinados com vencimento determinado	-	-
Reservas de reavaliação	-	24
Outros Elementos/ Deduções aos Fundos Próprios Complementares	(4)	(28)
C - DEDUÇÕES AOS FUNDOS PRÓPRIOS TOTAIS	-	(8)
D - TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS (A+B+C)	2.467	2.284
E - POSIÇÕES DE RISCOS PONDERADAS	16.102	16.090

RÁCIOS	2014 (*)	2013 (proforma)
TIER I (A/E)	15,3%	14,2%
CORE CAPITAL	13,0%	12,4%
TIER II (B/E)	0,0%	0,0%
RÁCIO DE ADEQUAÇÃO DE FUNDOS PRÓPRIOS (D/E)	15,3%	14,2%

(*) Excluindo os resultados gerados em 2014, o rácio de fundos próprios totais é de 15,0%, o rácio Tier I é de 15,0% e o Core Tier I é de 12,6%.

Os rácios de solvabilidade do BST ao nível consolidado aumentaram durante o ano de 2014. O rácio de fundos próprios de nível 1 (ou rácio Tier I) e o rácio de fundos próprios totais subiram de 14,2% em Dezembro de 2013 (BIS II) para 15,3% em Dezembro de 2014 (BIS III). Por sua vez, o rácio de fundos próprios principais de nível 1 (ou rácio CET1) atingiu 13,0% em Dezembro de 2014 (BIS III) comparado com 12,4% em Dezembro de 2013 (BIS II).

Para a evolução favorável dos rácios de capital contribuiu uma maior incorporação do resultado do ano, menores deduções relacionadas com intangíveis, com insuficiências de provisões face a perdas esperadas em carteiras IRB e participações significativas, que contrariaram os impactos negativos da reavaliação de ativos não financeiros (fundo de pensões) e uma menor elegibilidade das ações preferenciais por aplicação do coeficiente de transição a instrumentos de salvaguarda de direitos adquiridos.

50. PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

A partir do final do primeiro trimestre de 2013 desencadeou-se em Portugal um movimento com projecção pública, na sequência do qual se passou a questionar a validade de alguns contratos de swap de taxa de juro celebrados entre diversas instituições financeiras e várias empresas do sector público, nomeadamente do sector dos transportes ferroviários e rodoviários. Estes contratos foram maioritariamente celebrados até 2008, ou seja, antes de eclodir a última crise financeira e representam para aquelas empresas elevados encargos.

Entre aqueles contratos foram questionados alguns celebrados com o Banco, cujo justo valor positivo em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 ascendia a cerca de mEuros 1.320.000 e mEuros 1.030.000, respectivamente, o qual se encontra reflectido no balanço anexo na rubrica “Activos financeiros detidos para negociação” (Nota 7). Estes contratos desenrolaram-se sem qualquer incidente até Setembro de 2013.

No seguimento do movimento acima referido, na convicção da total regularidade e força vinculante dos contratos celebrados com as empresas do sector público, o Banco tomou a iniciativa de requerer a declaração judicial da sua validade, considerando que era seu dever contribuir, pela via apropriada, para a eliminação de toda e qualquer dúvida sobre a sua validade e força vinculante. Esta iniciativa teve lugar durante o segundo trimestre de 2013, junto de tribunais ingleses, por estes terem sido os escolhidos pelas partes nos termos expressamente estabelecidos nos respectivos contratos.

Em Setembro de 2013, já após a instauração das acções judiciais acima mencionadas, as empresas do sector público comunicaram formalmente ao Banco que iriam suspender, a partir dessa data, a liquidação dos juros devidos associados aos contratos de swap até que aquelas acções judiciais fossem julgadas. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica do balanço “Outros activos – Outros” incluía cerca de mEuros 163.000 e mEuros 45.000, respectivamente, relativos aos juros não liquidados (Nota 17).

Em Novembro de 2013, as empresas do sector público apresentaram junto dos tribunais ingleses a sua contestação às acções interpostas pelo Banco requerendo a nulidade dos contratos e solicitando o ressarcimento dos fluxos líquidos de juros pagos no passado, os quais ascenderam a cerca de mEuros 134.000.

No dia 14 de Fevereiro de 2014, o Banco apresentou junto dos tribunais ingleses a sua resposta à contestação apresentada pelas empresas do sector público, tendo sido apresentadas as réplicas por parte da defesa em 4 de Abril de 2014. No dia 16 de Maio de 2014, foi realizada a audiência preliminar, estando actualmente o processo na fase de análise documental.

É convicção do Conselho de Administração do Banco, suportado pela opinião dos seus consultores legais ingleses e portugueses, que estão reunidas todas as condições para que o tribunal dê seguimento às suas pretensões, nomeadamente declarando a validade dos acima referidos contratos e notificando as empresas do sector público para liquidarem os juros que lhes estão associados, motivo pelo qual não foram constituídas quaisquer provisões nas demonstrações financeiras anexas para fazer face a um eventual desfecho desfavorável daquelas acções.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Adicionalmente, durante o primeiro semestre de 2014, foram interpostas junto de tribunais portugueses cinco acções judiciais contra o Banco, questionando a validade e a força vinculante de alguns contratos de swap de taxa de juro celebrados com algumas entidades integrantes do Governo Regional da Madeira (entidades incluídas no sector público português), as quais suspenderam igualmente a liquidação dos juros associados àqueles contratos. Em 31 de Dezembro de 2014, o justo valor positivo daqueles swaps ascendia a cerca de mEuros 100.000 e encontrava-se reflectido no balanço anexo na rubrica “Activos financeiros detidos para negociação” (Nota 7). Por outro lado, em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica do balanço “Outros activos – Outros” incluía cerca de mEuros 15.000 relativos aos juros não liquidados (Nota 17). Por último, as entidades acima referidas reclamam igualmente a devolução dos juros líquidos pagos por si no passado, os quais em 31 de Dezembro de 2014 ascendiam a cerca de mEuros 20.000. No entanto, o Banco já apresentou a sua contestação a estas acções judiciais e, em três delas os tribunais da primeira instância declararam-se incompetentes para as julgarem por, aceitando os argumentos do Banco, entenderem que as questões levantadas são da competência dos tribunais ingleses. Destas decisões houve recurso para o tribunal da relação de Lisboa. Uma vez que os argumentos utilizados por aquelas entidades para questionar a validade dos contratos de swap acima referidos são similares aos utilizados nas acções judiciais que envolvem as empresas do sector público referidas no início desta Nota, o Conselho de Administração do Banco não estima um desfecho desfavorável decorrente do julgamento daquelas acções judiciais.

Por outro lado, em 31 de Dezembro de 2014, existia um conjunto de reclamações/acções judiciais interpostas contra o Banco por parte de outros clientes relacionadas igualmente com contratos de swap. Na maioria daquelas reclamações/acções, os clientes solicitam o cancelamento dos contratos de swap celebrados com o Banco, bem como o reembolso dos juros líquidos pagos por si no passado. Em 31 de Dezembro de 2014, os montantes envolvidos naquelas reclamações/acções judiciais eram os seguintes:

Juros recebidos de clientes	52.665
Juros pagos a clientes	<u>(8.879)</u>
	43.786
Juros vencidos não pagos pelos clientes	10.551
Mark to Market dos swaps	72
Imparidade registada	<u>(9.624)</u>
	999
Provisão para outros riscos e encargos registada	<u>(12.440)</u>
Exposição	<u>32.345</u>

No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco que as provisões constituídas nas demonstrações financeiras anexas são suficientes para fazer face ao eventual desfecho desfavorável das reclamações/acções judiciais acima referidas.

Por último, no exercício de 2014, foram interpostas duas acções judiciais contra o Banco, envolvendo o montante total de aproximadamente mEuros 350.000, as quais não estão incluídas no quadro acima e que consistem em duas acções Populares instauradas contra o Banco, contra o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e contra o Metro do Porto, S.A.. Estas acções incidem sobre o cancelamento de alguns contratos de swap celebrados entre o Banco e as empresas públicas acima referidas, os quais já são objecto de apreciação pelos tribunais ingleses desde o segundo trimestre de 2013, em consequência da iniciativa do próprio Banco conforme descrito na parte inicial desta Nota.

51. FUNDO DE RESOLUÇÃO

De acordo com um comunicado emitido pelo Banco de Portugal em 3 de Agosto de 2014, foi decidido aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. uma medida de resolução que consistiu na transferência da generalidade da sua actividade para um banco de transição, denominado Novo Banco, criado especialmente para o efeito. De acordo com o normativo comunitário, a capitalização do Novo Banco foi assegurada pelo Fundo de Resolução, criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de Fevereiro. Conforme previsto no referido Decreto-Lei, os recursos do Fundo de Resolução são provenientes do pagamento das contribuições devidas pelas instituições participantes no Fundo e da contribuição sobre o sector bancário. Adicionalmente, está também previsto que sempre que esses recursos se mostrem insuficientes para o cumprimento das suas obrigações podem ser utilizados outros meios de financiamento, nomeadamente: (i) contribuições especiais das instituições de crédito; e (ii) importâncias provenientes de empréstimos.

No caso concreto da medida de resolução relativa ao Banco Espírito Santo, S.A., para realização do capital social do Novo Banco, o Fundo de Resolução disponibilizou 4,9 mil milhões de euros. Desse montante, mEuros 377.000 correspondem a recursos financeiros próprios do Fundo de Resolução, resultantes das contribuições já pagas pelas instituições participantes e da contribuição sobre o sector bancário. Adicionalmente, foi concretizado um empréstimo por um sindicato bancário ao Fundo de Resolução de mEuros 700.000, sendo a participação de cada instituição de crédito ponderada em função de diversos factores, incluindo a respectiva dimensão. A participação do BST neste empréstimo foi de mEuros 116.200. O restante montante necessário ao financiamento da medida de resolução adoptada proveio de um empréstimo concedido pelo Estado Português, o qual será posteriormente reembolsado e remunerado pelo Fundo de Resolução. Quando o Novo Banco for alienado, o produto da alienação será prioritariamente afecto ao Fundo de Resolução.

Até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas pelo Conselho de Administração, o BST não dispõe de informação que lhe permita estimar com razoável fiabilidade os valores potencialmente envolvidos na alienação do Novo Banco. Pelo mesmo motivo, não é possível estimar com razoável fiabilidade se na sequência deste processo de alienação irá existir uma eventual insuficiência de recursos do Fundo de Resolução e, caso aplicável, a forma como a mesma será financiada.

Desta forma, a esta data não é possível avaliar o eventual impacto desta situação para as demonstrações financeiras do BST, uma vez que eventuais custos a suportar dependem do preço pelo qual venha a ser alienado o Novo Banco e das determinações que venham a ser emanadas pelo Ministério das Finanças, nos termos das competências que lhe estão legalmente atribuídas.

52. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de Abril de 2015.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Nota 21)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificação	Correcções de valor por operações de cobertura	Total Balanço Consolidado	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado							
Obrigações em Circulação											
Obrigações de Caixa											
ST Diversificação Invest 3º amortização Clientes	EUR	23 913	8 983	14 930	1 246	1 328	17 504	Variável	17-mar-2009	28-mar-2015	Cabaz de índices
ST Diversificação Invest 4º amortização Clientes	EUR	23 913	8 983	14 930	-	-	14 930	Variável	17-mar-2009	28-mar-2017	Cabaz de índices
Performance Mais II	EUR	13 731	13 731	-	-	-	-	Variável	22-dez-2009	15-jan-2015	Cabaz de índices
Valorização Performance 5 anos	EUR	21 533	4 317	17 216	366	105	17 687	Variável	30-set-2010	30-set-2015	Cabaz de índices
Valorização Performance 5 anos Outubro 2010	EUR	9 993	-	9 993	208	55	10 256	Variável	2-nov-2010	2-nov-2015	Cabaz de índices
Top Alemanha	EUR	65 042	29 342	35 700	1 386	62	37 148	Variável	14-fev-2011	13-fev-2015	Cabaz de acções
Top Alemanha Fevereiro 2011	EUR	57 892	26 513	31 379	1 497	79	32 955	Variável	9-mar-2011	9-mar-2015	Cabaz de acções
Valorização China	EUR	56 379	13 152	43 227	1 621	132	44 980	Variável	11-abr-2011	2-abr-2015	Índice FTSE China 25
Valorização Europa GBP	GBP	1 212	-	1 212	-	-	1 212	Variável	27-jun-2014	27-jun-2017	Índice de acções EURO STOXX 50® Index
		273 608	105 021	168 587	6 324	1 761	176 672				
Obrigações de Caixa - Hipotecárias											
Hipotecárias VIII - 1ª tranche	EUR	250 000	250 000	-	-	-	-	Variável	20-jul-2012	20-jul-2015	Euribor3m+2,5%
Hipotecárias IX - 1ª Tranche	EUR	500 000	500 000	-	-	-	-	Variável	2-abr-2013	2-abr-2016	Euribor6m+2,25%
Hipotecárias IX - 2ª Tranche	EUR	1 000 000	1 000 000	-	-	-	-	Variável	15-abr-2013	15-abr-2016	Euribor3m+2,25%
Hipotecárias X	EUR	750 000	750 000	-	-	-	-	Variável	26-jul-2013	26-jul-2016	Euribor3m+2,25%
Hipotecárias XI - 1ª Tranche	EUR	500 000	500 000	-	-	-	-	Variável	19-dez-2013	19-dez-2016	Euribor3m+1,85%
Hipotecárias XI - 2ª Tranche	EUR	500 000	500 000	-	-	-	-	Variável	19-dez-2013	19-dez-2016	Euribor6m+1,85%
Hipotecárias XI - 3ª Tranche	EUR	750 000	750 000	-	-	-	-	2,58%	13-jan-2014	13-jan-2017	Tx Fixa
Hipotecária XII - 1ª Tranche	EUR	1 000 000	-	1 000 000	10 191	-	1 010 191	2,58%	1-abr-2014	3-abr-2017	Tx Fixa
Hipotecária XIII - 1ª Tranche	EUR	750 000	-	750 000	3 092	-	753 092	1,63%	11-jun-2014	11-jun-2019	Tx Fixa
		6 000 000	4 250 000	1 750 000	13 283	-	1 763 283				

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Nota 21)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificação	Correcções de valor por operações de cobertura	Total Balanço Consolidado	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado							
Obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização											
Hipototta 1 - Classe A - Notes	EUR	145 770	118 518	27 252	(32)	-	27 220	Variável	25-jul-2003	25-nov-2034	Euribor 3m+0,27% (até ao reembolso antecipado em Agosto de 2012); Euribor 3m+0,54% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 1 - Classe B - Notes	EUR	9 714	9 714	-	-	-	-	Variável	12-mai-2004	12-nov-2034	Euribor 3m+0,65% (até ao reembolso antecipado em Agosto de 2012); Euribor 3m+0,95% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 1 - Classe C - Notes	EUR	4 281	4 281	-	-	-	-	Variável	12-mai-2004	12-nov-2034	Euribor 3m+1,45% (até ao reembolso antecipado em Agosto de 2012); Euribor 3m+1,65% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 1 - Classe D - Notes	EUR	11 000	11 000	-	-	-	-	Variável	12-mai-2004	12-nov-2034	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Hipototta 4 - Classe A - Notes	EUR	905 861	489 814	416 047	(970)	-	415 077	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Euribor 3m+0,12% (até ao reembolso antecipado em Dezembro de 2014); Euribor 3m+0,24% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe B - Notes	EUR	32 956	32 956	-	-	-	-	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Euribor 3m+0,19% (até ao reembolso antecipado em Dezembro de 2014); Euribor 3m+0,40% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe C - Notes	EUR	104 081	55 661	48 420	2	-	48 422	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Euribor 3m+0,29% (até ao reembolso antecipado em Dezembro de 2014); Euribor 3m+0,58% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe D - Notes	EUR	14 000	14 000	-	-	-	-	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Hipototta 5 - Classe A2 - Notes	EUR	796 849	285 134	511 715	(330)	-	511 385	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,13% (até ao reembolso antecipado em Fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,26% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe B - Notes	EUR	26 000	26 000	-	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,17% (até ao reembolso antecipado em Fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,34% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe C - Notes	EUR	24 000	24 000	-	-	-	-	Variável	16-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,24% (até ao reembolso antecipado em Fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,48% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe D - Notes	EUR	26 000	26 000	-	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,50% (até ao reembolso antecipado em Fevereiro de 2014); Euribor 3m+1,00% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe E - Notes	EUR	31 000	31 000	-	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+1,75% (até ao reembolso antecipado em Fevereiro de 2014); Euribor 3m+3,50% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe F - Notes	EUR	9 038	9 038	-	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
		2 140 550	1 137 116	1 003 434	(1 330)	-	1 002 104				
Outros											
EMTN's	EUR	32 300	1 250	31 050	2	-	31 052				
		32 300	1 250	31 050	2	-	31 052				
		8 446 458	5 493 387	2 953 071	18 279	1 761	2 973 111				

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

PASSIVOS SUBORDINADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Nota 24)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor de emissão			Periodificações			Total Balanço Consolidado	Taxa de juro	Maturidade	Reembolso antecipado a partir de:
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado	Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado				
Obrigações Perpétuas Subordinadas 2000	EUR	270 447	270 447	-	143	143	-	1,93%	Perpétuas	22 de Junho de 2010	
Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	EUR	4 275	-	4 275	31	-	31	2,04%	Perpétuas	23 de Fevereiro de 2011	
Obrigações Perpétuas subordinadas BSP 2001	EUR	13 818	13 818	-	101	101	-	2,04%	Perpétuas	23 de Fevereiro de 2011	
		288 540	284 265	4 275	275	244	31				

Relatórios e Pareceres Consolidados



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS CONSOLIDADAS

(Montantes expressos em milhares de euros – m.euros)

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 do Banco Santander Totta, S.A. e subsidiárias (“Banco” ou “BST”), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2014 que evidencia um total de 38.860.362 m.euros e capital próprio total de 2.958.378 m.euros, incluindo um resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas do BST de 165.174 m.euros, as Demonstrações dos resultados e do outro rendimento integral consolidados, das alterações no capital próprio consolidado e dos fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade e a atividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou o seu rendimento integral.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspetos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, da aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspetos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Santander Totta, S.A. e suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2014, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas diretrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

Ênfase

6. Conforme explicitado em detalhe na Nota 50 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se pendentes de decisão junto de tribunais ingleses diversas ações judiciais que o Banco intentou em 2013 envolvendo algumas empresas do setor público português dos transportes relativamente à validade e ao carácter vinculante de um conjunto de contratos de swap de taxa de juro celebrados entre as partes em exercícios anteriores. Por outro lado, durante o exercício de 2014, foram interpostas junto de tribunais portugueses por parte de algumas entidades integrantes do Governo Regional da Madeira ações judiciais contra o Banco questionando igualmente a validade e o carácter vinculante de alguns contratos de swap de taxa de juro celebrados com o mesmo em exercícios anteriores. Em 31 de dezembro de 2014, o justo valor positivo daqueles contratos de swap, os juros cujo pagamento se encontra suspenso e os juros que estão agora a ser objeto de um pedido de devolução são apresentados na acima referida Nota. Conforme indicado na Nota 50, é convicção do Conselho de Administração do Banco, suportado pela opinião dos seus consultores legais ingleses e portugueses, que o desfecho daquelas ações judiciais lhe será favorável, razão pela qual não foram constituídas quaisquer provisões nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Relato sobre outros requisitos legais

7. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2014 e que o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Banco nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 23 de abril de 2015



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Eduardo Manuel Fonseca Moura



L. C. A.
F. J.

**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS**

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas consolidadas da sociedade **BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.**, apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2014.
2. O Conselho Fiscal, ao longo do exercício em análise, acompanhou a gestão do Grupo **BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.** e a evolução dos seus negócios, designadamente mediante contactos com os seus responsáveis, bem como da leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração. Efectuou reuniões com regularidade, nas quais, por via de regra, contou com a presença de membros do Conselho de Administração, dos Revisores Oficiais de Contas da empresa mãe e das sociedades dependentes bem como do Director de Coordenação de Contabilidade e Controlo de Gestão e obteve todos esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções de fiscalização.
3. O Conselho Fiscal procedeu ainda à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, e das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, não tendo detectado situações de incumprimento e exerceu as suas competências em conformidade com o estabelecido no artº 420º do Código das Sociedades Comerciais tendo, designadamente, apreciado as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira e fiscalizado a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna implantados no Grupo.
4. O Conselho Fiscal analisou o Relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário e verificou que no mesmo se encontram tratados os elementos referidos no artigo 245º-A do Código de Valores Mobiliários.
5. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas consolidadas, emitida nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, a qual merece o seu acordo.



6. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações financeiras consolidadas (Balanço em 31 de Dezembro de 2014, Demonstração dos resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo às Demonstrações financeiras), são adequados à compreensão da situação patrimonial do Grupo empresarial liderado pelo **BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.**, no fim do exercício e como se formaram os resultados e se desenrolou a actividade nesse período.
7. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração e dos Serviços.

PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral da sociedade **BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.**, aprove o Relatório do Conselho de Administração e as Contas consolidadas do exercício de 2014.

Lisboa, 23 de Abril de 2015

O CONSELHO FISCAL

Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha (Presidente)

Mazars & Associados, SROC, representada por Fernando Vieira (Vogal)

Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro (Vogal)

Demonstrações Financeiras Individuais



BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

BALANÇOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ACTIVO	Notas	2014			2013		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2014	2013
		Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	830 474	-	830 474	337 841	Passivo				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	229 154	-	229 154	520 833	Recursos de bancos centrais	17	4 406 312	6 241 410	
Activos financeiros detidos para negociação	6	2 210 882	-	2 210 882	1 839 142	Passivos financeiros detidos para negociação	6	1 995 017	1 619 768	
Activos financeiros disponíveis para venda	7	7 342 286	92 822	7 249 464	5 236 488	Recursos de outras instituições de crédito	18	4 419 551	4 447 413	
Aplicações em instituições de crédito	8	1 836 610	-	1 836 610	3 893 566	Recursos de clientes e outros empréstimos	19	21 597 821	20 690 967	
Crédito a clientes	9	26 607 357	983 027	25 624 330	26 216 988	Responsabilidades representadas por títulos	20	1 971 007	1 512 105	
Derivados de cobertura	10	194 644	-	194 644	199 427	Passivos financeiros associados a activos transferidos	21	1 967 945	2 447 539	
Activos não correntes detidos para venda	11	328 870	122 103	206 767	205 865	Derivados de cobertura	10	133 297	370 684	
Propriedades de investimento	12	19 000	-	19 000	18 191	Provisões	22	250 378	251 018	
Outros activos tangíveis	13	707 131	437 391	269 740	288 763	Passivos por impostos correntes	15	10 539	3 364	
Activos intangíveis	13	379 947	351 567	28 380	52 460	Passivos por impostos diferidos	15	99 375	25 063	
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	14	580 691	-	580 691	606 538	Outros passivos subordinados	23	933 651	898 130	
Activos por impostos correntes	15	9 901	-	9 901	11 823	Outros passivos	24	290 891	281 727	
Activos por impostos diferidos	15	448 911	-	448 911	555 175	Total do Passivo		<u>38 075 784</u>	<u>38 789 188</u>	
Outros activos	16	276 423	20 947	255 476	277 205					
						Capital Próprio				
						Capital	25	656 723	656 723	
						Prémios de emissão	25	193 390	193 390	
						Outros instrumentos de capital	25	135 000	135 000	
						Reservas de reavaliação	25	(287 805)	(613 224)	
						Outras reservas e resultados transitados	25	1 088 420	1 098 208	
						(Acções próprias)	25	(1 561)	(1 429)	
						Resultado líquido do exercício		134 473	2 449	
						Total do Capital Próprio		<u>1 918 640</u>	<u>1 471 117</u>	
Total do Activo		<u>42 002 281</u>	<u>2 007 857</u>	<u>39 994 424</u>	<u>40 260 305</u>	Total do Passivo e do Capital Próprio		<u>39 994 424</u>	<u>40 260 305</u>	

O Anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2014.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS POR NATUREZAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2014	2013
Juros e rendimentos similares	27	1 174 437	1 254 782
Juros e encargos similares	28	(679 310)	(831 525)
Margem financeira		<u>495 127</u>	<u>423 257</u>
Rendimentos de instrumentos de capital	29	41 609	58 302
Rendimentos de serviços e comissões	30	336 398	364 917
Encargos com serviços e comissões	31	(61 375)	(59 234)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	32	(242 948)	20 937
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	33	310 092	4 293
Resultados de reavaliação cambial	33	5 591	3 985
Resultados de alienação de outros activos	33	6 147	(9 554)
Outros resultados de exploração	34	(9 343)	(16 353)
Produto bancário		<u>881 298</u>	<u>790 550</u>
Custos com o pessoal	35	(280 613)	(266 948)
Gastos gerais administrativos	36	(141 636)	(134 662)
Amortizações do exercício	13	(61 684)	(59 835)
Provisões líquidas de reposições e anulações	22	(35 827)	(17 185)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	22	(120 992)	(237 579)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	22	(14 395)	(20 554)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	22	(32 881)	(35 703)
Resultado antes de impostos		<u>193 270</u>	<u>18 084</u>
Impostos			
Correntes	15	(32 570)	(29 217)
Diferidos	15	(26 227)	13 582
Resultado líquido do exercício	25	<u>134 473</u>	<u>2 449</u>
Acções em circulação	25	641 879 747	641 959 603
Resultado por acção básico e diluído (em Euros)	25	0,2095	0,0038

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados individuais por naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL INDIVIDUAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Resultado líquido do exercício	<u>134 473</u>	<u>2 449</u>
Itens que não serão reclassificados posteriormente para a demonstração de resultados:		
. Desvios actuariais e financeiros relativos a encargos com pensões	(48 391)	(37 786)
. Impacto fiscal	762	7 447
Itens que serão reclassificados posteriormente para a demonstração de resultados:		
. Variações no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	549 799	472 709
. Impacto fiscal	(161 095)	(135 432)
. Variações no justo valor de derivados de cobertura de fluxos de caixa	(22 498)	(55 109)
. Impacto fiscal	<u>6 746</u>	<u>15 760</u>
	<u>325 323</u>	<u>267 589</u>
Rendimento integral do exercício	<u><u>459 796</u></u>	<u><u>270 038</u></u>

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral individual para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital	Prémios de emissão	Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação			Outras reservas e resultados transitados			Acções próprias	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
				De justo valor	Por impostos	Total	Outras reservas	Resultados transitados	Total			
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	656 723	193 390	135 000	(1 242 981)	361 714	(881 267)	914 859	203 626	1 118 485	(677)	(9 180)	1 212 474
Transferência para reservas por aplicação do resultado de 2012	-	-	-	-	454	454	-	(9 634)	(9 634)	-	9 180	-
Diferimento do impacto da IAS 19 (Aviso nº 4/2005)	-	-	-	-	-	-	-	(9 882)	(9 882)	-	-	(9 882)
Incentivos de longo prazo	-	-	-	-	-	-	(761)	-	(761)	-	-	(761)
Aquisição de acções próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(752)	-	(752)
Rendimento integral do exercício	-	-	-	379 814	(112 225)	267 589	-	-	-	-	2 449	270 038
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	656 723	193 390	135 000	(863 167)	249 943	(613 224)	914 098	184 110	1 098 208	(1 429)	2 449	1 471 117
Transferência para reservas por aplicação do resultado de 2013	-	-	-	-	96	96	245	906	1 151	-	(1 247)	-
Distribuição de dividendos por aplicação do resultado de 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1 202)	(1 202)
Diferimento do impacto da IAS 19 (Aviso nº 4/2005)	-	-	-	-	-	-	-	(10 717)	(10 717)	-	-	(10 717)
Incentivos de longo prazo	-	-	-	-	-	-	(222)	-	(222)	-	-	(222)
Aquisição de acções próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(132)	-	(132)
Rendimento integral do exercício	-	-	-	478 910	(153 587)	325 323	-	-	-	-	134 473	459 796
Outros	-	-	-	1	(1)	-	(1)	1	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	656 723	193 390	135 000	(384 256)	96 451	(287 805)	914 120	174 300	1 088 420	(1 561)	134 473	1 918 640

O Anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio individual para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	1 296 719	1 435 473
Pagamento de juros e comissões	(712 219)	(811 993)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(425 228)	(403 151)
Contribuições para o fundo de pensões	(79 206)	(56 000)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	(9 153)	(19 828)
Recuperação de créditos incobráveis	5 403	7 457
Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais	<u>76 316</u>	<u>151 958</u>
(Aumentos) diminuições de activos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	2 059 395	132 503
Activos financeiros detidos para negociação	(369 598)	521 802
Créditos a clientes	476 133	(960 040)
Activos e passivos ao justo valor através de resultados	(277 503)	83 118
Activos não correntes detidos para venda	(34 017)	(62 694)
Outros activos	4 338	(41 919)
	<u>1 858 748</u>	<u>(327 230)</u>
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de outras instituições de crédito	(1 821 678)	2 635 558
Recursos de clientes e outros empréstimos	920 563	(642 195)
Passivos financeiros detidos para negociação	375 249	(495 937)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	(477 683)	(33 143)
Outros passivos	9 165	(437)
	<u>(994 384)</u>	<u>1 463 846</u>
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	940 680	1 288 574
Impostos pagos	(19 511)	(27 854)
Caixa líquida das actividades operacionais	<u>921 169</u>	<u>1 260 720</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	41 609	47 219
Aquisição de activos financeiros disponíveis para venda	(4 959 773)	(1 766 975)
Alienação/reembolso de activos financeiros disponíveis para venda	3 691 188	2 001 047
Rendimentos adquiridos nos activos financeiros disponíveis para venda	125 759	168 016
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(29 459)	(36 771)
Vendas de activos tangíveis	11 305	7 814
Investimentos em empresas filiais e associadas	25 846	-
Caixa líquida das actividades de investimento	<u>(1 093 525)</u>	<u>420 350</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Emissão/(reembolso) de dívida titulada e subordinada	456 168	(1 401 380)
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	(42 755)	(68 141)
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	(38 901)	(38 870)
Dividendos pagos	(1 202)	-
Caixa líquida das actividades de financiamento	<u>373 310</u>	<u>(1 508 391)</u>
Aumento / (Diminuição) líquido(a) de caixa e seus equivalentes	<u>200 954</u>	<u>172 679</u>
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	858 674	685 995
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	1 059 628	858 674

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

Notas às Demonstrações Financeiras Individuais



NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Santander Totta, S.A. (adiante igualmente designado por “Banco” ou “BST”) foi constituído em 1864, assumia anteriormente a denominação de Companhia Geral de Crédito Predial Português, S.A. (CPP) e encontra-se sediado em Portugal, na Rua do Ouro, nº 88, Lisboa. O Banco foi nacionalizado em 1975 e transformado em sociedade anónima de capitais públicos em 1990. Em 2 de Dezembro de 1992 o seu capital foi reprivatizado, mediante uma oferta pública de acções efectuada em sessão especial da Bolsa de Valores de Lisboa.

A partir de Dezembro de 2000, o Banco integrou o Grupo Santander, na sequência da aquisição por este do Banco Totta & Açores, S.A. (totta). Os principais saldos e transacções mantidos com empresas do Grupo Santander durante os exercícios de 2014 e 2013 encontram-se detalhados na Nota 40.

No dia 16 de Dezembro de 2004 foi registada a operação de cisão/fusão do totta, ao abrigo da qual foram destacadas as participações financeiras detidas por este na Foggia, SGPS, S.A. e na Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., tendo o remanescente da sua actividade, em conjunto com o Banco Santander Portugal, S.A. (BSP), sido incorporado por fusão no CPP que alterou a sua designação para a actual.

Em 3 de Maio de 2010 o Banco procedeu à fusão por incorporação do Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. (BSN). A operação foi registada contabilisticamente com referência a 1 de Janeiro de 2010.

Em 1 de Abril de 2011, o Banco procedeu à fusão por incorporação da Totta Crédito Especializado – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (Totta IFIC). Para efeitos contabilísticos e fiscais, a fusão foi reportada a 1 de Abril de 2011, data do respectivo registo.

O BST dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, em todos os sectores da economia, na sua maior parte sob a forma de concessão de empréstimos ou em títulos, prestando ainda outros serviços bancários no País e no estrangeiro.

O Banco dispõe de uma rede nacional de 555 balcões (604 balcões em 31 de Dezembro de 2013) e mantém igualmente uma sucursal em Londres, assim como uma Sucursal Financeira Internacional na Região Autónoma da Madeira. Tem ainda algumas filiais e escritórios de representação no estrangeiro e participações em empresas subsidiárias e associadas.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras do BST foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA's), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 23/2004, nº 9/2005 e nº 33/2005, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

As NCA's correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal, excepto no que se refere aos seguintes aspectos:

- i) Valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se mantém o anterior regime, de acordo com o disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 3/2005, de 21 de Fevereiro.
- ii) Benefícios aos empregados, através do estabelecimento de um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição para os critérios da IAS 19.

Até Junho de 2008 inclusive, de acordo com os Avisos do Banco de Portugal nº 4/2005 de 21 de Fevereiro e nº 12/2005 de 30 de Dezembro, o reconhecimento em resultados transitados do impacto decorrente da transição para os IAS/IFRS relativo a benefícios aos empregados, apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004, podia ser atingido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes até 31 de Dezembro de 2009, com excepção da parte referente ao impacto da alteração da tábua de mortalidade e às responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego, cujo plano de amortização podia ir até 31 de Dezembro de 2011. A partir de Junho de 2008, de acordo com o Aviso nº 7/2008 do Banco de Portugal de 14 de Outubro, o reconhecimento em resultados transitados do impacto ainda por reconhecer em 30 de Junho de 2008 passou a poder ser atingido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes com a duração adicional de três anos face à prevista nos avisos anteriores, isto é, até 31 de Dezembro de 2014 para a parte referente aos impactos da alteração da tábua de mortalidade e das responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego e até 31 de Dezembro de 2012 para os restantes impactos (Nota 38).

- iii) Os activos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o seu registo pelo justo valor, conforme permitido pela IAS 16 – Activos fixos tangíveis. Como excepção, é permitido o registo de reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais - valias resultantes são registadas na rubrica de “Reservas de reavaliação”.

Durante o exercício de 2014, o Banco adoptou as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações adoptadas (“endorsed”) pela União Europeia:

- IFRS 12 – “Divulgações sobre participações noutras sociedades” - Esta norma vem estabelecer um novo conjunto de divulgações relativas a participações em subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas.
- IAS 27 – “Demonstrações financeiras separadas” (2011) (alteração) – Esta emenda vem restringir o âmbito de aplicação da IAS 27 às demonstrações financeiras separadas.
- IAS 28 – “Investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas” (2011) (alteração) - Esta emenda vem garantir a consistência entre a IAS 28 – Investimentos em Associadas e as novas normas adoptadas, em particular a IFRS 11 – Acordos Conjuntos.
- IAS 32 – “Compensação entre activos e passivos financeiros” (alteração) - Esta emenda vem clarificar determinados aspectos da norma relacionados com a aplicação dos requisitos de compensação entre activos e passivos financeiros.
- IAS 36 – “Imparidade” (Divulgações sobre a quantia recuperável de activos não financeiros) (alteração) - Esta emenda elimina os requisitos de divulgação da quantia recuperável de uma unidade geradora de caixa com goodwill ou intangíveis com vida útil indefinida alocados nos períodos em que não foi registada qualquer perda por imparidade ou reversão de imparidade. Vem introduzir requisitos adicionais de divulgação para os activos relativamente aos quais foi registada uma perda por imparidade ou reversão de imparidade e a quantia recuperável dos mesmos tenha sido determinada com base no justo valor menos custos para vender.
- IAS 39 – “Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração” (Reformulação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura) - Esta emenda vem permitir, em determinadas circunstâncias, a continuação da contabilidade de cobertura quando um derivado designado como instrumento de cobertura é reformulado, nomeadamente, quando a contraparte é alterada.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A adopção das normas e interpretações acima referidas teve impacto sobretudo ao nível das divulgações e da apresentação das demonstrações financeiras.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adoptadas (“endorsed”) pela União Europeia:

- IFRIC 21 – “Pagamentos ao Estado” (alteração) - Esta interpretação vem estabelecer as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.
- Melhorias às Normas Internacionais de Relato Financeiro (Ciclos 2011-2013): Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspectos relacionados com as normas IFRS 1 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, IFRS 3 – Concentração de Actividades Empresariais, IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor e IAS 40 – Propriedades de Investimento.

Estas normas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia não foram ainda adoptadas pelo Banco em 31 de Dezembro de 2014, em virtude de a sua adopção não ser ainda obrigatória.

Adicionalmente, até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas, foram também emitidas as seguintes normas e melhorias ainda não adoptadas (“endorsed”) pela União Europeia:

- IFRS 9 – “Instrumentos financeiros” (2009) e emendas posteriores – Esta norma insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a classificação e mensuração de activos e passivos financeiros e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura.
- IFRS 14 – “Activos regulados” - Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato, por parte de entidades que adoptem pela primeira vez as IAS/ IFRS, aplicáveis a activos regulados.
- IFRS 15 – “Rédito de contratos com clientes” - Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes.
- IAS 16 – “Activos Fixos Tangíveis” e IAS 38 – “Activos Intangíveis” – Estas emendas vêm clarificar quais os métodos de amortização de activos fixos tangíveis e de activos intangíveis que são permitidos.
- IAS 19 – “Benefícios aos empregados” (revisão) - Esta emenda vem clarificar em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.
- IAS 27 – “Demonstrações financeiras separadas” (2011) (revisão) - Esta emenda vem introduzir a possibilidade de aplicação do método de equivalência patrimonial, na valorização de investimentos em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas, nas demonstrações financeiras separadas de uma entidade que apresenta demonstrações financeiras consolidadas.
- IAS 1 – “Apresentação de demonstrações financeiras” (Divulgações) (revisão) - Esta emenda vem introduzir um conjunto de indicações e orientações que visam melhorar e simplificar as divulgações no contexto dos actuais requisitos de relato das IFRS.
- Melhorias às Normas Internacionais de Relato Financeiro (Ciclos 2010-2012 e 2012-2014): Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas.

Estas normas não foram ainda adoptadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram adoptadas pelo Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014. Excepto quanto ao efeito da aplicação da IFRS 9, o qual à data não é possível ainda estimar, não se prevêem impactos materiais resultantes da adopção das normas acima referidas.

As demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

1.2. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas, foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

O Banco adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Transacções em moeda estrangeira

As contas do Banco são preparadas na divisa do ambiente económico em que opera (“moeda funcional”), sendo expressas em Euros.

As transacções em moeda distinta da moeda funcional, e os correspondentes proveitos e custos, são registadas ao câmbio da data em que ocorrem. Em cada data de balanço, os activos e passivos expressos em moeda distinta da moeda funcional são convertidos à taxa de câmbio de fecho (“fixing” do Banco de Portugal).

c) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

As empresas filiais são entidades nas quais o Banco detém controlo, ou seja, quando se verificam cumulativamente as seguintes condições:

- Poder sobre a entidade (o qual é evidenciado, geralmente, pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto);
- Exposição, ou direito, a retornos variáveis decorrentes do envolvimento com a entidade; e
- Capacidade de utilizar esse poder sobre a entidade para influenciar o montante dos retornos variáveis sobre a sua gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas actividades.

As empresas associadas são entidades em que o Banco exerce influência significativa, mas não detém o controlo. Como influência significativa entende-se uma participação financeira (directa ou indirecta) superior a 20% ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, mas sem existir controlo nem controlo conjunto sobre a mesma.

As empresas filiais e associadas são valorizadas ao custo de aquisição, sendo objecto de análises de imparidade.

As participações em empresas filiais e associadas em moeda estrangeira (activos não monetários valorizados ao custo histórico) são convertidas à taxa de câmbio histórica da data da transacção, conforme previsto na IAS 21.

d) Crédito e contas a receber

O crédito a clientes abrange os créditos concedidos a clientes e os empréstimos titulados (papel comercial) cuja intenção não é a de venda no curto prazo, sendo registados inicialmente pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões e acrescido de todos os custos externos directamente atribuíveis às operações, de acordo com o Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal.

Posteriormente, o crédito e as outras contas a receber são registados ao custo amortizado, sendo submetidos à constituição de provisões, nos termos descritos abaixo.

A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios/descontos, é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de resultados. Os proveitos são reconhecidos quando obtidos e distribuídos por períodos mensais, segundo a regra *pro rata temporis*, quando se trate de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês. Sempre que aplicável, as comissões e os custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria são, igualmente, periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, segundo o método da taxa de juro efectiva.

O Banco classifica nas rubricas de crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos 30 dias após o seu vencimento. Os créditos com prestações vencidas são denunciados nos termos definidos no Manual de Crédito aprovado pelo Banco, sendo nesse momento considerada vencida toda a dívida.

Por outro lado, o Banco analisa os créditos para os quais já foi exigido o pagamento da totalidade da dívida e cujos esforços de cobrança não produziram efeitos. Caso as expectativas de recuperação do crédito sejam reduzidas, os créditos são considerados incobráveis e são reconhecidas provisões para a sua totalidade. Para estes, o Banco procede ao seu abate. No caso de eventual recuperação posterior, esta é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Outros resultados de exploração – Outros rendimentos de exploração - Recuperação de créditos incobráveis" (Nota 34).

Crédito titularizado não desreconhecido

O BST não desreconheceu do activo os créditos titularizados nas operações de securitização realizadas após 1 de Janeiro de 2004 (Nota 39), dado que reteve a maior parte dos riscos e benefícios associados à posse dos mesmos. As operações de titularização realizadas anteriormente a 1 de Janeiro de 2004 foram desreconhecidas.

Os créditos vendidos e não desreconhecidos são registados na rubrica "Crédito a clientes - Activos titularizados não desreconhecidos" (Nota 9) e são sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito. Os juros e comissões associados à carteira de crédito titularizada são periodificados de acordo com o respectivo prazo das operações de crédito.

Os fundos recebidos pelas operações de titularização são registados, na data de recebimento, na rubrica de "Passivos financeiros associados a activos transferidos" (Nota 21).

Operações de locação financeira

As operações de locação são classificadas como de locação financeira sempre que os respectivos termos façam com que sejam transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção dos bens locados para o locatário. Estas operações são registadas de acordo com os seguintes critérios:

i) Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados, pelo seu justo valor, na rubrica de outros activos tangíveis por contrapartida de um passivo, processando-se as correspondentes amortizações. As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados na rubrica de “Juros e encargos similares”.

ii) Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, o qual é reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Factoring

Os activos associados a operações de factoring contratadas com recurso são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor dos adiantamentos de fundos por conta dos contratos respectivos.

Os activos associados a operações de factoring contratadas sem recurso são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor dos créditos tomados e tendo por contrapartida o registo de um passivo na rubrica de “Outros passivos”. As entregas de fundos efectuadas aos aderentes originam o débito correspondente na rubrica de “Outros passivos”.

Os compromissos resultantes das linhas de crédito negociadas com os aderentes e ainda não utilizadas são registados em contas extrapatrimoniais.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo do período de vigência dessas operações.

Provisões para riscos de crédito

Estas provisões são constituídas de acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, de 30 de Junho (com as alterações introduzidas subsequentemente, nomeadamente pelo Aviso nº 8/2003, de 30 de Janeiro e pelo Aviso nº 3/2005, de 21 de Fevereiro) e demais instruções e normas aplicáveis emitidas pelo Banco de Portugal.

i) Provisão para crédito e juros vencidos

Destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos dependem do tipo de garantias existentes e são função crescente do período decorrido desde a data de incumprimento.

A partir do exercício de 2007, os reforços das provisões para crédito e juros vencidos, créditos de cobrança duvidosa e risco país, relativamente ao crédito que se encontre garantido por direitos reais sobre bens imóveis, deixaram de ser aceites como custo para efeitos do cálculo dos impostos correntes.

ii) Provisão para créditos de cobrança duvidosa

Destina-se à cobertura dos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas. Nos termos do Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, são considerados créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

- As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respectivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:
 - . As prestações em mora de capital e juros excederem 25% do capital em dívida, acrescido de juros;
 - . As prestações em mora de capital e juros estarem em incumprimento há mais de: (i) seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos; (ii) doze meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos mas inferior a dez anos; e (iii) vinte e quatro meses, nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados com base nas taxas aplicáveis ao crédito vencido dessas operações.

- Os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se, de acordo com a classificação acima definida, o crédito e juros vencidos de todas as operações relativas a esse cliente excederem 25% do crédito total, acrescido de juros. Os créditos nestas condições são provisionados com base em metade das taxas aplicáveis aos créditos vencidos.

É ainda constituída uma provisão adicional para créditos de cobrança duvidosa, como resultado de uma análise sobre o seu valor estimado de realização. Esta provisão não é aceite como custo para efeitos do cálculo dos impostos correntes.

iii) Provisão para risco país

Destina-se a fazer face aos problemas de realização dos activos financeiros e extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco pelo Banco de Portugal, qualquer que seja o instrumento utilizado ou a natureza da contraparte, com excepção:

- Dos domiciliados em sucursal estabelecida nesse país, expressos e pagáveis na moeda desse país, na medida em que estejam cobertos por recursos denominados nessa moeda;
- Das participações financeiras;
- Das operações com sucursais de instituições de crédito de um país considerado de risco, desde que estabelecidas em Estados membros da União Europeia;
- Dos que se encontrem garantidos por entidades indicadas no número 1 do Artigo 15º do Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, desde que a garantia abranja o risco de transferência; e

- Das operações de financiamento de comércio externo de curto-prazo, que cumpram as condições definidas pelo Banco de Portugal.

As necessidades de provisões são determinadas por aplicação das percentagens fixadas em Instruções e Cartas Circulares do Banco de Portugal, que classificam os países e territórios segundo grupos de risco.

iv) Provisão para riscos gerais de crédito

Encontra-se registada no passivo, na rubrica "Provisões", e destina-se a fazer face aos riscos associados à realização da carteira de crédito concedido e garantias e avales prestados, não identificados especificamente.

Esta provisão é calculada por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito e das garantias e avales, excluindo as responsabilidades incluídas na base de cálculo das provisões para crédito e juros vencidos e para créditos de cobrança duvidosa:

- 1,5% no que se refere ao crédito ao consumo e às operações de crédito a particulares, cuja finalidade não possa ser determinada;
- 0,5% relativamente ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel, ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário; e
- 1% no que se refere ao restante crédito concedido.

Anulação de capital e juros

Periodicamente, o Banco abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização das provisões constituídas após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao activo são reflectidas na demonstração dos resultados na rubrica "Outros resultados de exploração – Outros rendimentos de exploração - Recuperação de créditos incobráveis" (Nota 34).

Por outro lado, de acordo com as políticas em vigor no Banco, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados decorridos três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

Os juros de crédito vencido relativamente a créditos garantidos por hipoteca ou com outras garantias reais são suspensos a partir da data da denúncia do contrato.

Venda de créditos

Os ganhos e perdas obtidos na venda de créditos a título definitivo são registados na demonstração de resultados na rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda e outros - Resultado de alienação de outros activos" (Nota 33). Estes ganhos ou perdas correspondem à diferença entre o valor de venda fixado e o valor de balanço desses créditos, líquido de provisões.

e) Reconhecimento de rendimentos e encargos com serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído.

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no exercício a que se referem.

Os rendimentos de serviços e comissões que integram a remuneração de instrumentos financeiros são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

O reconhecimento dos encargos com serviços e comissões é efectuado de acordo com os mesmos critérios adoptados para os rendimentos.

f) Outros activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço do Banco na data de pagamento ou recebimento, salvo se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável que os direitos e obrigações inerentes aos valores transaccionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

Os activos e passivos financeiros são posteriormente classificados numa das quatro categorias previstas na IAS 39:

- Activos e passivos financeiros detidos para negociação;
- Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados;
- Activos financeiros disponíveis para venda; e
- Outros passivos financeiros.

i) Activos e passivos financeiros detidos para negociação e outros activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os activos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável transaccionados em mercados activos adquiridos com o objectivo de venda no curto prazo. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo), bem como as opções compradas são incluídos na rubrica de activos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), bem como as opções vendidas são incluídos na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação e os activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os juros associados a instrumentos financeiros derivados de negociação são registados na rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

O justo valor dos activos e passivos financeiros detidos para negociação e transaccionados em mercados activos é o seu "bid-price" ou a sua cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de "discounted cash flows".

Quando são utilizadas técnicas de “discounted cash flows”, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados que não sejam transaccionados em bolsa, incluindo a componente de risco de crédito atribuído às partes envolvidas na operação (“Credit Value Adjustments” e “Debit Value Adjustments”), é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes, bem como a qualidade creditícia dos intervenientes.

ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e de dívida que não se encontram classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, como investimentos a deter até à maturidade ou como empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção dos instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados pelo seu custo de aquisição, líquido de provisões. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio denominada “Reserva de reavaliação – De justo valor” até à sua venda, ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade, momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidos directamente na demonstração dos resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros disponíveis para venda são calculados de acordo com o método da taxa de juro efectiva e registados em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos na rubrica da demonstração dos resultados “Rendimentos de instrumentos de capital” na data em que são atribuídos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

iii) Reclassificação de activos financeiros

De acordo com a alteração introduzida em 13 de Outubro de 2008 na Norma IAS 39 - “Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração”, o Banco pode reclassificar um activo financeiro que já não seja detido para efeitos de venda ou recompra a curto prazo (não obstante poder ter sido adquirido ou incorrido principalmente para efeitos de venda ou recompra a curto prazo), retirando-o da categoria de justo valor através de resultados, se forem cumpridos alguns requisitos. No entanto, não são permitidas reclassificações de outras categorias para a categoria de “Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados”.

iv) Empréstimos e contas a receber

Correspondem a activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo e não incluídos em qualquer uma das restantes categorias de activos financeiros.

De acordo com a restrição estabelecida pelo Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal, nesta rubrica são registados apenas os valores a receber de outras instituições de crédito.

No momento do reconhecimento inicial, estes activos são valorizados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção.

Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade e provisões para risco país, quando aplicável.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa de juro efectiva ao longo do período de vida das operações.

v) Operações de venda com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificados os respectivos juros a pagar.

vi) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros correspondem essencialmente a recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de obrigações. Estes passivos são valorizados inicialmente ao seu justo valor, o qual normalmente corresponde à contraprestação recebida, líquida de custos de transacção e são posteriormente registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

As emissões de obrigações encontram-se registadas nas rubricas “Responsabilidades representadas por títulos” e “Outros passivos subordinados” (Notas 20 e 23).

Na data de emissão as obrigações são relevadas pelo seu justo valor (valor de emissão), sendo posteriormente valorizadas ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Os derivados embutidos em obrigações emitidas são registados separadamente nas rubricas de “Activos e passivos financeiros detidos para negociação”, sendo reavaliados ao justo valor através de resultados.

vii) Passivos financeiros associados a activos transferidos

Esta rubrica inclui o passivo reconhecido relativamente a operações de titularização de créditos (Nota 21).

Estes passivos são inicialmente registados pelo valor recebido na cessão de créditos, sendo posteriormente registados pelo custo amortizado, de forma coerente com o registo dos correspondentes activos e as condições definidas na operação de titularização.

viii) Imparidade em activos financeiros

Sem prejuízo do referido na alínea d), o Banco efectua análises periódicas de imparidade sobre os seus activos financeiros, nomeadamente para o crédito concedido a clientes e para as outras contas a receber.

Quando existe evidência objectiva de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, as perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

Para títulos cotados, considera-se que existe evidência objectiva de imparidade quando ocorre uma desvalorização prolongada ou de valor significativo na cotação daqueles títulos. Para títulos não cotados, é considerada evidência objectiva de imparidade a existência de impacto negativo no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, desde que possa ser estimado com fiabilidade.

Desta forma, o Banco considera a natureza e características específicas dos activos em avaliação nas análises periódicas de existência de perdas por imparidade que efectua. Relativamente aos critérios objectivos de imparidade, o Banco considera adequado um prazo de 24 meses para efeitos do critério de desvalorização prolongada em instrumentos financeiros e, no que se refere ao critério de desvalorização significativa, a existência de menos valias potenciais superiores a 50% do custo de aquisição do instrumento financeiro.

Excepto quanto ao descrito no parágrafo seguinte, caso num período subsequente se registre uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento ocorrido após a determinação da imparidade, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração dos resultados.

Relativamente a activos financeiros disponíveis para venda, em caso de evidência objectiva de imparidade resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e transferida para a demonstração dos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no seu justo valor resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na reserva de justo valor. Quanto a títulos de rendimento variável para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no seu justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável daqueles activos corresponde à melhor estimativa dos seus fluxos de caixa futuros, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

Transacções em mercado secundário

O Banco efectua recompras de obrigações emitidas em mercado secundário. As compras e vendas de obrigações próprias são incluídas proporcionalmente nas respectivas rubricas da dívida emitida (capital, juros e comissões) e as diferenças entre o montante liquidado e o abate, ou o aumento do passivo, são reconhecidas de imediato em resultados.

Justo valor

Conforme referido anteriormente, os activos e passivos financeiros registados nas categorias de "Activos financeiros detidos para negociação", "Passivos financeiros detidos para negociação", "Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados" e "Activos financeiros disponíveis para venda" são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado (ou seja, um preço de saída) entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor dos activos e passivos financeiros é determinado por um órgão do Banco independente da função de negociação, tendo em consideração os seguintes aspectos:

- Relativamente a instrumentos financeiros transaccionados em mercados activos, cotação de fecho na data de balanço;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez), são utilizados métodos e técnicas de valorização que incluem:
 - i) Preços ("bid prices") divulgados por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a *Bloomberg* e a *Reuters*, incluindo preços de mercado disponíveis para transacções recentes;
 - ii) Cotações indicativas ("bid prices") obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers; e
 - iii) Modelos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado, a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos ao custo amortizado são inicialmente registados pelo seu justo valor acrescido ou deduzido de despesas ou rendimentos directamente atribuíveis à transacção. O reconhecimento dos juros é efectuado pelo método da taxa de juro efectiva.

Sempre que a estimativa de pagamentos ou cobranças associada a instrumentos financeiros valorizados pelo custo amortizado seja revista, o respectivo valor de balanço é ajustado para reflectir os *cash flows* revistos. O novo custo amortizado é apurado calculando o valor presente dos *cash flows* futuros revistos à taxa de juro efectiva original do instrumento financeiro. O ajustamento no custo amortizado é reconhecido na demonstração dos resultados.

g) Valorização de instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados transaccionados pelo Banco são reconhecidos em balanço pelo seu justo valor.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros (nomeadamente em obrigações emitidas e em depósitos estruturados) são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estejam intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não seja registado ao justo valor por contrapartida de resultados.

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivados, nomeadamente para cobertura do risco de taxa de juro, resultante de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para a aplicação da contabilidade de cobertura são registados como instrumentos de negociação, nas rubricas de activos ou passivos financeiros detidos para negociação, e todas as variações no seu justo valor são reflectidas em resultados.

Os derivados que se qualificam para a aplicação de contabilidade de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Banco.

Nos termos previstos na IAS 39, a aplicação da contabilidade de cobertura só é possível quando se verificam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Existência de documentação formal da relação de cobertura e da estratégia de gestão de risco do Banco, incluindo os seguintes aspectos:
 - . Identificação do instrumento de cobertura;
 - . Identificação do elemento coberto;
 - . Identificação do tipo de risco coberto; e
 - . Definição da forma de medição da eficácia da cobertura e acompanhamento subsequente.
- Expectativa inicial de que a relação de cobertura seja altamente eficaz; e
- Ao longo da vida da operação a eficácia da cobertura se situe no intervalo entre 80% e 125%. A eficácia da cobertura é testada em cada data de reporte financeiro comparando a variação no justo valor do elemento coberto, com a variação no justo valor do derivado de cobertura.

A metodologia da contabilidade de cobertura apenas é aplicada a partir do momento em que todos aqueles requisitos são cumpridos. Do mesmo modo, se em algum momento a eficácia da cobertura deixar de se situar no intervalo entre 80% e 125% a contabilidade de cobertura é descontinuada.

Cobertura de justo valor

Os ganhos ou perdas na reavaliação de um instrumento financeiro derivado de cobertura são reconhecidos em resultados. Caso a cobertura seja eficaz, os ganhos ou perdas resultantes da variação no justo valor do elemento coberto relativo ao risco que está a ser objecto de cobertura são igualmente reconhecidos em resultados.

Se um instrumento de cobertura se vence ou é terminado antecipadamente, os ganhos ou perdas reconhecidos na valorização do risco coberto como correcções de valor dos elementos cobertos são amortizados ao longo do seu período de vigência remanescente. Se o activo ou passivo coberto é vendido ou liquidado, todos os valores reconhecidos na valorização do risco coberto são reconhecidos em resultados do exercício e o instrumento financeiro derivado passa a pertencer à carteira de negociação. Se a cobertura deixar de ser eficaz, os ganhos ou perdas reconhecidos como correcções de valor dos elementos cobertos são amortizados por resultados durante o seu período de vigência remanescente.

No caso de coberturas de risco de taxa de câmbio de elementos monetários, não é aplicada contabilidade de cobertura, sendo o ganho ou perda associado ao derivado reconhecido na demonstração dos resultados, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

Cobertura de fluxos de caixa

Como cobertura de fluxos de caixa entende-se a cobertura de uma exposição relativa à variabilidade de fluxos de caixa futuros, que pode ser atribuída a um risco específico associado a um activo ou passivo reconhecido, ou ainda a uma transacção futura altamente provável, e que possa afectar os resultados.

Neste sentido, o Banco contratou instrumentos financeiros derivados para cobertura dos fluxos futuros de juros de parte da sua carteira de crédito à habitação remunerada a taxa variável.

A aplicação da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa está sujeita aos requisitos genéricos anteriormente referidos para a contabilidade de cobertura e implica os seguintes registos:

- O ganho ou perda no instrumento de cobertura na parcela que seja considerada eficaz é reconhecido directamente em rubrica específica do capital próprio; e
- A parte não eficaz é reconhecida em resultados.

Adicionalmente, o ganho ou perda no instrumento de cobertura reconhecido em capitais próprios corresponde ao menor dos seguintes valores:

- A variação acumulada no justo valor do instrumento de cobertura desde o início da cobertura; e
- A variação acumulada no justo valor do elemento coberto, relativo ao risco que está a ser coberto, desde o início da cobertura.

Nesse sentido, e se aplicável, a parte não reconhecida em capitais próprios do ganho ou perda no instrumento de cobertura é reflectida em resultados.

A contabilidade de cobertura de fluxos de caixa deve ser descontinuada se o instrumento de cobertura se vencer ou terminar antecipadamente, se a cobertura deixar de ser eficaz ou se for decidido terminar a designação da relação de cobertura. Nestes casos, o ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura deve permanecer reconhecido separadamente no capital próprio, sendo reflectido em resultados no mesmo período de tempo do reconhecimento em resultados dos ganhos ou perdas no elemento coberto.

h) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo seu custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis), deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática, por duodécimos, ao longo do período de vida útil estimado dos bens, o qual corresponde ao período em que se espera que os activos estejam disponíveis para uso e que se detalha de seguida:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento	4 a 10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Banco (arrendados) são amortizadas ao longo de um prazo compatível com o da sua vida útil esperada, ou do contrato de arrendamento, caso este seja inferior, o qual em média corresponde a um período de dez anos.

Conforme previsto na IFRS 1, os activos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2004 foram registados pelo seu valor contabilístico na data de transição para os IAS/IFRS, que correspondeu ao custo de aquisição ajustado por reavaliações efectuadas nos termos da legislação em vigor decorrentes da evolução de índices gerais de preços. Uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resultam dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

Por outro lado, periodicamente o Banco efectua testes de imparidade aos seus activos tangíveis. Para este efeito, os balcões são considerados unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo registadas perdas por imparidade nas situações em que o valor recuperável do imóvel, onde está localizado o balcão, através do seu uso nas operações ou através da sua venda é inferior ao seu valor líquido contabilístico.

Os critérios seguidos nas avaliações dos imóveis consideram normalmente o método de comparação de mercado e o valor constante da avaliação corresponde ao valor de mercado do imóvel no seu estado actual.

i) Activos intangíveis

O Banco regista nesta rubrica as despesas incorridas na fase de desenvolvimento de projectos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como as relativas a software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado das mesmas se repercute para além do exercício em que são realizadas. Anualmente é efectuada uma análise para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os activos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimada, o qual em média corresponde a três anos. Para a plataforma informática Pártenon, até 31 de Dezembro de 2013, a sua vida útil estimada correspondia a cinco anos. No exercício de 2014, o Banco procedeu a uma revisão da vida útil estimada daquela plataforma informática tendo reduzido a mesma para três anos.

Nos exercícios de 2014 e 2013, o Banco não reconheceu quaisquer activos intangíveis gerados internamente.

j) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem edifícios e terrenos para auferir rendimento ou para valorização de capital, ou ambos, e não para uso no fornecimento de bens, serviços ou para fins administrativos.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliações periódicas efectuadas por entidades especializadas independentes. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas directamente na demonstração dos resultados do exercício.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (Imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas.

k) Activos não correntes detidos para venda

O Banco regista na rubrica de "Activos não correntes detidos para venda" os imóveis, os equipamentos e outros bens recebidos em dação ou arrematação para pagamento de operações de crédito vencido, quando estes se encontram disponíveis para venda imediata na sua condição presente e existe a probabilidade de alienação dos mesmos no período de um ano. Caso não cumpram estes critérios, aqueles bens são registados na rubrica "Outros activos" (Nota 16). Estes activos são registados pelo valor acordado por via negocial ou judicial, deduzido dos custos que o Banco estima incorrer com a sua venda, ou pelo seu valor de venda rápida, caso este seja inferior. Por outro lado, os bens recuperados na sequência da rescisão de contratos de locação financeira são registados no activo pelo valor do capital em dívida à data da rescisão do contrato.

Esta rubrica inclui ainda unidades de participação de um Fundo Fechado de Investimento Imobiliário adquiridas na sequência de um acordo de regularização de dívida celebrado com um cliente.

Adicionalmente, são registados nesta rubrica os imóveis de serviço próprio do Banco que se encontram em processo de venda. Estes activos são transferidos pelo seu valor líquido contabilístico de acordo com a IAS 16 (custo de aquisição, líquido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas), sendo igualmente objecto de avaliações periódicas para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os imóveis são sujeitos a avaliações periódicas efectuadas por avaliadores independentes. Sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor pelo qual os imóveis se encontram contabilizados, são registadas perdas por imparidade.

De acordo com as disposições previstas na norma IFRS 5 – “Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas”, o Banco não reconhece mais-valias potenciais nestes activos.

Por último, o Conselho de Administração do Banco considera que os métodos de valorização adoptados para estes activos são adequados e reflectem a realidade de mercado.

l) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço. Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Desta forma, a rubrica do passivo “Provisões”, de acordo com a IAS 37, inclui as provisões constituídas para fazer face, nomeadamente, a benefícios pós emprego específicos de alguns membros do Conselho de Administração do Banco, planos de reestruturação, riscos fiscais, processos judiciais em curso e outros riscos específicos decorrentes da sua actividade (Nota 22).

m) Benefícios pós-emprego dos colaboradores

O Banco subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) para o sector bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência.

Para os colaboradores admitidos no Banco até 31 de Dezembro de 2008, o plano de pensões existente correspondia a um plano de benefício definido, uma vez que estabelecia os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberia durante a reforma em função do tempo de serviço prestado e da respectiva retribuição à data da reforma, sendo as pensões actualizadas anualmente com base nas remunerações previstas no ACT para o pessoal no activo. Para estes colaboradores, o Banco era responsável pelo valor integral das pensões previstas no ACT. Para cobertura das responsabilidades com este plano de benefício definido, o Banco dispõe de um Fundo de Pensões.

A partir de 1 de Janeiro de 2009, os colaboradores admitidos no Banco passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo do artigo 137º – C do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do Banco (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efectiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha.

Os empregados do ex-totta sempre estiveram inscritos na Segurança Social, pelo que a responsabilidade do Banco com o plano de benefício definido relativamente a estes colaboradores tem consistido no pagamento de complementos.

Em Outubro de 2010 foi celebrado um acordo entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), para integração dos trabalhadores do sector bancário no Regime Geral da Segurança Social. Na sequência daquele acordo, foi publicado em 2011 o Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro, que definiu que os trabalhadores do sector bancário que estivessem no activo na data da sua entrada em vigor (4 de Janeiro de 2011) passariam a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social, no que diz respeito à pensão de reforma por velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção. Face ao carácter de complementaridade previsto nas regras do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Banco continua a garantir a diferença entre o valor dos benefícios que sejam pagos ao abrigo do Regime Geral da Segurança Social para as eventualidades integradas e os previstos nos termos do referido Acordo.

As responsabilidades por serviços passados reconhecidas a 31 de Dezembro de 2010 não sofreram alterações com a publicação do acima referido Decreto-Lei, uma vez que a redução do valor das pensões a cargo do Banco relativa aos trabalhadores no activo era aplicável aos serviços futuros dos colaboradores, com início em 1 de Janeiro de 2011. Desta forma, o custo do serviço corrente reduziu-se a partir dessa data, mas o Banco passou a suportar Taxa Social Única (TSU) de 23,6%. Por outro lado, o Banco mantém a seu cargo as responsabilidades pelo pagamento das pensões de invalidez e sobrevivência e os subsídios de doença. Este entendimento foi também confirmado pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.

Em Dezembro de 2011 foi celebrado um acordo tripartido entre o Ministério das Finanças, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), relativamente à transferência para o âmbito da Segurança Social de parte das responsabilidades com reformados e pensionistas que em 31 de Dezembro de 2011 se encontravam abrangidos pelo regime de Segurança Social substitutivo constante do ACT.

Na sequência daquele acordo, foi publicado ainda em 2011 o Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, que definiu que a Segurança Social era responsável, a partir de 1 de Janeiro de 2012, pelas pensões transferidas ao abrigo daquele Diploma, no valor correspondente ao pensionamento da remuneração à data de 31 de Dezembro de 2011, nos termos e condições previstos nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário aplicáveis, incluindo os valores relativos ao subsídio de Natal e ao 14º mês.

De acordo com aquele Decreto-Lei, o Banco, através do seu Fundo de Pensões, apenas mantém a responsabilidade pelo pagamento:

- i) das actualizações do valor das pensões acima referidas, de acordo com o previsto nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário aplicáveis;
- ii) das contribuições patronais para os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS) geridos pelos respectivos sindicatos, que incidem sobre as pensões de reforma e de sobrevivência, nos termos previstos nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário aplicáveis;
- iii) do subsídio por morte;
- iv) da pensão de sobrevivência a filhos;
- v) da pensão de sobrevivência a filhos e cônjuge sobrevivente, desde que referente ao mesmo trabalhador; e
- vi) da pensão de sobrevivência devida a familiar de actual reformado, cujas condições de atribuição ocorressem a partir de 1 de Janeiro de 2012.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

No âmbito da transferência das responsabilidades assumidas pela Segurança Social foram também transferidos os activos do Fundo de Pensões do Banco na parte correspondente a essas responsabilidades. O valor dos activos do Fundo de Pensões transferido para o Estado correspondeu ao valor das responsabilidades assumidas pela Segurança Social de acordo com o acima referido Decreto-Lei, as quais foram determinadas tendo em conta os seguintes pressupostos:

Tábua de mortalidade população masculina	TV 73/77 menos 1 ano
Tábua de mortalidade população feminina	TV 88/90
Taxa técnica actuarial (desconto)	4%

Os activos a transmitir tiveram de ser constituídos por numerário e, até 50% do valor dos mesmos, por títulos da dívida pública portuguesa, neste caso valorizados pelo respectivo valor de mercado.

Nos termos do acima referido Diploma, a transmissão da titularidade dos activos foi realizada pelo Banco nos seguintes termos:

- i) Até 31 de Dezembro de 2011, o valor equivalente a, pelo menos, 55% do valor actual provisório das responsabilidades; e
- ii) Até 30 de Junho de 2012, o valor remanescente para completar o valor actual definitivo das responsabilidades.

Neste sentido, e antes de proceder à transferência para a Segurança Social, o Banco obteve estudos actuariais que permitiram apurar o valor da transferência.

Na sequência do acordo de transferência para o âmbito da Segurança Social das responsabilidades dos reformados e pensionistas, e para efeitos da determinação do valor das responsabilidades a transferir de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, o Banco efectuou o cálculo das responsabilidades separadamente para empregados no activo e para reformados, tendo definido pressupostos específicos para cada uma das populações (Nota 38).

A diferença entre o valor das responsabilidades a transmitir para o Estado, determinadas com base nos pressupostos acima referidos, e as responsabilidades determinadas com base nos pressupostos actuariais actualizados adoptados pelo Banco, foi registada na rubrica de resultados de "Custos com o pessoal".

Adicionalmente, os colaboradores da Sucursal de Londres do Banco estão abrangidos por um plano de pensões de benefício definido, para o qual a Sucursal dispõe de um fundo de pensões autónomo (Nota 38).

Por outro lado, em Fevereiro de 2010 foi aprovado um plano complementar de reforma de contribuição definida para um conjunto de directivos do Banco, tendo para o efeito sido contratado um seguro.

As responsabilidades do BST com pensões de reforma são calculadas por peritos externos (Towers Watson (Portugal) Unipessoal Limitada), com base no método "Projected Unit Credit". A taxa de desconto utilizada nos estudos actuariais é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de elevada qualidade em termos de risco de crédito, denominadas na moeda em que os benefícios irão ser pagos (Euros) e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), bem como o subsídio por morte na reforma.

O ex-Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. (BSN) não subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho em vigor para o sector bancário. Desta forma, no exercício de 2006, o BSN constituiu um fundo de pensões de contribuição definida em que os seus colaboradores podiam efectuar contribuições voluntárias. A contribuição do BSN para aquele Fundo dependia dos seus resultados e correspondia a uma percentagem do salário dos colaboradores, com o mínimo anual de 1.000 Euros por participante. Na sequência da fusão por incorporação do BSN no BST, os colaboradores do BSN foram integrados no ACT e no plano de pensões de benefício definido do BST a partir de Maio de 2010, tendo sido reconhecida antiguidade para os colaboradores admitidos antes de 1 de Julho de 1997.

A Totta IFIC não dispunha de Fundo de Pensões. Na sequência da fusão por incorporação da Totta IFIC no BST, os colaboradores desta foram integrados no ACT e no plano de pensões de benefício definido do BST a partir de Abril de 2011. Adicionalmente, foi reconhecida antiguidade para os colaboradores admitidos antes de 1 de Julho de 1997.

Aplicação da IAS 19

Em 1 de Janeiro de 2005, o BST optou por não aplicar retrospectivamente a Norma IAS 19, não tendo então efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais que seriam diferidos em balanço caso tivesse adoptado esta Norma desde o início dos planos de pensões. Deste modo, os ganhos e perdas actuariais existentes em 1 de Janeiro de 2005, bem como os decorrentes da adopção da IAS 19, foram amortizados por contrapartida de resultados transitados durante o período transitório estabelecido pelo Banco de Portugal.

Em 2011 o Banco decidiu alterar a política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas actuariais, deixando de adoptar o método do corredor, e passando a reconhecer os ganhos e perdas actuariais directamente em capitais próprios (outro rendimento integral), tal como previsto na versão revista da IAS 19.

Por outro lado, a partir de 1 de Janeiro de 2013, na sequência da revisão da IAS 19 – “Benefícios aos empregados”, o Banco passou a registar na rubrica de “Custos com o pessoal” da demonstração dos resultados as seguintes componentes:

- Custo dos serviços correntes;
- Proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões;
- Custo com reformas antecipadas, correspondentes ao acréscimo de responsabilidades pela passagem à situação de reforma; e
- Ganhos e perdas resultantes da alteração das condições do plano.

O proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões é calculado pelo Banco multiplicando o activo/responsabilidade líquida com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos activos do Fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma. Desta forma, o proveito/custo líquido de juros representa o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma líquido do rendimento teórico dos activos do Fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente: (i) os ganhos e perdas actuariais resultantes das diferenças entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência), bem como as alterações de pressupostos actuariais; e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento teórico dos activos do Fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida da demonstração do outro rendimento integral.

As responsabilidades com pensões de reforma, deduzidas do justo valor dos activos do Fundo de Pensões, são registadas nas rubricas de “Outros activos” ou “Outros passivos”, dependendo da existência de excesso ou insuficiência de financiamento (Notas 16 e 24).

Nos termos dos Avisos nº 7/2008 e nº 4/2005, o acréscimo de responsabilidades resultante da adopção da IAS 19 em 1 de Janeiro de 2005 (no montante de mEuros 636.659) foi reconhecido na rubrica de “Outros activos” e foi amortizado por contrapartida de resultados transitados de acordo com um plano de amortização de prestações uniformes até 31 de Dezembro de 2012, com excepção da parte referente a responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego e à alteração da tábua de mortalidade, cuja amortização foi efectuada até 31 de Dezembro de 2014 (Nota 38).

O Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal no activo. No entanto, estabeleceu um período transitório entre 5 e 7 anos relativamente à cobertura do aumento de responsabilidades decorrente da adopção da IAS 19.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a taxa de cobertura da totalidade das responsabilidades do BST (excluindo as associadas à Sucursal de Londres) com benefícios a empregados, incluindo SAMS, ascendia a 100,32% e 99,25%, respectivamente (Nota 38).

Prémios de antiguidade

Nos termos do ACT, o Banco assumiu o compromisso de atribuir aos colaboradores no activo que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição), respectivamente.

O Banco determina o valor actual das responsabilidades com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais baseados no método “Projected Unit Credit”. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população do Banco. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de bom risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

As responsabilidades por prémios de antiguidade são registadas na rubrica “Outros passivos - Encargos a pagar relativos ao pessoal – Prémio de antiguidade” (Nota 24).

n) Impostos sobre os lucros

O BST está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC). As contas da sucursal são integradas nas contas do Banco para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados da sucursal são ainda sujeitos a impostos locais no país onde está estabelecida. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC em Portugal nos termos do Artigo 91º do respectivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

Com a redacção dada pela Lei do Orçamento do Estado para 2011 (Lei nº 55–A/2010, de 3 de Dezembro) e de acordo com o Artigo 92º do Código do IRC, o imposto liquidado nos termos do nº 1 do Artigo 90º, líquido das deduções correspondentes à dupla tributação internacional e a benefícios fiscais, não pode ser inferior a 90% do montante que seria apurado se o sujeito passivo não usufruísse de benefícios fiscais e dos regimes previstos no nº 13 do Artigo 43º do Código do IRC.

A partir de 1 de Janeiro de 2007, os municípios passaram a poder deliberar uma derrama anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Com a publicação da Lei nº 12–A/2010, de 30 de Junho, foi introduzida igualmente a derrama estadual, a qual teria que de ser paga por todos os sujeitos passivos que apurassem um lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a mEuros 2.000. A derrama estadual correspondia a 2,5% da parte do lucro tributável superior ao referido limite.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Com a publicação da Lei do Orçamento do Estado para 2012 (Lei nº 64–B/2011, de 30 de Dezembro), as empresas que apresentassem nesse exercício e nos dois exercícios seguintes lucros tributáveis mais elevados passaram a estar sujeitas a taxas agravadas em sede de derrama estadual. Neste sentido, as empresas com lucros tributáveis compreendidos entre mEuros 1.500 e mEuros 10.000 passaram a estar sujeitas a uma taxa de derrama estadual de 3% e as empresas com lucros tributáveis superiores a mEuros 10.000 passaram a estar sujeitas a uma taxa de 5%.

Contudo, a Lei nº 66–B/2012, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2013) veio proceder a uma redução do limite a partir do qual passou a ser aplicável a taxa de derrama estadual de 5% de 10.000 mEuros para 7.500 mEuros aplicável ao período de tributação que se iniciasse em ou após 1 de Janeiro de 2013.

Adicionalmente, na sequência da promulgação da Lei nº 2/2014, de 16 de Janeiro (Reforma do IRC), a tributação dos lucros das empresas para o ano de 2014 passou a ser a seguinte:

- Taxa de IRC de 23% sobre o lucro tributável (25% no exercício de 2013);
- Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro tributável (igual ao exercício de 2013); e
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:
 - Menor do que mEuros 1.500 0%;
 - Entre mEuros 1.500 e mEuros 7.500 3%;
 - Entre mEuros 7.500 e mEuros 35.000 5%;
 - Maior do que mEuros 35.000 7%.

Com a redacção dada pela Lei do Orçamento do Estado para 2015 (Lei nº 82–B/2014, de 31 de Dezembro), foi aprovada uma redução da taxa de IRC para 21%.

Desta forma, as alterações acima referidas implicaram que a taxa de imposto utilizada pelo Banco no apuramento e registo de impostos diferidos nos exercícios de 2013 e 2014 fosse de 23% e 21%, respectivamente, para prejuízos fiscais reportáveis e de 29,5% e 29%, respectivamente, para as outras diferenças temporárias.

Os prejuízos fiscais gerados a partir do exercício de 2014, inclusive, poderão ser utilizados nos doze períodos de tributação posteriores. Por outro lado, o prazo de reporte de prejuízos fiscais é de seis anos para os prejuízos gerados nos exercícios de 2008 e 2009, de quatro anos para os prejuízos gerados nos exercícios de 2010 e 2011 e de cinco anos para os prejuízos gerados nos exercícios de 2012 e 2013. Contudo, a dedução dos prejuízos a efectuar em cada exercício não pode exceder 70% do respectivo lucro tributável (75% até 2013), podendo o remanescente (30% em 2014 e 25% até 2013) ser utilizado até ao final do prazo de reporte.

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de Dezembro, o Banco passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o sector bancário. Esta contribuição tem a seguinte base de incidência:

- a) O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzido dos fundos próprios de base ("Tier 1") e complementares ("Tier 2") e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. Ao passivo assim apurado são deduzidos:
 - Elementos que segundo as normas de contabilidade aplicáveis sejam reconhecidos como capitais próprios;
 - Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
 - Passivos por provisões;
 - Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
 - Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes a operações passivas e;
 - Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização.

- b) O valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com excepção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cuja posição em risco se compense mutuamente.

As taxas aplicáveis às bases de incidência definidas nas alíneas a) e b) anteriores são de 0,07% e 0,0003%, respectivamente, conforme previsto na alteração efectuada pela Portaria nº 64/2014, de 12 de Março, ao artigo 5º da Portaria nº 121/2011, de 30 de Março.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos activos.

O Banco não reconhece impostos diferidos activos ou passivos para as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis associadas a investimentos em empresas filiais e associadas, por não ser provável que a diferença se reverta no futuro previsível.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos activos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o activo ou incorrido o passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são reflectidos em resultados, com excepção dos impostos relativos a transacções directamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em activos financeiros disponíveis para venda e em derivados de cobertura de fluxos de caixa, bem como os associados a desvios actuariais relativos a responsabilidades com pensões, os quais são registados igualmente em rubricas de capitais próprios.

- o) Planos de incentivos a longo prazo sobre acções

O Banco tem planos de incentivos a longo prazo sobre opções sobre acções do Banco Santander, S.A., empresa mãe do Grupo Santander. Face às suas características, estes planos consistem em "equity settled share-based payment transactions", conforme definido na IFRS 2 e na IFRIC 11. A gestão, a cobertura e a execução destes planos de incentivos a longo prazo é assegurada directamente pelo Banco Santander S.A.. O Banco paga anualmente ao Banco Santander, S.A. o montante relativo a estes planos.

O registo dos referidos planos consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Banco a estes instrumentos na rubrica de "Outras reservas", por contrapartida da rubrica de "Custos com o pessoal", na medida em que correspondem a uma remuneração pela prestação de serviços.

A descrição dos planos de incentivos de longo prazo sobre opções sobre acções do Banco Santander S.A. que se encontram em vigor está incluída na Nota 41.

- p) Acções próprias

As acções próprias são registadas em contas de capital próprio pelo valor de aquisição não sendo sujeitas a reavaliação. As mais e menos-valias realizadas na venda de acções próprias, bem como os respectivos impostos, são registadas directamente em capitais próprios não afectando o resultado do exercício.

q) Prestação de serviços de mediação de seguros

O Banco adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação aos proveitos com a prestação do serviço de mediação de seguros - comissões. Assim, estes proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento. Os valores a receber são submetidos a análises de perdas por imparidade.

O Banco não efectua a cobrança de prémios de seguro por conta das seguradoras, nem efectua a movimentação de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro activo, passivo, rendimento ou encargo a reportar relativo à actividade de mediação de seguros exercida pelo Banco, para além dos já divulgados.

r) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas de “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos por parte do Conselho de Administração do Banco. Estas estimativas são subjectivas por natureza e podem afectar o valor dos activos e passivos, proveitos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

Benefícios pós-emprego dos colaboradores

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas tendo por base avaliações actuariais efectuadas por peritos externos certificados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF). Estas estimativas incorporam um conjunto de pressupostos financeiros e actuariais, nomeadamente a taxa de desconto, tábuas de mortalidade e invalidez, crescimento das pensões e dos salários, entre outros.

Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração do Banco quanto ao comportamento futuro das acima referidas variáveis.

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

Na valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos são utilizados modelos ou técnicas de valorização, tal como descrito na Nota 1.2. f). Consequentemente, as valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 1.2. f), de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização daqueles instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Determinação de perdas por imparidade em crédito e outros valores a receber

No que respeita às provisões para crédito a clientes, contas a receber e garantias e avales prestados, o Banco cumpre os limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal (Nota 1.2. d)). No entanto, sempre que considera necessário, estas provisões são reforçadas de forma a reflectir a estimativa do Banco sobre o risco de incobrabilidade associado aos seus clientes.

Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda

Conforme descrito na Nota 1.2. f), as menos-valias potenciais resultantes da desvalorização destes activos são reconhecidas por contrapartida da rubrica “Reservas de reavaliação”. No entanto, sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos valias potenciais acumuladas naquela reserva são transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjectividade. O Banco determina a existência ou não de imparidade nestes activos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na IAS 39.

No caso de instrumentos de dívida classificados nesta categoria, as menos-valias potenciais são transferidas da reserva de justo valor para resultados sempre que existam indícios de que possa vir a ocorrer incumprimento dos fluxos de caixa contratuais, nomeadamente, por dificuldades financeiras do emitente, existência de incumprimento de outras responsabilidades financeiras, ou uma degradação significativa do rating do emitente.

Impostos

O reconhecimento de impostos diferidos activos pressupõe a existência de resultados e de matéria colectável futura. Adicionalmente, os impostos correntes e diferidos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal actual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos correntes e diferidos.

O Banco enquanto entidade sujeita à supervisão do Banco de Portugal está obrigado a elaborar as suas demonstrações financeiras individuais em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA's), definidas no Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal de 21 de Fevereiro, e tem de utilizar essas contas para apuramento do seu lucro tributável.

Com o objectivo de adaptação do Código do IRC às Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas pela União Europeia e ao Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de Julho.

O acima referido Decreto-Lei procedeu a alterações a alguns dos artigos do Código do IRC, tendo, adicionalmente, procedido à revogação do n.º 2 do artigo 57.º da Lei do Orçamento do Estado para 2007. Estas disposições entraram em vigor a 1 de Janeiro de 2010.

Neste sentido, estas novas regras foram observadas para efeitos do apuramento do lucro tributável nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, de acordo com a interpretação das mesmas efectuada por parte do Banco.

Determinação do desfecho dos processos judiciais em curso

O desfecho dos processos judiciais em curso, nomeadamente dos mencionados na Nota 44, bem como a respectiva necessidade de constituição de provisões, é estimado tendo por base a opinião dos advogados / consultores legais do Banco, a qual no entanto poderá vir a não concretizar-se.

3. DIVULGAÇÕES POR SEGMENTOS

Nos termos requeridos pela IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais são apresentadas de seguida de acordo com a informação tal como é analisada pelos órgãos de gestão do Banco:

Global Banking & Markets:

Inclui essencialmente a actividade do Banco nos mercados financeiros e com grandes empresas, sendo prestados serviços de assessoria financeira, nomeadamente de Corporate e Project Finance, assim como serviços de intermediação, guarda e liquidação de valores.

Banca de Retalho:

Refere-se essencialmente a operações de concessão de crédito e captação de recursos relacionadas com clientes particulares e negócios com facturação inferior a 5 milhões de Euros, canalizadas pela rede de balcões e serviços disponibilizados por telefone e Internet.

Banca de Empresas:

São consideradas nesta área as empresas com facturação entre 5 e 125 milhões de Euros. Esta actividade é suportada pela rede de balcões, centros de empresas e serviços especializados, incluindo diversos produtos, nomeadamente empréstimos, financiamento de projectos, de comércio, às exportações e ao imobiliário.

Actividades Corporativas:

Nesta área é considerada toda a actividade desenvolvida no Banco e que dá suporte às actividades principais mas que não está directamente relacionada com as áreas de negócio de clientes, incluindo a gestão de liquidez, coberturas de balanço e financiamento estrutural do Banco.

As demonstrações dos resultados por segmento operacional em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 apresentam o seguinte detalhe:

	2014				
	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Actividades Corporativas	Total
Margem financeira estrita	102.596	308.053	126.704	(42.226)	495.127
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	41.609	41.609
Margem financeira alargada	102.596	308.053	126.704	(617)	536.736
Comissões líquidas	57.369	216.466	20.199	(19.011)	275.023
Outros resultados da actividade bancária	(55)	3.199	498	(12.985)	(9.343)
Margem comercial	159.910	527.718	147.401	(32.613)	802.416
Resultado de operações financeiras	(9.125)	1.876	714	85.417	78.882
Produto bancário	150.785	529.594	148.115	52.804	881.298
Custos de transformação	(15.932)	(345.060)	(61.257)	-	(422.249)
Amortizações	(3.030)	(47.259)	(11.395)	-	(61.684)
Margem de exploração	131.823	137.275	75.463	52.804	397.365
Imparidade e provisões, líquidas de anulações	(41.235)	(75.282)	(39.957)	(47.621)	(204.095)
Resultado antes de impostos	90.588	61.993	35.506	5.183	193.270
Impostos	(26.270)	(17.783)	(10.295)	(4.449)	(58.797)
Resultado líquido do exercício	64.318	44.210	25.211	734	134.473

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2013				
	Global Banking & Markets	Banca de Retailho	Banca de Empresas	Actividades Corporativas	Total
Margem financeira estrita	95.721	281.023	157.884	(111.371)	423.257
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	58.302	58.302
Margem financeira alargada	95.721	281.023	157.884	(53.069)	481.559
Comissões líquidas	63.663	231.843	22.723	(12.546)	305.683
Outros resultados da actividade bancária	-	5.783	3.094	(25.230)	(16.353)
Margem comercial	159.384	518.649	183.701	(90.845)	770.889
Resultado de operações financeiras	2.065	839	429	16.328	19.661
Produto bancário	161.449	519.488	184.130	(74.517)	790.550
Custos de transformação	(17.063)	(338.594)	(45.953)	-	(401.610)
Amortizações	(2.230)	(54.404)	(3.201)	-	(59.835)
Margem de exploração	142.156	126.490	134.976	(74.517)	329.105
Imparidade e provisões, líquidas de anulações	(10.755)	(182.189)	(75.398)	(42.679)	(311.021)
Resultado antes de impostos	131.401	(55.699)	59.578	(117.196)	18.084
Impostos	(38.106)	16.054	(16.689)	23.106	(15.635)
Resultado líquido do exercício	93.295	(39.645)	42.889	(94.090)	2.449

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os activos e passivos sob gestão de cada segmento de negócio, conforme informação utilizada pela Gestão do Banco para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	2014				
	Global Banking & Markets	Banca de Retailho	Banca de Empresas	Actividades Corporativas	Total
Activo					
Crédito a clientes					
Crédito hipotecário	-	14.795.658	-	-	14.795.658
Crédito ao consumo	-	1.398.725	-	-	1.398.725
Outros créditos	2.986.470	2.359.435	4.084.042	-	9.429.947
Total de activos afectos	2.986.470	18.553.818	4.084.042	-	25.624.330
Activos não afectos					14.370.094
Total do activo					39.994.424
Passivo					
Recursos em Balanço					
Recursos de clientes e outros empréstimos	942.862	17.747.811	1.610.399	1.296.749	21.597.821
Responsabilidades representadas por títulos	-	171.791	51	1.799.165	1.971.007
	942.862	17.919.602	1.610.450	3.095.914	23.568.828
Garantias e Avals	125.655	157.480	803.758	-	1.086.893

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2013				Total
	Global Banking & Markets	Banca de Retailho	Banca de Empresas	Actividades Corporativas	
Activo					
Crédito a clientes					
Crédito hipotecário	-	15.271.332	-	-	15.271.332
Crédito ao consumo	-	1.399.152	-	-	1.399.152
Outros créditos	2.778.643	2.698.715	4.069.146	-	9.546.504
Total de activos afectos	2.778.643	19.369.199	4.069.146	-	26.216.988
Activos não afectos					14.043.317
Total do activo					40.260.305
Passivo					
Recursos em Balanço					
Recursos de clientes e outros empréstimos	768.801	16.555.374	1.956.571	1.410.221	20.690.967
Responsabilidades representadas por títulos	-	289.272	49.640	1.173.193	1.512.105
	768.801	16.844.646	2.006.211	2.583.414	22.203.072
Garantias e Avais	171.674	167.383	849.371	-	1.188.428

4. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Caixa	208.014	221.706
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco Central Europeu	622.460	116.135
	-----	-----
	830.474	337.841
	=====	=====

De acordo com o Regulamento nº 2.818/98, de 1 de Dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas mantidas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona Euro e todos os depósitos de clientes com maturidades inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 1% e abatido um montante de mEuros 100. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país		
Cheques a cobrar	64.841	54.077
Depósitos à ordem	611	705
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	161.882	464.519
Cheques a cobrar	1.820	1.532
	-----	-----
	229.154	520.833
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as sub-rubricas de “Cheques a cobrar” correspondem a cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito, os quais, em geral, são compensados nos dias úteis seguintes.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro – Depósitos à ordem” incluía um depósito à ordem no montante de mEuros 67.831 e mEuros 165.375, respectivamente, o qual é mobilizável à medida do cumprimento de determinadas obrigações assumidas perante terceiros.

6. ACTIVOS / PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

As rubricas de activos e passivos financeiros detidos para negociação têm a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Activos financeiros detidos para negociação		
Derivados com justo valor positivo	1.969.491	1.599.893
Títulos - Unidades de participação	241.391	239.249
	-----	-----
	2.210.882	1.839.142
	-----	-----
Passivos financeiros detidos para negociação		
Derivados com justo valor negativo	(1.995.017)	(1.619.768)
	-----	-----
Saldo líquido do justo valor dos instrumentos financeiros derivados	(25.526)	(19.875)
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Títulos - Unidades de participação” apresenta a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações		
Santander Multiobrigações	241.391	239.249
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as rubricas de “Instrumentos financeiros derivados” têm a seguinte composição:

	2014			2013		
	Activo	Passivo	Líquido (Nota 10)	Activo	Passivo	Líquido (Nota 10)
Forwards	31.123	30.886	237	1.250	1.311	(61)
Swaps						
Contratos de taxa de câmbio	19.568	-	19.568	1.119	7.400	(6.281)
Contratos de taxa de juro	1.556.561	1.602.271	(45.710)	1.203.389	1.217.597	(14.208)
Contratos sobre cotações ("Equity Swaps")	36.580	35.347	1.233	76.883	76.233	650
Eventos de crédito	-	7	(7)	-	-	-
Opções						
Contratos de taxa de câmbio	1.368	1.184	184	831	836	(5)
Contratos sobre cotações ("Equity Swaps")	158.352	156.780	1.572	137.075	137.075	-
Contratos de garantia de taxa de juro ("Caps & Floors")	165.939	168.542	(2.603)	179.346	179.316	30
	<u>1.969.491</u>	<u>1.995.017</u>	<u>(25.526)</u>	<u>1.599.893</u>	<u>1.619.768</u>	<u>(19.875)</u>

Em 31 de Dezembro de 2014, as rubricas de activos e passivos de “Instrumentos financeiros derivados” encontram-se deduzidas dos montantes de, aproximadamente, mEuros 142.400 e mEuros 110.700, respectivamente, de “Credit Value Adjustments” e de “Debit Value Adjustments”.

Em 31 de Dezembro de 2013, as rubricas de activos e passivos de “Instrumentos financeiros derivados” encontravam-se deduzidas dos montantes de, aproximadamente, mEuros 187.800 e mEuros 168.000, respectivamente, de “Credit Value Adjustments” e de “Debit Value Adjustments”.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de “Instrumentos financeiros derivados – Activo” incluía saldos mantidos com entidades pertencentes ao Sector Público Português em litígio no montante de mEuros 1.420.000 e mEuros 1.030.000, respectivamente (Nota 44).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a quase totalidade dos instrumentos financeiros derivados de negociação encontravam-se cobertos “back-to-back” com o Banco Santander, S.A.

7. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014							
	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de justo valor			Correcção contabilidade de cobertura	Imparidade	Valor de balanço
			Positiva	Negativa	Total			
Instrumentos de dívida								
Emitidos por residentes								
Obrigações do Tesouro	4.975.472	133.787	258.110	-	258.110	37.423	(130)	5.404.662
Outros emissores públicos nacionais	207.502	78	4.136	(672)	3.464	-	-	211.044
Outros residentes								
Outras titularizações	79.600	72	-	(8.045)	(8.045)	-	-	71.627
Dívida não subordinada	630.723	14.903	31.602	(6.957)	24.645	-	(230)	670.041
Dívida subordinada	139.009	22	-	(12.135)	(12.135)	-	(6.603)	120.293
Emitidos por não residentes								
Emissores públicos estrangeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros não residentes								
Dívida não subordinada	99.309	3.226	97	(344)	(247)	-	-	102.288
Adquiridos no âmbito de operações de titularização	338.595	41	6.480	(43.720)	(37.240)	-	-	301.396
Instrumentos de capital								
Emitidos por residentes								
Valorizados ao justo valor	443.216	-	1.525	(10.859)	(9.334)	-	(78.896)	354.986
Valorizados ao custo histórico	18.873	-	-	-	-	-	(6.217)	12.656
Emitidos por não residentes								
Valorizados ao justo valor	11	-	-	-	-	-	-	11
Valorizados ao custo histórico	1.206	-	-	-	-	-	(746)	460
	<u>6.933.516</u>	<u>152.129</u>	<u>301.950</u>	<u>(82.732)</u>	<u>219.218</u>	<u>37.423</u>	<u>(92.822)</u>	<u>7.249.464</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2013							
	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de justo valor			Correcção contabilidade de cobertura	Imparidade	Valor de balanço
			Positiva	Negativa	Total			
					(Nota 25)		(Nota 22)	
Instrumentos de dívida								
Emitidos por residentes								
Obrigações do Tesouro	2.130.470	29.161	106	(136.469)	(136.363)	105.608	(231)	2.128.645
Outros emissores públicos nacionais	467.352	1.117	12.804	(1.456)	11.348	-	-	479.817
Outros residentes								
Outras titularizações	86.504	87	-	(23.349)	(23.349)	-	-	63.242
Dívida não subordinada	416.584	8.013	7.662	(11.220)	(3.558)	-	(231)	420.808
Dívida subordinada	128.233	36	-	(7.256)	(7.256)	-	(11.193)	109.820
Emitidos por não residentes								
Emissores públicos estrangeiros	1.007.249	23.108	109	(75.105)	(74.996)	120.005	-	1.075.366
Outros não residentes								
Adquiridos no âmbito de operações de titularização	701.264	3.394	16	(96.441)	(96.425)	-	-	608.233
Instrumentos de capital								
Emitidos por residentes								
Valorizados ao justo valor	396.736	-	344	(326)	18	-	(59.830)	336.924
Valorizados ao custo histórico	19.839	-	-	-	-	-	(6.683)	13.156
Emitidos por não residentes								
Valorizados ao justo valor	16	-	-	-	-	-	-	16
Valorizados ao custo histórico	1.206	-	-	-	-	-	(745)	461
	5.355.453	64.916	21.041	(351.622)	(330.581)	225.613	(78.913)	5.236.488

Os instrumentos de dívida emitidos na sequência de operações de titularização de créditos que foram mantidos em carteira ou adquiridos apresentam o seguinte detalhe:

	2014					2013
	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros	Valias reflectidas em reservas	Valor de balanço	Valor de balanço
Não residentes						
Hipototta nº 1 PLC	132.512	128.056	5	2.671	130.732	134.970
Hipototta nº 4 PLC	127.902	122.493	4	(38.347)	84.150	65.657
Hipototta nº 5 PLC	94.248	88.046	32	(1.564)	86.514	19.694
Leasetotta nº 1 Ltd	-	-	-	-	-	387.912
	354.662	338.595	41	(37.240)	301.396	608.233

Durante o exercício de 2014, o Leasetotta nº 1 Ltd foi liquidado antecipadamente.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as rubricas de Obrigações do Tesouro e de emissores públicos estrangeiros incluíam valias reconhecidas em resultados nos montantes de mEuros 37.423 e mEuros 225.613, respectivamente, relativas a correcções de valor por operações de cobertura de risco de taxa de juro. Estes títulos apresentavam as seguintes características:

Descrição	2014					2013						
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias em operações de cobertura	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias em operações de cobertura	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Obrigações do Tesouro - Portugal												
. Com vencimento até um ano	-	-	-	-	-	-	649.159	4.981	12.389	(7.573)	-	658.956
. Com vencimento entre um e três anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Com vencimento entre três e cinco anos	1.790.592	42.375	-	54.782	-	1.887.749	517.531	6.447	-	(4.195)	-	519.783
. Com vencimento entre cinco e dez anos	3.184.393	91.410	37.423	203.328	-	3.516.554	675.000	17.728	93.219	(124.701)	-	661.246
Bilhetes do Tesouro - Portugal	-	-	-	-	-	-	288.293	-	-	106	-	288.399
Outros	487	2	-	-	(130)	359	487	5	-	-	(231)	261
	4.975.472	133.787	37.423	258.110	(130)	5.404.662	2.130.470	29.161	105.608	(136.363)	(231)	2.128.645
Obrigações do Tesouro - Espanha												
. Com vencimento entre cinco e dez anos	-	-	-	-	-	-	1.000.000	23.028	120.005	(75.105)	-	1.067.928
Outros	-	-	-	-	-	-	7.249	80	-	109	-	7.438
	4.975.472	133.787	37.423	258.110	(130)	5.404.662	3.137.719	52.269	225.613	(211.359)	(231)	3.204.011

Em 31 de Dezembro de 2014, o Banco detinha na sua carteira Obrigações do Tesouro de Portugal, nos montantes de mEuros 2.002.426, utilizadas como colaterais em operações de financiamento (Nota 18).

Em 31 de Dezembro de 2013, o Banco detinha na sua carteira Obrigações do Tesouro de Portugal e Espanha, nos montantes de mEuros 1.595.639 e mEuros 1.070.943, respectivamente, utilizadas como colaterais em operações de financiamento (Nota 18).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as rubricas de “Instrumentos de dívida” incluíam ainda os seguintes títulos:

Descrição	2014				2013					
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Outras titularizações										
ENERGYON NO.2 CLASS A NOTES 2025	79.550	72	(8.025)	-	71.597	86.454	87	(23.329)	-	63.212
ENERGYON NO.2 CLASS B NOTES 2025	50	-	(20)	-	30	50	-	(20)	-	30
	79.600	72	(8.045)	-	71.627	86.504	87	(23.349)	-	63.242
Divida não subordinada										
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS 3.75% JAN	251.991	8.931	21.143	-	282.065	199.820	7.144	6.521	-	213.485
BANCO COMERC PORTUGUES 22/06/201	105.358	2.512	3.702	-	111.572	-	-	-	-	-
GALP ENERGIA 2013/2017	99.455	429	1.530	-	101.414	99.226	446	1.141	-	100.813
PORTUGAL TELECOM INT FIN 5.875%2	57.222	2.221	97	-	59.540	-	-	-	-	-
CGD 3% 2014/2019	49.965	1.442	4.582	-	55.989	-	-	-	-	-
SONAE DISTRIBUICAO SET 2007/2015	35.000	82	(442)	-	34.640	35.000	98	(2.295)	-	32.803
PORTUGAL TELECOM INT FIN 4.625%2	31.373	923	(344)	-	31.952	-	-	-	-	-
GALP ENERGIA SGPS SA-4.125-25/01	23.885	894	215	-	24.994	-	-	-	-	-
IBERWIND II P. CONSULTORIA SENIOR A	28.046	29	(4.165)	-	23.910	29.956	32	(5.845)	-	24.143
EDIA 2010/2030	19.250	226	(1.401)	-	18.075	19.250	227	(1.413)	-	18.064
PORTUGAL TELECOM INT FIN 5 2019	10.714	81	(0)	-	10.795	-	-	-	-	-
OBRIGAÇÕES ZON MULTIMÉDIA 2014	-	-	-	-	-	24.300	50	(294)	-	24.056
Outros	17.773	359	(519)	(230)	17.383	9.032	16	(1.373)	(231)	7.444
	730.032	18.129	24.398	(230)	772.329	416.584	8.013	(3.558)	(231)	420.808
Outros emissores públicos nacionais										
PARPÚBLICA 2013/2015	200.000	78	4.136	-	204.214	200.000	109	7.502	-	207.611
CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA/99	7.502	-	(672)	-	6.830	9.002	-	(1.456)	-	7.546
STCP 3.611% OUT/2014	-	-	-	-	-	120.000	987	1.126	-	122.113
PARPÚBLICA 2012/2014	-	-	-	-	-	138.350	21	4.176	-	142.547
	207.502	78	3.464	-	211.044	467.352	1.117	11.348	-	479.817
Divida subordinada										
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS 2017	122.087	19	-	(6.603)	115.503	111.360	32	-	(11.193)	100.199
TOTTA SEGUROS - OBRIG. SUB. 2002	14.000	1	(9.213)	-	4.788	14.000	2	(5.150)	-	8.852
BPSM97-TOPS-OB.PERP.SUB.-1./2.	2.922	2	(2.922)	-	2	2.873	2	(2.106)	-	769
	139.009	22	(12.135)	(6.603)	120.293	128.233	36	(7.256)	(11.193)	109.820

No último trimestre de 2012, o Banco adquiriu à Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. obrigações subordinadas emitidas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. por mEuros 15.674 acima do subordinado justo valor. Na sequência desta operação, o Banco registou perdas por imparidade no mesmo montante. Durante os exercícios de 2014 e 2013, o Banco reverteu mEuros 4.590 e mEuros 4.481, respectivamente, de perdas de imparidade naquele título em virtude da sua valorização.

Com referência a 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Instrumentos de capital” inclui os seguintes títulos:

Descrição	2014				2013			
	Custo de aquisição	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Custo de aquisição	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Valorizados ao justo valor								
NOVIMOVEST - F.I. IMOBILIÁRIO	285.910	925	(31.628)	255.207	275.910	-	(17.821)	258.089
FUNDO SOLUCAO ARRENDAMENTO	28.925	(1.769)	-	27.156	24.915	(319)	-	24.596
FUNDO RECUPERAÇÃO FCR	33.120	-	(8.109)	25.011	28.491	-	(3.850)	24.641
LUSIMOVEST - F.I. IMOBILIÁRIO	26.379	186	(2.827)	23.738	26.379	-	(1.998)	24.381
BANCO BPI, SA	21.502	(9.010)	-	12.492	-	-	-	-
SANTANDER MULTIACTIVOS 0-30	3.000	(21)	-	2.979	-	-	-	-
SANTANDER MULTIACTIVOS 20-60	3.000	(49)	-	2.951	-	-	-	-
UNICAMPUS-FEI IMOBILIARIO FECHAD	1.500	10	-	1.510	1.500	10	-	1.510
GARVAL - SOC.DE GARANTIA MUTUAS	1.443	64	-	1.507	1.759	51	-	1.810
Outros	5.295	330	(3.179)	2.446	4.626	276	(2.989)	1.913
Titulos com imparidade a 100%	33.153	-	(33.153)	-	33.172	-	(33.172)	-
	443.227	(9.334)	(78.896)	354.997	396.752	18	(59.830)	336.940
Valorizados ao custo histórico								
SIBS - SOC.INTERBANCÁRIA DE SERVIÇOS SARL	3.461	-	-	3.461	3.461	-	-	3.461
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS DO NORTE (ex-AENOR)	3.749	-	(531)	3.218	3.749	-	(531)	3.218
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS DO NORTE	-	-	-	-	-	-	-	-
Prestações Suplementares (ex-AENOR)	3.749	-	(531)	3.218	3.749	-	(531)	3.218
NORGARANTE - SOC. GARANTIA MUTUA S.A.	436	-	(5)	431	210	-	(5)	205
Outros	3.657	-	(869)	2.788	4.849	-	(1.334)	3.515
Titulos com imparidade a 100%	5.027	-	(5.027)	-	5.027	-	(5.027)	-
	20.079	-	(6.963)	13.116	21.045	-	(7.428)	13.617

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o Banco detinha 5.861.770 e 5.020.942 unidades de participação do Fundo Solução Arrendamento Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional nos montantes de mEuros 27.156 e mEuros 24.596, respectivamente, as quais foram subscritas através do pagamento em numerário de mEuros 2 e o remanescente através da entrega de imóveis.

Nos exercícios de 2014 e 2013, o Banco respondeu a chamadas de capital do Fundo Recuperação, FCR, nos montantes de mEuros 4.629 e mEuros 3.477, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2014, o Banco detinha em carteira 33.110 unidades de participação correspondentes a 4,12% do capital daquele Fundo.

No exercício de 2014, o Banco adquiriu à Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. acções do Banco BPI, S.A. no montante de mEuros 21.502 (justo valor à data da aquisição), as quais em 31 de Dezembro de 2014 se encontram valorizados por mEuros 12.492.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as reservas de reavaliação negativas resultantes da valorização ao justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda apresentavam as seguintes percentagens face aos respectivos custos de aquisição:

	2014				
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias por operações de cobertura	Reserva negativa	Valor de balanço
Instrumentos de dívida					
. Entre 0% e 25%	288.346	1.441	-	(21.210)	268.577
. Entre 25% e 50%	50	-	-	(20)	30
. Superior a 50%	72.583	7	-	(50.643)	21.947
	<u>360.979</u>	<u>1.448</u>	<u>-</u>	<u>(71.873)</u>	<u>290.554</u>
Instrumentos de capital					
. Entre 0% e 25%	35.011	-	-	(1.849)	33.162
. Entre 25% e 50%	21.502	-	-	(9.010)	12.492
	<u>56.513</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(10.859)</u>	<u>45.654</u>
	<u>417.492</u>	<u>1.448</u>	<u>-</u>	<u>(82.732)</u>	<u>336.208</u>
	2013				
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias por operações de cobertura	Reserva negativa	Valor de balanço
Instrumentos de dívida					
. Entre 0% e 25%	3.511.445	55.537	225.613	(247.088)	3.545.507
. Entre 25% e 50%	186.183	100	-	(65.930)	120.353
. Superior a 50%	67.873	456	-	(38.278)	30.051
	<u>3.765.501</u>	<u>56.093</u>	<u>225.613</u>	<u>(351.296)</u>	<u>3.695.911</u>
Instrumentos de capital					
. Entre 0% e 25%	24.988	-	-	(326)	24.662
	<u>3.790.489</u>	<u>56.093</u>	<u>225.613</u>	<u>(351.622)</u>	<u>3.720.573</u>

8. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Aplicações no Banco Central Europeu	-	1.600.000
	---	-----
Aplicações em instituições de crédito no país		
Depósitos	200.000	200.000
Empréstimos	22.212	36.522
Juros a receber	5.805	3.522
	-----	-----
	228.017	240.044
	-----	-----
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Aplicações a muito curto prazo	71.575	68.797
Depósitos	820.979	1.069.560
Outras aplicações	678.190	877.472
Juros a receber	37.849	37.693
	-----	-----
	1.608.593	2.053.522
	-----	-----
	1.836.610	3.893.566
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro – Outras aplicações” inclui contas margem de mEuros 46.926 e mEuros 172.446, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)9. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Crédito geral		
Crédito interno		
A empresas		
Crédito em conta corrente	738.311	1.011.146
Empréstimos	3.793.601	3.898.653
Locação financeira	733.256	460.387
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	139.255	144.180
Descobertos	180.337	207.414
Créditos tomados - factoring	1.057.039	995.271
Outros créditos	19.866	20.309
A particulares		
Habitação	12.199.253	12.554.234
Consumo e outros	1.652.604	1.722.630
Crédito ao exterior		
A empresas		
Crédito em conta corrente	7.263	11.615
Empréstimos	147.724	132.935
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	140	128
Descobertos	62	440
Créditos tomados - factoring	71.325	57.974
Operações de locação financeira	1.272	2.282
Outros créditos	4	3.231
A particulares		
Habitação	334.883	361.067
Consumo e outros	27.811	32.147
	-----	-----
	21.104.006	21.616.043
	-----	-----
Crédito titulado		
Títulos de dívida não subordinada emitidos por residentes	2.390.245	2.003.612
	-----	-----
Activos titularizados não desreconhecidos		
Empresas		
Leasetotta nº1	-	335.694
Particulares		
Crédito à habitação		
. Hipototta nº 4	1.031.230	1.103.384
. Hipototta nº 5	894.145	945.687
	-----	-----
	1.925.375	2.384.765
	-----	-----
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	41.627	60.773
Há mais de 90 dias	1.119.930	1.008.831
	-----	-----
	1.161.557	1.069.604
	-----	-----
Sub-total	26.581.183	27.074.024
	-----	-----

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Juros a receber		
Crédito não titulado	39.438	47.441
Crédito titulado	11.498	4.791
Activos titularizados não desreconhecidos	1.933	2.871
Correcções de valor de activos objecto de cobertura	4.246	4.202
Despesas com encargo diferido	69.414	77.413
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(100.355)	(105.303)
	-----	-----
	26.174	31.415
	-----	-----
	26.607.357	27.105.439
Imparidade em crédito a clientes (Nota 22)	(983.027)	(888.451)
	-----	-----
	25.624.330	26.216.988
	=====	=====

Nos exercícios de 2014 e 2013, foram vendidas carteiras de crédito concedido a particulares e a empresas que na sua maioria já tinham sido abatidos ao activo. Como resultado destas operações foram registados em 2014 e 2013 ganhos líquidos nos montantes de mEuros 1.054 e mEuros 2.946, respectivamente (Nota 33).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Crédito interno – A particulares - Habitação” incluía créditos afectos ao património autónomo das obrigações hipotecárias emitidas pelo Banco nos montantes de mEuros 8.021.820 e mEuros 8.245.739, respectivamente (Nota 20).

No exercício de 2014 foi liquidada antecipadamente a operação de titularização Leasetotta nº 1, a qual justificou o aumento da rubrica de “Crédito interno – A empresas – Locação financeira”.

O movimento ocorrido nas provisões para crédito durante os exercícios de 2014 e 2013 é apresentado na Nota 22.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o crédito e juros vencidos por prazo de incumprimento apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Até três meses	41.627	60.773
Entre três e seis meses	61.681	32.057
Entre seis meses e um ano	127.699	163.322
Entre um ano e três anos	544.223	626.294
Mais de três anos	386.327	187.158
	-----	-----
	1.161.557	1.069.604
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a composição da carteira de crédito concedido a clientes por sectores de actividade era a seguinte:

	2014			
	Vivo	Vencido	Total	%
Agricultura e silvicultura	146.259	7.972	154.231	0,58
Pescas	3.758	44	3.802	0,01
Indústrias extractivas	16.617	1.043	17.660	0,07
Indústrias transformadoras:				
Alimentação, bebidas e tabaco	363.292	21.155	384.447	1,45
Têxteis, vestuário e couro	194.547	8.379	202.926	0,76
Madeira e cortiça	94.716	5.254	99.970	0,38
Papel, gráficas e editoriais	193.675	2.361	196.036	0,74
Indústria química	171.963	3.774	175.737	0,66
Produtos minerais não metálicos	164.282	3.488	167.770	0,63
Metalurgia	117.888	8.559	126.447	0,48
Máquinas e material de transporte	162.960	12.526	175.486	0,66
Electricidade, água e gás	683.108	2.474	685.582	2,58
Construção e obras públicas	1.195.295	228.721	1.424.016	5,36
Comércio e hotelaria:				
Comércio por grosso	650.927	55.595	706.522	2,66
Comércio de retalho	948.063	66.781	1.014.844	3,82
Restaurantes e hotéis	367.792	21.709	389.501	1,46
Transportes e comunicações	401.804	16.327	418.131	1,57
Instituições financeiras não monetárias	645.986	13.535	659.521	2,48
Sector Público Administrativo	556.792	2.096	558.888	2,10
Outras empresas de serviços	1.262.402	128.172	1.390.574	5,23
Crédito a particulares, incluindo activos titularizados não desreconhecidos	15.654.701	527.492	16.182.193	60,88
Crédito ao exterior	306.597	5.112	311.709	1,17
Sociedades Gestoras de Participações Sociais	881.678	11.911	893.589	3,36
Outros créditos	234.524	7.077	241.601	0,91
	<u>25.419.626</u>	<u>1.161.557</u>	<u>26.581.183</u>	<u>100,00</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2013			
	Vivo	Vencido	Total	%
Agricultura e silvicultura	151.426	8.971	160.397	0,59
Pescas	3.122	35	3.157	0,01
Indústrias extractivas	23.673	1.739	25.412	0,09
Indústrias transformadoras:				
Alimentação, bebidas e tabaco	402.914	10.408	413.322	1,53
Têxteis, vestuário e couro	172.748	7.202	179.950	0,66
Madeira e cortiça	95.945	4.358	100.303	0,37
Papel, gráficas e editoriais	186.370	2.394	188.764	0,70
Indústria química	176.807	3.483	180.290	0,67
Produtos minerais não metálicos	247.283	2.088	249.371	0,92
Metalurgia	114.182	7.608	121.790	0,45
Máquinas e material de transporte	180.979	10.768	191.747	0,71
Electricidade, água e gás	277.654	1.355	279.009	1,03
Construção e obras públicas	1.354.987	220.361	1.575.348	5,82
Comércio e hotelaria:				
Comércio por grosso	642.398	50.003	692.401	2,56
Comércio de retalho	842.497	57.899	900.396	3,33
Restaurantes e hotéis	398.633	27.176	425.809	1,57
Transportes e comunicações	540.288	13.912	554.200	2,05
Instituições financeiras não monetárias	805.058	31	805.089	2,97
Sector Público Administrativo	551.843	2.760	554.603	2,05
Outras empresas de serviços	1.307.704	128.115	1.435.819	5,30
Crédito a particulares, incluindo activos titularizados não desconhecidos	16.035.428	485.308	16.520.736	61,01
Crédito ao exterior	339.914	5.851	345.765	1,28
Sociedades Gestoras de Participações Sociais	811.988	9.967	821.955	3,04
Outros créditos	340.579	7.812	348.391	1,29
	<u>26.004.420</u>	<u>1.069.604</u>	<u>27.074.024</u>	<u>100,00</u>

10. DERIVADOS DE COBERTURA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014			2013		
	Activo	Passivo	Líquido	Activo	Passivo	Líquido
Cobertura de justo valor						
"Swaps" de taxa de juro	32.926	45.158	(12.232)	46.101	272.356	(226.255)
"Equity swaps"	37.701	20.185	17.516	51.381	37.484	13.897
Opções AutoCallable	-	208	(208)	-	49.951	(49.951)
Cobertura de fluxos de caixa						
"Swaps" de taxa de juro	124.017	67.746	56.271	101.945	10.893	91.052
	<u>194.644</u>	<u>133.297</u>	<u>61.347</u>	<u>199.427</u>	<u>370.684</u>	<u>(171.257)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o detalhe dos instrumentos financeiros derivados era o seguinte:

Tipo de instrumento financeiro	2014							Valor nocional	
	Valor de balanço	Valor nocional					Total	Valor nocional	
		Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos		EUR	Outros
1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 6)									
Forwards									
. Compras		50.476	46.466	16.223	180	-	113.345	52.871	60.474
. Vendas	237	(50.369)	(46.414)	(16.173)	(175)	-	(113.131)	(59.219)	(53.912)
Sw aps de divisas (currency sw aps)									
. Compras	19.568	1.177.015	-	-	-	-	1.177.015	-	1.177.015
. Vendas		(1.157.722)	-	-	-	-	(1.157.722)	(1.157.722)	-
Sw aps de taxa de juro									
Sw aps divisas (cross currency sw aps)									
. Compras	-	-	-	-	50.871	36.978	87.849	87.849	-
. Vendas	-	-	-	-	(50.871)	(36.978)	(87.849)	-	(87.849)
Outros	(45.710)	671.887	73.027	401.170	825.948	3.435.115	5.407.147	5.387.956	19.191
Sw aps sobre cotações (equity sw aps)	1.233	62.090	140.033	225.890	401.645	1.019.910	1.849.568	1.849.568	-
Opções de moeda									
. Compras	184	30.560	43.043	51.373	-	-	124.976	-	124.976
. Vendas		30.560	43.043	51.373	-	-	124.976	-	124.976
Opções de cotações									
. Compras	1.572	-	-	29.053	326.093	-	355.146	353.328	1.818
. Vendas		-	-	29.053	326.093	-	355.146	353.328	1.818
Caps	(178)	1.047	4.145	38.207	679.144	1.155.913	1.878.456	1.878.456	-
Floors	(2.425)	-	-	5.805	649.000	448.733	1.103.538	1.103.538	-
Eventos de crédito	(7)	-	-	7.000	-	-	7.000	7.000	-
	(25.526)	815.544	303.343	838.974	3.207.928	6.059.671	11.225.460	9.856.953	1.368.507
2. Instrumentos derivados de cobertura									
Cobertura de justo valor									
Sw aps de taxa de juro (interest rate sw aps)									
. Passivos e crédito	28.635	7.100	25.873	74.588	89.178	179.974	376.713	376.713	-
. Activos financeiros disponíveis para venda	(40.867)	-	-	-	-	200.000	200.000	200.000	-
Opções AutoCallable	(208)	-	-	21.253	-	-	21.253	21.253	-
Sw aps sobre cotações (equity sw aps)	17.516	293.305	398.095	610.838	1.870.023	141.301	3.313.562	3.118.223	195.339
Cobertura de fluxos de caixa									
Sw aps de taxa de juro (interest rate sw aps)	56.271	200.000	-	-	1.400.000	1.300.000	2.900.000	2.900.000	-
. Fluxos de caixa	61.347	500.405	423.968	706.679	3.359.201	1.821.275	6.811.528	6.616.189	195.339
2013									
Tipo de instrumento financeiro	2013							Valor nocional	
	Valor de balanço	Valor nocional					Total	Valor nocional	
		Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos		EUR	Outros
1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 6)									
Forwards									
. Compras	(61)	30.337	58.904	7.202	81	-	96.524	45.471	51.053
. Vendas		(30.306)	(58.916)	(7.214)	(81)	-	(96.517)	(42.220)	(54.297)
Sw aps de divisas (currency sw aps)									
. Compras	(6.281)	1.212.071	-	-	-	-	1.212.071	-	1,212,071
. Vendas		(1,218,426)	-	-	-	-	(1,218,426)	(1,218,426)	-
Sw aps de taxa de juro									
Sw aps divisas (cross currency sw aps)									
. Compras	-	-	-	-	19,848	85,295	105,143	105,143	-
. Vendas	-	-	-	-	(19,848)	(85,295)	(105,143)	-	(105,143)
Outros	(14,208)	196,193	373,775	443,024	1,910,362	3,420,108	6,343,462	6,305,502	37,960
Sw aps sobre cotações (equity sw aps)	650	60,402	39,107	58,837	818,959	1,137,609	2,114,914	2,114,914	-
FRA's	-	20,000	-	-	-	-	20,000	20,000	-
Opções de moeda									
. Compras	(5)	13,489	11,956	10,333	-	-	35,778	-	35,778
. Vendas		13,489	11,956	10,333	-	-	35,778	-	35,778
Opções de cotações									
. Compras	-	-	23,079	-	346,590	-	369,669	369,669	-
. Vendas	-	-	23,079	-	346,590	-	369,669	369,669	-
Caps	30	33,214	41,834	2,804	78,768	1,251,253	1,407,873	1,407,873	-
Floors	-	-	53,171	-	6,611	491,948	551,730	523,559	28,171
	(19,875)	330,463	577,945	525,319	3,507,880	6,300,918	11,242,525	10,001,154	1,241,371
2. Instrumentos derivados de cobertura									
Cobertura de justo valor									
Sw aps de taxa de juro (interest rate sw aps)									
. Passivos e crédito	41,625	48,320	46,510	891,120	191,241	212,566	1,389,757	1,389,757	-
. Activos financeiros disponíveis para venda	(267,880)	-	-	400,000	-	1,675,000	2,075,000	2,075,000	-
Opções AutoCallable	(49,951)	62,160	153,520	1,140	21,253	-	238,073	238,073	-
Sw aps sobre cotações (equity sw aps)	13,897	185,571	207,162	586,121	2,426,063	34,303	3,439,220	3,270,182	169,038
Cobertura de fluxos de caixa									
Sw aps de taxa de juro (interest rate sw aps)	91,052	1,000,000	-	-	1,375,000	1,525,000	3,900,000	3,900,000	-
. Fluxos de caixa	-	2,200,000	-	-	-	-	2,200,000	2,200,000	-
FRA's	(171,257)	3,496,051	407,192	1,878,381	4,013,557	3,446,869	13,242,050	13,073,012	169,038

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O Banco realiza operações de derivados no âmbito da sua actividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados, satisfazendo as necessidades dos seus clientes, ou cobrindo posições de natureza estrutural (cobertura).

O Banco transacciona derivados, nomeadamente sob a forma de contratos sobre taxas de câmbio, sobre taxas de juro ou sobre uma combinação destes subjacentes. Estas transacções são efectuadas em mercados de balcão (OTC – Over-the-counter).

A negociação de derivados no mercado de balcão (OTC) baseia-se, normalmente, num contrato bilateral standard, que engloba o conjunto das operações sobre derivados existentes entre as partes. No caso de relações interprofissionais, um Master Agreement da ISDA – Internacional Swaps and Derivatives Association. No caso de relações com clientes, um contrato próprio do Banco.

Neste tipo de contratos, prevê-se a compensação de responsabilidades em caso de incumprimento (compensação essa, cuja abrangência está prevista no próprio contrato e é regulada na lei portuguesa e, para contratos com contrapartes estrangeiras ou executados sob lei estrangeira, nas jurisdições relevantes).

O contrato de derivados pode incluir igualmente um acordo de colateralização do risco de crédito que seja gerado pelas transacções por ele regidas. De notar que o contrato de derivados entre duas partes enquadra por norma todas as transacções em derivados OTC realizadas entre essas duas partes, sejam estas utilizadas para cobertura ou não.

De acordo com a IAS 39, são igualmente autonomizadas e contabilizadas como derivados partes de operações, comumente designadas por “derivados embutidos”, de forma a reconhecer em resultados o justo valor destas operações.

Todos os derivados (embutidos ou autónomos) são reconhecidos contabilisticamente pelo seu justo valor.

Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nocional). O valor nocional é o valor de referência para efeitos de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação.

O justo valor corresponde ao valor estimado que os derivados teriam se fossem transaccionados no mercado na data de referência. A evolução do justo valor dos derivados é reconhecida nas contas relevantes do balanço e tem impacto imediato em resultados.

11. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Imóveis recebidos em dação em pagamento	271.204	268.035
Imóveis de serviço próprio para venda	35.539	26.158
Unidades de participação	18.663	18.663
Equipamento	3.464	4.021
	-----	-----
	328.870	316.877
	-----	-----
Imparidade (Nota 22)	(122.103)	(111.012)
	-----	-----
	206.767	205.865
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido na rubrica de "Activos não correntes detidos para venda" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	2014									31 de Dezembro de 2014		
	31 de Dezembro de 2013			Entradas	Alienações	Transferências	Imparidade (Nota 22)			Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
	Valor bruto	Imparidade					Dotações	Reposições	Utilizações			
	(Notas 13 e 16)											
Imóveis:												
. Recebidos em dação em pagamento	268.035	(87.677)	110.040	(106.219)	(652)	(30.183)	6.210	19.244	271.204	(92.406)	178.798	
. De serviço próprio para venda e outros	26.158	(16.408)	121	(1.563)	10.823	(7.773)	-	983	35.539	(23.198)	12.341	
Unidades de participação	18.663	(4.000)	-	-	-	-	-	-	18.663	(4.000)	14.663	
Equipamentos	4.021	(2.927)	1.758	(2.315)	-	(1.823)	1.262	989	3.464	(2.499)	965	
	316.877	(111.012)	111.919	(110.097)	10.171	(39.779)	7.472	21.216	328.870	(122.103)	206.767	

	2013									31 de Dezembro de 2013		
	31 de Dezembro de 2012			Entradas	Alienações	Transferências	Imparidade (Nota 22)			Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
	Valor bruto	Imparidade					Dotações	Reposições	Utilizações			
	(Nota 13)											
Imóveis:												
. Recebidos em dação em pagamento	245.155	(71.078)	158.002	(135.122)	-	(55.839)	18.717	20.523	268.035	(87.677)	180.358	
. De serviço próprio para venda e outros	28.880	(13.931)	114	(9.820)	6.984	(6.628)	-	4.151	26.158	(16.408)	9.750	
Unidades de participação	18.663	(4.000)	-	-	-	-	-	-	18.663	(4.000)	14.663	
Equipamentos	5.559	(3.574)	5.477	(7.015)	-	(3.914)	3.376	1.185	4.021	(2.927)	1.094	
	298.257	(92.583)	163.593	(151.957)	6.984	(66.381)	22.093	25.859	316.877	(111.012)	205.865	

No exercício de 2014, foram transferidos para a rubrica "Outros activos - Promessas de dação, arrematações e outros activos recebidos em dação em pagamento" mEuros 652 de imóveis recebidos em dação.

O Banco tem como objectivo a venda imediata de todos os imóveis recebidos em dação. Estes imóveis são classificados como activos não correntes detidos para venda sendo registados no seu reconhecimento inicial pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação. Subsequentemente, estes activos são mensurados ao menor de entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes activos, assim determinadas, são registadas em resultados.

As avaliações destes imóveis são efectuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

a) Método de mercado

O critério da comparação de mercado tem por referência valores de transacção de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objecto de estudo obtidos através de prospecção de mercado realizada na zona onde aquele se encontra localizado.

b) Método do rendimento

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, actualizada para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

c) Método do custo

O método do custo consiste na determinação do valor de substituição do imóvel em análise tendo em consideração o custo de construir outro com idêntica funcionalidade, deduzido do montante relativo à depreciação/obsolescência funcional, física e económica verificada.

As avaliações realizadas aos imóveis acima referidos são executadas por entidades independentes e especializadas as quais se encontram credenciadas junto da Comissão dos Mercados dos Valores Mobiliários (CMVM).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Unidades de participação" incluía unidades de participação do Fundo Fechado de Investimento Imobiliário - Imorent, adquiridas na sequência de um acordo de regularização de uma dívida celebrado com um cliente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)12. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Hotel	19.000 =====	18.191 =====

Durante o exercício de 2013, o Banco recebeu em dação em pagamento um hotel avaliado em mEuros 18.660. Em simultâneo, o Banco celebrou um contrato de locação sobre aquele imóvel pelo prazo de 1 ano renovável automaticamente. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o Banco actualizou o justo valor daquele imóvel.

O movimento ocorrido na rubrica de "Propriedades de investimento" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 foi como segue:

	2014				Saldo a 31 de Dezembro de 2014
	Saldo a 31 de Dezembro de 2013	Entradas	Valorização a justo valor	Alienações	
Hotel	<u>18.191</u>	<u>-</u>	<u>809</u>	<u>-</u>	<u>19.000</u>

	2013				Saldo a 31 de Dezembro de 2013
	Saldo a 31 de Dezembro de 2012	Entradas	Valorização a justo valor	Alienações	
Hotel	<u>-</u>	<u>18.660</u>	<u>(469)</u>	<u>-</u>	<u>18.191</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o efeito da valorização ao justo valor das propriedades de investimento em 2013 e 2014 encontra-se registado, respectivamente, nas rubricas da demonstração de resultados "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda e outros" e "Outros resultados de exploração" (Notas 33 e 34).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a forma de apuramento do justo valor das propriedades de investimento de acordo com os níveis definidos na IFRS 13 é como segue:

	31-12-2014			
	Técnicas de valorização			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Propriedades de investimento	<u>19.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19.000</u>

	31-12-2013			
	Técnicas de valorização			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Propriedades de investimento	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>18.191</u>	<u>18.191</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

De acordo com os requisitos estabelecidos pela IFRS 13, apresentamos de seguida um resumo das principais características das propriedades de investimento detidas pelo Banco em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, bem como das técnicas de valorização adoptadas e dos inputs mais relevantes utilizados no apuramento do seu justo valor:

31-12-2014				
Descrição do imóvel	Ocupação	Valor	Técnica de valorização	Inputs relevantes
<i>Nível 1</i>				
Hotel em Cascais	Arrendado	<u>19.000</u>	Contrato promessa de compra e venda	n.a.

31-12-2013				
Descrição do imóvel	Ocupação	Valor	Técnica de valorização	Inputs relevantes
<i>Nível 3</i>				
Hotel em Cascais	Arrendado	<u>18.191</u>	Método do rendimento / Método do custo de reposição amortizado	Taxa de capitalização Taxa de ocupação

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

13. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nestas rubricas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 pode ser apresentado da seguinte forma:

	2014														
	31-12-2013			Aquisições	Abates e regularizações		Transferências De/para activos detidos para venda (Nota 11)		Transferências		Amortizações do exercício	31-12-2014			Valor líquido
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)		Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas		Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)	
Activos tangíveis															
Imóveis															
. Imóveis de serviço próprio	355.119	115.611	3.736	990	4.699	4.699	14.508	3.718	(10)	-	6.139	336.892	113.333	3.736	219.823
. Despesas em edifícios arrendados	140.828	119.080	-	785	-	-	-	-	4	-	6.543	141.617	125.623	-	15.994
. Outros imóveis	167	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	167	10	-	157
Activos tangíveis em curso															
. Imóveis de serviço próprio	543	-	-	906	-	-	-	-	4	-	-	1.453	-	-	1.453
	496.657	234.701	3.736	2.681	4.699	4.699	14.508	3.718	(2)	-	12.682	480.129	238.966	3.736	237.427
Equipamento															
. Mobiliário e material	22.223	19.494	-	279	100	100	-	-	-	-	1.038	22.402	20.432	-	1.970
. Máquinas e ferramentas	3.708	3.616	-	15	9	9	-	-	-	-	35	3.714	3.642	-	72
. Equipamento informático	124.987	115.431	-	4.560	1.959	1.959	-	-	-	-	3.840	127.588	117.312	-	10.276
. Instalações interiores	91.838	83.014	-	2.621	75.977	75.969	139	106	-	-	2.003	18.343	8.942	-	9.401
. Material de transporte	18.949	12.966	-	3.441	1.608	1.580	-	-	-	-	1.619	20.782	13.005	-	7.777
. Equipamento de segurança	27.016	26.506	-	89	454	454	-	-	-	-	250	26.651	26.302	-	349
. Outro equipamento	5.731	4.417	-	184	211	194	-	-	2	-	550	5.706	4.773	-	933
	294.452	265.444	-	11.189	80.318	80.265	139	106	2	-	9.335	225.186	194.408	-	30.778
Outros activos tangíveis															
Equipamento em locação financeira	281	281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	281	281	-	-
Património artístico	1.535	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.535	-	-	1.535
	1.816	281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.816	281	-	1.535
	792.925	500.426	3.736	13.870	85.017	84.964	14.647	3.824	-	-	22.017	707.131	433.655	3.736	269.740
Activos intangíveis															
Software															
. Adquirido a terceiros	360.957	308.497	-	15.587	62	62	-	-	(503)	-	39.667	375.979	348.102	-	27.877
Outros activos intangíveis															
. Trespasses	3.465	3.465	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.465	3.465	-	-
Activos intangíveis em curso															
Software	-	-	-	-	-	-	-	-	503	-	-	503	-	-	503
	364.422	311.962	-	15.587	62	62	-	-	-	-	39.667	379.947	351.567	-	28.380

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2013												
	31-12-2012			Aquisições	Abates e regularizações		Transferências		Amortizações do exercício	31-12-2013			Valor líquido
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)		Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	De/para activos detidos para venda (Nota 11)			Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)	
						Valor	Amortizações	Valor	Amortizações				
Activos tangíveis													
Imóveis													
. Imóveis de serviço próprio	358.271	110.892	3.736	5.886	468	9	8.570	1.602	6.330	355.119	115.611	3.736	235.772
. Despesas em edifícios arrendados	145.727	117.029	-	826	5.725	5.698	-	-	7.749	140.828	119.080	-	21.748
. Outros imóveis	167	9	-	-	-	-	-	-	1	167	10	-	157
Activos tangíveis em curso													
. Imóveis de serviço próprio	126	-	-	417	-	-	-	-	-	543	-	-	543
	<u>504.291</u>	<u>227.930</u>	<u>3.736</u>	<u>7.129</u>	<u>6.193</u>	<u>5.707</u>	<u>8.570</u>	<u>1.602</u>	<u>14.080</u>	<u>496.657</u>	<u>234.701</u>	<u>3.736</u>	<u>258.220</u>
Equipamento													
. Mobiliário e material	22.513	18.581	-	65	355	355	-	-	1.268	22.223	19.494	-	2.729
. Máquinas e ferramentas	3.737	3.626	-	22	51	51	-	-	41	3.708	3.616	-	92
. Equipamento informático	123.332	111.724	-	2.719	1.064	1.032	-	-	4.739	124.987	115.431	-	9.556
. Instalações interiores	92.090	83.865	-	3.170	3.354	3.344	68	52	2.545	91.838	83.014	-	8.824
. Material de transporte	17.352	11.706	-	2.597	1.000	922	-	-	2.182	18.949	12.966	-	5.983
. Equipamento de segurança	27.594	26.905	-	154	732	732	-	-	333	27.016	26.506	-	510
. Outro equipamento	5.801	4.008	-	141	211	209	-	-	618	5.731	4.417	-	1.314
	<u>292.419</u>	<u>260.415</u>	<u>-</u>	<u>8.868</u>	<u>6.767</u>	<u>6.645</u>	<u>68</u>	<u>52</u>	<u>11.726</u>	<u>294.452</u>	<u>265.444</u>	<u>-</u>	<u>29.008</u>
Outros activos tangíveis													
Equipamento em locação financeira	281	281	-	-	-	-	-	-	-	281	281	-	-
Património artístico	1.535	-	-	-	-	-	-	-	-	1.535	-	-	1.535
	<u>1.816</u>	<u>281</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.816</u>	<u>281</u>	<u>-</u>	<u>1.535</u>
	<u>798.526</u>	<u>488.626</u>	<u>3.736</u>	<u>15.997</u>	<u>12.960</u>	<u>12.352</u>	<u>8.638</u>	<u>1.654</u>	<u>25.806</u>	<u>792.925</u>	<u>500.426</u>	<u>3.736</u>	<u>288.763</u>
Activos intangíveis													
Software													
. Adquirido a terceiros	340.936	275.226	-	20.779	758	758	-	-	34.029	360.957	308.497	-	52.460
Outros activos intangíveis													
. Trespases	3.585	3.585	-	-	120	120	-	-	-	3.465	3.465	-	-
	<u>344.521</u>	<u>278.811</u>	<u>-</u>	<u>20.779</u>	<u>878</u>	<u>878</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>34.029</u>	<u>364.422</u>	<u>311.962</u>	<u>-</u>	<u>52.460</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Software – Adquirido a terceiros” inclui o software adquirido à Santander Tecnologia y Operaciones A.E.I.E., um agrupamento europeu de interesse económico pertencente ao Grupo Santander, nos montantes líquidos de depreciações de mEuros 25.414 e mEuros 50.783, respectivamente.

Durante o exercício de 2014, o Banco procedeu à revisão da vida útil estimada da sua plataforma informática Parténon de 5 para 3 anos. Como resultado daquela revisão, as amortizações do exercício da rubrica “Software – Adquirido a terceiros” aumentaram em cerca de mEuros 7.300 comparativamente ao exercício anterior.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)14. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014		2013	
	Participação directa (%)	Valor de balanço	Participação directa (%)	Valor de balanço
Investimentos em filiais				
No país				
Totta Urbe - Empresa de Administração e Construções, S.A.	100,00	203	100,00	203
Santotta Internacional, SGPS, S.A. (ex-Madeisisa)	100,00	12.408	100,00	12.408
Santander - Gestão de Activos, SGPS, S.A.	100,00	7.418	100,00	7.418
Tagagest, SGPS, S.A.	99,00	50	99,00	50
Unicre – Instituição Financeira de Crédito, S.A.	21,50	5.469	21,50	5.469
No estrangeiro				
Totta Ireland, PLC	100,00	285.691	100,00	285.691
BST Internacional Bank, Inc.	100,00	4.147	100,00	4.147
Totta & Açores, Inc - Newark	100,00	75	100,00	75
Totta & Açores Financing, Ltd.	100,00	45	100,00	45
		<u>315.506</u>		<u>315.506</u>
Prestações suplementares de capital				
Totta Ireland, PLC		164.973		164.973
Totta Urbe - Empresa de Administração e Construções, S.A.		99.760		99.760
Totta & Açores, Inc - Newark		453		453
Santander - Gestão de Activos, SGPS, S.A.		-		25.846
		<u>265.186</u>		<u>291.032</u>
		<u>580.691</u>		<u>606.538</u>

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, o movimento ocorrido nesta rubrica pode ser apresentado como se segue:

	31-12-2013	Reembolsos	31-12-2014
Investimentos em filiais	315.506	-	315.506
Prestações suplementares de capital	291.032	(25.846)	265.186
	<u>606.538</u>	<u>(25.846)</u>	<u>580.691</u>

Em 30 de Maio de 2014, a Santander – Gestão de Activos, SGPS, S.A. procedeu ao reembolso integral das prestações acessórias concedidas pelo BST em exercícios anteriores.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 não ocorreram movimentos nesta rubrica.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a estrutura do Grupo BST era a seguinte:

	Participação (%)		
	Directa	Indirecta	Efectiva
Banco Santander Totta, S.A.			
Filiais			
Totta Ireland, PLC	100%	-	100%
Totta & Açores Financing, Ltd	100%	-	100%
Totta & Açores, Inc. - Newark	100%	-	100%
Santotta Internacional, SGPS, S.A. (ex-Madeisisa)	100%	-	100%
Partang, SGPS	0,49%	48,51%	49%
Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.	-	24,99%	24,99%
Serfin International Bank & Trust	-	100%	100%
Totta Urbe - Emp. Admin. e Construções, S.A.	100%	-	100%
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	-	25,81%	25,81%
Santander - Gestão de Activos, SGPS, S.A.	100%	-	100%
BST International Bank, Inc.	100%	-	100%
Taxagest, SGPS, S.A.	99%	-	99%
Associadas			
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	21,50%	-	21,50%

Nos termos do acordo assinado em Agosto de 2008 entre a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) e o BST, em 4 de Junho de 2009 a Santotta – Internacional, SGPS, S.A.(Santotta) e o BST constituíram a Partang, SGPS, S.A. (Partang) mediante a entrega de acções do Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A. ("BCGTA"), com a anterior designação de Banco Totta de Angola, S.A., correspondentes a 50,5% e 0,5% do seu capital social, respectivamente. Nos termos do mesmo acordo, foi efectuado em 2 de Julho de 2009 um aumento de capital na Partang subscrito exclusivamente pela CGD, tendo aquela participada passado a ser detida em 50% pela CGD e em 50% pelo Grupo Santander (dos quais 49,51% detidos pela subsidiária Santotta e 0,49% directamente pelo BST).

Nos termos do acordo assinado entre o BST e a CGD, em 5 de Julho de 2010 a CGD exerceu a opção de compra de 1% do capital social da Partang. Na sequência desta operação, o BST passou a deter 49% do capital social da Partang, deixando de ter controlo conjunto sobre o BCGTA.

Por outro lado, o Banco tem uma opção de venda à CGD da sua participação na Partang a exercer no prazo de 4 anos a partir de 2 de Julho de 2011. Adicionalmente, a CGD detinha uma segunda opção de compra sobre a participação do Banco na Partang, com um limite de 80% do capital social e respectivos direitos de voto, a exercer no primeiro mês do quinto aniversário da data de aumento de capital da Partang (2 de Julho de 2009). A CGD no dia 2 de Julho de 2014 não exerceu a sua opção de compra.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a Partang detém 51% do Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A..

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)15. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Activos por impostos correntes:		
· IRC a recuperar	8.685	10.836
· IRC a recuperar pela Sucursal de Londres	1.216	718
· Retenções na fonte	-	199
· Pagamentos especiais por conta	-	70
	-----	-----
	9.901	11.823
	=====	=====
Passivos por impostos correntes:		
· Imposto a pagar	10.539	3.364
	=====	=====
Activos por impostos diferidos:		
· Relativos a diferenças temporárias	422.616	514.956
· Relativos a prejuízos fiscais reportáveis	26.295	40.219
	-----	-----
	448.911	555.175
	=====	=====
Passivos por impostos diferidos:		
· Relativos a diferenças temporárias	93.912	19.299
· Relativos a créditos fiscais	5.463	5.764
	-----	-----
	99.375	25.063
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Activos por impostos correntes – IRC a recuperar" inclui mEuros 7.856 e mEuros 9.807, respectivamente, pagos pelo Banco relativos a correcções efectuadas pela Administração Tributária às suas declarações de impostos de exercícios anteriores. Por não concordar com os motivos daquelas correcções, o Banco registou aqueles pagamentos como um activo e apresentou reclamações graciosas relativamente às mesmas.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os impostos na demonstração dos resultados têm a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Impostos correntes:		
· Do exercício	(14.772)	(14.850)
· Contribuição especial sobre o sector bancário	(13.922)	(10.802)
· Agrupamentos Complementares de Empresas	(1.833)	(1.597)
· Outros	(2.043)	(1.968)
	-----	-----
	(32.570)	(29.217)
	-----	-----
Impostos diferidos:		
· Registo e reversão de diferenças temporárias, líquido	(26.227)	13.582
	-----	-----
	(58.797)	(15.635)
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2014, todos os activos por impostos diferidos associados a prejuízos fiscais reportáveis foram reconhecidos nas demonstrações financeiras anexas.

Nos exercícios de 2014 e 2013, a reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a taxa efectiva foi como segue:

	2014		2013	
	Taxa de Imposto	Montante	Taxa de Imposto	Montante
Resultado antes de impostos		193.270		18.084
Imposto apurado com base na taxa de imposto corrente	23,00%	44.452	25,00%	4.521
Contribuição especial sobre o sector bancário	7,20%	13.922	59,73%	10.802
Activação de impostos diferidos activos associados a reformas antecipadas	-5,67%	(10.954)	0,00%	-
Activação de impostos diferidos activos por prejuízos fiscais reportáveis de exercícios anteriores	-5,58%	(10.793)	-16,97%	(3.068)
Impacto da alteração da taxa de imposto no cálculo dos impostos diferidos	4,80%	9.283	-27,11%	(4.902)
Dividendos não tributados	-4,61%	(8.915)	-79,95%	(14.459)
Constituição/(reversão) de provisões/imparidades não totalmente tributadas	3,66%	7.080	32,64%	5.903
Anulação de impostos diferidos activos resultantes de correcções efectuadas pela administração fiscal	3,14%	6.069	0,00%	-
Derramas	2,80%	5.413	0,00%	-
Tributação autónoma	1,55%	2.994	14,92%	2.699
Correcções relativas a exercícios anteriores	1,06%	2.043	10,89%	1.969
Anulação de imposto diferido pela não atribuição de incentivos de longo prazo	0,46%	889	9,83%	1.777
Benefícios fiscais	-0,26%	(507)	-2,13%	(386)
Não activação de impostos diferidos activos por prejuízos fiscais reportáveis	0,00%	-	32,45%	5.868
Outros	-1,13%	(2.179)	27,16%	4.911
Impostos sobre os lucros do exercício	30,42%	58.797	86,46%	15.635

Na sequência da alteração da legislação fiscal para o ano de 2015, o Banco passou a apurar e a registar os activos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais reportáveis a uma taxa de 21% (23% em 31 de Dezembro de 2013) e os impostos diferidos associados a diferenças temporárias a uma taxa de 29% (29,5% em 31 de Dezembro de 2013).

Os dividendos distribuídos ao Banco não são tributados na esfera deste em resultado da aplicação do regime previsto no artigo 51º do Código do IRC, o qual determina a eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos, desde que cumpridos determinados requisitos, nomeadamente quanto à percentagem de participação, período de detenção da participação, entre outros.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto nos casos em que existam prejuízos fiscais reportáveis, bem como qualquer outra dedução ou crédito de imposto, situações em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito.

O Banco foi objecto de inspecção fiscal até ao exercício de 2012, inclusive. Como resultado da inspecção ao ano de 2012, o Banco foi sujeito em sede de IRC a uma liquidação adicional relativa a tributação autónoma e a diversas correcções ao prejuízo fiscal apurado naquele exercício. Em sede de Imposto do Selo, o Banco foi sujeito igualmente a uma liquidação adicional. As correcções efectuadas à matéria colectável abrangeram diversas matérias, incluindo, entre outras, ajustamentos relativos ao reconhecimento fiscal dos desvios actuariais, ajustamentos ao nível das reformas antecipadas e ajustamentos ao nível das utilizações de provisões para crédito vencido. Parte destas correcções são meramente temporárias.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Relativamente às liquidações adicionais recebidas, o Banco procedeu ao pagamento dos valores liquidados. Não obstante, as liquidações adicionais foram na sua maioria objecto de reclamação graciosa e/ou impugnação judicial.

O Banco tem por procedimento registar na rubrica de “Provisões” do passivo o montante que considera adequado para fazer face às liquidações adicionais de que foi objecto, bem como às contingências referentes aos exercícios ainda não revistos pela Administração Fiscal (Nota 22).

16. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Proveitos a receber:		
. De colocação de fundos mobiliários geridos pela Santander Asset Management SGFIM	1.825	1.561
. De operações de crédito	98	237
. De outros serviços prestados	21.210	58.237
. Outros juros e rendimentos similares	3.867	7.128
. Outros	2.099	2.257
Despesas com custo diferido	5.261	6.253
Outras imobilizações financeiras		
. Nortrem – Aluguer de Material Ferroviário, A.C.E. (Nortrem)	1.138	2.093
. Trem II – Aluguer de Material Circulante (Trem II)	-	216
. Outras	17	17
Devedores diversos	31.680	42.205
Promessas de dação, arrematações e outros activos recebidos em dação em pagamento	65.440	72.477
Ouro, outros metais preciosos, numismática e medalhística	2.483	2.503
Bonificações a receber do Estado Português	3.780	4.617
Devedores por operações sobre futuros (Nota 24)	9.523	12.548
Outras disponibilidades	327	315
Contratos de suprimentos:		
. Santotta – Internacional, SGPS, S.A.	28.890	25.433
. Propaço – Sociedade Imobiliária de Paço de Arcos, Lda. (Propaço)	2.458	2.443
. Fafer – Empreendimentos Urbanísticos e de Construção, S.A. (Fafer)	273	273
. Gestínsua – Aquisições e Alienações de Património Imobiliário e Mobiliário, S.A.	126	126
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 38)		
. Responsabilidades do BST	-	(846.885)
. Valor patrimonial do Fundo de Pensões do BST	-	840.543
. Responsabilidades da sucursal de Londres	-	(35.037)
. Valor patrimonial do Fundo de Pensões da sucursal de Londres	-	30.720
. Diferimento do impacto nas responsabilidades com pensões na transição para as NCA's (Nota 38)	-	13.915
Outros	95.928	53.383
	-----	-----
	276.423	297.578
	-----	-----
Imparidade (Nota 22):		
. Contratos de suprimentos	(2.302)	(2.132)
. Activos recebidos em dação em pagamento	(15.849)	(14.933)
. Devedores e outras aplicações	(2.796)	(3.308)
	-----	-----
	(20.947)	(20.373)
	-----	-----
	255.476	277.205
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A rubrica “Proveitos a receber – De outros serviços prestados” inclui, essencialmente, comissões a receber da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. pela comercialização dos seus seguros (mEuros 20.128 e mEuros 56.843, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Proveitos a receber – Outros juros e rendimentos similares” refere-se ao valor de juros a receber de “Swap Agreements” celebrados entre o Banco e o Grupo Santander e entre o Banco e as Sociedades de Titularização (Nota 39). O valor de juros a pagar relativo a estas operações está registado na rubrica “Outros passivos – Outros juros e encargos a pagar” (Nota 24).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica “Devedores diversos” incluía o valor dos direitos de crédito detidos sobre o Fundo Lusimovest no montante de mEuros 17.600 e mEuros 24.500, respectivamente, referentes a resgates liquidados por conta do Fundo.

A rubrica “Devedores por operações sobre futuros” refere-se às contas correntes mantidas pelo Banco junto de instituições financeiras internacionais relativamente à actividade de “trading” de futuros. As contas margem de futuros de clientes estão registadas na rubrica “Outros passivos – Credores e outros recursos - Credores por operações sobre futuros” (Nota 24).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Outros” inclui operações activas/(passivas) a liquidar conforme se detalha de seguida:

	31-12-2014		31-12-2013	
	Outros activos	Outros passivos	Outros activos	Outros passivos
	(Nota 24)		(Nota 24)	
Juros a receber de sw aps contratados com entidades do sector público português (Nota 44)	178.048	-	45.022	-
Cheques, valores em trânsito e outras transacções a regularizar	32.216	(7.840)	38.328	(8.698)
Sistema de Compensação de Débitos Directos	(8)	-	26.317	-
Valores a receber / (pagar) a empresas do Grupo	(1.940)	-	14.365	-
Contratos de confirming	-	-	9.957	-
Transferências no âmbito do SEPA	(77.400)	-	(45.870)	-
Saldos a regularizar em ATMs	(34.988)	-	(34.736)	-
	<u>95.928</u>	<u>(7.840)</u>	<u>53.383</u>	<u>(8.698)</u>

17. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Recursos do Banco Central Europeu		
Depósitos	4.406.000	6.200.000
Juros a pagar	261	41.394
Recursos de outros Bancos Centrais		
Depósitos	51	16
	<u>4.406.312</u>	<u>6.241.410</u>
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)18. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Recursos de instituições de crédito no país		
Depósitos	67.468	136.765
Juros a pagar	26	39
	-----	-----
	67.494	136.804
	-----	-----
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
Operações de venda com acordo de recompra	2.797.788	3.082.444
Depósitos	1.093.661	983.118
Outros recursos	425.429	202.242
Recursos a muito curto prazo	33.770	41.261
Juros a pagar	1.409	1.544
	-----	-----
	4.352.057	4.310.609
	-----	-----
	4.419.551	4.447.413
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de “Recursos de instituições de crédito no estrangeiro – Operações de venda com acordo de recompra”, tem a seguinte composição por tipo de activo subjacente às operações de reporte:

Tipo de subjacente	2014			
	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal	2.002.426	2.009	(557)	2.003.878
Divida não subordinada	401.744	182	(122)	401.804
Obrigações emitidas pelo BST em operações de titularização	371.789	159	(66)	371.882
Obrigações emitidas por não residentes	20.222	4	(2)	20.224
	<u>2.796.181</u>	<u>2.354</u>	<u>(747)</u>	<u>2.797.788</u>
	-----	-----	-----	-----
Tipo de subjacente	2013			
	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal	1.595.639	891	(270)	1.596.260
Obrigações do Tesouro - Espanha	1.070.943	426	(191)	1.071.178
Obrigações emitidas pelo BST em operações de titularização	362.758	287	(84)	362.961
Obrigações hipotecárias emitidas pelo BST	52.029	395	(379)	52.045
	<u>3.081.369</u>	<u>1.999</u>	<u>(924)</u>	<u>3.082.444</u>
	-----	-----	-----	-----

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de “Recursos de instituições de crédito no estrangeiro - Outros recursos” inclui mEuros 400.000 e mEuros 200.000 relativos a recursos captados junto do Banco Europeu de Investimento.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)19. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Depósitos à ordem	5.570.671	4.642.923
Depósitos a prazo	12.805.348	12.991.727
Depósitos estruturados	3.007.143	2.766.499
Depósitos de poupança	27.710	36.599
Depósitos com pré-aviso	19.346	18.267
	-----	-----
	21.430.218	20.456.015
	-----	-----
Cheques e ordens a pagar	30.097	83.737
Juros a pagar	139.573	155.201
Correcções de valor por operações de cobertura	(2.067)	(3.986)
	-----	-----
	167.603	234.952
	-----	-----
	21.597.821	20.690.967
	=====	=====

20. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Obrigações em circulação		
Obrigações hipotecárias		
Emitidas	6.000.000	7.132.300
Readquiridas	(4.250.000)	(6.105.750)
Juros de obrigações hipotecárias	18.113	7.767
Obrigações de caixa		
Emitidas	273.608	614.557
Readquiridas	(105.021)	(255.541)
Juros a pagar	6.324	11.023
	-----	-----
	1.943.024	1.404.356
	-----	-----
Outros		
Programa EMTN	32.300	141.830
Readquiridas	(1.250)	(2.940)
Juros a pagar	2	3
	-----	-----
	31.052	138.893
	-----	-----
Despesas com encargo diferido	(4.830)	(282)
Correcções de valor por operações de cobertura	1.761	(30.862)
	-----	-----
	1.971.007	1.512.105
	=====	=====

Nos termos da lei, os detentores das obrigações hipotecárias possuem um privilégio creditício especial sobre o património autónomo, o qual constitui uma garantia da dívida à qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência do emitente.

As condições das obrigações hipotecárias e das obrigações de caixa encontram-se descritas no Anexo I.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Entre Maio de 2008 e Dezembro de 2014, o BST procedeu a treze emissões de Obrigações Hipotecárias ao abrigo do programa “€ 12.500.000.000 Covered Bonds Programme”. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as obrigações hipotecárias tinham um património autónomo constituído por:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Crédito a clientes (Nota 9)	8.021.820	8.245.739
Juros de crédito	7.938	8.649
Comissões	(35.378)	(36.575)
Despesas com encargo diferido	8.458	11.222
	-----	-----
	8.002.838	8.229.035
	-----	-----
Derivados de cobertura	4.859	11.642
	-----	-----
	8.007.697	8.240.677
	=====	=====

O movimento ocorrido na dívida emitida pelo Banco durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	Obrigações em circulação		Programa EMTN	
	Emitidas	Readquiridas	Emitidas	Readquiridas
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	6.540.960	(3.786.896)	160.530	-
. Emissões efectuadas	3.250.000	-	-	-
. Emissões reembolsadas	(2.044.103)	1.004.625	(18.700)	17.040
. Emissões readquiridas	-	(3.579.020)	-	(19.980)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	7.746.857	(6.361.291)	141.830	(2.940)
. Emissões efectuadas	2.501.211	-	-	-
. Emissões reembolsadas	(3.974.460)	2.768.641	(109.530)	1.690
. Emissões readquiridas	-	(762.371)	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	6.273.608	(4.355.021)	32.300	(1.250)

As emissões de dívida readquiridas durante o exercício de 2013 originaram menos-valias no montante de, aproximadamente, mEuros 11.300, tendo sido registadas na rubrica “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda e outros” (Nota 33) e foram na sua maioria compensadas por ganhos na liquidação de operações de derivados.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o Banco mantinha as seguintes obrigações emitidas ao abrigo do programa European Medium Term Notes:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Obrigações com remuneração indexada a cabazes de acções		
. Com vencimento entre um e três anos	-	109.530
Obrigações com remuneração indexada à Euribor		
. Com vencimento entre um e três anos	32.300	-
. Com vencimento entre três e cinco anos	-	32.300
	-----	-----
	32.300	141.830
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)21. PASSIVOS FINANCEIROS ASSOCIADOS A ACTIVOS TRANSFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta rubrica corresponde ao montante actual recebido pelas titularizações de crédito efectuadas após 1 de Janeiro de 2004, e apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização - Crédito a clientes		
. Crédito à habitação	1.966.012	2.090.649
. Crédito a empresas	-	353.046
Juros de passivos financeiros associados a activos transferidos		
. Crédito à habitação	1.933	2.454
. Crédito a empresas	-	1.390
	-----	-----
	1.967.945	2.447.539
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o detalhe desta rubrica por operação de titularização é o seguinte:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Hipototta nº 4		
Capital vivo	1.031.230	1.103.384
Capital em incumprimento	100	84
Capital em contencioso	23.602	25.167
Juros	1.686	2.150
	-----	-----
	1.056.618	1.130.785
	-----	-----
Hipototta nº 5		
Capital vivo	894.145	945.687
Capital em incumprimento	45	28
Capital em contencioso	16.073	15.400
Juros	1.064	1.203
	-----	-----
	911.327	962.318
	-----	-----
Leasetotta nº 1		
Capital vivo	-	335.694
Capital em incumprimento	-	17.016
Imóveis	-	336
Juros	-	1.390
	---	-----
	-	354.436
	-----	-----
	1.967.945	2.447.539
	=====	=====

No exercício de 2014 foi liquidada antecipadamente a operação de titularização Leasetotta nº 1. No exercício de 2013 foi liquidada antecipadamente a operação de titularização Hipototta nº 7.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)22. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade nos exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	2014				31-12-2014
	31-12-2013	Dotações	Reversões	Utilizações	
Provisões para crédito (Nota 9)					
Créditos de cobrança duvidosa	152.347	102.032	(158.023)	-	96.356
Créditos e juros vencidos	734.444	266.819	(89.280)	(26.416)	885.567
Risco país	1.660	-	(556)	-	1.104
	<u>888.451</u>	<u>368.851</u>	<u>(247.859)</u>	<u>(26.416)</u>	<u>983.027</u>
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda (Nota 7)	78.913	19.229	(4.834)	(486)	92.822
Imparidade em activos não financeiros					
Imparidade em activos não correntes detidos para venda (Nota 11)	111.012	39.779	(7.472)	(21.216)	122.103
Imparidade em outros activos tangíveis (Nota 13)	3.736	-	-	-	3.736
Imparidade em outros activos (Nota 16)	20.373	14.900	(14.326)	-	20.947
	<u>135.121</u>	<u>54.679</u>	<u>(21.798)</u>	<u>(21.216)</u>	<u>146.786</u>
Risco país - outras aplicações	15	16	-	-	31
Riscos gerais de crédito					
. Crédito interno	163.042	9.783	(11.781)	-	161.044
. Crédito por assinatura	18.553	3.598	(5.833)	-	16.318
. Crédito a clientes - titularizados e não desreconhecidos	13.563	-	(3.952)	-	9.611
Provisões para riscos fiscais	4.197	-	(99)	-	4.098
Provisões para pensões e outros encargos	25.478	32.783	(5.468)	(24.607)	28.186
Outras provisões	26.170	32.087	(15.307)	(11.860)	31.090
	<u>251.018</u>	<u>78.267</u>	<u>(42.440)</u>	<u>(36.467)</u>	<u>250.378</u>
	<u>1.353.503</u>	<u>521.026</u>	<u>(316.931)</u>	<u>(84.585)</u>	<u>1.473.013</u>
	2013				
	31-12-2012	Dotações	Reversões	Utilizações	31-12-2013
Provisões para crédito (Nota 9)					
Créditos de cobrança duvidosa	176.774	60.942	(85.369)	-	152.347
Créditos e juros vencidos	557.887	339.343	(76.874)	(85.912)	734.444
Risco país	2.123	-	(463)	-	1.660
	<u>736.784</u>	<u>400.285</u>	<u>(162.706)</u>	<u>(85.912)</u>	<u>888.451</u>
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda (Nota 7)	58.359	28.899	(8.345)	-	78.913
Imparidade em activos não financeiros					
Imparidade em activos não correntes detidos para venda (Nota 11)	92.582	66.381	(22.093)	(25.858)	111.012
Imparidade em outros activos tangíveis (Nota 13)	3.736	-	-	-	3.736
Imparidade em outros activos (Nota 16)	28.983	4.352	(12.937)	(25)	20.373
	<u>125.301</u>	<u>70.733</u>	<u>(35.030)</u>	<u>(25.883)</u>	<u>135.121</u>
Risco país - outras aplicações	129	-	(114)	-	15
Riscos gerais de crédito					
. Crédito interno	158.203	13.423	(8.584)	-	163.042
. Crédito por assinatura	27.606	540	(9.593)	-	18.553
. Crédito a clientes - titularizados e não desreconhecidos	6.339	15.194	(7.970)	-	13.563
Provisões para riscos fiscais	3.362	835	-	-	4.197
Provisões para pensões e outros encargos	31.846	9.863	-	(16.231)	25.478
Outras provisões	23.678	14.707	(11.116)	(1.099)	26.170
	<u>251.163</u>	<u>54.562</u>	<u>(37.377)</u>	<u>(17.330)</u>	<u>251.018</u>
	<u>1.171.607</u>	<u>554.479</u>	<u>(243.458)</u>	<u>(129.125)</u>	<u>1.353.503</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as provisões para pensões e outros encargos apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Planos de reestruturação	9.805	9.880
Plano complementar de pensões do Conselho de Administração (Nota 40)	18.381	15.598
	-----	-----
	28.186	25.478
	=====	=====

No exercício de 2014 as dotações e as utilizações de provisões para pensões e outros encargos são justificadas, essencialmente, pela passagem à reforma de acordo com a cláusula 137.^a do Acordo Colectivo de Trabalho de um conjunto de colaboradores.

No exercício de 2013 a redução ocorrida na provisão para “Riscos gerais de crédito – Crédito por assinatura” resultou, essencialmente, da redução das linhas de programas de papel comercial e da execução de algumas garantias bancárias de clientes.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Outras provisões” incluía:

- Provisões para processos judiciais na sequência de acções interpostas por clientes e colaboradores do Banco nos montantes de mEuros 16.780 e mEuros 4.094, respectivamente. A perda esperada por processo é apurada pela área jurídica do Banco com base na evolução reportada pelo advogado responsável pelo seu acompanhamento;
- Provisões para crédito titularizado antes de 1 de Janeiro de 2004 que foi desreconhecido nos montantes de mEuros 3.139 e mEuros 3.374, respectivamente; e
- Outras provisões nos montantes de mEuros 11.171 e mEuros 18.702, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, aquelas provisões destinavam-se, essencialmente, a fazer face a contingências diversas, entre as quais, fraudes, operações pendentes de confirmação, itens em aberto e coimas.

23. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Recursos do Totta & Açores Financing (TAF) ^(*)	297.750	297.750
Recursos do BST International Bank, Inc.	296.516	261.040
Recursos da Totta Ireland, PLC	50.000	50.000
	-----	-----
	644.266	608.790
Obrigações Perpétuas Subordinadas Totta 2000	284.315	284.315
Obrigações Perpétuas Subordinadas BSP 2001	172.833	172.833
Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	54.359	54.359
Obrigações Não Perpétuas Subordinadas MC Factor 2008	2.993	2.993
	-----	-----
	1.158.766	1.123.290
Títulos readquiridos	(225.362)	(225.362)
Despesas com custo diferido	(124)	(181)
Juros a pagar	371	383
	-----	-----
	933.651	898.130
	=====	=====

^(*) Expressas em dólares norte americanos

As condições dos passivos subordinados encontram-se detalhadas no Anexo II.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)24. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fornecedores	5.388	9.179
Facturas em recepção e conferência	27.185	26.215
Retenção de impostos na fonte	23.204	21.481
Contribuições para outros sistemas de saúde	1.532	1.534
IVA a pagar	5.259	2.751
Encargos a pagar relativos ao pessoal:		
· Prémio de antiguidade	36.452	28.552
· Férias e subsídio de férias	30.536	31.183
· Outras remunerações variáveis	27.976	24.558
· Outros custos com o pessoal	462	379
Recursos cativos	53.447	39.819
Outros recursos	1.452	1.438
Credores por valores a liquidar	17.383	14.744
Valores a regularizar com bancos e clientes	36.303	50.980
Receitas com proveito diferido	1.579	1.710
Credores por operações sobre futuros (Nota 16)	9.523	12.548
Outros juros e encargos a pagar (Nota 16)	1.270	4.750
Adiantamentos por alienação de imóveis recebidos em dação	2.357	1.208
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 38)		
· Responsabilidades do BST	907.691	-
· Valor patrimonial do Fundo de Pensões do BST	(910.580)	-
· Responsabilidades da sucursal de Londres	42.855	-
· Valor patrimonial do Fundo de Pensões da sucursal de Londres	(38.223)	-
Outros (Nota 16)	7.840	8.698
	-----	-----
	290.891	281.727
	=====	=====

25. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o capital social do Banco estava representado por 656.723.284 acções, com o valor nominal de 1 Euro cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes accionistas:

	<u>2014</u>		
	<u>Número de acções</u>	<u>% de participação</u>	<u>Montante</u>
Santander Totta, SGPS, S.A.	641.269.620	97,65	641.270
Taxagest, SGPS, S.A. (acções próprias)	14.593.315	2,22	14.593
Acções próprias	271.244	0,04	271
Outros	589.105	0,09	589
	-----	-----	-----
	656.723.284	100,00	656.723
	=====	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2013		
	<u>Número de acções</u>	<u>% de participação</u>	<u>Montante</u>
Santander Totta, SGPS, S.A.	641.269.620	97,65	641.270
Taxagest, SGPS, S.A. (acções próprias)	14.593.315	2,22	14.593
Acções próprias	249.427	0,04	249
Outros	610.922	0,09	611
	-----	-----	-----
	656.723.284	100,00	656.723
	=====	=====	=====

Durante os exercícios de 2014 e 2013, o Banco procedeu à aquisição de 21.817 e 124.258 acções próprias, pelos montantes de mEuros 132 e mEuros 752, respectivamente.

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão, que ascendem a mEuros 193.390, não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

Os “Outros instrumentos de capital” referem-se a prestações acessórias de capital concedidas pelo accionista Santander Totta, SGPS, S.A., as quais não vencem juros nem têm prazo de reembolso definido. Aquelas prestações poderão ser reembolsadas apenas por deliberação do Conselho de Administração do Banco, mediante prévia autorização do Banco de Portugal.

Durante o exercício de 2014, o Banco procedeu à distribuição de dividendos no montante de mEuros 1.202 (montante líquido dos dividendos afectos a acções próprias), equivalente a um dividendo unitário de aproximadamente 0,0018 Euros por acção.

Durante o exercício de 2013, o Banco não procedeu à distribuição de dividendos.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as reservas de reavaliação tinham a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Reservas de reavaliação		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
De activos financeiros disponíveis para venda (Nota 7)	219.218	(330.581)
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	21.883	44.381
Desvios actuariais em responsabilidades com pensões (Nota 38)		
Fundo de Pensões BST	(639.736)	(594.133)
Fundo de Pensões da Sucursal de Londres	(8.867)	(6.079)
Reservas de reavaliação legais à data de transição para as NCA's	23.245	23.245
	-----	-----
	(384.256)	(863.167)
	-----	-----
Reservas por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias resultantes da valorização ao justo valor	(69.919)	84.430
Por desvios actuariais e financeiros	170.135	169.373
Por reavaliação de imobilizado corpóreo	(3.765)	(3.860)
	-----	-----
	96.451	249.943
	-----	-----
	(287.805)	(613.224)
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, o movimento ocorrido na rubrica “Reservas por impostos diferidos – Por desvios actuariais e financeiros” foi como segue:

Saldo inicial	169.373

Impacto fiscal resultante dos desvios actuariais e financeiros apurados no ano	4.958
Impacto fiscal resultante das correcções efectuadas pelas Autoridades Fiscais aos desvios actuariais deduzidos pelo Banco em 2011 e 2012	(4.196)

Saldo final	170.135
	=====

Os impostos diferidos foram calculados com base na legislação actualmente em vigor e correspondem à melhor estimativa do impacto da realização das mais e menos-valias potenciais incluídas nas reservas de reavaliação.

As reservas de reavaliação não podem ser utilizadas para a atribuição de dividendos nem para aumentar o capital social.

Durante o exercício de 1998, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro, o Banco reavaliou o seu imobilizado corpóreo, tendo aumentado o respectivo valor, líquido de amortizações acumuladas, em aproximadamente mEuros 23.245, o qual foi registado em reservas de reavaliação. O valor líquido resultante da reavaliação efectuada só poderá ser utilizado para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do seu uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de “Outras reservas e resultados transitados” apresenta a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Outras reservas		
Reserva legal	246.107	245.862
Reserva de fusão		
Por incorporação do totta e do BSP	541.334	541.334
Por incorporação do BSN	35.405	35.405
Por incorporação da Totta IFIC	90.520	90.520
Outras reservas	754	977
Resultados transitados	174.300	184.110
	-----	-----
	1.088.420	1.098.208
	=====	=====

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, o BST constitui um fundo de reserva legal até à concorrência do capital social ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferida para esta reserva uma fracção não inferior a 10% do resultado líquido do exercício até perfazer o referido montante.

Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reserva de fusão

Nos termos da legislação em vigor, a reserva de fusão é equiparada à reserva legal, podendo apenas ser utilizada para cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado líquido pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o exercício.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Resultado líquido do exercício	134.473	2.449
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas	656.723.284	656.723.284
Número médio ponderado de acções próprias em carteira	14.843.537	14.763.681
Número médio ponderado de acções ordinárias em circulação	641.879.747	641.959.603
Resultado por acção básico (em Euros)	0,2095	0,0038

Os resultados por acção básicos são coincidentes com os diluídos uma vez que não existem acções ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, warrants ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

26. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales	1.086.893	1.188.428
Créditos documentários abertos	216.516	199.314
Activos dados em garantia		
Banco de Portugal	143.700	142.677
Fundo de Garantia de Depósitos	75.300	71.645
Sistema de Indemnização aos Investidores	5.792	4.980
Por empréstimo de títulos	-	526.722
Outros passivos eventuais	6	5
	-----	-----
	1.528.207	2.133.771
	=====	=====
Compromissos		
Por linhas de crédito		
Revogáveis	4.226.915	4.218.899
Irrevogáveis	417.809	652.278
Fundo de Garantia de Depósitos	54.092	54.092
Sistema de Indemnização aos Investidores	4.139	3.178
Outros compromissos irrevogáveis	-	11.447
	-----	-----
	4.702.955	4.939.894
	=====	=====
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	60.998.218	56.383.744
Valores recebidos para cobrança	125.186	142.214
Valores administrados pelo Banco		
Activos cedidos em operações de titularização		
Capital	160.950	181.599
Juros	166	190
Juros a reclamar à DGT	136	238
Outros	15.395.711	14.276.660
	-----	-----
	76.680.367	70.984.645
	=====	=====

O aumento ocorrido em 2014 na rubrica “Depósito e guarda de valores” é explicado, essencialmente, pela valorização dos activos depositados, nomeadamente acções nacionais e dívida pública portuguesa, bem como pela angariação de novos clientes de custódia pelo Banco.

Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica “Activos dados em garantia - Por empréstimos de títulos” correspondia a obrigações emitidas pelo BST utilizadas como colaterais em operações de refinanciamento.

Fundo de Garantia de Depósitos

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, foi criado em Novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos, com o objectivo de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efectuada através da entrega de numerário e títulos de depósito, tendo sido amortizada em 60 meses a partir de Janeiro de 1995. Excepto para o referido no parágrafo seguinte, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como custo no exercício a que dizem respeito.

No exercício de 2011, conforme permitido pelo Banco de Portugal, o Banco procedeu ao pagamento de 90% da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos no montante de mEuros 3.918. Nesse exercício, o Banco assumiu igualmente o compromisso irrevogável para com o Fundo de Garantia de Depósitos de liquidação da parcela correspondente a 10% da contribuição anual, se e quando for solicitado. O valor total não pago acumulado com referência a 31 de Dezembro de 2014 e 2013 relativamente ao qual foi assumido este compromisso ascende a mEuros 54.092. Os activos dados em penhor ao Banco de Portugal encontram-se reflectidos nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor de mercado. Nos exercícios de 2014 e 2013, o Banco procedeu ao pagamento de 100% da contribuição anual nos montantes de mEuros 4.222 e mEuros 4.642, respectivamente (Nota 34).

Sistema de Indemnização aos Investidores (SII)

As responsabilidades para com o Sistema de Indemnização aos Investidores não são reconhecidas como custo. Estas responsabilidades são cobertas através da aceitação de um compromisso irrevogável de proceder ao seu pagamento, caso tal venha a ser exigido, estando uma parte (50%) garantida por penhor de títulos do Tesouro Português. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, estas responsabilidades ascendiam a mEuros 4.139 e mEuros 3.178, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)27. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Juros de disponibilidades		
Em Bancos Centrais - Banco de Portugal	229	950
Em outras instituições de crédito	10	9
Juros de aplicações		
Em instituições de crédito no País	4.951	5.456
Em instituições de crédito no estrangeiro	46.407	59.650
Juros de crédito a clientes		
Crédito interno	605.332	612.057
Crédito ao exterior	15.460	16.114
Outros créditos e valores a receber (titulados)	65.005	64.284
Activos titularizados não desreconhecidos	12.272	51.545
	-----	-----
	749.666	810.065
	-----	-----
Juros de crédito vencido (Nota 42)	8.152	7.669
Juros de outros activos financeiros		
Activos financeiros disponíveis para venda	229.718	176.170
Derivados de cobertura	153.262	216.153
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	2.878
Outros juros e rendimentos similares – swap agreements	33.450	41.805
Devedores e outras aplicações	189	42
	-----	-----
	1.174.437	1.254.782
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)28. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Juros de depósitos de clientes		
Sector público administrativo	1.364	9.644
De emigrantes	13.268	17.422
De outros residentes	297.288	347.298
Não residentes	17.029	23.861
	-----	-----
	328.949	398.225
	-----	-----
Juros de recursos de Bancos Centrais		
Banco de Portugal	20.941	25.542
Juros de recursos de instituições de crédito		
No País	1.674	943
No estrangeiro	43.137	33.662
Juros de responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado		
Obrigações	48.399	47.943
Outras	338	430
Juros de derivados de cobertura	142.246	185.847
Juros de passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização	5.817	40.464
Juros de passivos subordinados	39.189	39.155
Outros juros e encargos similares – swap agreements	48.559	59.198
Outros	61	116
	-----	-----
	350.361	433.300
	-----	-----
	679.310	831.525
	=====	=====

29. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica refere-se a dividendos recebidos e tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Activos financeiros disponíveis para venda:		
Unicre	1.161	985
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	1.090	881
Unicampus	88	88
Finangest	-	206
PME Investimentos	-	120
Outras	92	51
	-----	-----
	2.431	2.331
	-----	-----
Investimentos em associadas:		
Totta Ireland, PLC	26.079	45.145
Santotta International, S.A.	5.336	10.826
Santander Gestão Activos, SGPS, S.A.	7.763	-
	-----	-----
	39.178	55.971
	-----	-----
	41.609	58.302
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)30. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Por garantias prestadas		
Garantias e avales	16.004	17.063
Créditos documentários abertos	3.633	3.605
Por compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	1.622	2.823
Por compromissos revogáveis assumidos perante terceiros	2.389	4.619
Por serviços prestados		
Gestão de cartões	63.476	63.770
Operações de crédito	32.494	44.309
Organismos de investimento colectivo em valores mobiliários	18.120	19.662
Manutenção de contas	14.935	15.225
Anuidades	15.357	14.434
Cobrança de valores	8.964	11.317
Cheques	4.491	7.260
Depósito e guarda de valores	6.356	6.016
Cadernetas	3.684	4.442
Transferência de valores	1.392	1.225
Administração de valores	134	163
Outras	482	554
Por operações realizadas por conta de terceiros		
Sobre títulos	28.366	39.962
Outras	317	424
Comercialização de seguros (Nota 37)	93.802	89.491
Outras comissões recebidas	20.380	18.553
	-----	-----
	336.398	364.917
	=====	=====

31. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Por serviços bancários prestados por terceiros		
Operações de crédito	12.912	12.869
Cobrança de valores	2.582	4.113
Outros	33.863	33.528
Por operações realizadas por terceiros		
Títulos	1.871	1.730
Outras	1.046	1.273
Por compromissos assumidos por terceiros	8.805	5.574
Outras comissões pagas	296	147
	-----	-----
	61.375	59.234
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)32. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Activos financeiros detidos para negociação:		
Instrumentos de capital	2.147	5.635
Instrumentos derivados:		
. "FRA's"	-	(14)
. "Swaps":		
Contratos de taxa de câmbio	(41)	256
Contratos de taxa de juro	(244.690)	13.792
Contratos sobre cotações	1.135	12.892
Outros	(2.464)	(10.195)
Opções:		
Contratos de taxa de câmbio	183	476
Contratos sobre cotações	199	(25)
Contratos de garantia de taxa de juro	374	63
Outros	60	134
Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	(1.769)
	-----	-----
	(243.097)	21.245
	-----	-----
Derivados de cobertura:		
"Swaps":		
Contratos de taxa de juro	180.038	62.396
Contratos sobre cotações	(1.990)	(43.653)
Opções - "Auto-callable"	2.530	17.642
Correcções de valor de activos e passivos objecto de cobertura:		
. Crédito a clientes	44	(1.738)
. Activos financeiros disponíveis para venda	(188.189)	(95.965)
. Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.833)	49.207
. Responsabilidades representadas por títulos	9.549	11.803
	-----	-----
	149	(308)
	-----	-----
	(242.948)	20.937
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2014, o saldo da rubrica "Activos financeiros detidos para negociação: Instrumentos derivados: Swaps: Contratos de taxa de juro" inclui mEuros 238.335 referentes à anulação da valorização positiva do elemento coberto, como resultado da alienação de um conjunto de títulos (Nota 33), para os quais tinha sido aplicada contabilidade de cobertura.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)33. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA E OUTROS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2014			2013		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos financeiros disponíveis para venda	311.184	(1.092)	310.092	4.294	(1)	4.293
Reavaliação cambial	52.118	(46.527)	5.591	46.137	(42.152)	3.985
Resultado de alienação de outros activos						
Títulos próprios	-	-	-	-	(11.347)	(11.347)
Activos não correntes detidos para venda	3.663	(1.360)	2.303	2.695	(3.869)	(1.174)
Outros activos tangíveis	1.461	(105)	1.356	2.145	(1.091)	1.054
Alienação de créditos concedidos a clientes (Nota 9)	1.146	(92)	1.054	2.946	-	2.946
Propriedades de investimento	1.626	(158)	1.468	745	(304)	441
Outros	-	(34)	(34)	-	(1.474)	(1.474)
	7.896	(1.749)	6.147	8.531	(18.085)	(9.554)
	371.198	(49.368)	321.830	58.962	(60.238)	(1.276)

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, os ganhos registados na rubrica “Activos financeiros disponíveis para venda” foram justificados, essencialmente, pela alienação de Obrigações do Tesouro Portuguesas e Espanholas.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, as perdas geradas na rubrica “Resultado de alienação de outros activos – Títulos próprios” respeitaram à recompra de obrigações de caixa próprias acima do seu valor nominal, as quais foram na sua maioria compensadas por ganhos na liquidação de operações de cobertura.

34. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Outros rendimentos de exploração		
Aluguer de terminais de pagamento automático	14.612	15.455
Recuperação de créditos incobráveis	5.403	7.457
Rendimentos da prestação de serviços diversos	3.709	5.585
Reembolso de despesas	2.656	2.787
Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	2.340	996
Rendas de locação operacional	447	756
Outros	5.476	2.013
	-----	-----
	34.643	35.049
	-----	-----
Outros encargos de exploração		
Quotizações e donativos	(5.253)	(5.049)
Contribuições para o FGD (Nota 26)	(4.222)	(4.642)
Outros impostos		
Directos	(1.560)	(1.651)
Indirectos	(684)	(629)
Perdões de dívida	(6.188)	(6.341)
Encargos com transacções realizadas por clientes	(7.903)	(10.677)
Despesas com máquinas de levantamento automático	(4.456)	(4.848)
Fundo de Resolução	(2.528)	(4.205)
Outros encargos e gastos operacionais	(11.192)	(12.891)
Perdas não realizadas em propriedades de investimento (Nota 12)	-	(469)
	-----	-----
	(43.986)	(51.402)
	-----	-----
	(9.343)	(16.353)
	=====	=====

O Decreto-Lei nº 24/2013, de 19 de Fevereiro, estabeleceu o regime de contribuições dos Bancos para o novo Fundo de Resolução, criado com a finalidade de prevenção, mitigação e contenção do risco sistémico. De acordo com o Aviso nº 1/2013 e as Instruções nº 6/2013 e nº 7/2013, do Banco de Portugal, está previsto o pagamento de uma contribuição inicial e uma contribuição periódica para o Fundo de Resolução.

35. CUSTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Salários e vencimentos		
Órgãos de direcção e fiscalização	8.174	6.310
Empregados	191.346	184.908
Plano de acções (Nota 41)	508	1.725
Remunerações variáveis	22.101	16.645
	-----	-----
	222.129	209.588
	-----	-----
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	50.563	49.861
Encargos com pensões e outros benefícios (Nota 38)	2.149	1.924
Outros encargos sociais obrigatórios	724	757
Redução das responsabilidades com subsídio por morte (Nota 38)	-	(416)
	-----	-----
	53.436	52.126
	-----	-----
Outros custos com o pessoal		
Transferências de pessoal	678	599
Plano complementar de reforma (Nota 38)	583	583
Outros	3.787	4.052
	-----	-----
	5.048	5.234
	-----	-----
	280.613	266.948
	=====	=====

Nos exercícios de 2014 e 2013, o Banco não registou qualquer custo com reformas antecipadas uma vez que procedeu à utilização de parte das provisões que dispunha para esse efeito (Nota 22).

O saldo da rubrica "Redução das responsabilidades com subsídio por morte" refere-se à diminuição de responsabilidades com reformados e pensionistas resultante das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 133/2012, de 27 de Junho, o qual introduziu um limite máximo para o valor do subsídio por morte igual a seis vezes o valor do indexante dos apoios sociais.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)36. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Manutenção de software e equipamento informático	41.732	35.082
Serviços especializados	40.886	39.278
Rendas e alugueres	12.459	12.678
Comunicações	11.885	12.903
Publicidade e edição de publicações	9.525	9.538
Fornecimentos	9.179	9.678
Deslocações, estadas e representação	4.532	4.502
Conservação e reparação	3.027	2.923
Transportes	2.262	2.314
Formação de pessoal	1.478	1.804
Seguros	815	879
Outros	3.856	3.083
	-----	-----
	141.636	134.662
	=====	=====

37. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS

Os proveitos com a prestação de serviços de mediação de seguros referem-se essencialmente às comissões facturadas à Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. pela comercialização dos seus produtos, tal como segue:

	<u>2014</u>			<u>2013</u>		
	<u>Ramo</u> <u>Vida</u>	<u>Ramo</u> <u>Não Vida</u>	<u>Total</u> (Nota 30)	<u>Ramo</u> <u>Vida</u>	<u>Ramo</u> <u>Não Vida</u>	<u>Total</u> (Nota 30)
Santander Totta Seguros	81.997	162	82.159	77.747	204	77.951
Liberty Seguros	-	10.726	10.726	-	10.268	10.268
Outras	-	917	917	-	1.272	1.272
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	81.997	11.805	93.802	77.747	11.744	89.491
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Outros activos – Proveitos a receber – De outros serviços prestados” (Nota 16) inclui comissões a receber de seguradoras de acordo com o seguinte detalhe:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Santander Totta Seguros	20.128	56.843
Outras	918	1.197
	-----	-----
	21.046	58.040
	=====	=====

Estes montantes referem-se essencialmente às comissões apuradas e não facturadas relativamente aos prémios de seguros comercializados durante o último trimestre de 2014 e os últimos três trimestres de 2013, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)38. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO DOS COLABORADORES

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do BST relativas a empregados no activo e aos já reformados, foram efectuados estudos actuariais em 2014 e 2013 pela Towers Watson (Portugal) Unipessoal Limitada. O valor actual das responsabilidades com serviços passados, bem como os correspondentes custos com serviços correntes, foram apurados com base no método "Projected Unit Credit".

As responsabilidades do BST com pensões de reforma, cuidados de saúde e subsídio por morte em 31 de Dezembro de 2014 e nos quatro exercícios anteriores, assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	2014	2013	2012	2011	2010
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:					
- Pensões					
. Empregados no activo	308.223	282.028	251.252	210.669	275.580
. Pensionistas	26.343	22.891	21.002	18.455	36.406
. Reformados e reformados antecipadamente	415.679	399.434	388.656	387.608	855.952
	<u>750.245</u>	<u>704.353</u>	<u>660.910</u>	<u>616.732</u>	<u>1.167.938</u>
- Cuidados de saúde (SAMS)	151.903	137.970	129.267	117.422	127.822
- Subsídio por morte	5.543	4.562	4.331	16.973	18.184
	<u>907.691</u>	<u>846.885</u>	<u>794.508</u>	<u>751.127</u>	<u>1.313.944</u>
Cobertura das responsabilidades:					
- Valor patrimonial do Fundo	<u>910.580</u>	<u>840.543</u>	<u>784.937</u>	<u>758.244</u>	<u>1.312.888</u>
Valor financiado em excesso / (não financiado)	<u>2.889</u>	<u>(6.342)</u>	<u>(9.571)</u>	<u>7.117</u>	<u>(1.056)</u>
Desvios actuariais e financeiros gerados no ano					
- Alteração de pressupostos	<u>37.912</u>	<u>42.565</u>	<u>73.518</u>	<u>(103.831)</u>	<u>-</u>
- Ajustamentos de experiência:					
. Outros (Ganhos)/ Perdas actuariais	6.580	(1.775)	(25.383)	(23.708)	(29.458)
. (Ganhos)/ Perdas financeiras	1.111	(3.115)	(15.796)	339.627	103.392
	<u>7.691</u>	<u>(4.890)</u>	<u>(41.179)</u>	<u>315.919</u>	<u>73.934</u>
	<u>45.603</u>	<u>37.675</u>	<u>32.339</u>	<u>212.088</u>	<u>73.934</u>

O aumento das responsabilidades nos exercícios de 2014 e 2013 é explicado, essencialmente, pela diminuição da taxa de desconto considerada para o cálculo das responsabilidades por serviços passados.

Em 2011 foi celebrado um acordo tripartido entre o Ministério das Finanças, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), no âmbito do qual o Banco transferiu para a Segurança Social as responsabilidades com reformados e pensionistas que em 31 de Dezembro de 2011 se encontravam abrangidos pelo regime de Segurança Social substitutivo constante do instrumento de regulamentação colectiva de trabalho vigente no sector bancário (ACTV). Em consequência, foram transferidos os activos do Fundo de Pensões do Banco na parte correspondente a essas responsabilidades. De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº127/2011, de 31 de Dezembro, o valor das responsabilidades com pensões transferidas para o Estado foi determinado tendo em conta os seguintes pressupostos:

Tábua de mortalidade população masculina	TV 73/77 menos 1 ano
Tábua de mortalidade população feminina	TV 88/90
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)	4%

O valor das responsabilidades transferidas para a Segurança Social apurado com base nos pressupostos acima descritos ascendeu a mEuros 456.111.

O valor das responsabilidades a transferir, calculado pelo Banco no momento imediatamente anterior à transferência, de acordo com os pressupostos actuariais e financeiros actualizados, por si adoptados, ascendia a mEuros 435.260.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A diferença entre o valor das responsabilidades transferidas para a Segurança Social, calculadas utilizando os pressupostos estabelecidos no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro (mEuros 456.111) e os adoptados pelo Banco (mEuros 435.260), no montante de mEuros 20.851, foi registada na rubrica de “Custos com o pessoal” da demonstração dos resultados do exercício de 2011.

Os pressupostos utilizados pelo Banco para a determinação das responsabilidades no momento imediatamente anterior à sua transferência para a Segurança Social foram os seguintes:

	<u>Activos</u>	<u>Reformados</u>
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)	5,92%	5,00%
Taxa de crescimento salarial	2,35%	-
Taxa de crescimento das pensões	1,35%	1,35%

O valor das responsabilidades apurado com base nos pressupostos acima totalizou mEuros 1.186.387, dos quais mEuros 435.260 correspondentes às responsabilidades transferidas, conforme referido anteriormente.

Os principais pressupostos utilizados pelo Banco para a determinação das suas responsabilidades com pensões de reforma em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 foram os seguintes:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de rendimento dos activos do fundo de pensões	2,50%	4,00%
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)		
- Activos	2,50%	4,30%
- Inactivos	2,50%	3,54%
Taxa de crescimento salarial para 2015 (2014)	0,50%	0,50%
Taxa de crescimento salarial para 2016 (2015)	0,75%	0,50%
Taxa de crescimento salarial após 2016 (2015)	1,00%	2,35%
Taxa de crescimento das pensões para 2015 e 2016 (2014 e 2015)	0,00%	0,00%
Taxa de crescimento das pensões após 2016 (2015)	0,75%	1,35%
Taxa de inflação	0,75%	1,75%

Em 2013, as taxas de desconto para os activos de 4,30% e de 3,54% para os inactivos correspondia a uma taxa média de 4%, ou seja, a utilização de taxas diferenciadas para diferentes populações conduziria ao mesmo valor de responsabilidades que seria determinado caso fosse utilizada uma taxa de 4% para a totalidade da população.

Para efeitos de apuramento do valor da pensão da Segurança Social que nos termos do ACT do sector bancário deverá abater à pensão prevista no referido ACT, foram utilizados os seguintes pressupostos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Taxa de crescimento salarial para cálculo da pensão dedutível:		
. Para 2015 (2014)	0,50%	0,50%
. Para 2016 (2015)	0,75%	0,50%
. Após 2016 (2015)	1,00%	2,35%
Inflação (nº 1 do Artigo 27.º)	1,75%	1,75%
Inflação (nº 2 do Artigo 27.º)	2,00%	2,00%
Factor de sustentabilidade acumulado até 2014		Redução de 4,78%
Factor de sustentabilidade acumulado até 2013		Redução de 4,78%
Factor de sustentabilidade acumulado até 2012		Redução de 3,92%
Factor de sustentabilidade acumulado até 2011		Redução de 3,14%
Factor de sustentabilidade futuro		Redução de 0,5% por ano

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Por outro lado, o Decreto-Lei n.º 167-E/2013, de 31 de Dezembro, veio alterar a idade normal de acesso à reforma do regime geral da Segurança Social (para 66 anos em 2014 e 2015), deixando contudo de ser aplicável o factor de sustentabilidade aos beneficiários que se reformem com aquela idade.

A taxa de desconto utilizada no apuramento das responsabilidades foi determinada por referência a taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

A conjuntura económica e a crise de dívida soberana do Sul da Europa implicaram volatilidade e disrupção no mercado de dívida da Zona Euro, com a consequente redução abrupta das yields de mercado da dívida das empresas com melhores ratings e limitação do cabaz disponível dessas obrigações. De forma a manter a representatividade da taxa de desconto tendo em consideração o universo da Zona Euro, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o BST incorporou na determinação da taxa de desconto informação sobre as taxas de juro que é possível obter em obrigações denominadas em Euros, incluindo dívida pública, e que considera terem uma elevada qualidade em termos de risco de crédito.

O movimento ocorrido nas responsabilidades por serviços passados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, pode ser detalhado como se segue no que respeita ao plano de pensões do BST:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Responsabilidades no início do exercício	846.885	794.508
Custo dos serviços correntes	1.783	1.054
Custo dos juros	30.942	32.880
(Ganhos)/perdas actuariais	44.492	40.790
Reformas antecipadas	19.790	14.028
Valores pagos	(38.532)	(38.285)
Contribuições dos empregados	2.331	2.326
Diminuição de responsabilidades com subsídio por morte (Nota 35)	-	(416)
	-----	-----
Responsabilidades no fim do exercício	907.691	846.885
	=====	=====

O custo do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado dos activos do Fundo de Pensões. Nos exercícios de 2014 e 2013, os custos com pensões têm a seguinte composição (Nota 35):

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Custo dos serviços correntes	1.783	1.054
Custo dos juros	30.942	32.880
Rendimento dos activos apurado com a taxa de desconto	(30.942)	(32.449)
	-----	-----
Plano de benefício definido	1.783	1.485
Plano de contribuição definida	45	42
Plano da Sucursal de Londres	321	397
	-----	-----
	2.149	1.924
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os colaboradores admitidos no BST após 1 de Janeiro de 2009 passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo do artigo 137º – C do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do BST (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efectiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha para onde o BST transfere a sua contribuição.

O movimento ocorrido nos desvios actuariais nos exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2012	556.458

Perdas actuariais com pensões geradas em 2013	32.728
Ganhos financeiros com pensões gerados em 2013	(2.653)
Perdas actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2013	8.062
Ganhos financeiros com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2013	(462)

Saldo em 31 de Dezembro de 2013 (Nota 25)	594.133

Perdas actuariais com pensões geradas em 2014	31.163
Perdas financeiras com pensões geradas em 2014	896
Perdas actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2014	13.329
Perdas financeiras com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2014	215

Saldo em 31 de Dezembro de 2014 (Nota 25)	639.736
	=====

Os desvios actuariais com pensões ocorridos nos exercícios de 2014 e 2013 podem ser explicados como se segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Alteração de pressupostos actuariais	25.033	34.831
Alteração da tabela salarial		
com impacto em pensões e salários	4.064	(4.362)
Alterações na população	636	2.693
Desvios de mortalidade		
. Por saídas	(5.474)	(4.049)
. Por permanência	3.774	3.299
. Por pensões de sobrevivência e orfandade	3.519	3.074
Passagem de reformados antecipadamente a reformados	(389)	(2.758)
	-----	-----
	31.163	32.728
	=====	=====

Em 2014, a alteração de pressupostos actuariais incluiu o efeito da redução da taxa de desconto de 4,0% para 2,5%, em média.

Em 2013, a alteração de pressupostos actuariais incluiu o efeito da redução da taxa de desconto de 4,5% para 4,0%, em média.

Os crescimentos de salários e pensões estimados foram revistos tendo em conta a actual situação nacional e as consequentes perspectivas de menores aumentos no futuro, ou mesmo de manutenção dos valores actuais, particularmente nos exercícios de 2015 e 2016.

O crescimento salarial efectivamente verificado nos exercícios de 2014 e 2013 para efeitos das contribuições para a Segurança Social relativas aos colaboradores do ex-totta foi de 1,02% e 1,63%, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Não houve aumento efectivo das pensões e da tabela salarial em 2014 e 2013.

Os desvios actuariais com cuidados de saúde e com o subsídio por morte ocorridos nos exercícios de 2014 e 2013 podem ser explicados como se segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Alteração de pressupostos	12.878	7.734
Alterações salariais e de nível	358	130
Outros	93	198
	-----	-----
	13.329	8.062
	=====	=====

Em 2015, o BST espera efectuar uma contribuição de mEuros 3.049 para o seu plano de benefício definido.

A duração média das responsabilidades com pensões dos colaboradores do BST é de 17 anos, incluindo activos e reformados.

O impacto global das alterações nas responsabilidades com pensões e outros benefícios dos colaboradores com referência a 1 de Janeiro de 2005, aquando da transição para as NCA's, foi o seguinte:

	<u>Impacto global</u>	<u>Amortização (2014)</u>	<u>Amortização (2013)</u>
Responsabilidades relativas a cuidados de saúde (SAMS)	117.988	9.073	9.076
Subsídio por morte	14.788	-	-
Reformas antecipadas diferidas no activo em 31.12.04	196.126	-	-
Aumento de responsabilidades relativo à alteração das taxas de desconto, de aumento de salários e de pensões	136.279	-	-
Aumento de responsabilidades relativo à alteração da tábua de mortalidade	62.941	4.842	4.842
Flutuação de valores, líquida de provisões em 1 de Janeiro de 2004	44.991	-	-
Aumento de responsabilidades com reformas antecipadas, por alteração de pressupostos	21.755	-	-
Flutuação de valores no exercício de 2004	18.013	-	-
Alteração de pressupostos financeiros em 2004	10.038	-	-
Aumento do custo do exercício de 2004	13.740	-	-
	-----	-----	-----
	636.659	13.915	13.918
	-----	-----	-----
Impacto fiscal		(3.198)	(4.036)
		-----	-----
Impacto registado no exercício em resultados transitados		10.717	9.882
		=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

De acordo com o Aviso nº 4/2005, foi definido que o reconhecimento daquelas alterações em resultados transitados seria efectuado de forma faseada, consoante fosse relativo à alteração da tábua de mortalidade, à alteração de outros pressupostos relativos a responsabilidades com pensões e a cuidados médicos pós emprego. Em 2008, na sequência do Aviso nº 7/2008, o reconhecimento em resultados transitados do montante por reconhecer em 30 de Junho de 2008 foi prolongado por mais três anos face à data inicial, terminando em 31 de Dezembro de 2014.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Responsabilidades a reconhecer em resultados transitados	636.659	636.659
Amortização em 2005	(116.993)	(116.993)
Amortização em 2006	(116.993)	(116.993)
Amortização em 2007	(116.993)	(116.993)
Amortização até 30 de Junho de 2008	(58.497)	(58.497)
Amortização de Julho a Dezembro de 2008	(22.150)	(22.150)
Amortização em 2009	(44.300)	(44.300)
Amortização em 2010	(44.300)	(44.300)
Amortização em 2011	(44.300)	(44.300)
Amortização em 2012	(44.300)	(44.300)
Amortização em 2013	(13.918)	(13.918)
Amortização em 2014	(13.915)	-
(Insuficiência)/Excesso de financiamento (plano de benefício definido)	2.889	(6.342)
Insuficiência de financiamento (Sucursal de Londres)	(4.632)	(4.317)
	-----	-----
Valor reflectido no passivo (Nota 24) e no activo (Nota 16)	(1.743)	3.256
	=====	=====

A Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é a entidade que gere o Fundo de Pensões do BST. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o número de participantes do Fundo era como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Empregados no activo ⁽¹⁾	5.262	5.409
Pensionistas	1.031	996
Reformados e reformados antecipadamente	5.373	5.339
	-----	-----
	11.666	11.744
	=====	=====

⁽¹⁾ Dos quais 195 e 181 empregados pertencem ao plano de contribuição definida em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As principais alterações demográficas ocorridas nos exercícios de 2014 e 2013 foram as seguintes:

	Activos		Reformados e reformados antecipadamente	Pensionistas
	Plano de contribuição definida	Plano de benefício definido		
Número total em 31 de Dezembro de 2012	177	5.341	5.332	954
Saídas:				
. De activos	(16)	(42)	-	-
. Por mortalidade	-	-	(78)	(30)
Transferências	-	(74)	74	-
Entradas	20	3	11	72
Número total em 31 de Dezembro de 2013	181	5.228	5.339	996
Saídas:				
. De activos	(11)	(45)	-	-
. Por mortalidade	-	-	(94)	(31)
Transferências	-	(120)	120	-
Entradas	25	4	8	66
Número total em 31 de Dezembro de 2014	195	5.067	5.373	1.031

O movimento ocorrido no Fundo de Pensões do BST durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2012	784.937
Contribuições do Banco (monetárias)	56.000
Contribuições dos empregados	2.326
Rendimento líquido do Fundo:	
. Rendimento dos activos apurado com a taxa de desconto	32.449
. Rendimento do Fundo acima da taxa de desconto	3.116
Valores pagos	(38.285)
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2013	840.543
Contribuições do Banco (monetárias)	76.410
Contribuições dos empregados	2.331
Rendimento líquido do Fundo:	
. Rendimento dos activos apurado com a taxa de desconto	30.942
. Rendimento do Fundo abaixo da taxa de desconto	(1.114)
Valores pagos	(38.532)
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2014	910.580

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As taxas de rendimento do Fundo de Pensões em 2014 e 2013 ascenderam a 3,55% e 4,66%, respectivamente.

A política de investimentos e alocação do Fundo de Pensões do BST prevê que a carteira de activos seja constituída em obediência a critérios de segurança, rendibilidade e liquidez, através de um conjunto diversificado de aplicações, designadamente acções, obrigações, outros instrumentos representativos de dívida, participações em instituições de investimento colectivo, depósitos bancários, outros activos de natureza monetária e terrenos e edifícios inscritos no registo predial.

Por outro lado, aquela política é orientada por critérios de diversificação de risco e rentabilidade, podendo a Sociedade Gestora do Fundo optar por uma política mais ou menos conservadora, aumentando ou diminuindo a exposição a acções ou obrigações, de acordo com as suas expectativas sobre a evolução dos mercados e de acordo com os limites de investimento definidos.

A política de investimentos do Fundo de Pensões do BST em vigor prevê os seguintes limites:

<u>Classe de Activos</u>	<u>Intervalos previstos</u>
Obrigações	40% a 95%
Imobiliário	0% a 25%
Acções	0% a 20%
Liquidez	0% a 15%
Alternativos	0% a 10%
Commodities	0% a 5%

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a composição do Fundo de Pensões do BST era como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Instrumentos de dívida:		
. Rating A	1.110	-
. Rating BBB	106.271	83.939
. Rating BB	170.057	164.839
. Rating B	-	22.161
. Sem rating atribuído à emissão ou ao emissor	85.396	36.372
Fundos de Investimento Imobiliário	192.145	207.011
Fundos de Investimento Mobiliário	157.337	141.059
Depósitos	94.420	75.556
Imóveis:		
. Espaços comerciais	54.708	63.316
. Terrenos	860	860
Instrumentos de capital:		
. Acções portuguesas – cotadas	3.588	2.582
. Acções portuguesas – não cotadas	152	152
. Acções estrangeiras – cotadas	41.927	44.316
Instrumentos financeiros derivados		
. Opções cotadas	(790)	(1.765)
Outros	3.399	145
	-----	-----
	910.580	840.543
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a metodologia de apuramento do justo valor dos activos e passivos acima referidos adoptada pela Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do BST, tal como preconizada na IFRS 13 (Nota 42), foi como segue:

	31-12-2014				31-12-2013			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Instrumentos de dívida	327.908	13.829	21.097	362.834	246.197	22.846	38.268	307.311
Fundos de Investimento	144.334	2	205.146	349.482	138.865	16.004	193.201	348.070
Instrumentos de capital	45.515	-	152	45.667	46.898	-	152	47.050
Instrumentos financeiros derivados	(790)	-	-	(790)	(1.765)	-	-	(1.765)
Imóveis	-	-	55.568	55.568	-	-	64.176	64.176
	<u>516.967</u>	<u>13.831</u>	<u>281.963</u>	<u>812.761</u>	<u>430.195</u>	<u>38.850</u>	<u>295.797</u>	<u>764.842</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a carteira do Fundo de Pensões incluía os seguintes activos relacionados com empresas do Grupo Santander em Portugal:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Imóveis arrendados	16.509	21.918
Títulos (incluindo unidades de participação em fundos geridos)	184.108	160.279
	-----	-----
	<u>200.617</u>	<u>182.197</u>
	=====	=====

Em 2010, foi contratado um seguro junto da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. para fazer face às responsabilidades de um novo plano complementar de reforma de contribuição definida atribuído a directivos do Banco. A contribuição inicial para o novo plano foi de mEuros 4.430. Em 2014 e 2013, o prémio pago pelo Banco ascendeu a mEuros 583 (Nota 35).

Este plano cobre as eventualidades de reforma, morte e incapacidade permanente absoluta para o trabalho habitual ou por invalidez.

Para todas as eventualidades, as prestações a receber pelos beneficiários serão iguais ao saldo acumulado constante no plano complementar na data em que estas se verificarem. No caso de morte do beneficiário este montante será ainda acrescido de 6.000 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, estavam abrangidos por este plano 113 e 111 colaboradores, respectivamente.

Plano de pensões de benefício definido – Sucursal de Londres

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os principais pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma relativas ao plano de pensões que abrange os colaboradores da Sucursal de Londres do BST foram os seguintes:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Tábua de mortalidade	AMC00/AFC00	AMC00/AFC00
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)	3,60%	4,60%
Taxa de crescimento salarial	3,40%	3,70%
Taxa de crescimento das pensões	2,00%	2,10%
Taxa de inflação	2,40%	2,70%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as responsabilidades com o plano de pensões de benefício definido da Sucursal de Londres e a sua cobertura apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Estimativa de responsabilidades por serviços passados	42.855	35.037
Cobertura – valor patrimonial do Fundo de Pensões	38.223	30.720
	-----	-----
Valor não financiado – Sucursal de Londres	(4.632)	(4.317)
	=====	=====

Relativamente ao plano de pensões da Sucursal de Londres, o movimento ocorrido nas responsabilidades por serviços passados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, pode ser detalhado como se segue:

Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2012	35.303

Custo dos serviços correntes	174
Custo dos juros	1.513
Ganhos actuariais	(353)
Valores pagos	(855)
Variações cambiais	(745)

Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2013	35.037

Custo dos serviços correntes	168
Custo dos juros	1.712
Perdas actuariais	4.622
Valores pagos	(1.139)
Variações cambiais	2.455

Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2014	42.855
	=====

O movimento ocorrido no Fundo de Pensões da Sucursal de Londres durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2012	31.342

Rendimento líquido do Fundo	741
Contribuição da Sucursal	152
Valores pagos	(855)
Variações cambiais	(660)

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2013	30.720

Rendimento líquido do Fundo	3.690
Contribuição da Sucursal	2.790
Valores pagos	(1.139)
Variações cambiais	2.162

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2014	38.223
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os custos com o plano de benefício definido da Sucursal de Londres nos exercícios de 2014 e 2013 apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Custo dos serviços correntes	168	174
Custo dos juros	1.712	1.513
Rendimento dos activos apurado com a taxa de desconto	(1.559)	(1.290)
	-----	-----
	321	397
	===	===

O movimento ocorrido nos desvios actuariais da Sucursal de Londres nos exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2012	5.968

Ganhos actuariais com pensões em 2013	(353)
Perdas financeiras com pensões em 2013	548
Variações cambiais	(84)

Saldo em 31 de Dezembro de 2013 (Nota 25)	6.079

Perdas actuariais com pensões em 2014	4.622
Ganhos financeiros com pensões em 2014	(2.131)
Variações cambiais	297

Saldo em 31 de Dezembro de 2014 (Nota 25)	8.867
	=====

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a carteira do Fundo de Pensões da Sucursal de Londres incluía os seguintes activos:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Instrumentos de dívida	32.564	25.218
Instrumentos de capital	5.582	5.413
Depósitos	77	89
	-----	-----
Valor do Fundo	38.223	30.720
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As responsabilidades com planos de pensões de benefício definido expõem o Banco aos seguintes riscos:

- Risco de investimento – o valor actualizado das responsabilidades é calculado com base numa taxa de desconto determinada com referência a obrigações denominadas em Euros com elevada qualidade em termos de risco de crédito; se a rentabilidade do Fundo de Pensões for inferior a essa taxa de desconto, irá criar um défice no financiamento das responsabilidades.
- Risco de taxa de juro – uma diminuição da taxa de juro das obrigações irá aumentar as responsabilidades com pensões; contudo, será parcialmente compensada com um aumento na rentabilidade do Fundo de Pensões.
- Risco de longevidade – o valor actualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto a melhor estimativa à data da mortalidade esperada dos participantes antes e após a data de reforma. Um aumento da esperança de vida dos participantes do plano irá aumentar as responsabilidades com pensões.
- Risco de salário - o valor actualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto uma estimativa de salário futuro dos participantes. Assim, um aumento no salário dos participantes irá aumentar as responsabilidades com pensões.

Em 31 de Dezembro de 2014, uma análise de sensibilidade a uma variação dos principais pressupostos financeiros reportada a esta data conduziria aos seguintes impactos no valor actual das responsabilidades por serviços passados do Banco (excluindo as relativas à Sucursal de Londres):

	<u>(Redução)/Acréscimo</u>	
	<u>em %</u>	<u>em valor</u>
Alteração da taxa de desconto:		
. Acréscimo de 0,5%	(7,2%)	(65.686)
. Redução de 0,5%	8,20%	74.417
Alteração da taxa de crescimento dos salários:		
. Acréscimo de 0,5%	5,6%	50.729
. Redução de 0,5%	(4,8%)	(43.462)
Alteração da taxa de crescimento das pensões:		
. Acréscimo de 0,5%	7,5%	67.806
. Redução de 0,5%	(6,9%)	(62.587)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o valor das responsabilidades com cuidados de saúde (SAMS) decorrente de uma variação de 1% na taxa de contribuição pode ser apresentado como se segue:

	2014			2013		
	Número de beneficiários	Taxa de contribuição -1%	Taxa de contribuição + 1%	Número de beneficiários	Taxa de contribuição -1%	Taxa de contribuição + 1%
Empregados no activo (Plano de Benefício Definido)	5.067	40.282	54.930	5.228	32.130	43.814
Empregados no activo (Plano de Contribuição Definida)	195	190	258	181	104	142
Pensionistas	1.031	5.147	7.019	996	4.784	6.524
Reformados e reformados antecipadamente	5.373	82.915	113.065	5.339	79.725	108.717
	<u>11.666</u>	<u>128.533</u>	<u>175.273</u>	<u>11.744</u>	<u>116.744</u>	<u>159.196</u>

As análises de sensibilidade acima apresentadas poderão não ser representativas das alterações que possam vir a ocorrer no futuro no plano de benefício definido em virtude de as mesmas estarem a ser consideradas isoladamente e algumas delas estarem correlacionadas.

39. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO

Descrição das operações

Entre Julho de 2003 e Fevereiro de 2011, o BST procedeu à titularização de parte da sua carteira de crédito hipotecário, através de doze operações, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 23.250.000. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a fundos de titularização de créditos denominados Fundos Hipototta FTC, à excepção das últimas operações de titularização (Hipototta nº 11 e Hipototta nº 12), em que os créditos foram vendidos à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (Tagus).

Em Abril de 2009, a Totta IFIC procedeu à titularização de parte da sua carteira de leasing e aluguer de longa duração, através de uma operação cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 1.300.000. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a um fundo de titularização de créditos denominado LeaseTotta nº 1 FTC.

Em Outubro de 2009, o BST procedeu à liquidação do Hipototta nº 9 Ltd, criado no âmbito de uma operação de titularização de Novembro de 2008, cujo montante inicial dos créditos ascendeu a mEuros 1.550.000. A referida liquidação ocorreu após um “Mortgage Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente titularizados por mEuros 1.462.000.

Em Abril de 2010, o BST procedeu à liquidação do Hipototta nº 6 Ltd, criado no âmbito de uma operação de titularização de Outubro de 2007, cujo montante inicial dos créditos ascendeu a mEuros 2.200.000. A referida liquidação ocorreu após um “Mortgage Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente titularizados por mEuros 1.752.357.

Em Janeiro e Fevereiro de 2011, o BST celebrou “Mortgage Retransfer Agreements” com o Hipototta nº 2 PLC, com o Hipototta nº 3 PLC e com o Hipototta nº 10 Ltd. Ao abrigo dos referidos acordos, o BST recomprou os créditos previamente titularizados, nos montantes de mEuros 880.636, mEuros 1.548.396 e mEuros 803.494, respectivamente, e foi reembolsado relativamente às Notes que detinha em carteira associadas a estas titularizações pelo respectivo valor nominal.

Em Março de 2011, o BST procedeu à titularização de parte da sua carteira de crédito a empresas e de papel comercial através de uma operação designada por BST SME nº 1, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 2.000.000. Adicionalmente, em Junho de 2011 titularizou parte da sua carteira de crédito ao consumo através de uma operação designada por Totta Consumer nº 1, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 1.000.000. Os créditos destas operações foram vendidos pelo seu valor nominal à Tagus. Em Março de 2012, o BST procedeu à liquidação do BST SME nº 1. A referida liquidação ocorreu através do “SME Receivables Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente titularizados por mEuros 1.792.480.

Em Outubro de 2011, o BST procedeu à liquidação do Hipototta nº 8. Esta liquidação ocorreu através do “Mortgage Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente titularizados por mEuros 907.828.

Em Maio e Junho de 2012, o BST celebrou “Mortgage Retransfer Agreements” com o Hipototta nº 11 e o Hipototta nº 12. Ao abrigo dos referidos acordos, o BST recomprou os créditos previamente titularizados, nos montantes de mEuros 1.719.660 e mEuros 1.197.009, respectivamente, e foi reembolsado relativamente às Notes que detinha em carteira associadas a estas titularizações pelo respectivo valor nominal.

Em Agosto de 2012, o BST procedeu à liquidação do Totta Consumer nº 1. A referida liquidação ocorreu através do “Consumer Receivables Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente titularizados por mEuros 626.373.

Em Maio de 2013, o BST procedeu à liquidação do Hipototta nº 7. Esta liquidação ocorreu através do “Mortgage Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente titularizados por mEuros 1.196.403.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em Dezembro de 2014, o BST procedeu à liquidação do LeaseTotta nº 1 FTC. A referida liquidação ocorreu através do “Consumer Receivables Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente titularizados por mEuros 280.175.

Os Fundos Hipototta são geridos pela Navigator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A. (Navigator). O BST continua a efectuar a gestão dos contratos de crédito, entregando aos Fundos Hipototta todos os montantes recebidos ao abrigo dos mesmos. O Grupo Santander não detém qualquer participação directa ou indirecta na Navigator.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta emitiram unidades de participação, de montante idêntico às carteiras de crédito adquiridas, as quais foram integralmente subscritas pelos Fundos Hipototta PLC com sede na Irlanda.

Por outro lado, os Fundos Hipototta entregam todos os montantes recebidos do BST e da Direcção Geral do Tesouro aos Fundos Hipototta PLC efectuando a separação das prestações entre capital e juros.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta PLC emitiram obrigações com diferentes níveis de subordinação e de rating e, conseqüentemente, de remuneração. Em 31 de Dezembro de 2014, as obrigações emitidas ainda vivas apresentam as seguintes características:

Hipototta nº 1 PLC								
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Actual	S&P	Moody's			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	1.053.200	145.770	A-	Baa3	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 0,27%	Euribor 3 m + 0,54%
Classe B	32.500	9.714	A-	Ba1	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 0,65%	Euribor 3 m + 0,95%
Classe C	14.300	4.281	A-	Ba2	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 1,45%	Euribor 3 m + 1,65%
	<u>1.100.000</u>	<u>159.765</u>						
Classe D	17.600	11.000			Novembro de 2034	Agosto de 2012	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>1.117.600</u>	<u>170.765</u>						

Hipototta nº 4 PLC								
Dívida emitida	Montante		Rating Fitch	Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração		
	Inicial	Actual				Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado	
Classe A	2.616.040	905.861	A	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,12%	Euribor 3 m + 0,24%	
Classe B	44.240	32.956	A	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,19%	Euribor 3 m + 0,40%	
Classe C	139.720	104.081	CCC	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,29%	Euribor 3 m + 0,58%	
	<u>2.800.000</u>	<u>1.042.898</u>						
Classe D	14.000	14.000		Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada		
	<u>2.814.000</u>	<u>1.056.898</u>						

Hipototta nº 5 PLC								
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Actual	S&P	Moody's			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A1	200.000	-			Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,05%	Euribor 3 m + 0,10%
Classe A2	1.693.000	796.849	BBB	Baa3	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,13%	Euribor 3 m + 0,26%
Classe B	26.000	26.000	BBB-	Ba3	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,17%	Euribor 3 m + 0,34%
Classe C	24.000	24.000	BBB-	B2	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,24%	Euribor 3 m + 0,48%
Classe D	26.000	26.000	BB	B3	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,50%	Euribor 3 m + 1,00%
Classe E	31.000	31.000	BB-	Caa2	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 1,75%	Euribor 3 m + 3,50%
	<u>2.000.000</u>	<u>903.849</u>						
Classe F	10.000	9.038	CCC-	Ca	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.010.000</u>	<u>912.887</u>						

As obrigações emitidas pelos Hipototta nº 1 PLC e Hipototta nº 4 PLC vencem juros trimestralmente em 30 de Março, Junho, Setembro e Dezembro de cada ano. As obrigações emitidas pelo Hipototta nº 5 PLC vencem juros trimestralmente em 28 de Fevereiro, 30 de Maio, Agosto e Novembro de cada ano.

O BST tem a opção de reembolsar antecipadamente as obrigações nas datas acima indicadas. Para todos os Hipototta, o BST tem a possibilidade de recomprar antecipadamente as carteiras de crédito ao valor nominal quando estas forem iguais ou inferiores a 10% do montante inicial das operações.

Adicionalmente, até 5 dias antes das datas de pagamento de juros em cada trimestre, os Hipototta têm a faculdade de efectuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B e C, bem como das classes D e E no caso do Hipototta nº 5 PLC, por forma a ajustar o valor do passivo ao dos activos (carteira de crédito).

As obrigações da classe D, no caso dos Hipototta nº 1 e nº 4 e as obrigações da classe F, no que se refere ao Hipototta nº 5, constituem o último passivo a liquidar.

A remuneração das obrigações dessas classes corresponde à diferença entre o rendimento das carteiras de crédito titularizado e o somatório de todos os custos das operações, nomeadamente:

- Impostos;
- Despesas e comissões calculadas sobre o valor das carteiras (comissão de custódia e comissão de servicer, cobradas pelo BST, e comissão de gestão, cobrada pelos Fundos);
- Juros das obrigações das restantes classes;
- Perdas por incumprimento.

Na data em que as titularizações foram contratadas, o rendimento estimado das carteiras de crédito titularizado incluído no cálculo da remuneração das obrigações da classe D dos Hipototta nº 1 e nº 4 PLC correspondia a uma taxa média anual de 1,1% e 0,9%, respectivamente. Nas obrigações da classe F do Hipototta nº 5 PLC, correspondia a uma taxa média anual de 0,9% sobre o valor total da carteira de crédito.

Na data em que as titularizações foram contratadas, celebraram-se empréstimos subordinados entre o BST e os Hipototta, que correspondem a facilidades/linhas de crédito em caso de necessidade de liquidez por parte dos Hipototta. Foram igualmente celebrados "Swap Agreements" entre o Grupo Santander e os primeiros Hipototta emitidos e entre o BST e os restantes veículos de titularização destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Registo contabilístico

Para as operações de titularização efectuadas anteriormente a 1 de Janeiro de 2004, o Banco registou a venda dos créditos cedidos, mantendo um registo em contas extrapatrimoniais por contrato titularizado dos valores em dívida (capital vincendo e vencido), dos juros periodificados relativos a cada contrato e dos montantes de bonificações a receber da Direcção Geral do Tesouro (Nota 26).

Os créditos à habitação associados às operações de titularização que ocorreram após 1 de Janeiro de 2004 não foram desreconhecidos do balanço, tendo o Banco registado no activo os créditos concedidos e no passivo o valor recebido equivalente aos créditos titularizados (Notas 9 e 21).

O Banco mantém registadas as provisões calculadas para a totalidade dos créditos cedidos não desreconhecidos de acordo com o Aviso nº 3/2005, de 21 de Fevereiro do Banco de Portugal, que alterou o Aviso nº 3/95, de 30 de Junho.

40. ENTIDADES RELACIONADAS

As entidades relacionadas do Banco com as quais este manteve saldos ou transacções no exercício de 2014 são as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que directa ou indirectamente controlam o Banco	
Santander Totta, SGPS, S.A.	Portugal
Santusa Holding, S.L.	Espanha
Banco Santander, S.A.	Espanha
Empresas que directa ou indirectamente são controladas pelo Banco	
Totta & Açores Financing, Ltd.	Ilhas Cayman
Serfin International Bank & Trust	Ilhas Cayman
Totta & Açores, Inc. - Newark	EUA
Totta Ireland, PLC	Irlanda
Santotta Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda.	Portugal
TottaUrbe - Empresa de Administração e Construções, S.A.	Portugal
BST International Bank, Inc.	Porto Rico
Taxagest, SGPS, S.A.	Portugal
Santander - Gestão de Activos, SGPS, S.A.	Portugal
Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Variável Multiobrigações	Portugal
Fundo de Investimento Imobiliário Aberto Novimovest	Portugal
Empresas significativamente influenciadas pelo Banco	
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	Portugal
Partang, SGPS, S.A.	Portugal
Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.	Angola
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Portugal
Entidades de Finalidade Especial que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Banco	
HIPOTOTTA NO. 1 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 4 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 5 PLC	Irlanda
LEASETOTTA NO. 1 Ltd	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 1 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 4 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 5 FTC	Portugal
LEASETOTTA NO.1 FTC	Portugal

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que directa ou indirectamente se encontram sob controlo comum pelo Banco	
Abbey National Treasury Services, PLC	Reino Unido
All Funds Bank, S.A.	Espanha
Banco Santander (México), S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander	México
Banco Santander (Suisse), S.A.	Suíça
Banco Santander Brasil, S.A.	Brasil
Banco Santander Consumer Portugal, S.A.	Portugal
Banco Santander de Puerto Rico	Porto Rico
Capital Grupo Santander, S.A. S.G.E.C.R.	Espanha
Financiera El Corte Inglés, E.F.C., S.A.	Espanha
Geoban, S.A.	Espanha
Gesban Servicios Administrativos Globais	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas	Espanha
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	Espanha
Konecta Portugal, Lda.	Portugal
Open Bank Santander Consumer S.A.	Espanha
Portal Universia Portugal - Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Produban Servicios Informaticos Generales, S.L.	Espanha
Retama Real Estate, SL	Espanha
Santander AM Holding, S.L.	Espanha
Santander Asset Management - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.	Portugal
Santander Asset Management, S.A. SGIC.	Espanha
Santander Back-Office Globales Mayorista	Espanha
Santander Bank & Trust Ltd.	Bahamas
Santander Consumer Bank A.S.	Noruega
Santander Consumer Finance S.A.	Espanha
Santander Consumer, EFC, S.A.	Espanha
Santander Global Facilities	Espanha
Santander Investment Securities, Inc	Espanha
Santander Investment Securities, Inc	EUA
Santander Investment, S.A.	Espanha
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
Santander Seguros y Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A.	Espanha
Santander Tecnologia y Operaciones AEIE	Espanha
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
Santander UK PLC	Reino Unido
Sovereign Bank	EUA
UCI - Mediação de Seguros Unipessoal, Lda	Portugal
Union de Créditos Inmobiliários, S.A.	Espanha

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As entidades relacionadas do Banco com as quais este manteve saldos ou transacções no exercício de 2013 são as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que directa ou indirectamente controlam o Banco	
Santander Totta, SGPS, S.A.	Portugal
Santusa Holding, S.L.	Espanha
Banco Santander, S.A.	Espanha
Empresas que directa ou indirectamente são controladas pelo Banco	
Totta & Açores Financing, Ltd.	Ilhas Cayman
Serfin International Bank & Trust	Ilhas Cayman
Totta & Açores, Inc. - Newark	EUA
Totta Ireland, PLC	Irlanda
Santotta Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda.	Portugal
TottaUrbe - Empresa de Administração e Construções, S.A.	Portugal
BST International Bank, Inc.	Porto Rico
Taxagest, SGPS, S.A.	Portugal
Santander - Gestão de Activos, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Portugal
Santander Asset Management - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.	Portugal
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Variável Multiobrigações	Portugal
Fundo de Investimento Imobiliário Aberto Novimovest	Portugal
Empresas significativamente influenciadas pelo Banco	
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	Portugal
Partang, SGPS, S.A.	Portugal
Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.	Angola
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Portugal
Entidades de Finalidade Especial que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Banco	
HIPOTOTTA NO. 1 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 4 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 5 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 7 Ltd	Irlanda
LEASETOTTA NO. 1 Ltd	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 1 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 4 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 5 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 7 FTC	Portugal
LEASETOTTA NO.1 FTC	Portugal

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que directa ou indirectamente se encontram sob controlo comum pelo Banco	
Abbey National Treasury Services, PLC	Reino Unido
All Funds Bank, S.A.	Espanha
Banco Banif, S.A.	Espanha
Banco Santander (México), S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander	México
Banco Santander (Suisse), S.A.	Suiça
Banco Santander Brasil, S.A.	Brasil
Banco Santander Consumer Portugal, S.A.	Portugal
Banco Santander de Puerto Rico	Porto Rico
Capital Grupo Santander, S.A. S.G.E.C.R.	Espanha
Cater Allen International Limited	Reino Unido
Geoban, S.A.	Espanha
Gesban Servicios Administrativos Globais	Espanha
Grupo Banesto	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas	Espanha
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	Espanha
Konecna Portugal, Lda.	Portugal
Open Bank Santander Consumer S.A.	Espanha
Portal Universia Portugal - Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Produban Servicios Informaticos Generales, S.L.	Espanha
Retama Real Estate, SL	Espanha
Santander Asset Management, S.A. SGIC.	Espanha
Santander Back-Office Globales Mayorista	Espanha
Santander Bank & Trust Ltd.	Bahamas
Santander Consumer Finance S.A.	Espanha
Santander Consumer, EFC, S.A.	Espanha
Santander Global Facilities	Espanha
Santander Investment Securities, Inc	Espanha
Santander Investment, S.A.	Espanha
Santander Seguros y Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A.	Espanha
Santander Tecnología y Operaciones AEIE	Espanha
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
Santander UK PLC	Reino Unido
Sovereign Bank	EUA
UCI - Mediação de Seguros Unipessoal, Lda	Portugal
Union de Créditos Inmobiliários, S.A.	Espanha

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os saldos e as transacções mantidas durante aqueles exercícios com entidades relacionadas apresentavam a seguinte composição:

	2014			
	Empresas que directa ou indirectamente controlam o Banco	Empresas que directa ou indirectamente são controladas pelo Banco e/ou controladas conjuntamente pelo Banco	Empresas significativamente influenciadas pelo Banco	Empresas que directa ou indirectamente se encontram sob controlo comum pelo Banco
Activos:				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	15.855	-	-	43
Activos financeiros detidos para negociação	222.816	241.391	35.326	2.669
Activos financeiros disponíveis para venda	-	255.207	107	5.189
Aplicações em instituições de crédito	910.261	651.186	826	206.182
Crédito a clientes	-	84.969	35.065	5.569
Derivados de cobertura	190.764	-	-	-
Activos intangíveis	-	-	-	25.414
Outros activos	13.396	29.082	56	23.237
Passivos:				
Passivos financeiros detidos para negociação	(1.912.929)	-	-	(52.546)
Recursos de outras instituições de crédito	(1.118.533)	(379.469)	(101.906)	(3.933)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(88.755)	(92.530)	(11.176)	(1.275.383)
Responsabilidades representadas por títulos	(10.937)	-	-	(33.374)
Derivados de cobertura	(133.100)	-	-	-
Outros passivos subordinados	-	(929.469)	-	(4.306)
Outros passivos	(1.298)	(6.636)	-	(917)
Demonstração dos resultados				
Juros e rendimentos similares	(201.785)	(16.077)	(60)	(6.264)
Juros e encargos similares	183.776	48.073	290	53.990
Rendimentos de instrumentos de capital	-	(39.178)	(1.215)	-
Rendimentos de serviços e comissões	(189)	(1.045)	-	(101.870)
Encargos com serviços e comissões	256	9.689	-	46
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	632.453	-	(1.848)	4.079
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	(1.369)	-	-
Resultados de reavaliação cambial	5	-	-	(51)
Outros resultados de exploração	-	-	-	(207)
Custos com o pessoal	-	240	-	-
Gastos gerais administrativos	-	3.276	-	46.086
Amortizações do exercício	-	-	-	38.432
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	-	13.807	-	-
Extrapatrimoniais:				
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	19.786	2.864	-	15.249
Garantias recebidas	1	300.000	-	16.000
Compromissos perante terceiros	25.788	21.855	6.829	174.687
Operações cambiais e instrumentos derivados	15.159.296	-	29.744	591.437
Responsabilidades por prestações de serviços	18.201.289	490.222	35.017	2.692.136

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2013			
	Empresas que directa ou indirectamente controlam o Banco	Empresas que directa ou indirectamente são controladas pelo Banco e/ou controladas conjuntamente pelo Banco	Empresas significativamente influenciadas pelo Banco	Empresas que directa ou indirectamente se encontram sob controlo comum pelo Banco
Activos:				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8.674	-	-	1.302
Activos financeiros detidos para negociação	257.490	239.248	25.416	2.726
Activos financeiros disponíveis para venda	-	258.089	107	9.251
Aplicações em instituições de crédito	1.161.342	718.873	1.686	218.357
Crédito a clientes	-	102.496	35.717	13.151
Derivados de cobertura	174.964	-	-	-
Activos intangíveis	-	-	-	50.783
Outros activos	17.536	25.439	-	64.722
Passivos:				
Passivos financeiros detidos para negociação	(1.552.750)	-	-	(53.544)
Recursos de outras instituições de crédito	(574.924)	(261.864)	(154.986)	(7.099)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(131.797)	(115.144)	(10.801)	(1.402.466)
Responsabilidades representadas por títulos	(46.160)	(152.130)	-	(65.941)
Derivados de cobertura	(370.487)	-	-	-
Outros passivos subordinados	-	(894.004)	-	(4.307)
Outros passivos	(1.296)	(7.411)	-	(1.070)
Demonstração dos resultados				
Juros e rendimentos similares	(259.729)	(11.668)	(145)	(5.905)
Juros e encargos similares	226.202	55.382	551	69.846
Rendimentos de instrumentos de capital	-	(55.971)	(1.035)	-
Rendimentos de serviços e comissões	(161)	(17.466)	-	(85.686)
Encargos com serviços e comissões	26	6.410	-	-
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(172.081)	-	-	2.092
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	240	-	-
Resultados de reavaliação cambial	(642)	-	-	312
Outros resultados de exploração	-	-	-	(192)
Custos com o pessoal	-	225	-	-
Gastos gerais administrativos	-	3.354	-	39.273
Amortizações do exercício	-	-	-	32.954
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	-	17.821	-	-
Extrapatrimoniais:				
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	11.642	2.961	-	96.969
Garantias recebidas	710	300.000	-	1.400
Compromissos perante terceiros	19.669	10.977	6.058	48.386
Operações cambiais e instrumentos derivados	20.678.434	-	23.078	819.796
Responsabilidades por prestações de serviços	14.394.797	478.616	32.487	2.741.556

ÓRGÃOS SOCIAISConselho de Administração

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os adiantamentos ou créditos concedidos aos membros dos órgãos sociais, considerados o pessoal chave da gerência do Banco, ascenderam a mEuros 809 e mEuros 1.009, respectivamente. As remunerações fixas e variáveis totalizaram nessas datas mEuros 8.174 e mEuros 6.310, respectivamente (Nota 35).

O Grupo Santander, no qual está inserido o BST, tem também um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial o qual se encontra descrito na Nota 41 e que está dividido em ciclos. Para os membros do Conselho de Administração, o valor registado na rubrica “Custos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é apresentado de seguida:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Quinto ciclo – PI13 - atribuídas em 2010 a exercer em Julho de 2013	-	118
Sexto ciclo – PI14 - atribuídas em 2011 a exercer em Julho de 2014	7	11
	---	-----
	7	129
	==	===

Os ciclos do plano de acções vinculado a objectivos dos membros do Conselho de Administração terminaram nas datas abaixo indicadas e foram atribuídas acções aos seguintes valores por acção:

<u>Ciclo</u>	<u>Data de finalização</u>	<u>Número de acções atribuídas</u>	<u>Valor por acção</u>
Primeiro	6 de Julho de 2009	97.676	8,49 Euros
Segundo	8 de Julho de 2010	136.719	8,77 Euros
Terceiro	11 de Julho de 2011	133.727	7,51 Euros
Quarto	9 de Julho de 2012	35.850	4,88 Euros
Quinto	31 de Julho de 2013	--	n/a
Sexto	31 de Julho de 2014	--	n/a

Relativamente aos benefícios pós-emprego, os membros do Conselho de Administração que têm vínculo laboral ao BST estão integrados no plano de pensões do Acordo Colectivo de Trabalho para o sector bancário subscrito pelo Banco. As condições gerais deste plano encontram-se descritas na Nota 1.2. m).

Em Assembleia Geral de Accionistas do BST de 30 de Maio de 2007, foi aprovado o “Regulamento de atribuição complementar de reforma, por velhice ou invalidez”, aos membros executivos do Conselho de Administração do ex - Totta que transitaram para membros executivos (comissão executiva) do Conselho de Administração do BST em linha com o previamente definido no regulamento do ex-Totta. Os membros do Conselho de Administração cujo tempo de desempenho no cargo seja de pelo menos quinze anos consecutivos ou interpolados, terão direito a um complemento de reforma correspondente a 80% do vencimento anual bruto. Quando o desempenho do cargo for inferior a quinze anos, a fixação do montante do complemento de pensão de reforma será determinado pela comissão de vencimentos. Para este universo, actualmente está definido que o complemento de pensão de reforma será de 65% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a dez anos e 75% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a doze anos. Este plano de pensões de benefício definido é um plano complementar e dependente do regime geral da Segurança Social.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as responsabilidades com este plano ascendiam a mEuros 18.381 e mEuros 15.598, respectivamente, e encontravam-se cobertas por uma provisão do mesmo montante registada na rubrica “Provisões para pensões e outros encargos” (Nota 22).

No que se refere aos benefícios de cessação de emprego, conforme previsto no Código das Sociedades Comerciais, sempre que, por vontade do BST, o mandato de um membro dos órgãos sociais seja cessado antecipadamente, este reembolsará o membro do órgão social pelas remunerações futuras a que o mesmo tenha direito até ao fim do seu mandato.

Sociedade de revisores oficiais de contas

Os honorários facturados ou a facturar pela sociedade de revisores oficiais de contas e respectivas empresas da mesma rede relativos ao exercício de 2014, excluindo o imposto sobre o valor acrescentado, foram os seguintes:

Serviços de Revisão Legal de Contas e Auditoria Externa (a)	622
Outros Serviços de Garantia de Fiabilidade (a)	979
Consultoria Fiscal (b)	138
Outros (b)	575

	2.314
	=====

- (a) Corresponde aos montantes contratados para o exercício de 2014, independentemente da sua data de facturação.
(b) Corresponde aos montantes facturados durante o exercício de 2014.

41. PLANOS DE INCENTIVOS - ACÇÕES

Por decisão da Assembleia Geral de Accionistas do Banco Santander, S.A., foi aprovado o “Plano de Acções Vinculado a Objectivos do Grupo Santander”. Este plano está dividido em ciclos, tendo sido aprovados até ao momento seis ciclos. O BST está também inserido neste plano.

Cada beneficiário do Plano tem direito a receber um número máximo de acções do Banco Santander, S.A.. O número final atribuído é determinado multiplicando o número máximo de acções definido inicialmente pela soma de coeficientes indexados à evolução do Banco Santander, S.A. comparativamente a outras entidades incluídas num grupo pré-definido. Esta comparação é medida em dois parâmetros: o retorno total para o accionista e o crescimento do lucro por acção para os primeiros três ciclos e o retorno total para o accionista nos restantes ciclos.

As datas de finalização dos ciclos do Plano de Acções Vinculado a Objectivos, o número total de acções atribuídas e o valor por acção, apresentam o seguinte detalhe:

Ciclo	Data de finalização	Número total de acções atribuídas	Valor por acção
Primeiro	6 de Julho de 2009	326.681	8,49 Euros
Segundo	8 de Julho de 2010	519.471	8,77 Euros
Terceiro	11 de Julho de 2011	552.436	7,51 Euros
Quarto	9 de Julho de 2012	194.471	4,88 Euros
Quinto	31 de Julho de 2013	-	n.a.
Sexto	31 de Julho de 2014	-	n.a.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Conforme descrito na Nota 1.2. o), o registo contabilístico dos planos de incentivos de acções consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Banco a estes instrumentos na demonstração de resultados do exercício, na rubrica de "Custos com o pessoal", na medida em que correspondem a uma contrapartida pela prestação de serviços. A gestão, a cobertura e a execução dos planos é assegurada pelo Banco Santander, S.A. para todos os colaboradores abrangidos pelo Plano a nível mundial.

Em 2014 e 2013, o custo total do "Plano de Acções Vinculado a Objectivos do Grupo Santander" para todos os colaboradores do BST abrangidos pelo mesmo pode ser apresentado como se segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Quinto ciclo – PI13 - atribuídas em 2010 a exercer em Julho de 2013	-	710
Sexto ciclo – PI14 - atribuídas em 2011 a exercer em Julho de 2014	508	1.015
	-----	-----
	508	1.725
	===	====

A disponibilização das acções está condicionada à permanência dos colaboradores no Grupo Santander. O custo por acção, bem como a data de disponibilização das mesmas encontram-se resumidos no quadro seguinte:

Planos de acções	Número de acções	Valor do custo por acção (Euros)	Data prevista de entrega das acções	Número de colaboradores	Data de atribuição do direito
Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2012:					
PI13	687.225	5,5707	jul-2013	309	2010
PI14	590.678	4,5254	jul-2014	299	2011
Movimento em 2013:					
PI 13 - Acções não Disponibilizadas	(687.225)	-	-	(309)	-
Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2013:					
PI14	590.678	4,5254	jul-2014	299	2011
Movimento em 2014:					
PI 14 - Acções não Disponibilizadas	(590.678)	-	-	(299)	-

Nos exercícios de 2014 e 2013, não foram disponibilizadas quaisquer acções aos colaboradores do Banco, na medida em que não foram atingidos os parâmetros mínimos definidos no plano.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)42. DIVULGAÇÕES NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS IFRS 7 E IFRS 13**BALANÇO***Categorias de instrumentos financeiros*

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

	2014				
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	622.460	208.014	-	830.474
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	162.493	66.661	-	229.154
Activos financeiros detidos para negociação	2.210.882	-	-	-	2.210.882
Activos financeiros disponíveis para venda	7.322.207	-	20.079	(92.822)	7.249.464
Aplicações em instituições de crédito	-	1.836.610	-	-	1.836.610
Crédito a clientes	37.394	26.569.963	-	(983.027)	25.624.330
Derivados de cobertura	194.644	-	-	-	194.644
	9.765.127	29.191.526	294.754	(1.075.849)	38.175.558
Passivo					
Recursos de bancos centrais	-	4.406.312	-	-	4.406.312
Passivos financeiros detidos para negociação	1.995.017	-	-	-	1.995.017
Recursos de outras instituições de crédito	-	4.419.551	-	-	4.419.551
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.555.668	18.012.056	30.097	-	21.597.821
Responsabilidades representadas por títulos	175.460	1.795.547	-	-	1.971.007
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	1.967.945	-	-	1.967.945
Derivados de cobertura	133.297	-	-	-	133.297
Outros passivos subordinados	-	933.651	-	-	933.651
	5.859.442	31.535.062	30.097	-	37.424.601
2013					
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	116.135	221.706	-	337.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	465.224	55.609	-	520.833
Activos financeiros detidos para negociação	1.839.142	-	-	-	1.839.142
Activos financeiros disponíveis para venda	5.294.356	-	21.045	(78.913)	5.236.488
Aplicações em instituições de crédito	-	3.893.566	-	-	3.893.566
Crédito a clientes	42.609	27.062.830	-	(888.451)	26.216.988
Derivados de cobertura	199.427	-	-	-	199.427
	7.375.534	31.537.755	298.360	(967.364)	38.244.285
Passivo					
Recursos de bancos centrais	-	6.241.410	-	-	6.241.410
Passivos financeiros detidos para negociação	1.619.768	-	-	-	1.619.768
Recursos de outras instituições de crédito	-	4.447.413	-	-	4.447.413
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.621.415	16.985.815	83.737	-	20.690.967
Responsabilidades representadas por títulos	1.427.511	84.594	-	-	1.512.105
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	2.447.539	-	-	2.447.539
Derivados de cobertura	370.684	-	-	-	370.684
Outros passivos subordinados	-	898.130	-	-	898.130
	7.039.378	31.104.901	83.737	-	38.228.016

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Nos exercícios de 2014 e 2013 não ocorreram quaisquer reclassificações de activos financeiros.

Os activos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura foram considerados como valorizados ao justo valor, embora apenas tenham sido objecto de correcção de valor relativamente ao risco coberto.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os ganhos e perdas líquidos em instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

	2014					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Disponibilidades em bancos centrais, em outras instituições de crédito e aplicações em instituições de crédito	51.597	-	51.597	-	-	-
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	1.588.490	(1.831.587)	(243.097)	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	548.166	(208.510)	339.656	549.799	-	549.799
Crédito a clientes	1.014.095	(392.745)	621.350	-	-	-
Derivados de cobertura	360.770	(169.176)	191.594	-	(22.498)	(22.498)
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(65.752)	(65.752)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	44.490	(330.781)	(286.291)	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	58.678	(97.865)	(39.187)	-	-	-
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	(5.817)	(5.817)	-	-	-
Outros passivos subordinados	-	(39.189)	(39.189)	-	-	-
	<u>3.666.286</u>	<u>(3.141.422)</u>	<u>524.864</u>	<u>549.799</u>	<u>(22.498)</u>	<u>527.301</u>
Garantias prestadas	20.212	(448)	19.764	-	-	-
Linhas de crédito	9.269	(3.150)	6.119	-	-	-

	2013					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Disponibilidades em bancos centrais, em outras instituições de crédito e aplicações em instituições de crédito	66.065	-	66.065	-	-	-
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	1.924.202	(1.901.188)	23.014	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.878	(1.769)	1.109	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	240.856	(174.581)	66.275	472.709	-	472.709
Crédito a clientes	990.894	(445.059)	545.835	-	-	-
Derivados de cobertura	401.580	(334.889)	66.691	-	(55.109)	(55.109)
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(60.147)	(60.147)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	95.465	(398.291)	(302.826)	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	31.511	(79.428)	(47.917)	-	-	-
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	(40.464)	(40.464)	-	-	-
Outros passivos subordinados	-	(39.155)	(39.155)	-	-	-
	<u>3.753.451</u>	<u>(3.474.971)</u>	<u>278.480</u>	<u>472.709</u>	<u>(55.109)</u>	<u>417.600</u>
Garantias prestadas	21.157	(217)	20.940	-	-	-
Linhas de crédito	16.662	(323)	16.339	-	-	-

Os montantes referidos acima não incluem ganhos e perdas decorrentes da reavaliação cambial dos respectivos instrumentos financeiros que, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, correspondiam a ganhos líquidos nos montantes de mEuros 5.591 e de mEuros 3.985, respectivamente (Nota 33).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os proveitos e custos com juros, apurados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, referentes a activos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentavam o seguinte detalhe:

	2014			2013		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	229	-	229	950	-	950
Disponibilidades em outras instituições de crédito	10	-	10	9	-	9
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	2.878	-	2.878
Activos financeiros disponíveis para venda	229.718	-	229.718	176.170	-	176.170
Aplicações em instituições de crédito	51.358	-	51.358	65.106	-	65.106
Crédito a clientes	706.221	(61)	706.160	751.669	(116)	751.553
	<u>987.536</u>	<u>(61)</u>	<u>987.475</u>	<u>996.782</u>	<u>(116)</u>	<u>996.666</u>
Passivo						
Recursos de bancos centrais	-	(20.941)	(20.941)	-	(25.542)	(25.542)
Recursos de outras instituições de crédito	-	(44.811)	(44.811)	-	(34.605)	(34.605)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(328.949)	(328.949)	-	(398.225)	(398.225)
Responsabilidades representadas por títulos	-	(48.737)	(48.737)	-	(48.373)	(48.373)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	(5.817)	(5.817)	-	(40.464)	(40.464)
Outros passivos subordinados	-	(39.189)	(39.189)	-	(39.155)	(39.155)
	<u>-</u>	<u>(488.444)</u>	<u>(488.444)</u>	<u>-</u>	<u>(586.364)</u>	<u>(586.364)</u>
Garantias prestadas	19.637	-	19.637	20.669	-	20.669
Linhas de credito	4.012	-	4.012	7.443	-	7.443
	<u>4.012</u>	<u>-</u>	<u>4.012</u>	<u>7.443</u>	<u>-</u>	<u>7.443</u>

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os proveitos e custos com comissões, não incluídas no cálculo da taxa de juro efectiva de activos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentavam o seguinte detalhe:

	2014			2013		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
Activo						
Crédito a clientes	35.350	(13.958)	21.392	48.406	(14.142)	34.264
Passivo						
Recursos de clientes e outros empréstimos	44.490	-	44.490	46.192	-	46.192

O Banco reconheceu durante os exercícios de 2014 e 2013 proveitos financeiros referentes a “Juros e rendimentos similares” com operações de crédito vencido, ou em situação de imparidade, nos montantes de mEuros 8.152 e mEuros 7.669, respectivamente (Nota 27).

OUTRAS DIVULGAÇÕES**Contabilidade de cobertura**

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os derivados de cobertura e os instrumentos financeiros designados como elementos cobertos, apresentavam o seguinte detalhe:

	2014					
	Elemento coberto			Instrumento de cobertura		
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correcções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	32.887	33.108	4.246	37.354	32.888	(4.291)
Activos financeiros disponíveis para venda	200.000	205.258	37.423	242.681	200.000	(40.867)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(3.508.013)	(3.557.735)	2.067	(3.555.668)	3.511.255	41.824
Responsabilidades representadas por títulos	(167.375)	(173.699)	(1.761)	(175.460)	167.385	8.410
Cobertura de fluxos de caixa:						
Crédito a clientes	3.207.528	3.207.528	-	3.207.528	2.250.000	124.016
Responsabilidades representadas por títulos	1.005.866	1.005.866	-	1.005.866	650.000	(67.745)
	<u>770.893</u>	<u>720.326</u>	<u>41.975</u>	<u>762.301</u>	<u>6.811.528</u>	<u>61.347</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2013					
	Elemento coberto			Instrumento de cobertura		
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correcções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	38.085	38.321	4.202	42.523	38.085	(4.477)
Activos financeiros disponíveis para venda	2.075.000	2.118.833	225.613	2.344.446	2.075.000	(267.880)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(3.576.534)	(3.625.401)	3.986	(3.621.415)	3.579.439	33.602
Responsabilidades representadas por títulos	(1.441.104)	(1.458.373)	30.862	(1.427.511)	1.449.526	(23.554)
Cobertura de fluxos de caixa:						
Crédito a clientes	4.492.042	4.492.042	-	4.492.042	5.450.000	80.640
Responsabilidades representadas por títulos	1.141.190	1.141.190	-	1.141.190	650.000	10.412
	<u>2.728.679</u>	<u>2.706.612</u>	<u>264.663</u>	<u>2.971.275</u>	<u>13.242.050</u>	<u>(171.257)</u>

Cobertura de fluxos de caixa

Os períodos esperados para ocorrência dos cash flows que afectarão os resultados do exercício apresentam o seguinte detalhe:

	2014					
	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Swaps de taxa de juro	<u>27.459</u>	<u>9.076</u>	<u>9.644</u>	<u>24.358</u>	<u>(14.266)</u>	<u>56.271</u>

	2013					
	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Swaps de taxa de juro	<u>40.959</u>	<u>8.125</u>	<u>6.861</u>	<u>48.869</u>	<u>(13.762)</u>	<u>91.052</u>

Os ganhos e perdas financeiras reconhecidos nas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, com operações de cobertura de justo valor, apresentam o seguinte detalhe:

	2014			2013		
	Elemento coberto	Instrumento de cobertura	Líquido	Elemento coberto	Instrumento de cobertura	Líquido
Crédito a clientes	44	(44)	-	(1.738)	1.738	-
Activos financeiros disponíveis para venda	(188.189)	188.189	-	(95.965)	95.965	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.833)	3.896	2.063	49.207	(29.352)	19.855
Responsabilidades representadas por títulos	9.549	(11.463)	(1.914)	11.803	(31.966)	(20.163)
	<u>(180.429)</u>	<u>180.578</u>	<u>149</u>	<u>(36.693)</u>	<u>36.385</u>	<u>(308)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

	2014		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	830.474	830.474
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	229.154	229.154
Activos financeiros detidos para negociação	2.210.882	-	2.210.882
Activos financeiros disponíveis para venda	7.236.348	13.116	7.249.464
Aplicações em instituições de crédito	-	1.836.610	1.836.610
Crédito a clientes	37.354	25.586.976	25.624.330
Derivados de cobertura	194.644	-	194.644
	<u>9.679.228</u>	<u>28.496.330</u>	<u>38.175.558</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de bancos centrais	-	4.406.312	4.406.312
Passivos financeiros detidos para negociação	1.995.017	-	1.995.017
Recursos de outras instituições de crédito	-	4.419.551	4.419.551
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.555.668	18.042.153	21.597.821
Responsabilidades representadas por títulos	175.460	1.795.547	1.971.007
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	1.967.945	1.967.945
Derivados de cobertura	133.297	-	133.297
Outros passivos subordinados	-	933.651	933.651
	<u>5.859.442</u>	<u>31.565.159</u>	<u>37.424.601</u>
<u>2013</u>			
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	337.841	337.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	520.833	520.833
Activos financeiros detidos para negociação	1.839.142	-	1.839.142
Activos financeiros disponíveis para venda	5.222.871	13.617	5.236.488
Aplicações em instituições de crédito	-	3.893.566	3.893.566
Crédito a clientes	42.523	26.174.465	26.216.988
Derivados de cobertura	199.427	-	199.427
	<u>7.303.963</u>	<u>30.940.322</u>	<u>38.244.285</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de bancos centrais	-	6.241.410	6.241.410
Passivos financeiros detidos para negociação	1.619.768	-	1.619.768
Recursos de outras instituições de crédito	-	4.447.413	4.447.413
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.621.415	17.069.552	20.690.967
Responsabilidades representadas por títulos	1.427.511	84.594	1.512.105
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	2.447.539	2.447.539
Derivados de cobertura	370.684	-	370.684
Outros passivos subordinados	-	898.130	898.130
	<u>7.039.378</u>	<u>31.188.638</u>	<u>38.228.016</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os activos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura foram considerados como valorizados ao justo valor, embora apenas tenham sido objecto de correcção de valor relativamente ao risco coberto.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o justo valor dos activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor, ou sujeitos a correcções de justo valor de acordo com a aplicação da contabilidade de cobertura, apresentava o seguinte detalhe:

	2014					Valor líquido contabilístico
	Custo de aquisição	Juros corridos	Valorização	Correcções de valor por operações de cobertura	Imparidade	
Activo						
Activos financeiros detidos para negociação	241.391	-	1.969.491	-	-	2.210.882
Activos financeiros disponíveis para venda	6.913.437	152.129	219.218	37.423	(85.859)	7.236.348
Crédito a clientes	32.887	261	-	4.246	(40)	37.354
Derivados de cobertura	-	-	194.644	-	-	194.644
	7.187.715	152.390	2.383.353	41.669	(85.899)	9.679.228
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.995.017	-	-	1.995.017
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.508.013	49.722	-	(2.067)	-	3.555.668
Responsabilidades representadas por títulos	167.375	6.324	-	1.761	-	175.460
Derivados de cobertura	-	-	133.297	-	-	133.297
	3.675.388	56.046	2.128.314	(306)	-	5.859.442
2013						
	Custo de aquisição	Juros corridos	Valorização	Correcções de valor por operações de cobertura	Imparidade	Valor líquido contabilístico
Activo						
Activos financeiros detidos para negociação	239.249	-	1.599.893	-	-	1.839.142
Activos financeiros disponíveis para venda	5.334.410	64.914	(330.581)	225.613	(71.485)	5.222.871
Crédito a clientes	38.085	322	-	4.202	(86)	42.523
Derivados de cobertura	-	-	199.427	-	-	199.427
	5.611.744	65.236	1.468.739	229.815	(71.571)	7.303.963
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.619.768	-	-	1.619.768
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.576.534	48.867	-	(3.986)	-	3.621.415
Responsabilidades representadas por títulos	1.441.104	17.269	-	(30.862)	-	1.427.511
Derivados de cobertura	-	-	370.684	-	-	370.684
	5.017.638	66.136	1.990.452	(34.848)	-	7.039.378

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros, os métodos de valorização utilizados consistiram na obtenção de cotações em mercados activos ou em outras técnicas de valorização, nomeadamente através de actualização de fluxos de caixa futuros. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros valorizados ao justo valor ou sujeitos a correcções de valor por operações de cobertura, apresentava o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	2014			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	Total
<u>Activo</u>				
Activos financeiros detidos para negociação	241.391	1.748.194	221.297	2.210.882
Activos financeiros disponíveis para venda	6.111.154	320.079	805.115	7.236.348
Crédito a clientes	-	37.354	-	37.354
Derivados de cobertura	-	194.644	-	194.644
	<u>6.352.545</u>	<u>2.300.271</u>	<u>1.026.412</u>	<u>9.679.228</u>
<u>Passivo</u>				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.995.017	-	1.995.017
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	3.555.668	-	3.555.668
Responsabilidades representadas por títulos	-	175.460	-	175.460
Derivados de cobertura	-	133.297	-	133.297
	-	<u>5.859.442</u>	-	<u>5.859.442</u>
2013				
Metodologia de apuramento do justo valor				
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	Total
<u>Activo</u>				
Activos financeiros detidos para negociação	239.249	1.493.774	106.119	1.839.142
Activos financeiros disponíveis para venda	3.417.142	674.418	1.131.311	5.222.871
Crédito a clientes	-	42.523	-	42.523
Derivados de cobertura	-	199.427	-	199.427
	<u>3.656.391</u>	<u>2.410.142</u>	<u>1.237.430</u>	<u>7.303.963</u>
<u>Passivo</u>				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.619.768	-	1.619.768
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	3.621.415	-	3.621.415
Responsabilidades representadas por títulos	-	1.427.511	-	1.427.511
Derivados de cobertura	-	370.684	-	370.684
	-	<u>7.039.378</u>	-	<u>7.039.378</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A valorização ao justo valor dos activos e passivos financeiros do Banco compreende três níveis nos termos da IFRS 7 e da IFRS 13:

- Nível 1 – Instrumentos financeiros registados a justo valor com base em cotações publicadas em mercados activos, compreendendo maioritariamente dívida pública, alguma dívida privada, fundos de investimento mobiliário abertos e acções.
- Nível 2 – Instrumentos financeiros registados a justo valor mediante a utilização de modelos internos de valorização que utilizam como inputs significativos dados observáveis de mercado. Nesta categoria estão incluídos alguns títulos da carteira de activos financeiros disponíveis para venda valorizados com bids indicativos fornecidos por contrapartes externas e a maioria dos instrumentos financeiros derivados de cobertura e de negociação. De salientar que os modelos de valorização internos utilizados correspondem maioritariamente a modelos de actualização de cash flows futuros e a metodologias de valorização baseadas no modelo “Black-Scholes” para as opções e produtos estruturados. Os modelos de actualização de cash flows futuros (“método do valor presente”) actualizam os fluxos contratuais futuros utilizando as curvas de taxas de juro de cada moeda observáveis em mercado, adicionadas do spread de crédito do emitente ou da entidade com rating similar.

Para os instrumentos financeiros derivados, são apresentadas de seguida as principais técnicas de valorização:

<u>Instrumento financeiro derivado</u>	<u>Principais técnicas de valorização</u>
Forwards	Método do valor presente
Swaps de taxa de juro	Método do valor presente
Swaps de divisas	Método do valor presente
Swaps sobre cotações	Método do valor presente
FRA's	Método do valor presente
Opções de moeda	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo
Opções sobre cotações	Modelo Black-Scholes, Modelo Heston
Opções de taxa de juro	Modelo Black-Scholes, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Opções - outras	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Caps/Floors	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton

Adicionalmente, para efeitos de apuramento dos Credit Value Adjustments e dos Debit Value Adjustments aos instrumentos financeiros derivados, foram utilizados os seguintes inputs:

- Contrapartes com credit default swaps cotados – Cotações publicadas em mercados activos;
- Contrapartes sem credit default swaps cotados:
 - Cotações publicadas em mercados activos para contrapartes com risco similar; ou
 - Probabilidade de default apurada tendo em conta o rating interno atribuído ao cliente (ver secção risco de crédito deste anexo) x loss given default (específica para clientes de project finance e 60% para outros clientes em 31 de Dezembro de 2014 – 45% em 31 de Dezembro de 2013).

Quando os inputs utilizados na valorização de instrumentos financeiros derivados resultaram de dados observáveis de mercado, o Banco classificou os seus instrumentos financeiros derivados no Nível 2. Quando tal valorização resultou de informação interna preparada pelo Banco, o mesmo classificou aqueles instrumentos financeiros no Nível 3.

- Nível 3 – O Banco classifica neste nível os instrumentos financeiros que são valorizados através de modelos internos com alguns inputs que não correspondem a dados observáveis de mercado. Nesta categoria foram classificadas, nomeadamente, as obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização de créditos e outros títulos não cotados em mercados activos para os quais o Banco utiliza extrapolações de dados de mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Nos exercícios de 2014 e 2013, o movimento ocorrido nos instrumentos financeiros classificados no Nível 3 foi como segue:

	2014		
	Activos financeiros disponíveis para venda	Activos financeiros detidos para negociação - Derivados	Total
Saldo inicial	1.131.311	106.119	1.237.430
Aquisições	108.861	47.258	156.119
Alienações	(35.041)	(29.492)	(64.533)
Reembolsos	(411.969)	-	(411.969)
Alterações de justo valor	33.499	97.412	130.911
Imparidade reconhecida no exercício	(21.546)	-	(21.546)
Saldo final	805.115	221.297	1.026.412

	2013		
	Activos financeiros disponíveis para venda	Activos financeiros detidos para negociação - Derivados	Total
Saldo inicial	1.653.276	-	1.653.276
Aquisições	173.540	-	173.540
Alienações	(694)	-	(694)
Reembolsos	(846.788)	-	(846.788)
Reclassificações	366.120	106.119	472.239
Alterações de justo valor	(189.798)	-	(189.798)
Imparidade reconhecida no exercício	(24.345)	-	(24.345)
Saldo final	1.131.311	106.119	1.237.430

As transferências ocorridas no exercício de 2013 para o Nível 3 podem ser explicadas como se segue:

- Reclassificação de Nível 1 e Nível 2 de unidades de participação detidas em Fundos de Investimento Imobiliário Fechados ou com liquidez reduzida;
- Reclassificação de Nível 2 de instrumentos de dívida cuja valorização se baseou, nomeadamente, em *spreads* de crédito apurados internamente pelo Banco;
- Classificação em Nível 3 dos instrumentos financeiros derivados cujos respectivos *Credit Value Adjustments/Debit Value Adjustments* foram apurados tendo em conta *spreads* de crédito apurados internamente pelo Banco.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as técnicas de valorização, os inputs utilizados e a relação entre esses inputs e o justo valor apurado para os instrumentos financeiros classificados no Nível 3 são como segue:

Instrumentos financeiros	Técnicas de valorização	Inputs utilizados	Relação entre os inputs utilizados e o justo valor apurado
<i>Activos financeiros detidos para negociação</i>			
Instrumentos financeiros derivados	Discounted cash flows/ Modelos de valorização	. Probabilidade de <i>default</i> (PD) tendo em conta os ratings internos de crédito atribuídos pelo Banco . LGD's específicas	Caso seja utilizada uma probabilidade de <i>default</i> ou uma LGD maior, o justo valor do instrumento financeiro virá diminuído. Por outro lado, caso seja utilizada uma probabilidade de <i>default</i> ou uma LGD menor, o justo valor do instrumento financeiro virá aumentado.
<i>Activos financeiros disponíveis para venda</i>			
Titulos de dívida	Discounted cash flows	. <i>Spread</i> de crédito apurado internamente pelo Banco	Caso seja utilizado um <i>spread</i> de crédito maior, o justo valor do título virá diminuído. Por outro lado, caso seja utilizado um <i>spread</i> de crédito menor, o justo valor do título virá aumentado.
Unidades de participação em Fundos de Investimento Imobiliário	Preço divulgado pela respectiva Sociedade Gestora	. Taxas de capitalização . Valor das rendas por m2 . Taxas de ocupação	Caso venha a ocorrer um aumento do valor da renda por m2 ou um aumento da taxa de ocupação ou uma diminuição da taxa de capitalização, o justo valor apurado virá aumentado. Caso venha a ocorrer uma diminuição do valor da renda por m2 ou uma diminuição da taxa de ocupação ou um aumento da taxa de capitalização, o justo valor apurado virá diminuído.
Unidades de participação em Fundos de Capital de Risco	Preço divulgado pela respectiva Sociedade Gestora	. Sem informação	Não aplicável.
Obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização	Discounted cash flows	. <i>Spread</i> de crédito apurado internamente pelo Banco	Caso seja utilizado um <i>spread</i> de crédito maior, o justo valor do título virá diminuído. Por outro lado, caso seja utilizado um <i>spread</i> de crédito menor, o justo valor do título virá aumentado.

As curvas de taxas de juro para os prazos e moedas mais representativas utilizadas na valorização dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

	31-12-2014		31-12-2013	
	EUR	USD	EUR	USD
Overnight	0,02%	0,22%	0,28%	0,31%
1 mês	0,10%	0,23%	0,44%	0,25%
3 meses	0,17%	0,26%	0,39%	0,25%
6 meses	0,17%	0,29%	0,38%	0,27%
9 meses	0,16%	0,35%	0,39%	0,29%
1 ano	0,16%	0,44%	0,40%	0,31%
3 anos	0,22%	1,29%	0,74%	0,86%
5 anos	0,36%	1,80%	1,26%	1,80%
7 anos	0,53%	2,09%	1,70%	2,51%
10 anos	0,82%	2,34%	2,21%	3,18%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o valor de balanço e o justo valor dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado ou ao custo histórico era o seguinte:

	2014		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
<i>Activo</i>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	830.474	830.474	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	229.154	229.154	-
Activos financeiros disponíveis para venda	13.116	13.116	-
Aplicações em instituições de crédito	1.836.610	1.877.779	41.169
Crédito a clientes	25.586.976	23.775.558	(1.811.418)
	<u>28.496.330</u>	<u>26.726.081</u>	<u>(1.770.249)</u>
<i>Passivo</i>			
Recursos de bancos centrais	4.406.312	4.406.312	-
Recursos de outras instituições de crédito	4.419.551	4.452.318	(32.767)
Recursos de clientes e outros empréstimos	18.042.153	18.070.675	(28.522)
Responsabilidades representadas por títulos	1.795.547	1.795.697	(150)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	1.967.945	1.700.429	267.516
Outros passivos subordinados	933.651	942.103	(8.452)
	<u>31.565.159</u>	<u>31.367.534</u>	<u>197.625</u>
<i>2013</i>			
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
<i>Activo</i>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	337.841	337.841	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	520.833	520.833	-
Activos financeiros disponíveis para venda	13.617	13.617	-
Aplicações em instituições de crédito	3.893.566	3.965.831	72.265
Crédito a clientes	26.174.465	23.236.743	(2.937.722)
	<u>30.940.322</u>	<u>28.074.865</u>	<u>(2.865.457)</u>
<i>Passivo</i>			
Recursos de bancos centrais	6.241.410	6.122.608	118.802
Recursos de outras instituições de crédito	4.447.413	4.488.144	(40.731)
Recursos de clientes e outros empréstimos	17.069.552	17.117.067	(47.515)
Responsabilidades representadas por títulos	84.594	84.577	17
Passivos financeiros associados a activos transferidos	2.447.539	2.082.318	365.221
Outros passivos subordinados	898.130	875.304	22.826
	<u>31.188.638</u>	<u>30.770.018</u>	<u>418.620</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado ou ao custo histórico, os métodos de valorização utilizados consistiram em técnicas de valorização, nomeadamente através de actualização de fluxos de caixa futuros. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado ou ao custo histórico, apresentava o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	2014			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2) (Nível 3)		Total
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	830.474	-	830.474
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	229.154	-	229.154
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	13.116	13.116
Aplicações em instituições de crédito	-	1.836.610	-	1.836.610
Crédito a clientes	-	-	25.586.976	25.586.976
	-	2.896.238	25.600.092	28.496.330
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	-	4.406.312	-	4.406.312
Recursos de outras instituições de crédito	-	4.419.551	-	4.419.551
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	18.042.153	18.042.153
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	1.795.547	1.795.547
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	1.967.945	1.967.945
Outros passivos subordinados	-	-	933.651	933.651
	-	8.825.863	22.739.296	31.565.159
	2013			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2) (Nível 3)		Total
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	337.841	-	337.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	520.833	-	520.833
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	13.617	13.617
Aplicações em instituições de crédito	-	3.893.566	-	3.893.566
Crédito a clientes	-	-	26.174.465	26.174.465
	-	4.752.240	26.188.082	30.940.322
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	-	6.241.410	-	6.241.410
Recursos de outras instituições de crédito	-	4.447.413	-	4.447.413
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	17.069.552	17.069.552
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	84.594	84.594
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	2.447.539	2.447.539
Outros passivos subordinados	-	-	898.130	898.130
	-	10.688.823	20.499.815	31.188.638

Os principais pressupostos utilizados no apuramento do justo valor, por tipo de instrumento financeiro, foram os seguintes:

- Os *cash flows* futuros das aplicações e recursos de instituições de crédito foram descontados utilizando as curvas de taxas de juro para o mercado monetário;
- Para efeitos do desconto dos fluxos futuros da carteira, o justo valor do crédito concedido a taxa variável foi determinado tendo em consideração o *spread* médio da produção efectuada no último trimestre do ano. Quanto aos créditos concedidos a taxa fixa, os *cash flows* futuros foram descontados às taxas médias que o Banco estava a praticar no último trimestre do ano;
- Para os depósitos à ordem de clientes foi considerado que o justo valor era igual ao valor de balanço. Para os depósitos a prazo foram utilizadas as taxas médias dos depósitos contratados no último mês do ano tendo em conta as diversas tipologias;
- No caso das responsabilidades representadas por títulos, foi efectuado o desconto dos *cash flows* futuros considerando as condições de mercado exigíveis para emissões semelhantes no final do ano;
- No caso dos passivos subordinados, para desconto dos *cash flows* futuros, foram consideradas taxas de juro de mercado praticadas em emissões semelhantes.

GESTÃO DE RISCOS

RISCO DE CRÉDITO

A gestão do risco de crédito no Banco abrange a identificação, medição, integração e avaliação das diferentes exposições creditícias e a análise da sua rentabilidade ajustada ao risco respectivo, tanto numa perspectiva global, como dentro de cada área de actividade.

A gestão do risco de crédito é assegurada por um órgão independente, a Área de Riscos do Grupo, que é responsável nomeadamente pela gestão do sistema de vigilância especial de clientes, pela segmentação do risco de crédito em função das características dos clientes e dos produtos, e pelos sistemas de *scoring* (aplicáveis a operações de crédito à habitação, crédito ao consumo e cartões de crédito) e *rating* utilizados no Banco.

O risco de contraparte consiste no risco de crédito latente em transacções nos mercados financeiros correspondendo à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para o Banco. Os tipos de transacções abrangidas incluem a compra e venda de títulos, a contratação de operações de venda com acordo de recompra, empréstimos de títulos e instrumentos derivados. Tendo em conta a elevada complexidade e volume de transacções, bem como os requisitos necessários para um adequado controlo dos riscos consolidados em determinados segmentos de clientes, o perímetro de controlo é definido de acordo com os segmentos abrangidos.

O controlo destes riscos é efectuado numa base diária de acordo com um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados, a actualização de posições em tempo real, e que providencia a informação de disponibilidade de limites e exposição agregada, também em tempo real, para os diferentes produtos e maturidades. O sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal (a diversos níveis) a concentração de riscos por grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados (denominado Risco Equivalente de Crédito) é calculado como correspondendo à soma do valor presente de cada contrato (ou custo actual de substituição) com o respectivo Risco Potencial, componente que reflecte uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos factores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Para determinados segmentos de clientes (nomeadamente clientes corporativos globais) destaca-se a implementação de limites por capital económico, incorporando no controlo quantitativo as variáveis associadas à qualidade creditícia de cada contraparte.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)**Crédito concedido**

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a exposição máxima ao risco de crédito e o respectivo valor de balanço dos instrumentos financeiros apresentava o seguinte detalhe:

	2014		2013	
	Valor de balanço	Exposição máxima	Valor de balanço	Exposição máxima
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	830.474	830.474	337.841	337.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	229.154	229.154	520.833	520.833
Activos financeiros detidos para negociação	2.210.882	2.210.882	1.839.142	1.839.142
Activos financeiros disponíveis para venda	7.249.464	7.249.464	5.236.488	5.236.488
Aplicações em instituições de crédito	1.836.610	1.836.610	3.893.566	3.893.566
Crédito a clientes	25.624.330	30.269.054	26.216.988	31.088.165
Derivados de cobertura	194.644	194.644	199.427	199.427
	38.175.558	42.820.282	38.244.285	43.115.462
Garantias prestadas e créditos documentários abertos (Nota 26)	1.303.409	1.303.409	1.387.742	1.387.742

A exposição máxima em “Crédito a clientes” em 31 de Dezembro de 2014, incluía mEuros 417.809 e mEuros 4.226.915 referentes a linhas de crédito irrevogáveis e linhas de crédito revogáveis, respectivamente (mEuros 652.278 e mEuros 4.218.899 em 31 de Dezembro de 2013, respectivamente) (Nota 26).

As divulgações com referência a 31 de Dezembro de 2014 com informação sobre a qualidade dos activos e a gestão do risco de crédito previstas na Carta Circular nº 02/2014, de 15 de Janeiro, do Banco de Portugal, são divulgadas no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

As análises de risco para clientes ou grupos económicos onde o Banco tem uma exposição superior a 500.000 Euros são efectuadas por analistas de riscos que acompanham os clientes e suportadas por modelos de rating desenvolvidos pelo Banco e aprovados pelas entidades reguladoras. Estes modelos são de elaboração obrigatória. A atribuição de vários níveis de rating interno, que variam de 1 a 9, tem subjacente o grau de risco inerente ao cliente e uma probabilidade de default a um ano que o Banco monitoriza e calibra de forma constante e regular. Em termos concretos o rating é determinado pela análise dos seguintes factores:

- . Procura/Mercado;
- . Sócios/Gestão;
- . Acesso ao crédito;
- . Rentabilidade;
- . Geração de fluxos;
- . Solvência.

A estes factores é atribuída uma classificação de 1 (mínimo) a 9 (máximo), de acordo com a seguinte ponderação:

Ponderadores	Grandes empresas	Pequenas e médias Empresas
Procura/Mercado	20%	20%
Sócios/Gestão	15%	15%
Acesso ao crédito	10%	10%
Rentabilidade	15%	55%
Geração de fluxos	25%	
Solvência	15%	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O rating é calculado pelos analistas, tendo como suporte informação fornecida pelo cliente, informação geral sobre o sector e bases de dados externas. O rating final por área parcial de valoração é posteriormente introduzido no sistema informático do Banco.

Desta forma, o sistema de rating interno do Banco pode ser descrito da seguinte forma:

Rating 1 – 3: Cliente com risco de crédito elevado;
Rating 4 – 6: Cliente com risco de crédito moderado;
Rating 7 – 9: Cliente com risco de crédito reduzido.

Em 31 de Dezembro de 2014, a carteira de crédito do Banco apresentava a seguinte segmentação de acordo com o grau de risco interno atribuído:

	Grau de risco				Total
	Elevado	Médio	Baixo	Sem Rating	
Corporate	247.552	4.280.905	1.351.484	1.769.497	7.649.438
Construção e CRE	482.922	1.853.631	107.463	592.490	3.036.506
Habituação	2.183.434	1.437.204	10.318.509	851.557	14.790.704
Retail	363.638	297.380	897.056	332.461	1.890.535
Garantias não afectas a outros segmentos	9.940	656.948	213.721	107.478	988.087
	<u>3.287.486</u>	<u>8.526.068</u>	<u>12.888.233</u>	<u>3.653.483</u>	<u>28.355.270</u>

A reconciliação entre a exposição máxima ao risco de crédito referida anteriormente e o total da carteira de crédito por segmento é como segue:

Exposição máxima ao risco de crédito	30.146.120
Compromissos por linhas de crédito revogáveis	(4.205.060)
Garantias prestadas e outros eventuais - garantias e avals	1.084.029
Garantias prestadas e outros eventuais - créditos documentários abertos	216.516
Imparidade registada	1.161.618
Despesas com encargo diferido	(69.414)
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	100.355
Correcções de cobertura	(4.246)
Exposição total de crédito	<u>28.429.918</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o valor de balanço das garantias ou outros colaterais executados no âmbito de operações de crédito concedido ascendia a mEuros 263.017 e mEuros 271.850, respectivamente, e apresentava o seguinte detalhe:

	2014	2013
Activos não correntes detidos para venda (Nota 11):		
. Imóveis recebidos em dação em pagamento	271.204	268.035
. Unidades de participação	18.663	18.663
. Equipamento	3.464	4.021
Propriedades de investimento (Nota 12)	19.000	18.191
Outros activos recebidos em dação em pagamento (Nota 16)	65.440	72.477
Activos financeiros disponíveis para venda	<u>22.121</u>	<u>22.121</u>
	<u>399.892</u>	<u>403.508</u>
Imparidade para activos não correntes detidos para venda (Nota 11):		
. Imóveis recebidos em dação em pagamento	(92.406)	(87.677)
. Unidades de participação	(4.000)	(4.000)
. Equipamento	(2.499)	(2.927)
Imparidade de outros activos recebidos em dação em pagamento (Nota 16)	(15.849)	(14.933)
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda	<u>(22.121)</u>	<u>(22.121)</u>
	<u>(136.875)</u>	<u>(131.658)</u>
	<u>263.017</u>	<u>271.850</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)Crédito reestruturado

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as operações de crédito reestruturado foram identificadas de acordo com a Instrução nº 32/2013 do Banco de Portugal (que substituiu a Instrução nº 18/2012) a qual estabelece a definição de crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente.

De acordo com a referida Instrução, as instituições devem proceder à identificação e marcação, nos respectivos sistemas de informação, dos contratos de crédito de um cliente em situação de dificuldades financeiras, sempre que se verifiquem modificações aos termos e condições desses contratos (nomeadamente, alargamento do prazo de reembolso, introdução de períodos de carência, capitalização de juros, redução das taxas de juro, perdão de juros ou capital) ou a instituição contrate novas facilidades de crédito para liquidação (total ou parcial) do serviço de dívida existente, devendo para o efeito incluir a menção “crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente”.

Considera-se que um cliente está em situação de dificuldades financeiras quando tiver incumprido alguma das suas obrigações financeiras perante a instituição ou se for previsível, em face da informação disponível, que tal venha a ocorrer.

A desmarcação do crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente apenas se pode verificar depois de decorrido um período mínimo de dois anos desde a data da sua reestruturação, desde que se verifiquem cumulativamente determinadas condições. O Banco até ao momento não procedeu a qualquer desmarcação.

O movimento da carteira de créditos marcados como reestruturados durante o ano de 2014 foi como segue:

	<u>31-12-2014</u>
Saldo inicial da carteira de reestruturados (bruto de provisões)	2.352.993
Créditos reestruturados no exercício	563.837
Juros corridos da carteira reestruturada	(1.192)
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	(372.288)
Outros	(23.000)
Saldo final da carteira de reestruturados (bruto de provisões)	<u>2.520.350</u>

Em 31 de Dezembro de 2014, a carteira de crédito reestruturado apresentava a seguinte composição por medida de reestruturação aplicada:

	2014								
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Período de carência	36.117	987.824	61.542	8.751	177.463	153.884	44.868	1.165.287	215.426
Outros	27.987	813.678	89.707	10.875	541.385	254.350	38.862	1.355.063	344.057
	<u>64.104</u>	<u>1.801.502</u>	<u>151.249</u>	<u>19.626</u>	<u>718.848</u>	<u>408.234</u>	<u>83.730</u>	<u>2.520.350</u>	<u>559.483</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)Activos onerados

Considera-se um activo onerado, um activo explícita ou implicitamente constituído como garantia ou sujeito a um acordo para garantir, colateralizar ou melhorar a qualidade de crédito em qualquer operação da qual não possa ser livremente retirado.

De acordo com os requisitos definidos na Instrução n.º 28/2014, de 15 de Janeiro de 2015 do Banco de Portugal, o Banco apresenta de seguida informação relativamente aos activos onerados.

Em 31 de Dezembro de 2014, a composição dos activos onerados e não onerados é a seguinte:

	<u>Quantia escriturada dos activos onerados</u>	<u>Valor justo dos activos onerados</u>	<u>Quantia escriturada dos activos não onerados</u>	<u>Valor justo dos activos não onerados</u>
Activos				
Disponibilidades em bancos centrais e outras instituições de crédito	-	-	851.614	-
Instrumentos de capital próprio	-	-	609.505	609.505
Títulos de dívida	5.294.786	5.294.786	3.963.823	3.963.823
Crédito a clientes e aplicações em instituições de crédito	8.910.901	-	16.131.110	-
Outros activos	-	-	4.232.685	-
	<u>14.205.687</u>	<u>5.294.786</u>	<u>25.788.737</u>	<u>4.573.328</u>

Em 31 de Dezembro de 2014, o justo valor do colateral recebido onerado é o seguinte:

	<u>Valor justo do colateral recebido onerado ou de títulos de dívida própria emitidos</u>	<u>Valor justo do colateral recebido ou de títulos de dívida própria emitidos e oneráveis</u>
Colateral recebido		
Títulos de dívida	432.219	-
	<u>432.219</u>	<u>-</u>

Em 31 de Dezembro de 2014, os passivos associados a activos onerados e a colaterais recebidos são os seguintes:

	<u>Passivos associados, passivos contingentes e títulos emprestados</u>	<u>Activos, colateral recebido e títulos de dívida própria emitidos que não <i>covered</i> <i>bonds</i> próprias ou ABS onerados</u>
Quantia escriturada dos passivos financeiros	10.707.880	14.205.687
Outros	364.000	432.219
	<u>11.071.880</u>	<u>14.637.906</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)Instrumentos de dívida

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o valor de balanço dos instrumentos de dívida apresentava o seguinte detalhe por rating externo, de acordo com a notação atribuída pela Standard & Poor's:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Activos financeiros disponíveis para venda		
Rating S&P e outros		
AA	-	7.437
A	161.841	260.310
BBB	139.555	1.125.748
BB	5.868.295	2.450.644
B	111.572	350.156
Sem rating externo	600.088	691.636
	<u>6.881.351</u>	<u>4.885.931</u>

Para os casos em que o rating da agência Standard & Poor's não estava disponível, foram apresentados os ratings divulgados pelas agências Moody's ou Fitch.

RISCO DE LIQUIDEZ

A política de gestão de liquidez do balanço é decidida no órgão de 1º nível da estrutura organizacional responsável pelo *Asset and Liability Management (ALM)*, o Comité de Activos e Passivos (ALCO), presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, que integra os administradores responsáveis pelas áreas Financeira, Tesouraria, Comercial, *Marketing* e Internacional. As reuniões do Comité têm periodicidade mensal e nelas são analisados os riscos do balanço e decididas as opções estratégicas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Para a área de *ALM* são definidos os seguintes limites de gestão de balanço:

- Limites orientados para o controlo do risco de taxa de juro, nomeadamente, a sensibilidade da margem financeira (NIM) e a sensibilidade do valor patrimonial (MVE) a variações não esperadas da taxa de juro; e
- Limites orientados para o controlo do risco de liquidez através dos indicadores, coeficiente de liquidez e iliquidez líquida acumulada.

A política de financiamento do Banco considera a evolução dos agregados do balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de activos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à actividade de *funding*.

No âmbito da sua política de liquidez, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o Banco mantém um programa de Euro Medium Term Notes (EMTN) de mEuros 5.000.000, do qual estão utilizados mEuros 32.300 e mEuros 141.830, respectivamente.

De referir que não é realizada pelo Banco qualquer análise de risco de liquidez para os instrumentos financeiros de negociação (*trading*).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os cash flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respectiva maturidade contratual, apresentavam o seguinte detalhe:

	2014							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	208.014	78	238	632	623.094	-	-	832.056
Disponibilidades em outras instituições de crédito	229.154	-	-	-	-	-	-	229.154
Activos financeiros detidos para negociação	2.210.882	-	-	-	-	-	-	2.210.882
Activos financeiros disponíveis para venda	2	97.157	445.538	926.682	2.580.246	3.784.004	368.114	8.201.743
Aplicações em instituições de crédito	737.254	77.015	1.246.059	475.129	-	1.782	-	2.537.239
Crédito a clientes	315.067	2.215.727	3.259.231	5.196.012	4.043.301	14.153.730	-	29.183.068
Derivados de cobertura	194.644	-	-	-	-	-	-	194.644
	3.895.017	2.389.977	4.951.066	6.598.455	7.246.641	17.939.516	368.114	43.388.786
Passivo								
Recursos de bancos centrais	3.800.349	-	-	-	609.694	-	-	4.410.043
Passivos financeiros detidos para negociação	1.995.017	-	-	-	-	-	-	1.995.017
Recursos de outras instituições de crédito	408.861	2.872.140	357.196	312.911	13.596	508.765	-	4.473.469
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.228.996	2.704.089	5.106.371	7.530.306	430.517	95.839	-	22.096.118
Responsabilidades representadas por títulos	-	68.237	97.837	1.116.603	774.375	-	-	2.057.052
Passivos financeiros associados a activos transferidos	1.271	26.412	82.121	210.480	196.920	1.448.743	-	1.965.947
Derivados de cobertura	133.297	-	-	-	-	-	-	133.297
Outros passivos subordinados	-	467.643	273.339	325.364	763	58.751	-	1.125.860
	12.567.791	6.138.521	5.916.864	9.495.664	2.025.865	2.112.098	-	38.256.803
2013								
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	221.706	72	221	588	587	123.086	-	346.260
Disponibilidades em outras instituições de crédito	520.833	-	-	-	-	-	-	520.833
Activos financeiros detidos para negociação	1.839.142	-	-	-	-	-	-	1.839.142
Activos financeiros disponíveis para venda	2	370.508	1.210.707	791.253	1.268.695	2.098.483	350.558	6.090.206
Aplicações em instituições de crédito	2.661.148	47.949	840.184	1.405.321	-	2.459	-	4.957.061
Crédito a clientes	665.150	2.921.725	4.080.529	4.433.976	3.044.895	14.920.728	-	30.067.003
Derivados de cobertura	199.427	-	-	-	-	-	-	199.427
	6.107.408	3.340.254	6.131.641	6.631.138	4.314.177	17.144.756	350.558	44.019.932
Passivo								
Recursos de bancos centrais	41.410	2.200.138	-	4.030.742	-	-	-	6.272.290
Passivos financeiros detidos para negociação	1.619.768	-	-	-	-	-	-	1.619.768
Recursos de outras instituições de crédito	550.864	2.933.305	122.727	584.891	14.330	313.861	-	4.519.979
Recursos de clientes e outros empréstimos	5.216.427	2.996.433	5.082.127	7.338.018	358.725	296.950	-	21.288.680
Responsabilidades representadas por títulos	-	84.990	1.265.678	182.002	34.005	-	-	1.566.675
Passivos financeiros associados a activos transferidos	2.488	48.298	141.301	327.369	272.605	1.634.062	-	2.426.123
Derivados de cobertura	370.684	-	-	-	-	-	-	370.684
Outros passivos subordinados	-	451.805	273.682	303.796	908	60.714	-	1.090.905
	7.801.641	8.714.969	6.885.515	12.766.818	680.573	2.305.587	-	39.155.104

O apuramento dos cash flows previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pelo Banco na gestão e controlo da liquidez decorrente da sua actividade, nomeadamente:

- Os fluxos previsionais de activos e passivos com remuneração variável associada à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*;
- Os instrumentos financeiros classificados como “não estruturais” foram considerados como exigíveis “à vista”, com excepção dos instrumentos de capital registados como activos financeiros disponíveis para venda, que foram considerados com maturidade indeterminada. Activos e passivos financeiros não estruturais correspondem a activos não sujeitos a variações de taxa de juro (caixa, disponibilidades em instituições de crédito e instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda) e activos e passivos de negociação, cuja gestão tem por base o controlo quanto à exposição ao risco de mercado. Neste âmbito, o Banco considera o justo valor dos activos e passivos de negociação como o seu valor transaccional exigível à vista;
- As operações referentes a linhas de crédito sem data de vencimento definida ou periodicamente renováveis, nomeadamente descobertos bancários e linhas de crédito em conta corrente, foram consideradas com uma maturidade média de 25 meses;
- Para os passivos subordinados foi considerada a data em que o Banco pode proceder ao reembolso antecipado das obrigações que constituem aquela rubrica;
- Os fluxos previsionais referentes a depósitos à ordem foram considerados como exigíveis à vista.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um instrumento financeiro em virtude de variações não antecipadas de variáveis de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, *spreads* de crédito, preços de instrumentos de capital, metais preciosos e mercadorias.

A metodologia padrão aplicada para a actividade de negociação do Banco consiste no Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base o padrão de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, sendo aplicados ajustes estatísticos que permitam incluir os acontecimentos mais recentes e que condicionam os níveis de risco assumidos. Esta medida é apenas utilizada na gestão de tesouraria ao nível do Grupo, uma vez que o Banco usa medidas de sensibilidade específicas.

O VaR calculado representa uma estimativa diária da perda potencial máxima em condições normais de mercado (individualmente por carteiras/áreas de negócio e para a globalidade das posições), dentro dos pressupostos definidos na construção do modelo.

Simultaneamente estão implementadas outras medidas que permitem um controlo adicional do risco de mercado. Para condições anormais de mercado procede-se à análise de cenários (Stress Testing), que consiste em definir cenários extremos para o comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respectivo impacto potencial nos resultados. Em suma, a análise de cenários procura identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

Paralelamente, é efectuado um acompanhamento diário das posições, sendo realizado um controlo exaustivo das mudanças que ocorrem nas carteiras, com vista a detectar as eventuais incidências que possam existir para a sua correcção. A elaboração diária da conta de resultados tem assim como objectivo identificar o impacto das variações nas variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O Banco utiliza igualmente medidas de sensibilidade e posições equivalentes. No caso da taxa de juro utiliza-se o BPV – impacto estimado em resultados por movimentos paralelos nas curvas de taxa de juro. Para o controlo das actividades de derivados, devido ao seu carácter atípico, são realizadas diariamente medidas de sensibilidade específicas, nomeadamente o cálculo e análise de sensibilidades aos movimentos de preço do subjacente (delta e gamma), da volatilidade (vega) e do tempo (theta).

Existem limites quantitativos utilizados para as carteiras de negociação, que se classificam em dois grupos, em função dos seguintes objectivos:

- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas potenciais futuras (VaR, Posições equivalentes e sensibilidades); e
- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas efectivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período (Loss Triggers e Stop Losses).

No que se refere ao risco estrutural de taxa de juro, o modelo utilizado na análise permite medir e controlar todos os factores associados ao risco de mercado do balanço, nomeadamente o risco originado directamente pelo movimento da curva de rendimentos, dada a estrutura de indexantes e repreciação existente, que determinam a sensibilidade da margem financeira e a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos do balanço.

Risco de taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro apresentava o seguinte detalhe:

	Exposição a		2014		Total
	Taxa fixa	Taxa variável	Não sujeito a risco de taxa de juro	Derivados	
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	622.460	208.014	-	830.474
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	229.154	-	229.154
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	241.391	1.969.491	2.210.882
Activos financeiros disponíveis para venda	4.975.522	1.494.687	779.255	-	7.249.464
Aplicações em instituições de crédito	1.535.498	257.458	43.654	-	1.836.610
Crédito a clientes	2.821.845	22.603.428	199.057	-	25.624.330
Derivados de cobertura	-	-	-	194.644	194.644
	<u>9.332.865</u>	<u>24.978.033</u>	<u>1.700.525</u>	<u>2.164.135</u>	<u>38.175.558</u>
<u>Passivo</u>					
Recursos de bancos centrais	4.406.051	-	261	-	4.406.312
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.995.017	1.995.017
Recursos de outras instituições de crédito	3.372.007	1.046.109	1.435	-	4.419.551
Recursos de clientes e outros empréstimos	15.683.014	5.777.301	137.506	-	21.597.821
Responsabilidades representadas por títulos	1.918.587	31.050	21.370	-	1.971.007
Passivos financeiros associados a activos transferidos	9.866	1.956.146	1.933	-	1.967.945
Derivados de cobertura	-	-	-	133.297	133.297
Outros passivos subordinados	594.266	339.138	247	-	933.651
	<u>25.983.791</u>	<u>9.149.744</u>	<u>162.752</u>	<u>2.128.314</u>	<u>37.424.601</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2013				Total
	Exposição a		Não sujeito a		
	Taxa fixa	Taxa variável	risco de taxa de juro	Derivados	
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	116.135	221.706	-	337.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	520.833	-	520.833
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	239.249	1.599.893	1.839.142
Activos financeiros disponíveis para venda	3.257.769	1.679.888	298.831	-	5.236.488
Aplicações em instituições de crédito	3.143.277	709.073	41.216	-	3.893.566
Crédito a clientes	2.382.735	23.623.441	210.812	-	26.216.988
Derivados de cobertura	-	-	-	199.427	199.427
	8.783.781	26.128.537	1.532.647	1.799.320	38.244.285
Passivo					
Recursos de bancos centrais	6.200.016	-	41.394	-	6.241.410
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.619.768	1.619.768
Recursos de outras instituições de crédito	3.778.244	667.586	1.583	-	4.447.413
Recursos de clientes e outros empréstimos	15.626.126	4.913.626	151.215	-	20.690.967
Responsabilidades representadas por títulos	1.441.122	83.334	(12.351)	-	1.512.105
Passivos financeiros associados a activos transferidos	10.700	2.432.994	3.845	-	2.447.539
Derivados de cobertura	-	-	-	370.684	370.684
Outros passivos subordinados	558.790	339.138	202	-	898.130
	27.614.998	8.436.678	185.888	1.990.452	38.228.016

Instrumentos financeiros – não negociação

A metodologia de cálculo da sensibilidade do valor patrimonial é realizada através da simulação da variação do valor de mercado dos activos e passivos, com base em deslocamentos de 100 basis points (bp's) na curva de taxa de juro *forward*. Esta metodologia assume os seguintes parâmetros e pressupostos:

- São identificados todos os activos e passivos sensíveis a variações das taxas de juro, ou seja, cujo valor e respectiva contribuição para a margem financeira podem sofrer alterações decorrentes de variações das taxas de mercado;
- Os activos e passivos são agrupados em agregados homogêneos de acordo com a sua exposição ao risco de taxa de juro;
- Para cada operação (contrato) sensível são calculados os fluxos futuros devidamente distribuídos pelas datas de repreciação (taxa variável) ou data de vencimento (taxa fixa);
- Por cada agregado definido anteriormente agrupam-se as operações por datas de repreciação/vencimento;
- Definem-se os intervalos temporais pretendidos para medição do gap de taxas de juro;
- Por cada agregado, agrupam-se os fluxos em função dos intervalos criados;
- Para cada produto considerado sensível, mas que não tenha prazo de vencimento definido estimam-se parâmetros de distribuição segundo modelos de comportamento previamente estudados; e
- Para cada intervalo é calculado o total dos fluxos activos e passivos e por diferença entre os mesmos, o gap de risco de taxa de juro de cada intervalo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O gap de taxa de juro permite fazer uma aproximação da sensibilidade do valor patrimonial e da margem financeira face a variações das taxas de mercado. Esta aproximação tem os seguintes pressupostos:

- Os volumes mantêm-se sempre no balanço e renovam-se automaticamente;
- Pressupõe variações paralelas na curva de taxas de juro, não considerando a possibilidade de movimentos concretos para diferentes prazos da curva de taxas de juro; e
- Não considera as diferentes elasticidades entre os vários produtos.

Na perspectiva da variação do Valor Patrimonial, as subidas das taxas de juro implicam uma diminuição de valor nos intervalos com gaps positivos e um incremento de valor nos gaps negativos. As descidas das taxas de juro têm um efeito contrário.

Pressupostos genéricos desta análise de sensibilidade de taxa de juro

- Evolução do balanço – assume-se um balanço estático, segundo o qual os montantes dos contratos que não têm uma data fixa de vencimento ou se pressupõe a sua renovação, são substituídos por novas operações do mesmo montante, de modo a que os saldos de balanço se mantenham constantes durante o período em análise;
- Vencimentos e repreciações – consideram-se as datas de vencimento e repreciação reais das operações. Os activos e passivos cuja contribuição para a margem financeira e cujo valor patrimonial não se altera perante variações das taxas de juro são considerados não sensíveis;
- Indexantes – considera-se os indexantes definidos contratualmente e utiliza-se para simulação a curva spot da data de análise com a curva forward subjacente; e
- Características das novas operações “New Business” (Prazo, repreciação, volumes, spread, indexante, etc.) – utilizam-se as condições inscritas no orçamento para cada produto. Quando estas características começam a ficar fora de mercado para determinados produtos utilizam-se as condições médias praticadas no último mês ou as novas directrizes comerciais para cada um dos produtos em causa.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros do Banco a variações positivas e negativas de 100 basis points (bp's) para o horizonte temporal de um ano correspondia a:

	2014		2013	
	Variação + 100 bp's	Variação - 100 bp's	Variação + 100 bp's	Variação - 100 bp's
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	263	9.556	96	(195)
Activos financeiros disponíveis para venda	(363.785)	207.800	(147.782)	145.807
Aplicações em instituições de crédito	(11.489)	4.287	(18.079)	9.409
Crédito a clientes	(134.299)	53.336	(135.792)	111.369
	<u>(509.310)</u>	<u>274.979</u>	<u>(301.557)</u>	<u>266.390</u>
Derivados de cobertura	<u>(54.126)</u>	<u>9.259</u>	<u>1.938</u>	<u>(46.887)</u>
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	(22.764)	6.170	(1.444)	7.820
Recursos de outras instituições de crédito	(10.879)	2.962	(13.903)	9.874
Recursos de clientes e outros empréstimos	(401.775)	136.434	(362.163)	287.909
Responsabilidades representadas por títulos	(57.608)	15.612	(12.742)	5.538
Passivos financeiros associados a activos transferidos	(4.325)	1.233	(6.440)	4.640
Outros passivos subordinados	(17.077)	16.061	(18.010)	16.420
	<u>(514.428)</u>	<u>178.472</u>	<u>(414.702)</u>	<u>332.201</u>

Instrumentos financeiros - negociação

Os parâmetros básicos para o cálculo do VaR aplicáveis de forma geral são, além da própria metodologia de cálculo, os seguintes:

- Horizonte temporal: O período de tempo para o qual se calculam as perdas potenciais numa carteira para a medição do VaR (diário) é de 1 dia;
- Nível de confiança: tanto o VaR (perda potencial) como o VaE (ganho potencial) são determinados com um nível de confiança de 99% (percentis 1% e 99%, respectivamente, da distribuição de perdas e ganhos);
- Factor de decaimento exponencial: Permite ponderar exponencialmente o valor das variações nos factores de mercado no tempo, dando um menor peso às observações mais afastadas no tempo. O factor de decaimento exponencial aplicado é determinado periodicamente pela metodologia de Risco de Mercado;

Os valores do VaR utilizados correspondem ao maior entre os que forem calculados com o factor de decaimento em vigor e os que forem calculados com pesos uniformes;

- Moeda de cálculo: No processo de cálculo do VaR todas as posições são valorizadas em Euros, o que garante que a moeda sem risco seja a moeda local. No entanto, os valores do VaR são reportados em dólares dos EUA (USD) com vista a permitir a agregação de diferentes unidades; e
- Janela temporal de dados de mercado: É utilizada uma janela temporal de 2 anos ou pelo menos 520 dados obtidos a partir da data de referência de cálculo do VaR voltando atrás no tempo.

O cálculo do VaR Percentil atribui a mesma ponderação ao conjunto das 520 observações consideradas. O VaR Weighted Percentil atribui uma ponderação significativamente superior às observações mais recentes relativamente à data de referência da análise.

A simulação histórica consiste em usar as variações históricas como modelo de distribuição de possíveis variações nos factores de risco. Por esta razão, o período escolhido é suficientemente longo e significativo, de forma a que todas as interações entre os factores de mercado, as suas volatilidades e correlações entre si, fiquem bem espelhadas no período histórico seleccionado.

Por outro lado, a reavaliação completa da carteira exige uma avaliação de cada um dos instrumentos, utilizando a respectiva expressão matemática para se obter o valor de mercado de cada posição individual. Ao serem utilizadas formas de reavaliação são calculados e ficam recolhidos nos valores do VaR os efeitos não lineares implícitos em certos produtos financeiros em consequência de alterações nos factores de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o VAR associado ao risco de taxa de juro correspondia a:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
VaR Percentil 99%	(1)	(4)
VaR Weighted Percentil 99'	(1)	(2)

Risco cambial

O perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida. A sua implementação é da responsabilidade da Área de Tesouraria, de modo a que os riscos envolvidos sejam pouco relevantes, sendo efectuada recorrendo sobretudo a *swaps* de divisa. Existem limites de risco estipulados para o risco cambial que são controlados pela área de Riscos de Mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe por moeda:

	2014			Total
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	822.545	4.277	3.652	830.474
Disponibilidades em outras instituições de crédito	169.301	44.603	15.250	229.154
Activos financeiros detidos para negociação	2.175.499	33.875	1.508	2.210.882
Activos financeiros disponíveis para venda	7.249.464	-	-	7.249.464
Aplicações em instituições de crédito	1.467.939	334.985	33.686	1.836.610
Crédito a clientes	25.364.469	236.799	23.062	25.624.330
Derivados de cobertura	193.327	1.317	-	194.644
	<u>37.442.544</u>	<u>655.856</u>	<u>77.158</u>	<u>38.175.558</u>
Passivo				
Recursos de bancos centrais	4.406.263	-	49	4.406.312
Passivos financeiros detidos para negociação	1.987.778	7.020	219	1.995.017
Recursos de outras instituições de crédito	3.967.157	425.995	26.399	4.419.551
Recursos de clientes e outros empréstimos	20.538.133	905.270	154.418	21.597.821
Responsabilidades representadas por títulos	1.969.795	-	1.212	1.971.007
Passivos financeiros associados a activos transferidos	1.967.945	-	-	1.967.945
Derivados de cobertura	131.252	2.045	-	133.297
Outros passivos subordinados	637.135	296.516	-	933.651
	<u>35.605.458</u>	<u>1.636.846</u>	<u>182.297</u>	<u>37.424.601</u>
2013				
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	Total
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	329.257	5.391	3.193	337.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	450.475	43.836	26.522	520.833
Activos financeiros detidos para negociação	1.798.439	38.432	2.271	1.839.142
Activos financeiros disponíveis para venda	5.229.051	7.437	-	5.236.488
Aplicações em instituições de crédito	3.561.568	312.236	19.762	3.893.566
Crédito a clientes	26.153.203	37.966	25.819	26.216.988
Derivados de cobertura	198.634	793	-	199.427
	<u>37.720.627</u>	<u>446.091</u>	<u>77.567</u>	<u>38.244.285</u>
Passivo				
Recursos de bancos centrais	6.241.397	-	13	6.241.410
Passivos financeiros detidos para negociação	1.618.606	1.111	51	1.619.768
Recursos de outras instituições de crédito	3.968.803	451.744	26.866	4.447.413
Recursos de clientes e outros empréstimos	19.798.770	674.221	217.976	20.690.967
Responsabilidades representadas por títulos	1.512.105	-	-	1.512.105
Passivos financeiros associados a activos transferidos	2.447.539	-	-	2.447.539
Derivados de cobertura	368.086	2.598	-	370.684
Outros passivos subordinados	637.090	261.040	-	898.130
	<u>36.592.396</u>	<u>1.390.714</u>	<u>244.906</u>	<u>38.228.016</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o VaR associado ao risco cambial correspondia a:

	2014	2013
VaR Percentil 99%	(8)	(18)
VaR Weighted Percentil 99%	(8)	(16)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)**Risco de cotações de activos**Instrumentos financeiros - negociação

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o Banco não tinha risco associado a cotações de activos no que se refere aos seus instrumentos financeiros de negociação, pelo que o VaR associado a este risco é zero.

Compensação de activos e passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2014, o valor dos instrumentos financeiros derivados, negociados em mercado de balcão, compensados por derivados financeiros relacionados, por tipo de contraparte, é o seguinte:

Contraparte	Activos/Passivos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras	Montantes relacionados não compensados nas demonstrações financeiras		Valor Líquido
		Instrumentos financeiros	Colateral em cash recebido como garantia	
Instituições Financeiras	4.271	-	(4.200)	71
Empresas do Grupo	(1.749.115)	-	200.000	(1.549.115)
	<u>(1.744.844)</u>	<u>-</u>	<u>195.800</u>	<u>(1.549.044)</u>

Em 31 de Dezembro de 2014, o valor das operações de venda com acordo de recompra, por tipo de contraparte, é o seguinte:

Contraparte	Passivos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras	Montantes relacionados não compensados nas demonstrações financeiras		Valor Líquido
		Instrumentos financeiros	Colateral em cash entregue como garantia	
Instituições Financeiras	(2.797.788)	2.796.181	43.734	42.127
	<u>(2.797.788)</u>	<u>2.796.181</u>	<u>43.734</u>	<u>42.127</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)43. GESTÃO DO CAPITAL

O BST procura uma elevada solidez financeira consubstanciada na manutenção de um rácio de adequação de fundos próprios – relação entre os Fundos Próprios Elegíveis e os activos ponderados pelo risco – acima de 8%, correspondente ao mínimo legal estabelecido na Diretiva 2013/36/UE (CRD IV) e no Regulamento (UE) n.º 575/2013 (CRR), ambos do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de Junho de 2013 e enquadrados num novo Acordo de Basileia (BIS III).

A política de distribuição de resultados está condicionada pela manutenção de níveis de capital que permitam ao Banco sustentar o desenvolvimento das suas operações dentro da sua política de riscos.

O BST utiliza o método misto para o risco de crédito, nomeadamente o método avançado (IRB) para a maioria dos segmentos de crédito e o método padrão para leasing, factoring e operações manuais.

Em Dezembro de 2010, o BST passou a utilizar o método misto para o risco de mercado, nomeadamente modelos internos para a maioria dos derivados de negociação (IRB) e o método padrão para o resto da carteira de negociação.

Em Junho de 2012, o BST passou a utilizar o método padrão para efeitos de apuramento dos requisitos de risco operacional, tendo até então utilizado o método do indicador básico.

A partir de 1 de Janeiro de 2014, o BST passou a reportar os rácios de capital de acordo com o novo enquadramento regulatório do BIS III que, embora preveja um período de transição (phasing in), é mais exigente para o rácio core capital (ou Common Equity Tier I, CET1) em particular por via de deduções adicionais e ponderadores mais elevados no cômputo das posições em risco.

No quadro seguinte resume-se a composição do capital regulamentar e rácios prudenciais do Banco em 31 de Dezembro de 2014 (BIS III – Phasing in) e 2013 (BIS II):

Valores em milhões de Euros		
	2014	2013
A - FUNDOS PRÓPRIOS BASE (TIER I)	2.027	1.934
Capital Elegível	984	984
Reservas e Resultados Elegíveis	630	675
Interesses Minoritários Elegíveis	475	403
Impactos de transição IAS (regime transitório)	-	14
Deduções aos Fundos Próprios de Base	(62)	(142)
B - FUNDOS PRÓPRIOS COMPLEMENTARES (TIER II)	309	439
Passivos subordinados com vencimento indeterminado	286	286
Passivos subordinados com vencimento determinado	53	53
Reservas de reavaliação	-	23
Outros Elementos/ Deduções aos Fundos Próprios Complementares	(30)	77
C - DEDUÇÕES AOS FUNDOS PRÓPRIOS TOTAIS	-	(8)
D - TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS (A+B+C)	2.336	2.365
E - POSIÇÕES DE RISCOS PONDERADAS	15.948	15.653

RÁCIOS	2014	2013
TIER I (A/E)	12,7%	12,4%
CORE CAPITAL	10,0%	10,3%
TIER II (B/E)	1,9%	2,8%
RÁCIO DE ADEQUAÇÃO DE FUNDOS PRÓPRIOS (D/E)	14,6%	15,1%

Num novo enquadramento regulatório, o rácio de fundos próprios principais de nível 1 (ou rácio CET1) e o rácio de fundos próprios totais do Banco baixaram durante o ano de 2014. Em particular, o rácio CET1 baixou de 10,3% em Dezembro de 2013 (BIS II) para 10,0% em Dezembro de 2014 (BIS III), e o rácio de fundos próprios totais desceu de 15,1% em Dezembro de 2013 (BIS II) para 14,6% em Dezembro de 2014 (BIS III). Para este decréscimo contribuiu a reavaliação de activos não financeiros (fundo de pensões) e ajustamentos às posições em risco. Por sua vez, o rácio de fundos próprios de nível 1 (ou rácio Tier 1) aumentou de 12,4% em 2013 (BIS II) para 12,7% em 2014 (BIS III) reflectindo a elegibilidade integral em Tier 1 das preferenciais após aplicação do coeficiente de transição a instrumentos com salvaguarda de direitos adquiridos.

44. PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

A partir do final do primeiro trimestre de 2013 desencadeou-se em Portugal um movimento com projecção pública, na sequência do qual se passou a questionar a validade de alguns contratos de swap de taxa de juro celebrados entre diversas instituições financeiras e várias empresas do sector público, nomeadamente do sector dos transportes ferroviários e rodoviários. Estes contratos foram maioritariamente celebrados até 2008, ou seja, antes de eclodir a última crise financeira e representam para aquelas empresas elevados encargos.

Entre aqueles contratos foram questionados alguns celebrados com o Banco, cujo justo valor positivo em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 ascendia a cerca de mEuros 1.320.000 e mEuros 1.030.000 respectivamente, o qual se encontra reflectido no balanço anexo na rubrica “Activos financeiros detidos para negociação” (Nota 6). Estes contratos desenrolaram-se sem qualquer incidente até Setembro de 2013.

No seguimento do movimento acima referido, na convicção da total regularidade e força vinculante dos contratos celebrados com as empresas do sector público, o Banco tomou a iniciativa de requerer a declaração judicial da sua validade, considerando que era seu dever contribuir, pela via apropriada, para a eliminação de toda e qualquer dúvida sobre a sua validade e força vinculante. Esta iniciativa teve lugar durante o segundo trimestre de 2013, junto de tribunais ingleses, por estes terem sido os escolhidos pelas partes nos termos expressamente estabelecidos nos respectivos contratos.

Em Setembro de 2013, já após a instauração das acções judiciais acima mencionadas, as empresas do sector público comunicaram formalmente ao Banco que iriam suspender, a partir dessa data, a liquidação dos juros devidos associados aos contratos de swap até que aquelas acções judiciais fossem julgadas. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica do balanço “Outros activos – Outros” inclui cerca de mEuros 163.000 e mEuros 45.000, respectivamente, relativos aos juros não liquidados (Nota 16).

Em Novembro de 2013, as empresas do sector público apresentaram junto dos tribunais ingleses a sua contestação às acções interpostas pelo Banco requerendo a nulidade dos contratos e solicitando o ressarcimento dos fluxos líquidos de juros pagos no passado, os quais ascenderam a cerca de mEuros 134.000.

No dia 14 de Fevereiro de 2014, o Banco apresentou junto dos tribunais ingleses a sua resposta à contestação apresentada pelas empresas do sector público, tendo sido apresentadas as réplicas por parte da defesa em 4 de Abril de 2014. No dia 16 de Maio de 2014, foi realizada a audiência preliminar, estando actualmente o processo na fase de análise documental.

É convicção do Conselho de Administração do Banco, suportado pela opinião dos seus consultores legais ingleses e portugueses, que estão reunidas todas as condições para que o tribunal dê seguimento às suas pretensões, nomeadamente declarando a validade dos acima referidos contratos e notificando as empresas do sector público para liquidarem os juros que lhes estão associados, motivo pelo qual não foram constituídas quaisquer provisões nas demonstrações financeiras anexas para fazer face a um eventual desfecho desfavorável daquelas acções.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Adicionalmente, durante o primeiro semestre de 2014, foram interpostas junto de tribunais portugueses cinco acções judiciais contra o Banco, questionando a validade e a força vinculante de alguns contratos de swap de taxa de juro celebrados com algumas entidades integrantes do Governo Regional da Madeira (entidades incluídas no sector público português), as quais suspenderam igualmente a liquidação dos juros associados àqueles contratos. Em 31 de Dezembro de 2014, o justo valor positivo daqueles swaps ascendia a cerca de mEuros 100.000 e encontrava-se reflectido no balanço anexo na rubrica “Activos financeiros detidos para negociação” (Nota 6). Por outro lado, em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica do balanço “Outros activos – Outros” incluía cerca de mEuros 15.000 relativos aos juros não liquidados (Nota 16). Por último, as entidades acima referidas reclamam igualmente a devolução dos juros líquidos pagos por si no passado, os quais em 31 de Dezembro de 2014 ascendiam a cerca de mEuros 20.000. No entanto, o Banco já apresentou a sua contestação a estas acções judiciais e, em três delas os tribunais da primeira instância declararam-se incompetentes para as julgarem por, aceitando os argumentos do Banco, entenderem que as questões levantadas são da competência dos tribunais ingleses. Destas decisões houve recurso para o tribunal da relação de Lisboa. Uma vez que os argumentos utilizados por aquelas entidades para questionar a validade dos contratos de swap acima referidos são similares aos utilizados nas acções judiciais que envolvem as empresas do sector público referidas no início desta Nota, o Conselho de Administração do Banco não estima um desfecho desfavorável decorrente do julgamento daquelas acções judiciais.

Por outro lado, em 31 de Dezembro de 2014, existia um conjunto de reclamações/acções judiciais interpostas contra o Banco por parte de outros clientes relacionadas igualmente com contratos de swap. Na maioria daquelas reclamações/acções, os clientes solicitam o cancelamento dos contratos de swap celebrados com o Banco, bem como o reembolso dos juros líquidos pagos por si no passado. Em 31 de Dezembro de 2014, os montantes envolvidos naquelas reclamações/acções judiciais eram os seguintes:

Juros recebidos de clientes	52.665
Juros pagos a clientes	<u>(8.879)</u>
	<u>43.786</u>
Juros vencidos não pagos pelos clientes	10.551
Mark to Market dos swaps	72
Imparidade registada	<u>(9.624)</u>
	<u>999</u>
Provisões para outros riscos e encargos	<u>(12.390)</u>
Exposição	<u><u>32.395</u></u>

No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco que as provisões constituídas nas demonstrações financeiras anexas são suficientes para fazer face ao eventual desfecho desfavorável das reclamações/acções judiciais acima referidas.

Por último, no exercício de 2014, foram interpostas duas acções judiciais contra o Banco, envolvendo o montante total de aproximadamente mEuros 350.000, as quais não estão incluídas no quadro acima e que consistem em duas acções Populares instauradas contra o Banco, contra o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e contra o Metro do Porto, S.A.. Estas acções incidem sobre o cancelamento de alguns contratos de swap celebrados entre o Banco e as empresas públicas acima referidas, os quais já são objecto de apreciação pelos tribunais ingleses desde o segundo trimestre de 2013, em consequência da iniciativa do próprio Banco conforme descrito na parte inicial desta Nota.

45. FUNDO DE RESOLUÇÃO

De acordo com um comunicado emitido pelo Banco de Portugal em 3 de Agosto de 2014, foi decidido aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. uma medida de resolução que consistiu na transferência da generalidade da sua actividade para um banco de transição, denominado Novo Banco, criado especialmente para o efeito. De acordo com o normativo comunitário, a capitalização do Novo Banco foi assegurada pelo Fundo de Resolução, criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de Fevereiro. Conforme previsto no referido Decreto-Lei, os recursos do Fundo de Resolução são provenientes do pagamento das contribuições devidas pelas instituições participantes no Fundo e da contribuição sobre o sector bancário. Adicionalmente, está também previsto que sempre que esses recursos se mostrem insuficientes para o cumprimento das suas obrigações podem ser utilizados outros meios de financiamento, nomeadamente: (i) contribuições especiais das instituições de crédito; e (ii) importâncias provenientes de empréstimos.

No caso concreto da medida de resolução relativa ao Banco Espírito Santo, S.A., para realização do capital social do Novo Banco, o Fundo de Resolução disponibilizou 4,9 mil milhões de euros. Desse montante, mEuros 377.000 correspondem a recursos financeiros próprios do Fundo de Resolução, resultantes das contribuições já pagas pelas instituições participantes e da contribuição sobre o sector bancário. Adicionalmente, foi concretizado um empréstimo por um sindicato bancário ao Fundo de Resolução de mEuros 700.000, sendo a participação de cada instituição de crédito ponderada em função de diversos factores, incluindo a respectiva dimensão. A participação do BST neste empréstimo foi de mEuros 116.200. O restante montante necessário ao financiamento da medida de resolução adoptada proveio de um empréstimo concedido pelo Estado Português, o qual será posteriormente reembolsado e remunerado pelo Fundo de Resolução. Quando o Novo Banco for alienado, o produto da alienação será prioritariamente afecto ao Fundo de Resolução.

Até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas pelo Conselho de Administração, o BST não dispõe de informação que lhe permita estimar com razoável fiabilidade os valores potencialmente envolvidos na alienação do Novo Banco. Pelo mesmo motivo, não é possível estimar com razoável fiabilidade se na sequência deste processo de alienação irá existir uma eventual insuficiência de recursos do Fundo de Resolução e, caso aplicável, a forma como a mesma será financiada. Desta forma, a esta data não é possível avaliar o eventual impacto desta situação para as demonstrações financeiras do BST, uma vez que eventuais custos a suportar dependem do preço pelo qual venha a ser alienado o Novo Banco e das determinações que venham a ser emanadas pelo Ministério das Finanças, nos termos das competências que lhe estão legalmente atribuídas.

46. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de Abril de 2015.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Nota 20)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificação Total	Total Balanço	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Readquirido	Balanço						
ST Diversificação Invest 3º amortização	EUR	23 913	8 983	14 930	1 246	16 176	Variável	17/mar/09	28/03/2015	Cabaz de índices
ST Diversificação Invest 4º amortização	EUR	23 913	8 983	14 930	-	14 930	Variável	17/mar/09	28/03/2017	Cabaz de índices
Performance Mais II	EUR	13 731	13 731	-	-	-	Variável	22/dez/09	15/01/2015	Cabaz de índices
Valorização Performance 5 anos-Set	EUR	21 533	4 317	17 216	366	17 582	Variável	30/set/10	30/09/2015	Cabaz de índices
Valorização Performance 5 anos-Nov	EUR	9 993	-	9 993	208	10 201	Variável	2/nov/10	02/11/2015	Cabaz de índices
Top Alemanha	EUR	65 042	29 342	35 700	1 386	37 086	Variável	14/fev/11	13/02/2015	Cabaz de ações
Top Alemanha Fevereiro 2011	EUR	57 892	26 513	31 379	1 497	32 876	Variável	9/mar/11	09/03/2015	Cabaz de ações
Valorização China	EUR	56 379	13 152	43 227	1 621	44 848	Variável	11/abr/11	02/04/2015	Índice FTSE China 25
Valorização Europa GBP	GBP	1 212	-	1 212	-	1 212	Variável	27/jun/14	27/06/2017	Índice de ações EURO STOXX 50® Index
		273 608	105 021	168 587	6 324	174 911				
Obrigações Hipotecárias VIII - 1ª Tranche	EUR	250 000	250 000	-	-	-	Variável	20/jul/12	20/07/2015	
Obrigações Hipotecárias IX - 1ª Tranche	EUR	500 000	500 000	-	-	-	Variável	2/abr/13	02/04/2016	
Obrigações Hipotecárias IX - 2ª Tranche	EUR	1 000 000	1 000 000	-	-	-	Variável	15/abr/13	15/04/2017	
Obrigações Hipotecárias X	EUR	750 000	750 000	-	-	-	Variável	26/jul/13	26/07/2017	
Obrigações Hipotecárias XI	EUR	500 000	500 000	-	-	-	Variável	19/dez/13	19/12/2017	
Obrigações Hipotecárias XI - 2ª Tranche	EUR	500 000	500 000	-	-	-	Variável	19/dez/13	19/12/2017	
Obrigações Hipotecárias XI - 3ª Tranche	EUR	750 000	750 000	-	-	-	Variável	13/jan/14	13/01/2017	
Obrigações Hipotecárias XII - 1ª tranche	EUR	1 000 000	-	1 000 000	11 301	1 011 301	Variável	1/abr/14	03/04/2017	
Obrigações Hipotecárias XIII - 1ª tranche	EUR	750 000	-	750 000	6 812	756 812	Variável	11/jun/14	11/06/2019	
		6 000 000	4 250 000	1 750 000	18 113	1 768 113				
EMTN		32 300	1 250	31 050	2	31 052				
Despesas com encargo diferido		-	-	-	(4 830)	(4 830)				
Correcções de valor por operações de cobertura		1 761	-	1 761	-	1 761				
		6 307 669	4 356 271	1 951 398	19 609	1 971 007				

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Nota 23)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Montante			Periodificações	Total de Balanço	Taxa de juro	Maturidade	Reembolso antecipado a partir de:
		Emitido	Readquirido	Líquido					
Recursos do Totta & Açores Financing (TAF)	EUR	297 750	-	297 750	36	297 786	Variável 4,403%	Perpétuas	30 de Setembro de 2015
Recursos do BST International Bank, Inc	EUR	296 516	-	296 516	58	296 574	Fixa 7,010%	Perpétuas	30 de Junho de 2016
Recursos do Totta Ireland	EUR	50 000	-	50 000	1	50 001	Variável 0,731%	Perpétuas	30 de Junho de 2011
Obrigações Perpétuas Subordinadas Totta 2000	EUR	284 315	13 868	270 447	144	270 591	Variável 1,928%	Perpétuas	22 de Junho de 2010
Obrigações Perpétuas Subordinadas BSP 2001	EUR	172 833	159 016	13 817	101	13 918	Variável 2,041%	Perpétuas	23 de Fevereiro de 2011
Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	EUR	54 359	50 084	4 275	31	4 306	Variável 2,041%	Perpétuas	23 de Fevereiro de 2011
Obrigações Subordinadas MC Factor 08	EUR	2 993	2 394	599	-	599	Variável 2,688%	Perpétuas	
		1 158 766	225 362	933 404	371	933 775			
Despesas com custo diferido		-	-	-	(124)	(124)			
		1 158 766	225 362	933 404	247	933 651			

Relatórios e Pareceres Individuais



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS INDIVIDUAIS

(Montantes expressos em milhares de euros – m.euros)

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira individual contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras individuais anexas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 do Banco Santander Totta, S.A. ("Banco" ou "BST"), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014 que evidencia um total de 39.994.424 m.euros e capital próprio total de 1.918.640 m.euros, incluindo um resultado líquido do exercício de 134.473 m.euros, as Demonstrações individuais dos resultados e do outro rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa no exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira individual do Banco, o resultado e o rendimento integral individuais das suas operações, as alterações no seu capital próprio individual e os seus fluxos de caixa individuais; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou o seu rendimento integral.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspetos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspetos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas individuais, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, para os fins indicados no parágrafo 6 abaixo, a posição financeira individual do Banco Santander Totta, S.A. em 31 de dezembro de 2014, o resultado e o rendimento integral individuais das suas operações, as alterações no seu capital próprio individual e os seus fluxos de caixa individuais no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal (Nota 1) e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas diretrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

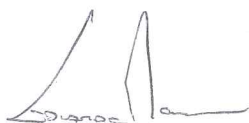
Ênfases

6. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima referem-se à atividade individual do Banco, tendo sido elaboradas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor e para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. De acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis à atividade individual do Banco, as participações em filiais e associadas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido de perdas por imparidade. O Banco preparou, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia, para publicação em separado.
7. Conforme explicitado em detalhe na Nota 44 do Anexo às demonstrações financeiras, encontram-se pendentes de decisão junto de tribunais ingleses diversas ações judiciais que o Banco intentou em 2013 envolvendo algumas empresas do setor público português dos transportes relativamente à validade e ao carácter vinculante de um conjunto de contratos de swap de taxa de juro celebrados entre as partes em exercícios anteriores. Por outro lado, durante o exercício de 2014, foram interpostas junto de tribunais portugueses por parte de algumas entidades integrantes do Governo Regional da Madeira ações judiciais contra o Banco questionando igualmente a validade e o carácter vinculante de alguns contratos de swap de taxa de juro celebrados com o mesmo em exercícios anteriores. Em 31 de dezembro de 2014, o justo valor positivo daqueles contratos de swap, os juros cujo pagamento se encontra suspenso e os juros que estão agora a ser objeto de um pedido de devolução são apresentados na acima referida Nota. Conforme indicado na Nota 44, é convicção do Conselho de Administração do Banco, suportado pela opinião dos seus consultores legais ingleses e portugueses, que o desfecho daquelas ações judiciais lhe será favorável, razão pela qual não foram constituídas quaisquer provisões nas demonstrações financeiras anexas.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras individuais do exercício de 2014 e que o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Banco nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 23 de abril de 2015



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Eduardo Manuel Fonseca Moura

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas individuais da sociedade **BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.**, apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2014.
2. O Conselho Fiscal, ao longo do exercício em análise, acompanhou a gestão do **BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.** e a evolução dos seus negócios, designadamente mediante contactos com os seus responsáveis, bem como da leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração. Efectuou reuniões com regularidade, nas quais, por via de regra, contou com a presença de membros do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e do Director de Coordenação de Contabilidade e Controlo de Gestão e obteve todos esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções de fiscalização.
3. O Conselho Fiscal procedeu ainda à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, e das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, não tendo detectado situações de incumprimento e exerceu as suas competências em conformidade com o estabelecido no artº 420º do Código das Sociedades Comerciais tendo, designadamente, apreciado as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira e fiscalizado a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna.
4. O Conselho Fiscal analisou o Relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário e verificou que no mesmo se encontram tratados os elementos referidos no artigo 245º-A do Código de Valores Mobiliários.
5. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas, emitida nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, a qual merece o seu acordo.
6. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações financeiras individuais (Balanço em 31 de Dezembro de 2014, Demonstração dos resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo às Demonstrações financeiras), são adequados à compreensão da situação patrimonial da sociedade no fim do exercício e como se formaram os resultados e se desenrolou a actividade nesse período.





7. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração e dos Serviços do Banco.

PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral do **BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.** aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas individuais do exercício de 2014;
- b) A proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Lisboa, 23 de Abril de 2015

O CONSELHO FISCAL

Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha (Presidente)

Mazars & Associados, SROC, representada por Fernando Vieira (Vogal)

Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro (Vogal)